UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Ricardo Santhiago Corrêa

Método, metodologia, campo

A trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil

SÃO PAULO
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Ricardo Santhiago Corrêa

Método, metodologia, campo

A trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em História Social

Orientadora:
Prof^a. Dra. Sara Albieri

Coorientadora:
Prof^a. Dra. Daphne Patai

SÃO PAULO
2013

Ricardo Santhiago Corrêa

**Método, metodologia, campo:
A trajetória intelectual e institucional
da história oral no Brasil**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em História Social

BANCA EXAMINADORA

(nome, assinatura e instituição)

(nome, assinatura e instituição)

(nome, assinatura e instituição)

(nome, assinatura e instituição)

(nome, assinatura e instituição)

Aprovado em: _____

“Felino de Cheshire”, começou, bastante tímida, já que estava incerta de que o nome iria agradá-lo; mas o sorriso dele ficou só um pouco mais largo. “Bem, por ora ele está contente”, pensou Alice. E continuou: “Você poderia me dizer, por favor, que caminho sigo a partir daqui?”

“Isso depende muito de onde você deseja chegar”, respondeu o Gato.

Lewis Carrol, *Alice no país das maravilhas*

Resumo

SANTHIAGO CORRÊA, R. **Método, metodologia, campo: A trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil**. 2013. 584 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2013.

Esta tese documenta e analisa a trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil, dos anos 1950 aos dias atuais. Suas fontes são textos brasileiros sobre história oral e diversas entrevistas com intelectuais atuantes no campo. O modelo de interpretação proposto baseia-se na identificação de quatro matrizes que originaram os debates metodológicos na área, oriundas da Sociologia, da Psicologia Social, da história pública e do modelo arquivístico de origem estadunidense. Elas são apresentadas e discutidas de maneira aprofundada na parte 1, “Matrizes multidisciplinares da história oral no Brasil”. Em seus capítulos, são avaliadas as diferentes contribuições técnicas, metodológicas, teóricas e políticas oferecidas por esta primeira geração de profissionais que cultivou o interesse por relatos orais a partir de suas áreas de atuação. Na segunda parte, “Um método em busca de um campo”, o trabalho da geração seguinte é focalizado. Nos anos 1980 e 1990, a área de história oral expandiu-se significativamente e tornou-se um território com autonomia estrutural. Novos pesquisadores assimilaram, transformaram e organizaram as contribuições oferecidas por cada uma das matrizes com que tiveram contato. A partir disso, dedicaram-se a uma maior difusão do método, ao estabelecimento de padrões de pesquisa e à instituição de uma prática pedagógica voltada a condensar um corpo de conhecimento transmissível. Nesse processo, dilemas e conflitos naturais tiveram lugar, envolvendo aspectos como a dogmatização de princípios metodológicos, a instauração de regras de alcance geral e o equilíbrio entre o treinamento técnico e a liberdade criativa. Na última parte do estudo, “A face institucional”, o processo de institucionalização do campo é visitado e problematizado. Ele consubstanciou-se na criação de uma sociedade científica, em 1994, e de eventos e publicações especializadas. Em seguida, mirou a inserção internacional, tanto intelectual quanto política, do campo brasileiro da história oral.

Palavras-chave:

História oral. História intelectual. História institucional. Memória. Entrevistas.

Abstract

SANTHIAGO CORRÊA, R. **Method, Methodology, Field: Intellectual and Institutional Trajectories of Oral History in Brazil**. 2013. 584 f. Doctoral Dissertation – Faculty of Philosophy, Letters, and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, Brazil, 2013.

This thesis documents and analyzes the intellectual and institutional trajectories of oral history in Brazil, from the 1950s to the present. It draws on existing writings on oral history in Brazil, as well as on several dozen interviews conducted with leading figures in this field. The interpretive model set forth is based on four matrices that shaped methodological debates in the area, deriving from sociology, social psychology, public history, and the archival model originating in the United States. These are explained in detail in Part 1, “Multidisciplinary Matrices of Oral History in Brazil,” with chapters exploring and appraising the different contributions – technical, methodological, theoretical and political – of the first generation of professionals whose work expressed an interest in oral narratives, stemming from their own areas of research. In the second part, “A Method in Search of a Field,” the focus shifts to the work of the subsequent generation. In the 1980s and 1990s, oral history expanded greatly, becoming a terrain enjoying considerable structural autonomy. New researchers absorbed, transformed and organized the contributions offered by each of the four matrices. From that starting point, they undertook an extensive dissemination of oral history as a method, ranging from efforts to establish research norms to institutionalizing pedagogical practices, with the aim of creating a coherent body of knowledge capable of transmission. Unavoidably, dilemmas and conflicts emerged in this process, involving issues such as the hardening of methodological principles into dogma, the imposition of broad rules, and the uneasy balance between the need for technical training and the creative freedom of individual researchers and groups. In the final part of the study, “The Institutional Face of Oral History,” the process of institutionalization of the field is explored and problematized. Concentrating first on the creation of a professional oral history association in 1994 and the events and specialized publications surrounding these efforts, this part concludes by focusing on how the field of oral history in Brazil took its place on the international scene, intellectually as well as politically.

Keywords:

Oral history. Intellectual History. Institutional History. Memory. Interviews.

Sumário

INTRODUÇÃO

Método, metodologia, campo: A história oral como objeto de estudo 17

PARTE 1: MATRIZES MULTIDISCIPLINARES DA HISTÓRIA ORAL DO BRASIL

Capítulo 1 – Parte e parcela: Relatos orais na pesquisa sociológica 45

Capítulo 2 – Memória, trabalho, sonho: Um olhar sobre o pequeno 69

Capítulo 3 – História oral de inspiração pública: A cultura nas bordas 101

Capítulo 4 – Falsos cognatos: A *oral history* e a história oral *made in Brazil* 127

PARTE 2: UM MÉTODO EM BUSCA DE UM CAMPO

Capítulo 5 – Cultura da memória na década perdida 185

Capítulo 6 – “Eu organizo o movimento”: A regra, o cânone, o projeto 259

Capítulo 7 – Indisciplina e interdisciplinaridade: Variações em torno do cânone 339

PARTE 3: A FACE INSTITUCIONAL

Capítulo 8 – A redoma trincada: Consensos e conflitos na circunscrição do campo 411

Capítulo 9 – *Who runs the world?* O troco e as trocas no cenário global 463

CONCLUSÃO

Descendo a ladeira da memória 525

Referências 541

Introdução

INTRODUÇÃO

Método, metodologia, campo:

A história oral como objeto de estudo

Um caminho de descobertas

Em certa ocasião eu já disse que uma das experiências mais instigantes durante os três anos em que conduzi uma história oral de cantoras negras brasileiras era a reação de quem me escutava dizer exatamente isso: que eu estava pesquisando cantoras negras brasileiras. “Você deve adorar samba”, ouvi recorrentemente. Muitos me perguntavam sobre candomblé, carnaval; alguns, sobre as negras vozes líricas. Os nomes de Clementina de Jesus e Elza Soares vinham à mente de outros enquanto eu pensava em Alaíde Costa. Percebi logo que a minha descrição sintética me ajudava a entrever as visões populares sobre a mulher, artista, negra – visões contra as quais minhas entrevistadas lutavam e que eu mesmo deveria enfrentar, naturalmente em uma situação mais confortável que a delas, porque no plano das ideias.

Quando a própria história oral se tornou meu assunto de pesquisa passei a lançar mão, mais uma vez, da descrição sintética. “Uma história da história oral no Brasil”, é o que respondi muitas vezes, desde os primórdios deste estudo, a quem pergunta sobre meu “tema” – desta vez, não como estratégia exploratória e sim para minimizar longas digressões em conversas casuais. Em minha defesa, devo dizer que não minto. O assunto das páginas que seguem é o desenvolvimento da história oral no Brasil, dos anos 1950 aos dias atuais. Suas dimensões são a história intelectual e a história do tempo presente. Suas fontes primordiais são a produção bibliográfica na área de história oral e os depoimentos

de profissionais da área. Elementos, enfim, que efetivamente configuram um trabalho sobre a história da história oral no Brasil.

O que essa descrição sintética não mencionava eram quais os princípios informando minha abordagem. Ela descrevia a “história narrativa” (dimensão fundamental deste trabalho, friso, à medida que tal narrativa não está dada e uma das minhas metas foi justamente reunir as histórias fragmentadas de nossa história oral, somá-las a novos conjuntos de informação e apresentá-las numa sequência) – mas fazia vista grossa à “história-problema”. Precisamente por isso a descrição sintética teve serventia: se manteve estável ao passo que o “problema” – como ocorre em qualquer processo de investigação – se reinventava diante de descobertas, análises, cotejos, diálogos, revisões.

No início de 2010, seis meses depois de iniciar oficialmente esta pesquisa (que, enquanto projeto pessoal, já se desenhava há mais tempo), a oportunidade de uma palestra me levou a sistematizar precocemente uma interpretação sobre a história da história oral no Brasil, aprofundando o que eu havia sinalizado num projeto bem-comportado através do qual eu me comprometia a reconstituir a trajetória desse campo, de um ponto de vista da história intelectual.¹ Minha meta era a de mapear “o fluxo das ideias na formação de um campo” e explicar como, a partir desses fluxos, havia-se feito um caminho “da história oral no Brasil à história oral do Brasil”. Em outras palavras, eu tencionava encontrar, nas raízes bem brasileiras de nossa história oral, sua originalidade.²

Aquela palestra foi uma oportunidade valiosa de receber um rápido *feedback* a respeito de minha estratégia de pesquisa. Primeiro, tive pistas sobre o que seria e o que não seria necessário definir e contextualizar para narratários menos familiarizados com o tema. Em segundo lugar, consolidei em uma materialidade textual aquilo que eu poderia chamar de “hipóteses de pesquisa”, que posso contrastar à representação a que cheguei. Eu queria examinar algumas ideias – não unânimes, como mostrarei ao longo do estudo – com as quais tinha tomado contato em pouco mais de três anos de envolvimento com o campo. Primeiro, discordava de que a história oral feita no Brasil fosse “colonizada”,

¹ “What’s Special about Oral History in Brazil?”. Palestra apresentada no Five College Oral History Seminar, na University of Massachusetts, Amherst, em fevereiro de 2010, a convite de Joyce Berkman.

² Santhiago, R. “Vozes em trânsito – O fluxo das ideias na formação de um campo: Da história oral no Brasil à história oral do Brasil”. Projeto de pesquisa, 2009, 22fl.

consistindo em um apanhado de “práticas imitativas”; eu enxergava originalidade e criatividade na discussão sobre o método, e estava seguro da contribuição de muitas pesquisas que o utilizavam em seus campos temáticos variados. Não obstante, eu desconfiava da existência de uma “história oral brasileira”, no sentido de consistir num método especial, distinguível, com uma natureza própria que a distanciaria das “historias orais” praticadas em qualquer outro lugar – e que, em última instância, seria reflexo de um “espírito brasileiro”. Por fim, suspeitava de que, mesmo dotada de originalidade e de representatividade no circuito de congressos internacionais, a história oral feita aqui não representaria a “vanguarda” do pensamento na área.

Àquela altura, eu entendia que a “colonização” desse campo de estudos havia sido bem menos determinante do que algumas interpretações davam e dão a crer, tendo sido localizada e superada há tempos; que, por outro lado, essa superação não havia engendrado uma história oral “brasileira”, mas sim uma história oral “feita no Brasil”, com os temas do Brasil, de modo que sua singularidade estaria no conteúdo, e não na incorporação de “brasilidade” ao método e às suas técnicas; que, por fim, estudos brasileiros usando história oral haviam conquistado espaço importante no exterior – mas não proeminência – e que isso não deveria ser entendido como o fim de um processo, mas como a base para um diálogo nutrido pela multiplicidade de experiências e de tradições intelectuais.

Vejo hoje que, no afã de desafiar ideias que me pareciam exageradas quando não completamente incorretas, eu havia partido para outro modelo de entendimento igualmente indesejável. Ao sugerir que a história oral feita no Brasil havia “superado” sua condição colonizada, eu acedia com a premissa de que ela o havia sido. Os responsáveis por propalá-la costumam apontar a existência de uma “dominação institucional” predominantemente anglo-saxônica, instituída a partir do momento em que o modelo estadunidense de uma história oral arquivística havia sido introduzido no país, nos anos 1970, e reiterado por meio de uma política de traduções e assimilação acrítica de ideias. Este é um equívoco – tanto porque a recepção de ideias não pode ser plasmada dessa maneira (ela se deu de maneira ponderada, e não como um receituário a ser aplicado localmente) como porque essa visão, ironicamente, considerava que os modelos estrangeiros haviam sido a pedra de toque dessa área de estudos no país. Não é o caso: a

história oral feita no Brasil, entendi melhor, é muito mais uma malha, na qual todo um feixe de tendências se entrelaça, na qual textos culturais se transformam e se interpenetram. Nessa linha de entendimento, cheguei enfim a pensar em matrizes e em misturas.

Antes de chegar a elas, precisei me concentrar na discriminação de três dimensões da história oral: método, metodologia e campo. Na fala corrente, essa distinção pode ter menor importância: tantas vezes falamos em “metodologia da história oral” quando remetemos ao seu “método”; ou pressupomos uma equivalência entre o “campo” e o “método” usado dentro dele. Neste estudo, essa divisão é crítica. Enquanto método, a história oral é um conjunto de técnicas a serem combinadas e adaptadas; é uma estratégia de abordagem composta por procedimentos operacionalizáveis que começam com a recolha de entrevistas. Nesse sentido, uma miríade de pesquisadores – mesmo sem empregar a expressão “história oral” – se aproximou dos princípios desse método, numa gama de períodos históricos e de áreas de atuação.

A metodologia é sensivelmente diferente. Julgo que o elemento que diferencia a multiplicidade de usos do método da entrevista daquilo que chamamos de história oral não é o recurso ao relato – mas a ponderação sobre tal recurso; o estudo, a reflexão e a narrativa sobre o método, incluindo as concepções teóricas que o fundamentam. A metodologia, propriamente dita. Sociólogos, historiadores, antropólogos, críticos literários, linguistas, jornalistas, psicólogos, comunicólogos, terapeutas ocupacionais, semioticistas, e mais profissionais de tantas outras áreas, partilharam da apreciação e da produção desse corpus de conhecimento particular: não apenas recorreram ao método; fizeram dele objeto de metodologia.

O século XX – no qual a história oral floresceu – não tem prerrogativa sobre o uso do método. Historicamente, certos jeitos de escutar ascenderam e vingaram enquanto outros regrediram ou foram eclipsados, mas a aquisição de conhecimento por meio da oralidade sempre existiu, e a narração de histórias também. Seres humanos, durante suas vidas, estão sempre falando: “contar histórias que nos dizem respeito é uma das maneiras mais importantes que temos de contar aos outros quem somos – e quem queremos ser”,

escreveram Hydén e Örvulv (2010, p. 149).³ Um autor como Bryan Boyd foi mais além, afirmando que a narração de histórias teve e tem um papel fundamental no desenvolvimento biológico e na capacidade adaptativa humana.⁴ O fato é que boa parte do que se sabe sobre o passado repousa na crença em dados que, em algum momento, passaram pela forma oral – mesmo que a própria ideia de história implique escritura. Nas palavras de Arlette Farge, “em toda primeira aproximação, poderíamos dizer que a fala e a oralidade estão naturalmente contidas no relato histórico” (2011, p. 59).⁵ Ou, para citar uma frase bem conhecida, difundida por Paul Thompson em seu livro *A voz do passado*: “de início, toda história era oral” [1978] (2002, p. 55), como teria dito o historiador escocês William Robertson ao escritor e crítico literário Samuel Johnson, em 1773.⁶ A novidade é a consideração da entrevista de história oral como um método específico (distinto de outras técnicas qualitativas e de demais gêneros de relato pessoal) e como um processo capaz de ensejar uma reflexão metodológica adensada.

Assim como o método, a metodologia da história oral também se domiciliou em uma variedade de áreas de estudo. Ela foi primeiramente abrigada em contextos disciplinares bem estabelecidos – mas, por uma conjunção de fatores que inclui mas não se limita à riqueza da abordagem interdisciplinar sobre memórias narradas, criou seu próprio ambiente. É interessante a ideia de que a história oral seja um “ponto de encontro entre disciplinas” (Lang, 2011, p. 128), um “espaço de contato e influência interdisciplinares” (Lozano, 2006, p. 16) – e esse não é um cruzamento no qual intelectuais se encontram e se despedem.⁷ Tal cruzamento foi dilatado; por sobre ele constituiu-se um espaço intelectual específico, acrescentando uma terceira faceta à história oral: além de método e metodologia, há o campo – dimensões consteladas mas que existem separadamente.

³ Hydén, L. C.; Örvulv, L. “Interaction and narrative structure in dementia”. In: Schifffrin, D.; De Fina, A.; Nylund, A. (org.) **Telling stories: Language, narrative and social life**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2010. p. 149-60.

⁴ Boyd, B. **On the Origin of Stories: Evolution, Cognition and Fiction**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

⁵ Farge, A. **Lugares para a história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

⁶ Thompson, P. **A voz do passado: História oral** [1978, 1988]. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁷ Lang, A. B. S. G. “História oral: Propostas e perspectivas”. In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz / Fapesp, 2011. p. 125-136; Lozano, J. E. A. “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea” [1994]. In: Amado, J.; Ferreira, M. M. (org.) **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 15-25.

“Campo” é hoje um conceito bastante popular, empregado em muitos territórios, inclusive o do historiador.⁸ Na visão de Pierre Bourdieu – que cunhou o conceito no ensaio “Campo intelectual e projeto criador” (de 1966, publicado no Brasil em 1968)⁹ e o elaborou posteriormente, em vários ensaios teóricos e em estudos sobre campos como o religioso, o educacional e o literário –, as dimensões internalista (que privilegia a autonomia dos textos) e externalista (que atenta com mais força à sua determinação por um contexto não imediato) são interpostas pelo campo, que é “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (Bourdieu, 2004, p. 20).¹⁰ É possível, nessa chave de interpretação, dissecar a produção intelectual como algo que responde a demandas e a tendências externas à mente de seu criador, mas não em homologia direta às conjunturas. As pressões de fora, diz Bourdieu, são “mediatizadas pela lógica do campo” (Bourdieu, 2004, p. 22).¹¹

É importante ressaltar que, se os estudos em história oral desembocaram em um campo específico, não se trata de um campo disciplinar – de uma área do conhecimento

⁸ Alguns exemplos recentes são os estudos de Teresa Malatian sobre o campo literário ou os de Lucia Maria Paschoal Guimarães sobre a produção historiográfica brasileira: Malatian, T. “Diplomacia e letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima”. **Estudos Históricos**, v. 13, n. 24, p. 377-92, 1999; Malatian, T. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: Edusc / Fapesp, 2001; Malatian, T. “A biografia e a História”. **Cadernos Cedem**, v. 1, p. 16-32, 2008; Paschoal Guimarães, L. M. “A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior”. **Revista de História** (USP), v. 141, p. 91-100, 2001; Paschoal Guimarães, L. M. “Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX”. **Tempo**, v. 9, n. 18, p. 147-70, 2005; Paschoal Guimarães, L. M. “Sobre a história da historiografia como campo de estudos e reflexões”. In: Neves, L. M. B. P. et al. (org.) **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 19-35.

⁹ Bourdieu, P. “Champ intellectuel et projet créateur”. **Temps Modernes**, n. 246, p. 865-906, 1966; Bourdieu, P. “Campo intelectual e projeto criador”. In: **Problemas do estruturalismo**. 1968.

¹⁰ Bourdieu, P. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

¹¹ Uma vez que este modelo teórico é profusamente comentado, é cabível reduzir comentários prévios às instâncias nas quais ele se operacionaliza. Bourdieu entende a existência de um campo intelectual mais geral, com subdivisões, como o campo da produção intelectual. Não se trata de uma estrutura rígida, fechada, imutável – mas em permanente movimento e reconstrução. Para trabalhos de comentadores do conceito e de sua inserção no pensamento de Bourdieu como um todo, ver: Miceli, S. “Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura”. **Tempo Social**, v. 15, n. 1, p. 63-79, 2003; Swartz, D. L.; Zolberg, V. L. (org.) **After Bourdieu: Influence, Critique, Elaboration**. The Netherlands: Springer, 2005; Grenfell, M. (org.) **Pierre Bourdieu: Key Concepts**. Durham: Acumen, 2010.

autônoma (questão que os próprios debates da área problematizam, como discutirei mais tarde). Trata-se acima de tudo daquele ponto de cruzamento dilatado, perenizado à medida que estruturas de sustentação (como eventos científicos, associações e publicações especializadas) são criadas.

Das histórias da história oral a um modelo de interpretação

A partir dessa discriminação da história oral – como método, metodologia e campo – defini de maneira mais clara os caminhos do estudo de sua história. Dediquei-me a identificar suas correntes de trabalho primeiras, responsáveis por oferecer seus “princípios de composição” (Bourdieu, 2011), suas “modelizações primárias” (Samoyault, 2008).¹² Em seguida, busquei compreender como esse repertório de textos matriciais foi assimilado e somado a novos conjuntos de referência em um cenário de fortalecimento das discussões metodológicas. Por fim, tencionei compreender a dinâmica de institucionalização do campo que nasceu para abrigar tais discussões, ocupando-me em identificar o jogo de forças nesse processo.

A linha de raciocínio que persigo, em suma, é a de que o método da história oral (rotulado ou não dessa forma) apresentou-se inicialmente no país como um instrumental desafiador sobre o qual um conjunto de pesquisadores buscou refletir metodologicamente, a partir de seus lugares de fala, sem a pretensão de revolucionar as áreas disciplinares em que se inseriam. Num segundo momento, a percepção de que a metodologia implicava assimilações interdisciplinares somou-se à viabilidade da criação de novos espaços de reconhecimento acadêmico, configurando condições suficientes para que um campo de produção intelectual específico fosse erigido. Por fim, esse novo campo precisou ser disciplinado, ganhando normas de comportamento e fronteiras distintivas.

Pelo menos ao longo dos últimos quinze anos, um número substancial de ensaios tem demonstrado que esse campo não negligenciou seu passado. Existe um número considerável de textos que apontam marcos, autores, trabalhos e iniciativas institucionais

¹² Bourdieu, P. “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”. In: **O poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 59-73; Samoyault, T. **A intertextualidade**. Trad.: S. Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

fulcrais na trajetória da história oral no Brasil, formando uma crônica de acontecimentos cujo marco zero remete a um curso que professores estrangeiros vindos dos Estados Unidos do México ofereceram em 1975, no Rio de Janeiro. A atividade foi parte de um conjunto de esforços para difundir no país o modelo de história oral criado em 1948 na Columbia University, voltado predominantemente à constituição de arquivos de depoimentos de figuras socialmente importantes para uso de historiadores do futuro. De acordo com a maior parte desses textos, o próximo marco significativo depois desses cursos seria o da fundação, em 1994, da Associação Brasileira de História Oral, símbolo do “boom da história oral” no Brasil nos anos 1990.

Há justiça na tomada destas efemérides pela maior parte das reconstruções da história da história oral no Brasil. Aquele curso de 1975 constituiu, de fato, o primeiro treinamento de alcance nacional para coleta e uso de fontes orais por historiadores. Uma associação acadêmica com atividades programadas e regulares é alicerce básico para a legitimação de um campo intelectual e para a profissionalização de uma área. Entretanto, embora sejam notáveis por si mesmas, essas ocorrências estão localizadas em uma teia de relações mais ampla e complexa, passível de ser descortinada.

Não é de espantar que o campo da história oral tenha olhado para si mesmo. Esse comportamento responde a duas percepções: o fato de que ele já possui uma história suficientemente extensa para ser revista e debatida, e a percepção de que, apesar disso, necessita de maior definição. As iniciativas de reconstituição, porém, têm se restringido predominantemente a balanços que, além de possuírem fôlego limitado, caracterizam-se pela fragmentação, pelo compromisso com a defesa de posições institucionais e/ou das visões dos próprios autores sobre o método, ou ainda por uma abordagem meramente descritiva, limitada à indicação de nomes, datas e realizações.

É certo que boa parte das figuras de destaque na história oral do Brasil já publicou, em algum momento, reflexões sobre os caminhos desse campo, seguindo a trilha seminal aberta por Aspásia Camargo, Valentina da Rocha Lima e Lucia Hippolito em 1985, com a revisão “The Life History Approach in Latin America” [A abordagem da história de vida na América Latina].¹³ Contudo, elas geralmente atêm-se às experiências que lhes são

¹³ Camargo, A. Lima, V. R.; Hippolito, L. “The Life History Approach in Latin America”. *Life Stories / Récits de Vie*, n. 1, p. 41-54, 1985.

imediatas; e têm a história mais ampla da história oral no Brasil como um tema secundário em seu horizonte de preocupações. São trabalhos valiosos, dos quais me beneficiei enormemente, e com os quais interajo ao longo deste estudo. Foi Marieta de Moraes Ferreira, porém, quem mais fez pelo delineamento de uma história abrangente da história oral no Brasil. Como analisarei mais tarde, colocou na agenda do campo “uma espécie de vigilância permanente; de exercício contínuo de ponderação e autorreflexividade; de pensamento crítico”. Todo esse conjunto de referências é relevante pelas informações que oferece; pelas reflexões que contém; pelo que representam como evidência da disposição do campo em pensar sobre si mesmo; pelo papel que tiveram na divulgação de obras e correntes. Uma das minhas metas foi a de integrá-las e revê-las no interior de um projeto mais amplo de expansão e verticalização da crônica, passando de um plantel de pequenas histórias para uma história repleta de justaposições.

Naturalmente, a história oral feita no Brasil não se recolhe à insularidade. Suas práticas integram-se a um fenômeno universal cuja certidão de nascimento data de 1948, quando o historiador e jornalista Allan Nevins (1890-1971) conduziu sua primeira entrevista nos Estados Unidos, dez anos depois de sugerir, no prefácio de seu livro *The Gateway to History*, que seria conveniente utilizar fontes orais na pesquisa histórica, clamando por “uma tentativa sistemática de obter, dos lábios e dos documentos de americanos vivos que levaram vidas significativas, um registro mais completo da participação deles na vida política, econômica e cultural dos últimos 60 anos” [1938] (1962, p. 8).¹⁴ Antes dele, está claro, outros trabalhos de registro e preservação da palavra falada haviam sido efetuados (ver Sharpless, 2006), mas a iniciativa de Nevins – no âmbito da já mencionada Columbia University – foi sancionada geração após geração como o marco de nascimento da chamada “moderna história oral”.¹⁵

¹⁴ Nevins, A. **The Gateway to History**. Garden City, NY: Anchor Books, 1962.

¹⁵ Foi em 18 de maio de 1948 que Nevins conferiu materialidade à ideia que professara. Como professor da Columbia University, principal instituição universitária da principal cidade do continente americano, ele e o estudante de doutorado Dean Albertson registraram as memórias de George McAneny (1869-1953), líder político que teve várias posições públicas em Nova York (cf. Morrissey, 1988). O conteúdo das quatro primeiras entrevistas de Nevins era anotado por seu aluno, já que só em 1949 ele passaria a utilizar gravadores (e, a propósito, a tradição de anotar entrevistas é longa, chegando, por exemplo, à famosa biografia escrita por James Boswell, *The Life of Samuel Johnson*, de 1791). De uma forma ou de outra, o registro das falas era então prioridade: o resultado institucional de sua atuação foi a fundação do Oral History Research Office, rebatizado em 2011 como Columbia Center for Oral History. O CCOH tem ainda hoje um papel de liderança

O trajeto internacional da história oral pode ser facilmente acompanhado numa vasta literatura publicada fora do país. Mesmo em textos brasileiros é possível segui-lo: muitos de nossos balanços posicionam a trilha estrangeira como o pano de fundo diante do qual uma versão local se desenvolveu. Prefiro tratar a história oral feita no Brasil e a história oral feita no exterior de maneira entrelaçada. Cada uma tem sua própria história; e elas se encontram com frequência – já que as trocas interculturais são, felizmente, comuns – mas não necessariamente em uma dinâmica de vocalização e ressonância.

Diante desse panorama, um projeto como o que me propus a fazer poderia se dedicar a reunir todo esse material numa narrativa única, balanceada e acurada. Esse seria, por si mesmo, um trabalho de pesquisa, organização e redação considerável. Faltaria em seguida recuperar, e inserir nessa narrativa, tudo aquilo que não foi olhado: experiências de pesquisa e obras intelectuais raramente contabilizadas em revisões, expediente que demandaria uma investigação mais vasta, baseada na consulta a fontes primárias. Percorri esses dois caminhos, tendo como missão primeira erguer uma coluna que consistisse na identificação, na exposição e na análise de um conjunto amplo de fontes, sistematizadas em uma abordagem sintética de longo alcance. Em paralelo, cheguei a um modelo interpretativo, proposto aqui como uma chave de leitura para a trajetória da história oral no Brasil.

Quatro matrizes e muitas misturas

A operação historiográfica exige, entre outros elementos, periodizações: o estabelecimento de balizas cronológicas que, mesmo não sendo reflexos do curso da história que se estuda, são metodologicamente imprescindíveis. E, de fato, refletir sobre a temporalidade e os seccionamentos do que decidi estudar foi importante para chegar a um modelo. Como já afirmei, o ano de 1975 é recorrentemente apontado como o ano-zero da história oral no Brasil: é assinalado por uma iniciativa de gravação de entrevistas, com o

no campo da história oral, em nível internacional, garantido pela longevidade de seu arquivo e pela dinâmica de atividades como o Mestrado em História Oral, criado em 2008-2009, ou o Summer Institute, oferecido anualmente como um espaço intensivo de treinamento e discussão em história oral. Ver: <http://library.columbia.edu/indiv/ccoh.html>.

fito de constituir e preservar arquivos. A fixação dessa data talvez esteja vinculada à atenção do historiador a uma dimensão material. A própria história intelectual leva em conta os rastros materializados das ideias: mesmo que o objeto de estudo do historiador (no caso, o pensamento) seja evanescente, ele é acessado em uma forma concreta. Talvez isso forneça uma pista a respeito de o porquê da história oral em sua forma gravada e arquivada ter constituído um marco consagrado nessa crônica: ela constrói uma materialidade.

Esse, porém, talvez não seja o critério mais adequado para a demarcação das necessárias balizas. A história oral nem sempre se baseia na constituição de arquivos e tampouco na preservação de gravações (as quais não raro consistem num meio provisório de registro que intermedeia a relação entre pesquisador/narrador e o texto resultante de uma investigação). O paradigma da gravação não contempla, assim, a heterogeneidade de práticas abrigadas sincronicamente sob a expressão “história oral”. Ele remete a uma história oral – àquela inspirada no modelo estadunidense de Columbia University – entre outras.¹⁶

A meu ver, o critério analítico que melhor as distingue está ligado à discriminação de método/metodologia: o que define um empreendimento acadêmico como sendo “história oral” não é o recurso a fontes de proveniência oral, ou a gravação de depoimentos orais, amplamente populares e independentes de rótulos – mas é a atenção a esse recurso e a esse processo como um assunto em si. “História oral” representa uma espécie de inclinação a refletir sobre esses princípios (e é essa característica que está na base na definição de “projeto”, como veremos mais tarde). Essa inclinação manifesta-se em proposições e debates de ordem técnica, metodológica, epistemológica, ética, filosófica, política – dentro dos quais a coleta das entrevistas não é tomada como um processo transparente, mas sim com uma fachada opaca, digna de atenção. Em outras palavras, “história oral” é menos o método e seu aparato técnico (que se realiza sob uma

¹⁶ A propósito, ninguém parece discutir que o introito da história oral no mundo seja 1948 – porém, foi só em 1949 que Alan Nevins empregou o gravador. Em suas primeiras entrevistas (consideradas de “história oral”) ele se valeu de anotações. Assim, a menos que utilizemos dois pesos e duas medidas, a “gravação” não deveria determinar nosso marco fundador.

variedade imensa de nomes) – e mais a problematização do método, pela metodologia, quase um *sine qua non* em trabalhos acadêmicos.¹⁷

Se adotarmos essa visão – a meu ver, condizente com a pluralidade de expressões da história oral – podemos chegar a uma análise mais sofisticada de sua história, que não se restrinja a uma “investigação genealógica” de pouco proveito, como o próprio Pierre Bourdieu criticou.¹⁸ Meu interesse não é o de desafiar o ponto-zero convencionado de nossa história oral substituindo-o por outro, nem o de ingressar em contendas a respeito de quem usou e quem não usou a expressão “história oral” ou de quem são os “pais fundadores” ou as “instituições chave” para a consolidação de uma área de pesquisa. Este seria um investimento pouco frutuoso que, na visão do historiador da ciência Claude Blanckaert, constitui um estágio primário da história dos campos de saber.¹⁹ Minha intenção não é a de afirmar a primazia de outros autores dentro de uma mesma lógica fundacional; mas a de entender as origens do campo dentro de outra lógica – em um patamar alargado que vise compreender o substrato da história oral feita no Brasil em vez de revolver em torno de reivindicações de anterioridade. É preferível compreender a área como tendo se originado de matrizes que trouxeram diferentes contribuições para seus estudos; matrizes que formam um sistema de referências a ser constantemente ativado e reinterpretado por seus leitores e intérpretes. Essas matrizes, dentro da linha de interpretação aqui proposta, são quatro – e são exploradas detidamente na primeira parte deste estudo.

Uma matriz advém da Sociologia, datando do início dos anos 1950, quando Maria Isaura Pereira de Queiroz foi estimulada por Roger Bastide a coletar uma história de vida e refletir sobre ela (operando o deslocamento do método para a metodologia) a partir da perspectiva sociológica. Esse empreendimento é o objeto do capítulo 1, “Parte e parcela:

¹⁷ Fora do ambiente acadêmico a situação é outra, especialmente em países nos quais a expressão “história oral” tornou-se um *slogan* bastante vendável para livros baseados em entrevistas, não necessariamente comprometidos com a discussão metodológica. Sobre isso, ver o capítulo 3 deste estudo, bem como um artigo de minha autoria: Santhiago, R. “Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 97-108.

¹⁸ Bourdieu, P. “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”. In: **O poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 59-73.

¹⁹ Blanckaert, C. “L’histoire des sciences de l’homme, une culture au présent”. **La revue pour l’histoire du CNRS**, n. 15, p. 44-7, 2006.

O depoimento oral na pesquisa sociológica”. A segunda matriz deriva dos trabalhos de Ecléa Bosi com testemunhos orais, que muito contribuiu para inserir na área de história oral um debate consistente sobre memória, linguagem e atenção. Este é o assunto do segundo capítulo, “Memória, trabalho, sonho: Um olhar sobre o pequeno”. Uma terceira matriz é aquela que ajudou a aproximar a história oral da história pública, entendida simplificadamente como um conjunto de práticas voltadas a difundir conteúdo histórico para públicos mais amplos – no caso, tendo lugar inicialmente nos museus e na cultura editorial, como exploro em “História oral de inspiração pública: A cultura nas bordas”, meu capítulo de número três. Por fim, tem-se a quarta matriz deste sistema: aquela mais comentada no campo, baseada no modelo estadunidense de constituição de arquivos orais. Ela é objeto do quarto capítulo deste estudo: “Falsos cognatos: A *oral history* e a história oral *made in Brazil*”. Essas matrizes se aproximam na intenção de intelectuais de realizar discussões metodológicas em torno do uso de entrevistas orais em suas disciplinas; no cumprimento deste objetivo, efetivado em trabalhos concretos; e no impacto posterior que tiveram na área de estudos da história oral. Em toda a primeira parte do estudo, dedico-me a historiá-las e a identificar as contribuições que cada uma delas ofereceu para trabalhos posteriores e, como um todo, para a definição do campo.

A ideia de “matriz” tal qual elaborada por Jerusa Pires Ferreira inspirou este modelo de interpretação. Ferreira empregou o conceito para compreender como “matrizes impressas” se tornaram o alicerce de determinadas manifestações da literatura e da tradição oral – vistas sob esse ângulo inovador como tributárias de grandes matrizes orais sustentadas em conjunto com matrizes impressas.²⁰ Dilatei esse conceito para entender matrizes como os gestos fundamentais de abertura intelectual no campo da história oral.

Esse esquema analítico, porém, só faz sentido se acoplado ao entendimento da área de estudos em questão como um sistema. Tomar as matrizes como fenômenos isolados e mutuamente excludentes esvazia o sentido dessa linha de interpretação. Cabe portanto ressaltar o campo intelectual da história oral como um sistema fundado por sobre esses textos matriciais (surgidos em sincronia, e não numa linha cronológico-evolutiva) que vão

²⁰ Ferreira, J. P. “Matrizes impressas da oralidade”. In: **Fronteiras do literário: Literatura oral e popular (Brasil/França)**. 1995. p. 45-54; Ferreira, J. P. **Cavalaria em Cordel**. São Paulo: Hucitec, 1979.

sendo lidos, reiterados, recuperados, recriados, transformados e inclusive ofuscados ou minimizados, em processos altamente dinâmicos. Cada uma das matrizes radicaliza aspectos distintos do trabalho com relatos orais, não numa lógica de exclusão e sim de convívio e complementaridade; mesmo quando se opõem, trata-se de uma oposição dentro de um mesmo sistema. A implicação de sistema na semiótica da cultura de Iuri Lotman foi um acréscimo importante para esse delineamento (e também para matizar a ênfase na política pressuposta pelo conceito de Bourdieu, que, tão atento às disputas por poder no interior de um “campo”, poderia marginalizar a apreciação da atividade criadora, do interesse genuíno, da contribuição intelectual sólida).²¹

Por meio desse modelo de entendimento, é possível observar a repercussão dessas matrizes na criação de novos textos, que se relacionam com elas de diferentes formas: admirando-as, denegando-as, subvertendo-as (como escreveu a crítica literária francesa Tiphaine Samoyault em seu estudo sobre a intertextualidade, sobre o diálogo entre textos dentro do conjunto cultural que os nutre), mas sempre as retomando como uma espécie de lençol subterrâneo.²² Ele franqueia a consideração dessas matrizes como aberturas para tópicos e problemas posteriormente revisitados, como se elas instituíssem – ora de maneira explícita, ora em suas implicações menos evidentes – um conjunto de possibilidades a ser explorado. Temos de um lado as quatro matrizes de nossa história oral, geradoras de sentidos, que, como grandes textos, inauguraram um sistema de prescrições e interdições dentro do qual funcionam como uma espécie de biblioteca. De outro lado, temos suas misturas.

²¹ Sobre o pensamento de Iuri Lotman, ver, além dos textos a que me remeterei ao longo deste trabalho: Lotman, I. **Universe of the Mind: A Semiotic Theory of Culture**. Bloomington / Indianapolis: Indiana University Press, 2000; Ferreira, J. P. “Cultura é memória”. In: **Armadilhas da memória e outros ensaios**. Cotia, SP: Ateliê, 2003, p. 69-87; Machado, I. **Escola de semiótica: A experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura**. Cotia, SP: Ateliê, 2003; Machado, I. (org.) **Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: Annablume, 2007.

²² Samoyault, T. **A intertextualidade**. Trad.: S. Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

Tempos e gerações

Funcionando como um quadro de referências que compartilha uma inclinação basal – a reflexão sobre os métodos de coleta e tratamento de relatos orais –, as matrizes clareiam a periodização deste estudo, cujas balizas cronológicas estão atreladas ao sentido de “geração”. Como François Dosse reconheceu ao analisar o papel desse conceito no trabalho de Jean Sirinelli, seu potencial periodizante é bastante operacional para a história intelectual.²³ O apoio em “gerações” foi fundamental para permitir que eu lidasse com um material tão amplo e o organizasse de maneira consequente em torno de argumentos, e não apenas em uma cronologia permeada por paráfrases – o que teria sido menos desafiador, embora mais confortável.

Considerando a heterogeneidade do campo em questão, seria difícil estabelecer uma periodização essencializante com base em concepções e em práticas de história oral predominantes dentro de certo intervalo de tempo. A ideia de “geração” tal qual desenvolvida por Sirinelli é, então, valiosa: evidentemente não remetendo necessariamente a divisões em faixas etárias ou ao tempo biológico, mas ao compartilhamento de práticas e comportamentos dentro de culturas intelectuais frequentadas.²⁴

É possível falar em três gerações para a história oral feita no Brasil, inseridas em segmentos temporais permeáveis e sobrepostos, cujas fronteiras podem recuar ou avançar. A primeira dessas gerações já foi aludida: é aquela que executou os gestos inaugurais do campo, em uma malha temporal estendida que vai dos anos 1950 ao final dos anos 1970. Mesmo que sem empregar a expressão “história oral” ou dialogar de maneira evidente com aquilo que internacionalmente estava sendo pilado sob este rótulo, essas matrizes realizaram o deslocamento (do uso do método para a atenção à metodologia em sentido *lato*) característico da área de estudos.

²³ Dosse, F. “Da história das ideias à história intelectual”. In: **História e ciências sociais**. Trad.: F. Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 283-311.

²⁴ Sirinelli, J. F. “A geração” [1991]. In: Ferreira, M. M.; Amado, J. (org.) **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 131-7.

A segunda geração é a que se beneficiou desses precedentes, remetendo às matrizes e reelaborando-as em novas relações e misturas. Ela se formou a partir da renovação de pessoal e da expansão numérica e geográfica dos interessados em história oral (fenômenos ocorridos nos anos 1980 e 1990). Se à primeira geração coube fornecer “princípios composicionais” para o campo, insinuando múltiplas trilhas possíveis, a segunda geração foi regida por uma força inversa: a de disciplinar a prática de história oral, de sistematizar regras e princípios, de ramificá-la em tendências de trabalho distintas. A pergunta central que essa segunda geração se fez foi como um cabedal tão múltiplo de referências, técnicas e possibilidades poderia ser somado a novos conjuntos de informação, organizado, estabilizado e legado à geração seguinte. Nas palavras de Iuri Lotman em sua abordagem da tipologia da cultura – a qual mais tarde retomarei – essa geração marca a transição de uma cultura concebida “como uma determinada soma de precedentes, usos, textos” para outra, baseada em “um conjunto de normas e regras”.²⁵

Suas respostas se processaram em dois níveis. Um deles é o propriamente intelectual – assunto da parte dois deste estudo. No primeiro capítulo desta parte, “Cultura da memória na década perdida”, exploro como a ideia mesma de uma década perdida (oriunda do discurso econômico) não pode ser aplicada no que diz respeito à história oral: foi nos anos 1980 que a reflexão metodológica se adensou e que o número de iniciativas na área se proliferou, abrindo espaço para o que veio a ser chamado de o “boom” dos anos 1990. No capítulo seguinte, “‘Eu organizo o movimento’: A regra, o cânone, o projeto”, analiso as estratégias empregadas por pesquisadores do campo para disciplinar (em diferentes graus) o uso do método e sistematizar uma pedagogia da história oral a ser legada à geração seguinte. Aprecio as realizações que ofereceram substrato procedimental e conceitual valioso para a pesquisa com relatos orais, mas ao mesmo tempo problematizo a tensão entre as prescrições metodológicas e a liberdade criativa essencial ao trabalho intelectual. Adiante, em “Indisciplina e interdisciplinaridade: Variações em torno do cânone”, mapeio como essa gramática, sistematizada no interior de um projeto disciplinador, foi incorporada em determinadas experiências de pesquisa não

²⁵ Lotman, I. **La semiofera II: Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

como um código pétreo, mas como um norte referencial passível de denegação ou de deglutição criativa.

Na terceira parte do estudo, enfoco ainda o trabalho da segunda geração – desta vez, na arena da política acadêmica. No capítulo “A redoma trincada: Conflitos e consensos na circunscrição do campo”, trato dos dilemas e das decisões tomadas no caminho de consolidação institucional, simbolizado na criação da Associação Brasileira de História Oral, em 1994, e de sua revista, *História Oral*, em 1998. No nono e último capítulo, “*Who runs the world?* O troco e as trocas no cenário global”, reconstituo o processo de internacionalização da história oral brasileira, que em sua dupla face, acadêmica e política, uma atrelada à outra, acumulou conquistas e iniciou missões em curso, passíveis de direcionamentos ainda incertos.

Existe ainda uma terceira geração, cronologicamente sobreposta à que lhe antecede – mas que é a primeira a ser formalmente instruída (através de manuais, de cursos, de uma ampla literatura especializada) para a prática da história oral, dado o projeto de disciplinação e pedagogização empreendido anteriormente. Por muitas razões, ela não é objeto deste estudo. Primeiro, e determinante, pelos limites temporais e espaciais de toda pesquisa. Como eu não poderia chegar à terceira geração sem ter solidificado uma interpretação sobre os processos anteriores, este é um projeto para o futuro. Segundo, porque seu enredo está ainda mais sujeito a modificações do que o da primeira e da segunda gerações – se eu decidisse abordá-lo, passando de uma história do tempo presente para uma história imediata, precisaria me valer de um conjunto diferente de estratégias. De qualquer forma, em meus apontamentos conclusivos, delineio alguns problemas e desafios pertinentes a essa terceira geração – tendências que, a partir da plataforma que este estudo oferece, poderão ser abordadas com alguma segurança.

Caminhos da pesquisa

Um estudo de história intelectual baseia-se tradicionalmente no estudo de textos – face material das ideias, expressas na linguagem e nos suportes que as carregam e difundem. Nesta pesquisa, minhas fontes primárias foram, naturalmente, a bibliografia

produzida no Brasil a respeito da história oral: alguns milhares de títulos, entre livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, entrevistas, resenhas, comunicações apresentadas em congresso. Trata-se de um conjunto imenso (e disperso) de referências, que precisou ser mapeado, identificado e acessado. Mesmo em se tratando de um volume excessivamente grande de material, creio que tomei contato com sua grande maioria – e, em função disso, foi possível criar um banco de dados eletrônico no qual essas referências estão catalogadas e podem ser listadas a partir de parâmetros como ano de publicação, autor, formato (livro, artigo, etc.) ou palavra-chave constante do título ou subtítulo.²⁶ Esta base de dados é um dos resíduos deste projeto, de muita utilidade para estudos futuros, e que poderia se tornar um instrumento de uso coletivo e de atualização constante se assumida institucionalmente.

Para este estudo, precisei racionalizar a utilização desse material, procedendo com seleções pertinentes aos temas abordados. Privilegiei, portanto, textos voltados à discussão metodológica ou teórica, à prescrição de procedimentos, à revisitação da história da história oral (e me apoiei de maneira complementar a muitos trabalhos temáticos). Em suma, mesmo com os recortes lidei com um material bastante vasto. O leitor, ainda assim, poderá notar a ausência de comentários e análises sobre uma variedade de autores, grupos e obras. Essa é uma limitação natural a qualquer trabalho, que tentei minimizar através de remissões bibliográficas e da criação do banco de dados a que já me referi. A partir da plataforma que este estudo oferece, novas abordagens desse conjunto de fontes poderão ser adotadas por mim ou por outros pesquisadores, com suas expectativas.

As demais obras bibliográficas a que me remeto são, naturalmente, aquelas que ofereceram contribuições conceituais e teóricas à pesquisa. A partir de um lugar de fala definido – a história intelectual – abri-me a todo um arcabouço multidisciplinar, em

²⁶ Parte significativa dessa produção (ao menos em termos de livros e periódicos, além de cópias xerográficas ou eletrônicas de artigos e ensaios esparsos) compõe meu acervo pessoal, que venho constituindo desde 2006. O acesso às bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), bem como ao acervo do Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi de fundamental importância. Porém, este trabalho de mapeamento deve principalmente aos recursos físicos e eletrônicos da biblioteca W.E.B. DuBois, da University of Massachusetts, Amherst, incluindo sua base de dados, seu sistema de empréstimo entre bibliotecas de alcance internacional e seu sistema de reprodução eletrônica de documentos.

coerência com o objeto estudado. Essas referências descortinam-se e explicam-se ao longo do trabalho, e incluem elementos advindos da história intelectual, da semiótica da cultura, da crítica literária, das comunicações.

A pesquisa documental foi rara. Tive acesso aos arquivos do Oral History Research Office da Columbia University e da Fundação Getúlio Vargas. Em ambos os casos, isso se deve ao esforço pessoal de Ronald J. Grele e Marieta de Moraes Ferreira, respectivamente, a quem muito devo. Em algumas situações, pesquisadores com quem tive contato colocaram à disposição seus acervos pessoais, constantes de correspondência, matérias de imprensa, certificados de apresentação, panfletos e cartazes. Eles são utilizados pontualmente ao longo do trabalho. Meus repetidos esforços para consultar a documentação da Associação Brasileira de História Oral foram quase sempre infrutíferos, a não ser pela gentileza pessoal de Antonio Torres Montenegro e, mais uma vez, Marieta de Moraes Ferreira, a quem sou extremamente grato. Por várias razões, dentre as quais está o fato de a entidade não ter uma sede, não foi possível acessar documentos como seu livro de atas ou as publicações decorrentes de eventos (cadernos de resumos e anais), extremamente dispersos.²⁷

Os desafios e os riscos em conjugar a história intelectual, a história do tempo presente e a história do campo no qual estou inserido merecerão ser explorados no futuro – quando a passagem do tempo permitir a triagem de minhas próprias experiências de pesquisa e a decantação de seu caráter anedótico ou memorialístico. Os dilemas foram muitos. Quero aludir, apenas, ao que Pierre Bourdieu disse em entrevista a Roger Chartier no livro assinado por ambos, *O sociólogo e o historiador*. O formulador da noção de “campo” estava delineando as diferenças de demanda e julgamento projetados sobre os profissionais de cada uma dessas disciplinas, em estudos sobre o desenvolvimento intelectual de uma área:

Muitas coisas são aceitas como evidentes pelo historiador e, até mesmo, são consideradas como proezas; se, por exemplo, um historiador descobre relações ocultas – ligações, como dizemos – entre tal personagem histórico e

²⁷ Ao longo da pesquisa, entrei em contato com diversos pesquisadores da área que haviam organizado seus eventos, visando o empréstimo ou a aquisição dessas publicações. Propus-me a oferecer, como contrapartida, a digitalização e organização do material em um banco de dados que seria doado à entidade. A proposta, entretanto, despertou pouco interesse.

um outro, ele é elogiado, e esse episódio é visto como uma descoberta. Ao passo que, se eu viesse a publicar, por exemplo, o décimo do que se impunha dizer para compreender o funcionamento do universo universitário – os campos acadêmicos –, eu seria considerado como um delator monstruoso. Por outro lado, penso que a distância temporal tem uma virtude de neutralização – aliás, conhecida por todo o mundo. Mas, no caso da sociologia, estamos sempre em terrenos candentes; além disso, as coisas que debatemos estão vivas, e não mortas, nem enterradas. (Bourdieu & Chartier, p. 18)²⁸

Ao falar do trabalho do historiador, Bourdieu se refere, como fica evidente, àquele que não tem o tempo presente e os temas próximos como seu assunto. Meu próprio trabalho – e alguns outros poucos que estudaram a história intelectual de seu tempo, e “de dentro” – se afinariam mais com os problemas da sociologia.

Por outro lado, a conjugação dessas três dimensões oferece pontos de vantagem: no meu caso, a familiaridade prévia com uma bibliografia extensa; a proximidade a temas e pessoas; e ainda a possibilidade de enxergar o campo da história oral em seus diferentes estratos. A experiência de frequentá-lo (não a título experimental, mas como um engajamento intelectual verdadeiro), circulando no nível “do chão”, como gosto de chamar, e também idealizando ou efetivando realizações de amplo alcance, ofereceu uma visão multiangular. Busquei apoiá-la, entretanto, em pesquisa empírica. Embora a história do presente tenha muito de testemunho – como vários dos textos reunidos no importante volume *Questões para a história do presente*, organizado por Agnès Chaveau e Philippe Tétard, discutem²⁹ –, procurei reduzir ao máximo a alusão a experiências pessoais que poderiam ser facilmente questionadas. Utilizei minha vivência (e as muitas anotações dela derivada) para formular argumentos, mas fui em busca de outras fontes para apoiá-los.

Enfim, recorri à história oral. Em princípio, estive reticente em fazê-lo – claro que não por desconhecer o valor dos depoimentos orais, mas pelo receio de que essa abordagem resultasse predominantemente em uma “história oral da história oral”, que não era meu objetivo. De fato, foi importante iniciar o caminho de pesquisa sem os relatos, para depois integrá-los ao meu conjunto de fontes. Minha primeira entrevista, ainda assim – com o historiador Carlos Humberto Pederneiras Corrêa –, foi regida pela aspiração

²⁸ Bourdieu, P.; Chartier, R. **O sociólogo e o historiador**. Trad.: G. J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

²⁹ Chauveau, A.; Tétard, P. (org.) **Questões para a história do presente** [1992]. Bauru, SP: Edusc, 1999.

mais tradicional de uso das fontes orais: o preenchimento de lacunas. Depois, o contato mais próximo com o trabalho de Richard Cândida Smith descortinou outras maneiras de aproveitamento da situação de entrevista, como a discussão de ideias e conceitos, o que fez com que os encontros derivassem em produtos híbridos, a meio caminho entre a narração de uma história de vida com orientação temática e uma produção intelectual.³⁰ Gravei 22 entrevistas, totalizando aproximadamente 36 horas de gravação, ou várias centenas de páginas.³¹

Esse é um material fascinante que só foi parcialmente aproveitado neste estudo. Tenho a expectativa de compartilhar as entrevistas depositando-as em algum arquivo ou publicando parte delas – fontes valiosas não apenas para estudos sobre história oral, mas também para outras histórias intelectuais e para a abordagem da cultura intelectual de nosso tempo. As entrevistas, aqui, são vozes que contam junto comigo uma história, acrescentando sabor e detalhes a essa história intelectual e institucional; são interpretações que complementam, corroboram ou destoam das minhas; são vozes imprescindíveis em reconstituições de processos de descoberta e de tomada de decisão. O impacto delas sobre mim, entretanto, mostrou-se mais cedo: elas reintroduziram a percepção fundamental de que obras intelectuais são produzidas por pessoas – algo tão óbvio e tão obscurecido em certos procedimentos analíticos, ou na abordagem de períodos mais distantes. O contato direto com as fontes orais não apenas sensibilizou meu olhar sobre as fontes escritas e me lembrou que as ideias, como seus autores, mudam no tempo – também me obrigou a uma atenção permanente: as pessoas acertam e erram; agem e recuam com ponderação ou por impulso; são movidas por curiosidade visceral ou pela busca de aceitação, por interesses genuínos ou por ressentimentos; não são totalidades coerentes, mas têm dilemas e contradições. Elas pensam e sentem, infrequentemente em um justo equilíbrio. A história da criação intelectual é, por isso, também uma história de emoção. E se não ousei

³⁰ Posteriormente, vim a traduzir, junto com Fernando Luiz Cássio, um conjunto de ensaios de Richard Cândida Smith, que está publicado como: Smith, R. C. **Circuitos de subjetividade: História oral, o acervo e as artes**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

³¹ Considero que tive ampla acolhida pelos entrevistados a quem procurei. Mais pesquisadores poderiam ter sido entrevistados: dois deles não aceitaram conceder seus depoimentos; em outra meia dúzia de casos, houve a dificuldade de compatibilizar agendas; no mais, não ampliei esse universo em função das limitações de tempo para a finalização da pesquisa. Ao final deste estudo, apresento a listagem completa de entrevistados.

explorar essa dimensão de análise – eis um desafio para o futuro –, estive atento à sua vigorosa presença.

Passado, presente e futuro

Empunhando sua caderneta de anotações, uma pesquisadora anunciava, diante da plateia atenta, sua proposta: “*Nós*, praticantes de história oral, deveríamos ser menos positivistas e aceitar o caráter subjetivo das fontes orais”. Numa outra sala, um estudante de pós-graduação de uma conhecida universidade brasileira assegurava: “O ensaio ‘O narrador’, de Walter Benjamin, pode suscitar muitas reflexões para *nós*, que trabalhamos com história oral”. Num auditório um pouco maior, a professora de uma universidade federal conclamava os pares às obrigações que deveriam doravante assumir: “*Nós* devemos ser éticos e convidar nossos entrevistados para as exposições, as defesas de teses, os lançamentos de livros que utilizem suas histórias”.

Esses episódios não aconteceram nos anos 1970 ou 1980, quando abordagens neopositivistas sobre a fonte oral se confrontavam com perspectivas narratológicas; quando os temas da memória e da subjetividade começaram a entrecruzar os aspectos técnicos de gravação de relatos orais; quando movimentos contestatórios demandavam dos pesquisadores uma atitude moral e ética com seus sujeitos de pesquisa. Eles aconteceram em 2008, 2009 e 2010, respectivamente, em encontros de história oral brasileiros. Seus autores voluntariamente apresentaram suas propostas, aceitas por comissões científicas da área – e integrando-se, assim, a essa complexa malha chamada história oral.

O que estes episódios têm em comum é a extirpação de uma dimensão que é central para a abordagem histórica: a mudança no tempo. Fazem parte de um gênero de presentismo intelectual – que não consiste apenas em olhar para o passado com as lentes do presente, mas também em enxergar tão somente o presente, descartando o processo histórico. Um químico dificilmente proporia, em nossos dias, que a matéria existe sob a forma de átomos. Um físico não começaria seus trabalhos declarando que a Terra tem o formato de uma esfera. Um matemático não precisa informar aos pares que o valor de π é

3,1415927. Químicos sabem quem foi Dalton; físicos estudaram Newton; matemáticos conhecem o legado de Pitágoras. Se praticantes de história oral propõem nos dias de hoje, em um congresso de especialistas, que a subjetividade não deveria ser encarada como uma fraqueza, é porque – na melhor das hipóteses – a área demonstra um profundo desconhecimento sobre si mesma.

Alguém poderia relegar ocorrências como as que relatei como peripécias marginais, argumentando que elas não são representativas da pluralidade do campo. Eu poderia oferecer um volume maior de exemplos; ou então defender a compreensão de que, em um campo intelectual, todos os fluxos estão conectados: estratos, níveis e granulações se retroalimentam vertical e horizontalmente, permitindo o escoamento de ideias, práticas e comportamentos para baixo e para os lados. Em outras palavras, eu poderia defender que as estruturas do campo da história oral licenciam o presentismo.

Preferi, entretanto, tentar contribuir de outra maneira. Em seu provocativo ensaio “Por um pensamento brasileiro”, o historiador José Carlos Reis perguntou-se sobre a existência de um pensamento nacional: se ele seria viável, se seria desejável. Questionou identidades essencializadas, apontou para os perigos de um comportamento xenófobo, explorou os conceitos de patriotismo e de nacionalismo, e terminou por defender que a “identidade nacional” seria, mais propriamente, uma “‘imaginação compartilhada’, criada em múltiplas linguagens, divergentes, discordantes, mas sobretudo ‘interlocutoras’ umas das outras” (p. 264). Ao fim e ao cabo, seu objetivo era o de provocar os leitores ao estudo dessa “imaginação compartilhada”. Mesmo sabendo que podia ser mal compreendido – “o risco disso já conhecemos: o nacionalismo, o fascismo” (p. 268) –, ele convidou os intelectuais brasileiros à tarefa de conhecer melhor o pensamento produzido em seu próprio país. Ainda que utilizando expressões discutíveis como “linguagens que expressam a alma brasileira”, ele afirmou:

É preciso retomá-las, estudá-las, repeti-las, rememora-las, interpretá-las, traduzi-las e integrá-las ao presente, como um precioso patrimônio nosso. Esta é a ‘vida do espírito’ de um povo. Os europeus têm bibliotecas repletas de obras com o seguinte conteúdo: Platão disse isso, Aristóteles, Descartes, Febvre, Braudel, Hegel, Marx disseram isso... E repete-se incansavelmente o que os intérpretes das identidades europeias disseram sobre os europeus e suas alteridades. Mas não se trata somente de “repetir mecanicamente”, mas de “repetir reflexivamente”, de “reconstruir criticamente”, de “reavaliar”, de

“retransmitir”, de se “apropriar” de um patrimônio cultural próprio. Não se pode ignorar a importância da contribuição desses estudos e comentários para o sucesso europeu.

(...) Nós temos poucos “Frei Vicente, Varnhagem, Nabuco, Bomfim, Holanda, Freyre, Furtado disseram isso sobre a vida brasileira”. (2010, p. 266)³²

Da minha parte, o desafio está aceito. Se o trabalho intelectual tem uma dimensão utópica, a minha utopia é que os capítulos que seguem – com muitos sujeitos para “disse isso” e “fez isso” – contribuam para que o campo da história oral conheça melhor seu passado; para que ele se beneficie de tudo aquilo que foi realizado e escrito, no Brasil e onde mais nos convier, não na base de nacionalidades ou signos de prestígio, mas de contribuições intelectuais sólidas; que o método tão democrático da história oral seja fortificado por uma erudição verdadeira, baseada no debate e na crítica, na discussão horizontal de ideias; que a sapiência de inventores e mestres não legue fórmulas a serem exaustivamente repetidas ou reverentemente imitadas, mas estímulos para o pensamento e a ação criativa e original; que o motor de nossa prática (o diálogo) seja posto em marcha não apenas quando coletamos entrevistas, mas quando nos relacionamos com nossos pares e com a sociedade, com o saber que herdamos e com aquele cuja existência testemunhamos; que lacunas e faltas não gerem ressentimento, mas inspirem para o trabalho incansável; que tudo isso, enfim, faça com que a trajetória que apresento neste estudo seja apenas o início de uma longa história para a história oral feita no Brasil.

Agradecimentos

Este trabalho resulta de uma busca iniciada em 2002, quando realizei minha primeira entrevista de história de vida – que, àquela altura, entendi como uma entrevista “meio diferente”. Poucos anos depois, tendo acumulado algumas dezenas de gravações como aquela, conheci a área de estudos de história oral e somei minha inclinação espontânea para a escuta às muitas possibilidades de experimentação e interpretação que a familiaridade com sua literatura especializada me concedeu. Foram muitas as pessoas que,

³² Reis, J. C. “Por um pensamento brasileiro”. In: **Teoria & História: Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 261-9.

desde então, contribuíram indiretamente para este trabalho. Sou grato a todas elas: meus entrevistados e entrevistadas; os colegas com quem pude discutir e refinar minhas visões sobre história oral e memória; as pessoas e instituições que ofereceram oportunidades para que meus interesses e minhas pesquisas se transformassem em realizações.

Neste estudo, tive a felicidade de contar com a cooperação generosa de diversas pessoas. Juniele Rabêlo de Almeida ofereceu comentários cuidadosos sobre a primeira versão do projeto. Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Marieta de Moraes Ferreira contribuíram de maneira decisiva em vários momentos, por meio de indicações de fontes e caminhos, de sugestões e críticas, de diálogos e provocações estimulantes que tiveram lugar no exame de qualificação da tese e em várias outras oportunidades.

Sou grato a Fátima Ximenes pela presteza na transcrição das entrevistas e pelo zelo que extrapolou esta tarefa. Adyel Silva, Cida Blaz, Maria Nilda Rodrigues e Rose Mary foram conselheiras que revigoraram meu fôlego com sua persistente amizade. David King Dunaway foi um amigo na hora certa. E Joana da Silva Santos foi uma amiga para todas as horas; sem seu suporte sereno e incansável este trabalho não teria chegado ao fim.

Minha família (Caroline, Denise, Maria Inês, Luiz) mais uma vez não economizou afeto, auxílio e compreensão. Marjorie Marcelle me ajudou a encontrar, entre o claro e o escuro, a medida do equilíbrio; e Raquel Corrêa, de maneira imprevista e providencial, ofereceu a este estudo a melhor interpretação que ele poderia ter. E como o que é óbvio também precisa ser dito, haveria menos brilho e cor neste caminho se não fosse Fernando Luiz Cássio, “indócil e livre como eu”.

Agradeço a cada um dos meus entrevistados, que dedicaram seu tempo para compartilhar comigo ideias, lembranças, emoções. Agradeço também as instituições em que realizei pesquisa documental e bibliográfica, especialmente a Columbia University, a Fundação Getúlio Vargas, e a University of Massachusetts, Amherst. Sou grato à orientadora deste trabalho, Sara Albieri – com quem muito aprendi sobre a cultura acadêmica – o estímulo e a provocação incessantes. E a Daphne Patai, coorientadora – com quem descobri e redescobri a história oral –, agradeço a confiança e o questionamento constantes, bases para um diálogo sólido, fértil e livre.

Sou particularmente grato à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelas repetidas manifestações de apoio ao meu trabalho, desta vez através da bolsa que possibilitou transformar este projeto em uma prioridade, e que ofereceu a chance de uma interlocução criativa e respeitosa com o assessor anônimo a quem também agradeço.

E é para Heloísa de Araújo Duarte Valente e Valéria Barbosa de Magalhães que dedico esta tese – pelo que todos sabem e pelo que só nos sabemos.

Parte 1

Matrizes multidisciplinares da história oral no Brasil

CAPÍTULO 1

Parte e parcela:

Relatos orais na pesquisa sociológica

Um impetuoso inventário de origens sobreleva-se nas incursões da história oral por seu próprio passado. Em busca da validação de seu ofício, adeptos deste método esquadriharam tempos remotos ou recentes em busca de predecessores que afirmassem a oralidade como recurso legítimo para a construção de conhecimento. Uma miríade de nomes dessemelhantes tem sido convocada: dos escritores negros que registraram a história dos povos Tswana ou Zulu, na África do Sul (Denis, 2008), ao francês Ernest Lavisse e ao árabe Ibn Khaldun (Voldman, 2006); de Tucídides e Heródoto a cronistas medievais (Schwarzstein, 2001); de projetos sobre folclore irlandês desenvolvidos na Inglaterra dos anos 1930 (Lance, 1974) ao famoso programa estadunidense Federal Writer's Project, durante a Grande Depressão (Rapport, 1979).¹ O Brasil também é pródigo na revista de antecessores. Câmara Cascudo e Gilberto Freyre são muitas vezes chamados à cena; Mário de Andrade e Euclides da Cunha poderiam fazer-lhes companhia. Cada um deles fez por merecer a deferência de seus sucessores, que veem em seus trabalhos inspirações para o ofício da história oral.

Todavia, há elementos capazes de diferenciar o esquadrihamento proposicional do passado e as iniciativas que legaram diretamente ao campo da história oral princípios técnicos, procedimentais e teóricos valiosos, ratificados na medida mesma de sua

¹ Ver: Denis, P.; Ntsimane, R. (org.) **Oral history in a wounded country: Interactive interviewing in South Africa**. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2008; Voldman, D. “La historia oral en Francia a finales de los ochenta”. **Historia y Fuente Oral**, v. 5, p. 145-56, 1989; Schwarzstein, D. **Una introducción al uso de la Historia Oral en el aula**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001; Lance, D. “Oral history in Britain”. **Oral History Review**, v. 2, n. 1, p. 64-76, 1974; Rapport, L. “How valid are the Federal Writers’ Project life stories: An iconoclast among the true believers”. **Oral History Review**, v. 7, n. 1, p. 6-17, 1979.

incorporação por futuros pares. Quatro matrizes deram forma, cara e cor ao uso do método em nosso país e ao campo que se constituiu a partir dele. Nesse campo – acostumado a abrigar uma variedade de autores, de muitas nacionalidades –, a menção a Roger Bastide (1898-1974) não causaria estranhamento: tal associação é avalizada pela proximidade do recurso à entrevista aos chamados estudos da memória², no qual a obra desse autor que o Brasil conhece de perto (e que inspirou a enformação de uma primeira matriz de história oral aqui identificada) vem sendo revalorizada e relida.

No livro *The Collective Memory Reader*, de 2011, por exemplo, que reúne excertos de textos fundamentais para os estudos de memória coletiva, vinte e dois autores que vão de Friedrich Nietzsche a Sigmund Freud, ou de Karl Marx a Émile Durkheim, ocupam a parte 1, “Precusores e clássicos”, ao lado de Bastide. Na apresentação de um trecho extraído do livro do francês, *The African religions of Brazil: Toward a Sociology of the interpenetration of civilizations*, dizem os organizadores, estusiasmados:

Uma parte da mitologia sobre a pesquisa em memória coletiva diz que um longo período de silêncio sucedeu o trabalho seminal de Halbwachs, que esperou até o final dos anos 1980 e os anos 1990 para ser redescoberto. Esta genealogia é claramente inexata. Um dos mais importantes envolvimento com o trabalho de Halbwachs foi feito pelo antropólogo estruturalista Roger Bastide. (Olick, Vinitzky-Seroussi & Levy, 2011, p. XX)³

Bastide precisou esperar para sua obra ser reconhecida não apenas do ponto de vista dos estudos temáticos que realizou, mas como uma contribuição efetiva aos estudos da memória. Os textos de Nathan Watchel e Henri Moniot, publicados em um número especial do periódico *History and Anthropology*, em 1986, e depois reunidos no livro *Between memory and history* (Bourguet, Valensi & Wachtel, 1990) estiveram entre os primeiros a saudar este aspecto do trabalho do autor.⁴ Depois vieram outros, destacando a continuidade e o aperfeiçoamento oferecidos por Bastide aos quadros sociais da memória

² O livro *Memory: Histories, theories, debates*, organizado por Susannah Radstone e Bill Schwarz (2010), apresenta uma introdução e panorama do campo dos estudos da memória, hoje. Radstone tem oferecido diversas contribuições ao campo, tanto por meio de suas pesquisas próprias como dos livros que tem editado. Ver: Radstone, S.; Schwarz, B. (org.) **Memory: Histories, theories, debates**. New York: Fordham University Press, 2010.

³ Olick, J. K.; Vinitzky-Seroussi, V.; Levy, D. (org.) **The collective memory reader**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2011.

⁴ Bourguet, M. N.; Valensi, L.; Wachtel, N. (org.) **Between memory and history** [1986]. Chur/London/Paris/New York/Melbourne: Harwood Academic Publishers, 1990.

de Halbwachs: assim fazem Berliner (2005), Mink (2008) ou a prestigiada Marie-Claire Lavabre (2009), que também menciona o autor de *Brasil, Terra dos contrastes* como exceção quando detalha a escassez de trabalhos de tom historiográfico, anteriores à metade da década de 1970, que tratam do tema da memória – mesmo não sendo ele um historiador.⁵

A conexão de Bastide à trajetória da história oral não se resume, entretanto, a essa via tortuosa dos estudos da memória, de um ponto de vista teórico, com base nos ensaios e livros que ele publicou a partir da década de 1960, na França.⁶ Não propriamente como um pensador, mas antes como um incentivador, ele contribuiu para alavancar a reflexão metodológica sobre o uso de depoimentos orais nas ciências humanas e sociais brasileiras, e apresentou à comunidade acadêmica os frutos desse estímulo. De certa forma, isso aproximaria institucionalmente a história da história oral no Brasil à trajetória da própria Universidade de São Paulo, criada em 1934 com o apoio das chamadas “missões francesas”, quando um grupo de professores e pesquisadores vindos da França – além de alguns outros poucos oriundos de demais países europeus – chegou ao Brasil para cooperar com o estabelecimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.⁷ Estavam entre eles Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e Fernand Braudel (1902-1985), que se tornaram estrelas internacionais, além de professores como Alfred Bonzon (Literatura Francesa), Paul Arbousse-Bastide (Ciência Política) e Pierre Monbeig (na Geografia Humana). Com o retorno de Lévi-Strauss à França, a cátedra de Sociologia I do

⁵ Ver: Berliner, D. C. “The abuses of memory: Reflections on the memory boom in Anthropology”. *Anthropological Quarterly*, v. 78, n. 1, p. 197-211, 2005; Mink, G. “Between reconciliation and the reactivation of past conflicts in Europe: Rethinking social memory paradigms”. *Czech Sociological Review*, n. 69, v. 3, p. 469-91, 2008; Lavabre, M. C. “Historiography and memory”. In: Tucker, A. (org) *A companion to the philosophy of history and historiography*. Chichester: Blackwell Publishing, 2009. p. 362-70.

⁶ O mais importante ensaio de Bastide sobre memória coletiva é *Mémoire collective et sociologie du bricolage* (1970). Renato Ortiz entende a concepção de Bastide sobre essa memória coletiva enquanto “uma memória estruturada, um sistema de relações. Cada elemento tem um lugar determinado, e o conjunto de todos os elementos só tem sentido enquanto resultado das interações dos elementos que o forma. (...) Esta concepção de memória permite resolver dois problemas: o do esquecimento, e o da seleção das lembranças” (p. 98). Ortiz, R. “Do sincretismo à síntese”. In: *A consciência fragmentada: Ensaios de cultura popular e religião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 91-108. Ver também: Bastide, R. “Mémoire collective et sociologie du bricolage”. *L'Année Sociologique*, v. 21, p. 85-108, 1970.

⁷ Massi, F. “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras”. In: Miceli, S. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil (vol. 1)*. São Paulo: Vértice/Idesp/Finep, 1989. p. 410-59.

Departamento de Ciências Sociais ficou vaga.⁸ O convidado para ocupá-la foi Bastide, que chegou ao Brasil em 1938 e aqui ficou até 1954, quando retornou à França e foi nomeado professor da École Pratique des Hautes Études. Depois disso, mesmo só tendo visitado o Brasil por duas vezes – em 1962, como professor-visitante da USP, e em 1973, como conferencista da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) –, ele se consagraria como uma autoridade intelectual nos estudos brasileiros.

Durante os 16 anos em que permaneceu na USP, Bastide teve atuação notável como pesquisador e professor, destacando-se no cenário de uma universidade jovem e de uma cidade afeita à discussão cultural. Se na França ele já havia publicado dois livros de sociologia religiosa – *Les problèmes de la vie mystique* (1931) e *Éléments de sociologie religieuse* (1935) –, no Brasil ele foi eclético e fecundo: tratou de poesia, folclore, imaginário, psicanálise, religiosidade, entre outros temas.⁹ Quase sempre teve a raça e as relações interétnicas em seu horizonte de problemas. Sua postura era reconhecidamente “anti-etnocêntrica”, como ele próprio a nomearia; em sua visão, a única possível para a compreensão válida da realidade. Tal postura desdobrava-se, nas palavras de Eduardo Jardim de Moraes, em quatro planos:

Em um primeiro, mais propriamente epistemológico e crítico, nosso autor discute o peso do etnocentrismo nas escolas sociológicas em um sentido amplo e no contexto brasileiro. Em um segundo momento, consequência do primeiro, dá-se a proposta de ampliação do arsenal metodológico das Ciências Sociais. Em um terceiro momento, de natureza mais política, está em jogo a questão do colonialismo e do neocolonialismo. Por último, sua preocupação anti-etnocêntrica incide sobre problemas relativos à definição da categoria de modernidade. (Moraes, 1986, p. 99)¹⁰

Relacionada às demais, a questão metodológica é de interesse especial, corporificando de forma visível os anseios maiores do autor, que inspiravam uma valorização maior não somente do intelectual nacional, mas das várias formas de saber locais; uma digestão de contribuições de outras disciplinas de fronteira, e mesmo da arte;

⁸ Queiroz, M. I. P. “Roger Bastide, professor na Universidade de São Paulo”. *Cadernos CERU*, série 2, n. 12, p. 11-22, 2001.

⁹ Ver: Bastide, R. *Les problèmes de la vie mystique*. Paris: PUF, 1931; Bastide, R. *Éléments de sociologie religieuse*. Paris: A. Colin, 1935.

¹⁰ Moraes, E. J. “O idêntico e o diferente: Leitura de Roger Bastide”. In: von Simson, O. R. M. (org.) *Revisitando a terra de contrastes: A atualidade de Roger Bastide* [Seminário de Cultura Brasileira 4, São Paulo, 1984]. São Paulo: FFLCH/CERU, 1986. p. 97-105.

o reconhecimento de que os sistemas de conceitos e as instruções procedimentais aprendidas no/do exterior deveriam ser revistas diante da realidade brasileira viva.¹¹ No ano de 1946, Bastide teve dois artigos, estruturados como um diálogo entre os personagens “O crítico” e “Eu”, publicados no jornal *Diário de São Paulo*, sob o título *A propósito da poesia como método sociológico*¹², na qual propunha, como escreveu Eduardo Moraes,

aproveitar o potencial heurístico da intuição poética (...) [que] leva vantagem sobre as posturas metodológicas de caráter estritamente objetivista por várias razões. Ela estabelece com o objeto um contato de maior intimidade, comparado a um ato de amor, o que lhe dá oportunidade tanto de sensibilizar-se com a dimensão do fluxo temporal de que participa o mundo sócio-cultural, quanto de se mostrar receptiva para aspectos da realidade que de outro modo seriam considerados irracionais e por esta razão eliminados do domínio da ciência. (Moraes, op. cit., p. 102)

Essa visão implicava entrega e aventura profunda, mesmo que controlada. Escreveu Bastide que

Trata-se, para o sociólogo, de não se colocar fora da experiência social, mas de vivê-la, senão totalmente, pois não podemos ser *Fragolis*, transformando-nos sucessivamente em operário e patrão, empregado de banco e malandro, entregador de loja e missionário, mas nos aproximando deles pelo menos por um esforço de simpatia, por uma espécie de naturalidade instintiva. Trata-se de uma transfusão da alma. Precisamos nos transformar naquilo que estudamos – multidão, massa, classe ou casta. (Bastide, 1983, p. 83-4)¹³

Sua atitude colocava-se de forma mais concreta na relação que Bastide tinha e propunha com os objetos de pesquisa no processo de conhecimento da história e da cultura brasileiras. Dispensando métodos etnológicos tradicionais e estáticos que estudariam uma determinada sociedade com um olhar “estrangeiro”, “de fora para dentro”, previamente comprometido com hipóteses e caminhos interpretativos, ele empregava soluções fundadas no reconhecimento do engajamento do pesquisador em seu estudo, da sua inscrição na sociedade abordada, da contribuição do pensamento nativo,

¹¹ Queiroz, M. I. P. “O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros: Ensaio metodológico”. **Cadernos CERU**, série 2, n. 18, p. 12-33, 2006.

¹² Primeira conversa com o crítico, 8 de fevereiro, e Segunda conversa com o crítico, 22 de fevereiro. Ver: Bastide, R. “A propósito da poesia como método sociológico”. In: Queiroz, M. I. P. (org.) **Roger Bastide**. São Paulo: Ática, 1983. p. 81-7.

¹³ Bastide, R. “A propósito da poesia como método sociológico”. In: Queiroz, M. I. P. (org.) **Roger Bastide**. São Paulo: Ática, 1983. p. 81-7.

formalizado ou não. No centro de sua posição metodológica estava a técnica da observação participante, àquela altura tão mais comum entre antropólogos. De fato, existe em Bastide o avizinhamiento antiortodoxo da Sociologia com práticas da Antropologia e também da Psicologia Social, em sua busca para transitar entre o indivíduo e a sociedade, o simbólico e o estrutural, o pensamento humano e as manifestações coletivas.

Outras técnicas, além da observação participante, eram empregadas por Bastide. Para a pesquisa *Relações entre negros e brancos em São Paulo*, patrocinada pela Unesco e desenvolvida juntamente com Florestan Fernandes e outros colaboradores no início da década de 1950, também recorreu a questionários, a entrevistas formais e informais, a observação direta, a estudos de caso, a coleta de documentos pessoais produzidos pelos sujeitos de pesquisa.¹⁴ Foi uma pesquisa “especialmente apoiada em evidência ‘qualitativa’”, que “estabeleceram os princípios que deveriam guiar toda uma geração de pesquisadores brasileiros”, conforme Aspásia Camargo, Valentina da Rocha Lima e Lúcia Hippolito analisaram bem depois (1985, p. 42).¹⁵ Ao longo de sua carreira posterior, Bastide continuaria oferecendo perspectivas novas na abordagem de temas sociais; da mesma forma, sua influência projetou-se sobre diferentes áreas do conhecimento.¹⁶

Também era notável a atuação de Bastide junto aos estudantes, dentre os quais estiveram Antonio Candido de Mello e Souza, Gilda de Mello e Souza, Paulo Emílio Salles Gomes, Osvaldo Xidieh, Ruy Coelho e Maria Isaura Pereira de Queiroz – esta sendo, provavelmente, sua mais devotada discípula. Queiroz estudou com Bastide pela primeira vez em 1947, em seu segundo ano de graduação em Ciências Sociais. Ele foi seu orientador no mestrado em Sociologia, Antropologia e Política, também na USP, e em seu doutorado em Sociologia, apresentado em 1959 à École Pratique des Hautes Études. Em relato sobre a atuação de Bastide na USP, ela escreve: “Sempre exigiu de seus alunos

¹⁴ Ver: Fernandes, F. “As relações raciais em São Paulo reexaminadas”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Revisitando a terra de contrastes: A atualidade da obra de Roger Bastide** [Seminário de Cultura Brasileira 4, São Paulo, 1984]. São Paulo: FFLCH/CERU, 1986. p. 13-9.

¹⁵ Camargo, A.; Rocha Lima, V.; Hippolito, L. “The life history approach in latin America”. **Life Stories/Récits de Vie**, v. 1, p. 41-54, 1985.

¹⁶ Sobre as relações entre Roger Bastide e Florestan Fernandes, ver o ensaio “Roger Bastide e Florestan Fernandes: Dilemas da modernização”, de Fernanda Arêas Peixoto. O ensaio faz parte do excelente livro no qual ela analisa, ainda, os diálogos de Bastide com o modernismo (“Roger Bastide e o modernismo: Diálogo interessantíssimo”) e com Gilberto Freyre (“África e Brasil na encruzilhada de pontos de vista”): Peixoto, F. A. **Diálogos brasileiros: Uma análise da obra de Roger Bastide**. São Paulo: Edusp, 2000.

trabalhos anuais de pesquisa, forçando-os sistematicamente se exercitarem no emprego de diversas técnicas que ainda não eram muito conhecidas” (Queiroz, 2001, p. 17-8).¹⁷ Em nota de rodapé, completa:

Em 1951, deu como trabalho a dois de seus alunos, Renato Jardim Moreira e eu, o emprego da técnica de “história de vida” em pesquisa sobre as relações sociais padronizadas [patrocinada] pela Unesco e, em seguida, conseguiu que os dois artigos fossem publicados na revista *Sociologia*, com uma introdução redigida por ele. (p. 18)

Tratava-se, enfim, de uma espécie de experiência didática realizada no bojo de um projeto de muita seriedade, marcante não apenas dentro da obra de Bastide e Florestan Fernandes, que o coordenaram, como na sociologia como um todo. O projeto – que tinha a missão clara, articulada às intenções explícitas da Unesco, de contribuir na luta contra o racismo – não apenas nutriu o debate nacional em torno da questão racial (inscrevendo-se na trajetória de pesquisadores como Luiz de Costa Aguiar Pinto e Oracy Nogueira, que se sagraram como pensadores do tema), como também, na leitura de Marcos Chor Maio¹⁸, contribuiu para a institucionalização das ciências sociais no Brasil.¹⁹

A experimentação que Bastide decidiu fazer no interior desse grande projeto não era infrequente, parece, entre os professores estrangeiros convocados a atuar na USP. Falando de Fernand Braudel, Paulo Miceli afirmou que “mais do que um ambiente intelectual, o Brasil foi uma paisagem”; que um historiador chegado nessas missões francesas, talvez, visse no novo país “apenas um ambiente para dialogar consigo mesmo, refletir sobre História e testar suas ideias nas aulas e conversas que mantinha com os alunos e alguns intelectuais, modestos iniciantes em uma área do saber cuja força renovadora, aliás, chegava de fora da universidade” (2006, p. 261).²⁰ Esse campo de teste

¹⁷ Queiroz, M. I. P. “Roger Bastide, professor na Universidade de São Paulo”. **Cadernos CERU**, série 2, n. 12, p. 11-22, 2001.

¹⁸ O autor publicou extensivamente sobre o Projeto Unesco. Entre vários textos, ver: Maio, M. C. “O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-58, 1999; Maio, M. C. “O Projeto Unesco: Ciências Sociais e o ‘credo racial brasileiro’”. **Revista USP**, n. 46, p. 115-28, junho/agosto 2000; Maio, M. C. “Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, and the Unesco Project on race relations in São Paulo”. **Latin American Perspectives**, v. 38, n. 3, p. 136-49, May 2011.

¹⁹ O resultado da pesquisa foi publicado pelos coordenadores do projeto. Ver: Bastide, R.; Fernandes, F. **Brancos e negros em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

²⁰ Miceli, P. “Sobre História, Braudel e os vaga-lumes: A Escola dos *Annales* e o Brasil (ou vice-versa)”. In: Freitas, M. C. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 259-70.

era bastante apropriado para a empreitada que Roger Bastide, ele mesmo um jovem professor, legou a Moreira e a Queiroz (àquela altura finalizando sua dissertação de mestrado) – empreitada a tal ponto calcada na experiência de campo de coleta de histórias de vida que quase nada investia na familiarização com uma literatura estrangeira sobre o tema que, àquela altura, tinha já vulto considerável.

Os resultados do estímulo do professor foram publicados em 1953, no volume XV da revista *Sociologia*, da USP. Tratava-se de dois ensaios: *Histórias de vida e depoimentos pessoais*, de Queiroz, e *A história de vida na pesquisa sociológica*, de Moreira, ambos enfocando não o conteúdo das histórias de vida coletadas pelos estudantes, mas sim uma discussão sobre as técnicas utilizadas e as dificuldades encontradas. No texto a precedê-los, uma *Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida*, Bastide comentava que “se bem que a história de vida seja uma técnica relativamente recente em sociologia, sua bibliografia já é suficiente para encher um pequeno volume” (1953, p. 3)²¹ e mostrava-se atento à variedade de iniciativas como essa em termos de finalidade e aplicação no campo da pesquisa sociológica. Desse modo, Bastide reforçava um interesse demonstrado desde seu primeiro estudo monográfico, publicado em 1931, sobre a colônia armênia na cidade de Valence, na França – portanto bem antes de chegar ao Brasil.²² Já naquele momento Bastide manifestava interesse pelo “particular” e pelo “concreto”, bem como pela combinação de técnicas de pesquisa que permitisse ir além daquilo que uma adoção exclusiva facultava.²³

No que dizia respeito às histórias de vida, a própria revista *Sociologia* já havia publicado, em 1952, um ensaio de Oracy Nogueira²⁴, então jovem sociólogo que no mesmo ano havia se transferido da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) para a

²¹ Bastide, R. “Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida”. *Sociologia*, v. XV, n. 1, p. 3-7, 1953.

²² Bastide, R. “Os armênios em Valence” [*Les Arméniens de Valence*, 1931]. In: Queiroz, M. I. P. (org.) **Roger Bastide: Ensaio e pesquisas**. São Paulo: CERU, 1994. p. 69-93. [Textos CERU, série 2, n. 5]

²³ Os dois ensaios, mais a introdução de Bastide, foram reproduzidos como anexos no livro *Variações sobre a técnica de gravador do registro da informação viva* (Queiroz, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador do registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991). O texto de Queiroz foi ainda reproduzido na coletânea *Pesquisa em Ciências Sociais: Olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz* (Lucena, C. T.; Campos, M. C. S. S.; Demartini, Z. B. F. (org.) **Pesquisa em Ciências Sociais: Olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. São Paulo: CERU, 2008. [Textos CERU, série 2, n. 10]), mas erroneamente datado (no sumário e na apresentação) como sendo de 1983.

²⁴ Nogueira, O. “A história de vida como técnica de pesquisa”. *Sociologia*, v. XIV, n. 1, p. 3-16, 1952.

Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. Desde 1948 ele já atuava junto àquela revista e foi também um dos participantes da pesquisa sobre relações raciais patrocinada pela Unesco; no período imediatamente anterior, de 1945 a 1947, ele havia estudado na Universidade de Chicago.²⁵ No texto, Nogueira realizava uma revisão das posições de vários autores estrangeiros diante do emprego de “documentos íntimos”, “documentos humanos”, na pesquisa, e distinguia a posição sociológica daquela do historiador quando colocado diante desses documentos: este “se focaliza mais nos acontecimentos do que nas pessoas que os registraram” (Nogueira, op. cit., p. 4). Tais documentos teriam duas naturezas complementares: poderiam ser da “terceira pessoa” ou da “primeira pessoa” – nestes casos, estariam incluídas “as histórias de vida (escritas ou reveladas em conversas ou entrevistas), parciais ou totais” (idem, p. 4), os registros textuais de narrações orais. O ensaio, entretanto, não trazia contribuições para além da resenha das obras comentadas, que poderiam estar sendo apresentadas pela primeira vez por alguns dos leitores da revista. Nogueira, tampouco, alcança uma visão pessoal sobre a questão, encerrando seu texto com a sentença: “Diante dos diferentes depoimentos citados, torna-se claro que, se a história de vida tem os seus críticos rigorosos, também possui os seus convictos preconizadores” (p. 16).

Sob a influência de Bastide, os textos de Renato Jardim Moreira e Maria Isaura Pereira de Queiroz distinguem-se bastante do de Oracy Nogueira – e, ainda, entre si mesmos. Mas ainda que desiguais em extensão e em profundidade, os resultados apresentados pelos dois autores em sua busca por uma forma de “manejar a história de vida para que esta se transforme num método realmente sociológico” (Bastide, 1953, p. 4)²⁶ eram fortemente ligados à prática. O professor, na apresentação dos textos, escrevia:

²⁵ Em 1954, Oracy Nogueira apresentaria pela primeira vez o ensaio “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”, publicado em 1955, que se tornou uma referência central na discussão sobre raça, discriminação e estigma racial no Brasil, ao sistematizar a ideia de que, no país, o preconceito racial estaria predominantemente vinculado à aparência e não à origem. Sobre a contribuição do autor, ver, por exemplo: Cavalcanti, M. L. V. C. “Preconceito de marca: Etnografia e relações raciais”. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 97-110, maio de 1999; Lima, M. “O legado de Oracy Nogueira ao estudo das relações raciais”. **Tempo Social**, v. 19, n. 1, p. 283-5, junho de 2007.

²⁶ Bastide, R. “Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida”. **Sociologia**, v. XV, n. 1, p. 3-7, 1953.

Se as soluções encontradas são diferentes, o ponto de partida é idêntico. Num caso como no outro, a dificuldade foi a mesma; a técnica da história de vida ainda permanece muito presa às suas origens psicológicas, preocupando-se antes com o desenvolvimento da personalidade na sua relação com o meio social ou cultural do que com os fatos sociais propriamente ditos. (idem, p. 4)

Naqueles anos, a história de vida já estava mais ou menos popularizada no campo da Sociologia, conforme o próprio ensaio de Oracy Nogueira mostrava. Isso especialmente graças ao surgimento da chamada Escola de Chicago²⁷, que empregou o método em estudos sobre delinquência e problemas sociais urbanos (Faris, 1967).²⁸ Entre 1918 e 1920, haviam sido publicados o influente conjunto dos cinco volumes de *The Polish Peasant in Europe and America*, de William Isaac Thomas (1863-1947) e Florian Znanieck (1882-1958), ambos sociólogos, o primeiro estadunidense e o outro polonês, obra referida entre várias outras em nota de rodapé do artigo de Renato Jardim Moreira. Essa listagem sugere que Bastide e seus alunos tinham ao menos ciência da produção internacional sobre o assunto. Em nenhum dos dois textos, porém, ela é engatada significativamente – a não ser pelas econômicas menções de Moreira ao psicólogo John Dollard (1900-1980), que em 1935 havia publicado pela Yale University Press o livro *Criteria for the life history: With analyses of six notable documents*, dedicado à apreciação pioneira de trabalhos anteriores e à definição de critérios para uso das histórias de vida. Tratou-se de um livro de grande influência não apenas na sociologia, mas igualmente na antropologia e na psicologia; pela primeira vez, o enfoque recaía sobre os muitos problemas implicados no uso da história de vida na pesquisa social.²⁹ Na visão de L. L. Langness (1965)³⁰, isso explicou a grande influência que o livro teve por pelo menos uma década, estimulando o reforço da discussão metodológica e enxergando a história de vida como um artefato não meramente psicológico, mas que refletia uma dimensão cultural de

²⁷ Sínteses das contribuições da Escola de Chicago podem ser: Eufrásio, M. “A Escola de Chicago de Sociologia: Perfil e atualidade”. In: Lucena, C. T.; Campos, M. C. S. (org.) **Práticas e representações**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008. p. 13-27; Eufrásio, M. **Estrutura urbana e ecologia humana: A Escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

²⁸ Faris, R. E. L. **Chicago Sociology: 1920-1932**. San Francisco: Chandler, 1967.

²⁹ Dollard, J. **Criteria for the life history: With analyses of six notable documents** [1935]. New York: Peter Smith, 1949.

³⁰ Langness, L. L. **The life history in anthropological science**. New York/Chicago/San Francisco/Toronto/London: Holt, Rinehart and Winston, 1965.

interesse para sociólogos. A meta de Dollard, nesse sentido, era a mesma que Queiroz perseguia.

Como era comum no ambiente intelectual da Universidade de São Paulo, os autores demonstravam familiaridade maior com a literatura europeia, principalmente francesa. Entretanto, mesmo os braços da Escola de Chicago não se restringiam aos Estados Unidos, e tiveram um papel preponderante em São Paulo, muito em função da presença física de uma de suas figuras. Um dos representantes da Escola de Chicago, Donald Pierson, passou dois anos na Bahia, entre 1935 e 1937, como assistente de pesquisa do Social Science Research Committee, da Universidade de Chicago, tendo desenvolvido pesquisa sobre relações raciais entre negros e brancos na Bahia, sua tese de doutorado.³¹ Mas, principalmente, passou tempo substancial em São Paulo, entre 1939 e 1952, como professor da Escola Livre de Sociologia e Política (criada em 1933), em São Paulo. Ele teve um importante papel buscando disseminar o modelo de pesquisa de Chicago no Brasil; institucionalmente, visou profissionalizar a área com a conquista de bolsas, com a formação de bibliotecas, com a coordenação de publicações (Valladares, 2005, p. 13-4).³² Donald Pierson, assim, introduziu no espaço da cidade de São Paulo a importante vertente dos estudos urbanos³³; entre suas atividades, organizou e publicou em 1945 o livro *Teoria e pesquisa em sociologia*, que teve 18 edições ao longo de 36 anos (idem, p. 14).

Porém, a julgar pela opinião de Renato Jardim Moreira, trabalhos de outros autores de quase nada serviam. Num texto bem mais esguio que o de Queiroz – o ensaio “A história de vida na pesquisa sociológica” – ele é categórico ao afirmar a pouca utilidade da literatura sobre histórias de vida que havia consultado: “não me valeram de muito frente a certos problemas surgidos no decorrer da pesquisa” (Moreira, 1953, p. 25).³⁴ A limitação dos trabalhos estaria em sua inclinação psicologizante, na busca pela

³¹ Defendida em 1939, foi publicada em português (1945) e em inglês (1942).

³² Valladares, L. P. “Apresentação”. In: **A Escola de Chicago: Impacto de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2005. p. 11-22.

³³ Mendoza, E. S. G. “Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: Os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950)”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 440-70, jun/dez 2005; Guimarães, R. E. M. “Os estudos de comunidade e urbanos coordenados por Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo”. **Cadernos CERU**, v. 22, n. 1, p. 221-38, 2011.

³⁴ Moreira, R. J. “A história de vida na pesquisa sociológica”. **Sociologia**, v. XV, n. 1, p. 25-30, 1953.

compreensão do desenvolvimento da personalidade dos indivíduos estudados, ao passo que a sociologia se interessaria pela história de vida naquilo que ela fosse capaz de explicar a realidade social. Moreira, aparentemente, via também pouca utilidade nas entrevistas de história de vida: elas não seriam sequer uma técnica a ser legitimamente combinada a outras, mas apenas um recurso para ilustrar interpretações baseadas em outras fontes de dados. Em suas palavras, um “elemento de controle”.

Suas conclusões derivaram da experiência de coleta de um par de histórias de vida – base que, todavia, lhe pareceu mais que suficiente para professar um modelo sociológico de coleta e emprego das histórias de vida capaz de libertá-las do jugo psicologizante. Em um dos casos, realizou uma entrevista que hoje chamaríamos de temática, orientada “no sentido de obter a maior quantidade possível de dados sobre as relações entre brancos e negros” (Moreira, op. cit., p. 27). Procurou uma “pessoa de evidência nos movimentos sociais surgidos no meio negro” (idem, p. 27) que supriu o pesquisador com uma narração “objetiva” de “acontecimentos”, oferecendo uma “verdadeira história dos movimentos negros” (idem, p. 28), na visão do pesquisador não contaminada por experiências pessoais. Moreira atribuiu o êxito da entrevista à sua iniciativa de restringi-la aos fatos “de ordem social”; ele propugnava que, no ato mesmo de coleta, houvesse uma seleção dos fatos de “interesse sociológico” (idem, p. 28), repassando ao entrevistado a atribuição de coá-los conforme tal interesse. Como contraponto, Moreira menciona um segundo entrevistado, cuja história de vida ele não teria conseguido elaborar. Custaram-lhe dez entrevistas para perceber isso,

no decorrer das quais cheguei a estabelecer com ele uma certa intimidade e a perceber alguns traços de sua personalidade, fui obrigado a desistir de levar avante a coleta de dados, uma vez que ficou patente que o pesquisado fazia uma escolha nos dados que me narrava, com o fito de tornar suas ações passadas coerentes com seus ideais e atitudes atuais. (idem, p. 28)

O sociólogo diz que este seria o entrevistado adequado para quem se interessasse por “problemas de personalidade” – e esse não era seu caso. Sua sugestão era a de que os pesquisadores buscassem conhecer a “personalidade” dos entrevistados a fim de que pudessem “controlar a objetividade dos fatos narrados” (idem, p. 28). Era assim que Moreira buscava contribuir: propondo que a personalidade fosse um “fator de controle” (idem, p. 29) da objetividade da pesquisa. Em sua visão, seria possível descartar o

indivíduo e considerar apenas os fluxos sociais agindo sobre ele. Essa triagem, ademais, seria viável no ato mesmo da entrevista, da qual somente o material de utilidade imediata sobraria, resultando enfim no que ele definiu como a história de vida para a sociologia: “o relato das situações sociais vividas por um indivíduo, ordenadas cronologicamente” (idem, p. 30).

Maria Isaura Pereira de Queiroz acompanhou seu colega em muitos aspectos. Como ele, deixou de prestar atenção a Donald Pierson, à Escola de Chicago, à literatura estrangeira sobre histórias de vida de modo geral. Seu experimento, mesmo assim, foi mais auspicioso – e operou o deslocamento que viria a ser característico do campo da história oral: a passagem do olhar *através* do método a um olhar *para* o método.³⁵ Embora outros pesquisadores brasileiros, localizados ou não em universidades, tivessem anteriormente utilizado entrevistas na confecção de seus trabalhos, Queiroz foi pioneira ao se ocupar de forma programada da discussão metodológica. Sua atuação, além disso, seguiu adiante. Por décadas ela continuou a dirigir projetos com entrevistas e, especialmente, a escrever e publicar ensaios que lidavam com questões centrais para a pesquisa em história oral, abrangendo desde a formulação de projetos até a análise de documentos, passando pela combinação de técnicas e fontes e pelas possibilidades interpretativas de silêncios e lapsos da memória. Boa parte dessas obras foi e é aproveitada pelos pesquisadores brasileiros da área de história oral. Como professora e orientadora, Queiroz foi também grande responsável pela formação de toda uma geração de profissionais para a pesquisa sociológica, e, especificamente, para a história oral.

Essa primeira realização de Queiroz no setor, ainda em 1953, tem por base uma série de entrevistas realizadas a respeito das relações entre brancos e negros entre o início do século XX e o ano de 1930; alguns “depoimentos pessoais” e uma “história de vida”. Mesmo que o trecho seja longo, vale a pena reproduzir a maneira como Queiroz

³⁵ Um deslocamento marcante no que diz respeito à própria Sociologia, se tomarmos como base a visão de Queiroz de que a ênfase das ciências sociais brasileiras recaía, pelo menos até a década de 1930, sobre a resolução de problemas de pesquisa concretos, e não sobre discussões de teoria, metodologia, ou sobre o campo sociológico. In: Queiroz, M. I. P. “Desenvolvimento das ciências sociais na América Latina e contribuição europeia: O caso brasileiro”. *Ciência e Cultura*, v. 41, n. 4, p. 378-88, 1989. Ver ainda: Villas Bôas, G. *A vocação das Ciências Sociais no Brasil: Um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional (1945-1966)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

apresentava esta última entrevistada, que havia sido sua pajem e agora trabalhava para ela, como pajem de uma criança que não sabemos quem é:

Minha informante para a história de vida é pessoa de cor, nascida em 1900; passou sua infância e mocidade na cidade de São Paulo; empregada doméstica desde os 26 anos, tem vivido quase exclusivamente no meio de brancos e suas amizades são, em grande maioria, com gente branca. Conheço-a há tempo; estava, assim, afastada a primeira dificuldade das relações entre informante e pesquisador, que é a conquista da confiança para que a narração seja feita com maior franqueza. Outra dificuldade é a perda de interesse por parte, quer do pesquisador, quer do informante; muitas vezes, colóquios começados com todo o entusiasmo vão adquirindo um aspecto de obrigação que acelera o relato para acabar depressa ou que lhe abate a vivacidade; ora, minha informante não só tem decidido pendor para contar histórias como narrá-las com vivacidade e sabor; sabia de antemão que nosso interesse não diminuiria, antes tenderia a aumentar com o correr das entrevistas, dadas as suas qualidades de narradora. (Queiroz, 1953, p. 17)³⁶

A despeito de desejar a confiança da entrevistada, Queiroz, naquele momento, não lhe retribuiu o agrado. Pesando os prós e contras de entreter com a entrevistada uma longa e íntima relação, não de autoridade mas de “amizade”, ela preferiu não mencionar qual era seu problema de pesquisa. “Não sabendo qual a questão que preocupa o pesquisador, o informante conta sua história naturalmente, tal como a compreende, sem dar maior importância a determinado aspecto, examinando o passado sem ideias preconcebidas” (idem, p. 20), escreveu. Sua estratégia foi a de adotar uma postura de abertura, conferindo à entrevistada a liberdade de falar livremente, sem dirigi-la – nesse caso, levando essa liberdade às últimas consequências, ao ocultar o tema da pesquisa. Nisso, muitos de seus colegas, à época, já poderiam discordar. Florestan Fernandes, por exemplo, logo depois veio a afirmar que expor ao sujeito investigado os interesses do pesquisador é uma “medida que nos parece adequada, tanto ética quanto profissionalmente” (Fernandes & Gattás, 1956, p. 131).³⁷

A abertura e a busca pela espontaneidade caracterizaram uma postura que Bastide chamou casualmente de “técnica da liberdade”, e deliberadamente de “técnica proustiana”. Ele reconheceu precocemente o valor do que bem mais tarde estaria no coração da

³⁶ Queiroz, M. I. P. “Histórias de vida e depoimentos pessoais”. *Sociologia*, v. XV, n. 1, p. 8-24, 1953.

³⁷ Fernandes, F.; Gattás, R. “A história de vida na investigação sociológica: A seleção dos sujeitos e suas implicações”. *Sociologia*, v. XVIII, n. 2, p. 123-40, 1956.

história oral: embora não utilize a palavra, valoriza a expressão da subjetividade. A técnica que ela apreciava era a que permitia que “a pessoa interrogada, negligenciando a cronologia dos astrônomos, se abandona, como o menino Proust, às ‘intermitências do coração’ infinitamente mais reveladoras que as outras, sob a desordem aparente das datas” (Bastide, 1953, p. 5).³⁸ Para os “depoimentos pessoais” – que Queiroz entendia como distintos das “histórias de vida”, esta tática já não funcionaria. Seria preciso um acercamento mais estreito, que estimulasse um “parecer preciso” dos depoentes a respeito de uma questão.

Neste ensaio, publicado três anos antes da defesa de seu doutorado³⁹, a ênfase de Queiroz não está, cabe repetir, nos conteúdos dos relatos obtidos – eles só são mencionados, aliás, após uma longa exposição, em que a autora discursa desde uma perspectiva claramente disciplinar. Seu terreno, evidentemente, é a Sociologia, mas não toda e qualquer Sociologia. Àquela abordagem do chamado fato social que enxerga prioritariamente a exterioridade, as manifestações concretas e executadas do pensamento e do sentimento humano, a técnica das histórias de vida e dos depoimentos pessoais (expressões sempre colocadas em associação) teria pouco proveito. O deslocamento para a *fonte* dessa concretude – o homem – estruturou um lugar onde a abordagem da interioridade é possível; lugar que comporta o pensamento, a opinião, a proximidade, a humanidade comum, o envolvimento; lugar que, porém, não se confundiria com o da Psicologia. As primeiras demarcações de Queiroz são, aliás, posicionais: ela distingue o uso das histórias de vida feito pelos psicólogos, embora respeite seu valor. Ela chega até mesmo a apontar uma complementaridade e uma inseparabilidade capazes de refazer os laços entre aspectos apartados por configurações disciplinares úteis no processo de pesquisa – mas que, a partir de certa altura, poderiam ser ultrapassados em nome de uma focalização abrangente da vida em sociedade.

De qualquer forma, é auxiliada pela posicionalidade em relação à Psicologia que ela dissecou os caminhos para o emprego da história de vida e dos depoimentos pessoais na pesquisa sociológica. Atenta à dimensão social, Queiroz vem a se ocupar da formulação de

³⁸ Bastide, R. “Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida”. *Sociologia*, v. XV, n. 1, p. 3-7, 1953. Tomei a liberdade de refazer a pontuação da sentença, em relação ao original.

³⁹ Ocorrida em 1956, na Universidade de Paris, com a tese *La Guerre Sainte au Brésil: Le mouvement messianique du Contestado* [A Guerra Santa no Brasil: O movimento messiânico do Contestado].

estratégias práticas que permitam integrar a técnica de histórias de vida e depoimentos pessoais ao ofício do sociólogo. Seu enfoque, assim, passa de uma reflexão epistemológica para uma resolução técnica e metodológica. Sua escrita é resoluto, e propõe caminhos que marcarão uma das tendências mais frutíferas da história oral feita no Brasil. Uma primeira definição projeta a preocupação com a coletividade em termos de racionalização da pesquisa. “A sociologia não pode se contentar com uma história de vida” (Queiroz, 1991 [1953], p. 156)⁴⁰, ela escreve, antes de expor duas vias possíveis de trabalho. A primeira se daria pela reunião de um número grande de histórias de vida, a partir do qual seria possível distinguir o coletivo do individual. A segunda (que ela própria adota àquela altura, em seu experimento) seria realizar uma única entrevista – mas “formular o problema antes de iniciar a história de vida, de acordo com o que se observou na comunidade que se pretende estudar” (idem, p. 156-7). Para a autora, é a partir da formulação de um problema que se passa para as questões propriamente procedimentais, tais como a seleção dos informantes, esta regida por um princípio que certas linhas de história oral veriam mais tarde quase como heresia: a representatividade. “Porque mesmo que um só indivíduo seja escolhido, ele o é como representante da coletividade, como amostra de como agem todos” (idem, p. 158). O problema de pesquisa também irá orientar a coleta de material, a verificação de sua confiabilidade (etapa sobre a qual Queiroz não se alonga) e a análise.

A visão de Queiroz sobre a preparação do pesquisador para o trabalho com histórias de vida tem como elementos indispensáveis a erudição e a autorreflexividade, colocada nos termos de uma análise de sua atitude pessoal. O peso de uma e outra coisa, cabe notar, oscilou bastante ao longo dos vários momentos da trajetória da história oral no Brasil, respondendo a preferências pessoais, circunstâncias de pesquisa e tendências intelectuais em vigor. Há em Queiroz um posicionamento equilibrado, prudente (que não considera o pesquisador invisível, nem tampouco o coloca no centro da cena). “Foi-se o tempo em que se confundia prenoção com hipótese de trabalho ou com problema” (idem, p. 157), ela diagnostica, para em seguida apontar a exigência de que o pesquisador possua conhecimento teórico e conceitual geral e também familiaridade com as questões

⁴⁰ Queiroz, M. I. P. “Histórias de vida e depoimentos pessoais” [1953]. In: **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. p. 154-166.

específicas do tema/grupo estudado. E, ainda que no seu ensaio fundador ela própria não tenha referenciado as discussões sobre história de vida que a circundavam, o conjunto de sua obra demonstra interesse real pelo trabalho erudito produzido por seus pares.

Uma das razões para a não aceitação do papel fundador de Queiroz é o fato de ela dar pouca atenção, nesse momento, a questões técnicas; e principalmente, por não ter gravado as entrevistas que fez. Há analistas que, de fato, reiteram que sociólogos sempre usavam entrevistas e que essa prática não deveria ser entendida como “história oral”. Marieta de Moraes Ferreira, por exemplo, escreveu em 1994: “O uso de entrevistas orais como fonte de informação para pesquisas já era procedimento até certo ponto corrente entre cientistas sociais, mas não havia a preocupação de, a partir da relação entre depoente e pesquisador mediada por um gravador, produzir documentos” (Ferreira, 1994, p. 9).⁴¹ Ferreira colocou que a novidade dos programas e projetos de *oral history* surgidos no Brasil a partir de 1975 “era que seu objetivo específico consistia, mais precisamente, na criação de arquivos de testemunhos orais sobre histórias de vida dos membros da elite política brasileira” (Ferreira, 1995, p. 103-4).⁴²

A verdade é que são principalmente os historiadores que veem a gravação — uma materialidade — como condição para a história oral. É como se a oralidade só alcançasse o status de fonte quando tivesse uma realidade própria, positiva, alienada do pesquisador-observador. Há alguma razão, é claro, quando se reforça o papel da gravação na prática da história oral. Mercedes Vilanova, por exemplo, já afirmou com sua usual suspeição que a gravação “impede que os diálogos sejam manipulados como têm sido até o presente” (1994, p. 48).⁴³ De fato, na década em que os arquivos de história oral, nos Estados Unidos, vinham se formando a partir do modelo fornecido pela Columbia University, Queiroz de fato ainda não gravava suas entrevistas. Isso bastou para que ela fosse relegada à “pré-história” da história oral, como alguns autores têm afirmado. Há uma distância abissal, porém, entre o uso que os sociólogos “tradicionalmente” faziam das entrevistas e o

⁴¹ Ferreira, M. M. “História Oral: Um inventário das diferenças”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 1-13.

⁴² Ferreira, M. M. “La historia oral en Brasil: Un estado de la cuestión”. **Historia y Fuente Oral**, n. 13, p. 103-12, 1995.

⁴³ Vilanova, M. “Pensar a subjetividade: Estatísticas e fontes orais”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 45-73.

que Queiroz faz, já nos anos 1950, tendo-as em mãos. Ao passo que as entrevistas eram “tradicionalmente” só uma técnica a mais no trabalho de campo dos sociólogos, Queiroz as dimensiona em sua especificidade e engendra em torno delas a narrativa metodológica que efetivamente é a marca do uso da história oral.

Além disso – se a contrafactualidade não for um pecado mortal –, seria possível sugerir que Queiroz não fez uso do gravador, provavelmente, apenas pela limitação de acesso. A própria dificuldade de memorização do conteúdo da entrevista é assunto de seu texto: ela discute se valeria mais a pena utilizar apenas sua memória (que poderia alterar o conteúdo do relato) ou fazer anotações durante a entrevista (que poderia inibir o entrevistado). Segundo a autora, a possibilidade de registro “palavra por palavra” – ela sugere até mesmo o recurso à taquigrafia – diminuiria o risco de o pesquisador, usando suas anotações, formular um registro mais favorável ao entrevistado, como ela própria fizera com sua pajem devido à afetividade e a antiguidade da relação, mas como qualquer um poderia vir a fazer considerando a amizade desenvolvida ao longo dos encontros. Assim, Queiroz era capaz de reconhecer que existia subjetividade no pesquisador – mas ao mesmo tempo tomava os dados coletados como neutros, não maculados pela interação no próprio ato de coleta, pressupondo a existência de um referencial externo a ser capturado pela ciência, sem sofrer o impacto dessa mesma ciência. Mais tarde, Queiroz virá incorporar o gravador ao seu trabalho como uma espécie de consequência natural do desenvolvimento tecnológico. O gravador, a partir de então, torna-se um objeto muito (e talvez excessivamente) prezado em suas reflexões.

A falta do equipamento de gravação não implicou falta de racionalização na narrativa metodológica de Queiroz. Ela buscou deliberadamente discutir as soluções para, através da história de vida, encontrar elementos que pudessem revelar a expressão individual de opiniões ou valores de base coletiva. Ao passo que o psicólogo buscava compreender os episódios de uma vida no arco do desenvolvimento individual, o sociólogo se interessaria em conhecer o grupo, o comportamento coletivo. Independentemente do número de sujeitos com que se trabalhasse,

Nota-se mais uma vez o afastamento do *um* pelo sociólogo; porque mesmo que só um indivíduo seja escolhido, ele o é como representante da coletividade, como amostra de como agem todos; e para sua escolha, ou para

a verificação dos dados que forneceu, recorre-se sempre à pluralidade” (Queiroz, 1953, p. 13)⁴⁴

A autora propôs, ainda, a divisão entre histórias de vida, de um lado, e depoimentos pessoais, de outro (embora reconhecendo como fluida essa divisão mesma) – a primeira sendo “uma biografia registrada pelo pesquisador, do ponto mais antigo de lembranças até a atualidade”; os segundos, “concentrados sobre um lapso de tempo mais reduzido, permitem aprofundar o número de informações e de detalhes a respeito desse espaço preciso”. Para ela, os *depoimentos pessoais* funcionariam como alternativa ao trabalho exaustivo, enquanto “fragmentos de histórias de vida” (Queiroz, op. cit., p. 14). Discriminou, também, as etapas de uma pesquisa utilizando história de vida e depoimentos pessoais, considerando, como já dissemos, que ela deveria ser iniciada pela formulação prévia do problema de investigação, articulada à aquisição de conhecimentos sobre sociologia e sobre o grupo a ser estudado, e ser sucedida pela escolha dos sujeitos – cujos critérios sempre constituíram uma preocupação grande no campo sociológico, como o texto de Florestan Fernandes e Ramzia Gattás, de 1956, “A história de vida na investigação sociológica: A seleção dos sujeitos e suas implicações”⁴⁵, ajuda a demonstrar.

A postura racionalizante de Queiroz, seu rigor na sistematização de métodos de pesquisa, provavelmente contribuiu para que seu nome se inscrevesse no campo da Sociologia brasileira, bem como no da história oral, primordialmente voltado à discussão de um método. Ela ofereceu contribuição muito significativa à pesquisa no sentido de evidenciar a necessidade da atenção programada aos métodos, às técnicas, às circunstâncias que criam a matéria-prima de uma pesquisa. Na visão de Achim Schrader, esse é um diferencial da obra de Queiroz, exercitada no centro de estudos que criou. Segundo o autor,

é muito raro que um instituto reconhecido pelas suas pesquisas *qualitativas* se dedique sistematicamente à crítica metodológica, como acontece há muito tempo, em São Paulo, por influência de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ao contrário das sérias divergências entre os que usam os processos padronizados, são muito raras as objeções a pesquisas que se apresentam

⁴⁴ Queiroz, M. I. P. “Histórias de vida e depoimentos pessoais”. *Sociologia*, v. XV, n. 1, p. 8-24, 1953.

⁴⁵ Fernandes, F.; Gattás, R. “A história de vida na investigação sociológica: A seleção dos sujeitos e suas implicações”. *Sociologia*, v. XVIII, n. 2, p. 123-40, 1956.

como *qualitativas* feitas por outros representantes da mesma orientação metodológica. (Schrader, 1999, p. 102)⁴⁶

Queiroz, assim, chamou atenção para a importância de procedimentos fortemente controlados, adotando um comportamento metodologista que, pouco tolerante à inventividade, encaminha um discurso intensamente focado no método e em suas miudezas, sendo consecutivamente descritivo e prescritivo (isto é, relatando meticulosamente os caminhos percorridos e apontando as boas práticas adquiridas a partir deles). O metodologismo aferra-se a regras e convenções intocáveis que se crê capazes de garantir, por si mesmos, a validade e confiabilidade dos dados obtidos, a integridade e a qualidade da pesquisa, e de maneira mais ampla o avanço do conhecimento sociológico.

Esta é, de fato, uma das marcas da história oral enquanto área de estudos: a repetida discussão do método. Por exemplo: mesmo considerando-se a formidável contribuição de Maria Isaura Pereira de Queiroz para o debate metodológico, é de se perguntar se já em 1953 ela dispunha de bagagem suficiente para chegar a conclusões peremptórias sobre os relatos de vida.

Talvez não. O próprio Roger Bastide havia sugerido que a técnica de história de vida não funcionaria muito bem se regulada por leis gerais de funcionamento; antes, deveria se “amoldar à própria natureza dos meios sociais estudados. Talvez os teóricos desse método devam partir da estrutura social, e em vez de fornecer regras ou critérios gerais – sempre infrutíferos – devam amoldar a técnica à sua finalidade sociológica” (Bastide, 1953, p. 6).⁴⁷ Para ele, a técnica se submeteria aos objetos – não o contrário. Não deixa de ser surpreendente que, aprendiz de um intelectual pouco afeito à normatização, Queiroz tenha tão rapidamente formulado regras com base em um experimento de alcance limitado.

Por outro lado, a ênfase metodologista não significava, em Queiroz, a idolatria por um único método, já que ela admitia diferentes modalidades. Segundo Eva Blay, essa era uma de suas singularidades:

⁴⁶ Schrader, A. “Comunicação e pesquisa social empírica: Consequências das mudanças sociais e tecnológicas recentes”. In: Kosminksky, E. V. (org.) **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: Ensaio sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Marília/São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999. p. 89-110.

⁴⁷ Bastide, R. “Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida”. **Sociologia**, v. XV, n. 1, p. 3-7, 1953.

A obra de Maria Isaura ficou imune aos modismos, com coerência busca a estrutura e os processos sociais, usa métodos qualitativos sem desprezar os quantitativos, e incorpora a perspectiva marxista, as várias correntes da sociologia francesa ou a weberiana, subordinando-se às exigências do objeto pesquisado. Ela sempre ensinou que, se necessário, se modificasse a teoria e se aperfeiçoassem os métodos de investigação, mas o paradigmático era o respeito aos fatos sociais observados. Pode-se imaginar o que esta posição teórica representou nos anos 60, quando quem não fosse estritamente marxista era desprezado pela academia, ou nos anos 70, quando quem não adotasse a análise fatorial não era considerado um respeitável sociólogo! (Blay, 2000, p. 40)⁴⁸

A busca por uma sociologia científica era seu horizonte. O metodologismo de Queiroz dirigia-se contra o subjetivismo, pela objetividade. Preocupava-se com a veracidade e os instrumentos de verificação do material colhido. Naturalmente, desejava compreender se era “verdade” o que diziam os depoentes, ou se eles voluntariamente mentiam. Nos anos 1950, momento crucial para a afirmação da respeitabilidade das Ciências Sociais, “o interesse em separar o joio do trigo, distinguindo os estudos da ciência daqueles julgados como ensaios, apenas de valor literário e ideológico, levou os sociólogos a uma discussão candente, que via a produção intelectual do passado como faltosa, incompleta ou inautêntica” (Villas Bôas, 1999, p. 17).⁴⁹ Decerto, não era a essa tradição vista como passadista⁵⁰ que Queiroz pretendia se filiar; mas à Sociologia como saber racional, como ciência enquanto tal.

De certa forma, a soma dessa perspectiva científica e de um olhar filtrado pela ideologia, explica o porquê de a discussão sobre história de vida empreendida por Queiroz ter dado as costas ao trabalho de Gilberto Freyre⁵¹ ao passo que outras pessoas, como o professor Edson Nery da Fonseca, tenham dito que ele “foi o criador da história oral,

⁴⁸ Blay, E. A. “A repercussão: A cientista do ano”. In: Antuniassi, M. H. R.; Lang, A. B. S. G. (org.) **Maria Isaura Pereira de Queiroz: A mestra**. São Paulo: Humanitas, 2000. p. 39-42.

⁴⁹ Villas Bôas, G. “Entre a tradição e a contemporaneidade”. In: Kosminksky, E. V. (org.) **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: Ensaio sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Marília/São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999. p. 13-21.

⁵⁰ Este não é o espaço para discutir a propriedade ou não da visão do período sobre os estudos do passado. Sobre esse assunto, ver, por exemplo: Villas Bôas, G. “Desenvolvimento das Ciências Sociais na América Latina e a contribuição europeia: O caso brasileiro”. **Ciência e Cultura**, v. 41, n. 4, 1989.

⁵¹ Essa restrição ideológica tem, entre suas matrizes principais, as interpretações de Dante Moreira Leite e de Carlos Guilherme Mota. Ver: Leite, D. M. **O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983; Mota, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 8ª. ed. São Paulo: Ática, 1994.

mesmo sem gravador. Ele se infiltrava na cultura do povo, colhia depoimentos, registrava tudo e então escrevia”.⁵² Esses filtros fizeram com que se abrisse mão do trabalho de Freyre por causa da posição que ele ocupava dentro do sistema do pensamento brasileiro, por causa de suas predileções políticas, de suas opiniões controversas, de seu cosmopolitismo de base norte-americana (ironicamente desaguando numa sociologia generalista, que teria aplicado a todo um país aquilo que deveria ser entendido como regionalista⁵³). “É como se, para ela [a sociologia uspiana], Gilberto Freyre não existisse ou não devesse ter existido – e se suspeita que tudo o que não deve existir tem uma importância, no mínimo por isso”, disse José Miguel Wisnik.⁵⁴ No que diz respeito aos métodos propriamente ditos, a abertura de Freyre também pouco interessava a essa sociologia. Nas palavras de Jerusa Pires Ferreira, Freyre

Contrariava uma linha de pensamento que tinha se estabelecido aqui – o pensamento mais imediatamente sociológico – e abria para a ideia de um pensamento antropológico. Gilberto Freyre foi, sim, o antecessor de toda uma história das mentalidades, de uma proposição de micro-histórias, de uma história como a da alimentação, do gesto, do comportamento doméstico, do espaço interno, do espaço externo. E isso, naquele momento, não era bem aceito.⁵⁵

Curiosamente, a visão de Bastide sobre a obra do autor de *Casa grande & senzala* vinha na contramão. A relação entre ambos é muito próxima, como Fernanda Arêas Peixoto já demonstrou.⁵⁶ O trabalho de Freyre logo chamou a atenção do francês, que continuou a considerá-lo uma importante influência ao longo de seu trajeto enquanto estudioso do Brasil – em suas interpretações do Brasil, em sua inspiração narrativa, em sua articulação metodológica. Nas palavras de Peixoto,

O mérito maior que o intérprete francês vê na obra de seu comparsa brasileiro é precisamente o seu hibridismo metodológico e expositivo. O estilo sociológico e narrativo de Gilberto Freyre foi enfatizado por Bastide

⁵² “Anti-freyrianos o reconhecem”. **Folha de S. Paulo**, *Ilustrada*, 22 de janeiro de 2000.

⁵³ Pimentel Filho, E. “Olhares sobre Gilberto Freyre”. **Saeculum**, v. 1, n. 1, p. 45-9, 1995.

⁵⁴ Wisnik, J. M. “Considerações sobre os quatro Gilbertos: Uma proposta aparentemente despropositada”. In: Valente, H.; Santiago, R. (org.) **O Brasil dos Gilbertos: Notas sobre o pensamento (musical) brasileiro**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 33-42.

⁵⁵ Ferreira, J. P. “A viagem de Ulisses”. In: Valente, H.; Santiago, R. (org.) **O Brasil dos Gilbertos: Notas sobre o pensamento (musical) brasileiro**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 23-31.

⁵⁶ Peixoto, F. A. **Freyre e Bastide: Os dois lados da luneta**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2000.

em todos os momentos em que a ele se referiu: a combinação de poesia e documentação, a técnica pontilhista do afresco gilbertiano, a importância dos pontos de vista subjetivos e das histórias de vida na apreensão da realidade social. (Peixoto, op. cit., p. 8)

Assim, Bastide caminhava no sentido oposto do conhecido silêncio da sociologia uspiana em relação a Freyre.

No que diz respeito à história oral, a obra de Freyre não influenciou sua vertente sociológica nem tampouco a antropológica – na verdade, porque ela nunca existiu, embora alguns de nossos antropólogos (como Carlos Henrique Brandão) tenham feito aproximações pontuais com o campo da história oral e haja menções frequentes a antropólogos estrangeiros (principalmente Sidney Mintz e Oscar Lewis) feitas por autores brasileiros. Assim, diante da ausência de uma, digamos, história oral antropológica (que seria outro foco de interesse para os trabalhos de Gilberto Freyre), acabaram tendo pouca ressonância no campo da história oral os trabalhos do autor de *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados & Mucambos* (1936) e *Ordem & Progresso* (1959), este último dotado de maior preocupação metodológica. No menos famoso dos livros desta trilogia, Freyre possuía uma “nota metodológica” na qual afirmava ter realizado o trabalho a partir de “autobiografias provocadas” que havia recolhido com muita dificuldade.⁵⁷ Talvez a recente revalorização da obra de Freyre – fortemente fomentada por trabalhos de autores como Maria Lucia Pallares-Burke e Peter Burke – ajude a história oral brasileira a descobrir nele algo que lhe possa interessar.⁵⁸

No que diz respeito a Queiroz, a partir de sua experiência ela não apenas reivindicou para a sociologia o direito de trabalhar com histórias de vida – mas, quem sabe, uma prerrogativa, na medida em que afirmava que

só um sociólogo ou indivíduo que conheça bastante sociologia será capaz de coligir uma história de vida com os requisitos necessários; de fato, um sociólogo ou um estudante de sociologia será a pessoa melhor indicada para a tarefa, porque só eles terão o preparo especial para obter o documento mais

⁵⁷ Anjos, J. A. “A história de vida em ‘Ordem & Progresso’”, *Ciência & Trópico*, n. 1, p. 29-37, jan/jun 1996.

⁵⁸ Ver: Burke, P. “Gilberto Freyre e a ‘nova história’”, *Tempo Social*, v. 9, n. 2, p. 1-12, 1997; Pallares-Burke, M. L. *Gilberto Freyre, um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005; Burke, P.; Pallares-Burke, M. L. *Repensando os trópicos: Um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp, 2009; Pallares-Burke, M. L. *O triunfo do fracasso*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

rico e mais preciso do ponto de vista do problema a estudar (Queiroz, 1953, p. 15)⁵⁹

Trata-se de um indício de que a autora considerou exitoso o seu empreendimento – não apenas de coletar uma história de vida e alguns depoimentos pessoais, como também o de enformá-las em um modelo de trabalho. Quando Roger Bastide estimulou os alunos a recolherem essas histórias e discutirem metodologicamente a experiência, talvez não contasse com o que viria. Ele era atento ao rigor metodológico – mas talvez a realização de Queiroz tenha ido além, dando ensejo à instituição de um discurso normativo apresentado em tom grave, distante de uma compreensão poética ou de uma exposição ensaística. A metodologização da história oral sociológica atinge seu ápice mais tarde, nos anos 1980, mas adquire nesse gesto de Queiroz sua forma primeira, que nos leva a discordar da autora quando ela afirma que o que apresenta “não são regras absolutas, mas o que se nos afigura o melhor caminho a seguir” (Queiroz, op. cit., p. 23).

Depois dos anos 1950, a socióloga se distancia das histórias de vida, deixada de lado em favor do desenvolvimento da estatística, dos questionários, dos métodos de pesquisa que garantiriam dados mais objetivos sobre a realidade social. Tendo o pioneirismo reservado a si, o discurso metodológico de Queiroz arrefeceu. O grande passo que deu foi fundar, no Departamento de Ciências Sociais da USP, um espaço essencialmente destinado à pesquisa: o Centro de Estudos Rurais e Urbanos, mais conhecido como CERU, promotor de incontáveis publicações e encontros científicos que dimensionam sua atuação. Foi só na década de 1980, com a redescoberta da história de vida pela sociologia de Daniel Bertaux, que Maria Isaura Pereira de Queiroz retomaria a linha que havia germinado. Nesse meio tempo, surgiu seu contraespelho: Ecléa Bosi.

⁵⁹ Queiroz, M. I. P. “Histórias de vida e depoimentos pessoais”. *Sociologia*, v. XV, n. 1, p. 8-24, 1953.

CAPÍTULO 2

Memória, trabalho, sonho: Um olhar sobre o pequeno

Um livro único

Conversei certa vez com Luisa Passerini sobre os textos que ela usava para ensinar história oral. Falamos então de um livro dela própria: *Autoritratto di gruppo*¹, uma espécie de autobiografia coletiva sobre o 1968 italiano que mescla trechos de seus diários pessoais, memórias de seus contemporâneos, leituras sobre a recepção mediática sobre o 1968, tudo isso processado em uma sofisticada análise erudita. “É muito arriscado usar *Autoritratto di gruppo* em aula”, ela disse. “É um livro que só acontece uma vez na vida. Mas há pessoas que leem e querem fazer uma tese ‘à moda’ de *Autoritratto di gruppo*”.

Parece-me que existe alguma coisa em comum entre esse memorável escrito e o livro de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*, que merece a alcunha de “clássico”. Um livro que também só acontece uma vez numa existência. Há quem tenha tentado refazer seus passos, ansiando por replicar seu germe de originalidade; há quem, como João Alexandre Barbosa no prefácio à primeira edição do livro, tenha rapidamente reconhecido: “Ele é, se não estou enganado, o livro de uma vida” (1979, p. XV).² Uma obra que frequentemente ouço sendo mencionada como “Memórias de velhos”, numa

¹ Passerini, L. **Autoritratto di gruppo**. Firenze: Giunti, 1988. Entre os diversos estudos sobre *Autoritratto di gruppo*, destaca-se: Parati, G. “Luisa Passerini’s *Autoritratto di gruppo*: Personalizing theory”. In: **Public history, private stories: Italian women’s autobiography**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1996. p. 124-51; Maslen, J. “Autobiographies of a generation? Carolyn Steedman, Luisa Passerini and the memory of 1968”. **Memory Studies**, v. 6, n. 1, p. 23-36, 2013.

² Barbosa, J. A. “Prefácio – Uma psicologia do oprimido”. In: Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. XI-XV.

contração linguística que parece condensar a relação de proximidade e afeto que os leitores estabelecem e continuarão estabelecendo com essa obra extensa, complexa, mas saborosamente acessível. Um acontecimento único, enfim. Reunindo dois densos ensaios teóricos (“Memória-sonho e memória-trabalho” e “Tempo de lembrar”), oito tocantes histórias de vida narradas (as “lembranças” de Dona Alice, Sr. Amadeu, Sr. Ariosto, Sr. Abel, Sr. Antônio, Dona Lavínia, Dona Brites e Dona Risoleta) e um cuidadoso ensaio interpretativo (“A substância social da memória”), tornou-se uma das obras mais referenciadas no campo da história oral.

Produzido entre 1974 e 1978 (em meio à ditadura militar, portanto) como tese de livre-docência, *Memória e sociedade*, logo ao ser lançado, encontrou seu lugar ao sol. Sua primeira edição data de 1979 – e as primeiras resenhas, de 1980, já demonstram o impacto imediato da obra de Ecléa. Hoje ela figura como “referência obrigatória” não apenas na área de origem, a Psicologia Social, mas nas humanidades como um todo: impactou profundamente os estudos sociológicos e antropológicos, a filosofia da memória, a educação. É oráculo para a humanização da saúde, para quem se dispõe a entender a velhice não apenas como situação biológica, mas como fenômeno social. No que diz respeito à história oral, foi muito responsável pelas feições da produção brasileira, profundamente ligada à reflexão sobre a memória. Ecléa colocou a discussão sobre memória no território dos relatos orais ao mesmo tempo em que Luisa Passerini, Alessandro Portelli e seus companheiros faziam gesto semelhante no debate internacional.³

A relação entre história oral e memória pode hoje parecer óbvia – mas seria bom desnaturalizá-la. Um sintoma de que essa não é uma conexão automática é o fato de que, em certos países, a área de história oral desenvolveu-se em separado daquela dos *memory studies*, que floresceram após os anos 1980.⁴ Embora o marco do nascimento da história

³ Ver: Thomson, A.; Frisch, M.; Hamilton, P. “Os debates sobre memória e história: Alguns aspectos internacionais”. In: Ferreira, M. M.; Amado, J. (org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 65-91; Thomson, A. “Memory and remembering in oral history”. In: Ritchie, D. A. **The Oxford Handbook of Oral History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2011. p. 77-95.

⁴ Ver, sobre o assunto: Radstone, S. “Working with memory: An introduction”. In: Radstone, S. (org.) **Memory and Methodology**. Oxford/New York: Berg, 2000; Roediger III, H. L.; Wertsch, J. V. “Creating a new discipline of memory studies”. **Memory Studies**, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2008; Olick, J. F. “Between chaos and diversity: Is social memory studies a field?”. **International Journal of Politics**,

oral nos Estados Unidos seja 1948, só bem mais adiante as questões relacionadas à memória entrarão nesse campo como um tema complexo em si, não apenas em menções algo intuitivas à memória como a fonte das lembranças narradas. De fato, a história oral e o olhar sobre a memória correram em paralelo – mas nem sempre juntos. Na introdução de *Oral history and public memories*⁵, livro que tem como diretriz a tentativa de associar a história oral às memórias públicas, as organizadoras Linda Shopes e Paula Hamilton argumentam que essa falta de envolvimento deveu-se em parte aos contextos formativos da história oral e dos estudos da memória, internacionalmente: a primeira teria se consagrado nos anos 1960 como uma “história vista de baixo”, privilegiando a voz do indivíduo, ao passo que os estudos da memória teriam refletido a atenção mais generalizada, pública e acadêmica, aos fenômenos de rememoração ligados a eventos coletivos como as guerras e o holocausto. Uma divisão discutível mesmo internacionalmente⁶, e que decerto não se aplica ao Brasil.

Nesse aspecto, a história oral brasileira levou alguma vantagem. Um ano depois de Paul Thompson publicar na Inglaterra e nos Estados Unidos seu *The voice of the past*, de 1978, o Brasil dava à luz seu próprio clássico, responsável por colocar a memória em pauta desde cedo. Se, no Brasil, a associação entre os dois assuntos sempre pareceu mais próxima, isso se deve em grande parte a *Memória e sociedade*. Essa foi uma primeira marca de Ecléa Bosi sobre o campo: correlacionar teorias da memória com a experiência de escuta atenta e demorada de narradores individuais: velhos moradores da cidade de São Paulo. E ela fez mais.

Ecléa escreveu mais recentemente que “aos intelectuais falta coragem para afrontar o prestígio e dirigir seu olhar para o que não atrai atenção social” (2003, p. 17).⁷ Ela sempre soube, entretanto, dirigir seu próprio olhar ao pequeno, àquilo que não é visto; e soube igualmente apreciar quem com o pequeno se encontrasse. No prefácio intitulado

Culture, and Society, v. 22, n. 2, p. 249-52, 2009; Radstone, S.; Schwarz, B. “Mapping memory”. In: Radstone, S.; Schwarz, B. (org.) **Memory: Histories, theories, debates**. New York: Fordham University Press, 2010. p. 1-9.

⁵ Shopes, L.; Hamilton, P. (org.) **Oral history and public memories**. Philadelphia: Temple University Press, 2008.

⁶ Essa é a posição de Joanna Bornat, por exemplo, com quem concordo. Ver: Bornat, J. “How modernity forgets” [book review]. **Oral History**, v. 39, n. 1, p. 112-4, 2011.

⁷ Bosi, E. “A atenção em Simone Weil”. **Psicologia USP**, v. 14, n. 1, p. 11-20, 2003.

“As outras testemunhas”, que escreveu para o importante livro de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, de 1984, Ecléa escreveu:

Há obras que nos mostram a sala de visitas da História, com retratos emoldurados na parede, os móveis de estilo e um belo arranjo para ser visto. Mas há pesquisas que vão aos fundos da casa, às cozinhas e oficinas, que esgaravavam os terrenos baldios onde se lançam detritos, àqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas (p. 6)⁸

No mesmo texto, ela expôs sua convicção de que as “pequenas testemunhas”, as testemunhas da opressão apagadas pela história a fim de que outros resíduos pudessem perdurar, ofereceriam “o mais verídico testemunho do passado” (Bosi, op. cit., p. 4).

A Ecléa, a coragem invulgar de que falava não faltou, sendo esta sua “mais rara virtude (...) a coragem de olhar de frente os nós do sofrimento dos seres humanos, os absurdos e tragédias, apontando também para a plenitude e significado que poderiam ganhar se outra fosse a história, e se logramos cavalgá-la”, como escreveu Betty Mindlin (2008, p. 31).⁹ Desafiando o olhar medicalizado sobre os velhos, *Memória e sociedade* foi um “rasgo de pioneira ousadia”, nas palavras de Benedito Nunes – uma “apologia da velhice” que fez o filósofo aproximar o livro à tradição humanística dos pensadores que a apreciaram em seus elementos de vantagem: uma tradição de que fazem parte Cícero, Montaigne, Platão, Ortega y Gasset. Nunes, ao celebrar mais uma edição do livro, em 1995, ainda o descreveu como um trabalho interseccionante, naquilo que está “cruzando a teoria e a prática, a linguagem oral e a linguagem escrita num texto desenvolvido, analítico e meditativo, que recorta tanto o domínio das ciências sociais quanto o da tradição humanística”.¹⁰

Em minha própria deglutição de Ecléa – palavra chama palavra, textos da cultura se comunicam –, um poema de Manoel de Barros armazenado como lembrança reapareceu, lírico e cristalino:

Aprendo mais com abelhas do que com aeroplanos.
É um olhar para baixo que eu nasci tendo.
É um olhar para o ser menor, para o

⁸ Bosi, E. “As outras testemunhas”. In: Silva Dias, M. O. L. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 3-6.

⁹ Mindlin, B. “Leituras de operárias”. *Psicologia USP*, v. 19, n. 1, p. 29-33, jan/mar 2008.

¹⁰ Ver: Nunes, B. “Elogio humanista da velhice”. *Folha de S. Paulo, Mais!*, 12 de março de 1995.

insignificante que eu me criei tendo.
 O ser que na sociedade é chutado como uma
 barata – cresce de importância para o meu
 olho.
 Ainda não entendi por que herdei esse olhar
 para baixo.
 Sempre imagino que venha de ancestralidades
 machucadas.
 Fui criado no mato e aprendi a gostar das
 coisinhas do chão –
 Antes que das coisas celestiais.
 Pessoas pertencidas de abandono me comovem:
 tanto quanto as soberbas coisas ínfimas.¹¹

Com sua coragem, Ecléa angariou um saldo bastante positivo. *Memória e sociedade* continuou sendo a base de reflexão para seu trabalho posterior – quase que como uma fonte inesgotável, decerto como uma experiência inesgotável. Não é à toa que ela se remete repetidamente aos seus velhos “recordadores”, “memorialistas”, “depoentes”. Ademais, ela conseguiu chamar atenção para os temas e os modos de abordagem que considera importantes. Inventora, colocou a memória e a velhice na ordem do dia; abriu uma linha de trabalho que passou a ser muito cultivada no Brasil. Nas palavras de Marilena Chauí, que poderiam ser estendidas às ciências humanas e sociais como um todo, Ecléa “sinalizou e marcou para sempre o campo da Psicologia Social brasileira, dando-nos a ouvir vozes e fisionomias que a sociedade de classes e a cultura de massa forçam ao silêncio e à obscuridade” (2008, p. 17).¹²

Os lugares de *Memória e Sociedade*

Uma primeira trilha que pode ser seguida convida a situar *Memória e sociedade* dentro da área disciplinar de Ecléa e de sua própria trajetória. A Psicologia Social é a

¹¹ Barros, M. **Retrato do artista quando coisa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 27.

¹² Chauí, M. “Homenagem a Ecléa Bosí”. **Psicologia USP**, v. 19, n. 1, p. 15-24, jan/mar 2008.

disciplina em que ela se encontra e a partir de onde constrói uma obra que absorve a Sociologia, a Psicologia, a História, a Comunicação; é toda uma abertura tributária à sua própria formação. Ecléa foi aluna do curso de Psicologia “na saudosa Maria Antônia, onde fomos alunos de Filosofia com Cruz Costa, de Antropologia com Egon Schaden e Gioconda Mussolini, de Sociologia com Rui Coelho”, como lembrou em 1994, nas suas memórias do curso de psicologia (Bosi, 1994, p. 379).¹³ “Desconhecíamos xerox ou apostilas; líamos na íntegra Adorno e Bergson, Heidegger e Scheler como primícias da ciência psicológica, já nos primeiros anos”, ela escreveu, remetendo ao período entre 1963 e 1966 (Bosi, op. cit., p. 380).

Sua Psicologia Social, enfatizando o *social*, é ainda avessa ao psicologismo; não se assemelha a uma criticada “certa Psicologia que procura escavar os poços do ego na história individual” (Bosi, 2003, p. 13).¹⁴ Não consiste, enfim, numa “psicologia social psicológica”¹⁵, mas numa “psicologia social sociológica”, muito mais familiar aos sociólogos do que aos psicólogos; muito mais próxima, ainda, de uma psicologia afeita ao estudo da memória histórica, como escreveu Celso Pereira de Sá:

O admitidamente simples princípio teórico de que “são as pessoas que se lembram e se esquecem (embora o que ou como se lembram e se esquecem seja determinado pela sociedade, pela cultura e, em especial, pela linguagem)”, acrescido da admitidamente simples prescrição metodológica de que “(como convém a qualquer pesquisa de natureza psicossocial) seja dada a palavra a membros individuais da população”, levando em consideração a heterogeneidade desta – etária, em especial –, são as contribuições distintivas que a psicologia social pode dar ao estudo da memória e, em especial, da memória histórica. (Sá, 2012, p. 101-2)¹⁶

Pode-se apontar, aliás, muitas variantes da Psicologia Social: a sociológica, a psicológica, a crítica, a histórico-crítica, e outras, quem sabe, como mapeou Maria

¹³ Bosi, E. “Memória da Psicologia”. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, p. 379-88, 1994.

¹⁴ Bosi, E. “A atenção em Simone Weil”. **Psicologia USP**, v. 14, n. 1, p. 11-20, 2003.

¹⁵ Um texto que discute a história oral dentro de uma psicologia centrada no sujeito é *Historia oral y psicologia*, de Luciana Ramos Lira e Martha Romero Mendoza, que eu mesmo traduzi para a língua portuguesa: Lira, L. R.; Mendoza, M. R. “História oral e psicologia: Experiências de pesquisa e diálogos disciplinares”. Trad. R. Santhiago e V. P. R. Fernandez. **Oralidades**, v. 3, p. 83-98, 2008.

¹⁶ Sá, C. P. “A memória histórica numa perspectiva psicossocial”. **Morpheus**, ano 9, n. 14, p. 94-103, 2012.

Cristina Ferreira.¹⁷ Essa é uma discussão que remete ao próprio debate, dentro do campo da Psicologia, a respeito da inserção disciplinar da Psicologia Social: se ela seria um ramo da Psicologia ou um lugar interdisciplinar, formado pela sociologia e pela antropologia, ao mesmo tempo.¹⁸

Em Ecléa, há um ir e vir contínuo entre indivíduo e coletivo, que não rivalizam. Em termos operacionais, a autora não se preocupa em construir grandes representações, nem discutir questões mesmas de representatividade.¹⁹ Dante Moreira Leite, sobre *Cultura de massa e cultura popular*, escreveu: “O que nos dá é o universo de algumas operárias que trabalham numa fábrica de São Paulo” (2009, p. 13).²⁰ Ecléa estuda a memória tal qual lembrada pelas pessoas – já que são as pessoas que lembram e cada indivíduo forja sua “constelação memorativa” (Bosi, 2003, p. 32)²¹ –, mas tem em conta que suas lembranças são transpassadas pela sociedade, pela história, pela cultura. “É tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo”, escreve (Bosi, op. cit., p. 31).

Ecléa portanto olha para o indivíduo, entrevendo o social. Está atenta à memória que é, por definição, socializada (inclusive pelos diálogos que a entrevista de história oral exige e recolhe por sua natureza de “narrativa conversacional”, como na acepção de Ronald J. Grele²²). Ela não somente acha o social revelante, mas chega a afirmar que “O que há de mais íntimo na vida de cada homem só pode encontrar respostas na estrutura social” (Bosi, 2003, p. 19).²³ Em outra direção, ela ainda entende o social como algo mais

¹⁷ Ferreira, M. C. “A Psicologia Social contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais”. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 26, n. especial, p. 51-64, 2010.

¹⁸ Ver: Sá, C. P. “Sobre a Psicologia Social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais”. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 7-13, 2007.

¹⁹ Ver: Bosi, E. **Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1972. p. 15.

²⁰ Leite, D. M. “Apresentação”. In: Bosi, E. **Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 13-4.

²¹ Bosi, E. **O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**. Cotia, SP: Ateliê, 2003.

²² Grele, R. **Envelopes of Sound: The Art of Oral History**. 2ª ed. New York/Westport, CT/London: Praeger, 1991.

²³ Bosi, E. “Cultura e desenraizamento” [1982-1983]. In: **Cultura brasileira: Temas e situações**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 16-41. Tradução em francês: Bosi, E. “Culture et déracinement”. **Cahiers Simone Weil**, v. 15, n. 4, p. 291-301, 1992.

do que uma estrutura teórica importante; ele é visto como movimento progressista pelo diálogo entre as pessoas e as culturas, contra a fragmentação e o isolamento.

Com seu trabalho, Ecléa buscava também fazer com que os testemunhos orais tivessem respeitabilidade no âmbito da Psicologia Social, área que, segundo ela escreveu em 1979, havia se interessado pelas lembranças em alguns momentos de sua história, mas “nas últimas duas décadas (...) raros são os manuais que dedicam um capítulo à memória de indivíduos ou de grupos”.²⁴ Para ela, havia ainda uma carência de perspectivas coetâneas que situassem a memória em sua relação com o contexto, que tratassem da influência do ambiente social sobre a memória em suas operações de lembrança e esquecimento. Sua ação, que não padecia de fragmentação e isolamento disciplinar, foi e é um movimento que, como escreveu Marilena Chauí, veio “desdobrando ante nós um campo de afinidades com outras ciências humanas, buscando totalidades constituídas pelos grupos humanos” (1979, p. XXIII).²⁵ O posicionamento peculiar de Ecléa diante de seu campo disciplinar parece, porém, ter passado despercebido para alguns de seus leitores, que adotaram um silogismo baseado numa falsa premissa: sendo a Psicologia uma ciência do indivíduo, e sendo Ecléa Bosi uma psicóloga, ela portanto lida com o indivíduo. Talvez esses leitores não tenham buscado compreender a obra em sua integralidade; em vez disso, quem sabe tenham se satisfeito com aquele que provavelmente se tornou um dos trechos mais citados do livro: “Por muito que deva à memória coletiva é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter os objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (Bosi, 1979, p. 333).²⁶

A verdade é que não é nada fácil inserir em uma configuração disciplinar estreita a obra de Ecléa Bosi, com todas as suas referências culturais, com a complementaridade de suas dimensões (teóricas, procedimentais, políticas), com o alcance que ela obteve nas décadas seguintes ao seu aparecimento. Há em seu trabalho muito de psicologia, e de

²⁴ Bosi, E. “Os contextos da memória”. *O Estado de S. Paulo, Suplemento Cultural*, p. 8, 9 de dezembro de 1979.

²⁵ Chauí, M. “Apresentação – Os trabalhos da memória”. In: Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. XVII-XXXII.

²⁶ Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

sociologia, e de antropologia²⁷, e também de história. *Memória e sociedade* muito informa sobre a cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX; sobre fatos históricos de dimensão nacional ou internacional (o centenário da Independência, a passagem do cometa Halley, a revolução de 1930) tal qual digeridos e comunicados pela voz de pessoas comuns.

Além disso, em Ecléa, cada movimento não tem uma perspectiva meramente operacional. Seu olhar sobre o pequeno não é apenas técnica de pesquisa para alcançar o social; é também um singelo movimento de identificação, de cooperação. Para ela, a coleta de depoimentos consistiria apenas em uma parte do trabalho de história oral. Haveria em seguida sua análise: “A pedra de toque é a leitura crítica, a interpretação fiel, a busca do significado que transcende aquela biografia: é o nosso trabalho, e muito belo seria dizer, a nossa luta” (Bosi, 1992, p. 145).²⁸ Mas haveria, principalmente, uma ação transformadora. O trabalho de Ecléa não é apenas “intelectual”, mas militante (palavra que ela atribui a si mesma, sem constrangimento), guiado por uma perspectiva política e por um compromisso com a transformação: “Depoimentos que você colhe não são para serem arquivados. Todo depoimento existe para transformar a cidade em que ele floresceu”, disse (Bosi, 2005, p. 2).²⁹ Ela critica, porém, o pendor romântico, de perfil arqueológico, de quem simplesmente busca chegar ao povo, visto de maneira idílica, pura, idealizada – o povo que teria respostas para tudo, bastando-lhe “dar voz”. Critica, enfim, essa inclinação populista, sem “projeto histórico”, sem compromisso efetivo com a transformação da sociedade, que consiste apenas em rito a ser cumprido na busca por glorificação e reconhecimento acadêmico próprio:

Dos departamentos universitários saem os pálidos pesquisadores em busca de sangue novo: devotas de São Benedito são discutidas em seminários de pós-

²⁷ Sobre o livro *Memória-Sertão*, de Carlos Rodrigues Brandão, ela já havia escrito: “Experiência de antropólogo, sim, mas com olhos de psicólogo. (...) Se um professor de Psicologia Social quiser fazer seus alunos compreenderem a fundo os fenômenos da interação, deverá recomendar a leitura desta fonte inestimável que é *A memória cúmplice*”. Ver: Bosi, E. “Ir, lembrar”. In: **Memória-Sertão**. Uberaba, MG: Cone Sul, 1999.

²⁸ Bosi, E. “Memória da cidade: Lembranças paulistanas”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 145-9.

²⁹ Bosi, E. “Uma experiência humanizadora”, **Na ponta do lápis: Almanaque do Programa Escrevendo o Futuro**, ano 1, n. 2, p. 2-3, agosto/setembro de 2005.

graduação; gravam-se cantos e solicitam-se danças a velhos esquecidos, de olhar enevado, cujas pernas já estão demasiado fracas para repeti-las.

A procura obstinada de vestígios do folclore, de uma “outra maneira de viver”, seria meritória se fosse animada por um projeto de reconstrução social (Bosi, 2003, p. 27)³⁰

Ecléa distingue o exercício intelectual (de base ideológica, que forma discursos a serem proferidos por intelectuais) da militância (de base política, que incluiria também o trabalho ativo do corpo).³¹ Tornou-se reconhecida tanto por uma coisa quanto pela outra, militando de maneira ostensiva (nos artigos que escreveu em prol da ecologia, por exemplo) ou discreta. Numa entrevista de história oral para uma tese sobre militantes estudantis do Instituto de Psicologia da USP, Lúcia Sarapu rememorou:

Não sei a troco de que, mas me veio à memória um episódio envolvendo Ecléa Bosi (...). No dia em que Che Guevara morreu, Ecléa foi vestida de preto, em luto, para a Universidade. Ecléa era uma pessoa discreta, afastada dos movimentos mais barulhentos. Por certo, havia a escolha e o sentimento, mas não participava. Não esqueço desse dia, porque para nós, com pretensões de politização e intelectualidade, o que valia era discutir: “morreu Che, e isso significa que...”. Ela, não; ela foi em sua linha pessoal, emotiva, e vestiu luto. Apenas disse: “hoje estou de luto pela morte de Che Guevara”. Lembro direitinho e me ajuda a entender essa figura que só fui dimensionar corretamente quando li *Memória e sociedade*. (Mortada, 2008, p. 114)³²

A identificação que há em Ecléa entre conduta pessoal e obra, entre exercício intelectual e militância, salta à vista quando se pensa, por exemplo, no conceito de “comunidade de destino”. Posteriormente muito mal assimilado por um ramo da história oral brasileira, para o qual “comunidade de destino” passou a significar um critério de seleção e organização de grupos de entrevistados, ele significa a partilha de toda uma comunidade de referência. “Comunidade de destino” seria aquilo que um e outro ser comungam de maneira inexorável, como o trabalhador que compartilha uma *comunidade* de destino com a própria matéria perfurada e seccionada com que trabalha (Bosi, 1979, p.

³⁰ Bosi, E. “Cultura e desenraizamento” [1982-1983]. In: **Cultura brasileira: Temas e situações**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 16-41.

³¹ Bosi, E. “Prefácio”. In: Buttoni, D. S. **Quintal mágico: Educação-arte na pré-escola**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9-13.

³² Mortada, S. P. **Tempos da política: Memórias de militantes estudantis do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

33).³³ Para o pesquisador atento ao conceito, comunidade de destino significa a integração entre sujeito e objeto; significa uma prática de recolha de memórias que não consiste em ir ao objeto, extrair dele as informações buscadas, e sair. Consiste em esperar, esperar, esperar... Em estar. “Quem deseje atinar com a dor de cidadãos rebaixados precisa demorar-se entre eles, precisa repetir e prolongar as visitas, prolongar a prosa”, escreveu José Moura Gonçalves Filho no prefácio ao popular livro *Homens invisíveis*, de Fernando Braga da Costa (Gonçalves Filho, 2004, p. 30)³⁴. “Estimar o que os outros veem nunca será coincidir com os olhos deles. A compreensão mais segura vai sempre depender de ouvi-los. Não pede adesão irrefletida às opiniões do oprimido, mas alguma passagem para o lugar onde forma suas opiniões” (idem, p. 47), ele acrescentou.

Comunidade de destino é ainda o exercício da atenção – atributo destacado por Ecléa em Simone Weil, da qual é há décadas a principal divulgadora no Brasil, filósofa que se tornou operária e que legou reflexões sobre o mundo do trabalho.³⁵ Da atenção em Weil decantou-se a valorização de um olhar ao outro que é demorado, contemplativo, generoso; que ultrapassa o ego do observador e desfaz a relação de aprisionamento entre dois sujeitos; que nutre a ação militante, mas que impede que essa ação seja condicionada pela busca de recompensas (antes, ela deveria ser regida pelo desapego); que, além de bem vindo, é imprescindível na abordagem de pessoas que “não confiam nos historiadores nem em quem delas se aproxima revestido com as insígnias do poder”.³⁶

Leituras de operárias

No livro que Ecléa Bosi lançou em 1971, *Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias*, já estavam expostas as bases de sua visão sobre memória e cultura, bem como indícios do valor oferecido aos testemunhos orais. Portanto, antes mesmo da chegada da

³³ Bosi, E. “Problemas ligados à cultura das classes pobres”. In: Valle, E.; Queiroz, J. J. (org.) **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez & Moraes/Educ, 1979. p. 25-34.

³⁴ Gonçalves Filho, J. M. “Prefácio: A invisibilidade pública”. In: Costa, F. B. **Homens invisíveis: Relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004. p. 9-47.

³⁵ Bosi, E. “A atenção em Simone Weil”. **Psicologia USP**, v. 14, n. 1, p. 11-20, 2003.

³⁶ Bosi, E. “As outras testemunhas”. In: Silva Dias, M. O. L. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 3-6.

oral history no Brasil, Ecléa já desenvolvia reflexões sobre essa questão. O livro resulta da tese de doutorado orientada por Dante Moreira Leite, num processo que, ela lembra, incluía “muitas cartas suas [dele] discutindo minuciosamente como se faz um questionário de alternativas, por exemplo, ou uma análise de conteúdo. Cartas que eram verdadeiras aulas”.³⁷

Trata-se de um trabalho sobre as preferências de leitura de um grupo de mais de 50 operárias de uma indústria de São Paulo. Em uma resenha ao livro para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Gilberto Ortiz prenunciava o caráter inaugurador da obra, valorizava sua linguagem clara, sua originalidade desacompanhada de soberba, a combinação entre “instrumentos de grande precisão e objetividade” ao “dinamismo e as cores de um pungente depoimento humano”. Ele bradava: “intelectuais destes brasis, tremei! Pois é pelos passos de uma professora universitária que somos conduzidos ao reencontro com o ser humano concreto”. Dizia, ainda: “Da integridade humana de Ecléa Bosi, de sua competência científica, de sua lucidez, resultou, enfim, uma obra essencial aos que se interessam pelos problemas de comunicação cultural e, portanto, também pelos problemas literários”.³⁸ Nesse livro via-se também o potencial do trabalho de Ecléa de transgredir barreiras disciplinares – e não espanta que ele tenha adquirido relevância, por exemplo, dentro dos estudos de recepção, de comunicação.

Em sua pesquisa, Ecléa empregou entrevistas abertas, livres, “de evocação”, com algumas perguntas mais estruturadas e certas solicitações incluídas no livro como relatos de leituras: “Conte alguma coisa que leu ultimamente numa revista e que tocou seu sentimento”, “Conte alguma coisa que leu ultimamente num jornal e que ‘mexeu’ com você”, “Conte do que tratava um livro que leu ultimamente e que lhe causou emoção” (Bosi, 1972, p. 101-14).³⁹ Entrevistas escolhidas como método

pela sua flexibilidade, pelo contato mais próximo com o sujeito, pela possibilidade de colher sua atitude geral ante uma pergunta. (...) a entrevista também cria uma atmosfera de confiança, sendo possível tranquilizar o sujeito desde o início, afastando seus temores e esclarecendo os propósitos da pesquisa. (op. cit., p. 15)

³⁷ Bosi, E. “Dante Moreira Leite: Mestre da Psicologia Social”. *Psicologia USP*, v. 11, n. 2, p. 15-23, 2000.

³⁸ Ortiz, G. “Cultura popular e indústria cultural”. *O Estado de S. Paulo*, *Suplemento Literário*, p. 2, 3 de dezembro de 1972.

³⁹ Bosi, E. **Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1972.

Foram 50 relatos colhidos e discutidos, escapando a generalizações esquartejadoras e a estereótipos. Ecléa analisa os testemunhos das operárias em relação às suas preferências de leitura. Enxerga, naquilo que é narrado, os significados profundos atribuídos à leitura por suas narradoras: os significados dessa aspiração à leitura, ao estudo, à busca de um lugar no mundo, à tentativa de superação da condição oprimida. Os hábitos de leitura das trabalhadoras e a narração desses hábitos possibilitam, lê Ecléa, a constituição de um solo cultural comum; a leitura e a narração sendo “uma terra de encontro com outros homens, para uma classe dobrada sobre a matéria, segregada como se fora uma outra humanidade” (Bosi, 1979, p. 30).⁴⁰ Para Marilena Chauí, eis o que fez Ecléa:

Revelando o potencial de inteligência represado nas mulheres operárias, torna ainda mais sinistro o momento em que lhes é permitido ler. Não porque o cansaço fecha as pálpebras fatigadas, nem somente porque o preço dos livros os torna quase inacessíveis a essas mulheres, mas sobretudo porque nos mostra a pobreza do livro consumido, a compensação precária do labor cotidiano pela evasão miserável consentida pela classe dominante. (Chauí, 1979, p. XXII)⁴¹

Ecléa, porém, não se satisfaz apontando a condição oprimida de suas narradoras. Em um gesto comovente – e tão raro em trabalhos muito marcadamente ideológicos –, a pesquisadora vê nessa cultura dos pobres um poder fortemente criativo. Evidentemente enxerga nela a reiteração do ritmo algo universal que uniformiza a vida das classes populares; mas enxerga também as possibilidades de diferenciação advindas da vontade individual. Ela reconhece a capacidade de cada indivíduo, de cada grupo, de combinar de maneira distinguível as informações que recebe da sociedade industrial.

Tempo de lembrar

A ideia sagaz perseguida em *Memória e sociedade* é a de que a velhice é o tempo de lembrar. Fora da chamada “idade produtiva”, os velhos teriam tempo para se entregar não à *memória-hábito*, de que precisam menos (a memória dos mecanismos motores, voltada à

⁴⁰ Bosi, E. “Problemas ligados à cultura das classes pobres”. In: Valle, E.; Queiroz, J. J. (org.) **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez & Moraes/Educ, 1979. p. 25-34.

⁴¹ Chauí, M. “Apresentação – Os trabalhos da memória”. In: Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. XVII-XXXII.

ação), mas sim a uma outra memória. Eles teriam tempo para se dedicar à memória que revive o passado, que abre caminho a um sujeito mnemônico que “evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências” (Bosi, 2003, p. 44)⁴² – e os frutos deste *trabalho de memória* derivariam naquilo que o velho pode oferecer ao mundo: a lembrança e o conselho, nem sempre apreciados em uma circunstância histórica na qual “deseja-se que o idoso ajude a lavar a louça, a tomar conta dos pequenos, faça trabalhos por vezes pesados. Mas se ele quiser dar um conselho para um adolescente sobre comportamento, a escola, a educação e o uso do tempo do neto, ele é convidado a se calar” (Bosi, 2005, p. 3).⁴³ “Ele nos aborrece com o excesso de experiência que quer aconselhar, providenciar, prever” (Bosi, 1979, p. 41).⁴⁴

O convite de Ecléa é outro. Ela fala em favor de um comportamento social de revalorização do velho, que não o deixe relegado à mera sobrevivência, à passagem dos dias. Mas essa não seria uma condescendência para com o velho; representaria antes o reconhecimento de que ele tem um papel de coesão entre as gerações, oferecendo um sentido de continuidade à história.

Para fazer isso, Ecléa traz à cena teorias sobre a memória de Henri Bergson, Maurice Halbwachs e Charles Bartlett, trançadas em torno da espinha memória-sociedade-velhice, que permitirá a ela não apenas refazer os traçados dos pensadores a que alude, mas tomar parte nessa mesma trama. Em seus ensaios teóricos, especialmente em “Memória-sonho e memória-trabalho”, há uma erudição e uma combinação de referências que são fruto de uma curiosidade imanente⁴⁵; nas leituras dos depoimentos colhidos, retoma também a palavra dos teóricos, que não ficam relegados a uma apartada “fundamentação”.

Cabe a Ecléa grande parte da responsabilidade pelo reavivamento do interesse brasileiro na obra de Halbwachs, àquela altura escassamente discutido e que só teve seu A

⁴² Bosi, E. **O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**. Cotia, SP: Ateliê, 2003.

⁴³ Bosi, E. “Uma experiência humanizadora”, **Na ponta do lápis: Almanaque do Programa Escrevendo o Futuro**, ano 1, n. 2, p. 2-3, agosto/setembro de 2005.

⁴⁴ Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

⁴⁵ “Sinto verdadeira fome de jornais, livros, revistas galegas porque nada chega o Brasil” (1967, p. 105), ela já escrevera em 1967 quando enviou a uma revista da Galiza uma carta acompanhando a tradução das poesias de Rosalía de Castro, então recém-publicado (1966). Ver: Bosi, E. “Carta do Brasil”. **Grial**, t. 5, n. 15, p. 103-5, 1967.

memória coletiva publicado no Brasil em 1990. Mesmo na área de Psicologia Social o nome de Halbwachs apenas começava a circular – graças ao livro de Jean Stoetzel⁴⁶, *Psicologia Social*, de 1963, traduzido para a língua portuguesa em 1976.⁴⁷ Depois disso, o trabalho de Halbwachs teve, no Brasil como no mundo, espetacular repercussão. A visão de Halbwachs, hoje bastante difundida, é a de que a memória individual pode ser explicada pela memória coletiva, de acordo com sua teoria dos quadros sociais da memória. As determinações daquilo que o indivíduo lembra seriam, segundo essa visão, sociais; a memória individual dependeria do suporte do grupo, dos seus pontos de apoio coletivos, e dos “acontecimentos que são pontos de amarração” (Bosi, 1992, p. 145).⁴⁸ Entende Ecléa, em uma visão mais dinâmica, que

Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação. Quando sentimos necessidade de guardar os traços de um amigo desaparecido, recolhemos seus vestígios a partir do que guardamos dele e dos depoimentos dos que o conheceram. (Bosi, 1979, p. 331-3)⁴⁹

A combinação entre Halbwachs e Barlett encontrada na obra de Ecléa seria mesmo central e definidora do campo de estudo da memória social.⁵⁰ Os quadros sociais da memória de Halbwachs, associados à noção de convencionalização social, resultariam na “proposição comum de que a memória humana não é uma reprodução das experiências passadas, e sim uma construção, que se faz a partir daquelas, por certo, mas em função da realidade presente e com o apoio de recursos proporcionados pela sociedade e pela cultura”, nas palavras de Celso Pereira de Sá (op. cit., p. 291). Por essa convencionalização entende-se a transformação sofrida por um signo ou conjunto de

⁴⁶ Ver: Sá, C. P. “Sobre a Psicologia Social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais”. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 7-13, 2007.

⁴⁷ Stoetzel, J. **Psicologia Social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

⁴⁸ Bosi, E. “Memória da cidade: Lembranças paulistanas”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 145-9.

⁴⁹ Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

⁵⁰ Sá, C. P. “Sobre o campo de estudo da memória social: Uma perspectiva psicossocial”. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 20, n. 2, p. 290-5, 2007.

signos na ocasião de sua transferência de um grupo para outro, a fim de adquirirem uma forma aceitável consonante com as convenções internas estabelecidas pelo grupo receptor. Um dos resultados dessa convencionalização – termo cunhado pelo psiquiatra e antropólogo W. H. R. Rivers⁵¹ – são os esquecimentos, que buscam modelar aquilo que se lembra (a memória) às convenções, aos valores, do grupo receptor. Assim, Bartlett reconhecia um duplo: a *matéria da recordação* (as lembranças consideradas adequadas para aquela situação social) e o *modo da recordação* (modelagem das lembranças). Recorrendo a Halbwachs e Bartlett, Ecléa licencia-se a entender a memória enquanto fenômeno social – ao passo em que Henri Bergson privilegiava a lembrança na relação interior de um indivíduo; dele com seu corpo e seu espírito.

A autora de *Memória e sociedade* encontrou em Bergson o caminho de compreensão da categoria tempo: qual é o tempo em que se lembra; qual o sentido das lembranças no tempo; como elas se modificam no tempo; como o tempo impacta a memória atualizada, elaborada pelos recordadores. Abria-se caminho para o refinamento da dialética inextricável entre passado e presente; para o entendimento de que não há percepção pura, de que ela está impregnada pelas lembranças; para o reconhecimento de que a percepção é informada ainda por processos prévios de seleção da cultura, pela estereotipia, por mediações externas, por padrões culturais em vigor.⁵² Com o passado desempenhando papel fundamental no curso de uma existência, a memória fulgura: ela é “força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (Bosi, 2003, p. 36)⁵³; ela “permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações” (Bosi, 1979, p. 9)⁵⁴; ela tem “uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo” (Bosi, 2003, p. 37).⁵⁵

Mais aguda na assimilação de Bergson feita por Ecléa é a distinção entre “memória pura e memória-hábito [, que] é preciosa porque abre caminho para enfrentar o problema-

⁵¹ Bosi, E. “Os contextos da memória”. *O Estado de S. Paulo, Suplemento Cultural*, p. 8, 9 de dezembro de 1979.

⁵² Ver: Bosi, E. “Entre a opinião e o estereótipo”. *Novos Estudos Cebrap*, v. 32, p. 111-8, 1992.

⁵³ Bosi, E. *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. Cotia, SP: Ateliê, 2003.

⁵⁴ Bosi, E. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

⁵⁵ Bosi, E. *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. Cotia, SP: Ateliê, 2003.

chave da socialização da memória” (Bosi, 1993, p. 279).⁵⁶ Ecléa entende que “no processo de socialização tem lugar a *memória-hábito*, repetição do mesmo esforço, adestramento cultural” (idem, p. 280): memória utilitária, dos mecanismos motores, que armazena esquemas de comportamento e tem utilidade para o trabalho e para as atividades repetitivas. “Graças à memória-hábito, sabemos ‘de cor’ os movimentos que exigem, por exemplo, o comer segundo as regras da etiqueta, o escrever, o falar uma língua estrangeira, o dirigir um automóvel, o escrever a máquina, etc.” (Bosi, 1979, p. 11), ela exemplifica.⁵⁷

A memória-hábito seria distinta das “lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado” (idem, p. 11). Elas nutrem o conceito de memória-sonho (que não equivale à memória onírica, distinta da memória vígil, no sentido freudiano⁵⁸), ao qual Ecléa faz um reconhecimento e também uma apologia. A memória-sonho seria a superação do utilitarismo – precisamente por isso, o adulto trabalhador, em idade ativa, teria poucas ocasiões para se entregar a ela. A memória-sonho é o território da lembrança pura, refratária à repetição e ao mecanicismo. Em circunstâncias propícias ao seu exercício, essa memória (que, ao contrário da memória-hábito, tem um tempo definido, e não está inteiramente integrada às práticas do presente) abandona seu estado latente – o inconsciente, “tesouro da memória” – e se atualiza numa “*imagem-lembrança* [que] traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida” (idem, p. 11).

Do outro lado da trincheira estaria, uma vez mais, Halbwachs, que permitiu a Ecléa a consolidação da ideia polissêmica de *memória-trabalho*, calcada na visão de que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (idem, p. 17). A memória-trabalho, com base nos materiais disponíveis no presente, seria uma operação complexa: implicaria

⁵⁶ Bosi, E. “A pesquisa em memória social”. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1/2, p. 277-84, 1993.

⁵⁷ Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. O texto em que Bosi fala de memória-sonho e memória-trabalho está disponível também em espanhol: Bosi, E. “Memoria sueño y memoria trabajo”. Trad. V. Valenzuela. **Estudios sobre las culturas contemporaneas**, v. III, n. 9, p. 41-68, 1990.

⁵⁸ Giglio, J. S. “Memória onírica”. In: Brandão, C. R. (org.) **As faces da memória**. Campinas: CMU, s/d. p. 85-94.

a clivagem entre presente e passado; levaria em conta as alterações ambientais ocorridas entre o momento da vivência e o momento da lembrança; capturaria a dinâmica da memória dos grupos que apoiam o indivíduo; empregaria a linguagem para a socialização da lembrança. Nesse sentido, a expressão “memória-trabalho” parece ainda mais adequada do que “trabalho da memória”. Ela desnaturaliza a memória. Ao sugerir, nesse hífen, o atrelamento entre *memória* e *trabalho*, dignifica esse mesmo trabalho rememorativo.

Na visão de Ecléa, há razões, portanto, para que ao velho caiba a função e a obrigação de lembrar, de oferecer ao presente o que este não conhece – papel que não se restringiria a sociedades tradicionais nas quais ele é o “guardião da memória”. Na sociedade industrial, diz Ecléa, o homem ativo só poderia se entregar à memória pura enquanto evasão ao mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, sendo a memória um trabalho, ela não poderia coexistir com as premências e os constrangimentos da vida prática. A velhice, então, seria o momento apropriado para o exercício de uma memória voltada não à ação, mas à evocação, que de qualquer forma não é descanso ou abandono ao onírico: “Ao lembrar o passado ele [o velho] não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está entregando-se fugitivamente às delícias do sonho: ele está-se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida”. (idem, p. 23).

Sendo “evocação disciplinada” (Bosi, 1993, p. 278)⁵⁹, a memória duplica seu caráter de trabalho numa situação de entrevista. É trabalho de narrador e escutador, baseado “no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido” (Bosi, 1979, p. 48).⁶⁰ O entrevistador trabalha conduzindo a memória, delimitando o espaço para as lembranças, exercitando o silêncio e a atenção. O entrevistado trabalha manejando voz, corpo e olhar a fim de transformar a vida humana em uma experiência comunicável.⁶¹ Com isso, trabalha-se pela conservação do passado e pela construção de uma comunidade de destino assentada sobre esse trabalho partilhado; sumo que deflagraria “uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas

⁵⁹ Bosi, E. “A pesquisa em memória social”. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1/2, p. 277-84, 1993.

⁶⁰ Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

⁶¹ Gonçalves Filho, J. M. “Olhar e memória”. In: **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 95-124.

condições de vida muito semelhantes” (idem, p. 2), não apenas na simpatia que é fácil de surgir.

Em *Memória e sociedade*, a memória trabalhou *sobre* o trabalho: são lembranças de trabalhadores generosos em reconstituir seus ofícios. “O trabalho manual, mecânico, intelectual, ocupou boa parte da vida dos nossos entrevistados”, escreve Ecléa, notando sua dimensão dupla: o caráter corpóreo, de “uma série de movimentos do corpo penetrando profundamente na vida psicológica”, integrando o sistema nervoso do trabalhador; e o simbólico, enquanto “um *emprego*, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de *status*” (op. cit., p. 390). Ao narrarem seus ofícios, os velhos de Ecléa valorizam o trabalho que tiveram no passado: “a memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia” (Bosi, 1979, p. 399).⁶²

Há em Ecléa, por fim, uma *memória-trabalho* que é crítica e é ação. Em sua visão, a memória é um instrumento de resistência, ainda que não necessariamente em um sentido progressista. Lembrar do passado com nostalgia é uma das formas de demonstrar descontentamento diante da realidade palpável. Ao escutar narrações orais, o pesquisador reforça esse ato crítico prestando atenção ao que não mereceu o olhar dos outros. As memórias de velhos podem ser esteio para se trabalhar *em favor* dos velhos: agir por eles, lutar por eles. “Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da Humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. A mulher, o negro, combatem pelos seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele” (idem, p. 39).

Linguagem e diálogo

Em um texto de 1979, “Problemas ligados à cultura das classes pobres”⁶³, Ecléa demonstrava sua preocupação com as “fontes” – problema de base a ser enfrentado pelo pesquisador interessado em compreender a cultura da pobreza. Ela reconhecia o papel das

⁶² Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

⁶³ Bosi, E. “Problemas ligados à cultura das classes pobres”. In: Valle, E.; Queiroz, J. J. (org.) **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez & Moraes/Educ, 1979. p. 25-34.

estatísticas, dos relatos de observadores, das posições teóricas, dos “depoimentos privilegiados dos observadores-participantes que, por motivo de fé religiosa e política, assumiram a condição dos observados” (Bosi, op. cit., p. 26). Enfatizava, porém, os próprios “sujeitos-viventes”.

De maneira inovadora, Ecléa lançava luz sobre o problema implicado no recurso a essas fontes: o da linguagem. Antes de a dimensão narrativa se tornar central para os debates no campo da história oral, Ecléa cingia o espectro de problemas linguísticos no uso dos depoimentos. Alerta aos ensinamentos da sociolinguística, entendia que os conteúdos buscados pelo pesquisador eram “narráveis” pelo entrevistado e reveladores de seu código de linguagem, o qual, se não observado com a devida atenção, poderia ser julgado como deficiente pelo pesquisador-observador como um “código restrito”. Sua posição era distinta: ela sentia que “os recursos expressivos dessa fala podem não se atualizar no abstrato, e sim no concreto, no descritivo e numa concisão que se acompanha do gesto e do olhar” (idem, p. 26). Ecléa encetou uma percepção intelectual, metodológica e ética que só nas décadas posteriores ganhará força efetiva na história oral: reconheceu que as formas expressivas são tão significativas e plenas de sentido quanto o conteúdo imediatamente cognoscível; ressaltou o papel do corpo como constitutivo do discurso linguístico; conjecturou que aquilo que poderia ser entendido como pobreza da fala pode ser visto, também, como uma elaboração concisa assentada no reconhecimento de que o interlocutor é capaz de compreendê-la.

Com perspicácia, Ecléa propôs que o código desse tipo de falante não seja adjetivado como *restrito* (no sentido de faltante, limitado), mas como *conciso* – “código que, na certeza de não ser comunicável, depõe *a priori* as armas do diálogo” (idem, p. 27). A pesquisadora oferece um exemplo pregnante:

Quando se perguntou para uma mulher do povo se ela veio de longe, e a resposta foi:

“– É, é um bocado. Dá pra vir.”

estamos diante de um código restrito e fraturado; ausência de sujeito, indeterminações sintáticas e semânticas, falta de adjetivação precisa... Mas a inflexão da voz que vem do cansaço, a sintaxe vaga que vem da fadiga crônica, o gesto de alongar o queixo e a cabeça para o caminho são expressivos em si. (idem, p. 26-7)

Mas o entendimento desse sentido tão concentrado seria possível num diálogo que não é apenas entre duas pessoas diferentes, mas entre grupos distintos? A perspectiva ética de Ecléa não deixou de fora essa reflexão. Ela se perguntou como o pesquisador poderia chegar à compreensão da fala do outro se (ao contrário dos colegas de trabalho e das demais pessoas de seu círculo de convivência) seu contato com o grupo de depoentes é periódico, temporário, e coberto pelas marcas de culturas não compartilhadas? Sua resposta, que remete ainda à ideia de “comunidade de destino”, tem muito valor humano – mas é dotada de pouca utilidade, na medida em que mostra uma contradição insuperável entre os sujeitos das classes pobres e os intelectuais (ao menos aqueles que, ao contrário de Simone Weil, não optaram por viver a condição de oprimidos). “Na raiz da compreensão da vida do povo está a fadiga”, Ecléa afirma. “Não há compreensão possível do espaço e do tempo do trabalhador manual se a fadiga não estiver presente e a fome e a sede que dela nascem” (idem, p. 27).

A autora insiste que a compreensão das falas do povo só pode ser feita se forem considerados os seus condicionantes, condicionantes de povo cansado. Ela não oferece saída para tal encruzilhada – pelo menos não enquanto receituário. Mas seu comportamento é o de atenção e interesse genuínos pelos entrevistados, pela cultura das classes populares; é o de crença na possibilidade de minimizar diferenças através do diálogo, da socialização da experiência vivida.

Por isso, diz Ecléa, “as testemunhas do fato histórico são de uma riqueza insubstituível” (Bosi, 1992, p. 146)⁶⁴ – por aquilo que contam, e ainda pela forma insubstituível como contam, exercendo sua liberdade de evocar, de organizar, de narrar. Ao pesquisador seria exigido o interesse pela palavra tal como narrada, tal como foi dita, e não substituída por aquela de quem pergunta. Caberia a ele – como a Ecléa coube – a “colheita”, uma “vocação de narrativa”, a intenção de “tomar da árvore da memória de outros e oferecer ao leitor a fruta da lembrança, tal como ela é, colhida, recolhida, narrada”, como escreveu Carlos Rodrigues Brandão sobre *Memória e sociedade*.⁶⁵

⁶⁴ Bosi, E. “Memória da cidade: Lembranças paulistanas”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 145-9.

⁶⁵ Brandão, C. R. “A memória no outono”. **Psicologia USP**, v. 9, n. 2, p. 297-310, 1998.

Com essa sua “vocalização de narrativa”, Ecléa estabeleceu uma outra trilha de influência no campo da história oral, que diz respeito ao tratamento textual das histórias desses narradores. Para ela, a narração oral se aproxima mais da música que da escrita; seria da esfera da oralidade, teria componentes de musicalidade, estaria nos terrenos do tempo. Ecléa vê a si mesma como uma “ouvinte” transformada em “registradora” (Bosi, 2003, p. 47)⁶⁶; responsável pela transformação de um discurso oral, “que ignora a sedimentação do discurso escrito [e] é temporal e não espacializadora” (idem, p. 44), em um texto sobre o branco do papel, com as regras próprias à norma culta, do qual o leitor deveria se apropriar restituindo-lhe ativamente sua oralidade, sua afetividade, todo o “movimento melódico” da fala (idem, p. 37).

As transcrições das oito histórias de vida que compõem *Memória e sociedade* são, na verdade, textos em primeira pessoa, como autobiografias acabadas, dos quais a fala do pesquisador desaparece junto com as marcas próprias do discurso oral. Difícil concordar com Ecléa quando ela afirma que as “memórias contadas oralmente foram transcritas tal como colhidas no fluxo de sua voz” (Bosi, 1979, p. 3).⁶⁷ Não é para se desculpar pela crueza das transcrições que ela diz isso – antes, para pedir ao leitor “que se compreendessem os limites que os narradores encontraram. Faltou-lhes a liberdade de quem escreve diante de uma página em branco e pode apurar, retocar, refazer” (idem, p. 2), embora eles tivessem tido controle sobre o material resultante das entrevistas. As transcrições das histórias têm a marca da escritora, inventora; da tradutora de poesia; da erudita que através de Propp entende que o relato oral tem estrutura semelhante à das fábulas; da pesquisadora que alude a Emily Dickinson, Graciliano Ramos, Goethe, Charles Dickens e Machado de Assis ao analisar relatos que colheu; da intelectual que mais de trinta anos depois de *Memória e sociedade* lançaria um livro de literatura infanto-juvenil.⁶⁸

⁶⁶ Bosi, E. “Cultura e desenraizamento” [1982-1983]. In: Bosi, A. (org.) **Cultura brasileira: Temas e situações**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 16-41.

⁶⁷ Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

⁶⁸ Trata-se de *Velhos amigos*, de 2003, reunião de 20 histórias verdadeiras (com exceção do conto *Não tenho cachorros*, “metade vivido, metade sonhado”, nas palavras da autora), sendo que a primeira delas visa convencer o leitor da importância da valorização das histórias, especialmente aquelas contadas pelos velhos. O texto de apresentação, de Adélia Prado, lembra a força – inclusive comercial – de *Memória e sociedade*: “A publicação de *Velhos amigos* é um acontecimento: depois de lançar *Memória e sociedade – Lembranças de velhos*, um dos mais originais e importantes ensaios sobre a memória individual e coletiva no Brasil, Ecléa Bosi volta ao tema, desta vez em abordagem literária. Aqui, lembranças reais de velhos operários, imigrantes e outros personagens

No dizer de Marilena Chauí, são transcrições que também respeitam os narradores, individualizando-os, dando-lhes uma vida única.⁶⁹ Nas palavras de Paulo de Salles Oliveira, “uma escrita capaz de dar vida à memória de pessoas idosas que reconstituem sua trajetória na cidade de São Paulo, fazendo-nos redescobrir variadas facetas da sociabilidade” (Oliveira, 2008, p. 250).⁷⁰ Ou ainda, como um jornalista comentou à época do lançamento do livro, algo que “merece observação especial, por não ser infelizmente corriqueiro em trabalhos acadêmicos, [é] o estilo agradável e fluente, que torna a leitura de *Memória e sociedade* um fascinante prazer estético. São realmente evocações que ensinam e interpretações que seduzem!”.⁷¹ Mesmo as interpretações – em torno de temas vários: o tempo, a família, a festa, a cidade, a casa, a política – são carregadas pela mesma “vocação de narrativa” que as histórias têm.

Se a opção estilística de Ecléa foi um fator que muito influenciou a boa recepção de sua obra, a forma das transcrições que adota pode ser entendida como algo mais que uma opção estética. Para o crítico literário João Alexandre Barbosa, a passagem da fala para a escrita seria provavelmente “o traço mais marcante da composição deste livro (...), em que o narrador [Ecléa Bosi], recusando a objetividade do romancista, integra os dados narrativo, confundindo as memórias de seus personagens com as suas próprias” (Barbosa, 1979, p. XIV).⁷² Nesse sentido, o estilo de apresentação das narrativas poderia ser compreendido também como a manifestação formal da não separação entre sujeito e objeto de pesquisa, entre ouvinte e narrador.

Sentada sobre seu prestígio acumulado, Ecléa, talvez, pudesse ter se tornado o Studs Terkel brasileiro. O modelo que adotou em seu trabalho mais conhecido, afinal, poderia ter sido replicado em uma série de livros, como fez o autor americano. *Memória e sociedade* é frequentemente reeditado, e chegou à 14ª edição em 2008, entre muitas

anônimos da vida brasileira estão organizadas em pequenas narrativas entre o ponto, o poema e a crônica, para serem lidas por jovens, crianças, adultos e velhos”. Para uma apresentação de *Velhos amigos*, ver: Bosi, V. “Velhos amigos”. **Psicologia USP**, v. 19, n. 1, p. 25-8, jan/mar 2008.

⁶⁹ Chauí, M. “Apresentação – Os trabalhos da memória”. In: Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. XVII-XXXII.

⁷⁰ Oliveira, P. S. “Ecléa emérita”. **Kairós**, v. 11, n. 2, p. 249-55, dez. 2008.

⁷¹ Theodor, E. “Depoimentos que ensinam”. **O Estado de S. Paulo**, *Suplemento Cultural*, p. 12, 25 de maio de 1980.

⁷² Barbosa, J. A. “Prefácio – Uma psicologia do oprimido”. In: Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. XI-XV.

reimpressões. *Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias* chegou em 2009 à sua 13ª edição. *O tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social* saiu em 2003, e no ano seguinte já teve segunda edição. *Velhos amigos* chegou à terceira em 2008, cinco anos depois de ter sido lançado, após uma segunda edição com três reimpressões.

Mas não foi no âmbito editorial, talvez nem sequer na produção intelectual como algo em si, que Ecléa se instalou. Após *Memória e sociedade*, ela não realizou trabalhos de igual fôlego. Continuou difundindo no Brasil o trabalho de Simone Weil. Produziu certo número de ensaios – em sua maioria reunidos em 2003 no livro *O tempo vivo da memória* – e adaptou para o livro *Velhos amigos* as histórias de seu clássico.

No entendimento de Ecléa Bosi, depoimentos devem criar no pesquisador um compromisso com a mudança. Rara coerência, aqueles de *Cultura popular e cultura de massa* certamente influenciaram a autora no programa de formação de leitores que ela instalou em São Paulo⁷³; os de *Memória e sociedade*, é claro, foram a base do ambicioso programa Universidade Aberta à Terceira Idade, implantado por ela na Universidade de São Paulo em 1994. Ele insere os velhos na vida universitária – e não em turmas separadas, ela sempre ressalta, mas nas classes regulares, a fim de estimular trocas intergeracionais.

A vertente de pesquisa que Ecléa abriu não careceu de continuidade. Mesmo que a área de Psicologia Social pouco tenha se envolvido com a história oral⁷⁴, ela seguiu adiante especialmente graças ao trabalho de Maria Luiza Sandoval Schmidt⁷⁵, Paulo de Salles Oliveira⁷⁶, e José Moura Gonçalves Filho⁷⁷, entre outros⁷⁸, como orientadores de

⁷³ Chauí, M. “Homenagem a Ecléa Bosi”. *Psicologia USP*, v. 19, n. 1, p. 15-24, jan/mar 2008.

⁷⁴ Exceções a Fernando Fronghtengarten, por exemplo.

⁷⁵ Ver, por exemplo: Monteiro, R. C. **Memória e experiência: Um estudo de relatos de educadoras (1940-1950)**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

⁷⁶ Ribeiro, K. **Os padres operários nas lembranças de uma comunidade: Um estudo de memória e prática política**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003; Lourenço, M. L. **Cultura, arte e política: O movimento Hip-Hop e a constituição dos narradores urbanos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002; Buckeridge, F. C. **Por entre as grades: Um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

⁷⁷ Ver, por exemplo: Angelucci, C. B. **O educador e o forasteiro: Depoimentos sobre encontros com pessoas significativamente diferentes**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009; Barbosa, M. A. **Estudantes de classes pobres na universidade pública: Um estudo de depoimentos em Psicologia Social**. Dissertação (Mestrado em

inúmeras dissertações e teses. Oliveira, em texto escrito em homenagem à autora, mencionou sua reputação internacional: “Pierre Bourdieu, o conhecido sociólogo, discutia os textos de Ecléa com seus discípulos na Sorbonne, enquanto Scheibe, nos Estados Unidos, se baseava em Ecléa para construir suas reflexões em Psicologia” (Oliveira, 2008, p. 249).⁷⁹ No Brasil, o interesse pela criadora de *Memória e sociedade* pode ser dimensionado pela lotação máxima que seus concorridos cursos (para os quais ela é instruída por seu departamento a não aceitar ouvintes) atingem.

Pelo método, contra o método

No prefácio à tradução brasileira do livro de Paul Thompson, *A voz do passado*, Sonia Maria de Freitas oferece uma descrição do trabalho de Ecléa Bosi: “solitário, pioneiro e interdisciplinar” (Freitas, 2002, p. 18).⁸⁰ De fato, enquanto partícipe modelar de uma geração de intelectuais de formação sólida e interesses culturais múltiplos, a autora desfruta de um lugar único na história do desenvolvimento da história oral feita no Brasil. Graças a *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*, em sua 14ª edição, ela coloca-se nesse cenário de forma privilegiada – com tons de unanimidade, até –, embora ambivalente. Ecléa raramente participou dos fóruns institucionalizados de discussão do campo, embora sua obra tenha se inscrito neles de maneira determinante.

Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004; Góes, M. **Cidadania, bola e macarrão: Um estudo de psicologia a partir do relato de dois moradores do Jardim Ângela**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; Watanabe, A. F. **A experiência das raízes e o Dekassegui: Um estudo de Psicologia Social a partir de reconstrução autobiográfica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008; Magalhães, E. F. **Rappers: Artistas de um mundo que não existe - um estudo psicossocial de identidade a partir de depoimentos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

⁷⁸ Sueli Damergian, por exemplo, orientou a tese: Nascimento, N. F. **A cidade lembrada: Um estudo sobre a memória subjetiva e social**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

⁷⁹ Oliveira, P. S. “Ecléa emérita”. *Kairós*, v. 11, n. 2, p. 249-55, dez. 2008.

⁸⁰ Freitas, S. M. “Prefácio à edição brasileira”. In: Thompson, P. **A voz do passado: História oral** [1ª ed. 1978, 2ª ed. 1988, 1ª ed. bras. 1992]. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Ecléa Bosi vê o método em seu potencial de diálogo, de contato, na busca por uma compreensão mútua que, em vez de minimizar os conflitos entre gerações, os aceite como parte das relações entre quaisquer seres humanos. O sopro movedor dessa história oral é, quem sabe, fazer com que deixem de ser “relatos de solidão” as histórias colhidas, como Ecléa conclui após aludir ao Sr. Abel:

Afastado de todos os que estimou, alijado do trabalho, internado num hospital psiquiátrico e agora num asilo, ele pergunta: “Voltar pra casa? Não, eu não tenho mais condições de viver lá. Não conheço mais ninguém. Eu chamo este asilo de gaiolão de ouro. Gaiolão de porta aberta. Mas, fugir pra quê? Pra onde eu vou?” (Bosi, 1979, p. 354)⁸¹

Enquanto instrumento para reforçar a troca intergeracional, a história oral de Ecléa abraçaria o velho no exercício de sua função social. O que ele *faz* é lembrar; o que ele *produz* é lembrança. “A memória oral é fecunda quando exerce a função de intermediário cultural entre gerações” (Bosi, 1992, p. 146)⁸², escreve ela. Em sua história oral como missão, o método está a serviço da revalorização do velho, comumente descartado pelas gerações mais jovens depois que estas extraem dele aquilo de que precisam; ele age em favor de um diálogo não complacente, que deixe de estar assinalado por um “tom protetor que mal disfarça a estranheza e a recusa” (Bosi, 1979, p. 34)⁸³, por um estado de coisas em que “não se discute com o velho, não se confrontam opiniões com as dele, negando-lhe a oportunidade de desenvolver o que só se permite aos amigos: a alteridade, a contradição, o afrontamento e mesmo o conflito” (idem, p. 36).

A história oral de Ecléa seria uma via para recuperar a comunicação da experiência – preterida em favor da informação, dos fatos diversos, instantâneos e fragmentados, espargidos por um sistema de comunicação de massas que desmemorializa o sujeito, corroendo o sentido de continuidade histórica. Arte em decadência – como Walter Benjamin colocou em “O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, com quem Ecléa dialogava e concordava antes de o texto ser exaustivamente mencionado no

⁸¹ Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

⁸² Bosi, E. “Memória da cidade: Lembranças paulistanas”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 145-9.

⁸³ Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

campo da história oral —, a narração de histórias seria recuperada por uma história oral na qual escutadores se abandonariam, justamente, à escuta.

Para Ecléa, a história oral é rica, ainda, por sua diversidade. “A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza” (Bosi, 2003, p. 15).⁸⁴ Ela faculta o entendimento de como seres diferentes vivenciaram as mesmas circunstâncias:

Grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiência vivida nos seres que compartilham a mesma época; a do militante penetrado de consciência histórica e a dos que apenas buscaram sobreviver. Podemos colher enorme quantidade de informações factuais mas o que importa é delas fazer emergir uma visão do mundo (idem, p. 19)

Há, todavia, duas dimensões da história oral que não encontram ressonância em Ecléa. A primeira é sua romantização. Embora entenda o método como experiência viva, como recurso valioso para o estudo da história do cotidiano, como maneira oral e gestual privilegiada para as concepções de mundo da cultura popular se expressarem, ela atenta ao risco de que a memória seja ideologizada, considerada mais verdadeira ou mais autêntica, “como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica” (idem, p. 15).

A segunda diz respeito à metodologização. Se o fito de Maria Isaura Pereira de Queiroz foi desde cedo o de normalizar procedimentos de pesquisa, Ecléa caminhou na direção oposta. Nunca se sentiu plenamente confortável em ritualizar seus passos, evitando o risco da dogmatização. Ela não se demora na exposição das teorias que embasam seu trabalho⁸⁵, menos ainda na descrição dos instrumentos que empregou. “No tocante às técnicas de pesquisa, estas devem ser adequadas ao objeto: é a lei de ouro. Não conheço outra”, escreveu (Bosi, 1993, p. 282).⁸⁶

Embora seja evidente seu envolvimento pessoal e afetivo durante a pesquisa de que resultou *Memória e sociedade*, a autora quase nada revela sobre os “bastidores” da pesquisa.

⁸⁴ Bosi, E. **O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**. Cotia, SP: Ateliê, 2003.

⁸⁵ No artigo “A pesquisa em memória social”, publicado tempos depois do livro, relatou, provavelmente a pedido, que o que embasou seu trabalho foi “o pressuposto mais geral da Teoria Gestáltica, aquele que enlaça estruturalmente as formas de comportamento a complexos vivos de significação” (p. 278), citando Koffka e Wertheimer, e Lewin.

⁸⁶ Bosi, E. “A pesquisa em memória social”. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1/2, p. 277-84, 1993.

É até difícil traçar os caminhos de investigação dessa escritora descrita por Lourenço Diaféria como uma “tecelã dos sentimentos humanos, operária da palavra, cerzideira atenta da realidade esgarçada”.⁸⁷ Ela pouco fala de suas motivações, por exemplo; não aproveita seus livros, tampouco reportagens e entrevistas sobre eles, para forjar uma ego-história.⁸⁸ Pistas não se derramam, mas saem como que de um conta-gotas: “A inspiração para o livro veio das narrações da Ema Strambi Frederico, minha mãe, que sempre foi uma pessoa capaz de fazer o passado reviver”, disse ela.⁸⁹ É de Ema, aliás, a foto que estampa até hoje a famosa capa de *Memória e sociedade*. Dos velhos que estão lá dentro, sabe-se que eram “velhos moradores de São Paulo”, que foram escutados entre 1974 e 1978, que tinham mais de setenta anos de idade, que o método das entrevistas assentava-se em amizade, afetividade, confiança. “Conversei longo tempo com eles e, enquanto ouvia suas narrativas, ia aprendendo alguma coisa sobre a situação da velhice na sociedade industrial” (Bosi, 1992, p. 145).⁹⁰ Não se sabe, nem mesmo, quantas mais pessoas além dos oito velhos Ecléa entrevistou em sua vida. Quantos velhos mais? Quantas operárias? Quantos migrantes? A que ela se refere quando diz ter entrevistado 140 pessoas sobre seus deslocamentos urbanos? Quem são os depoentes de uma região caipira que ela menciona?⁹¹ Quem foi a mulher que ela entrevistou no começo dos anos 1980?⁹²

Em uma de suas raras entrevistas, ela ofereceu uma explicação para seu interesse em pesquisar a memória:

⁸⁷ Diaféria, L. “Cerzindo a memória”. *Folha de S. Paulo, Ilustrada*, p. 31, 6 de março de 1980.

⁸⁸ A expressão vem do hoje canônico livro organizado por Pierre Nora, que tinha como propósito primordial estimular alguns historiadores eminentes a refletirem sobre suas subjetividades como filtro em seus trabalhos profissionais: Nora, P. (org.) *Essais d’Égo-histoire*. Paris: Gallimard, 1987. O estudo clássico sobre a definição da ego-história como um subgênero é o de Jeremy Popkin: Popkin, J. D. “Égo-Histoire and beyond: Contemporary French historian-autobiographers”. *French Historical Studies*, v. 19, n. 4, p. 1139-67, 1996. A análise de Popkin foi ampliada em um livro posterior: Popkin, J. D. *History, historians and autobiography*. Chicago: Chicago University Press, 2005.

⁸⁹ Sanches, L. “Os velhos contam a história da cidade”. *Folha de S. Paulo, Ilustrada*, p. 34, 28 de dezembro de 1980.

⁹⁰ Bosi, E. “Memória da cidade: Lembranças paulistanas”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 145-9.

⁹¹ Bosi, E. “Cultura e desenraizamento” [1982-1983]. In: Bosi, A. (org.) *Cultura brasileira: Temas e situações*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 16-41.

⁹² Bosi, E. *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. Cotia, SP: Ateliê, 2003.

Quando eu era criança havia uma invasão menor da mídia dentro das casas, pouca televisão. A grande distração da criança, além das brincadeiras de rua, era escutar histórias dos pais e avós. Caminhávamos muito em São Paulo. Eu morava perto da Rua Oscar Freire e estudava nos Campos Elíseos, ia e voltava a pé. Nessas caminhadas, meus companheirinhos pediam que eu contasse histórias, para abreviar o tempo. Quando escrevi *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*, uma tese defendida em 1978, começou em toda parte uma onda de pesquisas sobre memória e esses pesquisadores diziam haver se inspirado nesse trabalho. Penso que a inspiração veio para mim e para os outros pesquisadores da necessidade de um encontro com o passado mais próximo de nosso tempo.⁹³

Escutei, algumas vezes, relatos de pessoas que assistiram a palestras com a autora. Diziam-se algo frustradas: esperavam receber a “receita” para fazer história oral. Creio que este seja um aspecto da maior importância para entendermos o trabalho de Ecléa: o desconforto em “manualizar” a si mesma. Para ela, talvez o método seja criado no decorrer da própria pesquisa, emergindo da prática; talvez ele se abra a partir do imperativo da sensibilidade. Manuais teriam serventia limitada, não substituindo o teste, a criatividade, a aprendizagem. Há em Ecléa um chamado à sensibilidade, à criatividade, à afetividade – não ao enrijecimento de procedimentos (embora, como eu já disse, muitos tenham seguido sua trilha; muitos tenham remetido à matriz que ela engenhrou). Essa espécie de resistência à metodologização do trabalho com história oral talvez ajude a explicar o porquê de ela jamais ter participado do campo – gerando até ressentimento entre as pessoas que tentaram incorporá-la. Bem, o fato de ela ter sido abraçada pelo campo da história oral não significa que ela o abraçaria em todas as suas feições.

Não foi apenas pelo campo da história oral que ela, nos anos 1990 – quando enxergava o trabalho com a memória oral como um “procedimento hoje tão corrente nas Ciências Humanas” (Bosi, 1992, p. 111)⁹⁴ –, passou a ser instada a falar sobre método. Num artigo de 1993, intitulado “A pesquisa em memória social”, ela afirmou que seu trabalho *Memória e sociedade* vinha levantando várias questões; tentou responder a algumas delas, sem alongar-se, mas não escondeu o desconforto: “Findo o trabalho, este não pode

⁹³ Trata-se de uma entrevista curta, de duas páginas, publicada em *Na ponta do lápis*, uma pequena publicação ligada ao Programa Escrevendo o Futuro, da Fundação Itaú Social. O segundo número desta publicação oferecia vários artigos sobre memória, incluindo a entrevista com Ecléa Bosi. Ver: Bosi, E. “Uma experiência humanizadora”, **Na ponta do lápis: Almanaque do Programa Escrevendo o Futuro**, ano 1, n. 2, p. 2-3, agosto/setembro de 2005.

⁹⁴ Bosi, E. “Entre a opinião e o estereótipo”, **Novos Estudos Cebrap**, v. 32, p. 111-8, 1992.

ser submetido a exame ou desmontado como a engrenagem de um relógio, mas podem-se rememorar os caminhos trilhados para auxílio dos futuros investigadores” (Bosi, 1993, p. 278).⁹⁵ Ela fizera isso num texto imediatamente anterior, no qual inseriu algumas linhas sobre “A formação do pesquisador” (Bosi, 1992, p. 149).⁹⁶ Defendia que a entrevista com velhos deveria ser precedida por uma formação específica, preparando o pesquisador para ser paciente e aceitar que a narrativa do velho (na realidade, como toda narrativa) pode ser fragmentada, hesitante, cheia de pausas. “O discurso fragmentado é cheio de significação; ao silêncio do velho seria bom que correspondesse o silêncio do pesquisador” (idem, p. 149).⁹⁷ Afirmava ser fundamental devolver o depoimento ao narrador, a fim de que ele ouvisse e pudesse modificar o que narrou. Recomendava, ainda, que as gravações das entrevistas deveriam ser escutadas em grupo, com outros recordadores, o que poderia fomentar mais conversas a partir das lembranças.

Foi no texto “Sugestões para um jovem pesquisador”, de 2003⁹⁸ – título insinuante aproximado por César Ades (2004, p. 236)⁹⁹ às *Cartas a um jovem poeta* de Rilke – que Ecléa aproximou-se mais da prescrição metodológica. Ainda assim, suas nove páginas não falam em normas, mas em indicações preparadas depois de tantos pesquisadores iniciantes pedirem-lhe “sugestões e conselhos”.¹⁰⁰ Elas consistem no convite à intimidade com os mecanismos da memória, à compreensão de que narração é trabalho de memória, à aceitação da primazia do narrador na ordenação do relato, ao estímulo à pesquisa prévia, à busca de uma atmosfera de confiança e abertura que fertilize uma entrevista transformadora e, se possível, uma relação de amizade em vez de “uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro” (Bosi, 2003, p. 61).¹⁰¹ Em tópicos e frases curtas,

⁹⁵ Bosi, E. “A pesquisa em memória social”. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1/2, p. 277-84, 1993.

⁹⁶ Esse pequeno trecho do texto foi suprimido quando da republicação do mesmo no livro *O tempo vivo da memória*.

⁹⁷ Bosi, E. “Memória da cidade: Lembranças paulistanas”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 145-9.

⁹⁸ Ver: Bosi, E. *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. Cotia, SP: Ateliê, 2003. (capítulo 3)

⁹⁹ Ades, C. “A memória partilhada”. *Psicologia USP*, v. 15, n. 3, p. 233-44, 2004.

¹⁰⁰ Bosi, E. “Uma experiência humanizadora”, *Na ponta do lápis: Almanaque do Programa Escrevendo o Futuro*, ano 1, n. 2, p. 2-3, agosto/setembro de 2005.

¹⁰¹ Bosi, E. *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. Cotia, SP: Ateliê, 2003.

Ecléa ainda recomenda que o pesquisador atente às “constantes universais” (idem, p. 62) das falas, às grandes intenções que funcionam como espinha do fluxo narrativo, ao caráter pessoal da narrativa, à dimensão profunda das emoções, da hesitação, do silêncio, da ruptura, do que foi relegado às sombras – elementos todos plenos de significado e reveladores do trabalho da memória. A conselheira focaliza, uma vez mais, a atenção:

Insisto na formação do pesquisador que vai entrevistar o idoso. Quando a narrativa é hesitante, cheia de silêncios, ele não deve ter pressa de fazer interpretação ideológica do que escutou, ou de preencher as pausas (...) Aprendizagem difícil porque vivemos num moinho de palavras e citações que se apoiam comodamente no discurso ideológico. (idem, p. 65)

Parece que Ecléa entende, por “formação”, menos o domínio de um conjunto de operações e mais a capacidade humana, humanizadora, de exercitar a atenção e a escuta.¹⁰²

Da mesma forma como a dogmatização da história oral não interessa a Ecléa, o contrário ocorre. Formulações como as de que “as pessoas mais simples têm algo

¹⁰² Em 2009, fui aluno de Ecléa Bosi no curso de pós-graduação *Cultura e memória social: A história oral*, que ela ministra regularmente na Universidade de São Paulo. A impressão que tive sobre ele foi a mesma a respeito de meu curso de graduação: certamente não foi de jornalismo, mas de humanidades; assim como o curso de Ecléa não foi de história oral, mas de muito do que a professora crê ser preciso saber antes de se fazer história oral. Em suma, era um fascinante apelo à erudição, baseado em uma listagem rigorosa de temas e leituras. O método ocupou uma parte menor do curso; na verdade, frases curtas que consistiam em conselhos oferecidos pela professora.

A programação do curso seguia três ciclos:

1º ciclo – Cultura, trabalho e valor: Era composto por leituras de textos de Alfred von Martin (de *Sociologia do Renascimento*), Karl Marx (*O 1º Manuscrito*), Hannah Arendt (“A crise da cultura”, no livro *Entre o passado e o futuro*) e Agnes Heller (“Valor e história”, em *O cotidiano e a história*). Segundo Ecléa, tais leituras ajudariam na adoção de um ponto de vista – ético, político, filosófico – determinado para a interpretação de quaisquer textos e obras, incluindo-se aí as entrevistas;

2º ciclo – Depoimentos exemplares: Era composto por escritos de Simone Weil (de *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*) e por estudos de narrativas populares colhidas por José de Souza Martins (em *A aparição do demônio na fábrica* e *A sociabilidade do homem simples*), Oswaldo Xidieh (*Semana Santa Cabocla e Narrativas populares*) e Candido Costa e Silva (o ensaio “O dízimo do tempo” do livro *Roteiro da vida e da morte*);

3º ciclo – História e memória: Textos de Marshall Berman (os primeiros dois capítulos de *Tudo o que é sólido desmancha no ar*); as “Teses sobre a filosofia da história”, de Walter Benjamin; e “Memória-sonho e memória-trabalho”, de *Memória e sociedade*.

Ao longo do curso, é claro, Ecléa mencionou outros autores: Propp, para afirmar que a história oral pode ter uma estrutura semelhante à das fábulas; Paul Valéry, quando mencionou que, cada vez que as histórias são contadas, passam por mudanças que agem como uma “camada de esmalte”; Paul Ricoeur, quando mencionou os perigos da memória e da narrativa. Ao fim, a professora pedia um trabalho final: a transcrição de uma entrevista com uma pessoa com 60 anos ou mais, relatando um acontecimento “memorável, de repercussão coletiva”, somada à análise comparativa do depoimento com publicações da época e a interpretação da mesma à luz dos textos lidos no curso (anotações minhas).

surpreendente a nos contar” (Bosi, 2003, p. 9)¹⁰³, de que há “tesouros da memória” (idem, p. 11) a serem descobertos através de uma conversa que seja amizade, são potencialmente dissentâneas em espaços de produção intelectual no qual a sujeição a regras incontestáveis limita a criação inventiva e solidária. Natural que uma história oral metodologista se interessasse menos por uma escritora que, como Marilena Chauí colocou, em uma apreciação positiva, “não está preocupada em fornecer modelos de pesquisa nem em obedecer aos modelos existentes” (p. XXIV).¹⁰⁴ Para vertentes atreladas ao metodologismo, Ecléa Bosi pode ter se tornado uma figura de interesse histórico, autora de um trabalho indisputavelmente meritório e, por isso, citável (e citado) em profusão. A matriz que ela instaurou, no entanto, continua seu caminho pelas frestas e pelo subterrâneo do campo: fez dele um sistema alerta à memória, à linguagem, à atenção; faz dele um território de empatia, de curiosidade e de pluralismo, centelhas que a disciplinação do método não conseguiu aniquilar.

¹⁰³ Bosi, E. **Velhos amigos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁰⁴ Chauí, M. “Apresentação – Os trabalhos da memória”. In: Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. XVII-XXXII.

CAPÍTULO 3

História oral de inspiração pública: A cultura nas bordas

Se na alvorada dos anos 2010 a expressão “história pública” voltou a circular com renovada intensidade no país – simbolizada na execução de um Simpósio Internacional de História Pública e da criação de uma Rede Brasileira de História Pública, em 2012 –, trata-se de um movimento sem tantas surpresas.¹ Ele busca, é verdade, fomentar uma discussão programada e continuada sobre o tema – mas está atento a toda uma trajetória anterior de circulação popular da história, em seus variados e multiplicados suportes.²

Nos diversos países em que a história pública floresceu como um campo de produção e reflexão mais ou menos definido, ela se associou mais com umas do que com outras temáticas e formas de produção de conhecimento histórico. Com a história oral, manteve uma relação íntima – até porque, como já sinalizei em outra ocasião³, os praticantes de história oral levam vantagem no âmbito público na medida em que as histórias narradas já possuem, em si, componentes capazes de despertar a atenção do possível espectador. Nas palavras de Don Ritchie, elas “*create a record in a vernacular form that can be easily transmitted to the popular audience that public historians try to reach*” (1988, p. 57).⁴

¹ Ver o *website* da Rede Brasileira de História Pública: www.historiapublica.com. Ver também: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

² Santhiago, R. “A digital-born movement for an old analogic past: Times and trends of public history in Brazil”. *Paper* apresentado no Society for History in the Federal Government & Oral History in the Mid-Atlantic Region Annual Conference, College Park, Maryland, abril de 2013.

³ Santhiago, R. “Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 97-108.

⁴ Ritchie, D. “The oral history/public history connection”. In: Howe, B.; Kemp, E. L. (org.) **Public history: An introduction**. Malabar, FL: Krieger Publishing, 1988. p. 57-69.

O Brasil não fugiu à regra. É verdade que foi o ambiente universitário que se constituiu como espaço canônico para o florescimento e a consagração da história oral – mas ela também teve uma vertente pública, configurada diante da predominância (mas não exclusividade) da academia como uma linhagem recessiva. Ela não dispõe, no Brasil, de plena integração aos (ou de aceitação pelos) círculos acadêmicos, embora sua popularidade seja notável naquilo que atém a instituições públicas, instituições privadas de interesse público, ou ainda a editoras comerciais (espaços que a história oral feita na universidade eventualmente frequenta).

Trata-se de um quadro peculiar. Em um artigo sobre “*Public history and oral history*”, Jo Blatti buscou discutir “o paradoxo da disputa em uma esfera e da aceitação em outra” (1990, p. 615)⁵, dado que, diante de objeções ao seu potencial como evidência na pesquisa histórica, a história oral foi primeiramente aceita em espaços não acadêmicos, numa escala universal. No caso brasileiro, seria preciso inverter os polos. E até por isso, quem sabe, uma conciliação teria mais chances de sucesso. No exterior, muitas das críticas à história oral giraram em torno de sua alienação a uma elaboração metodológica e teórica convincente, derivada desse severo espírito público⁶; no Brasil, não teríamos de enfrentar esse debate.

O lugar marginal que as experiências não universitárias ocupam nos balanços historiográficos da história oral brasileira é um indício da situação, na verdade informada por um conjunto de pressupostos bastante firmes: o de que a história feita para o público deve seguir as mesmas regras daquela feita para os pares; o de que o rótulo história oral está necessariamente atrelado ao campo acadêmico que leva seu nome; o de que obras de circulação popular seriam meros fenômenos comunicacionais, e não trabalhos de fôlego a serem considerados. Nisso, a genealogia brasileira não se distingue muito da estadunidense, por exemplo, onde o trabalho de Allan Nevins na Columbia University, em 1948, consagrou-se como o marco fundador incontestado deste método, quase sempre colocando à sombra o suntuoso New Deal Federal Writer’s Project, programa federal que

⁵ Blatti, J. “Public history and oral history”. *The Journal of American History*, v. 77, n. 2, p. 615-25, September 1990.

⁶ Grele, R. “A movement without aim: Methodological and theoretical problems in oral history”. In: Perks, R.; Thomson, A. (org.) *The oral history reader*. London/New York: Routledge, 1998. p. 38-52.

contratou mais de 300 artistas e escritores desempregados durante a Depressão dos anos 1930 e coligiu histórias de mais de 10.000 pessoas, entre 1935 e 1942.⁷

Talvez a ideia de cultura das bordas, junto com a de história pública, ajude a compreender essa natureza distinta, bem como os diferentes níveis de inserção e circulação de criações culturais. Cultura das bordas é “um projeto, uma atitude teórica”, construída “a partir da consideração de espaços não canônicos, trazendo para o centro da observação os chamados periféricos, privilegiando segmentos não institucionalizados”, escreveu Jerusa Pires Ferreira (2010, p. 11).⁸ Essa atitude teórica transcende perspectivas analíticas estreitas e atravessa domínios culturais distintos, tão conflituosos quanto interpenetráveis, e sempre em contiguidade. Ela implica, no mínimo, a apreciação prudente daquilo que tradicionalmente tem sido relegado às periferias pelos indivíduos e pelas instituições às quais tem cabido o papel de identificar os altos e os baixos estratos da cultura (e, por extensão, da interpretação histórica), classificando alguns deles como populares, popularescos, folclóricos, exóticos. Nas bordas situa-se uma cultura refratária a nomenclaturas apriorísticas; a limites sociais e culturais estritos; a ortodoxias intelectuais e estilísticas.

O conceito de bordas cunhado por Ferreira torna-se mais operativo se o associamos a uma categoria, ou a um nicho – um espaço de produção e circulação específico, mas não estanque. Um espaço poroso como o da história pública. Essa expressão tão polissêmica indica – em meio a seus muitos e controversos significados⁹ – a predisposição em facultar acesso, a um público não acadêmico, de conteúdos históricos que em princípio ficariam restritos a especialistas. Não se trata apenas de um conjunto de

⁷ Algumas dessas entrevistas estão hoje disponíveis para consulta no site da Smithsonian’s American Memory Collection, American Life Histories, 1936-1940. Ver: memory.loc.gov/ammem/wpaintro/wpahome.html (acessado em 21 jul. 2013).

⁸ Ferreira, J. P. **Cultura das bordas: Edição, comunicação, leitura**. Cotia, SP: Ateliê, 2010. O livro mencionado é a referência inicial para a aproximação do conceito de “cultura das bordas”. O ensaio seminal do conceito está reproduzido no livro, publicado originalmente como: Ferreira, J. P. “Heterônimos e cultura das bordas: Rubens Lucchetti”. **Revista USP**, v. 4, p. 169-74, dez-jan-fev 1989-1990.

⁹ Uma obra recente que aborda o problema da definição em história pública é a de Denise Meringolo, na introdução ao estudo em que se opõe à ideia de que a história pública seja uma profissão nova, indo em busca de raízes para a mesma desde o século XIX e enfatizando o papel do National Park Service estadunidense para a formação do que ela chama de “*culture of public history*”. Ver: Meringolo, D. D. **Museums, monuments, and national parks: Toward a new genealogy of public history**. Amherst/Boston: University of Massachusetts Press, 2012.

ações que visa disseminar conteúdos históricos, “traduzindo-os” (essa é apenas uma das variações de história pública, que poderia ser entendida como “divulgação histórica”). Trata-se antes de um tipo de texto cultural dotado de natureza específica, assinalada pela própria incorporação das expectativas do público receptor sobre o polo de produção, e portanto ligada ao âmbito das comunicações.

História acadêmica e história pública geram frutos diferentes, embora sejam complementares e tenham muitos vasos comunicantes. A própria distinção entre elas é apenas didática. Há historiadores acadêmicos que têm se aproximado cada vez mais de uma atuação específica em história pública. Um bom exemplo está no trabalho de Mary del Priore, que já atuou como professora na Universidade de São Paulo e na PUC-Rio, e hoje se destaca no circuito editorial, tendo produzido diversos livros voltados a um público geral, como *Histórias Íntimas: Erotismo e sexualidade na história do Brasil*; *Uma breve história do Brasil*, com Renato Venâncio; *O príncipe maldito*; e *Condessa de Barral: A paixão do imperador*, todos por grandes editoras comerciais.¹⁰ Outros historiadores acadêmicos esporadicamente produzem obras que atingem pessoas para além de seus pares, como ocorreu recentemente com o livro *João Goulart: Uma biografia*, do professor da Universidade Federal Fluminense, Jorge Ferreira, ou com *Os contos e os vigários: Uma história da trapaça no Brasil*, de autoria do historiador da cultura e professor da Faculdade Cásper Líbero, José Augusto Dias.¹¹ Têm seguido o fluxo contrário obras densas e de conteúdo histórico produzidas por jornalistas ou pesquisadores não acadêmicos, como Elio Gaspari (com sua série sobre a ditadura militar brasileira¹²), Jayro Severiano (com *Uma história da música brasileira*¹³) ou Luiz Maklouf Carvalho (com obras de cunho histórico

¹⁰ del Priore, M. **Histórias Íntimas: Erotismo e sexualidade na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011; del Priore, M.; Venâncio, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010; del Priore, M. **Condessa de Barral: A paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008; del Priore, M. **O príncipe maldito**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

¹¹ Ferreira, J. **João Goulart: Uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; Dias Junior, J. A. **Os contos e os vigários: Uma história da trapaça no Brasil**. São Paulo: Leya, 2010.

¹² Gaspari, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹³ Severiano, J. **Uma história da música popular brasileira: Das origens à modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

sobre a política e o mundo das comunicações, entre outras¹⁴). Em outras partes do mundo (como Inglaterra, Estados Unidos e Austrália, onde o tema tem recebido bastante atenção), o cenário é ainda mais variado.¹⁵

Não é apenas na cultura impressa que a história pública se realiza. Ela está nas produções audiovisuais, na educação histórica, na memória institucional e empresarial, na internet e nos recursos digitais, no jornalismo, na preservação patrimonial, nos arquivos e centros de documentação, nos museus, e assim por diante. O que unifica essa coleção tão variada de objetos é que a plateia é colocada no centro do palco – para usarmos as palavras da historiadora britânica Jill Liddington, que aprecia o caráter generoso, acolhedor e ecumênico da expressão.¹⁶ O historiador público, portanto, tem entre suas preocupações responder (ainda que não necessariamente atender) às demandas supostamente projetadas sobre si pelos possíveis espectadores, em um grande leque de aspectos: temáticos, estéticos, narrativos, etc. “Idealmente, através do rigoroso desenvolvimento de seu conhecimento especializado, profissionais deveriam ser mais capazes de abordar as necessidades das pessoas a quem devem servir”, escreveu Perry Blatz (1990, p. 10).¹⁷ Não se trata de “dar ao povo o que o povo quer”, mas de incorporar sua cartela de expectativas ao eixo da produção. De certo modo, essa agenda esteve presente em empreendimentos de história oral – nos museus, nos livros – que precocemente colocaram o público entre suas preocupações, e que tiveram repercussão, posteriormente, sobre outras iniciativas nesse campo erguido em torno de um método.

¹⁴ Carvalho, L. M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998; **O Coronel rompe o silêncio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004; **Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro**. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac SP, 2012.

¹⁵ Ver, sobre o consumo popular da história: Groot, J. **Consuming history: Historians and heritage in contemporary popular culture**. London/New York: Oxford, 2009; especialmente o capítulo “Popular history in print”, em que o autor mapeia as modalidades textuais de história pública, em livro: história narrativa, diários políticos e relatos testemunhais; autobiografia, memória e biografia pessoal; biografia histórica; história para crianças.

¹⁶ Ver sua discussão conceitual e um apanhado sobre a trajetória da história pública nos Estados Unidos, na Austrália e na Grã-Bretanha em: Liddington, J. “O que é história pública? Os públicos e seus passados”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

¹⁷ Blatz, P. K. “Craftsmanship and Flexibility in oral history: A pluralistic approach to methodology and theory”. **The Public Historian**, v. 12, n. 4, p. 7-22, 1990.

A voz no templo das musas

A presença de histórias narradas nos museus não aciona apenas a prática da história oral, mas também a museológica, tradicionalmente conectada à história pública. A partir das décadas de 1960 e especialmente 1970, no bojo das muitas manifestações pela democratização do conhecimento e da cultura, surgiu o que ficou conhecido como a “nova museologia”. Buscando ir além dos aspectos predominantemente técnicos, metodológicos e financeiros que caracterizavam o debate até então, e problematizando a função política, social e educacional do museu, ela teve como preocupação central estreitar o contato entre as instituições museológicas e as comunidades que lhes cercavam.¹⁸ Alargando as concepções museológicas em vigor e agindo conforme a visão dos museus como “instituições sociais com agendas políticas em função de pressupostos e preconceitos compartilhados inerentes” (Stam, 2005, p. 58)¹⁹, ela encontrou como algumas de suas soluções os ecomuseus, os museus comunitários e os museus voltados a minorias.²⁰

Embora com alguma dificuldade inicial de compatibilização entre a cultura material e a história oral²¹, museus em várias partes do mundo incorporaram a história oral entre seus recursos – seja como um fundo arquivístico disponível para consultas (talvez a mais comum, e menos perturbadora, modalidade), seja como uma estratégia utilizada dentro das exposições de artefatos (como em *audiotours*, quando os relatos pessoais são utilizados como mais um recurso para ajudar na compreensão dessa exposição), seja em exposições nas quais os relatos orais constituem o próprio objeto exposto (como excertos transcritos, em áudio, ou em vídeo). É frequente que o uso de história oral se dê predominantemente em museus temáticos ou em núcleos temáticos de instituições maiores – até pelo fato de esse tipo de coleção demandar maior controle e centralização de seus objetos, isto é, os arquivos sonoros produzidos e conservados em

¹⁸ Vergo, P. “Introduction”. In: Vergo, P. (org.) **The new museology**. London: Reaktion Books, 1989. p. 1-5.

¹⁹ Stam, D. C. “The informed muse: The implications of ‘the new museology’ for museum practice”. In: Corsane, G. (org.) **Heritage, museums and galleries: An introductory reader**. New York: Routledge, 2005. p. 58-76.

²⁰ Hodges, D. J. “Museums, anthropology, and minorities: In search of a new relevance for old artifacts”. **Anthropology & Education Quarterly**, v. 9, n. 2, p. 148-57, 1978.

²¹ Porter, G. “Oral history in museums”. **History Workshop**, n. 1, p. 271-3, 1976.

seus diferentes suportes. Um museu raramente “adquire” ou solicita “empréstimo” de “peças” de história oral; precisa gerar seu próprio acervo. Também por isso esses trabalhos têm uma faceta pública, já que os espectadores do museu podem se tornar, simultaneamente, os produtores de seu conteúdo.

Das várias instituições museológicas que incorporam a história oral em sua agenda destacam-se o Ellis Island Immigration Museum e o Brooklyn Museum, em Nova York; o Children’s Museum, em Boston; o United States Holocaust Memorial Museum, em Washington (todos nos Estados Unidos); além de muitos na Inglaterra. Esse foi um tipo de prática ainda reforçado na esteira da aprovação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, em 2003, que reforçou as tradições e expressões orais como elementos dignos de maior atenção e preservação.²²

No Brasil, essa vertente banha-se no lastro das várias unidades espalhadas pelo país do Museu da Imagem e do Som (MIS). A missão desses museus era a gravação e o processamento de entrevistas com a finalidade de alimentar uma instituição pública, que por sua vez tinha o público entre suas preocupações. O primeiro desses museus – aquele instalado na cidade do Rio de Janeiro – foi fundado em setembro de 1965 e idealizado pelo então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Jornalista e fundador do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, Lacerda nutria afeição especial à informação e à memória, demonstrada, por exemplo, quando em 1963 ele adquiriu o Arquivo Almirante, fabuloso acervo de documentos sobre a música popular feita no Brasil.²³

Um ano após sua fundação, o MIS do Rio de Janeiro implementou o projeto Depoimentos para a posteridade, dentro do qual gravou figuras importantes, como Cartola e Nelson Rodrigues. Rapidamente, em 1970, como uma busca precoce por uma socialização dos depoimentos orais, foi lançado o livro *As vozes desassombradas do museu*²⁴, com os depoimentos de Pixinguinha (gravados em outubro de 1966 e abril de 1968), João da Baiana (1966) e Donga (1969), coletados em sessões com múltiplos entrevistadores,

²² Unesco. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf

²³ Severiano, J.; Homem de Mello, Z. **A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras – Vol. 2: 1958-1985**. São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 72.

²⁴ Fernandes, A. B. (org.) **As vozes desassombradas do museu**. Rio de Janeiro: Museu da Imagem e do Som, 1970.

artistas e especialistas da área musical como Hermínio Bello de Carvalho, Jota Efegê e Mozart Araújo. Esse foi um feito da gestão de Ricardo Cravo Albin, que se tornou integrante das comissões de criação dos 18 museus feitos nesse mesmo molde e, mais tarde, criaria seu próprio instituto cultural.²⁵ Entre outras pessoas, Cravo Albin tinha como colaboradores o jornalista Luiz Ernesto Kawall, que ao longo de várias décadas criou o seu próprio “museu da voz”, coleção de gravações doada em 2012 ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP. O próprio Kawall, aliás, publicou em 1972 um livro de entrevistas com 30 artistas plásticos brasileiros.²⁶ O MIS gerou, assim, uma importante linhagem de história oral em museus, abrigando outros projetos e eventos voltados à temática.²⁷

Enquanto o MIS do Rio de Janeiro publicava seu primeiro livro de depoimentos, em 1970, a unidade de São Paulo era fundada, subordinando-se à Secretaria de Estado da Cultura e resultando de um projeto idealizado por vários intelectuais – Rudá de Andrade, Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes, além de Ricardo Cravo Albin – sob o entusiasmo do então governador do Estado de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, e a intermediação de Luiz Ernesto Kawall, que trabalhou na formação do acervo inicial do museu, inclusive gravando entrevistas.²⁸ A abrangente proposta de fazer do MIS um museu que, mais do que sacralizar o passado, se envolvesse com o presente, dava à história oral um papel de destaque: a criação de um programa de entrevistas era uma meta indicada já na carta de fundação do museu. Seu item oitavo informava o propósito de “obter depoimentos de personalidades marcantes da vida do país, bem como obter testemunhos da vida urbana e rural do país, que delineiam o perfil da sociedade brasileira”.²⁹

²⁵ Ver: www.institutocravoalbin.com.br

²⁶ Kawall, L. E. **Artes-reportagem**. São Paulo: Centro de Artes Novo Mundo, 1972.

²⁷ Em setembro de 1995, por exemplo, na comemoração de seus trinta anos, o museu aproveitou a oportunidade para aproximar-se da comunidade acadêmica de história oral que então se agregava e realizou a mesa redonda *História oral: Experiências institucionais no Rio de Janeiro*, da qual participaram Marieta de Moraes Ferreira, Elina Pessanha, Ilana Strozenberg, Nara Azevedo e Claudia Mesquita.

²⁸ Prado, C. “Um veterano das artes”. **Problemas Brasileiros**, n. 403, jan/fev 2011.

²⁹ “Carta de Princípios e Finalidades do Museu da Imagem e do Som, do Estado de São Paulo”. Sem data. 2 fl. Consultado no Museu da Imagem e do Som, São Paulo, em outubro de 2011.

O diferencial da unidade paulistana está em ter feito da história oral um programa permanente no museu. Durante a década de 1970, foram mais de 80 depoimentos gravados. Com a ênfase que o setor teria a partir de 1981, esse número rapidamente se ampliaria. O MIS de São Paulo adquiriu um invejável acervo de depoimentos: de artistas e pintores do modernismo brasileiro como Tarsila do Amaral, artistas de teatro como José Celso Martinez Corrêa, músicos populares como Tom Jobim, intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, personalidades do esporte como Pelé. Seu programa dividiu-se essencialmente em três núcleos: Histórias de vida; Projetos políticos, sociais e trabalhistas; Memória e tradição oral. Até hoje, o museu arquiva também outras gravações orais, como debates e palestras realizadas em suas dependências.

Em consonância com a proposta de ser um “museu moderno”, o MIS não apenas armazenava esses depoimentos – visava torná-los acessíveis, em um momento no qual a reprodução técnica não era tarefa das mais fáceis. Uma reportagem sobre o museu no início dos anos 1980 sugere o tom daquele momento:

Você quer ter em sua casa a gravação de depoimentos de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Adoniran Barbosa, Florestan Fernandes, Antônio Cândido ou Tarsila do Amaral? Basta levar uma fita cassete e, sem cobrar nada, o MIS lhe dará uma cópia do depoimento escolhido, entre os quase 300 existentes. Essas gravações encontram-se à disposição do público, que pode escutá-las também na própria sede do museu. É só procurar no fichário da sala de documentação o número do tombo em que o depoimento desejado está registrado, pedir a fita e colocar o fone de ouvido. E se você quiser cópias de fotos, leve papel fotográfico. (Cardoso, 1982, p. 160-1)³⁰

As perspectivas do MIS eram animadoras, mas ao longo do tempo iriam se chocar com a inconstância própria às instituições públicas, principalmente culturais, no Brasil. A vulnerabilidade que atingia o todo dessas instituições era agravada pelo problema de que, dentro delas, a história oral não era necessariamente considerada prioridade, sendo vista como um acessório. Essa não parece ser uma prerrogativa do Brasil; de modo geral, a história oral não é uma prioridade dentro de museus. “Embora seus méritos enquanto técnica e abordagem da história sejam amplamente reconhecidos, ela em geral não tem sido admitida como membro efetivo desta igreja tão ampla”, escreveu Stuart Davies em

³⁰ Cardoso, J. “O som e a imagem vivos multiplicados no MIS”. **SP Cultura**, ano 1, n. 4/5, p. 159-78, dez. 1982. Disponível em: http://www.boriskossoy.com/imprensa/sp_cultura.pdf. Acessado em: 24 out. 2012.

1994 (p. 74)³¹, em um compreensivo relato sobre o uso da história oral em museus ingleses no qual afirmou que apenas 35% dos respondentes de sua pesquisa utilizavam material oral, efetivamente, em exposições. O que nos leva a um segundo ponto: talvez essa vulnerabilidade fosse minimizada se o MIS tivesse sabido transformar seu portentoso acervo em exposições baseadas em história oral, ou integrado seu programa de história oral às atividades mais visíveis, consideradas como as responsabilidades tradicionais de um museu. Talvez ele tenha falhado, então, no engendramento de uma percepção distinta daquela que vê o setor de história oral como algo valioso, sim; um instrumento de celebração da memória artística brasileira, sim; responsável por coligir importante material informacional, sim – mas, no fim das contas, apartado da missão central do museu.

Em uma instituição como o Museu da Imagem e do Som, na qual a obsessão pela cultura material se dissipa – já que a imaterialidade de várias práticas artísticas está posta de saída – isso deveria ter sido possível, mas não foi o que ocorreu. O setor de história oral, assim como o MIS, sofreu com as constantes alternâncias no poder público e com suas tantas redefinições de prioridade. Mesmo assim, a matriz de uma história oral abrigada nos museus estava posta. Era um dos desenhos possíveis de uma história oral pública.

O papel da memória

O Brasil não tem seu Studs Terkel, tampouco sua Rigoberta Menchú. Testemunhos orais de nossos compatriotas não produziram nenhum sucesso editorial equiparável à série de livros temáticos que fez de Terkel um dos maiores vendedores de não ficção nos Estados Unidos³² ou à hoje controversa autobiografia narrada que garantiu à

³¹ Davies, S. “Falling on deaf ears? Oral history and strategy in museums”. *Oral History Journal*, v. 22, n. 2, p. 74-84, 1994.

³² São muitos os livros de Louis “Studs” Terkel, dentre eles: **Hard Times: An Oral History of the Great Depression**. New York: Pantheon Books, 1970; **Working: People talk about what they do all day and how they feel about what they do**. New York: Pantheon Books, 1974; **The good war: An oral history of World War Two**. New York: Pantheon Books, 1984; **Race: What blacks and whites think and feel about the american obsession**. New York: The New Press, 1992. Sobre a relação de Terkel com

indígena guatemalteca o Prêmio Nobel da Paz. Talvez o êxito de Carolina Maria de Jesus com seu *Quarto de despejo* aproxime-se dessa realidade – mas ele se deveu a diários que foram escritos enquanto tais, ainda que possuísem marcas orais, como vários de seus comentadores apontaram.³³ Por outro lado, talvez o auge do jornalismo literário de revistas como *O Cruzeiro* e *Realidade* ou do *Jornal da Tarde* tenha se aproximado mais do espírito da história oral e da história de vida do que imaginamos, e suavize a oposição entre história oral e jornalismo que inumeráveis textos apontam.³⁴

A cruzada de muitos teóricos brasileiros da história oral contra a parecença com o jornalismo costuma ser marcada pela generalização em relação ao campo e às práticas da comunicação. Esses autores recobrem uma variedade colossal de “jornalismos” com um único rótulo, pouco atentos às distinções entre o uso do “povo fala” numa notícia pequena e um trabalho sofisticado a partir de entrevistas como o que Ricardo Setti, por exemplo, fez no memorável *Conversas com Vargas Llosa*.³⁵ Para boa parte dos praticantes de história oral, o jornalista quase sempre corresponde àquela “imagem popular do jornalista impertinente e agressivo (...) que sapateia por sobre vidas afetadas por catástrofes até conseguir uma história sensacional” (Hoopes, 1979, p. 62).³⁶ Sem falar, é claro, no silêncio coletivo desse campo em torno de toda e qualquer obra jornalística sobre a arte da entrevista, especialmente no Brasil³⁷ – ainda que versassem não sobre o melhor ângulo

o mercado editorial nos Estados Unidos, ver também: Schiffrin, A. **O negócio dos livros: Como as grandes corporações decidem o que você lê**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

³³ Na América Latina, ainda, é importante citar os famosos trabalhos de Elena Poniatowska, *La noche de Tlateloco* e *Hasta no verte Jesús mío*, no México, que cultivaram a faceta pública da história oral.

³⁴ Embora, em termos de método e de ética, as reportagens de *O Cruzeiro* sejam discutíveis, ver: Carvalho, L. M. **Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro**. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac SP, 2012. Para mais informações sobre o tema, ver, por exemplo: Lima, E. P. **O que é livro-reportagem?**. São Paulo: Brasiliense, 1993; Vilas-Boas, S. **Biografias & biógrafos**. São Paulo: Summus, 2002; Lima, E. P. **Páginas ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2004; Rogé, C. F. **Literatura e jornalismo, práticas políticas: Discursos e contra-discursos, o Novo Jornalismo, o romance-reportagem e os livros-reportagem**. São Paulo: Edusp, 2006; Pena, F. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006; Belo, E. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

³⁵ Setti, R. A. **Conversas com Vargas Llosa**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

³⁶ Hoopes, J. **Oral history: An introduction for students**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1979.

³⁷ A literatura estadunidense de história oral, por exemplo, está repleta de exemplos de trocas entre a história oral e a comunicação. No México, todo um livro é dedicado à apreciação (positiva) da encruzilhada dessas práticas, numa pesquisa voltada à aplicação no ensino: Morales, F. L. P. **De la historia oral al periodismo literario: Una vía de aproximación a la enseñanza del oficio**. Ciudad de México: Pomares, 2003.

para a captação de um relato, mas a respeito de como “a experiência de vida, o conceito, a dúvida ou o juízo de valor do entrevistado transformam-se numa pequena ou grande história que decola do indivíduo que a narra para se consubstanciar em muitas interpretações” (Medina, 1986, p. 6).³⁸

A cultura impressa, entretanto, é um território vasto. Dentro dele se encontram publicações com temas de interesse público e baseadas na história oral. É o caso de um projeto memorável feito “*with the aim of documenting not only the overall patterns of Brazilian exiles, but also the changes in world views provoked by political emigration*” (Camargo, Rocha Lima & Hippolito, 1985, p. 45)³⁹: *Memórias do exílio*, gestado fora do país, que desaguou em título de mesmo nome publicado no final dos anos 1970, sendo sucedido pelo volume *Memórias das mulheres do exílio*, do início da década de 1980. Ao contrário de outras matrizes impressas de nossa história oral, essas duas *Memórias* inseriram-se não numa área disciplinar, mas na esfera pública. Mobilizaram as fontes orais, com os recursos do circuito editorial, visando à publicização de memórias recolhidas. Assim, cultivaram a história oral em duas de suas possíveis condições: como uma literatura de testemunho e como um gênero de consumo.

Em primeiro lugar, o projeto pode ser visto como uma variação da tradição testemunhal que consagrou o *testimonio* latino-americano como instrumento de denúncia, de busca por justiça social, de luta por direitos humanos; como um segmento específico que desloca a “reflexão sobre a *função testemunhal da literatura* para uma conceitualização de um novo *gênero literário*” (Seligmann-Silva, 2005, p. 87)⁴⁰, dentro do qual a pessoa que testemunha se incumbiria da função de comprovar, com fidedignidade, uma história diferente da oficial. Dessa perspectiva – que tem raízes nos trabalhos de Miguel Barnet, como *Biografía de un cimarrón* e *Rachel*, que criaram a modalidade do “relato etnográfico” – a história oral teria uma função pública, utilitária, imediata. Como escreveu Valéria De Marco, consistiria em um trabalho voltado à

³⁸ Medina, C. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.

³⁹ Camargo, A.; Rocha Lima, V.; Hippolito, L. “The life history approach in latin America”. **Life Stories/Récits de Vie**, v. 1, p. 41-54, 1985.

⁴⁰ Seligmann-Silva, M. **O local da diferença: Ensaio sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

constituição do objeto livro como resultado do encontro entre um narrador “de ofício” e um narrador que não integra os espaços de produção de conhecimento considerados legítimos, mas cuja experiência, ao ser contada e registrada, constitui um novo saber que modifica o conhecimento sobre a sociedade até então produzido. Desenha-se o testemunho com traços fortes de compromisso político: o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à “história oficial”, isto é, à versão hegemônica da História. O letrado – editor/organizador do texto – é solidário e deve reproduzir fielmente o discurso do outro; este se legitima por ser representativo de uma classe, uma comunidade ou um segmento social amplo e oprimido. (De Marco, 2004, p. 46)⁴¹

Muito do êxito do *testimonio* latino-americano deve-se à criação do famoso prêmio para o gênero que a revista Casa de Las Americas instituiu em 1970, dando visibilidade a nomes como os de Maria Esther Gílio, Omar Cabezas e Bermejo González. Composicionalmente, a variação brasileira não se calcou na individualização de figuras, no pessoalismo de uma Domitila Chungara ou de um *cimarrón* – o que, por um lado, segue a tendência geral de nossa história oral de se dirigir menos aos indivíduos e mais aos coletivos, e, por outro, reforça o controle, a autoridade e a responsabilidade percebida do pesquisador sobre o resultado do trabalho. Partilhando da motivação de outros testimonialistas latino-americanos, *Memórias do exílio* aclama a cultura impressa como palanque para a ação política, oferecendo ao público relatos em primeira mão de experiências urgentes, autênticas, que falam sobre problemas sociais mais amplos, que clamam por mudança.

Em segundo lugar, *Memórias do exílio* cultiva a história oral como gênero textual ou produto cultural que ocupa determinado espaço no mercado dos livros, um âmbito apropriado para o cumprimento do chamado “dever de memória”. Fundada na vocalidade, a história oral pode se dirigir à cultura impressa na busca pela comunicação escrita de relatos preferencialmente sensacionais, sobre os quais o pesquisador intervém. Esse é um nicho de janelas abertas, categorizado também como território do jornalista. Mapeando o universo do livro-reportagem, Edvaldo Pereira Lima indica a existência do livro-reportagem-depoimento, que “reconstitui um acontecimento relevante, de acordo com a visão de um participante ou de uma testemunha privilegiada. Pode ser escrito pelo

⁴¹ De Marco, V. “A literatura de testemunho e a violência de estado”. *Lua Nova*, n. 62, p. 45-68, 2004.

próprio envolvido – geralmente com a assistência de um jornalista – ou por um profissional que compila o depoimento e elabora o livro” (Lima, 2004, p. 52).⁴²

Tanto num sentido quanto noutro, *Memórias do exílio* dificilmente pode ser dissociado de um ramalhete de iniciativas correlatas: os vários escritos testemunhais lançados nos últimos anos da ditadura militar, que consistiram nas primeiras explorações do período, muitas vezes de forma estereotípica.⁴³ Conviviam entre a sombra do regime e a iminência da abertura textos como *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (1979); as *Memórias*, de Gregório Bezerra (1979); *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis (1980); *Feliz ano velho*, de Marcelo Rubens Paiva (1981).⁴⁴ Pelo mesmo período aparecia a tradução do célebre relato de Domitila, *Se me deixam falar...*⁴⁵, que mais tarde encontraria seu par perfeito em *Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência*, pelas mãos de Elizabeth Burgos.⁴⁶

Não se pode desprezar o papel que essa leva de publicações – *Memórias do exílio* e *Memórias das mulheres do exílio* incluídos – teve no início dos anos 1980, não só pela função social que assumiram como também pela influência em outras publicações testemunhais, ligadas ou não à questão da ditadura militar, que foram surgindo em editoras de todos os portes. Isso porque, àquela altura, uma cultura da memória começava a se instalar, tornando a abordagem de assuntos tão próximos menos desconfortável. Numa reportagem sobre a edição brasileira de *Memórias do exílio*, por exemplo, a *Folha de S. Paulo*

⁴² Lima, E. P. **Páginas ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2004.

⁴³ Ver, a respeito desta categoria de textos, os seguintes ensaios, entre outros: Fico, C. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004; Hutchinson, C. G. **Body, voice, memory: Modern latin American women’s testimonios**. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). University of Illinois, Urbana-Champaign, 2010; Maués, F. “Os livros de denúncia da tortura após o golpe de 1964”. **Cadernos Cedem**, v. 2, n. 1, 2011; Maués, F. “Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio’: Livros de oposição no regime militar, um estudo de caso”. **Em Questão**, v. 11, n. 2, p. 259-79, 2010; Maués, F. “Editoras de oposição no Brasil no período de abertura política (1974-1985)”. In: Coggiola, O. (org.) **América Latina: Encruzilhadas da história contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2003. p. 129-40.

⁴⁴ Gabeira, F. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979; Bezerra, G. **Memórias** [2 volumes]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; Firkis, A. **Os carbonários: Memórias da guerrilha perdida**. São Paulo: Global, 1980.

⁴⁵ Viezzer, M. **Se me deixam falar...** 2ª ed. São Paulo: Símbolo, 1978.

⁴⁶ Burgos, E. **Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

mostra que eram recorrentes as críticas ao livro como sendo saudosista e “politicamente insuficiente”.⁴⁷ Mesmo as obras de ficção mimetizavam esse desconforto. A respeito do livro *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, o crítico literário Jaime Ginzburg escreveu (depois de enfatizar as limitações que os recursos analíticos de seu *métier*, a crítica literária, possuem diante de certos relatos, como os traumáticos) que um traço formal marcante da obra é o fato de a narração ocorrer em terceira pessoa, reproduzindo assim o veto ao testemunho em primeira pessoa da prisioneira protagonista. “Trata-se de uma duplicação do silêncio. Além de procurar manter o silêncio como resistência durante a tortura, por estar morta, a prisioneira se torna voz silenciada”, ele escreveu (Ginzburg, 2012, p. 470).⁴⁸

A Livramento, mesma editora de *Memórias do exílio*, publicou em 1979 os *Escritos de Carlos Marighella*, e, em 1980, a *História da UNE – Volume 1: Depoimentos de ex-dirigentes*, organizado por Nilton Santos. Na editora Marco Zero, Margarida Autran apresentava *Ofício de mãe, a saga de uma mulher*, relato de Iramaya Benjamin que ressaltava a participação das mulheres comuns na luta pela anistia. Em 1982, Haroldo Costa lançou seu seminal *Fala crioulo*, livro reunindo algumas dezenas de depoimentos sobre a questão racial no Brasil. No mesmo ano, as Edições Paulinas traziam a público o livro *Os nordestinos em São Paulo: Depoimentos*, organizado por Antônio Alves de Oliveira, Júlio Gomes Almeida, Miguel Mahfoud e Silvana Cavichioli, e incluída na coleção *O povo quer viver*. “É muito importante que estes depoimentos sejam lidos com atenção às palavras e expressões que aparecem, pois elas refletem uma maneira de se relacionar com as coisas, com as pessoas e com o mundo”, escreviam os organizadores.⁴⁹ Na Edições Loyola, toda uma série de testemunhos em primeira pessoa passou a ser editada a partir de 1985, dentro da coleção Pedra de Toque, com a orientação religiosa típica da empresa, atenta aos movimentos sociais ligados à igreja católica. Segundo vinha estampado nas quartas-capas:

⁴⁷ “Os exilados contam a sua história”, *Folha de S. Paulo*, *Ilustrada*, p. 21, 11 de setembro de 1978.

⁴⁸ Ginzburg, J. *Crítica em tempo de violência*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2012.

⁴⁹ Marighella, C. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979; Santos, N. (org.) *História da UNE – Volume 1: Depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980; Benjamin, I. *Ofício de mãe, a saga de uma mulher: Depoimento a Margarida Autran*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982; Costa, H. *Fala crioulo*. Rio de Janeiro: Record, 1982; Oliveira, A. A.; Almeida, J. G.; Mahfoud, M.; Cavichioli, S. (org.) *Os nordestinos em São Paulo: Depoimentos*. São Paulo: Paulinas, 1982.

Para reunir os testemunhos que tantas pessoas anônimas vivem na própria carne, Edições Loyola criou a coleção Pedra de Toque. Cada testemunho pretende ser aquela pedra de toque que Deus, como um ourives, usa para experimentar a consistência de nossa fé e a firmeza de nossa esperança.

Assim aconteceu com volumes que iam de *Eu, deficiente físico* (1985), de Darwin F. Kremer, que militava no Sul do país em prol dos deficientes físicos, até *Eu, ex-menor abandonado*, de Cláudia Pereira Viana e Dirce Spedo Rodrigues, baseado no depoimento editado de um homem chamado José, inserido pelas autoras no quadro maior dos menores abandonados do Brasil de então.⁵⁰

De algum modo, um cenário como esse minimiza o diagnóstico de que as histórias de vida sumiram de cena e só serão recuperadas em meados dos anos 1980. Quando se fala nesse “retorno”, deve ficar claro que se está falando em termos acadêmicos. As hoje chamadas “histórias de interesse humano” não estiveram fora da pauta, do interesse público; tiveram existência garantida de maneira independente das ciências sociais.

Quanto ao projeto *Memórias do exílio*, o mérito de sua inclusão na genealogia da história oral no Brasil cabe a José Carlos Sebe Bom Meihy. Ele invoca os dois livros para questionar a primazia do modelo de *oral history* do CPDOC no panteão dos fundadores de nossa história oral, afirmando que o projeto dos exilados “marca o nascimento da história oral política brasileira e, infelizmente, não tem merecido o devido crédito” (Meihy, 2000, p. 90).⁵¹ Em última instância, essas obras reforçam a própria agenda do autor, na medida em que sustentam sua afirmação de que as raízes do campo são politizadas – e não marcadas por uma história oral das elites. Mesmo assim, numa entrevista publicada em maio de 2010, Meihy se afirmou como o criador de um conceito que, em suas palavras, era novo: a “história oral testemunhal”. Ele disse:

Este conceito, Eduardo e Marta, vocês estão dando em primeira mão. É exatamente o desenrolar de processos como deslocamentos, exílios, catástrofes, que implicou a formulação deste novo gênero, ou seja, da busca de fundamentos desse novo campo, o da *história oral testemunhal*. (...) trabalhos atentos à memória em relação com circunstâncias trágicas são importantes. A sensibilidade na elaboração de projetos deste tipo é vital para

⁵⁰ Viana, C. P.; Rodrigues, D. S. (org.) **Eu, ex-menor abandonado**. São Paulo: Loyola, 1989.

⁵¹ Meihy, J. C. S. B. “Desafios da história oral latino-americana: O caso do Brasil”. In: Ferreira, M. M.; Fernandes, T. M.; Alberti, V. (org.) **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000. p. 85-97.

se estabelecer vínculos entre o entrevistado e o público. Assim, o entrevistador ou autor do projeto deve ter clareza do impacto do trauma causado por uma situação extraordinária. Acredito que todo trabalho de história oral deva, obrigatoriamente, ter um sentido social de transformação e no caso da história oral testemunhal isto é básico.⁵²

De fato, ainda que não somente pelas razões colocadas pelo autor, o projeto sobre os exilados deveria ser mais considerado do que tem sido. Primeiramente, porque demonstra a viabilidade (e a efetiva existência) de uma história oral pública de longa data praticada no âmbito editorial. Em segundo lugar, porque reforça a necessidade de entendimento da função do testemunho que vem a público, da interpenetração entre a esfera acadêmica e as várias instâncias da cultura escrita. Os estudos literários brasileiros, quando se interessam por testemunhos, quase sempre remetem ao *testimonio* latino-americano ou ao testemunho pós-holocausto⁵³ – então, quem sabe, a história oral possa contribuir estreitando a distância abissal desses estudos em relação aos testemunhos brasileiros, mesmo que estes sejam menos prevalentes aqui que nos países vizinhos.⁵⁴

Naturalmente, alguém poderia acrescentar que *Memórias do exílio* não deveria fazer parte da genealogia da história oral do Brasil por não ter sido feito no país. Porém, trata-se de um trabalho sobre o Brasil, para o Brasil, feito com brasileiros e por brasileiros, sendo ainda essencialmente conjuntural (e intrinsecamente ligado à história mesma do Brasil) seu caráter “exilado”. O projeto, além disso, mostrou quão promissor é o estudo do exílio, abrindo uma trilha que outros pesquisadores brasileiros perseguiram valendo-se do mesmo método.⁵⁵

⁵² Rovai, M. G. O.; Maranhão Filho, E. M. A. “História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos. Entrevista com o professor José Carlos Sebe Bom Meihy”. *História agora*, v. 9, 2010.

⁵³ Exceção ao trabalho de Jaime Ginzburg, reunido em livro recente, já citado: Ginzburg, J. **Crítica em tempo de violência**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2012. O próprio autor oferece hipóteses para esse silêncio – especialmente nas partes II (“Literatura e violência no Brasil”) e V (“Anos 1960 a anos 1990”) do livro –, fazendo de seu próprio trabalho uma reação à situação criticada, de que “a crítica universitária se ocupou, até hoje, de modo espantosamente insuficiente das relações entre a literatura brasileira e a ditadura militar” (Ginzburg, 2009, p. 199). Ginzburg, J. “A ditadura militar e a literatura brasileira: Tragicidade, sinistro e impasse”. In: Olinto, H. K.; Schollhammer, K. E. (org.) **Literatura e crítica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 199-210.

⁵⁴ Seligmann-Silva, M. “O local do testemunho”. **Tempo e Argumento**, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010.

⁵⁵ O excelente trabalho de Denise Rollemberg, *Exílio: Entre raízes e radares*, rapidamente o demonstrou. Outros pesquisadores perseguiram a mesma linha. Ver: Rollemberg, D. **Exílio: Entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999; Sousa, J. J. V. “Memórias de uma ex-presa política: Insídios latino-americanos”, *História Oral*, v. 9, n. 2, p. 65-82, 2006; Paiva, T. **Herdeiros do exílio: Memórias de filhos de**

Uma história no exílio

Foi em 1974 que intelectuais brasileiros exilados na Polônia iniciaram o projeto que resultaria em *Memórias do exílio*. Diante do “peso da memória coletiva na vida intelectual e política” (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 9)⁵⁶ do lugar em que viviam, eles notaram que uma lacuna estava por ser preenchida em relação à história brasileira. Eles entendiam que “em condições marcadas por rupturas históricas tais como as que provocam o exílio, a memória coletiva tem de ser *feita* pois ela exige um esforço consciente de recuperação para uma cultura nacional” (idem, p. 9). Configurando-se como uma das ocorrências do movimento internacional de intelectuais contra o regime militar no Brasil, inspirados pelo lema “Não podemos nos calar”⁵⁷, os criadores de *Memórias do exílio* visavam a arena pública, acreditando que a informação e a transmissão de experiências poderia contribuir para a superação das condições que favoreciam a persistência do regime militar, instalado no país em 1964. Ao documentar memórias de brasileiros exilados, a discussão e a crítica seriam fomentadas.

O resultado de suas empreitadas apareceu em dois volumes. Em 1976, lançaram em Portugal a primeira edição de *Memórias do exílio: Brasil, 1964-19??*, organizada por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos.⁵⁸ O subtítulo *De muitos caminhos* indicava que aquele era o primeiro dos vários volumes que os exilados pretendiam publicar. Seus conterrâneos, porém, só o veriam dois anos depois, quando o processo pela anistia parecia caminhar: foi em 1978 que a pequena editora Livramento (engajada na oposição à ditadura, assim como um certo número de outras casas editoriais, como a Alfa-Omega, a

exilados brasileiros da ditadura militar. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006; Quadrat, S. V. (org.) **Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

⁵⁶ Cavalcanti, P. C. U.; Ramos, J. (org.) **Memórias do exílio: Brasil, 1964/19?? [Vol. 1: De muitos caminhos]**. São Paulo: Livramento, 1978.

⁵⁷ Green, J. “Exilados e acadêmicos: A luta pela anistia nos Estados Unidos”. **Cadernos AEL**, v. 17, n. 29, p. 295-311, 2010.

⁵⁸ Cavalcanti, P. C. U.; Ramos, J. (org.) **Memórias do exílio: Brasil, 1964/19?? [Vol. 1: De muitos caminhos]**. Lisboa: Arcádia, 1976.

Civilização Brasileira e a Global) imprimiu dez mil exemplares em parceria com o Comitê Brasileiro pela Anistia.⁵⁹ Na visão de James Green, o livro

ofereceu uma grande variedade de retratos e experiências sobre pessoas de diferentes gerações, correntes políticas e origens sociais. As narrativas pessoais humanizam aqueles que viviam no exterior e reformulou a imagem anterior que eles tinham como terroristas e comunistas radicais que o regime militar havia projetado tanto em casa como no exterior. (Green, 2010, p. 343)⁶⁰

Para ele, ainda, “o livro servia de importante instrumento educativo para os iniciadores da campanha [pela anistia e pela liberalização] no Brasil e no exterior” (idem, p. 311), escreve Green baseando-se em entrevistas com Jovelino Ramos e Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.⁶¹

O livro revela pouco sobre as condições que possibilitam sua realização. Finanças, por exemplo, não estão entre as dificuldades mencionadas. Na capa e na folha de rosto, lê-se que a obra foi produzida “sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré”, mas não está claro o que isso significa. E já a primeira obra oferecia a impressão de que o grupo repousava sobre alguma superfície sólida: repetidamente informava que aquele era o primeiro volume de vários outros, e pedia-se contribuições e contatos de voluntários para entrevistas. Falava-se de um segundo livro, e do volume só com histórias de mulheres, e de planos de publicações sobre exilados que retornaram depois da anistia, sobre as crianças no exílio, sobre exilados que não foram beneficiados com a anistia.

É graças ao trabalho de James Green na reconstituição da história da oposição ao regime militar brasileiro nos Estados Unidos, que temos acesso a mais informações sobre o projeto.⁶² Green o insere no quadro mais amplo de ocorrências da chamada “resistência

⁵⁹ Maués, F. “Um livro de oposição: Poemas do povo da noite, de Pedro Tierra”. *Espaço Acadêmico*, n. 48, maio de 2005.

⁶⁰ Green, J. **We cannot remain silent: Opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States**. Durham: Duke University Press, 2010.

⁶¹ Green, J. “Exilados e acadêmicos: A luta pela anistia nos Estados Unidos”. *Cadernos AEL*, v. 17, n. 29, p. 295-311, 2010.

⁶² A pesquisa de Green resultou no já citado livro: Green, J. **We cannot remain silent: Opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States**. Durham: Duke University Press, 2010. Uma resenha do livro, de minha autoria, está publicada: Santhiago, R. “We cannot remain silent: Opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States” [Book review]. *Oral History Review*, v. 39, n. 1, p.

democrática”, da oposição internacional ao autoritarismo instalado no Brasil durante a ditadura militar. Segundo seu estudo, o trabalho teria sido produzido coletivamente, por uma série de pessoas, especialmente Rubem César Fernandes, Valentina da Rocha Lima e Marcos Arruda – além de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, encarregados de assinar a organização do primeiro volume pois sua condição de exilados estava legalizada nos Estados Unidos. Um *grant* para a realização do projeto, afirma Green, teria sido conseguido por Rubem César Fernandes junto à Fundação Ford. O National Council of Churches of Christ e o Social Science Research Council (por meio de uma bolsa individual concedida a Pedro Celso Uchôa Cavalcanti) teriam contribuído com as finanças do projeto, contou mais tarde Valentina da Rocha Lima.⁶³ Já os patrocinadores mencionados na capa da obra – Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré – emprestaram ao grupo não dinheiro, mas prestígio. Eles foram procurados pelos criadores da obra na busca de apelo popular.⁶⁴

Reunir textos escritos pelos próprios exilados era a ideia inicial do grupo, que se viu constrito a modificar sua estratégia quando as memórias solicitadas a 1.500 exilados de várias partes do mundo chegavam fora do prazo e do tamanho esperado – e, principalmente, quando elas não chegavam. A estratégia, então, se modificou: “ao invés dos editores esperarem pelas respostas no correio, eles passariam a *procurar os exilados para entrevistá-los*” (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 10).⁶⁵ Sobre essa reorientação, escreveu James Green:

Isso encareceu o projeto, porque os participantes tinham de viajar para coligir as narrativas e depoimentos das pessoas, mas também fez com que as respostas fossem mais espontâneas e menos formais. Também obrigou os organizadores do volume a tomarem decisões sobre quem deveria ser

165-7, 2012. Ver também: Green, J. “Exilados e acadêmicos: A luta pela anistia nos Estados Unidos”. **Cadernos AEL**, v. 17, n. 29, p. 295-311, 2010.

⁶³ Lima, V. R. “Las mujeres en el exilio: Volverse feminista”. In: Aceves, J. (org.) **Historia oral**. San Juan: Instituto Mora/Universidad Autónoma Metropolitana, 1993. p. 219-242.

⁶⁴ Custódio, T. A. S. **Construindo o (auto)exílio: Trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

⁶⁵ Cavalcanti, P. C. U.; Ramos, J. (org.) **Memórias do exílio: Brasil, 1964/19?? [Vol. 1: De muitos caminhos]**. São Paulo: Livramento, 1978.

entrevistado de maneira a assegurar equilíbrio político e uma ampla gama de experiências. (Green, 2010, p. 305)⁶⁶

De muitos caminhos tem pouco mais de 370 páginas, contra as mais de 2.000 que coletou. São nove entrevistas, onze manuscritos (entre memórias, poemas, diálogo e conto) e o “dossiê Frei Tito”. Uma introdução ocupa 12 páginas do volume, e divide com o leitor as dificuldades encontradas com a adoção das entrevistas: o custo (de viagens, preparação e execução, transcrição); a necessidade de ampliação da equipe de trabalho (não só espacialmente, mas a fim de responder a um leque mais amplo de orientações políticas e ideológicas); as vantagens (espontaneidade) e desvantagens (dificuldades de contato e locomoção) do diálogo sobre a memória escrita; a seleção dos entrevistados diante do imperativo de fazer escolhas e cortes. Ao lado disso, menciona a resistência de muitos contatados de associarem suas figuras ao projeto e ao exílio, na esperança de retornarem ao Brasil “o mais rapidamente possível dentro de uma ‘normalização’” (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 16).

O texto é generoso ao tratar da preparação das entrevistas (preocupação que, em princípio, poderia passar despercebida; porém, o calor do tema tratado não sufocou a atenção ao método). Tempos depois, Valentina da Rocha Lima diria que quando da realização do projeto foi sentida uma espécie de “solidão metodológica”, confirmando a inusualidade de uma atitude reflexiva mais concentrada sobre os recursos de pesquisa empregados. Ela dizia ter estado familiarizada “com a tradição polaca no uso de documentos pessoais e materiais autobiográficos, mas desconhecendo o que era a história oral” (Lima, op. cit., p. 221). A busca dos pesquisadores pelas características especiais das entrevistas os levam a considerá-las como um meio de comunicação “quente”, com forte função motivacional, apesar das limitações que colocavam. Dizia-se: “queríamos recolher histórias onde os fatos são contados com a mistura do certo, do incerto e do inventado que caracteriza o nosso pensamento diário” (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 14)⁶⁷ – mas se lamentava as dificuldades de empreender um estudo estatístico sobre o exílio, na suposição de que o público esperaria essa abordagem. Contava-se que “buscamos

⁶⁶ Green, J. “Exilados e acadêmicos: A luta pela anistia nos Estados Unidos”. *Cadernos AEL*, v. 17, n. 29, p. 295-311, 2010.

⁶⁷ Cavalcanti, P. C. U.; Ramos, J. (org.) **Memórias do exílio: Brasil, 1964/19??** [Vol. 1: **De muitos caminhos**]. São Paulo: Livramento, 1978.

fundamentalmente conhecimento, coisa muito mais ampla que o mero e restrito conhecimento acadêmico” (idem, p. 15) – mas revela-se um desejo irrealizado de acessar materiais que facultassem estudos comparativos. Afirmava-se que “buscamos ouvir os indivíduos” (idem, p. 15) – mas lidava-se com a dificuldade de separá-los das posições políticas de grupos. E um dilema emerge de algumas discretas linhas em meio ao material publicado: a autocensura e censura.

Como projeto intelectual, político e editorial coletivo, um dos clamores de *Memórias do exílio* é contra o abafamento de vozes; no nível concreto, porém, ele é chamado a lidar com a dimensão da autocensura, presente nas escolhas dos entrevistados entre o que dizer e o que ocultar, e corporificada ainda mais concretamente na possibilidade dos entrevistados de revisarem seus textos:

Alguns julgaram melhor cortar partes do que haviam dito, outros ficaram prazerosamente surpresos por haverem posto para fora certas convicções que mantinham escondidas. Em muitos casos, os documentos expressam uma certa conciliação entre o que se gostaria de dizer e o que se julgou que deveria ser dito. Reconhecendo a inevitabilidade dessa conciliação, os coordenadores partiram, porém, do suposto de que, embora a censura possa ser a sua utilidade a curto prazo, a longo prazo ela é uma causa de estupidez. (idem, p. 15)

Esse problema é retido no texto; obviamente não se resolve, sendo fruto de circunstâncias além do controle dos pesquisadores. Essas circunstâncias também abatem outras características do projeto, como as muitas ausências apontadas pelos organizadores (de exilados residentes na América Latina e em países socialistas, que não foram contatados em função da distância, e de exilados que retornaram ao Brasil, descartados em nome da segurança) a despeito da tentativa da busca por alguma representatividade. Já o “visível desequilíbrio de gênero” (Green, 2010, p. 306)⁶⁸ conseguiu ser driblado quando em 1980 a editora Paz e Terra colocou no mercado *Memórias das mulheres do exílio*, “obra coletiva dirigida e editada por” Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima.⁶⁹ Tendo o feminismo como

⁶⁸ Green, J. “Exilados e acadêmicos: A luta pela anistia nos Estados Unidos”. *Cadernos AEL*, v. 17, n. 29, p. 295-311, 2010.

⁶⁹ Costa, A. O.; Moraes, M. T. P.; Marzola, N.; Lima, V. R. (org.) **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

inspiração, o livro também marcou a trajetória desse movimento no Brasil, sendo hoje uma fonte importante para seu estudo.

Com um tom sensivelmente modificado e repleto de lugares comuns, o segundo volume abandona a imageria política de *De muitos caminhos* (a pergunta sobre o ano “19??”, a fotografia de uma aglomeração diante de um avião) e rumo a uma sensibilidade distinta. Em sua capa, um arco-íris de cinco cores; na folha de rosto, a imagem de uma ave; ao fim do livro, *Orisonte brasileiro [sic]*, “poesia de menina de oito anos, filha de exilados. Paris, dezembro de 1977”, reproduzida em caligrafia dentro de um balão que representa o pensamento da menina ali fotografada; na quarta capa, uma descrição:

MULHERES FALAM

Brasil / saída / passado / formação

militância política / cotidiano / exílio / descobertas

problemas / mudanças / feminismo / ganhos / perdas

ENTREVISTAS / DEPOIMENTOS / TRAJETÓRIAS

A organização por gêneros textuais do primeiro volume dá lugar a uma ordenação temática, com as partes “Eu não cabia mais lá”, “A polícia no calcanhar... Meu filho pela mão”, “*Liberté, égalité, humanité*”, “O exílio é o exercício da solidão”, “A história começa a partir de mim”, títulos extraídos de falas colhidas. Em relação ao seu antecessor, a introdução de *Memórias das mulheres do exílio* é menos descritiva; eleva-se, por vezes, ao tom de um manifesto: “E porque a libertação de qualquer grupo oprimido passa pela apropriação da sua História [sic], em busca da sua identidade social, mais uma razão para um livro só de mulheres, sem ser um livro só sobre mulheres ou só para mulheres” (Costa *et al.*, 1980, p. 18). Emprega uma linguagem emocionada: “Desde o início foi gratificante fazer este livro” (idem, p. 20); “Este é também um livro sobre a saudade” (idem, p. 28), reflexo de escolhas reconhecidas pelas autoras:

quando se tratou da definição de linhas de interesse, tivemos que fazer algumas opções. Entre o questionário-padrão e os depoimentos abertos, decidimo-nos pelos segundos; entre a espontaneidade e a objetividade – ou a assim chamada objetividade –, preferimos sempre a primeira. Na edição, entre as partes teorizantes e as narrativas, privilegiamos as últimas; entre as generalizações e as experiências particulares, selecionamos estas. (idem, p. 24)

Lançado um ano depois da promulgação da anistia, *Memórias das mulheres do exílio* já não prometia continuidade, nem mencionava a ambiciosa série anteriormente prevista. Embora revestida de cuidados intelectuais, a motivação central do projeto havia sido essencialmente política; diante da possibilidade de retorno ao Brasil, sua missão central estava encerrada. Uma das entrevistadas, Beatriz (em outubro de 1977), assim o sugere: “Quando li *Memórias do exílio* nem tudo foi surpresa para mim, porque eu já estava assim num processo de descoberta do sufocamento, do abafamento, da uniformização de uma geração. (...) Pra mim, o ponto básico, a importância imensa desse livro é que ele está revendo, está fazendo a outra história, que não existe só aquela que eles contam no Brasil” (idem, p. 132-3).

O legado de uma matriz

Memórias do exílio não deixou sua marca apenas nos leitores igualmente engajados. Suas feições mais políticas que intelectuais; sua busca pelo despertar da consciência através da entrevista (por parte de quem a realiza, concede ou lê); sua aspiração feminista; seu desejo por uma “outra” história; enfim, seu “espírito público” – não surpreende que o livro tenha sido mais ou menos prestigiado no campo da história oral no Brasil de acordo com conjunturas institucionais e políticas que o sucederam ou mesmo com as predileções de quem o leu.

A história oral de inspiração pública, feita nos museus, teve um destino parecido. Em julho de 1978, o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro sofreu um incêndio que vitimou 90% de seu acervo; terá chances de vencer quem apostar que havia quem esperasse que, a isso, correspondesse uma liquidação completa da memória como matriz de nossa história oral.

Nossa história oral de inspiração pública, enfim, nunca teve a tranquilidade de um converso num “templo de tolerância” (Liddington, 2011, p. 46).⁷⁰ A chegada de uma quarta matriz para a história oral feita no Brasil contribuiria para que ela fosse enxergada

⁷⁰ Liddington, J. “O que é história pública? Os públicos e seus passados”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

como pertencente a um estrato menos nobre. Inserida em um conjunto de textos matriciais, ela parece ter desvanecido em meio a uma cultura intelectual predominantemente atenta às produções universitárias. O reforço destes textos, porém, não significou a aniquilação da vertente pública – que, aparentemente desestabilizada, reforçou-se mais tarde, dentro de outras configurações institucionais.

CAPÍTULO 4

Falsos cognatos:***A oral history e a história oral made in Brazil***

Asheville, Carolina do Norte, outubro de 1975. Os participantes do décimo encontro anual da Oral History Association – a associação estadunidense fundada em 1967 pelos pesquisadores da área – se entreolham, durante o almoço coletivo, quando descobrem quem é que está listado para falar da história oral feita no Brasil: George P. Browne, um conterrâneo empregado como professor na Seton Hall University, em New Jersey, bem acima da linha do Equador.¹

Quase três décadas separavam aquele encontro e o ano de 1948, consagrado como o marco de fundação da história oral nos Estados Unidos e, como se por extensão, no mundo. Mas nem por isso os estadunidenses consideravam a si mesmos como experientes. Os mais de 1.200 filiados à associação pareciam dispostos a ouvir experiências vindas de fora. Naquele encontro, o canadense Leo La Clare falava sobre o cenário da história oral no Canadá; Eugenia Meyer, sobre o México; David Lance enviou por escrito um relato sobre a história oral na Inglaterra; e o Brasil tinha Browne como seu porta-voz.

Ele estava ali para informar seus conterrâneos de que – graças a ele – havia programas de história oral ativos no Brasil, terra onde havia passado quase um ano como bolsista da Organização dos Estados Americanos. Browne não teve pudores em iniciar o relato que publicou em 1976 na revista *Oral History Review*, baseado na fala de Asheville, com a frase: “Antes de 1974, praticamente nada tinha sido feito, no Brasil, que se parecesse com a história oral tal qual entendida e praticada aqui neste país” (Browne,

¹ Proctor, S. “Oral history in the United States”. *Phonographic Bulletin*, v. 13, p. 6-10, 1975; McComb, D. “Oral history comes of age: The Tenth Annual Colloquium of the Oral History Association”. *The Oral History Review*, v. 4, p. 65-9, 1976.

1976, p. 53).² Seu comentário — e isso é compreensível dada a sua condição de estrangeiro, com pouca familiaridade com a literatura humanística brasileira — ignorava as iniciativas anteriores de uso e reflexão dos relatos orais, das quais tratei nos capítulos anteriores.

Browne falava, obviamente, de uma concepção específica de história oral, que ficou conhecida como a história oral norte-americana: uma linhagem atenta especialmente à gravação e conservação de relatos, ligada ao trabalho técnico em arquivos. Essa *oral history* é uma das matrizes brasileiras de história oral. Da mesma forma, os eventos que circundam a introdução desta matriz em nosso país constituem um marco entre outros. Para entendê-lo, a figura de Browne é interessante na medida em que ajuda a reconstituir as redes intelectuais que facilitaram a importação e a expansão dessa *oral history*. Os documentos sobre o curso de especialização coordenado por ele no Rio de Janeiro, em 1975, e sobre a fundação do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) armazenados na Fundação Getúlio Vargas (que serviram de base para os vários artigos de Marieta de Moraes Ferreira e para o abrangente ensaio de Janaína Amado, “Conversando: O CPDOC no campo da história oral”³) não exploram os cenários mais amplos em que esses eventos se deram. São várias as conexões intelectuais e de política acadêmica que facilitaram a realização dos cursos de formação em *oral history* no Rio de Janeiro e a criação do programa de História Oral do CPDOC. Por ora, é ainda difícil reconstituí-las minuciosamente com base em documentos, dada sua dispersão ou indisponibilidade para consulta.⁴ No presente trabalho, ainda, esse tipo de reconstituição seria por demais detalhada. De todo modo, rememorações das pessoas envolvidas nesses acontecimentos oferecem sinais dos processos que os desencadearam e ajudam a superar uma visão naturalizada sobre eles.

² Browne, G. P. “Oral History in Brazil Off to an Encouraging Start”. *Oral History Review*, v. 4, p. 53-55, 1976.

³ Amado, J. “Conversando: O CPDOC no campo da história oral”. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 59-83.

⁴ Mesmo os documentos da Fundação Getúlio Vargas não são abertos para acesso público; eles são considerados de uso interno da instituição. A consulta aos mesmos só foi possível graças à intermediação de Marieta de Moraes Ferreira, a quem mais uma vez agradeço.

Geografia ampliada

Enquanto professora da Universidade Federal do Ceará, a jornalista e historiadora Luciara Silveira de Aragão e Frota foi uma das envolvidas nos primeiros tempos de *oral history* no Brasil. Em 2010, ela foi estimulada por Yvone Dias Avelino a contar essa história. Após discorrer sobre suas experiências como entrevistadora diletante, ela relatou:

como primeira oportunidade de inserir-me entre os precursores da História Oral no Brasil, acredito que precisei de um pouco de sorte. Em primeiro lugar, surgiu no mestrado em Sociologia do Desenvolvimento um convite do Curso de História da Universidade de Brasília, através do historiador brasileiro – mas com formação em universidades norte-americanas – David Gueiros Vieira. Tratava-se de um intercâmbio entre universidades que iniciavam o uso da História Oral em seus currículos.

Muito entusiasmado, o Professor David conseguiu passagens para os convidados com a Fundação Ford, e reuniu na Universidade de Brasília todos os professores brasileiros que já se interessavam pelo uso da História Oral no Brasil, tais como Carlos Humberto Correia [sic] e Ondina Bossle da Universidade de Santa Catarina; Cecília Vestphalen [sic] e Altiva Palheta, da Universidade Federal do Paraná; o Professor Luis Henrique da Bahia... lembro que lamentou-se [sic] a ausência de Fernanda Pacca de Almeida Wrigt [sic], da Universidade de São Paulo (...). Presentes estavam professores americanos como William Moss, George Brown [sic] e iniciou-se então, ali, pela primeira vez no Brasil, uma discussão sobre como assentar as bases para a História Oral no Brasil, e sobre a sua legitimidade como ferramenta e como fonte de pesquisa histórica. (Avelino & Aragão e Frota, 2011, p. 210)⁵

Não encontrei registros sobre esse seminário; tampouco o vi mencionado nas histórias de nossa história oral. Porém, na rememoração de Aragão e Frota, foi exatamente esse encontro – executado sob os auspícios de David Gueiros Vieira, em Brasília – que deu origem ao famoso curso de especialização acontecido posteriormente no Rio de Janeiro. Trinta e cinco anos depois do curso, ela lembrou:

Os contatos da liderança desse grupo frutificaram e se transformaram no primeiro Curso de Especialização em História Oral dado no Brasil, num convênio entre a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação das Professoras Aydil de Carvalho Press e

⁵ Avelino, Y. D.; Aragão e Frota, L. S. “Trilhas acadêmicas: Uma vida construída nos rastros da história oral”. *Oralidades*, v. 10, p. 207-16, jul./dez. 2011.

Ismênia Lima. Além dos alunos brasileiros, o curso recebeu alunos argentinos, venezuelanos e da América Central. Os professores, coordenador por George Brown [sic] foram James e Edna Wilkie, além da Professora [sic] mexicana, integrante do Museu Antropológico do México, Eugenia Mayer [sic]. (idem, p. 211)

Essas lembranças colocam Brasília no mapa dos primeiros tempos de nossa história oral. Além da carioca FGV, apenas a Universidade Federal de Santa Catarina vem sendo mencionada como espaço pioneiro – muito em função da atuação de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, um dos participantes da reunião brasileira de 1975 mencionada por Aragão e Frota.

Na realidade, já em 1974 outro evento teria marcado a largada da UFSC no campo da história oral: a instituição realizou seu primeiro Curso de Especialização em História e, dentro do módulo de disciplinas de metodologia de pesquisa, o mesmo George P. Browne ministrou aulas sobre a “técnica de história oral”. Como efeito disso, o Departamento de História da UFSC decidiu pela implementação de um Programa de Documentação em História Oral já em novembro daquele ano⁶, tendo como objetivo “levantar o máximo possível de memórias gravadas, através de técnica própria, memórias de pessoas que, por suas vivências e origens, oferecessem experiências que servissem como base documental para o estudo da colonização estrangeira, tão rica e variada, neste Estado de Santa Catarina” (Corrêa, 1977, p. 20).⁷ De fato, datam de novembro de 1974 as numerosas entrevistas inauguradoras do Programa (feitas pelos estudantes de pós-graduação da universidade, considerados melhor preparados para a tarefa), que em quatro anos de atividade chegaram a quase uma centena.⁸ Em 1975, devidamente formalizado nas instâncias universitárias, o Programa transformou-se no Laboratório de História Oral da UFSC, ligado ao seu Curso de Pós-Graduação em História.

⁶ Corrêa, C. H. P. “O Programa de Documentação em História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina”. **Anais do IX Simposio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História: O homem e a técnica** [Volume I] [Florianópolis, 17 a 23 de julho de 1977]. São Paulo, 1979. p. 995-1002.

⁷ Corrêa, C. H. P. “O Programa de Documentação em História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina”. In: **Catálogo de História Oral 1977**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em História, Laboratório de História Oral, 1977. p. 19-33.

⁸ “Resumo das entrevistas”. In: **Catálogo de História Oral 1977**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em História, Laboratório de História Oral, 1977. p. 47-145.

Esse inovador programa tinha duas linhas de ação, ambas voltadas ao estudo do período republicano e ao preenchimento das chamadas “lacunas” na documentação escrita. Sua primeira proposta, institucional, era a de reunir depoimentos que pudessem contribuir para a história social do Estado de Santa Catarina, numa perspectiva abrangente que contemplasse aspectos ligados à colonização estrangeira, às suas influências étnicas, incorporando assim elementos estranhos aos empregados pela historiografia catarinense que até aquele momento estaria mais próxima de uma história quantitativa. Sua segunda proposta relacionava-se ao estudo da história política regional – estadual e municipal – a fim de preencher uma outra lacuna daquela historiografia.

Foram dois os principais nomes da história oral na UFSC naquele período: Walter Fernando Piazza e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, mestre e discípulo. Corrêa foi quem se projetou interna e externamente como proponente e divulgador da história oral, publicando sobre o tema e circulando pelo país⁹ – mas isso foi possível, em muito, graças ao apoio de Piazza, seu orientador e posteriormente colega, historiador respeitado e autor de obras de referência sobre Santa Catarina. Piazza era considerado um historiador tradicional, visto como cultor de uma linhagem de trabalhos que, nas palavras de Christina Sheibe Wolff, dá “grande ênfase aos fatos políticos e militares [e] (...) grande preocupação com nomes ilustres, políticos, empresários, religiosos, com biografias e cronologias referentes a estes personagens” (2009, p. 55), tudo isso sob uma “forma narrativa, que omite as fontes e gera a impressão de um conhecimento verdadeiro e único” (idem, p. 56).¹⁰

Mesmo assim, Piazza foi o primeiro autor brasileiro a escrever um artigo sobre história oral: “Documentação em história oral”, em coautoria com George P. Browne, apresentado em setembro de 1975 no congresso da ANPUH, a Associação Nacional de Professores Universitários de História.¹¹ Tratava-se de uma breve sistematização dos procedimentos técnicos no uso da história oral e do levantamento de suas possibilidades;

⁹ Corrêa faleceu em novembro de 2010, poucos meses após a entrevista que gravei. Ver: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/840018-carlos-humberto-pederneiras-correa-1941-2010---estudioso-da-historia-catarinense.shtml. Acessado em 25 out. 2012.

¹⁰ Wolff, C. S. “Historiografia catarinense: Uma introdução ao debate”. **Santa Catarina em História**, v. 1, n. 1, p. 52-61, 2009.

¹¹ Browne, G. P.; Piazza, W. F. “Documentação em história oral”. **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História** [Aracaju, setembro de 1975]. São Paulo, 1976. p. 927-34.

um texto bastante calcado na experiência de Browne e na bibliografia estrangeira constante da publicação¹², o que se explicava já que só poucos meses antes os trabalhos em Santa Catarina haviam sido iniciados. Desejoso de dar continuidade ao trabalho com o método, o núcleo de Santa Catarina não pensava duas vezes antes de se buscar auxílio dos especialistas estrangeiros. Segundo Browne e Piazza (op. cit.), eles teriam procurado a Columbia University, entre 1974 e 1975, tentando estabelecer um convênio de cooperação. Muito do que eles aprendiam era fruto da intermediação de Browne: das informações que ele fornecia, da bibliografia que lhes apresentava.¹³

Se Browne foi o mentor das atividades no Sul do país, ele também era o elo com a Universidade de Brasília. O projeto inaugurador realizado na capital do país foi conduzido de 4 de julho a 3 de agosto de 1975, temporada em que David Gueiros Vieira esteve em Portugal com o propósito de entrevistar líderes da Revolução dos Cravos, ocorrida no ano anterior.¹⁴ Ele dava a largada, dessa maneira, a um almejado programa de história oral da UnB, que incluiria ainda projetos sobre exilados portugueses no Brasil, sobre a fundação da cidade de Brasília e sobre o corpo diplomático brasileiro.¹⁵ O programa, todavia, só se realizou nos limites da determinação do professor, carecendo de apoio institucional, mesmo que em uma comunicação apresentada no encontro científico realizado pela ANPUH em setembro de 1975 Gueiros Vieira já considerasse sua iniciativa um fato consumado. Nas atas do encontro, lê-se:

¹² Os textos citados ao final do artigo, como “sugestões bibliográficas”: um catálogo de história oral da Columbia University, livros dos Wilkie, e dois dos textos seminais norte-americanos, de William Moss e Willa K. Baum.

¹³ Pelo menos até 1979 Browne manteve relações estreitas com a UFSC. Além de participar de eventos na universidade apresentando trabalhos sobre a região Sul do Brasil (Ver: Targa, L. R. P. “O Rio Grande do Sul: Fronteira entre duas formações históricas”. **Ensaio FEE**, v. 11, n. 2, p. 308-44, 1991), ele é registrado como orientador de dissertações defendidas na instituição neste ano. As dissertações que orientou foram, ao menos: Petry, S. M. V. **Os clubes da caça e tiro em Blumenau**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979; Colombi, L. V. **Industrialização de Blumenau: o desenvolvimento da Gebrüder Hering, 1880-1915**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979; Pacheco, D. **Um estudo sobre a Junta da Real Fazenda de Santa Catarina, período 1817-1831**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

¹⁴ Gueiros Vieira, D. “A Crise de Julho na Revolução dos Cravos: Um diário da revolução portuguesa”. Mimeo. Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra. Disponível em: www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Imagens/ec25aDavidGueiros.pdf. Acessado em: 7 jan. 2012.

¹⁵ Thompson, P.; Bundy, C. “News”. **Oral History**, v. 5, n. 1, p. 1-43, 1977.

O Programa de História Oral da Universidade de Brasília assumiu o ambicioso encargo de elaborar uma documentação da Revolução Portuguesa. Esta decisão foi tomada em vias de montar um curso de pós-graduação em História, cobrindo as áreas de história política e diplomática, desejávamos comprovar a eficiência da metodologia e técnica da história oral como instrumento na elaboração de estudos de eventos políticos e diplomáticos hodiernos. (Gueiros Vieira, 1976, p. 985)¹⁶

O que o autor buscava era alargar a definição de documento de modo a incluir as “memórias faladas e escritas dos que participaram de certos eventos em estudo”, mas alertando aos cuidados necessários para o uso da história oral: ceticismo, cautela, afastamento, mas também imaginação.

Embora o trabalho intelectual de Gueiros Vieira tenha tido repercussão bastante limitada, suas conexões profissionais pesaram para a introdução do modelo de *oral history* no Brasil. Inclusive no pedido de apoio financeiro que a Fundação Getúlio Vargas encaminhou à Capes para o curso de história oral de 1975, Gueiros Vieira constava como um dos convidados, para quem a Fundação solicitava passagens aéreas e salário.¹⁷ Na abertura do conjunto de seus relatos diarísticos (ele publicou o conjunto de cartas que escreveu à família na época em que realizava a pesquisa em Portugal), o professor oferecia informações que corroboram o relato de Aragão e Frota sobre a existência de um primeiro encontro em Brasília:

Naquele mesmo ano [1975], como chefe do Departamento de História da Universidade de Brasília, eu trouxera ao Brasil a ideia de iniciar um programa de história oral na UnB – não havia ainda um só programa de história oral no país. Fiz contatos com instituições nacionais, como a Fundação Getúlio Vargas, e com outras universidades federais. Obtive verbas da Fundação Ford para montar um seminário sobre história oral na Universidade, que atuaria como hospedeira de várias outras instituições partícipes deste encontro.

Nesse ínterim, encontrei uma oportunidade de dar início ao programa da história oral da UnB, por conta própria. Meu plano era de utilizar as verbas que obtivera para pesquisa nos arquivos da Igreja Anglicana, em Londres, e dar uma passada de uma semana em Portugal, em julho de 1975, onde entrevistaria os grandes líderes da revolução portuguesa. Para este fim,

¹⁶ Gueiros Vieira, D. “A Crise de Julho na Revolução dos Cravos (Uma história oral da Revolução Portuguesa)”. **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História** [Aracaju, setembro de 1975]. São Paulo, 1976. p. 985-91.

¹⁷ “Formulário de candidatura da Fundação Getúlio Vargas a apoio do MEC/Capes”. s. d. 2 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

obtive cartas de apresentação do professor Henry Keith, do nosso departamento de história, para inúmeras pessoas em Lisboa, que me ajudariam a montar ditas entrevistas. Henry Keith, antes de vir para a UnB, mantivera por muitos anos uma escola de inglês em Lisboa, confiscada pela revolução, através do sistema de autogestão adotado pelos revolucionários portugueses. Os professores da escola passaram a ser os donos da mesma, e Keith se autoexilou no Brasil. (Gueiros Vieira, s/d, p. 1)¹⁸

Ainda no “diário”, no relato datado de 05 de julho de 1975, Gueiros Vieira descreve:

Saí às 9:00 para a Biblioteca Nacional. Encontrei na biblioteca um professor norte-americano, George Brown [sic], a quem conhecera nos Estados Unidos. De lá fomos ao Palácio da Cultura, e aos escritórios da Capes, para ver se liberávamos as verbas do programa de história oral da UnB. Não tinham ainda recebido ordens de Brasília.

(...)

Telefonei a Celina Vargas, neta do velho Getúlio Vargas, atual presidente do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Convidei-a para participar da semana de história da UnB. Aceitou. (Gueiros Vieira, s/d, p. 4)¹⁹

Dado se tratar, supostamente, de cartas enviadas à família, não causa estranheza que o autor precisasse explicar quem era George P. Browne; porém, tudo indica que já estava estabelecida uma relação entre eles, que seguem juntos em busca da liberação das verbas mencionadas. Ainda, de acordo com as palavras já reproduzidas de Luciara Silveira de Aragão e Frota, Gueiros Vieira e Browne haviam se revisto naquele ano, dado que o estadunidense tinha sido um dos convidados para o seminário na Universidade de Brasília. E a centralidade de Browne nessas iniciativas todas não parecia só circunstancial; seu papel aglutinador era, como veremos adiante, institucionalmente respaldado.

¹⁸ Gueiros Vieira, D. “A Crise de Julho na Revolução dos Cravos: Um diário da revolução portuguesa”. Mimeo. Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra. Disponível em: www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Images/ec25aDavidGueiros.pdf. Acessado em: 7 jan. 2012.

¹⁹ Gueiros Vieira, D. “A Crise de Julho na Revolução dos Cravos: Um diário da revolução portuguesa”. Mimeo. Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra. Disponível em: www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Images/ec25aDavidGueiros.pdf. Acessado em: 7 jan. 2012.

O Grupo de Documentação em Ciências Sociais

A movimentação em Brasília e em Santa Catarina se deu em paralelo com a constituição, no Rio de Janeiro, do chamado Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDCS), concebido como um projeto especial da Biblioteca Nacional que contava com representantes do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e da Fundação Getúlio Vargas.²⁰ Fundado em dezembro de 1974 com autorização da secretaria-geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o grupo funcionou inicialmente nas dependências da Biblioteca Nacional e teve seus recursos principais advindos da Fundação Ford, complementados por financiamento da Capes.

Em 1975, o GDCS desdobrou-se em três subgrupos: “História oral”; “Preservação e restauração de documentos” e “Guia de fontes históricas” (posteriormente, surgiria ainda o subgrupo “Bibliografia, biblioteca e informação”).²¹ A exemplo de seus irmãos, o subgrupo da história oral passou a ser composto por cinco entidades: a Universidade Federal Fluminense, a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Santa Catarina, o Centro de Memória Social Brasileira e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, a quem cabia sua coordenação.²² Essa reunião é representativa do aglomerado que resultou no marcante primeiro curso de história oral no Brasil, em 1975.

O papel da Biblioteca Nacional como polo integrador de interesses intelectual e geograficamente dispersos está claro. Mas dentre os vários agentes sociais – indivíduos e instituições – envolvidos no processo de introdução da *oral history* no Brasil, o CPDOC conquistou proeminência. Ele havia sido fundado em 1973, quando Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio Vargas, retornou ao Brasil. Sua meta era a de oferecer tratamento profissional ao arquivo pessoal de Getúlio; porém, em vez de uma entidade que funcionasse como uma biblioteca ou um depósito para esses arquivos, Celina tinha em mente criar um centro de produção de pesquisas voltadas ao entendimento da era política

²⁰ Fundação Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 95, tomo II, p. 448-9, 1975.

²¹ Ferreira, M. M. “História oral e tempo presente”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21.

²² Ferreira, M. M. op. cit. p. 11-21.

de Getúlio Vargas. Sua parceira nessa tarefa foi a companheira de profissão, a socióloga Aspásia de Alcântara Camargo, com quem havia estudado na França em meio a outros brasileiros. Alzira Alves de Abreu, que também viria a trabalhar no CPDOC, lembrou quase quatro décadas depois o período do grupo na França:

Quando eu chego na França tem essa turma toda que está lá. Tem também o grupo Aspásia, Celina, Wellington, todo mundo está lá. (...) Aí a gente começa a conversar muito na França, eu acho assim, a ideia do CPDOC nasce lá. Por quê? Na França tinha uma facilidade de ter acesso a informações sobre a França que a gente não tinha no Brasil. Eu me lembro que a gente discutia muito isso.²³

Aos poucos, o centro de pesquisa criado de modo integrado à FGV, então presidida por Simões Lopes²⁴, encontrava sua própria lógica de funcionamento. Ele se tornou confiável a ponto de o arquivo pessoal de Getúlio Vargas receber a companhia de outros arquivos pessoais que passaram a ser doados à instituição por outros políticos.²⁵ Mais uma vez, porém, o trabalho da instituição não parava aí: a missão da guarda devia ser combinada ao estudo da realidade, uma concepção que, segundo os próprios ideólogos do CPDOC, os distinguia do ofício de uma figura como Hélio Silva (1904-1995), médico que deixou de exercer a profissão por um problema físico e passou a se dedicar ao jornalismo e, mais tarde, a uma intensa atividade memorialista, iniciada em seus tempos de repórter do jornal *Tribuna da Imprensa*, ainda no fim dos anos 1950. Na leitura de Aspásia Camargo, ele era alguém

que não usava propriamente a metodologia do historiador, aquela coisa obsessiva do detetive, que tem que juntar todas as peças para tirar uma conclusão e poder organizar seu texto. O que havia era uma batelada de documentos, costurados de uma maneira muito rápida. (D'Araújo, 1999, p. 168)²⁶

²³ Abreu, A. A. **Depoimento - 2010**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2012. 44 p. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 15 de março de 2013.

²⁴ Amado, J. “Conversando: O CPDOC no campo da história oral”. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 59-83.

²⁵ Para o trabalho do CPDOC com arquivos pessoais, ver: CPDOC. **Metodologia de organização de arquivos pessoais: A experiência do CPDOC**. 4ª ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. Para um panorama da trajetória do CPDOC, ver ainda: D'Araújo, M. C. “O CPDOC e a redescoberta do Brasil contemporâneo”. In: **Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 227-67.

²⁶ D'Araújo, M. C. “Como a história oral chegou ao Brasil: Entrevista com Aspásia Camargo”. **História Oral**, v. 2, p. 167-79, jun. 1999.

A Hélio, costumeiramente, lhe faltava o reconhecimento daqueles que não o enxergavam como um par (embora ele próprio tenha sido assunto do curso de história oral ocorrido em 1975, lembrado ali como um “pioneiro do método”²⁷). Historiadores acadêmicos lhe atribuíam o rótulo de diletante, desatento a protocolos e ao rigor da pesquisa histórica. Nem por isso careceu de energia para escrever, entre outras obras, os 21 volumes de sua *História da República Brasileira*, ou de, em 1973, iniciar sua própria coleção de depoimentos. Em 1974, ele criou e assumiu a direção do Centro de Memória Social Brasileira, na Universidade Cândido Mendes, que passou a abrigar o acervo de história oral (e também outros documentos) que reunia em seu apartamento.²⁸ Em 1975, publicou o volume *A crise político-militar de 1964: Depoimentos prestados a Hélio Silva*. Em 1976, a revista *Veja* informava que seu “Arquivo de História Oral” já possuía sessenta fitas gravadas, com personalidades políticas de visibilidade nacional – a mesma revista publicava, nessa ocasião, trechos do depoimento oferecido a Silva por Juscelino Kubitschek.²⁹

Como Regina da Luz Moreira já analisou³⁰, havia no início dos anos 1970 todo um movimento de criação de centros de documentação³¹ – e o CPDOC se destacou em meio a eles pelo êxito no cumprimento de sua vocação de pesquisa; pela capacidade de trabalho e articulação política de seus membros; pela rapidez com que alcançou visibilidade e respeitabilidade. E, quem sabe, uma parte disso se deva ao papel que a história oral exerceu em seu interior, chamando seus depoentes para dentro dos escritórios da FGV.

Embora não tenha surgido para se tornar um centro voltado à história oral – mas sim à gestão de arquivos privados e à pesquisa, como Janaína Amado faz questão de

²⁷ “Curso de História Oral, Programa para as semanas de 07 a 17 de julho”. 1 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

²⁸ Parte do arquivo formado por Hélio Mendes teria desaparecido do Centro na segunda metade dos anos 1990, segundo sua colaboradora Maria Cecília Ribas Carneiro. Sobre isso, ver: “Historiadora resgata a República brasileira”. **Jornal do Commercio**, 13 de abril de 1999. Disponível em: www2.uol.com.br/JC/_1999/1304/po1304h.htm. Acesso em 8 dez. 2011. Sobre o Centro de Memória Social Brasileira, ver: Silva, G. A. “Breve histórico do Centro de Memória Social Brasileira”, **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 5, p. 23-30, 1983.

²⁹ “Memórias de Kubitschek: Depoimento a Hélio Silva”. **Veja**, v. 417, p. 3, 1 de setembro de 1976.

³⁰ Moreira, R. L. “Brazilianistas, historiografia e centros de documentação”. **Estudos Históricos**, v. 3, n. 5, p. 66-74, 1990.

³¹ Ver também: Gomes, A. C. “Política: História, ciência, cultura e etc.”. **Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

ressaltar (Amado, 2003, p. 61)³² –, o CPDOC logo viu a necessidade de recorrer a entrevistas. Como lembrou Aspásia Camargo, a primeira diretora do Programa de História Oral,

O caminho da História Oral surgiu antes mesmo de a pesquisa se estruturar de uma maneira mais sólida dentro do CPDOC, e se viabilizou porque a Fundação Ford manifestou interesse e dispôs-se a dar uma ajuda para a gente montar um programa de entrevistas. O que sentíamos era que os arquivos eram extremamente diluídos, com grandes espaços vazios que não conseguíamos preencher. Havia grande concentração num determinado episódio, e às vezes entrava-se num vácuo muito grande. Então, com as entrevistas, seria possível criar um banco de dados que serviria de complementação aos arquivos. (D'Araujo, 1999, p. 169)³³

Assim, a história oral prestava-se inicialmente a indicar os caminhos para a organização e o aproveitamento dos arquivos pessoais. Ela era também uma chave para explorar os contatos privilegiados dos pesquisadores da instituição com os doadores do arquivo e com pessoas da própria Fundação Getúlio Vargas. Aos poucos, a ideia de uma exploração sistemática das entrevistas amadureceu, coincidindo com outros interesses intelectuais e com o início da distensão política. Marly Silva da Motta (2007)³⁴, pesquisadora do CPDOC, mencionou essa confluência:

Ora, se o momento era de abertura (...), havia uma sinalização, ainda que tênue, de que a vez dos políticos estava voltando. E se os políticos estavam voltando, era preciso dar-lhes voz. Então, há, também, a preocupação de ouvir a fala dos políticos. A história política recente, até então vista com muita suspeição pela ditadura militar, voltava à berlinda. (Motta, op. cit., p. 196)

As condições institucionais privilegiadas do CPDOC, somadas a essa inclinação quase congênita à história oral, lhe garantiu destaque dentro das atividades do Grupo de Documentação em Ciências Sociais – a ponto de as atividades de um e outro setor no terreno de história oral quase se confundirem. Toda a constelação de iniciativas na área parece ter ficado atrelada, na memória do campo intelectual da história oral, ao CPDOC.

³² Amado, J. “Conversando: O CPDOC no campo da história oral”. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 59-83.

³³ D'Araújo, M. C. “Como a história oral chegou ao Brasil: Entrevista com Aspásia Camargo”. **História Oral**, v. 2, p. 167-79, jun. 1999.

³⁴ Motta, M. S. “O programa de história oral do CPDOC: O acervo e suas coleções”. In: Miranda, D. S. (org.) **Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC-SP, 2007. p. 195-8.

Movimentação fora do movimento

Em 1975, uma espécie de movimento internacional de história oral (ao qual o Brasil só se integrou bem mais tarde, nos anos 1990) tinha início. Sua largada foi dada no XIV International Congress of the Historical Sciences, realizado no mês de agosto daquele ano em São Francisco, onde a veterana Willa K. Baum – então líder do importante centro de história oral da University of California, Berkeley – organizou a mesa redonda “Oral History as a New Methodology for Historical Research” [História oral, uma nova metodologia para a pesquisa histórica]. Em outras palavras, o Brasil apenas começava a ter contato com o modelo da *oral history* ao passo que a história oral, em nível mundial, já acumulava um repertório considerável, estando em um momento “*de divulgación y maduración de las publicaciones y centros de investigación, aunque los congresos internacionales se limitaran a um pequeño grupo de investigadores, con una fuerte presencia de los europeos*”, como Marieta de Moraes Ferreira escreveu (2006, p. 54).³⁵

Coincidentemente, foi no mesmo ano em que essa rede internacional de pesquisadores começava a se formar que o Brasil foi introduzido à *oral history*. O conhecido curso de especialização em história oral, rememorado em cada uma das reconstituições da história desse campo, aconteceu em julho de 1975 como a primeira atividade importante do subgrupo do GDCS. Como já se afirmou,

O curso propunha-se a discutir as linhas básicas do método de história oral, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Programa de História Oral da Universidade de Columbia. Pretendia também difundir o uso da metodologia, de maneira a implementar programas de história oral em diferentes universidades e centros de pesquisa brasileiros (Ferreira, 1996, p. 12).³⁶

Mais do que como um curso, as ações empreendidas naquele momento poderiam ser entendidas como uma espécie de “missão” que visava introduzir, em um novo contexto, uma tradição plenamente estabelecida num outro lugar, por meio de ações que pouco ou nada consideravam as cores locais. Os ministrantes do curso eram todos

³⁵ Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 36, n. 2, p. 51-66, 2006.

³⁶ Ferreira, M. M. “História oral e tempo presente”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21.

estrangeiros, em sua maioria sem qualquer conhecimento do Brasil – de sua história, de sua cultura intelectual, de seu legado humanístico. Junto com o conteúdo trazido por eles, a cena brasileira adquiria um conflito – que se mostrará persistente – entre práticas locais mais ou menos enraizadas e a abertura às ideias vindas de outros lugares. Como veremos adiante, mesmo os pesquisadores mais entusiastas dessa primeira fase da *oral history* no Brasil, plenamente motivados com a renovação das técnicas de pesquisa histórica, se esforçarão no sentido de demonstrar a impossibilidade de mera aplicação das instruções importadas sem que elas passassem, antes, por um processo de “adaptação”. Os pesquisadores que se empenharam em difundir o método nesse período – Aspásia Camargo, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Luciara Silveira de Aragão e Frota – partilhavam a disposição de afirmar que aquilo que tinham aprendido deveria ser somado a algo que eles se propunham a oferecer, como veremos adiante.

Outro elemento que poderia encaminhar o entendimento desse curso como uma espécie de missão é, além dos professores e da matéria, o patrocínio parcial concedido na ocasião pela Fundação Ford – algo que, entretanto, não era nada fora do comum. Criada em 1936 pela família Ford, a fundação havia passado mais de uma década apoiando predominantemente instituições educacionais e de caridade no estado do Michigan. Mas desde 1950, seguindo as instruções deixadas pelos já mortos Henry Ford e seu filho Edsel Ford, ela implementou um programa de patrocínios mais abrangente, primeiro nos Estados Unidos e depois em nível internacional. No biênio 1974/1975, sua prioridade na América Latina recaía sobre o apoio à pesquisa em Educação e Ciências Sociais, tanto em nível institucional quanto individual.³⁷ Além disso, a fundação já tinha há algum tempo interesse específico em história oral. Em 1971, havia criado seu Ford Foundation Oral History Project, um projeto com a história oral da própria fundação, dirigido por Charles T. Morrissey, um dos estadunidenses veteranos na área, que empregou Ron Grele como seu diretor-assistente.³⁸ Durante aquele período, a Fundação passou a atender a consultas externas (internacionais, inclusive) sobre a possibilidade de oferecer ajuda para a criação

³⁷ Ford Foundation. **Current interests of the Ford Foundation [1974-1975]**. New York: Ford Foundation, 1974; Ford Foundation. **Current interests of the Ford Foundation: 1976 and 1977**. New York: Ford Foundation, 1975.

³⁸ Morrissey, C. T. “Rhetoric and role in philanthropy”, **Oral History Review**, v. 6, p. 4-19, 1978.

de novos empreendimentos em história oral.³⁹ Mesmo após a conclusão do projeto de história oral da fundação, Morrissey e Grele continuaram prestando-lhe serviços, que incluíam visitas a outros países para a avaliação da possibilidade de oferecer financiamento a projetos de história oral.⁴⁰

O interesse de um grupo localizado de brasileiros ia ao encontro, portanto, da disponibilidade da Fundação Ford de financiar projetos com tal perfil – essa é a maneira mais prudente de entender tal aliança. Não se pode dizer que os historiadores brasileiros estavam, como um todo, entusiasmados com a história oral – isso se restringia a um grupo pequeno. Mas seria equivocado compreender o curso brasileiro como um projeto unilateral da Fundação Ford para o Brasil, já que havia interesse local, manifestado, inclusive, na chancela da Capes, que transferiu Cr\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil cruzeiros)⁴¹ para auxiliar uma reunião “dividida em três etapas: exposições teóricas pelos especialistas convidados; debates em forma de seminário entre os especialistas e os participantes; e aplicação prática dos métodos através da realização de entrevistas e discussões críticas sobre as mesmas”.⁴²

Foram abertas trinta vagas – e a organização do evento, principalmente através da Fundação Getúlio Vargas, disparou convites para arquivos públicos estaduais, reitorias de universidades, departamentos de história e ciências sociais, visando atrair um conjunto amplo e variado de inscritos, dentre os quais os participantes efetivos seriam selecionados. Nesses convites, até mesmo as relações com o poder militar foram contempladas: o Coronel Francisco Ruas Santos, à época assessor do Ministro dos Transportes, foi convidado para o curso e, não podendo indicar mais ninguém, sugeriu ainda que fossem feitos convites ao General Jonas Correa, presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, e ao Clube Militar do Rio de Janeiro. Findo o prazo de inscrições, a

³⁹ Morrissey, C. T.; K'Meyer, T. E. “An interview with Charles T. Morrissey: Part I: ‘Getting started: Beginning an oral history career’”. *Oral History Review*, v. 24, n. 2, p. 73-94, 1997; Morrissey, C. T.; K'Meyer, T. E. “An interview with Charles T. Morrissey: Part II: ‘Living independently: The oral history career of Charles T. Morrissey’”. *Oral History Review*, v. 26, n. 1, p. 85-104, 1999.

⁴⁰ Conforme anotações pessoais de conversa com Ron Grele, Atlanta, outubro de 2010.

⁴¹ “Termo de convênio PR 18/75”. 10 de julho de 1975. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

⁴² “Formulário de candidatura da Fundação Getúlio Vargas a apoio do MEC/Capes”. s. d. 2 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

seleção foi feita – mas o perfil da turma não parece sugerir que tivesse havido grande procura ou competitividade. Dificilmente alguém poderia dizer que os frequentadores eram representantes de um leque amplo das principais universidades ou instituições de pesquisa histórica do país. Até mesmo o coordenador do curso, George Browne, indicaria entre as sugestões para futuros cursos uma divulgação ainda mais ampla do curso, bem como a limitação do número de participantes por instituição (já que as instituições do Rio de Janeiro levaram, nisso, vantagem).⁴³

Entre 7 de julho e primeiro de agosto de 1975, frequentaram o curso (em tempo integral, de segunda a quinta-feira) trinta pessoas regularmente matriculadas, algumas delas recebendo bolsas parciais para cobrir despesas, e cinco ouvintes.⁴⁴ No total, considerando-se as duas categorias, tem-se que a maior parte de participantes vinha do próprio Rio de Janeiro: vinte, entre os 35. A participação dos outros Estados da federação

⁴³ “Primeiro curso nacional de história oral: Relatório do coordenador”. 5 de agosto de 1975. 13 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

⁴⁴ A lista de participantes varia conforme o documento consultado. Levarei em conta o relatório final do curso. Participantes: Álvaro Sobral Barcelos (Universidade Federal Fluminense, RJ), Ana Maria Ribeiro de Andrade (Centro de Memória Social Brasileira, RJ), Arlete Alves Lima (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ), Balbina Ottini Vieira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ), Carlos Gutierrez Figueiredo Cerqueira (Universidade de São Paulo, SP), Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (Universidade Federal de Santa Catarina, SC), Dulce Portilho Maciel (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, RJ), Gadiel Perruci (Universidade Federal de Pernambuco, PE), Gisélia Potengy Graboís (Centro Unificado Profissional, RJ), Gulnar de Alcântara Pacillo (Colégio Pedro II, RJ), Hildiberto Ramos Cavalcanti de Albuquerque Júnior (Universidade Federal Fluminense, RJ), Ismênia de Lima Martins (Universidade Federal Fluminense, RJ), Jean Hébéte (Universidade Federal do Pará, PA), Luciara Silveira de Aragão e Frota (Universidade Federal do Ceará, CE), Luiz Henrique [Nunes] Bahia (CPDOC-Fundação Getúlio Vargas, RJ), Maria Cecília Baêta Neves (Centro Unificado Profissional, RJ), María Cecília Bákula Budge de Fosta (Pontifícia Universidad Católica del Perú, Peru), Maria Marlene de Souza (Arquivo Histórico do Itamaraty, RJ), Miriam Cibele Taques dos Santos Tamler (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ), Nelly Soledad Yáñez (Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru), Norma Góes Monteiro (Universidade Federal de Minas Gerais, MG), Oksana Boruszenko (Universidade Federal do Paraná, PR), Regina Helena Diniz Bomeny (CPDOC-Fundação Getúlio Vargas, RJ), Rosa Elizabeth Acevedo Marín (Universidade Federal do Pará, PA), Samuel Maria de Amorim e Sá (Universidade Federal do Pará, PA), Tarcísio Werneck Brandão (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, RJ), Tereza Maria Malatian Roy (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP), Vamireh Chacon de Albuquerque (Universidade de Brasília, DF), Vera Lucia Ruiz Calicchio (CPDOC-Fundação Getúlio Vargas, RJ), Walter do Nascimento Siqueira (Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, RJ). Ouvintes: Gabriel Roy (Faculdade de Ciências e Letras Nossa Senhora do Patrocínio, SP), Henry H. Keith (Universidade de Brasília, DF), Isaura Maria Pérez Leal (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ), Ivan Vernon Gomes Torres Junior (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ), Regina Clara Esteves Affonso (Centro da Memória Social Brasileira, RJ). De acordo com: “Primeiro curso nacional de história oral: Relatório do coordenador”. 5 de agosto de 1975. 13 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

foi escassa, minando o desejo de abrangência nacional: três participantes do Pará e três de São Paulo, dois do Distrito Federal, e um de cada um dos estados de Paraná, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Santa Catarina, além de dois participantes do Peru. De São Paulo, por exemplo, apenas Carlos Gutierrez Cerqueira, que trabalhava temporariamente no setor de documentação do Departamento de História da USP, se inscreveu – a instituição não enviou nenhum de seus professores. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, vinte anos depois, escreveu que havia certa restrição à história oral naquele Estado: “os de São Paulo a olhavam com cuidado e reserva porque viam nela um grande embuste, uma esparrela que não deveria ser acreditada nem usada para seus trabalhos acadêmicos” (Corrêa, 1996, p. 63).⁴⁵

O curso consistiu essencialmente em um treinamento técnico – algo bastante compreensível considerando-se seus ministrantes, o modelo seguido, o programa de estudos. Na leitura de Janaína Amado, o curso priorizava “a prática da História Oral, principalmente (...) as técnicas de realização, transcrição e cessão de entrevistas, assim como para a organização dos acervos orais, havendo pouco espaço para discussões de caráter teórico-metodológico” (Amado, 2003, p. 67).⁴⁶ Seria até estranho que um curso claramente baseado na história oral feita na Columbia University e ensinada através de seu manual tivesse outras feições. Suas atividades previstas eram as seguintes:

7 de julho: Instalação; O que é a História Oral

8 de julho: Para que serve a História Oral; As etapas de um projeto; Entrevistas hipotéticas

9 de julho: A entrevista: Preparo; Ensaaios de entrevista

10 de julho: A entrevista: Técnicas; Ensaaios de entrevista

11 de julho: A entrevista: Mecânica e ética

14 de julho: Hélios Silva: Um pioneiro do método; Transcrição

15 de julho: Processamento;

16 de julho: Experiência prática;

⁴⁵ Corrêa, C. H. P. “História oral: Considerações sobre suas razões e objetivos”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 63-70.

⁴⁶ Amado, J. “Conversando: O CPDOC no campo da história oral”. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 59-83.

17 de julho: Experiência prática⁴⁷;
 21 de julho: Planejamento e administração de programas
 22 de julho: Financiamento
 23 de julho: Direito e contratos
 24 de julho: Arquivamento e acesso
 28 de julho: Utilização de História Oral – Pesquisa e publicação
 29 de julho: História Oral como elemento didático
 30 de julho: Planejamento e avaliação
 31 de julho: Complementação
 1º de agosto: Encerramento⁴⁸

Em um relato publicado um ano após o curso, Teresa Malatian, uma das participantes, sintetizou seu conteúdo em quatro núcleos: “Conceito de História Oral”, “A entrevista: Preparo e técnica”, “Ética”, “A História Oral e a História”. Esses eram os temas da apostila preparada por Browne para o curso, intitulada por ele de “Manual de história oral”, que abrangia fundamentalmente traduções feitas pelo professor a partir do manual escrito por William Moss. Os alunos também tomaram contato com modelos de carta de cessão de direitos autorais e fichas introdutórias de entrevistas, por exemplo. Através do curso, eles também puderam acessar a bibliografia que os professores tinham trazido – em livros ou em xerox.⁴⁹ Por meio do relato de Malatian, temos acesso ainda aos principais tópicos discutidos nas aulas: o caráter intencional da fonte e a participação do pesquisador em sua produção; sua subjetividade e parcialidade; a complementaridade (e não substituição) da documentação escrita; o preparo da entrevista, da seleção do informante à transcrição e arquivamento; os cuidados jurídicos e os instrumentos de doação e controle;

⁴⁷ “Curso de História Oral, Programa para as semanas de 07 a 17 de julho”. 1 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

⁴⁸ “Curso de História Oral, Programa de 21 de julho a 1 de agosto”. 1 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

⁴⁹ George Browne, em um memorando do Grupo de Documentação em Ciências Sociais, mencionava as encomendas feitas para compor o acervo do CPDOC: 1 cópia do catálogo *The Oral History Collection of Columbia University*; 2 cópias do livro de Willa Baum, *Oral History for the Local Historical Society*; 1 cópia do livro de Studs Terkel, *Working*; 1 cópia do livro de Merle Miller, *Plain Speaking: An Oral Biography of Harry S. Truman*; 1 cópia do livro de Nikita Sergeevich Khrushchov, *Khrushchev Remembers*; e 1 cópia do manual de William Moss, *Oral History Program Manual*. “Memorando GDCS n. 15/75”. 22 de julho de 1975. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

o tipo de análise (qualitativa, no caso) das entrevistas.⁵⁰ As atividades deveriam, ainda, ser complementadas por experiências práticas. Como trabalho final, cada participante deveria conduzir uma entrevista de história oral, transcrevê-la, e ainda explicitar seus métodos e decisões em uma página introdutória contendo os objetivos da entrevista, sua justificativa, seu resumo. Esperava-se também que, ao longo do curso, os participantes criassem um projeto a ser implementado em suas instituições quando de seu retorno, após o encerramento do curso. Mas só 14 deles cumpriram todas as atividades do curso, tendo sido plenamente aprovados.⁵¹

Além de ter sido informado pelas diretrizes do manual de história oral da Columbia University, o perfil do curso seguia ainda a predisposição de cada um dos ministrantes. O apreço de George Browne pela dimensão técnica dessa *oral history* já está claro; com o casal Edna e James Wilkie, não era diferente.⁵² Já há alguns anos James vinha estudando a história das elites na América Latina por meio da história oral, como ele próprio relata no artigo “Postulates of the Oral History Center for latin America”, de 1967.⁵³ Em 1966, ele havia fundado na Ohio State University esse centro de história oral voltado a abrigar uma coleção de entrevistas sobre a Revolução Mexicana, que vinha sendo gravada desde 1963. Foi junto à sua esposa, Edna Monz’on de Wilkie, nascida na Guatemala, que ele iniciou o trabalho de gravação, tendo o objetivo ingênuo (e típico, para a época) de guardar as vozes de grandes líderes do passado “sem as distorções e sem a má compreensão dos tempos que se interpõem” [*“without the distortions and miscomprehensions of intervening times”*]. A coleção inicial possuía 250 horas gravadas com 27 entrevistados – e sua continuidade foi possível com a contratação de James W. Wilkie como professor assistente em Ohio e a implementação formal do centro de história oral, permitida graças a doações de ex-alunos da universidade. Mas o objetivo do pesquisador

⁵⁰ Roy, T. M. Malatian. “História oral”. **Estudos Históricos**, v. 15, p. 123-30, 1976.

⁵¹ “Curso de história oral – Relação dos alunos aprovados”. 1 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

⁵² Edna Wilkie, esposa de James, não constava do programa oficial do curso. Dada a ausência de seu nome na documentação escrita, ela inclusive acabou omitida de reconstituições do evento, como daquela feita por Janaína Amado. Ver: Amado, J. “Conversando: O CPDOC no campo da história oral”. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 59-83.

⁵³ Wilkie, J. “Postulates of the Oral History Center for latin America”, **The Journal of Library History**, v. 2, n. 1, p. 45-55, 1967.

não parava por aí: “Considerando-se que começamos a trabalhar, em princípio, sobre o significado da revolução no México, pareceu lógico aplicar nossa experiência a outras ocorrências de violenta mudança social na América Latina” (Wilkie, op. cit., p. 47). Ainda no final dos anos 1960 foi iniciada dentro do programa uma investigação sobre a Revolução Boliviana, de 1952 a 1964, e o plano seguinte seria um estudo sobre a Revolução Cubana. Em suma, o centro tinha bem definidas uma perspectiva teórica (a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim), uma região do mundo (a América Latina), um tema geral (a mudança social e o conflito entre personalismo e ideologia na América Latina) e um ambicioso objetivo (um estudo comparativo a partir das entrevistas de líderes políticos de vinte países).⁵⁴ Nada mais coerente do que o entusiasmo do casal Wilkie em ensinar brasileiros a fazer história oral à sua maneira.

Porém, além de Browne e dos Wilkie, havia no curso um elemento estranho, que um olhar que atenha exclusivamente à documentação escrita não consegue capturar: Eugenia Meyer. Com experiência significativa coletando testemunhos orais, ela se conectava ao grupo em função do interesse temático comum – ela, uma historiadora mexicana, estudiosa da história social do México; James Wilkie, um historiador norte-americano cujo enfoque recaía sobre o México. Já há alguns anos Meyer acompanhava o trabalho do colega, cuja aceitação não era unânime.

Em 1973 James Wilkie havia lançado *Elitlore*, publicado como um volume da série Latin American Studies, do Latin American Center da University of California, Los Angeles.⁵⁵ Nessa obra de pouco menos de 90 páginas ele expunha a chamada teoria do “*elitlore*” – uma “sabedoria das elites” que ele contrapunha ao “*folklore*” – e proclamava a história oral como a maneira ideal para colhê-la. Numa resenha para o *The Journal of American Folklore*, David Whisnant escreveu que

é de se perguntar, na verdade, como é que um ensaio tão rasteiro e pouco elucidativo consegue ser publicado como ‘livro’ ou mesmo como monografia. (...) Mesmo assim, são sessenta estranhas páginas impressas. O que elas contêm? Quase nada, infelizmente.⁵⁶

⁵⁴ Wilkie, J. **Elitlore**. Los Angeles: Latin American Center/University of California, 1973.

⁵⁵ Wilkie, J. **Elitlore**. Los Angeles: Latin American Center/University of California, 1973.

⁵⁶ Whisnant, D. W. “Elitlore” [Book review]. **The Journal of American Folklore**, v. 87, n. 346, p. 378-80, 1975.

Eugenia Meyer também resenhou a obra – mas, sem compartilhar a impaciência do colega norte-americano, chegava até mesmo a sugerir uma tradução em espanhol da mesma, “para dessa forma ir constituindo uma bibliografia temática em língua espanhola sobre história oral, que nos faz tanta falta”.⁵⁷ Meyer nem precisou esperar muito, pois já em 1974 o livro foi publicado em espanhol, na íntegra, como um dos capítulos da influente coletânea organizada por Jorge Balán, *Las historias de vida en ciencias sociales: Teoría y técnica*, publicada na Argentina.⁵⁸ Porém, mesmo que simpática ao trabalho de Wilkie, Eugenia Meyer guardava cá e lá suas diferenças. Na resenha já citada, ela chega a sugerir que Wilkie somasse, ao seu trabalho, o estudo do “*popularlore* latino-americano” – esforço obviamente infrutífero na medida em que a inclinação do autor era mais que cristalina, mas que servia para demarcar suas distâncias em relação ao colega. Embora compartilhando o apreço pela história oral, o posicionamento intelectual (e político) de Meyer era, se não oposto, pelo menos muito distinto.

Para além dos posicionamentos individuais, esse caso é de certo modo instrutivo para explicar o estranho mecanismo de descarte do passado e proclamação da inovação no campo da história oral. Em 1973, James Wilkie propugnava, em seu *Elitelore*, que a técnica da história oral deveria ser empregada não apenas para o estudo da sabedoria popular, do folclore – mas também para o estudo das elites, de seu *elitelore*. Ora, é exatamente isso o que os programas e arquivos de história oral faziam, essencialmente, desde os anos 1940 e 1950. E quando Wilkie o propõe, sugerindo tratar-se de uma novidade, Eugenia Meyer responde com uma outra proposta: que, ao estudo das elites através da história oral, fosse somado também o estudo do povo – algo que, por sua vez, já vinha sendo realizado pelo menos desde os anos 1960.

Para além da multiplicidade de propostas apresentadas como novas, nota-se um conflito que acabou sendo colocado de forma subjacente no curso oferecido aos brasileiros. Rememorando sua participação nas aulas, mais de trinta anos depois, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa comentou esse embate entre a história oral “das elites” e a história oral “do povo”. Seu relato, oferecido em 2010, estava certamente carregado por

⁵⁷ Meyer, E. “Elitelore” [Book review]. *The Hispanic American Historical Review*, v. 55, n. 1, p. 97-8, 1975.

⁵⁸ Balán, J. (org.) *Las historias de vida en ciencias sociales: Teoría y técnica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

uma percepção reforçada mais tarde – de que boa parte dos interessados em história oral buscavam, com o método, introduzir o “povo” na história, com uma perspectiva excludente –, mas que parecia já estar colocada desde o curso, simbolizada na tensão entre Eugenia Meyer e seus colegas estadunidenses:

Nos Estados Unidos, por exemplo, a entrevista era totalmente livre e não existia a preocupação com a metodologia da obtenção da informação, enquanto que no México era uma coisa muito rígida, muito mais do que nos Estados Unidos. (...) No México era através do Museu de Arqueologia da Cidade do México, que é da universidade de lá, que tinha que ter uma série de requisitos, uma série de exigências. Era muito bom, mas fechava muito a possibilidade da utilização da história oral. (...) eu [me lembro] quem era o terceiro professor, mas não me lembro o nome dele. Era um professor americano que estava fazendo uma pesquisa [sobre] as elites políticas da América do Sul. Ele entrevistava só os grandes nomes da política do Chile, da Bolívia... E pretendia formar uma teoria a respeito do que ele fosse obter. Para isso ele chamou de *elitelore*, que é o contrário do folclore. Folclore fica para o povo e a *elitelore* para as elites da política. E aí é que eu gostei da coisa, entende?, da possibilidade de usar a história oral justamente para entrevistar essas elites políticas, que é o que me interessava. Ele ainda estava tentando elaborar uma teoria do que fosse tirar daí, porque ele entrevistou uma porção de gente e ainda estava [trabalhando]... Mas essa possibilidade da existência da entrevista com a elite política é que me interessava. Nós estávamos numa época – 1975 – ainda em pleno regime militar, num fogo muito grande. E a reação a isso também, porque a primeira reação que se viu àquilo que nós estávamos fazendo, aos professores que estavam fazendo entrevistas, era a possibilidade da história oral se voltar para fazer com que o homem do povo fosse entrevistado. E aí eu fiquei com medo! Fiquei com medo porque ela não foi feita para isso. Ela *pode* ser usada para isso, mas não somente para [isso], [para ter] como objetivo fazer aparecer o homem do povo. Tanto que, naquela minha pretensão de elite política, o homem do povo não entrava. Quem quisesse fazer, muito bem! Mas a história oral não servia só para isso – e o que queriam era que ela servisse só para isso.⁵⁹

A lacuna bibliográfica que Meyer aponta ao saudar o livro do colega não lhe havia impedido de, em meados dos anos 1970, já ter realizado diversas pesquisas com história oral no Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), no México. Como pesquisadora do Archivo Sonoro do Departamento de Investigaciones Históricas da instituição, ela já havia conduzido e publicado entrevistas de história oral, dando

⁵⁹ “A entrevista em si não é a história. Ela é um meio, não o fim” – Entrevista com Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Gravada em agosto de 2010. Florianópolis, SC.

prosseguimento à ideia do fundador Wigberto Jiménez Moreno de entrevistar personagens de relevo histórico (especialmente sobreviventes da Revolução Mexicana), guardar e preservar as gravações, publicar as transcrições dos testemunhos mais importantes. Em 1970, Meyer já publicava várias delas, a primeira com o historiador estadunidense da Revolução Mexicana Ernst Gruening, resultante de uma entrevista por ela conduzida em novembro de 1969. Sob seu comando, o INAH incluía em seu projeto de história oral entrevistas sobre o cinema mexicano, a história contemporânea no México, a história da educação pública no país.⁶⁰

Décadas mais tarde, Eugenia Meyer não poupou palavras para diferenciar-se explicitamente do modelo de história oral focado na constituição de arquivos. Ela escreveu que vê a história oral feita em seu país como algo muito menos ligado à tradição norte-americana e “mais identificado com aquilo que é feito pelos europeus (italianos e ingleses), que visam claramente canalizar o resgate das histórias de vida para o propósito de escrever a história social”, e acrescentando ainda que, “paradoxalmente, nós não ecoamos aquilo que está mais perto de nós, aquilo a cuja influência nós supostamente seríamos mais suscetíveis”. Meyer se distancia da história oral estadunidense (ou melhor, daquilo que ela identifica como tal, pasteurizando toda uma variedade de trabalhos distintos) quando a descreve como uma vertente “mais mecânica, mais utilitária, mais na trilha da criação, preservação e acumulação de arquivos testemunhais” (Meyer, 1996, p. 344)⁶¹; vertente que flutuava entre a história oral das elites e a história oral para comunidades minoritárias e que, ao contrário de sua história social, muitas vezes tinha a entrevista como um fim em si mesmo.

⁶⁰ Sobre a história oral no México, ver: Meyer, E.; Bonfil, A. O. “La historia oral: Origen, metodología, desarrollo y perspectivas”. **Historia Mexicana**, v. 21, n. 2, p. 372-87, 1971; Lozano, J. E. A. “Camino y geometría de la historia oral reciente en México”. In: Velasco, C. (org.) **Historia y Testimonios Orales**. Mexico, DF: INAH, 1996. p. 23-55; Bonfil, A. O. “Treinta años de historia oral en México: Revisión, aportes y tendencias”. In: Velasco, C. (org.) **Historia y Testimonios Orales**. Mexico, DF: INAH, 1996. p. 73-89; Brugat, D. P. “Algo acerca de archivos de historia oral”. In: Velasco, C. (org.) **Historia y Testimonios Orales**. Mexico, DF: INAH, 1996. p. 91-102. Para os princípios da história oral na América Latina, ver também: Jaksic, I. “Oral history in the Americas”. **The Journal of American History**, v. 79, n. 2, p. 590-600, September 1992. Na primeira parte do artigo, o autor faz, inclusive, um mapeamento dos arquivos de história oral nos Estados Unidos que contêm histórias orais coletadas na América Latina.

⁶¹ Meyer, E. “Oral History in the Mexico and the Caribbean” [1990]. In: Dunaway, D. K.; Baum, W. K. (org.) **Oral History: An Interdisciplinary Anthology**. Walnut Creek: Altamira Press, 1996. p. 343-50.

No curso, as diferenças entre Meyer e seus colegas transparecia para os participantes. Um informe publicado no *Mensário do Arquivo Nacional* mencionava uma “cordialidade e crescente integração entre o corpo discente e docente”, mas não se furtava a informar sobre a existência de um conflito e um debate constante entre a mexicana e o casal Wilkie (1975, p. 32).⁶² No relato publicado por Teresa Malatian⁶³, também se nota a percepção de heterogeneidade – e não de uma missão catequizadora unificando os quatro professores. Aqui e ali, nota-se distinções: menções ao fato de James Wilkie considerar qualquer gravação (debates, memórias ditadas, e até mesmo gravações clandestinas) como parte de um acervo de história oral, somadas a críticas ao fato de James e Edna enfatizarem excessivamente o indivíduo, esquecendo “o papel das estruturas na História para cultuar o indivíduo como demiurgo de eventos cuja motivação seria totalmente subjetiva” (Roy, op. cit., p. 130). Nesse sentido, nota-se um entusiasmo sensivelmente maior com Eugenia Meyer, representante, segundo Malatian, de um país que “apesar de contar com o programa de História Oral mais jovem, parece contudo ocupar lugar de destaque” (idem, p. 123) – e, mais que isso, de uma história menos atenta à individualidade. A ênfase de Eugenia Meyer e do INAH na história social parecia ter, então, um peso nessa recepção – somado a aspectos que, em princípio, poderiam soar pitorescos. Em uma conversa após o evento de comemoração de 30 anos do LABHOI, Ismênia de Lima Martins rememorou a diferença entre Meyer, com seu “coração, emoção enorme”, e o casal Wilkie. Lembro-me de Ismênia mencionar que os Wilke professavam uma rigidez impressionante na relação que o entrevistador iria entreter com o entrevistado. Para Ismênia, tratava-se de uma formalidade incomum demais para brasileiros: não conversar, não se envolver, ater-se apenas ao depoimento. O próprio texto de Malatian, aliás, confirma a regra aprendida de “nunca estabelecer diálogo durante a gravação” (idem, p. 127). Ismênia lembrou que esse foi um assunto bastante controverso no curso – e que, em algum momento, alguém teria dito aos Wilkie que, no Brasil, seria falta de educação recusar um café na casa de um entrevistado. Vencidos pela argumentação da plateia, eles teriam se resignado: “Tá bom... Mas só um!”.

⁶² “História oral – Um programa que promete”. *Mensário do Arquivo Nacional*, v. 6, n. 11, p. 32-4, nov. 1975.

⁶³ Roy, T. M. Malatian. “História oral”. *Estudos Históricos*, v. 15, p. 123-30, 1976.

Tudo como dantes

Em um documento de 1975 no qual listava as prioridades de financiamento para os anos seguintes, levando em conta os resultados das experiências anteriores, a Fundação Ford colocava o treinamento brasileiro em história oral entre suas realizações bem sucedidas. Em primeiro lugar, por ter consistido num evento científico bem delimitado, ao contrário de atividades “relativamente sem foco” como as reuniões da SBPC ou mesmo os encontros de categorias profissionais. Ainda, comparando o curso de história oral a um congresso sobre estudos urbanos e outro sobre história e ciências sociais, a avaliação da Fundação era ainda mais promissora: “Ao passo em que esses dois primeiros eventos atraíram centenas de pessoas, não se deve esperar resultados menores de seminários bem focalizados, projetos mais para exploração e intercâmbio acadêmicos do que para divulgação e conscientização”.⁶⁴ A Fundação Ford, então, tinha muitas expectativas de que fosse, esse projeto, o estopim para uma linha de trabalho academicamente respeitável.

O desejo era o de que, a exemplo do que havia acontecido nos Estados Unidos, florescessem inúmeros outros programas de história oral pelo Brasil. Lá, na esteira do fenômeno de Columbia, eles rapidamente se expandiram após 1948, chegando a mais ou menos cem programas em 1967 e de mil a mil e quinhentos oito anos depois.⁶⁵ No Brasil, a promessa de multiplicação era estampada até mesmo no título de um relato sobre o curso, publicado no *Mensário do Arquivo Nacional*: “História oral – Um programa que promete”.⁶⁶ Bem, a promessa não pôde ser tão facilmente cumprida – e mesmo a relativa variedade geográfica dos participantes do curso não se refletiu em uma pulverização de iniciativas nas diversas partes do país.

De certo modo, isso parece sugerir que a importância desse curso tem sido superestimada quando das reconstituições da história oral no Brasil. Já se falou sobre esse

⁶⁴ Ford Foundation. “Summary Proposal for a Delegated-Authority Project in the Social Sciences”. July 1975. 5fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

⁶⁵ Proctor, S. “Oral history in the United States”. *Phonographic Bulletin*, v. 13, p. 6-10, 1975.

⁶⁶ “História oral – Um programa que promete”. *Mensário do Arquivo Nacional*, v. 6, n. 11, p. 32-4, nov. 1975.

plano de divulgação dos anos 1970 como um “esforço abortado”⁶⁷, que ficou “sepultado em documentos mantidos no CPDOC” (Meihy, 2000, p. 89)⁶⁸, que gerou “resultados atomizados e revertidos em benefícios das próprias instituições participantes” – foi a interpretação de Alice Beatriz da Silva Gordo Lang e José Carlos Sebe Bom Meihy (2004, p. 15).⁶⁹ Também não é esse o caso, embora o impacto do curso tenha sido limitado e o estímulo à criação de uma rede nacional de programas de história oral não tenha frutificado. Ao fim e ao cabo, apenas as pessoas e instituições que já se interessavam por história oral continuaram envolvidas com ela – mas, por outro lado, elas tiveram um papel importante na constituição de uma base técnica, conceitual e metodológica na qual muitos pesquisadores viriam a se apoiar, mais tarde, quando da ampliação do campo.

Ao que tudo indica, alguma articulação entre o grupo de alunos foi tentada. Em 31 de julho de 1975, participantes do curso realizaram uma reunião – uma espécie de assembleia para deliberar sobre seus próximos passos. Uma versão datilografada da lista de presença indica o comparecimento de 29 pessoas, que tiveram como primeira missão discutir a proposta de Álvaro Sobral Barcelos de formar uma associação de história oral.⁷⁰ Apesar do entusiasmo de alguns dos presentes, a posição cautelosa de Aspásia Camargo contra a criação da associação deve ter pesado. A ata da reunião, redigida por Luciara Silveira de Aragão e Frota, informa que Aspásia acreditava que uma associação deveria ser

⁶⁷ Rovai, M. G. O.; Maranhão Filho, E. M. A. “História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos. Entrevista com o professor José Carlos Sebe Bom Meihy”. **História agora**, v. 9, 2010.

⁶⁸ Meihy, J. C. S. B. “Desafios da história oral latino-americana: O caso do Brasil”. In: Ferreira, M. M.; Fernandes, T. M.; Alberti, V. (org.) **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000. p. 85-97.

⁶⁹ Lang, A. B. S. G.; Meihy, J. C. S. B. “Revista História Oral: Um auto-olhar”. **História Oral**, v. 7, p. 11-9, 2004.

⁷⁰ Samuel [Maria de Amorim e] Sá, Maria Marlene [de Souza], Rosa Elizabeth Acevedo Marín, Aspásia Alcântara de Camargo, Regina Helena Diniz Bomeny, Henry H. Keith, Nelly Yáñez Pimentel, Gulnar de Alcântara Paciello, Arlette Alves Lima, Luciara Silveira de Aragão e Frota, Hildiberto Cavalcanti Junior, Ana Maria Ribeiro de Andrade, Álvaro Sobral Barcelos, Carlos Humberto Corrêa, Balbina Ottoni Vieira, Gilberto de Almeida Ferreira, Carlos Gutierrez Figueiredo Cerqueira, Dulce Portilho Maciel, Isaura Maria Pérez Leal, Ivan Vernon Gomes Torres Jr., Ismênia de Lima Martins, Norma de Góes Monteiro, Oksana Boruszenko, Walter do Nascimento Siqueira, Vera Lucia Ruiz Calicchio, Luiz Henrique Nunes Bahia, Gisélia Potengy Graboys, Maria Cecília Baeta Neves, Jean Hébert. “Lista de presença a reunião preliminar examinando a continuidade do grupo de história oral, realizada em 31 de julho de 1975”. 1 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

um segundo passo: ela “se seguiria à elaboração de trabalhos de história oral”.⁷¹ Embora a Fundação Getúlio Vargas aparecesse, naquele contexto, como uma liderança natural caso a associação frutificasse (conforme se nota pelas intervenções de Balbina Ottoni Vieira, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa ou Henry H. Keith, nenhum deles da FGV), Aspásia procurou alertar os colegas de um conjunto de exigências prévio à criação de uma associação. A Ismênia de Lima Martins coube sugerir uma dessas exigências: a criação de núcleos regionais de trabalho. A intervenção de Oksana Buroszenko é assim sintetizada na ata: “Trabalho de História Oral ainda está por frutificar, daí a necessidade de mais tempo para medir resultados e criar a Associação” (op. cit., p. 2).

Em vez de uma associação, criou-se uma pré-associação – ideia que ganhou a votação por unanimidade –, que teria como representante o professor Hildiberto Ramos Cavalcanti Junior, da UFF. As metas do grupo eram três: realizar um novo encontro, um ano depois da reunião; elaborar estatutos que seriam discutidos na ocasião da criação da associação; e controlar o que seria “qualidade” em história oral – tarefa que a ata não explica como seria cumprida. Representantes regionais foram estabelecidos: em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Ceará, Pernambuco, Pará e Goiás.⁷² Buscava-se, seguramente, ir adiante.

Durante o ano de 1976, o subgrupo de História Oral da Biblioteca Nacional planejou um segundo curso. Fez isso com alguma dificuldade, já que suas reservas financeiras tinham praticamente se esgotado e era necessário ir em busca de novo financiamento.⁷³ Mesmo a Fundação Ford, que havia anunciado redução de seus planos de apoio, em escala planetária⁷⁴, apoiou o evento, assim como a Organização dos Estados Americanos (OEA), da qual George Browne foi bolsista. O II Curso de Métodos e Técnicas em História Oral realizou-se, de fato, de 28 de fevereiro a 11 de março de 1977,

⁷¹ “Reunião realizada em 31 de julho de 1975”. 31 de julho de 1975. Ata redigida por Luciana Silveira de Aragão e Frota. 4 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

⁷² A saber: Henry H. Keith (Brasília, DF), Hildiberto Ramos Cavalcanti Júnior (Rio de Janeiro), Carlos Gutierrez Figueiredo Cerqueira (São Paulo), Norma de Góes Monteiro (Minas Gerais), Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (Santa Catarina), Oksana Biruszenko (Paraná), Luciana Silveira de Aragão e Frota (Ceará), Gadiel Perruci (Pernambuco), Rosa Elizabeth Acevedo Marín (Pará), Dulce Portilho Maciel (Goiás).

⁷³ **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 96, p. 227, 1976.

⁷⁴ Ford Foundation. **Current interests of the Ford Foundation: 1976 and 1977**. New York: Ford Foundation, 1975.

na Universidade de Brasília.⁷⁵ Ao contrário do curso anterior, oferecido como especialização, este foi um curso de extensão, com carga horária de 60 horas.⁷⁶ O curso foi coordenado por David Gueiros Vieira e teve como professor convidado William Moss, então arquivista na John F. Kennedy Library, em Waltham, Massachusetts, tendo ele ministrado integralmente a primeira semana de curso. James Wilkie, também convidado para a tarefa, não pôde aceitá-la. Na segunda semana, outros brasileiros integraram-se ao corpo docente, incluindo-se dentre deles alguns dos participantes do curso anterior. Aspásia Camargo, Luciara Silveira de Aragão e Frota e o próprio Gueiros Vieira estavam entre os ministrantes.⁷⁷ O número de participantes, em relação ao primeiro curso, caiu bastante: foram apenas 17 alunos, embora de instituições importantes.⁷⁸

O interesse pela história oral parecia, assim, mirar – e a articulação em torno do método começou a se dissolver. Em 1978, a Universidade de Brasília recebeu uma nova convidada, a latino-americanista Mary Karasch, ministrando o curso “Métodos e técnicas de história oral” para uma plateia local. Ela ampliou sua exposição na Universidade Federal de Santa Catarina, em um seminário sobre “A utilização de fontes orais e escritas

⁷⁵ Ele ocorreu como curso de extensão promovido pelo Departamento de Geografia e História da UnB, sob coordenação do professor David Gueiros Vieira e com financiamento da Fundação Ford e da Organização dos Estados Americanos. A Biblioteca Nacional recebeu da Fundação Ford uma doação de US\$ 28.500,00 destinada parcialmente às atividades do Grupo em 1977 e 1978 (**Anais da Biblioteca Nacional**, v. 97, p. 291, 1977), e/ou de Cr\$ 531.571,00, apenas para o grupo (**Anais da Biblioteca Nacional**, v. 97, p. 297, 1977).

⁷⁶ Ferreira, M. M. “História oral e tempo presente”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21.

⁷⁷ Os outros professores eram Héglio Trindade (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS), José Carlos Bardawil (Jornalista de *O Globo*, RJ) e Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento (Universidade de Brasília, DF). Havia sido convidados para ministrar o curso, sem possibilidade de comparecimento: Hélio Silva, Ismênia Lima Martins, Norma Góes Monteiro e Oksana Boruszenko. “Carta de David Gueiros Vieira aos órgãos financiadores do curso”. 4 de abril de 1977. 5 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

⁷⁸ Participantes: Ana Maria Amorim (Centro de Estudos Unificados de Brasília, DF), Celi Regina Jardim Pinto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS), Corcino Medeiros dos Santos (Universidade de Brasília, DF), Eduardo Vasconcelos Raposo (Fundação Getúlio Vargas, RJ), Ernani Valter Ribeiro (Arquivo da Câmara dos Deputados, DF), Jerry Michael Turner (Universidade de Brasília, DF), Fernanda Pacca de Almeida Wright (Universidade de São Paulo, SP), José Carlos Brandi Aleixo (Universidade de Brasília, DF), José Vicente Delgado (Universidade de Brasília, DF), Laima Mesgravis (Universidade de São Paulo, SP), Luís Henrique Dias Tavares (Universidade Federal da Bahia, BA), Maria Izabel Noll (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS), Maria Lúcia Pereira Hippolito (Fundação Getúlio Vargas, RJ), Maruja Acosta (Universidad Central de Venezuela), Rita Segato de Carvalho (Centro Nacional de Referência Cultural, DF), Suely Robles de Queiroz (Universidade de São Paulo, SP), Tereza Negrão Gozzo (Universidade de São Paulo, SP). “Carta de David Gueiros Vieira aos órgãos financiadores do curso”. 4 de abril de 1977. 5 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

no estudo da escravidão”.⁷⁹ No mesmo ano, os *Anais da Biblioteca Nacional* – que registravam as conquistas do Grupo de Documentação em Ciências Sociais e de seus subgrupos – são vagos. Dizem apenas que “No campo de História oral, mantiveram-se os contatos com as Universidades de Sta. Catarina e a de Brasília, bem como com o CPDC [sic], da FGV, e o Centro de Memória Social Brasileiro, das Faculdades Cândido Mendes”.⁸⁰ A partir de 1979, os *Anais* nada mais informam sobre o Grupo. Ao que parece, a história oral só sobreviveria nas iniciativas localizadas – quase que voltando ao ponto em que se encontrava antes da realização dos cursos. Como Marieta de Moraes Ferreira escreveu, “um balanço dos resultados dessas iniciativas pioneiras (...) revela um saldo positivo, mas muito aquém das pretensões expressadas naquela época” (1998, p. 20).⁸¹

A estrela maior

Ainda no ano de 1975, a Fundação Ford – cuja sede brasileira, no Rio de Janeiro, era comandada por Richard Morse – reorientou sua política de apoio.⁸² De acordo com Janaína Amado, ela reduziu seu apoio na forma de bolsas de mestrado e doutorado e passou a priorizar o financiamento a pesquisas, atividades de centros de documentação, publicações e reuniões científicas – o que teria caído como uma luva dentro das atividades de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Nas palavras de Amado, o CPDOC

Era por definição um centro de coleta, guarda e organização de documentação histórica contemporânea brasileira, valorizada pelos norte-americanos e ainda pouco pesquisada; era um centro de pesquisa de qualidade; estava alojado dentro de uma instituição prestigiosa, e contava com uma equipe diminuta, porém composta de *scholars* muito bem formados e intelectualmente maduros (...); os pesquisadores do CPDOC já estavam realizando contatos nacionais e internacionais, e mostravam-se desejosos de

⁷⁹ Ferreira, V. R. “História oral: Origem e expansão de um movimento que se firma no Brasil”. *Arquivo & Administração*, v. 8, n. 2, p. 3-7, 1980.

⁸⁰ *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 98, p. 331, 1978.

⁸¹ Ferreira, M. M. “Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: O caso do Brasil”. *História Oral*, v. 1, p. 19-30, 1998.

⁸² Celina Vargas, em entrevista publicada no livro *Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal*, afirma que foi apresentada a Morse por Fernando Henrique Cardoso, com quem tinha muito contato, à época, devido à atuação de Cardoso no Cebrap. In: D’Araújo, M. C. “O CPDOC e a redescoberta do Brasil contemporâneo”. In: *Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 227-67.

implementar esse tipo de cooperação; finalmente, estavam começando a realizar pesquisas inovadoras para a época, como as referentes ao tempo presente e à história oral. (Amado, 2003, p. 64)⁸³

Graças a apoios concedidos pela Fundação Ford e aos recursos advindos de outras fontes, bem como à prioridade que a história oral passou a ter dentro do CPDOC especialmente a partir de 1977 (Amado, op. cit., p. 65), o programa de entrevistas da instituição foi reforçado, entrando em um ritmo de trabalho acelerado. Seus pesquisadores gravavam, gravavam e gravavam – sem pensar muito, sequer, em transcrever (D’Araújo, 1999, p. 170).⁸⁴ Essencialmente, fazia-se longuíssimas entrevistas de história de vida, detalhadas, minuciosas, divididas em várias sessões, admitindo-se em um programa voltado à História um recurso típico da Sociologia e da Psicologia. Isso garantiria a criação de um portentoso acervo de entrevistas sobre as elites políticas e a vida política após os anos 1930 – marco para os estudos do centro –, com o maior número possível de informações para o pesquisador do futuro. Atrelar história oral e história de vida foi, na visão de Aspásia Camargo, a originalidade e a razão do sucesso do programa. Segundo ela, as técnicas da história oral aprendidas pelo CPDOC precisavam ser combinadas ao “velho método de *história de vida*, que, a nosso ver, garantiria à história oral o rigor, a fidedignidade e a riqueza que a técnica por si mesma não possuía: nada mais consistente do que uma longa vida que se decifra, com a chancela de um gravador” (Camargo, 1990, p. VII-VIII).⁸⁵

Em outras palavras, findo o processo de importação da *oral history*, era hora de “adaptar”. Camargo veio a considerar a tradição arquivística estadunidense como “espontaneísta”, como uma prática que padecia de um “empirismo ingênuo” (1986, p. 114).⁸⁶

A trajetória do CPDOC, em sua leitura, se distinguia dessa vertente. O que os Estados Unidos lhes haviam ensinado de mais importante residia na criação de *programas*,

⁸³ Amado, J. “Conversando: O CPDOC no campo da história oral”. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 59-83.

⁸⁴ D’Araújo, M. C. “Como a história oral chegou ao Brasil: Entrevista com Aspásia Camargo”. **História Oral**, v. 2, p. 167-79, jun. 1999.

⁸⁵ Camargo, A. “Apresentação – Quinze anos de história oral: Documentação e metodologia”. In: Alberti, V. **História oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990. p. VII-X.

⁸⁶ Camargo, A. “Elaboración de la historia oral en Brasil: El proceso de transición visto a través de las historias de vida de los dirigentes políticos”. **Secuencia**, v. 4, p. 114-22, 1986.

e não na coleta desorganizada de entrevistas avulsas. Porém, haveria no trabalho do CPDOC um avanço em termos de debate metodológico: a prática da instituição levando a reflexões sobre o significado da fonte oral diante de outras fontes e dentro de uma lógica de pesquisa, sobre o estatuto “fabricado” da fonte, que daria ao pesquisador controle sobre a produção de sua própria matéria-prima. Conforme escreveu Camargo em 1978, o setor de história oral do CPDOC “parece ter sido também aquele que mais sérios impasses metodológicos criou, por apoiar-se em uma técnica pouco codificada, sujeita a interpretações polêmicas e arbitrárias” (p. 277).⁸⁷ Valorizando o trabalho que empreendeu, Aspásia Camargo resumiu, muitos anos depois, como o sentido da “adaptação” realizada:

A visão americana era extremamente curiosa, pragmática (...), muito mais uma metodologia de técnica. A Eugênia Meyer já tinha com uma visão mais latino-americana do movimento social (...). Mas ninguém se dava conta do que nós queríamos fazer, que era uma coisa mais ambiciosa. (D’Araújo, 1999, p. 171)⁸⁸

O programa de história oral do CPDOC, para sua mentora, possuía – além dos desafios de pesquisa – um segundo objetivo, velado: o de “romper a barreira imposta durante tanto tempo pelo regime militar autoritário que começou em março de 1964 e que terminaria em 15 de março de 1985”, conforme ela escreveu mais tarde, aludindo ao apagamento do passado populista empreendido pelo regime militar.⁸⁹

Estando dentro de uma instituição privada, o CPDOC tinha menos entraves burocráticos a enfrentar, sendo capaz de enfrentar os desafios com mais dinamismo. Nas palavras de Aspásia Camargo, ele “cresceu à margem de um circuito enrijecido de instituições públicas” (1978, p. 303).⁹⁰ Por outro lado, seu Programa de História Oral – mantido graças aos recursos já mencionados e ao apoio da Financiadora de Estudos e

⁸⁷ Camargo, A. “O ator, o pesquisador e a história: Impasses metodológicos na implantação do CPDOC”. In: Nunes, E. O. (org.) **A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 276-304.

⁸⁸ D’Araújo, M. C. “Como a história oral chegou ao Brasil: Entrevista com Aspásia Camargo”. **História Oral**, v. 2, p. 167-79, jun. 1999.

⁸⁹ Camargo, A. “Elaboración de la historia oral en Brasil: El proceso de transición visto a través de las historias de vida de los dirigentes políticos”. **Secuencia**, v. 4, p. 114-22, 1986.

⁹⁰ Camargo, A. “O ator, o pesquisador e a história: Impasses metodológicos na implantação do CPDOC”. In: Nunes, E. O. (org.) **A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 276-304.

Projetos (Finep) – carecia, até meados dos anos 1980, de condições adequadas. Camargo, gracejando, afirmou muitas vezes que o setor contava com um pesquisador e meio: ela e uma pessoa contratada em tempo parcial. A equipe reduzida e a ênfase na gravação tornava lento o processamento das entrevistas e sua liberação para consulta pública, o que desagradava enormemente os partidários de uma espécie de missão pública que desde cedo colocou a socialização do conhecimento na agenda:

Com as modernas técnicas de gravação, tornou-se possível transferir para a comunidade acadêmica mais ampla os ganhos privatizados de uma entrevista, até então confinada ao pesquisador e seu informante. A consequência lógica é que se alargou o controle profissional sobre os resultados e o processo de entrevista, ao mesmo tempo em que se tende para padrões crescentes de socialização de informação, em que um número cada vez maior de pesquisadores poderá utilizar um mesmo banco de dados, prestando serviços comuns. (Camargo, 1981, p. 21)⁹¹

Sentindo o peso das dificuldades, Aspásia falava, em 1978, sobre a sensação de vagar por um terreno despovoado, que chamava a um posicionamento autoral, criativo:

Por tudo isso, ficou evidente que estávamos sós. Todas as questões, desde as mais abstratas às mais concretas teriam que ser repensadas. Os manuais estrangeiros pouco nos ajudaram, e algumas avaliações de programas revelaram-se surpreendentemente discrepantes dos resultados por nós obtidos (Camargo, 1978, p. 287)⁹²

A socióloga insistia que a originalidade do CPDOC residia na combinação entre duas dimensões distintas da história oral: a técnica de gravar, reunir e conservar depoimentos; e o emprego desses relatos como *fontes*, nunca isolados de outras fontes. A concepção dela era a de que o uso da história oral enquanto fonte histórica (na pesquisa) deveria contemplar um conjunto de depoimentos articulados a uma problemática (e originados no Programa).⁹³ Diferenciava-se, assim, o programa e as pesquisas – eixos que deveriam ser compreendidos em separado, mas que seriam conciliados dentro do projeto maior do CPDOC. Em uma leitura um tanto quanto estereotipista dos caminhos

⁹¹ Camargo, A. “Introdução”. In: Fundação Getúlio Vargas. **Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 17-24.

⁹² Camargo, A. “O ator, o pesquisador e a história: Impasses metodológicos na implantação do CPDOC”. In: Nunes, E. O. (org.) **A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 276-304.

⁹³ Camargo, A. “Introdução”. In: Fundação Getúlio Vargas. **Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 17-24.

estrangeiros, Camargo entendia essa conciliação como uma mescla original das tendências norte-americana e europeia de história oral.⁹⁴

Seja como for, a criatividade e perspicácia de Aspásia Camargo lhe permitiam oferecer várias pistas interessantes a respeito do que havia de interessante e de único na história oral. É instigante, por exemplo, sua concepção de uma história oral “totalizante”, não apenas no sentido de que ela facultaria compreender períodos da história sobre os quais pouco se sabia (dada a carência de outros conjuntos de informação), mas também como um vetor oposto à fragmentação dos próprios arquivos. Aspásia passou a entender e conceituar a história oral como “força ‘totalizadora’ composta por documentos que se complementam e entrelaçam” (Camargo, op. cit., p. 116). Para ela, a informação originada dos arquivos era “mais precisa, fragmentada e detalhada”, ao passo que a fonte oral era “totalizante e impressionista” (idem, p. 119) – dotada de extraordinária capacidade sintética, capaz de recopilar longos períodos “com surpreendente economia de recursos” (idem, p. 119).

Aos poucos, o trabalho do CPDOC e a militância de Aspásia Camargo começaram a chamar atenção. Em 1978, por exemplo, a pesquisadora contribuiu com um capítulo para o livro *A aventura sociológica*⁹⁵, atendendo ao pedido de Edson de Oliveira Nunes para que os autores escrevessem sobre o cotidiano de suas atividades. Camargo relatou detalhadamente a experiência de pesquisa do CPDOC, as dúvidas, hesitações, escolhas, dilemas. Ainda no final dos anos 1970, a equipe de pesquisa começou a trabalhar na elaboração de seu primeiro catálogo de depoimentos, que seria lançado em 1981. O trabalho do Programa de História Oral do CPDOC, enfim, continuava caminhando. Eles fizeram muito e foram, por isso, aplaudidos – mas não ficaram imunes às críticas.

Discutível colonização

A importância da *oral history* para a história oral no Brasil tem sido frequentemente minimizada por um dos mais ativos pesquisadores da segunda geração: José Carlos Sebe

⁹⁴ Camargo, A. “Elaboración de la historia oral en Brasil: El proceso de transición visto a través de las historias de vida de los dirigentes políticos”. *Secuencia*, v. 4, p. 114-22, 1986.

⁹⁵ Camargo, A. “O ator, o pesquisador e a história: Impasses metodológicos na implantação do CPDOC”. In: Nunes, E. O. (org.) *A aventura sociológica: Objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 276-304.

Bom Meihy. Ele enxerga a chegada dessa matriz no país como uma tendência “vinculada a processos de aparelhamento temático entre o Brasil e o exterior” (Meihy, 1997, p. 3)⁹⁶, em formulações fundamentalmente opinativas. Além de minimizar o significado dessa matriz para a área de estudos, ele veio a sugerir que a introdução da *oral history* no país tivesse sido movida por interesses ocultos, provavelmente pouco nobres. Ao comentar o apoio da Fundação Ford aos eventos de 1975, ele se perguntava:

Por que a Fundação Ford estaria interessada em propagar uma “técnica nova” **que já se apresentava como “história oral”**? (...) O que representava a inovação, na medida em que grupos importantes de entidades acadêmicas respeitáveis, como o Centro de Estudos Rurais e Urbanos, já trabalhavam com **depoimentos e entrevistas**?

Outras dúvidas mais contextuais se avultavam: qual o sentido de uma agência estrangeira propor a promoção de programas acadêmicos dessa natureza? [grifos do autor] (Meihy, 1996, p. 3)⁹⁷

Meihy põe em questão o interesse da Fundação Ford em atuar no México e no Brasil – mas não se vê surpreendido por tal direcionamento:

Tratavam-se dos dois mais importantes espaços nacionais em termos de equilíbrio político continental e, mais que isto, naquele momento, de modelos para outros países “irmãos” reconhecerem o significado da “estabilidade” econômica consubstanciada nos “milagres econômicos”. No caso específico do Brasil, nosso “modelo de desenvolvimento”, proposto pelo golpe militar de 64, se afigurava como alternativa a ser imitada e, para isto, valeria a pena, aos olhos estrangeiros, estudos. Além do mais, depois de 1959, com a chegada de Fidel Castro ao poder, fazia com que os Estados Unidos olhassem para o continente com a preocupação de novas Cubas. A abertura de verbas, desde os anos 60, permitia que experimentos intelectuais fossem tentados, no esforço defensivo para prevenir possíveis adventos comunistas. (idem, p. 4)

O autor sugere que a história oral tenha sido implantada no Brasil pela Fundação Ford como parte de esforços deliberados de seu país de origem para dificultar o avanço do comunismo na América Latina e para se apropriar do modelo desenvolvimentista de nossa ditadura militar. Na mesma linha, um de seus alunos, André Gattaz, considerou importante frisar, em um balanço das tendências de história oral escrito em 1998, a

⁹⁶ Meihy, J. C. S. B. “Apresentação”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **História oral de família**. São Paulo: CEDHAL, 1997. p. 2-6.

⁹⁷ Meihy, J. C. S. B. “(Re)introduzindo a história oral no Brasil”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 1-9.

respeito do CPDOC: “É de se notar que este Centro, cuja história conhecemos bem, nasceu de um projeto do Ministério da Educação e Cultura com o patrocínio da Fundação Ford” (Gattaz, 1998, p. 23).⁹⁸ Em outro caminho, Heliana Conde Rodrigues e seus colaboradores, consideraram a hipótese de Meihy sugestiva, mas questionavam suas conclusões:

Não ignoramos que, desde a década de 1960, a Aliança para o Progresso pensava em atenuar, com promessas de um desenvolvimento futuro, aspirações mais imediatistas de transformação da realidade latino-americana. Porém não será demasiado redutor o ato de ligar, de forma quase reflexa, financiamentos a programas determinados, em organizações circunscritas, a um grande colchão amortecedor da conflitiva Leste (Moscou) x Oeste (Washington)? (Rodrigues *et al.*, 2010, p. 228)⁹⁹

Carente de evidências, a leitura de Meihy também obscurece informações imprescindíveis em uma análise ponderada. Por exemplo, o fato de que a Fundação Ford não era a única apoiadora dos cursos e dos programas de história oral brasileiros dos anos 1970, ou de que o interesse pelo método surgiu de dentro, e não por parte de estrangeiros determinados a implantá-lo à revelia da comunidade local. A Fundação, além disso, havia apoiado vários programas de história oral não apenas no Brasil e no México, mas principalmente nos Estados Unidos.¹⁰⁰ Além disso, essa área foi somente uma dentre as muitas que floresceram ou tiveram continuidade com o apoio da Fundação Ford, em um leque amplo que vai dos estudos de controle populacional aos onipresentes estudos da mulher.¹⁰¹ No Brasil, ainda, inúmeros projetos e vários programas de pós-graduação em ciências sociais receberam apoio da Fundação Ford em uma época em que as agências nacionais as desconsideravam entre suas linhas de financiamento.¹⁰² É evidente que existem interesses em jogo quando uma agência decide financiar projetos, uma vez que esse tipo de financiamento “na teoria significa troca de saberes entre os financiadores e os

⁹⁸ Gattaz, A. C. “Meio século de história oral”. **NEHO-História**, v. 0, p. 21-33, jun. 1998.

⁹⁹ Rodrigues, H. B. C.; Andrade, V. M.; Barboza, D. M.; Gonçalves, A. S.; Alcântara, F. “O que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem? Reflexões sobre a emergência da história oral contemporânea”. **Psico**, v. 41, n. 2, p. 222-30, 2010.

¹⁰⁰ Morrissey, C. T. “Rhetoric and role in philanthropy”. **Oral History Review**, v. 6, p. 4-19, 1978.

¹⁰¹ Hatton, E. “The future of Women’s Studies: A Ford Foundation Workshop Report”. **Women’s Studies Quarterly**, v. 22, n. 3/4, p. 256-64, 1994; Hill, L. I. “The Ford Foundation Program on Mainstreaming Minority Women’s Studies”. **Women’s Studies Quarterly**, v. 18, n. 1/2, p. 24-3, 1990.

¹⁰² Miceli, S. (org.) **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1993.

receptores da doação, e na prática um interesse no estado da arte da ciência em diferentes países” (Faria & Costa, 2006, p. 159).¹⁰³ É também evidente que os esforços de cooperação da Fundação Ford podem ser (e são) estudados como parte da importante história da diplomacia no Ocidente – em trabalhos que exigem menos opiniões e mais pesquisa empírica.

Em entrevista com Marieta de Moraes Ferreira, que nos anos 1990 tornou-se uma das principais figuras do Programa de História Oral do CPDOC-FGV, levantei o assunto. Enquanto falávamos da criação do programa e do apoio da Fundação Ford ao curso de história oral em 1975, pedi que ela falasse sobre os interesses supostamente ocultos da Ford no Brasil.

Havia no Brasil uma ideia [de] que a Fundação Ford era uma agente da CIA, e que consequentemente estava financiando esses projetos com interesse imediato de... Claro que os Estados Unidos, quando têm agências de financiamento de pesquisas, têm interesse de influenciar – mas não é uma coisa tão imediata assim, entendeu? Se você for ler sobre as origens da institucionalização da École de Hautes Études en Sciences Sociales (ou seja, Lucien Febvre e Marc Bloch – ou melhor, Marc Bloch não, que já tinha morrido, mas Lucien Febvre, depois da Guerra), sabe da onde veio o dinheiro? Da Fundação Ford dos Estados Unidos, tá? Inclusive tem aquela historiadora francesa, acho que Brigitte Mazon, que escreve um trabalho falando dessas origens da École e mostrando como os recursos e financiamentos foram conseguidos.¹⁰⁴ Então eles davam esses financiamentos mas nunca interferiram diretamente no que você ia fazer.

Em termos de agenda?

É, em termos de agenda. Eu me lembro também que esse pedido de financiamento [para o Brasil] teve a intermediação (se eu não me engano, por isso que é importante você ver essa documentação; porque eu não me lembro mais disso direito, com precisão) do Ministério da Educação e da Biblioteca Nacional. Tinha um programa de atualização, preservação e construção de acervos, e a Fundação Ford entrou para apoiar esse programa, que era até maior... Dentro desse programa é que foi proposto esse curso de história oral, que seria uma forma de, ao lado da preservação dos arquivos e

¹⁰³ Faria, L.; Costa, M. C. “Cooperação científica internacional: Estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford”. *Dados*, v. 49, n. 1, p. 159-91, 2006.

¹⁰⁴ Mazon, B. *Aux origines de l’E.H.E.S.S. École des Hautes Études en Sciences Sociales: Le rôle du mécénat américain*. Paris: Les Editions du Cerf, 1988.

acervos tradicionais escritos, abrir-se a possibilidade de criar acervos baseados em depoimentos orais.

E a Eugenia Meyer, do México, sempre foi uma pessoa de esquerda. Grande parte dos depoimentos, do projeto dela, eram sobre a Revolução Mexicana. Ela não era uma pessoa propriamente do *establishment* conservador norte americano. Então eu acho que essa ideia, assim, meio conspiratória – não acho que ela tem muita sustentação, não.

Agora, é claro que quando um país quando tem um projeto cultural em outro país, ele tem interesse de influenciar. Quando a gente fala, por exemplo, das missões francesas que vieram para a USP na década de 1930 e para Rio de Janeiro, vieram por quê? Porque queriam influenciar a constituição da universidade brasileira, da USP e da UDF, dentro do modelo francês de universidade, de pensamento científico, essas coisas todas.¹⁰⁵

Seria plausível entender tais suspeitas como parte da estratégia de uma crítica maior à chamada história oral “das elites”, que frequentemente tem sido mal entendida como uma história oral “elitista”: como se fazer história das elites significasse trabalhar em favor delas. O que o Programa de História Oral do CPDOC buscou fazer, afinal, não foi “reconstruir la historia ‘oficial’ de las elites o la aterradora ‘apología de grandes hombres’”, como escreveu Aspásia Camargo.¹⁰⁶ Avaliando os primórdios do Programa de História Oral do CPDOC, Verena Alberti entende que “havia uma pergunta (...) do tipo ‘por que nossa história tomou o rumo que tomou?’, ou ainda ‘por que deu errado?’”, isto é, como se deu “o fracasso na constituição de um estado de direito” – uma indicação clara de como as intenções do pesquisador transparecem na pesquisa. Ela entende, ainda, que a pergunta que movia o programa no início de seus trabalhos continua sendo “nossa questão fundamental: por que as elites brasileiras não exercem o papel que lhes cabe, a fim de que, finalmente, o país tome o rumo certo?” (Alberti, 1998).¹⁰⁷

¹⁰⁵ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

¹⁰⁶ Camargo, A. “Elaboración de la historia oral en Brasil: El proceso de transición visto a través de las historias de vida de los dirigentes políticos”. *Secuencia*, v. 4, p. 114-22, 1986.

¹⁰⁷ Alberti, V. “A vocação totalizante da história oral e o exemplo da formação do acervo de entrevistas do CPDOC”. *Oral history challenges for the 21st century: Proceedings [of the] International Oral History Conference*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/FIOCRUZ, 1998. v. 1. p. 509-15.

A respeito dessa sugestiva indistinção (entre realizar trabalhos sobre elites políticas ou *a favor* de elites políticas, inclusive), Maria Celina D'Araújo perguntou a Aspásia Camargo, em 1998:

O CPDOC optou por trabalhar com a elite em um momento em que o must era a história dos vencidos. Como isso repercutiu?

Aspásia Camargo – Você tocou num ponto interessante. Eu tinha feito minha tese de doutorado sobre as ligas camponesas, e estava portanto muito confortável. Minha bagagem acadêmica me ajudou, pois estava claro que eu não estava falando das elites com um culto embutido das elites. Eu sempre brincava: “Não confundam o objeto com a análise. O fato de estar trabalhando com elites não quer dizer que esteja a serviço delas. Quero a oportunidade de estudar esses atores estratégicos com a grandeza de visão, com isenção e com espírito crítico, para entender o período”. (D'Araújo, 1999, p. 248)¹⁰⁸

Assim como fizeram seus colegas no Rio de Janeiro, o pioneiro Carlos Humberto Pederneiras Corrêa também decidiu, no início de seu trabalho, focalizar elites. Em torno de vinte anos depois, ele relembrou, em um texto escrito, o desencontro entre seus interesses e o clima da época. Ele enxergava uma inclinação, na escolha da história oral como técnica de pesquisa, como algo que implicava também a seleção do assunto estudado: o “povo”:¹⁰⁹

Quando iniciamos nosso trabalho de entrevistas, em meados da década de setenta, junto com alguns poucos por este Brasil afora, a quase que totalidade do mundo acadêmico, quando se dignava a nos ouvir, acreditava que a História Oral servia principalmente e quase que exclusivamente para trabalhar com as comunidades dominadas, isto é, aquelas que, por motivos mais que conhecidos, não tiveram oportunidade de terem suas histórias registradas por não fazerem parte das elites dominantes. (Corrêa, 1996, p. 63)¹¹⁰

¹⁰⁸ D'Araújo, M. C. “O CPDOC e a redescoberta do Brasil contemporâneo”. In: **Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 227-67.

¹⁰⁹ Eugenia Meyer, que fez um levantamento dos projetos de história oral realizados na América Latina nos anos 1980, corrobora a visão de Corrêa. Ela afirma que o trabalho de Aspásia Camargo no CPDOC era o único que fugia à tendência geral de estudos sobre “*los desheredados, la población marginal em las áreas rurales y en las ciudades*” (p. 142). Meyer, E. “Recuperando, recordando, denunciando, custodiando la memoria del pasado puesto al día. Historia Oral em Latinoamérica y el Caribe”. **Historia y Fuente Oral**, v. 5, p. 139-44, 1991. Ver também o catálogo mencionado: Meyer, E.; Sepúlveda, X. **Catálogos de proyectos de Historia Oral en América Latina y el Caribe**. México, DF: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 1988.

¹¹⁰ Corrêa, C. H. P. “História oral: Considerações sobre suas razões e objetivos”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 63-70.

Já nos anos 1970, na perspectiva de Pederneiras Corrêa, o emprego da história oral no estudo das elites era escarnado como um “sacrilégio” (idem, p. 64): ela só deveria servir ao estudo das culturas populares e dos grupos politicamente dominados. “Somente os chamados historiadores de esquerda viam algum futuro na História Oral, pois as elites, quaisquer que fossem, eram consideradas autoritárias” (idem, p. 63), escreveu, sugerindo que a correspondência entre o estudo das elites e a adoção de uma perspectiva de “direita” era dada por certa, ao passo em que aos historiadores de “esquerda” caberia o estudo do povo.

Quando entrevistei Verena Alberti em seu escritório na Fundação Getúlio Vargas, achei que seria um bom momento para introduzir, também, o tema do desconforto em relação ao financiamento da Fundação Ford e à “história elitista” do CPDOC.

Essa desconfiança (...) em relação a um certo tipo de entrevistado — as elites, por exemplo, e não necessariamente (...) o povo. Existe uma desconfiança, também, [em relação a] quem entrevista essas pessoas? (...) Como pesquisadora do CPDOC, como você vê a visão dos outros sobre essa “história oral das elites”, assumida como uma história oral de elites?

É aquilo que a Aspásia fala, né? A Aspásia foi a pessoa que fundou esse Programa de História Oral aqui. E ela diz assim: é importante saber como o poder funciona. Quer dizer, você fazer a entrevista com a elite significa que você é de direita? Não! Você tem que saber como o poder funciona.

Esse programa foi fundado em [19]75 em pleno governo Geisel. E qual era a pergunta que estava na cabeça da Aspásia, cientista política? Isso ela não fala, eu que interpreto: a pergunta que estava na cabeça dela é como é que as elites políticas, ou como é que sob o ponto de vista da história política do Brasil, foi possível chegar a um regime de exceção como esse, desde 1964 até 1975, quando foi fundado o programa. Quer dizer, que elites são essas? Vamos explicar isso do ponto de vista da ciência política! E ela vai recuperar que essas elites que fizeram 1964 são as que estão fazendo a Revolta Tenentista de 1922, são as que vão fazer a Revolução de 1930, são as que vão para a Guerra em 1945 e vão fazer 1964. Qual é o nome do projeto dela? “Trajetória e Desempenho das Elites de Políticas Brasileiras” — mas aí não é só política vitoriosa, é também o pessoal de oposição, né? Como foi possível que as elites políticas (seja de situação, seja de oposição) tenham deixado, tenha sido possível que o Brasil chegasse a um regime de exceção? Então, em pleno regime de exceção, vamos explicar esse regime de exceção! Que aí [o Programa] não surge do nada... Não surge Tio Sam que vem aqui financiar, apenas. Né? Porque se não tivesse brasileiro querendo ser financiado, Tio Sam podia querer financiar e não vinha! Então a pergunta dela é totalmente

pertinente: é preciso saber como o poder funciona! E isso não significa que você é uma pessoa de direita, ou sei lá... Tanto é que hoje em dia os estudos [do CPDOC] se alastram pra PT, pra outros [partidos], né... Que poder é esse? O próprio PTB, né? Saber fazer a história do PTB é isso: é você saber como o partido funciona – o Partidão ou o partido, em geral. Não significa que você vai ser comunista por causa disso.

Um dos exemplos que eu sempre dou pros meus alunos é esse: “ah, ele vai fazer a história do PTB”. Você pensa que é dos oprimidos, né?, do partido clandestino, não-sei-o-quê... Mas no PTB tem disputa de memória! Que memória? Que história a gente pode contar e que história a gente não pode contar? E isso você vai encontrar em qualquer universo, entre as camadas mais pobres, e as de instituições políticas, e o que for – o que a gente pode contar e o que a gente não vai contar. Por isso que: “Não... você pode deixar de falar com fulano”. Ou então: “Ah, falou com fulano, então... A gente tem que perguntar pro outro...”¹¹¹

No fim das contas, embora sejam legítimas as especulações e as contraposições entre argumentos, seria saudável que eles fossem apoiados em evidências em vez de apresentados unicamente como opiniões.

A experiência pioneira da Universidade Federal de Santa Catarina

Criar um arquivo de depoimentos orais, estudar elites políticas, adaptar o método da história oral à realidade brasileira – os objetivos de Aspásia Camargo à frente do Programa de História Oral do CPDOC tiveram sua versão sulina. Em Florianópolis, os trabalhos iniciados antes mesmo do curso do Rio de Janeiro tiveram continuidade na Universidade Federal de Santa Catarina pelas mãos de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. De volta à cidade após o curso, o então jovem historiador intensificou seus esforços na área – na teoria e na prática.

No programa de história oral da UFSC, em atividade desde 1974, ele continuou trabalhando para estabelecer programaticamente um acervo de entrevistas com líderes políticos da região. Articulando-se aos temas normalmente estudados na universidade, a introdução da história oral não causou maior estranheza. “Ela era aceita, respeitada – pelo

¹¹¹ “Com todas as fontes é preciso cautela” – Entrevista com Verena Alberti. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

menos naquela época. Porque eu sempre amarrava com um tema, em cada ano, o grupo de alunos da pós-graduação. Todos faziam entrevistas dentro daquele mesmo tema. Não era muito aleatório de cada aluno, não”, disse Pederneiras Corrêa em 2010.¹¹² Junto com a atividade prática, caminhava um esforço pessoal de reflexão e sistematização: o historiador havia se incumbido da missão de “adaptar” a metodologia estadunidense e a mexicana à realidade brasileira, empreendendo um estudo que deu origem à sua dissertação de mestrado, *O documento de história oral como fonte histórica: Uma experiência brasileira*, defendida em 1977 sob a orientação de Walter Fernando Piazza.

No mesmo ano, o *Catálogo de Depoimentos* do programa foi lançado – mais uma vez, sendo o primeiro a ser editado no país. Além dos dados e das súmulas das entrevistas realizadas até então, a publicação continha um texto introdutório no qual Pederneiras Corrêa elucidava que sua preocupação com a história oral era técnica. Sua meta era a de sistematizar um conjunto de procedimentos capaz de gerar materiais com validade “científica”, adequados para utilização no futuro. Ele tratava de estágios como o da transcrição, da elaboração de índices onomásticos, da conservação das fitas. Tratava, também, de questões mais astuciosas, como da necessidade de empregar técnicas distintas para extrair informações dos dois diferentes perfis de entrevistados encontrados quando da implementação do programa: o camponês pouco ilustrado, mais fechado, e o político experiente e expansivo, que teria mais “sinceridade” em seu depoimento, porque compreenderia a importância dele para a história.

O autor ainda se perguntava se as sociedades deveriam intencionalmente preparar documentos para o porvir ou se o tempo se encarregaria de escolher o que conservar – naturalmente, para concluir que histórias orais deviam, sim, ser preparadas. Ele fazia uma profecia algo apocalíptica a respeito do futuro, para o qual a história oral teria um significado vital. Seu diagnóstico era o de que, com o desenvolvimento das tecnologias da comunicação, como o telefone, a comunicação direta substituiria boa parte da comunicação escrita, de modo que poucos documentos restariam para o futuro. A história oral seria uma alternativa a isso; seria “uma consequência dos dias atuais”, em decorrência da “constante diminuição da prática do escrever, pública e particular, por inutilidade ou

¹¹² “A entrevista em si não é a história. Ela é um meio, não o fim” – Entrevista com Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Gravada em agosto de 2010. Florianópolis, SC.

incapacidade” (Corrêa, 1996, p. 65).¹¹³ Bem, essa também era uma maneira comum de historiadores estadunidenses justificarem sua opção pela história oral¹¹⁴ – e talvez tenha sido uma preocupação “importada” que afetou outros de seus contemporâneos, como Aspásia Camargo, que assegurava que a história oral ganharia cada vez mais espaço e “desempenhará no futuro um papel decisivo, provavelmente equivalente ao da documentação escrita, tendo em vista que as formas tradicionais de comunicação estão sendo celeremente substituídas pela comunicação direta” (Camargo, 1981, p. 13).¹¹⁵

Na visão do professor catarinense, depoimentos seriam fontes plenamente críveis, fidedignas, por terem sido controladas cientificamente pelo historiador que as coligiu. Elas forneceriam, ainda, a palavra final em termos de crítica documental e interpretação, capazes de “explicar as verdadeiras causas dos fatos, os reais motivos que permitiram ou exigiram a expedição do documento escrito” (Corrêa, 1977, p. 24).¹¹⁶ Essa convicção cientificista – provavelmente movida pela apreensão de que os pares fossem reticentes ao trabalho com relatos – chegava a extremos: os mentores de Pederneiras Corrêa, George Browne e Walter Piazza, já haviam escrito no texto que publicaram em 1976 que seria “raríssimo um memorialista deliberadamente mentir ao entrevistador bem preparando” (p. 929)¹¹⁷, restando-lhe apenas os riscos do equívoco involuntário da memória humana. O discípulo foi além, e ao ressaltar que o programa voltava-se predominantemente à constituição de fontes para o futuro, e não necessariamente para uso imediato, escreveu: “Daí a nossa despreocupação a respeito dos espaços de tempo em que as entrevistas ficarão seladas segundo a vontade do informante, desde que as informações sejam verdadeiras. E, temos certeza, sempre o são” (Corrêa, 1977, p. 32).¹¹⁸

¹¹³ Corrêa, C. H. P. “História oral: Considerações sobre suas razões e objetivos”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 63-70.

¹¹⁴ Proctor, S. “Oral history in the United States”. **Phonographic Bulletin**, v. 13, p. 6-10, 1975.

¹¹⁵ Camargo, A. “Apresentação”. In: Fundação Getúlio Vargas. **Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 9-15.

¹¹⁶ Corrêa, C. H. P. “O Programa de Documentação em História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina”. In: **Catálogo de História Oral 1977**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em História, Laboratório de História Oral, 1977. p. 19-33.

¹¹⁷ Browne, G. P.; Piazza, W. F. “Documentação em história oral”. **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História** [Aracaju, setembro de 1975]. São Paulo, 1976. p. 927-34.

¹¹⁸ Corrêa, C. H. P. “O Programa de Documentação em História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina”. In: **Catálogo de História Oral 1977**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em História, Laboratório de História Oral, 1977. p. 19-33.

Os historiadores do porvir alcançariam, com isso, “a reconstituição, no futuro, da verdadeira imagem da nossa sociedade” (p. 89), como Pederneiras Corrêa publicou em 1978 em *História oral: Teoria e técnica*, título novo para sua dissertação de mestrado¹¹⁹, pioneira por ter sido também a primeira dissertação a ser defendida no programa de pós-graduação em História da UFSC (Gonçalves, 2006).¹²⁰ O livro foi o primeiro manual de história oral brasileiro – e a primeira contribuição do autor e de sua instituição à história oral em nível nacional. Com isso, um público mais amplo pôde conhecer as propostas procedimentais do autor, assimilando-a como parte de um projeto intelectual algo conservador. Não se buscava revolucionar a disciplina histórica, tampouco reorientar seu enfoque sobre objetos – mas alargar a concepção de fonte histórica para que a fonte oral fosse nela abrigada.

É difícil compreender o que o autor entendia por uma “teoria” da história oral àquela altura. Os próprios títulos dos capítulos sugerem pouca ênfase em alguma dimensão teórica: “Conceitos, objetivos e desenvolvimento da história oral”, “Teoria e preparo da entrevista”, “A técnica da entrevista”, “A transcrição do documento”, “O arquivamento, a legislação e ética”, “Formas de utilização”, “Conclusões: O historiador, o documento e a história oral”. A discussão “teórica” parece resumir-se à conceituação da história oral, a seu entendimento como um conjunto de técnicas para a confecção de documentos originais que não deveria ser confundido com a entrevista de tipo jornalístico, sociológico, ou antropológico, por ser conduzida por um historiador (que agregaria ao seu trabalho uma “perspectiva histórica”) e por atentar ao que há de individual e específico na história de vida narrada, em vez de utilizá-la indutivamente.

Pederneiras Corrêa buscou, com sua obra, percorrer cada um dos passos na condução de projetos com entrevistas de história oral, bem como das características ideais que um grande programa deveria ter. Atenção grande era oferecida à tecnologia, ao equipamento, ao manuseio do gravador, às características da fita magnética de gravação. Parte importante do trabalho com história oral que, mais tarde, acabaria sendo relegado a um segundo plano. Tudo isso era fortemente calcado nos modelos dos manuais

¹¹⁹ Corrêa, C. H. P. **História oral: Teoria e técnica**. Florianópolis: Editora UFSC, 1978.

¹²⁰ Gonçalves, J. **Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

estadunidenses aos quais ele mesmo havia tido acesso e às *best practices* consolidadas da associação de história oral estadunidense a que ele várias vezes se remetia – mas recheado de exemplos da sua própria prática, especialmente nas dificuldades e nos erros cometidos ao longo de sua experiência realizando entrevistas. Erros e acertos. E mostrava certo conhecimento da entrevista sociológica, chegando até mesmo a incorporar sugestões de Oracy Nogueira, por exemplo, para a condução da entrevista. E uma preocupação grande com a questão dos direitos autorais.

Ao final do livro, porém, Pederneiras Corrêa polemizava com aquilo que recebia do exterior. Provavelmente informado sobre os usos pedagógicos da história oral na Educação Básica, realizados tanto nos Estados Unidos quanto no México, ele se mostrava bastante cético, e pouco aberto às iniciativas de introduzir a prática da história oral a não profissionais. Em sua visão, eram muitas as exigências e os requisitos de boa qualidade para uma entrevista – e, em vistas de um nível de exigência tão grande, e dos problemas da estrutura educacional brasileira, não valia a pena correr o risco de fazer com que estudantes criassem material de má qualidade se isso servisse, no máximo, para despertar curiosidade nos alunos. Isso, em sua visão, poderia ser feito através de outros instrumentos. “Não conhecemos o nível dos alunos dos demais países latino-americanos, mas pela experiência que temos tido após quase 20 anos direta e indiretamente com o estudante secundário, cremos poder afirmar que o mesmo tem poucas qualidades de utilizar criteriosamente as técnicas de História Oral” (Corrêa, op. cit., p. 80), escreveu.

O autor, entretanto, ia ainda mais longe: afirmava que nem mesmo alunos de graduação estariam preparados para realizar entrevistas de história oral, por serem carentes de “maturidade suficiente e um perfeito embasamento científico” (idem, p. 81). Para o autor, apenas profissionais deveriam fazê-lo, entendendo-se aí professores e pesquisadores, além de estudantes de pós-graduação. Assim, ele fazia diversas restrições em termos de, quem é que pode e quem é que não pode fazer história oral. Ele mesmo considerava que sua posição poderia soar ortodoxa, mas justificável na medida em que objetivava “tão somente a verdade científica da História, já tão discutida e controvertida durante séculos” (idem, p. 81).

Após o lançamento do livro, as atividades de história oral na Universidade Federal de Santa Catarina seguiram seu curso. No ano de 1980, chegou a ser oferecido um

treinamento de 15 dias para “futuros diretores de centros regionais de História Oral” no Sul do país, com o patrocínio da Organização dos Estados Americanos (OEA). No mesmo ano, pretendia-se lançar o segundo catálogo de depoimentos do Laboratório, que todavia jamais veio à tona.¹²¹ Carlos Humberto também ganhou certa projeção através da publicação. Segundo ele contou, em 2010:

Um livro que correu o Brasil todo naquela época. Uma tiragem de dois mil exemplares que praticamente em um ano acabou totalmente. Inclusive, depois eu fui fazer doutorado em São Paulo e na USP eles não conheciam história oral. Conheceram através do meu livro, inclusive pelos professores que achavam que seria uma maneira de apresentar uma história diferente, e tal. (...) Aí o livro começou a ser divulgado e eu dei curso na PUC de São Paulo, na própria USP dei um curso num final de semana... E começaram a aparecer temas. Por exemplo, a Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, tinha um projeto sobre histórias de bairros. Eu dei um curso de história oral lá durante um mês para desenvolver a história de bairros, para fazerem entrevistas sobre a história de bairros. De lá eu fui para o Espírito Santo, onde dei um curso de quinze dias. Depois fui para o Maranhão e para uma porção de lugares: Rio Grande do Sul, etc.¹²²

Porém, se ainda assim a memória do pioneirismo de Pederneiras Corrêa pouco se imprimiu na memória da história oral do Brasil, parece que ela foi quase totalmente apagada da memória do Departamento de História daquela universidade.¹²³ Não é difícil compreender o porquê. Pederneiras Corrêa foi partícipe da geração de historiadores responsável por implementar ou consolidar a pesquisa e a pós-graduação lá – geração vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (do qual Pederneiras Corrêa tornou-se diretor), cujo comportamento passou a ser desafiado por novas gerações responsáveis por transformar a UFSC em um dos principais redutos de militância de esquerda no Brasil.

¹²¹ “Centros regionais de história oral”. *O Estado de S. Paulo*, p. 28, 12 de setembro de 1980.

¹²² “A entrevista em si não é a história. Ela é um meio, não o fim” – Entrevista com Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Gravada em agosto de 2010. Florianópolis, SC.

¹²³ Até onde sei, o muito recente trabalho de conclusão de curso de Karla Simone Willemann Schütz, orientado por Viviane Trindade Borges, é o único que dá atenção significativa ao trabalho dele. Curiosamente, o trabalho foi desenvolvido na Udesc – não na UFSC. Ele analisa entrevistas realizadas por Simão Willeman, avô da autora, dentro do Programa de História Oral da UFSC. Ver: Schütz, K. S. W. **As entrevistas de Simão Willemann: História oral, memória e ofício de professor no interior de Santa Catarina (1977-1978)**. Trabalho de conclusão de curso [Graduação em História]. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/000000000015/0000157B.pdf. Acessado em 25 out. 2012.

Os profissionais formados pela geração de Pederneiras Corrêa se alojaram predominantemente na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), ao passo em que, na UFSC, certos segmentos da nova geração passaram a considerar os historiadores ligados às tradições institucionais e intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico como “velhos”, “antiquados” ou pelo menos “tradicionais”, caracterizando-os precipitadamente como um bloco homogêneo. Essa guinada é objeto de documentação e análise na tese de doutorado de Janice Gonçalves, *Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*¹²⁴, na qual ela relata (baseando-se em uma variedade de fontes, incluindo fontes orais) como se deram os confrontos entre as gerações.

A historiadora Joana Maria Pedro, expoente da chamada nova geração (nos anos 1990) da UFSC, que posteriormente se aproximou do campo da história oral, tem um trecho emblemático de sua entrevista citado por Gonçalves. No ano de 2006, ela lembrava:

Foi uma disputa bem grande. Foi uma disputa de gerações. Hoje eu faço essa leitura, na época não. Eu achava que nós éramos os certos, eles eram os que estavam errados. Eles eram os conservadores, nós éramos a esquerda militante. (...) Quando eu vim pra cá, voltei do doutorado (estou dizendo que eu continuava um pouco arrogante), eu tive a coragem de me candidatar a ser coordenadora. Inexperiente, completamente. E aí assumi, e os que estavam aposentados eu não pedi pra saírem, mas eu criei um item (reconheço isso), eu tirei o direito de voto deles – claro, não sozinha, em acordo com o Colegiado – no Colegiado de Pós-Graduação. Com isso, eles perderam poder. Eles imediatamente se afastaram. Com isso a gente perdeu a experiência deles, também. Hoje eu reconheço isso.

O próprio caminho na direção da História Cultural foi marcado por essa ruptura. E eu confesso que sei que essa ruptura foi feita em 1993, quando eu assumi a coordenação do mestrado. E também sei que foi por causa disso. Eu achei que depois eles ficariam, eles voltariam, mas eles não voltaram. (Gonçalves, op. cit., p. 125-6)

Até hoje, a história oral feita na UFSC desconhece a história da história oral feita na UFSC. Uma egressa do curso de História já demonstrou sua dificuldade em tratar do

¹²⁴ Gonçalves, J. **Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Para um trabalho mais resumido, ver: Gonçalves, J. “A singela e pitoresca história de nosso estremecido torrão’: Em torno da produção de caráter histórico no âmbito do IHGSC”. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005.

assunto em um artigo que pretendia “resgatar a origem dessa fonte historiográfica, ressaltando sua importância, inserindo-a em discussões atuais a partir do depoimento do (...) Professor Dr. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa” – mas que passou longe de oferecer uma contribuição a esse entendimento, limitando-se a reproduzir o conteúdo do site do laboratório.¹²⁵ Também abordei esse passado da UFSC em entrevista com Marcos Montysuma, professor da casa, que disse:

Quando eu cheguei em Florianópolis, [por]que eu fui redistribuído para a [Universidade] Federal de Santa Catarina, eu soube que lá foi fundado um dos primeiros laboratórios de história oral do Brasil. Eu não posso dizer o primeiro, mas um dos primeiros. E isso ocorreu a partir do momento em que teria vindo ao Brasil um historiador americano que trabalhava com história oral, e as pessoas participaram daquele evento e a partir dali começaram a trabalhar com história oral. (...)

Que memória a UFSC tem disso hoje?

O laboratório continua atuando, continua funcionando. Tem a coordenadora, que é a Liane Maria Nagel. (...) O que eu acho que... Acho que... Eu não sei, honestamente, eu nunca discuti o acervo desse período, né? (...) eu não conheço ali qual é a história do laboratório.¹²⁶

Depois de sua fase de militância e divulgação do método, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa colocou a história oral em luz baixa. “Comecei a usar outros temas mais antigos em que a história oral não tinha mais função. Sobre a Revolução de 1893, o início da República; sobre essas coisas todas não tinha mais ninguém para entrevistar. E fui largando, largando e largando até largar totalmente”, contou ele em 2010. O tema e a abordagem de sua tese de doutorado, defendida em 1982 na Universidade de São Paulo, nem de longe se aproximavam das entrevistas: *Santa Catarina: Um Estado entre duas repúblicas (a luta política num período de mudanças ideológicas, 1930-1935)*, orientada por Fernanda Pacca de Almeida Wright. Recuando, o catarinense dava espaço para que outras vozes tentassem tomar a dianteira da história oral brasileira.¹²⁷

¹²⁵ Silva, M. C. “LABHORAL: Trajetória, contribuição e projetos”. **Santa Catarina em História**, v. 5, n. 2, p. 85-90, 2011; Site do Laboratório de História Oral (LABHORAL): labhoral.paginas.ufsc.br/labhoral. Acessado em: 26 dez. 2012.

¹²⁶ “A postura política e a postura intelectual estão imbricadas” – Entrevista com Marcos Montysuma. Gravada em abril de 2012. Belém, PA.

¹²⁷ Corrêa, C. H. P. **Santa Catarina: Um Estado entre duas repúblicas (A luta política num período de mudanças ideológicas, 1930-1935)**. Tese [Doutorado em História]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

A persistência de um projeto de difusão

Dissipado o ânimo coletivo com a *oral history*, a cena da história oral arquivística no final dos anos 1970 parecia se restringir à fortaleza cada vez mais sólida da Fundação Getúlio Vargas e à cabana de palha cada vez mais fragilizada na Universidade Federal de Santa Catarina. Ledo engano. A chama acesa em 1975 ainda flamejava aqui e ali, dando origem, por exemplo, ao Programa de História Oral da Fundação Joaquim Nabuco, em 1979.¹²⁸ E, dentre os beneficiários diretos do curso de especialização com estrangeiros, Luciara Silveira de Aragão e Frota converteu-se, de aprendiz, em apoiadora de novas iniciativas.

A diligente recém-doutora – que havia defendido sua tese em 1976, na Universidade de São Paulo, realizando um estudo sobre a seca também com orientação de Fernanda Pacca de Almeida Wright – passou a dirigir teses que utilizavam história oral e a criar estratégias para a implementação de projetos de história oral em instituições como o Centro de Memória da Unesp. Em 1979, ela retornou à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (onde havia trabalhado enquanto cursava doutorado) para implantar seu Núcleo de Memória Oral com o projeto interdisciplinar chamado “História crítica da PUC”.¹²⁹ Por iniciativa própria, ofereceu um curso de história oral dentro do Programa de Estudos Pós-Graduados da Universidade, frequentado por 15 alunos regulares (em dois módulos, “Documentação oral I” e “Documentação Oral II”), “os primeiros a serem ofertados em nível de pós-graduação em todo o Brasil”, como ela frisa (2010, p. 2)¹³⁰ e um curso intensivo dedicado a oferecer treinamento a alunos, professores e funcionários que formariam a equipe de entrevistadores do projeto, oriundos dos cursos de Ciências Sociais e Serviço Social. Em ambos ela já circulava textos próprios, não publicados, de sua autoria.

¹²⁸ Ferreira, M. M. “História oral e tempo presente”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21.

¹²⁹ Orsitrevisan, R. “A criação do Núcleo de Memória Oral da PUC/SP e seu projeto inaugural”. **X Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) – Elenco**. São Paulo, jul. 1979. p. 134-5.

¹³⁰ Aragão e Frota, L. S. A. “A Irmã Leda que eu conheci”. **Revista Córdis**, v. 5, 2010.

Apesar dos incentivos de Edênio dos Reis Valle, à época vice-reitor acadêmico da PUC-SP e autor do projeto sobre a história da universidade, não se foi muito longe. Nos primeiros anos da década de 1980, entrevistas foram realizadas e transcritas em meio a um esforço geral que incluía a reunião de documentação escrita. Chegou-se até mesmo a organizar um chamado “Museu de Rua”: uma exposição sobre a história da universidade. Como lembrou mais de vinte anos depois Yvone Dias Avelino, parceira de Aragão e Frota no projeto, à época coordenadora do curso de História na PUC-SP: “Eram poucos docentes que aceitavam a Documentação Oral como uma fonte para as pesquisas históricas contemporâneas. A grande maioria era refratária e, talvez, não fosse isso, a PUC-SP, depois do CPDOC, seria pioneira na objetivação do assunto na academia brasileira” (Avelino, 2001, p. 224).¹³¹ “Fosse hoje, talvez, o Laboratório tivesse vingado”, escreveu Avelino (1995, p. 197).¹³² Além disso, a própria saída de Luciara Aragão dos quadros da PUC-SP, com sua ida para a Universidade de Brasília, contribuiu para minar a possibilidade de realização do projeto.¹³³

Seja como for, Aragão e Frota propagou suas ideias sobre história oral – ou melhor, sobre “documentação oral”, já que a autora acreditava que esse deslocamento terminológico era, além de vital no sentido de tornar precisa a natureza do trabalho com depoimentos, uma contribuição que retificava o ensinado pelos estadunidenses. Sua discussão sobre a expressão a ser empregada, porém, subsumia-se a uma descrição simples: “basicamente, a conservação do conhecimento e da experiência dos homens por meio de fita de gravação”, ou “um sistema extrator de memória e de histórias de vida”.¹³⁴

A autora reuniu suas ideias mais tarde, em um livro de repercussão pequena publicado meados dos anos 1980 – mas calcado na agenda de temas da década anterior. O título *Documentação oral e a temática da seca: Estudos* talvez tenha contribuído para desbotar sua presença do campo da história oral no Brasil: à primeira vista ele sugere que a

¹³¹ Avelino, Y. D. “Experiências e trajetórias de vida: As tramas da memória universitária a partir de depoimentos orais”. **Projeto História**, v. 22, p. 223-38, 2001.

¹³² Avelino, Y. D. “A trajetória de um grupo e a criação de um núcleo”. **Projeto História**, v. 12, p. 193-8, 1995.

¹³³ Avelino, Y. D. “Universidade, memória e sociedade”. s. d., disponível no site do NEHSC-Fortaleza: nehscfortaleza.com/projetos_pesquisas_arquivos/projetos_pesquisas_001.html. Acessado em 1 fev. 2013.

¹³⁴ Aragão e Frota, L. S. **Documentação oral e a temática da seca: Estudos**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1985.

“documentação oral” seja empregada na abordagem da “temática da seca”, oferecendo substrato reduzido para uma discussão técnica e metodológica mais abrangente. Ocorre porém que o livro é dividido em duas partes isoladas, cada qual enfocando uma das matérias assinaladas.¹³⁵

O caráter precário da distribuição das obras publicadas pelo Senado Federal era verídico, mas tinha como contrapeso as conexões institucionais da autora em variados cenários. Esse trânsito não se traduziu em impacto – e a produção intelectual brasileira em história oral revela poucos rastros dos escritos de Aragão e Frota. Eles não foram levados em conta na produção temática e reflexiva que lhe foi contemporânea ou imediatamente posterior, o que é aceitável dado o seu fôlego limitado. Porém, também não foram levados em conta nos balanços retrospectivos que apareceram a partir dos anos 1990 – e quando se trata de examinar o processo formativo de um campo intelectual, é crucial considerar seus balastros consolidados tanto quanto os elementos que não passaram pelo crivo do tempo e dos pares.

O trabalho de Aragão e Frota não apenas representa uma primeira e meritória iniciativa de estabelecimento da história oral no Nordeste e no Centro-Oeste do país; ele também pode ser bastante instrutivo em outras duas direções de reflexão. A primeira delas diz respeito ao próprio significado dessa indiferença a um tipo simplificado de discurso sobre a história oral. Esse fenômeno sugere que a carência de literatura especializada não foi motivo para que, diante da falta de outras opções, houvesse adesão ao trabalho de Aragão e Frota. O fato mesmo de ele ter sido descartado evidencia algum crivo tácito por parte dos elementos em tensão nesse campo. Em entrevista oferecida a Yvone Dias Avelino em 2010, Aragão e Frota fez declarações que sugerem elementos estranhos a esse crivo. Diz ela, por exemplo, a respeito de uma palestra de David Gueiros Vieira que escutou em 1975:

¹³⁵ Essa inexactidão estende-se a outros aspectos da obra, até mesmo o ano de publicação: no frontispício e na ficha catalográfica, indicado como 1985; na capa, como 1984. Mais significativo é o lançamento da obra pelo Centro Gráfico do Senado Federal, dentro da chamada Coleção Lima Barreto, que – apesar do nome “coleção” e da homenagem ao autor da sátira política *Numa e a Ninfa* – não seguia qualquer regularidade em termos de temas, gêneros ou qualidade redacional. Seu ecletismo inato era monitorado por um conselho editorial formado pelo Comitê de Imprensa do Senado, por cujo escrutínio passaram livros de crônica, poesia, ficção (incluindo-se um romance policial cujo protagonista suicida-se com dois tiros), biografia, discursos, e até, veja-se, história oral e história. Ver: Aragão e Frota, L. S. **Documentação oral e a temática da seca: Estudos**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1985.

Lembro que fiquei ainda encantada em saber na palestra do Professor David que as gravações podiam ser estudadas por laboratórios especializados, o que já era feito nos Estados Unidos, transformando a voz em sinais luminosos, podendo estabelecer se a pessoa estava conscientemente dizendo uma mentira, ou se acreditava no que dizia. Não parava de pensar em como tinha sorte em participar desse grupo (...). (Avelino & Aragão e Frota, 2010, p. 210)¹³⁶

A segunda direção de reflexão é que, apesar de tudo, o texto oferece elementos suficientes para compreender um pouco do espírito da época em relação ao método da história oral e aos problemas e desafio que ele colocava. As pouco mais de 50 páginas do “Estudo I: Documentação oral” demonstram uma tentativa de amalgamar discussões inspiradas na Nova História e a literatura estadunidense de história oral voltada à técnica, sem muito sucesso.

Na realidade, o trabalho de Aragão e Frota teria mais potencial enquanto um esforço de divulgação, já que a autora tinha pouco a acrescentar, a despeito de sublinhar recorrentemente suas “discordâncias” em relação aos autores que cita. Embora jactancie-se de que “tais apontamentos não foram escritos aleatoriamente pois eles refletem seis anos de experiência como professor [sic] de pós-graduação ministrando, principalmente, cursos sobre o assunto” (Aragão e Frota, op. cit., p. 20), o que a autora prepara é um cozido de formulações que ora caracterizam a “documentação oral” como essencialmente técnica, “basicamente, a conservação do conhecimento e da experiência dos homens por meio de fitas de gravação” (idem, p. 21), ora, em tom pomposo, como “um dos mais importantes instrumentos da educação superior” (idem, p. 23).

Com pouco a dizer além do que Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, prefaciador do trabalho, já havia dito, o que o texto de Aragão oferece é a confirmação do sabor da recepção da *oral history* nos Estados Unidos. Ele reafirma os primeiros territórios de combate desse campo em nosso país, especialmente a busca por “cientificidade”. Uma de suas maiores preocupações era a de fazer com que os instrumentos técnicos de documentação oral fossem dotados de validade científica. Sua outra preocupação era a jurídica — que, embora importante, é claramente exagerada em seu trabalho, especialmente considerando-se o estágio de nossa história oral no momento em que ela o

¹³⁶ Avelino, Y. D.; Aragão e Frota, L. S. “Trilhas acadêmicas: Uma vida construída nos rastros da história oral”. **Oralidades**, v. 10, p. 207-16, jul./dez. 2011.

escreveu. Em seu curso de Leituras Sistemáticas na PUC-SP, ela havia recebido visitas de advogados como Eduardo Muylaert, Manoel Alceu Afonso Ferreira e Renan Lotufo (Avelino & Aragão e Frota, op. cit., p. 215) para tratar da dimensão jurídica da história oral, no contexto brasileiro. Em uma resenha, a parceira de pesquisa da autora, Yvone Dias Avelino, afirmou que a publicação avançava, em relação ao trabalho de Pederneiras Corrêa, justamente nos “capítulos relativos a técnica da entrevista e as questões legais na obtenção do Documento Oral” (Avelino, 1986, p. 130).¹³⁷

Faltava, a Luciara Aragão, experiência. Até publicar seu livro, ela havia realizado um conjunto de entrevistas sobre a temática da seca. Seus colegas Aspásia Camargo e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa – os tributários do curso de *oral history* – tinham a mesma carência, embora em diferentes graus. Seguindo as pegadas de seus professores, eles fizeram o que lhes foi possível: uma discussão metodológica bastante característica de um determinado tempo, apoiada em vivências pouco consolidadas a partir das quais se visava crescimento e expansão.

Por entre prédios e nós

A missão estrangeira que introduziu a matriz de *oral history* no Brasil não cumpriu todos os objetivos que pretendia. Não provocou interesse nacional em torno do método nem criou dezenas e dezenas de programas de entrevistas. Mesmo assim, foi o afluente dos dois primeiros textos manualísticos brasileiros – *História oral, teoria e técnica* (1978), de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, e *Documentação oral e a temática da seca: Estudos* (1984/1985), de Luciara da Silveira de Aragão e Frota – e do vitorioso Programa de História Oral da Fundação Getúlio Vargas. Para além dessas realizações imediatas, a empreitada foi bem sucedida em seus desdobramentos: nos efeitos que produziu, a longo prazo, mediado pelo ajustamento à lógica acadêmica e institucional brasileira promovido pelo CPDOC e espargido, mais tarde, para outras instituições.

¹³⁷ Avelino, Y. D. “Aragão e Frota, L. S. ‘Documentação oral e a temática da seca: Estudos’. Brasília: Senado Federal, 1985” [Resenha]. **Projeto História**, v. 6, p. 130-2, 1986.

Em outras palavras, a *oral history* tal qual chegou ao Brasil não se cristalizou – por uma série de razões dentre as quais desponta o interesse morno e um tanto quanto restrito no método. O que se cristalizou foi a síntese desse modelo, processada pelo CPDOC nos anos 1970 e 1980 e consubstanciada no livro de Verena Alberti, *História oral: A experiência do CPDOC*, de 1990, que pode ser considerado um ponto de virada para um momento de profissionalização e organização do campo da história oral.¹³⁸

A saída de cena de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa e outros militantes acadêmicos da primeira geração, somada ao insucesso na transferência desse capital intelectual para suas instituições, deixou o caminho livre para o primeiro empreendimento institucional em história oral efetivamente bem sucedido: o da Fundação Getúlio Vargas. A “experiência do CPDOC”, então, tornou-se o principal canal de acesso para nossa matriz arquivística, que introduziu no país três dimensões ligadas a uma visão profissionalizada e especializada sobre a história oral – distinta, portanto, do exercício episódico ou de experimentação que em um primeiro momento caracterizou nossas outras matrizes.

Em primeiro lugar, a *oral history* trouxe à tona o valor da conservação das fontes orais estabelecidas, para uso futuro. As experiências acadêmicas anteriores – na Sociologia e na Psicologia Social – pouco atentavam para a preservação e o acesso, fazendo com que os relatos se esgotassem na própria pesquisa. Com sua face arquivística, a *oral history* introduziu um sentido de responsabilidade na conservação e na disponibilização das entrevistas para outros pesquisadores, abrindo um leque de exigências técnicas – de gravação, transcrição, armazenamento – antes desconhecido. Como desdobramento dessas exigências, a *oral history* trouxe uma segunda contribuição: tornou os pesquisadores brasileiros conscientes da existência de um movimento internacional articulado, cujas teias abrigavam discussões e debates visando o aperfeiçoamento de um conhecimento especializado. Um terceiro elemento associou-se a essa consciência despertada: a percepção de que, partindo-se de conhecimento consolidado, seria possível ensinar e aprender história oral – numa chave distinta, também, de intelectuais que aturaram como

¹³⁸ Alberti, V. **História oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.

experimentadores. Com o curso de história oral de 1975, pela primeira vez o método foi transmitido em vez de elaborado.

Ironicamente, a reação a esse deslocamento teve uma face dupla: reconhecia-se a importância da *oral history* não como um saber válido em si, mas como um conjunto de ensinamentos parcialmente fadado à proscrição. Embora essencialmente técnico (e, em termos de técnica, é duvidoso supor um leque infinito de variações), ele deveria ser submetido ao processo de “adaptação”. Na visão dos brasileiros que mais se empenharam em difundir a história oral, sua versão estadunidense não poderia ser “aplicada” se não depois de reinventada, o que consistia em inutilizar o modelo aprendido para colocar no lugar o seu duplo. Com sobrançaria, Eugenia Meyer escreveu em 1978 que a América Latina buscava unificar uma maneira latino-americana de conservar testemunhos orais – julgando, portanto, que havia nisso algo específico – e que a equipe do Archivo de la Palabra mexicano tinha “abandonado em definitivo a tecnologia anglo-saxã e iniciado o desenvolvimento de uma metodologia mais adequada à idiossincrasia latino-americana” (Meyer, 1978, *apud* Bonfil, 1996, p. 81).¹³⁹

Na corrida pela “adaptação”, misturavam-se assim a busca política por uma voz nacional; o impulso pessoal à inovação; o chamado do ambiente acadêmico por originalidade. Como a contribuição de muitos pesquisadores se dá não no nível do método, mas do conteúdo, muitas vezes essa corrida acaba levando a um esforço frustrado – e permeia a área de estudos da história oral com a proclamação de rupturas em volume excessivo se comparado ao que oferecem de inovação. Todo campo de investigação é, afinal, limitado. Como Lawrence Mead escreveu, em um ensaio no qual aborda as razões para o crescente escolasticismo na universidade contemporânea, “em qualquer campo, somente um certo número de descobertas importantes é possível. Quando elas são feitas, há menos coisas para os *scholars* seguintes descobrirem” (2011, p. 302).¹⁴⁰

Visando responder a uma expectativa por originalidade metodológica, parte da área precisou agir desconsiderando esse alerta e retornando ciclicamente aos mesmos

¹³⁹ Bonfil, A. O. “Treinta años de historia oral en México: Revisión, aportes y tendencias”. In: Ávila, C. V. (org.) **Historia y testimonios orales**. Córdoba: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1996. p. 57-72.

¹⁴⁰ Mead, L. M. “Scholasticism: Causes and cures”. **Academic Questions**, v. 24, p. 300-18, 2011.

temas. Quando o campo de história oral atingiu certo grau de desenvolvimento técnico, metodológico ou teórico – na soma entre o que cada uma de suas matrizes ofereceu como contribuição e tudo o mais que cada intelectual, com seu próprio repertório, trouxe à área –, o convite à persistência na inovação metodológica continuou em pé. Justamente por ser um campo erigido em torno de um método, a história oral precisou se reinventar: revisitando, sob nova roupagem, os caminhos que as quatro matrizes já haviam franqueado; ou palmilhando-os de novas misturas.

Parte 2

Um método em busca de um campo

Cultura da memória na década perdida

Silêncio que ninguém ouviu

Na parte anterior deste estudo, já vimos que intelectuais de áreas distintas do conhecimento saudaram a história oral como um método interessante para a coleta de depoimentos, e abriram caminho para a percepção de suas implicações para além do nível do método. Em vez de ser apreciada como um simples conjunto de técnicas trazendo água a moinhos firmes, a história oral colocou indagações que insinuaram a necessidade de transcendência dos limites de campos disciplinares. O entendimento da dinâmica da memória, das forças em jogo na situação de entrevista, dos bons e maus usos possíveis da fonte oral, de suas feições e singularidades, de suas potencialidades analíticas e apresentativas, exigiu um instrumental que uma única área dificilmente poderia fornecer. As divisões do saber então vigentes (diretrizes para a organização do sistema intelectual como um todo, em suas dimensões mais concretas como a de congressos, conferências e revistas) não facilitava diálogos transversais. Uma busca mais programada por esse contato se deu à medida que a própria área de estudos se expandiu – um fenômeno iniciado na década de 1980.

Assim como as revisitações da trajetória do campo da história oral colocaram outras matrizes do campo praticamente à sombra, em decorrência da ênfase na *oral history*, os anos 1980 poderiam sido entendidos quase como uma década silenciosa, como um momento de tímida fermentação de manifestações que só seriam visíveis na década seguinte: a que abrigou o chamado “boom da história oral” no Brasil, simbolizado na criação, em 1994, da Associação Brasileira de História Oral. Entretanto, foi precisamente ao longo dos anos 1980 que a história oral assentou-se como um método de pesquisa a ser

empregado de forma programada – e, mais do que isso, discutido, especialmente no território dos sociólogos e historiadores. Foi nesta década que uma segunda geração de pesquisadores surgiu, lançando mão dos diferentes recursos experimentados e legados como as matrizes identificadas na primeira parte deste estudo.

A ênfase metodológica e procedimental da Sociologia; a atenção à memória, à linguagem e à sensibilidade oferecidas pela Psicologia Social; a vocação política e socializante da história oral pública; os cuidados técnicos e a visão de longo prazo da *oral history* – essas matrizes são deglutidas por novas figuras que propõem novas misturas. Além do caldo intelectual nacional, essa geração tem acesso, também, a mais experiências originadas no exterior. Por meio de descobertas, interesses e possibilidades pessoais – raramente por caminhos institucionalizados –, eles assimilam tendências criadas ou espargidas por autores como Daniel Bertaux, Paul Thompson, Daphne Patai ou Michael Pollak: uma gama de textos estrangeiros, enfim, que precede a literatura internacional divulgada nos anos 1990 para públicos mais amplos e acompanhando de perto as tendências internacionais.

Em termos numéricos, trata-se de um grupo de pesquisadores sensivelmente maior – mas ainda assim revolvidos em torno de uma seleção de nomes que, nos anos 1990, fundaram a Associação Brasileira de História Oral e se consagraram como referências da área. Não raro, aliás, estes serão apontados (por si mesmos, inclusive) como desbravadores, embora já tivessem recebido um legado considerável daqueles que os precederam. O “boom” dos anos 1990, portanto, deve ser entendido principalmente como o momento de conformação de um *campo* para a história oral, mais do que como o período em que ele efervesceu como *método* (seu emprego em diferentes disciplinas) e *metodologia* (a discussão sobre o método).

É claro que muito da percepção de um silêncio em relação à história oral nos anos 1980 pode estar relacionado ao fato real de que na primeira metade daquela década o país estava ainda sob a égide de um governo que, embora já muito diferente do que esteve em vigor nos chamados anos de chumbo, estava maculado pelo seu passado autoritário e repressor, pelo controle e censura das artes e da intelectualidade. Tornou-se lugar comum afirmar que a história oral tem a democracia como condição necessária para sua existência – e, embora isso não seja verdade em sentido estrito (por exemplo, muitas iniciativas

floresceram mesmo durante a ditadura), ela certamente se beneficia de ambientes nos quais a liberdade de expressão é assegurada.

Embora seja certo que a ditadura militar brasileira impôs-se sobre o conhecimento em Ciências Sociais produzido no Brasil¹, pesquisa e produção intelectual continuaram, de uma forma ou de outra, sendo levadas a cabo. A história oral não fugiu à regra, mostrando que a situação era mais complexa do que uma simples equivalência entre ditadura militar e impossibilidade de gravar entrevistas. A ditadura militar, afinal, não impediu que Ecléa Bosi registrasse a memória de seus velhos narradores; tampouco que os programas de história oral da Fundação Getúlio Vargas ou da Universidade Federal de Santa Catarina fossem criados – embora, logicamente, impactados pelo contexto político.

Pois foi exatamente ao longo dos anos 1980 que a atmosfera começou a melhorar, oferecendo mais canais de realização para a história oral especialmente após a metade daquela década. Ao fim da ditadura militar correspondeu uma presença cada vez maior da memória na agenda pública brasileira, contribuindo para a expansão do espaço da história oral. O encerramento do regime é o ponto de culminação de um processo que teve outro momento importante em 1979, com a promulgação da Lei da Anistia – momento atrelado, como já vimos, ao aparecimento de um número significativo de publicações de cunho testemunhal.

Foi de forma distinta do que ocorreu em outros países na América Latina, porém, que ocorreu o ingresso da memória na agenda pública brasileira – situação que tem sido discutida por vários analistas.² Ela entrou na agenda pública de maneira mais sutil do que dão a entender autores como Eugenia Meyer (por exemplo, quando afirmou que, com o fim da ditadura militar, a história oral no Brasil adquiriu “uma dimensão fundamental – a do ‘grande denunciador’”, assim como ocorreu com os vizinhos latinos; dimensão vista

¹ Na interpretação de José Roberto do Amaral Lapa após uma ampla pesquisa empírica, menos por imprimir sua marca ideológica na produção acadêmica do período e mais por limitar realizações, inclusive fechando departamentos e áreas de estudo. Tiveram efeito, sobre o ambiente acadêmico, as diversas ações do sistema repressivo do Estado: cassações, aposentadorias compulsórias, prisões, censura a publicações, por exemplo. Ver: Lapa, J. R. A. **História e historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

² Ver, por exemplo: Heymann, L. **O ‘devoir de mémoire’ na França contemporânea: Entre a memória, história, legislação e direitos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1685.pdf. Acessado em 10 abr. 2013.

como se opondo às “distorções da história política”) (Meyer, 1996, p. 345)³ ou José Carlos Sebe Bom Meihy (quando afirma que a história oral brasileira emergiu “com espantosa força” após a abertura política) (1997, p. 4).⁴ Na realidade, tanto a reconfiguração da história oral em um ambiente democrático quanto esse próprio ambiente democrático foram modificados de maneira mais nuançada.⁵

Um acontecimento significativo no reforço do signo-memória na década de 1980 parece ter sido a publicação de *Brasil: Nunca mais*, lançado em 1985 pela editora Vozes com o patrocínio da Arquidiocese de São Paulo.⁶ Inspirado no chileno *Nunca más* — que resultou do trabalho, no Chile, da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas —, o livro brasileiro consistia em um resumo de um relatório de milhares de páginas preparado entre 1979 e 1984, com documentos e depoimentos sobre a tortura e a violência contra pessoas que lutaram contra a ditadura militar. Com dezenas de tiragens e uma continuidade⁷, o livro tornou-se uma referência para o entendimento da memória do período militar. Não é à toa que, mais tarde, em 2012, no momento em que a Comissão da Verdade começava seus trabalhos no Brasil, anunciava-se a digitalização e a

³ Meyer, E. “Oral History in the Mexico and the Caribbean” [1990]. In: Dunaway, D. K.; Baum, W. K. (org.) **Oral History: An Interdisciplinary Anthology**. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996. p. 343-50.

⁴ Meihy, J. C. S. B. “Apresentação”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **História oral de família**. São Paulo: CEDHAL, 1997. p. 2-6.

⁵ Este não é o assunto da tese; portanto, não cabe nos aprofundarmos na questão. De qualquer forma, como tem sido amplamente discutido, o que houve de específico no caso do brasileiro foi que a chamada Lei da Anistia consistiu em um perdão do Estado aos cidadãos punidos por crimes políticos, mas também aos agentes do Estado que cometeram violências — medida necessária para a condução de uma abertura pacífica. Nesse sentido, as reivindicações pela abertura foram atendidas (ainda que frustrando a expectativa de quem lutava por eleições diretas já em 1985, quando Tancredo Neves foi eleito pelo congresso) de modo a anular as possibilidades de uma luta memorialística — ou, pelo menos, de torná-la menos premente. Ela só teve lugar tempos depois, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, mas tomando forma especialmente no governo de Dilma Rousseff, com a criação da Comissão Nacional da Verdade e a promulgação da Lei de Acesso à Informação, como veremos posteriormente. De qualquer maneira, mesmo que uma “cultura da memória” não tenha se instalado de maneira vigorosa, o tema entrou em pauta no ambiente de abertura política e retomada dos direitos civis na década de 1980. A título de exemplo, mesmo que modestamente, a Constituição de 1988 atentou para a memória, em seu Artigo 215, tratando do patrimônio cultural e da diversidade cultural brasileira. Ver: Peregrino, M. C. “SPAN/Pró-Memória: Abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio cultural”. **Confluências Culturais**, v. 1, n. 1, p. 85-100, 2012; Calabre, L. **Políticas culturais no Brasil: Dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009; Oliveira, L. M. L. **Cultura é patrimônio: Um guia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

⁶ Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁷ Arns, D. P. E. **Perfil dos atingidos – Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1988.

disponibilização eletrônica da documentação do projeto *Brasil: Nunca mais*.⁸ Enfim, seja em reações imediatas ou como estopim para desdobramentos futuros, a década de 1980 abrigou uma clivagem na cultura da memória no Brasil. Nas palavras de Ana Maria Mauad e Fernando Dumas:

O tema da memória, no bojo do processo de redemocratização da sociedade brasileira dos anos 1980, entrou para a pauta de discussão dos diferentes grupos organizados. Nesse contexto, um amplo espectro de movimentos sociais (negros, mulheres, homossexuais, sem-teto, sem-terra, entre outros), partidos políticos, associações civis, etc., voltaram-se para a organização de suas memórias. Multiplicaram-se casas, centros, institutos, consubstanciando-se, ao longo desses trinta anos, aquilo que Pierre Nora chamou de memória-dever (...). Esta preocupação denotava claramente o papel desempenhado pela apropriação do passado na construção das identidades sociais. E, paralelamente, refletia a salutar emergência da consciência política, ao mesmo tempo em que organizava e conservava indicadores empíricos, preciosos para o conhecimento de fenômenos relevantes e merecedores de uma análise histórica mais detida. (Mauad & Dumas, 2011, p. 87)⁹

Outros elementos, além dos imediatamente políticos, concorreram para oferecer à história oral um leito confortável. Como escreveu Marieta de Moraes Ferreira,

Ainda que esse novo campo de trabalho despertasse, na época, pouco interesse e, em alguns casos, fortes resistências, a possibilidade de sua afirmação pode ser explicada a partir da abertura de novos centros de pesquisa e programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Esse processo, iniciado ainda nos anos 70, de uma forma ou de outra, abriu espaço para a introdução de novas práticas de pesquisa. (Ferreira, 1994, p. 10)¹⁰

De fato, foi com as políticas do governo Geisel – entendendo o desenvolvimento científico e tecnológico de maneira mais ampla, como condição para o desenvolvimento econômico do país – que um sistema de pós-graduação começou a se estruturar nacionalmente, graças à criação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) voltados a organizar o crescimento do ensino neste nível, a fortalecer centros de pesquisa e produção científica, a aperfeiçoar a formação dos pesquisadores e professores. O primeiro

⁸ “*Brasil: Nunca Mais* on-line”. **Pesquisa Fapesp**, v. 196, p. 72, jun. 2012.

⁹ Mauad, A. M.; Dumas, F. “Fontes orais e visuais na pesquisa histórica”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 81-95.

¹⁰ Ferreira, M. M. “Introdução”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-17.

desses planos – instituído pelo Ministério da Educação e da Cultura em 1974, entrando em vigor no ano seguinte – visava expandir a rede de pós-graduação no Brasil, sendo bastante bem sucedido: em 1970, existiam 57 programas de doutorado no país; quinze anos depois, eram mais de 300 cursos de doutorado e 800 de mestrado, 90% deles em universidades públicas.¹¹

A significativa ampliação de programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa foi acompanhada por outras medidas transformadoras: a partir da segunda metade dos anos 1970, as ciências humanas e sociais tornaram-se elegíveis para concorrer a recursos de pesquisa do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.¹² O orçamento desse fundo, do CNPq e da Capes, diminuiu entre 1980 e 1984, mas voltou a crescer nos anos seguintes, somando-se ainda ao aumento na quantidade de bolsas oferecidas a partir de 1987 e à evolução de seus valores.¹³ Ao mesmo tempo, porém, a ampliação do número de bolsas oferecidas não era acompanhada por um aperfeiçoamento na infraestrutura das universidades federais. Carvalho da Silva alertava para os problemas da situação: “corre-se sério risco de que o investimento na formação de pesquisadores seja pouco produtivo porque não se oferecem condições adequadas para o trabalho” (op. cit., p. 175).

Isso também pode ajudar a explicar porque, no caso específico da história oral, o tipo de trabalho que floresceu na segunda metade dos anos 1980 esteve mais ligado a iniciativas individuais – de professores e pesquisadores, muitas vezes em suas pesquisas de mestrado e doutorado –, algumas vezes assumidas por grupos, do que a grandes

¹¹ O projeto visava qualificar os professores e estudantes, bem como articular a pós-graduação às demais atividades universitárias. Em 1982, foi elaborado o II Plano Nacional de Pós-Graduação, que vigorou até 1985, voltado à consolidação dos programas de pós-graduação e ao aumento de qualidade. O III Plano, de 1986 a 1989, enfatizava a institucionalização e ampliação da pesquisa, objetando a inserção do Brasil na comunidade científica internacional. Para interpretações do PNPG e leituras da história do sistema de pós-graduação no Brasil, ver: Hostins, R. C. L. “Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-Graduação brasileira”. **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 133-60, 2006; Santos, C. M. “Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil”. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 83, p. 627-41, 2003; Germano, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993; Balachevsky, E. “A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida”. In: Brook, C.; Schwartzman, S. (org.) **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 275-304.

¹² Ferreira, M. M. “La historia oral en Brasil: Un estado de la cuestión”. **Historia y Fuente Oral**, v. 1, n. 13, p. 103-12, 1995.

¹³ Carvalho da Silva, A. “O financiamento da pesquisa na universidade pública”. In: Velloso, J. (org.) **Universidade pública: Política, desempenho, perspectivas**. São Paulo: Papirus, 1991. p. 161-76.

programas e arquivos de depoimentos, que demandariam melhores condições estruturais. Articulações maiores, aliás, quase sempre fracassaram ou tiveram pouca repercussão. Por exemplo: em Salvador, de 7 a 10 de março de 1983, foi realizado o I Seminário de História Oral. Seu intuito primeiro era estabelecer um intercâmbio com outros pesquisadores, que ajudasse os organizadores na realização de um projeto de história oral sobre os bairros de Salvador.¹⁴ Ele também visava uma articulação mais ampla entre pesquisadores e centros de estudo¹⁵ – mas ela não foi muito longe. Essa falta de articulação, enfim, pode estar na raiz da percepção um pouco distorcida sobre a história oral nesse período.

Sobre esse assunto, em um artigo publicado exatamente em 1980, Vera R. Ferreira – então mestrande da Universidade de Brasília que havia frequentado a disciplina de história oral oferecido por Mary Karasch na instituição – afirmou:

Projetos diversos vêm sendo conduzidos por diferentes instituições como agências de pesquisa, museus históricos e departamentos de História em várias universidades. Todavia, a pouca divulgação dos trabalhos em curso está dificultando a indispensável troca de experiência entre as entidades. (Ferreira, 1980, p. 5-6)¹⁶

Antes de listar um conjunto de instituições com atividade na área, ela ressaltou o caráter contingencial da pequena lista, e completou: “Possivelmente, muitos outros centros de estudos, além dos enumerados a seguir, estão realizando trabalhos relevantes na área” (idem, p. 6).

Quase sempre associada a figuras intelectuais em particular, a atenção à história oral ramificou-se de maneira difusa na década de 1980. Em Niterói, no Rio de Janeiro, em 1982, Ismênia de Lima Martins criou o Laboratório de História Oral e Iconografia (LABHOI), que todavia só mais tarde se tornaria um centro importante de produção e pesquisa sobre o tema. Na Paraíba, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba levou a cabo seu próprio setor de história

¹⁴ O evento foi organizado por Tania Risério d’Almeida Gandon e Ubiratan Castro Araújo como uma parceria entre a Universidade Federal da Bahia e a Fundação Cultural do Estado da Bahia.

¹⁵ Ferreira, M. M. “Introdução”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-17.

¹⁶ Ferreira, V. R. “História oral: Origem e expansão de um movimento que se firma no Brasil”. **Arquivo & Administração**, v. 8, n. 2, p. 3-7, 1980.

oral, funcionando em convênio com a Fundação Getúlio Vargas.¹⁷ No Maranhão, 600 pessoas eram entrevistadas em 1982 por Matthias Röhrig Assunção para seu projeto sobre a memória da Balaiada, que se transformaria em livro seis anos depois.¹⁸ No *campus* de Assis da Universidade Estadual Paulista (Unesp), o Centro de Documentação do Departamento de História em 1983 iniciou um arquivo de depoimentos orais sobre a história do Vale do Paranapanema.¹⁹ Na Universidade Federal do Ceará, o Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC) realizou e armazenou, a partir do mesmo ano, entrevistas de história oral com lideranças políticas, sindicais, comunitárias e industriais locais, que serviram de base para publicações.²⁰ Em Maringá, a prefeitura municipal implementou em 1984 o Projeto Memória, voltado a reunir histórias orais dos primeiros ocupantes da cidade com a finalidade de produzir material didático e gerar um acervo aberto ao público.²¹ Na Capital do Estado de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica assistiu à implementação de um setor audiovisual e de documentação oral dentro de seu Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica.²² A partir de 1986, sob direção de Yara Aun Khoury, seu Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP) ganhou novo fôlego. Na Bahia, Tânia Risério levou adiante projetos de história oral sobre os bairros tradicionais de Salvador e sobre a cidade de Irará; trabalhou pela implementação de um programa de história oral na Universidade Estadual de Feira de Santana; e divulgou amplamente o método através de palestras que incluíam até mesmo sugestões para o uso pedagógico da história oral.²³ Em 1985, foi criado o Centro de Memória da Unicamp (CMU), liderado pelo professor José Roberto Amaral Lapa e voltado à preservação

¹⁷ Neves, J. “Síntese das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – Universidade Federal da Paraíba”. **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 5, p. 7-9, 1983.

¹⁸ Assunção, M. R. **A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luiz: Sioge, 1988.

¹⁹ Corrêa, A. M. M. “Curso de Pós-Graduação de História da América Latina”. **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 5, p. 55-60, 1983.

²⁰ NUDOC. **Catálogo Memória de história oral: Catálogo de depoimentos**. Fortaleza: NUDOC/UFC, 1987.

²¹ Gonçalves, J. H. R. “Trabalhando com fontes orais. Reflexões a partir de uma pesquisa em andamento: ‘Caboclos’ e ‘pioneiros’ em Maringá, 1937-1953”. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, ano 4, n. 3, p. 1-33, 1991.

²² Khoury, Y. A. “O Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Pontifícia Universidade de São Paulo”. **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 5, p. 51-4, 1983.

²³ Ver os livros: Gandon, T. R. A. (org.) **O Rio Vermelho e suas tradições: Memórias de Licídio Lopes**. Salvador: FACEBa, 1984; Gandon, T. R. A. (org.) **Rio Vermelho**. Salvador: Projeto História dos Bairros de Salvador/FACEBa, 1986.

histórica de Campinas e região, focalizando a história oral um pouco mais tarde.²⁴ No Rio de Janeiro, um programa de história oral surgiu em concomitância com as atividades da Casa de Oswaldo Cruz, para estudar a história da saúde e das ciências biomédicas no Brasil.²⁵ Em Brasília, o Arquivo Nacional criou em 1987 seu programa de história oral, coletando quase 300 depoimentos dos chamados “pioneiros da cidade”, gravando depoimentos de pessoas como Athos Bulcão e Oscar Niemeyer e dos chamados “candangos” que trabalharam na construção da cidade.²⁶ Dois anos depois, também na capital do país, a Câmara dos Deputados criou seu Núcleo de História Oral.²⁷

Em encontros científicos, a história oral começava a aparecer, sendo cada vez mais presente, por exemplo, nos encontros da Associação Nacional de Professores Universitários de História, hoje Associação Nacional de História, a ANPUH.²⁸ Muito do impulso para a formação de centros de memória, como um todo, tinha sido dado por essa mesma associação, que em 1982 organizou em Campinas, durante a 34ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Encontro de Documentação e Pesquisa Histórica. Até quando não se trata de iniciativas concretas o olhar fica cada vez mais voltado à história oral. Em um noticiário publicado na primeira edição da *Revista Brasileira de História*, o comentário sobre o XV Congresso Internacional de Ciências Históricas de Bucareste enfatiza a história oral, comentando a atenção ao seu uso em

²⁴ Park, M. B. “Lugares e funções da memória”. In: Miranda, D. S. (org.) **Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC-SP, 2007. p. 215-34.

²⁵ Fernandes, T. M. D. “A história oral na Casa de Oswaldo Cruz”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 46-8.

²⁶ Ribeiro, D. “Brasília pela voz dos pioneiros”. **Escola Livre de Jornalismo**. Disponível em: www.escolalivredejornalismo.com.br/?page_id=136. Acessado em: 10 abr. 2013.

²⁷ “Introdução”. Câmara dos Deputados. **Contos da Câmara: Depoimentos de servidores nos 180 anos do Legislativo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. p. 15-6.

²⁸ Entre outros trabalhos, ver: Andrade, M. A. A. “A história oral como técnica para a formação de um acervo histórico”. **XI Simpósio Nacional de História**. João Pessoa, 19 a 24 de julho de 1981; Freitas, A. F. G.; Rocha, A. L. B. C.; Mello, M. A. G. M. “O Sertão da Bahia: Aproximações para análise da sua formação histórica”; Félix, L. O. “Caudilhismo e coronelismo no RS: O caso dos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões”; Stotz, E. N.; Silva, J. L. F. W.; Cardoso, M. H. C. A. “A República de 1950 a 1956: Memória social e história – um tempo de três repúblicas”. **XIII Simpósio Nacional de História – Sociedade e Trabalho na História**. Curitiba, 21 a 26 de julho de 1985.

escolas secundárias, ao seu potencial de contraposição à “história colonialista”, à necessidade de crítica das fontes orais para o conhecimento histórico.²⁹

O florescimento da história oral nos anos 1980 acompanhou, aliás, um movimento mais ou menos universal, que ia além das fronteiras do país e dos tentáculos do próprio método, atingindo a área mais amplamente recoberta pelo título de estudos da memória. “Aparecendo nos anos 1980 e alcançando uma espécie de pico em meados dos anos 1990, a memória invadiu uma ampla variedade de campos, muitas vezes na companhia de sua gêmea má, a amnésia” (Megill, 2007, p. 42), escreveu Allan Megill ao analisar a onda de memória [*memory wave*] que penetra na cultura contemporânea e, não por coincidência, indicando as balizas da onda da história oral no Brasil.³⁰ Internacionalmente, foi também nos anos 1980 que a história oral tornou-se um movimento mais universitário, entronizando-se no ambiente acadêmico e reforçando seu estofo teórico e conceitual. Depois de Paul Thompson, que muito fez por essa universitarização com seu livro *The Voice of the Past*, de 1978, ganhou-se a companhia de outros pesquisadores principalmente europeus, como a espanhola Mercedes Vilanova, o alemão Lutz Niethammer e o francês Philippe Joutard, que em 1983 publicou o conhecido *Ces voix qui nous viennent du passé*³¹, considerado uma evolução em relação à obra de Thompson no que diz respeito à consideração dos efeitos da memória no trabalho com história oral. Mas quem tomou conta da cena foram os italianos Alessandro Portelli e Luisa Passerini, especialmente à medida que seus trabalhos ganhavam edições não só na língua de Dante, mas também na de Walt Whitman: Portelli, nas palavras de Mercedes Vilanova, “o mais imaginativo de todos os historiadores orais, (...) um astuto encantador de serpentes e um magnífico contador de histórias”³²; Passerini, na leitura paradigmática de Richard Cándida Smith,

²⁹ Farina, R.; Portal, M. G. A. “O XV Congresso Internacional de Ciências Históricas (Bucareste, 10-17 agosto 1980)”. *Revista Brasileira de História*, v. 1, n. 1, p. 131-3, 1981.

³⁰ Megill, A. *Historical Knowledge, Historical Error: A Contemporary Guide to Practice*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2007.

³¹ Joutard, P. *Ces voix qui nous viennent du passé*. Paris: Hachette, 1983.

³² Vilanova, M. “XII Conferencia Internacional de Historia Oral: Conclusiones”. *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, v. 28, p. 165-8, 2002.

inventora de um modelo de análise para narrativas orais que é interdisciplinar, sofisticado e desafiador.³³

Muito desse avanço se deu como benefício de mudanças nos campos intelectuais com que a história oral se relaciona, é claro. Nas Ciências Sociais, inovadores métodos qualitativos de pesquisa começaram a se espargir em escala mundial.³⁴ Na Psicologia, tanto o behaviorismo quanto o cognitivismo cediam espaço para abordagens da memória humana e o estudo da rememoração narrativa.³⁵ Nos estudos da cultura, Jan Assmann e Aleida Assmann inauguravam suas investigações sobre a memória cultural e comunicacional. Na História – e particularmente na historiografia francesa, de influência preponderante no Brasil – a memória ganhava destaque graças à contagiante ideia dos “lugares de memória” de Pierre Nora e ao crescente interesse pela história do tempo presente. “Assiste-se atualmente na França a uma profusão e publicação de biografias de personagens históricos, de homens políticos, de memórias de *récit* de vidas” (1986, p. 234)³⁶, escreveu Helenice Rodrigues da Silva em 1986, completando:

A palavra ‘memória’ volta à tona, de uma maneira sistemática, no universo das mídias francesas nestes últimos meses. (...) A história oral (um novo instrumento da história do presente) trabalha sobre a memória, ocupando-se da reprodução de uma espécie do real, das representações e da realidade a partir de registros de testemunhos e de narração do ‘vivido’. (idem, p. 235)

No Brasil, a atenção ao presente, à memória, à oralidade, se encontrava com a busca por novos modelos teóricos capazes de abrigar novos atores sociais – os novos personagens que entram em cena, para usar os famosos termos de Emir Sader³⁷, geralmente aqueles tradicionalmente entendidos como oprimidos – e levar conta sua subjetividade – sua capacidade decisória, seu protagonismo histórico –, potencializando

³³ Cândida Smith, R. “Popular memory and oral narratives: Luisa Passerini’s reading of oral history interviews”. **Oral History Review**, v. 16, n. 2, p. 95-107, 1988.

³⁴ Em 1980, por exemplo, é publicado no Brasil o influente livro: Thiollent, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

³⁵ Straub, J. “Psychology, narrative, and cultural memory: Past and present”. In: Erll, A.; Nünning, A. (org.) **A Companion to Cultural Memory Studies**. Berlin/New York: De Gruyter, 2010. p. 215-28.

³⁶ Silva, H. R. “Novas tendências na historiografia francesa nos anos 80”. **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12, p. 231-8, 1986.

³⁷ Sader, E. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1978-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ainda sua visibilidade. Na leitura de Angela de Castro Gomes sobre a historiografia do pós-1980,

o que une todos esses estudos que retomam as relações sociais de dominação no mundo do trabalho é o fato de sustentarem que os trabalhadores (...) são sujeitos de sua própria história (...). A partir daí, a agenda que se coloca para a pesquisa histórica é fantástica, o que é corroborado tanto pelo tipo de fontes então descobertas e utilizadas quanto pelo tipo de questões formuladas. (Gomes, 2004, p. 160-1)³⁸

A paisagem que os novos praticantes de história oral surgidos na década de 1980 viam à sua frente era, enfim, repleta de desafios. O ambiente político e cultural e as estruturas acadêmicas em que eles estavam imersos eram sensivelmente distintos daqueles encontrados por seus predecessores. Mas a própria existência desses predecessores – eles sim, experimentadores quase em estado puro – os municiava com modelos, possibilidades e fórmulas com resultados mais ou menos antecipáveis. Essa nova geração dispôs de matrizes de pesquisa passíveis de serem manejadas e mescladas (entre si e com outros conjuntos de saber buscado em diferentes campos disciplinares ou no mercado internacional de ideias sobre história oral) conforme as necessidades colocadas por novos trabalhos.

O gravador e a perspectiva sociológica

Duas das matrizes de nossa história oral tiveram continuidade direta nos anos 1980: a sociológica, derivada do trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que reintroduziu os relatos pessoais em seu temário; e a arquivística, que se transformará sensivelmente dentro da própria Fundação Getúlio Vargas, distinguindo-se do modelo de *oral history* de que se originou, incorporando outras referências.

Quando Maria Isaura Pereira de Queiroz cumpriu o projeto idealizado por Roger Bastide e publicou, em 1953, seu texto pioneiro – “História de vida e depoimentos pessoais” – sobre os problemas metodológicos na coleta e na utilização das histórias de vida e dos depoimentos pessoais, esse recurso de pesquisa já estava perdendo força no

³⁸ Gomes, A. M. C. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980”. **Estudos Históricos**, v. 34, p. 157-86, 2004.

panorama sociológico internacional. Em seu lugar, ascendia uma sociologia inspirada em modelos cientificistas, que passou a privilegiar os métodos quantitativos de pesquisa, como a estatística. Nessa ótica, eles eram mais objetivos, seguros e confiáveis, aproximando-se das ciências exatas em questões como a mensuração, a abstração, a objetividade.³⁹

Mesmo que por motivos bem diferentes, a trajetória da própria autora mimetizou essa desatenção às histórias de vida. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, Queiroz escreveu, organizou e traduziu livros e artigos, no Brasil e no exterior.⁴⁰ Suas reflexões autorais de cunho teórico e metodológico, entretanto, arrefeceram; especialmente no que diz respeito aos relatos orais, foram retomadas de forma sistemática apenas a partir da década de 1980, quando coube às Ciências Sociais adensar a reflexão teórica sobre história oral em nosso país.

Queiroz foi uma das principais idealizadoras de um espaço universitário vocacionado essencialmente ao estímulo à pesquisa – algo bastante arrojado diante do cenário institucional e político em que se colocava – e que mais tarde se configuraria como um importante polo de produção em história oral na cidade de São Paulo. Criado no ano de 1964, o Centro de Estudos Rurais e Urbanos, conhecido pela sigla CERU, repousava numa linhagem recessiva que durante os trinta anos de história da USP tinha se esgueirado para promover investigações e reflexões sobre as técnicas de pesquisa de campo.⁴¹ Para Queiroz (1995)⁴², a estrutura de ensino dos primeiros tempos da

³⁹ Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2005.

⁴⁰ Nesse meio tempo, ela tratou de vários aspectos da cultura brasileira, produzindo trabalhos de referência em muitas áreas: o futebol, as artes, a religiosidade, as relações familiares, as classes sociais, os movimentos geográficos, a raça, a educação, a política, entre outras. Sempre cultivou e valorizou as técnicas qualitativas de pesquisa.

⁴¹ A fim de escapar da subordinação às estruturas universitárias, o CERU foi juridicamente constituído como uma sociedade civil sem fins lucrativos. Assim, manteve-se numa rara situação de semi-independência em relação à própria USP: tinha nela sua sede, mas não respondia, enquanto coletivo, a departamentos, a colegiados ou à reitoria; não possuía dotação orçamentária, mas angariava apoios e parcerias internas e externas para a realização de pesquisas e publicações; integrava professores e alunos de cursos regulares, especialmente os que se vinculavam à sociologia rural, mas era hostilizado por parte significativa do corpo docente. Com ata de fundação datada de 28 de fevereiro de 1964 e registrada em cartório em 5 de abril de 1964 (poucos dias após o golpe militar, note-se), o agrupamento intitulou-se inicialmente “Centro de Estudos Rurais”, adotando quatro anos depois o nome pelo qual é hoje conhecido.

universidade vinha seguindo a trilha de instituições americanas e europeias na medida em que a ênfase numa formação teórica e cultural sólida e ampla minimizava a preocupação com o treinamento de pesquisa de campo e coleta de dados. À luz da teoria, elas poderiam, então, ser feitas “intuitivamente”.⁴³

A criação do CERU respondeu a essa lacuna, e conquistas louváveis somaram-se à sua trajetória: desde seus primeiros anos, consultorias e pesquisas foram-lhe encomendadas por secretarias e órgãos públicos; já em 1968, foram criados os *Cadernos CERU*, publicação editada até hoje; a realização de cursos e seminários foi sempre frequente, com destaque para os encontros anuais de estudos rurais e urbanos, que alcançaram sua 40ª edição em 2013; a criação da série de livros *Textos*, em 1981. E, embora o centro não seja exclusivamente voltado à história oral, ele muito fez por sua discussão, colocando-o no centro dos debates sobre métodos qualitativos de pesquisa.

Foi nos anos 1980 que a parcela da comunidade acadêmica internacional do campo da Sociologia que utilizava histórias de vida começou a se aproximar da chamada *oral history* (Bertaux & Kohli, 1984)⁴⁴: uma aproximação entre os termos “história de vida” e “história oral”, mas também da área e do conjunto de conhecimentos que, sob o rótulo “história oral”, vinha sendo acumulado. No Brasil, essa aproximação foi feita quando do retorno de Queiroz à reflexão sobre o universo dos relatos orais, catapultado pelo projeto de pesquisa “São Paulo, 1920-1937: Depoimentos de trabalhadores de baixos recursos”, desenvolvido em 1981 e 1982 com mais quatro pesquisadoras em formação que haviam

⁴² Queiroz, M. I. P. “O CERU faz trinta anos: Primeiros tempos”. **Cadernos CERU**, série 2, n. 6, p. 11-31, 1995.

⁴³ A fundação do CERU teria vindo responder às inquietações partilhadas por um conjunto de professores diante desse cenário. Quando da comemoração dos trinta anos do centro, Eva Blay as apontou: “Faltava a pesquisa de campo integrada ao ensino teórico, faltava dar ao aluno a experiência de fazer uma pesquisa em todas as suas etapas (desde a elaboração teórica, a construção dos instrumentos de investigação, a própria investigação, a análise dos resultados, e a visão teórico-crítica do conjunto obtido). Faltavam oportunidades em que jovens estudantes se encontrassem com experientes mestres para discutir seus projetos. Faltava um encontro em que experientes trabalhadores das ciências humanas pudessem trocar suas ideias, em profundidade e em português. Faltava divulgação, crítica construtiva. Faltavam publicações” (1995, p.10). Ver: Blay, E. A. “CERU: 30 anos”. **Cadernos CERU**, n. 6, série 2, 1995. p. 9-10.

⁴⁴ Bertaux, D.; Kohli, M. “The life story approach: A continental view”. **Annual Review of Sociology**, v. 10, p. 215-37, 1984.

frequentado um curso oferecido por ela em 1980: Antonia Alves de Oliveira⁴⁵, Dirce Spedo Rodrigues⁴⁶, Maria Lucia Pereira e Viviane Galisteu Maceron.⁴⁷

O projeto de pesquisa (voltado à coleta e análise de histórias de vida de pessoas de baixa renda que eram jovens no período considerado) reproduzido como anexo no livro *Variações sobre a técnica do gravador no registro da voz viva*, repete o equilíbrio entre as questões de ordem temática e as teórico-metodológicas. Mas logo no segundo parágrafo temos notícia do impacto da leitura de uma obra então recente sobre a socióloga:

Queremos destacar, porém, um trabalho recente que foge ao que comumente tem sido feito, por utilizar uma técnica ainda muito pouco empregada, seja em sociologia, seja em psicologia social, seja em história, embora muito conhecida dos antropólogos culturais: a coleta de histórias de vida e depoimentos pessoais. Trata-se do livro de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: Lembranças de velhos* (...), o qual vem demonstrar que uma massa de histórias vivas estão se perdendo todos os dias por não serem registradas. E, mais ainda, não estão sendo utilizadas como fontes pelas ciências humanas. (Queiroz, 1991 [1983], p. 133)⁴⁸

O fato de Queiroz utilizar a obra de Bosi como baliza diferencial – a exemplo do que fez com a Psicologia, de modo genérico, no seu texto de 1953 – e de fazer reparos, por exemplo, ao fato de o material não ter sido suficientemente analisado⁴⁹, não a impede de reconhecer que se tratava de uma “inestimável contribuição” (idem, p. 138) e de apreciar e comentar seu método, as características de seus “informantes”, os temas e

⁴⁵ Estudante do curso de História da USP de 1979 a 1984, Antonia Alves de Oliveira foi uma das autoras do livro *Os nordestinos em São Paulo: Depoimentos*, obra ligada à pastoral universitária e ao Centro de Estudos Migratórios que reuniu entrevistas com onze trabalhadores migrantes originários da cidade do sertão baiano de Ibirá.

⁴⁶ Juntamente com Cláudia Pereira Vianna, ela publicou em 1989 o livro *Eu, ex-menor abandonado* (Loyola, 1989), da Coleção Pedra de Toque, com o depoimento de José, então aluno de um curso noturno que as autoras conheceram em uma pesquisa. Rodrigues, cursando o mestrado em Educação, seguiu utilizando relatos orais. O título de sua dissertação, defendida na Universidade de São Paulo em 2011, é *O ensino médio como fator de empregabilidade entre jovens das camadas populares, por meio de depoimentos pessoais*.

⁴⁷ Queiroz, M. I. P. “1920-1937: Depoimentos de trabalhadores de baixos recursos”. *Cadernos CERU*, v. 15, p. 207-28, 1981.

⁴⁸ Queiroz, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva** [1983]. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

⁴⁹ Queiroz escreveu, por exemplo, que “na maioria dos trabalhos conhecidos que lidam com histórias de vida e com depoimentos gravados, o material não foi em seguida analisado. Na própria obra, a tantos aspectos admirável, de Ecléa Bosi, não foi utilizado este tipo de aproveitamento”, sugerindo que isso denota que os próprios pesquisadores, autores desses trabalhos, considerassem que “o aproveitamento destes documentos só seria possível com a conservação integral de forma e conteúdo”. Ver: Queiroz, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

períodos mais abordados por eles. Ao citar sua colega, a socióloga posiciona-se em relação à sua obra e a integra numa malha discursiva comum, à qual Queiroz agrega outra referência, desta vez estrangeira: *Os filhos de Sanchez*, do antropólogo cultural Oscar Lewis, publicado pela primeira vez em 1961 e que sucedia outro livro do criador do conceito da “cultura da pobreza”: *Antropología de la pobreza: Cinco familias*. Com a menção a Lewis, Queiroz traz à baila o reconhecimento da interferência das condições concretas de pesquisa sobre o trabalho intelectual, e de sua consubstanciação em um equipamento que se tornará caro a ela: o gravador.⁵⁰

A introdução deste equipamento na prática de pesquisa da socióloga de certo modo a aproximou da matriz da *oral history* em suas preocupações técnicas e tecnológicas. Ao mesmo tempo – embora soasse como uma incorporação mais ou menos natural da eletrônica na pesquisa acadêmica –, exigiu toda uma reflexão a respeito de seu significado. Ao republicar seu texto de 1953, Queiroz incluiu, no segmento em que menciona a necessidade de ter anotado o que sua narradora falava, uma nota de rodapé: “Esta história de vida foi colhida em 1951, antes da vigência do gravador” (idem, p. 162). Aos olhos de Queiroz, a introdução de elementos tecnológicos na pesquisa era bem vinda, como se dada pela ordem natural das coisas. Juntas, a própria existência e a singeleza de sua nota sugerem o entendimento da introdução da tecnologia como uma superação progressiva de etapas, como a facilitação crescente para a realização de um projeto intelectual já delineado, mas facilitado pela técnica. Veja-se, por exemplo, o comentário dela a respeito do trabalho de Lewis:

E sem dúvida a obra de Oscar Lewis, *Os filhos de Sanchez*, realizada graças ao gravador e reunindo um conjunto de histórias de vida dentro de uma mesma família mexicana, marca o início de uma nova era no emprego deste método de trabalho; não era “uma” história de vida que se colhia, e sim várias. O gravador permitiu dissociar em dois tempos a coleta (a gravação, a

⁵⁰ As referências de Queiroz são apenas Ecléa Bosi e Oscar Lewis, além do livro *L'enfance ailleurs: Mémoires juives*, publicado em 1980 e com pouca repercussão, de autoria de Fernande Schulmann – cujo contato com o Brasil devia-se ao fato de ter sido casada com o antropólogo Alfred Métraux, que trabalhava na Unesco quando a instituição patrocinou as pesquisas e publicações de Florestan Fernandes e Roger Bastide, entre outros, nos anos 1950. É possível que a menção ao trabalho de Schulmann resulte de algum tipo de contato direto entre Queiroz e Schulmann, já que a obra mencionada teve quase nenhuma ressonância no campo da história oral, dentro ou fora do Brasil.

datilografia), permitindo maior rapidez e maior aprofundamento da mesma, e consequentemente da análise.⁵¹

Curiosamente, a figura do gravador é tão realçada por Queiroz a ponto de compor o extravagante título de *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva* – o qual, no ano de 1983, devia ser pouco atraente para qualquer pesquisador das humanidades e das ciências sociais, exceto por ser acompanhado do nome da autora. “Técnica de gravador” e “informação viva” não eram expressões imediatamente claras nem povoavam o mesmo terreno vocabular que outras já bem difundidas na época, como “história oral”, “relatos orais”, “histórias de vida”, “depoimentos pessoais”. Seja como for, ao falar da “técnica do gravador” a autora chega a exibir certo grau de fascínio com o equipamento. Embora ela própria tenha alertado a respeito dos limites desse fascínio, ostentava grande entusiasmo com o aparelho que veio resolver alguns dos problemas apontados em seu texto de trinta anos antes: o registro seria melhor, mais completo, passível de gerar transcrições com maior acurácia (embora elas perdessem em expressividade, em comparação à gravação mesma); mais informações estariam à disposição.

A ênfase oferecida por Queiroz ao gravador parece estar ligada tanto à sua prática de pesquisa quanto à influência daquilo que estava lendo. Para Oscar Lewis, por exemplo, o gravador era o emblema de que a fala do outro não estaria maculada pelos limites da rememoração do pesquisador (desonerado de anotá-la) e pela influência do intervalo de tempo entre a narração e o registro. Na edição de 1967 de seu livro *Los hijos de Sánchez*, a folha de ficha técnica indica, em uma visão inocente: “Os textos são reprodução de gravações diretas e versões taquigráficas” (Lewis, 1967, s/p).⁵² Queiroz, porém, incorporou a preocupação do autor sem incorporar sua intenção: o projeto dela nunca foi o de oferecer ao leitor as entrevistas na íntegra; o de transmitir, palavra por palavra, aquilo que foi gravado. Em seu caso, o gravador parece funcionar como símbolo da confiabilidade da pesquisa com relatos orais. Se existe uma interferência entre o material gravado e o material conhecido pelo leitor de uma pesquisa, ela estaria no processo de

⁵¹ Queiroz, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

⁵² Lewis, O. **Los hijos de Sánchez**. México: Moritz, 1967.

transcrição das falas – que reintroduziria ao trabalho a “intermediação” que o gravador anulava.

O gravador foi focalizado não apenas na produção intelectual de Queiroz, mas ganhou projeção mais ampla. Em 1985, foi um dos personagens centrais do 12º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, que teve como tema “Som e imagem nas Ciências Sociais: Recursos de análise ou forma de apresentação de resultados?” e enfatizou os desafios técnicos, as inquietações com a gravação sonora – assunto que interessava outros pesquisadores.⁵³ Olga Rodrigues de Moraes von Simson, que coorganizou o evento, relatou quase quinze anos mais tarde:

Para nossa surpresa, o público presente reunia praticamente igual número de cientistas sociais de um lado e de fotógrafos e videastas de outro, possibilitando um frutífero debate sobre a melhor maneira de cientistas e profissionais da imagem interagirem para um trabalho fecundo em Ciências Sociais, que incorpore adequada e eficientemente os recursos audiovisuais. (1999, p. 263)⁵⁴

Em 2010, ao reavaliar a trajetória do CERU, três seguidoras de Queiroz – Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, Maria Christina Siqueira de Souza Campos e Zeila de Brito Fabri Demartini – chegaram a afirmar que “uma das contribuições mais significativas de Queiroz para o desenvolvimento de trabalhos com história oral refere-se ao uso do gravador na coleta de relatos orais” (Lang, Campos & Demartini, 2010, p. 16).⁵⁵ Essa é uma afirmação curiosa: embora a utilização do gravador e o reconhecimento do papel desse instrumento seja importante no trabalho com história oral, indicar as menções ao gravador entre as principais contribuições de Queiroz para a área pode malbaratar o trabalho da própria mestra. Primeiramente, porque Queiroz ofereceu contribuições mais significativas do que essa. Em segundo lugar, porque o uso do aparelho em pesquisas de campo obviamente não foi sua exclusividade ou originalidade – não foram poucos os antropólogos e folcloristas que, bem antes, empregaram o gravador em seus trabalhos.

⁵³ Ver, por exemplo: Soares Neto, C. J. A. “Reflexões sobre o uso de um instrumento tecnológico, o gravador sonoro”. **Educação e Filosofia**, v. 1, n. 1, p. 83-5, 1986.

⁵⁴ von Simson, O. R. M. “Carnaval, pesquisa e a criação de um espaço de reflexão e discussão sobre esse tema no CERU”. In: Kosminsky, E. V. (org.) **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: Ensaio sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Marília/ São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999. p. 253-65.

⁵⁵ Lang, A. B. S. G.; Campos, M. C. S. S.; Demartini, Z. B. F. (org.) **História oral, sociologia e pesquisa: A abordagem do CERU**. São Paulo: Humanitas, 2010.

Por último, porque não parece que havia muito a se falar sobre o gravador, em si (pelo menos no que tange a seu uso na pesquisa sociológica). Sem dúvida ele apareceu como uma novidade tecnológica impactante – mas não havia segredos em sua operação. A utilização técnica do gravador e de seus acessórios é mecânica – e preparar para esse processo não é função de ensaios sobre história oral, mas de manuais de instruções.⁵⁶

A avaliação das três autoras acerca do trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz não se restringe a catalogar seus comentários sobre o gravador como um dos pontos altos de sua obra; ela acompanha um comentário mais refinado sobre o assunto:

Segundo essa pesquisadora, o gravador, produto da transformação tecnológica, não se revelou um instrumento capaz de anular o desvio recorrente da intermediação do pesquisador na captação do real. O poder da máquina não era tão grande quanto se havia suposto (idem, p. 16)

As analistas não informam, porém, de onde vinham tais suposições; quem atribuía ao aparelho tamanho poder, incluindo o de objetificar as relações entre dois sujeitos, e com base em que argumentos.

O gravador afluiu ainda como assunto para os textos de outros pesquisadores do CERU, como Zeila Demartini, que em 1988 dedicou todo um parágrafo de seu ensaio ao instrumento:

Quanto à utilização do gravador, parece-nos ser indiscutível a sua indicação para o tipo de trabalho que realizamos. Entretanto, o gravador com microfone embutido tem algumas vantagens sobre o gravador com microfone externo. Nas entrevistas que realizamos com o primeiro tipo, havia uma maior descontração por parte dos entrevistados, que pareciam esquecer-se da existência do mesmo; por outro lado, naquelas que fizemos com a utilização do microfone externo, alguns problemas surgiram: às vezes, o próprio entrevistado queria segurar o microfone, colocando-o muito próximo à boca e ocasionando problemas de gravação; ou, ainda, desligando-o, quando ia relatar certos acontecimentos, o que não aconteceria com o

⁵⁶ A propósito, já ouvi numerosos relatos de pessoas contando que, antes da institucionalização do campo da história oral no país, alguns de seus críticos, sarcasticamente, lançavam mão desse componente técnico para desvalorizar a prática. “O que é que vocês vão discutir nos seus congressos? Seria a melhor marca de gravador? Ou como virar o lado da fita?”, costumariam perguntar. Talvez essas anedotas sejam apenas parte da mitologia sobre o missionarismo dos pioneiros do campo, mas é significativo que, em ambos os casos, o gravador assuma papel maior do que o de uma simples técnica que serve à pesquisa, sem moldá-la.

outro tipo de gravador; havia, ostensivamente, a presença do microfone, a lembrar que o relato estava sendo gravado. (Demartini, 1988, p. 59)⁵⁷

Finalizado com uma frase sagaz – que demonstra a consciência da pesquisadora em mostrar para seus entrevistados que a situação não era apenas de conversa íntima, mas de um relato com destinação pública –, o parágrafo levanta uma questão intrigante. Evidentemente o praticante de história oral deve estar atento ao uso e ao funcionamento de seu gravador; do contrário, sua entrevista pode simplesmente desaparecer. Mas pode ser útil perguntar em que medida apresentar isso ao leitor em um relato de pesquisa – não em um manual de história oral, portanto – é oportuno, mesmo considerando-se sua datação. Os pesquisadores do CERU, de qualquer forma, foram longe no espaço concedido ao gravador. Em 1999, outra pesquisadora do centro, Maria Christina Siqueira de Souza Campos, o resgatava até mesmo no contexto de uma análise de diferenças de gênero: “os entrevistados do sexo masculino consideravam o gravador como técnica necessária, que atestava a importância das informações que estavam transmitindo” (Campos, 1999, p. 82).⁵⁸

A importância algo demasiada atribuída ao gravador talvez seja melhor entendida no contexto mais amplo da reflexão metodológica da Sociologia nos anos 1980. É possível que ela fosse resultado de um dilema: da dificuldade de encontrar um espaço intermediário entre a desatenção à reflexão metodológica ou o exagero nessa reflexão. Numa análise feita em 1986, Ruth Cardoso entendia que a reflexão teórica e metodológica (para ela, fundamental) vinha sendo substituída por uma aceitação muitas vezes precoce, irrefletida, de um ecletismo metodológico que evitava discorrer sobre o limite dos métodos, somado a uma suposta politização dos mesmos e do ambiente intelectual em que eram empregados. Cardoso lamentava que a abordagem de temas politicamente engajados tivesse sido transformada, por si só, em justificativa para a adoção de métodos qualitativos – um comportamento algo ortodoxo que contribuía para tachar a discussão sobre o método de “impertinente”. Ela escreveu:

⁵⁷ Demartini, Z. B. F. “Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 44-105.

⁵⁸ Campos, M. C. S. S. “A associação da fotografia aos relatos orais na reconstituição histórico-sociológica da memória familiar”. In: Lang, A. B. S. G. (org.) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica [Textos CERU, série 2, n. 3]**. 2ª ed. São Paulo: CERU, 1999. p. 73-86.

Um indisfarçado pragmatismo (muitas vezes confundido com politização) dominou as ciências sociais contemporâneas e desqualificou como ocioso o debate sobre os compromissos teóricos que cada método supõe. Concentra-se o interessado na relevância do tema estudado e na forma pela qual o investigador se engaja no estudo. Um pesquisador capaz de uma “boa” interação com as minorias ou grupos populares será sempre um porta-voz de seus anseios e carências, logo, da sua “verdade”. O critério para avaliar as pesquisas é principalmente sua capacidade de fotografar a realidade vivida. Sua função é tornar visível aquelas situações de vida que estão escondidas e que, só por virem à luz, são elementos de denúncia do *status quo*. (Cardoso, 1986, p. 95)⁵⁹

Para Cardoso (em apontamentos feitos no influente livro que ela organizou, *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa*⁶⁰, que se propunha como resposta aos desafios que as ciências sociais enfrentavam), um dos indícios dessa situação consistia em um certo abuso de entrevistas longas por parte de cientistas sociais que viam o material oral como uma verdade em estado puro – refratária à análise, à crítica munida de instrumental teórico-metodológico, ao exame ponderado das ferramentas de pesquisa. No lugar desse exame, afirma Cardoso, apareciam indícios de um mal-estar em relação à concepção do pesquisador e de sua ciência como entidades neutras – desagrado corporificado em “longas introduções e (...) numerosos artigos sobre a relação pesquisador/grupo pesquisado” (Cardoso, op. cit., p. 99), voltadas amiúde a reforçar o compromisso político e ideológico que conectava o pesquisador aos seus sujeitos de pesquisa.

Reincidindo na ênfase metodológica, os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (e da maior parte de suas estudantes e parceiras de pesquisa) ratificou e fortificou sua contribuição matricial à história oral feita no Brasil. Porém, tomou um rumo praticamente oposto ao da cegueira reflexiva que Ruth Cardoso criticou, ficando um elemento até hoje vigente na vertente sociológica de nossa história oral: o metodologismo. Trata-se de um comportamento que pode adquirir diferentes feições: o enfoque exclusivo em técnicas e métodos e a desatenção a discussões de cunho teórico, político ou epistemológico; a atribuição da alcunha de “método” a coisas que não são

⁵⁹ Cardoso, R. C. L. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In: Cardoso, R. C. L. (org.) **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

⁶⁰ Cardoso, R. C. L. (org.) **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

métodos, indo desde instrumentos técnicos (supervalorizando-os, portanto) a princípios filosóficos ou perspectivas teóricas e epistemológicas (rebaixando-os); a repetição infundável de preceitos metodológicos, sem acréscimo substancial.⁶¹

A atenção excessiva à discussão de cunho técnico chegou a ser censurada até mesmo por pesquisadores de dentro do CERU. Lucila Reis Brioschi e Maria Helena Bueno Trigo, por exemplo, no ensaio “Relatos de vida em ciências sociais: Considerações metodológicas”, lançaram mão das reflexões de Michel Thiollent para apontar e criticar a “supervalorização dos instrumentos de observação e reificação da técnica, que dispensa a elaboração teórica” (Brioschi & Trigo, 1987, p. 632).⁶² Em outra ocasião, na qual divulgavam os resultados de uma pesquisa de campo, as mesmas autoras fizeram uma crítica ao empobrecimento da reflexão metodológica, reduzida à polaridade entre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa:

O entusiasmo com as técnicas qualitativas fez com que as discussões travadas em torno da questão se restringissem a avaliações das vantagens e desvantagens de sua utilização. Poucas referências foram feitas aos pressupostos teórico-metodológicos envolvidos nessa prática de pesquisa em Ciências Sociais. Contudo, seria no mínimo ingênuo acreditar que discutir a metodologia da pesquisa social é polemizar, pura e simplesmente, sobre o uso e o manuseio mais rentável de técnicas sofisticadas. Ainda que, tendo sua importância no contexto geral da investigação, acreditamos que os aspectos

⁶¹ Embora o termo “metodologismo” não seja raro na literatura internacional em Ciências Sociais, ele carece de definições. Nas últimas duas décadas, especialmente, ele vem sendo empregado em críticas internas a variados campos disciplinares, por vezes utilizado em sinonímia com “imperativo metodológico” [*methodological imperative*] ou “metodolatria” [*methodolatry*]. Este último, a meu ver, deveria ser entendido como um conceito a parte, denominando um grau superior de apego à narrativa metodológica. Peter Salmon (2003) chegou a falar em uma “epistemologia do ‘metodologismo’” implícita à avaliação de pesquisa quantitativa (que viria se espalhando para a pesquisa qualitativa): a crença de que a qualidade de uma pesquisa pode ser garantida pela aplicação correta dos métodos. Espera-se que, com base nessas diversas críticas, abordagens abrangentes sobre o “metodologismo” e seus significados possam surgir no futuro. Entre os vários textos que podem ser consultados, estão: Salmon, P. “How do we recognise good research?”, *The Psychologist*, v. 16, n. 1, p. 24-7, 2003; Teo, T. *The Critique of Psychology: From Kant to Postcolonial Theory*. New York: Springer, 2005; Gittlin, A. (org.) *Power and Method: Political Activism and Educational Research*. New York: Routledge, 1994. O metodologismo não é incompatível com a politização e a ideologização da pesquisa – pelo contrário, a adoção de um método como o da história oral, e o apego acrítico a técnicas de pesquisa proclamadas, vem enfatizar os compromissos ideológicos revelados na adoção de um tema ou de um conjunto de entrevistados. Esse não é, de qualquer forma, o caso do centro de pesquisa em questão.

⁶² Brioschi, L. R.; Trigo, M. H. B. “Relatos de vida em ciências sociais: Considerações metodológicas”. *Ciência e Cultura*, v. 39, n. 7, p. 631-7, 1987.

técnicos estão subordinados aos objetivos da pesquisa e devem ser metodologicamente controlados. (Brioschi & Trigo, 1989, p. 20)⁶³

Nem todos os cientistas sociais praticantes de história oral parecem ter ouvido a crítica das colegas. Na trilha para os anos 1990, eles deslocaram a função das entrevistas: elas continuaram servindo como método para abordagem de temas, mas se tornaram um tema em si – o assunto por excelência de certos autores da vertente sociológica de nossa história oral. Para eles, os temas de pesquisa e os sujeitos narradores se tornaram, fundamentalmente, arrimos para a narrativa (algumas vezes original, muitas vezes repetitiva) sobre o método.

Ampliação e renovação

Os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz não consistiram na única aproximação à história oral feita pela sociologia nos anos 1980. Em meio ao acalorado debate sobre os métodos qualitativos e quantitativos, traduções e criações brasileiras apareciam. A revista *Dados*, por exemplo, publicou em 1984 um número especial sobre histórias de vida, incluindo textos como “Reflexões sobre o *quefazer* da história oral no mundo rural”, de Esther Iglesias, e “Encontrando Taso, me descobrindo”, de Sidney Mintz.⁶⁴ Em 1987, a história oral foi um dos instrumentos escolhidos por Teresa Maria Frota Haguette para discussão em seu livro *Metodologias qualitativas na sociologia*.⁶⁵ Mesmo dentro do CERU – que, cabe lembrar, não é um centro voltado exclusivamente a este método – havia outras figuras de relevo interessadas no que se afigurava como história oral.

A profícua Eva Alterman Blay, professora de Sociologia na Universidade de São Paulo desde os anos 1960, era uma delas. Alimentada pelo interesse pessoal em refinar seus conhecimentos sobre os relatos orais – que consistiam no material essencial do projeto que vinha desenvolvendo, “Os judeus na memória da cidade de São Paulo” –, ela

⁶³ Brioschi, L. R.; Trigo, M. H. B. (org.) **Família: Representação e cotidiano, reflexão sobre um trabalho de campo** [Textos CERU, série 2, n. 1]. São Paulo: CERU, 1989.

⁶⁴ Iglesias, E. “Reflexões sobre o *quefazer* da história oral no mundo rural”. *Dados*, v. 27, n. 1, p. 59-70, 1984; Mintz, S. “Encontrando Taso, me descobrindo”. *Dados*, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

⁶⁵ Haguette, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

organizou, no X Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, a mesa redonda “Histórias de vida: Problemas metodológicos da investigação e da análise”, que se tornou emblemática da revitalização do interesse no método das histórias de vida no Brasil. Isso porque Blay convocou, para a mesa, um conjunto de estrelas em ascensão. Além dela própria – que já dispunha de renome nacional como intelectual feminista –, o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, que poucos anos antes havia concluído sua tese de doutorado na USP, orientado por José de Souza Martins, e já possuía um currículo invejável⁶⁶; Guita Grin Debert, estudante de doutorado de Ruth Cardoso que pouco depois ingressaria como docente na Unicamp e empreenderia importantes estudos de história de vida sobre o envelhecimento; e o trio de pesquisadoras da Fundação Getúlio Vargas, Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima. Os textos dessa mesa redonda foram publicados no número 19 dos *Cadernos CERU*.

Criativa, Blay foi além e no ano seguinte – em 1984, quando a Universidade de São Paulo completava meio século de existência – empreendeu, em parceria com a então estudante de doutorado Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, orientanda de Queiroz, uma sessão especial para a 36ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que aconteceria em julho, na cidade. Elas convidaram antigas alunas da USP que haviam se tornado docentes para uma sessão de depoimentos públicos a respeito de suas trajetórias. Alice Piffer Canabrava, Jandira França Barzaghi, Gilda de Mello e Souza, Maria Conceição Vicente de Carvalho, Olga Pantaleão (da Faculdade de Filosofia) e Veronica Rapp de Eston (da Faculdade de Medicina) ofereceram seus relatos, que foram gravados, transcritos e revistos, e publicados vinte anos depois em um bem desenhado livro.⁶⁷

Naquela ocasião, em 1984, uma das entrevistadas mencionou o valor dos depoimentos que estavam sendo colhidos, especialmente diante da escassez de depoimentos femininos na historiografia. A menção ganha vulto especial por vir de uma eminente historiadora, Alice Piffer Canabrava:

⁶⁶ Em 1983, Brandão já havia publicado mais de dez livros, incluindo o importante livro de metodologia participante, até hoje reeditado: Brandão, C. R. (org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁶⁷ Blay, E. A.; Lang, A. B. S. G. **Mulheres na USP: Horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

Sempre pensei sobre a possibilidade de um relato sobre esta vivência, a ser preservado como um testemunho, eventual subsídio para a história das mentalidades em nosso país. Entusiasmei-me logo pela ideia, consciente, como historiadora, do papel que pode ter a contribuição memorialista na reconstituição do passado (Blay & Lang, op. cit., p. 85)

Ela completou:

Felizmente, nos últimos anos, várias iniciativas têm procurado resgatar a memória feminina do passado, antes que a perda seja irreparável, com o passar das vidas das personagens (idem, p. 86)

Consagrada e celebrada no campo sociológico, Eva Blay continuou utilizando relatos orais em suas pesquisas – mas não teve interesse em se associar de perto à área da história oral. Essa aproximação se deu, mais uma vez, pelo intermédio de Maria Isaura Pereira de Queiroz, desta vez como professora e orientadora. Ela formou toda uma geração de pesquisadores – pesquisadoras, majoritariamente – que deu continuidade a seus trabalhos de reflexão sobre o método da história oral e aos temas de pesquisa que ela havia aberto; que a acompanhou e sucedeu em quadros diretivos do CERU; que adquiriu expressão no campo da história oral, mais tarde, nos anos 1990. Lucila Reis Brioschi, Maria Christina Siqueira de Souza Campos e Maria Helena Rocha Antuniassi foram algumas das estudantes de Queiroz que, de diferentes formas, se engajaram na execução e na divulgação dessas atividades. Mas, sem dúvida, foram Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, Olga Rodrigues de Moraes von Simson e Zeila de Brito Fabri Demartini que granjearam o direito à palavra da Sociologia no campo da história oral no Brasil.

Esse espaço foi conquistado pouco a pouco, em muito graças à proatividade dessas pesquisadoras. Zeila Demartini, por exemplo, foi pioneira no emprego da história oral nos estudos da educação. Em sua tese de doutorado, *Observações sociológicas sobre um tema controverso: População rural e educação em São Paulo*, defendida em 1980, ela já utilizava diversas fontes de pesquisa, incluindo depoimentos de professores. O título obtido com o trabalho não foi um ponto de chegada – mas sim um despertar para inúmeras outras pesquisas: *Velhos mestres das novas escolas: Um estudo das memórias de professores da Primeira República*, finalizada em 1984, financiada pela Finep; *Memórias de velhos mestres da cidade de*

São Paulo e seus arredores, concluída em 1988, apoiada pela Fundação Carlos Chagas; *Magistério primário no contexto da Primeira República*, desenvolvida em 1989.⁶⁸

Olga Rodrigues de Moraes von Simson iniciou seu contato com Queiroz ainda na graduação, trabalhando em pesquisa sob sua orientação – e desde cedo considerou a experiência de trabalho de campo “mais emocionante e envolvente” (1999, p. 255-6)⁶⁹, em comparação com a pesquisa em jornais. Em 1976 envolveu-se com a pós-graduação, dedicando-se a uma pesquisa sobre o carnaval paulistano no final do século XIX e início do século XX.⁷⁰ Já em setembro de 1977, organizou um primeiro evento em parceria com o Museu da Imagem e do Som, a 1ª Jornada de Especialistas do Carnaval Brasileiro. Em entrevista gravada em 2011, a pesquisadora revisitou essa trajetória, iniciada quando ela uniu forças a Queiroz para o estudo do carnaval:

Era um tema de interesse meu, também, porque eu sempre trabalhei com a área da cultura (...). fiz meu mestrado praticamente fazendo análise da imprensa paulista: *Província* e depois *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano* e depois o *Jornal do Commercio*.

Fiz três entrevistas orientadas por ela [Maria Isaura] também, com o Ian de Almeida Prado, com o Sérgio Buarque de Holanda e com uma pessoa que era do carnaval popular, Vinícius Barbosa, porque ele estava à beira da morte – porque fui alertada pelo José Ramos Tinhorão que ele era o fundador do primeiro cordão carnavalesco de São Paulo. Eu antecipei a coleta desse depoimento porque sabia que a minha direção, no doutorado, seria carnaval popular, e eu não podia perder o depoimento dessa figura fundamental do carnaval popular paulistano.⁷¹

Para sua tese, von Simson deu início a um portentoso projeto de coleta de depoimentos dos velhos dirigentes do Carnaval Paulistano, em um convênio entre o CERU e o Museu da Imagem e do Som de São Paulo, como veremos mais tarde. Além da parceria (que solucionou dilemas de gravação e conservação dos relatos), a pesquisadora

⁶⁸ Não foi possível, lamentavelmente, gravar uma entrevista com a pesquisadora. Embora ela tenha concordado em oferecer seu relato, não conseguimos acertar uma data conveniente. Trata-se de uma lacuna significativa no trabalho.

⁶⁹ von Simson, O. R. M. “Carnaval, pesquisa e a criação de um espaço de reflexão e discussão sobre esse tema no CERU”. In: Kosminsky, E. V. (org.) **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: Ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Marília/São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999. p. 253-65.

⁷⁰ von Simson, O. R. M. **A burguesia se diverte no reinado de Momo: O carnaval paulistano do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

⁷¹ “O compromisso com o grupo que você entrevista é para a vida inteira” – Entrevista com Olga Rodrigues de Moraes von Simson. Gravada em julho de 2011. Campinas, SP.

se viu compelida a enfrentar outro problema. A partir de uma experiência de entrevista com Seu Zezinho do Morro da Casa Verde, teve a ideia de complementar o depoimento oral com a visualidade:

Eu comecei a perceber uma outra coisa da metodologia, que na verdade eu fui desenvolvendo, que é usar a imagem fotográfica relativa à vida ou à trajetória ou ao assunto, para que a fotografia fosse detonadora da memória do informante e para que ela me permitisse fazer questões que tivessem significado e importância dentro da coleta do depoimento. Eu sempre digo que eu me torno um interlocutor válido através do recurso da imagem – de uma imagem que o meu informante me traz ou que eu consigo coletar em outros meios e trago quando ele não tem um acervo fotográfico significativo.

A partir do Seu Zezinho eu comecei a pedir a todos eles que me trouxessem fotos antigas. O Museu da Imagem e do Som fazia a cópia ampliada e, através dela, no momento da devolução original, eu fazia uma nova exploração dos dados e da memória do meu informante porque, com a ampliação e com a melhor qualidade da imagem – porque eram imagens pequenininhas, eram amareladas, às vezes rasgadas na beirada –, a gente conseguia uma cópia muito melhor e, através dela, vinha uma nova reconstrução desse passado que o meu informante podia me trazer.⁷²

Interessada em aprofundar sua abordagem, von Simson uniu-se a Miriam Lifchitz Moreira Leite, com quem empreendeu um projeto para verificar a possibilidade de utilização e análise de material fotográfico que não tivesse sido produzido pelo pesquisador. Em 1984, devido ao trabalho de coleta com os informantes, elas já possuíam em torno de 500 imagens arquivadas no CERU, acervo que serviu de base para a nova pesquisa.⁷³ A partir dessa exploração, o uso das imagens tornou-se um procedimento comum no CERU: Zeila Demartini, por exemplo, veio a escrever que a estratégia de utilizar as fotografias não em um momento separado, mas como elemento a ser examinado ao longo da própria entrevista, “tem possibilitado transformar as fotos aparentemente sem sentido (...) em fotos quentes” (Demartini, 2005, p. 114).⁷⁴ A tese de

⁷² “O compromisso com o grupo que você entrevista é para a vida inteira” – Entrevista com Olga Rodrigues de Moraes von Simson. Gravada em julho de 2011. Campinas, SP.

⁷³ Ver: von Simson, O. R. M. “Carnaval, pesquisa e a criação de um espaço de reflexão e discussão sobre esse tema no CERU”. In: Kosminsky, E. V. (org.) **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: Ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Marília/São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999. p. 253-65.

⁷⁴ Demartini, Z. B. F. “Relatos orais, documentos escritos e imagens: Fontes complementares na pesquisa sobre imigração”. In: Rocha-Trindade, M. B.; Campos, M. C. S. S. (org.) **História, memória e imagens nas migrações: Abordagens metodológicas**. Oeiras: Celta Editora, 2005. p. 99-133.

Olga resultou em um trabalho pioneiro e original, ao tratar do carnaval paulistano; marcante para a historiografia da cultura popular no Brasil; com características de um trabalho historiográfico, como a adoção de marcos cronológicos claros, o tratamento crítico das fontes, a abordagem da mudança no tempo. *Carnaval em branco e negro: O carnaval paulistano (1914-1988)*⁷⁵ foi publicado muitos anos depois, em um luxuoso livro, no qual as fotografias saltam à vista. Elas, aliás, foram a razão para que a tese defendida em 1990 só chegasse às prateleiras de livrarias em 2007:

E por que você demorou tanto tempo para publicar o livro?

Porque eu queria publicar com as imagens. Os meus editores diziam que era muito caro e que eles publicariam o texto, mas não as imagens. Aí eu dizia: “Não concordo, porque as imagens foram fundamentais no processo de análise e de reconstrução do carnaval. Prefiro não publicar”. Tive que esperar todo o processo de informatização da imagem, de digitalização, para poder conseguir que uma editora se interessasse em trabalhar com as duas coisas.⁷⁶

O nome de Olga von Simson foi projetado, primeiramente, a partir de um outro livro: *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*, que ela organizou em 1988, como resultado de um projeto internacional do CERU.⁷⁷ Um convênio com a Universidade de Roma intermediado pelo CNPq e pelo Consiglio Nazionale delle Ricerche, órgão italiano, permitiu que um intercâmbio entre pesquisadores se desse a partir de 1985. Do Departamento de Sociologia de lá, dois professores que já trabalhavam com histórias de vida – Roberto Cipriani e Maria Immacolata Macciotti – saíram para ministrar cursos na USP. Maria Isaura Pereira de Queiroz e Zeila Demartini fizeram o caminho contrário.

O livro resultante do projeto – um dos poucos na área de história oral a ser publicado no Brasil na década de 1980 – abrigou textos dos quatro participantes do projeto, além de contribuições da organizadora: uma apresentação e um roteiro bibliográfico contendo uma listagem de obras de interesse em francês, inglês, italiano e português – listagem que sinaliza como, dentro do CERU, vinham se processando

⁷⁵ von Simson, O. R. M. **Carnaval em branco e negro: Carnaval popular paulistano (1914-1988)**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Editora da Unicamp, 2007.

⁷⁶ “O compromisso com o grupo que você entrevista é para a vida inteira” – Entrevista com Olga Rodrigues de Moraes von Simson. Gravada em julho de 2011. Campinas, SP.

⁷⁷ von Simson, O. R. M. (org.) **Experimentos com historias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

combinações entre quadros de referência variados.⁷⁸ No livro, encontra-se um texto de Queiroz com grande significação para a área de história oral: “Relatos orais: Do ‘indizível’ ao ‘dizível’”, que condensou seu pensamento e se tornou uma baliza importante para a vertente sociológica da história oral no Brasil. Citando como iniciadores da história oral sociólogos como John Dollard e a dupla W. I. Thomas e Florian Znaniecki, além de antropólogos como Franz Boas, ela executou uma extensa argumentação em favor do emprego do relato oral na construção de conhecimento, lembrando que a palavra – transformação do indizível em dizível, do obscuro em nítido – sempre foi utilizada, por anteceder qualquer tipo de conhecimento possível sobre o tempo próximo ou sobre o tempo longínquo. A própria escrita, “quando inventada, não foi mais do que uma nova cristalização do relato oral” (Queiroz, 1988, p. 16), escreveu a socióloga.⁷⁹

O ensaio – e o livro, como um todo – são emblemas do lugar ao qual o CERU tinha chegado com o projeto: a compatibilização entre história oral e história de vida; compatibilização que resultou do próprio movimento do centro. Suas pesquisadoras, que vinham coletando e gravando histórias de vida e depoimentos pessoais, deram um salto para a história oral à medida que entraram em contato com a literatura especializada da área.

Em seu ensaio, Queiroz reconhece o declínio sofrido pela história de vida após o final dos anos 1940 e seu reaparecimento nos anos 1980, e não parece distingui-la da história oral à qual, então, se dedica. Logo no primeiro parágrafo de seu texto, ela escreve:

Não faz muitos anos, o ‘relato’, denominado agora ‘história oral’, fez seu reaparecimento entre as técnicas de coleta de material empregadas pelos cientistas sociais com tanto sucesso que, por muitos deles, foi encarado como ‘a’ técnica por excelência, e até mesmo a única válida para se contrapor às quantitativas (Queiroz, op. cit., p. 14)

No CERU, a compatibilização entre história de vida e história oral se deu menos por uma atitude deliberada em adotar um método novo – a história oral – e sim pela percepção de seus pesquisadores de que aquilo que eles já faziam (pesquisas com histórias

⁷⁸ A revista *La critica sociologica* publicou uma versão dos trabalhos em italiano, no número 94/95, de 1990.

⁷⁹ Queiroz, M. I. P. “Relatos orais: Do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Experimentos com historias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

de vida e reflexões metodológicas em torno delas) convergia em muitos pontos com o que vinha se abrigando sob tal rótulo nos circuitos intelectuais nacional e internacional. Em termos de métodos e de resultados, não há diferenças substantivas entre aquilo que se fazia antes da adoção do nome “história oral” em relação ao que se fez depois. Uma frase das pesquisadoras do centro sugere essa circularidade:

no CERU, começou-se nessa década [de 1980] a orientar os trabalhos não mais apenas pela história de vida, mas pela história oral, cujo emprego se expandia, somando novos enfoques à metodologia de história de vida, até então adotada. (Lang, Campos & Demartini, 2010, p. 21)⁸⁰

Como ocorreu em muitos casos, com pesquisadores e instituições, também no CERU havia trabalhos em curso que, só no meio do caminho, ganharam o nome de história oral, em função das possibilidades que ele abria. Isso abre espaço para explorar a incompatibilidade entre a avaliação que um grupo faz de sua própria trajetória e as regras que passa a estabelecer para os outros. Para o CERU, por um lado, o trabalho que o centro já fazia ganhou um novo aporte e um novo nome ao longo do próprio processo de pesquisa e maturação. Por outro lado, também para o CERU, a condição básica para que outros pesquisadores chamem seus trabalhos de história oral é um compromisso firmado antes mesmo do início do trabalho: o projeto. Como escreveu Alice Beatriz da Silva Gordo Lang de forma categórica, “o delineamento de um projeto orientador é uma das características da história oral” (Lang, 2011, p. 129).⁸¹ Entre os “principais perigos do exercício da história oral”, ela completou, estaria, “em alguns casos, coletar narrativas sem ter um projeto formulado, em uma atitude não científica” (idem, p. 125).

Dito o que precisava ser dito, Maria Isaura Pereira de Queiroz lentamente começou a abrir espaço para outros – para Olga von Simson, organizadora do livro em que publicou seu ensaio canônico, para Zeila Demartini, com quem viajou para a Itália, e também para as demais pesquisadoras do CERU. Essa postura se refletiu na persistência de projetos coletivos. Por exemplo: nos anos 1987 e 1988, o centro desenvolveu “Técnicas não escritas de pesquisa qualitativa em Ciências Sociais”, projeto coordenado por Maria

⁸⁰ Lang, A. B. S. G.; Campos, M. C. S. S.; Demartini, Z. B. F. (org.) **História oral, sociologia e pesquisa: A abordagem do CERU**. São Paulo: Humanitas, 2010.

⁸¹ Lang, A. B. S. G. “História oral: Propostas e perspectivas”. In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 125-36.

Christina Siqueira de Souza Campos. Ele originou a publicação *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*, de 1992, organizada pela diligente Alice Beatriz da Silva Gordo Lang.⁸² Entusiasta de primeira hora da Associação Brasileira de História Oral, ela passou a se envolver mais profundamente com o método quando, antes mesmo de finalizar sua tese de doutorado, decidiu desenvolver o projeto “Carvalho Pinto: Trajetória e projeto político”. Inicialmente, a autora entrevistaria o próprio político – plano que, com a morte dele, em 1987, precisou ser repensado. Além de recorrer a outro tipo de depoimento que não a história de vida (relatos sobre o outro, e não sobre si), ela precisou ainda desenvolver estratégias para superar dificuldades com políticos que, habituados a falar em público, traziam para a entrevista um discurso pronto. Precisou tornar-se um “interlocutor válido” – um excelente conhecedor do assunto, considerado e reconhecido como tal pelos narradores.

A partir de então, com a defesa de sua tese de doutorado, Lang teve um início de carreira promissor, como a de suas colegas. Sua formação sólida e sua energia empreendedora, porém, foram canalizadas de maneira distinta. Sem ocupar uma posição universitária como docente, a socióloga assumiu a figura de uma pesquisadora independente vinculada a um centro de pesquisa acadêmico, o mesmo em que se formou – condição que impõe certas limitações ao desenvolvimento acadêmico. Olga von Simson, por exemplo, certamente foi beneficiada com sua ida para a Unicamp em 1989 – seu distanciamento geográfico do centro de estudos correspondeu a um destaque maior de seu pensamento. Embora continuasse associada ao centro e aos seus fundamentos de pesquisa com o método biográfico, ela se distinguiu, por exemplo, ao abrir seu leque temático ou ao politizar cada vez mais sua pesquisa, dedicando-se prioritariamente às tais “memórias subterrâneas ou marginais que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade”, como escreveu no texto “Memória, cultura e poder na sociedade...”. Lang, menos exposta às demandas de novos cenários e novas funções, seguiu uma trilha mais previsível. Visitou vários campos temáticos – a história da política, o trabalho, a imigração, a religiosidade – e executou trabalhos cuidadosos, que,

⁸² Lang, A. B. S. G. (org.) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica** [Textos CERU, série 2, n. 3]. São Paulo: CERU, 1992.

contudo, não adquiriram a repercussão que Demartini, na educação, e von Simson, nos estudos da cultura, conquistaram.

Priorizando a observância das regras metodológicas, Lang também sustentou uma posição mais ortodoxa que a das colegas em termos de especificidade disciplinar. Embora elas partilhem uma linguagem comum e a defesa de princípios sociológicos, Lang foi provavelmente quem menos imergiu em uma “perspectiva histórico-sociológica” que reconhece o parentesco entre as duas disciplinas.⁸³ Para ela, a história oral dos historiadores se preocuparia fundamentalmente em constituir documentação para melhor conhecer o passado, ao passo que na Sociologia o relato seria entendido como uma versão: “O material obtido será o fato ou o acontecimento em sua apresentação subjetiva, os eventos vistos sob o prisma e o crivo perceptivo do narrador. E, assim, definitivamente vinculado a ele – indivíduo e sujeito social” (Lang, 1996, p. 37).⁸⁴

⁸³ Um exemplo, apenas: Zeila Demartini, a certa altura, classifica seu estudo sobre a educação durante a Primeira República como sendo “diacrônico”, e afirma “que a melhor compreensão dos problemas atuais enfrentados pelas várias categorias sociais da população só é possível quando se tem um conhecimento empírico das situações anteriormente vivenciadas” (p. 292). Aproximando-se da História sem abdicar de sua perspectiva sociológica, ela analisa relatos de formação de onze professores, indicando a dificuldade de abordá-los como um corpo comum, por serem “relatos que se referem a escolas situadas em regiões e contextos bastante distintos, com histórias próprias” (p. 295). Há uma remissão frequente a questões da história e da historiografia. O reconhecimento das interpenetrações entre História e Sociologia foi, no âmbito do CERU, reforçado pela influência de Franco Ferrarotti, que aproximava as duas matérias por seu desafio comum de resumir a complexidade social em algo simples, por meio de recursos metodológicos controlados. Entendendo que nenhuma dessas disciplinas de fato esgotaria as possibilidades de exploração de um fenômeno e de suas variações, ele escreveu: “história e sociologia representam juntas a trama e a urdidura para a análise do tecido social. Por isso é legítima a proposta de uma sociologia que seja histórica e de uma história que seja sociológica” (Ferrarotti, 1988, p. 112). Para o autor, a História deveria estar aberta a outras fontes que não o arquivos; e a Sociologia deveria, em vez de focalizar exclusivamente o presente e as repetições, olhar para a dinâmica dos tempos. Essa visão não foi incorporada por todos os membros do CERU, porém. Além de Lang, Lucila Reis Brioschi e Maria Helena Bueno Trigo (1989), por exemplo, insistiram na demarcação das fronteiras entre as disciplinas no que tange ao aproveitamento das entrevistas. Para elas, a História utilizaria as fontes orais de maneira informativa, para obter informações factuais a respeito do fato que estuda; a Sociologia teria uma visada mais subjetiva, interessada em observar “o fato ou o acontecimento em sua apresentação subjetiva, os eventos vistos sob o prisma e o crivo perceptivo do narrador” (Brioschi & Trigo, 1989, p. 35). Esses argumentos, entretanto, poderiam ser confrontados por vários trabalhos historiográficos que se valem de fontes orais. Ver: Demartini, Z. B. F. “Velhos mestres das novas escolas: Um estudo das memórias de professores da Primeira República em São Paulo”. *Cadernos CERU*, n. 19; Brioschi, L. R.; Trigo, M. H. B. (org.) **Família: Representação e cotidiano, reflexão sobre um trabalho de campo** [Textos CERU, série 2, n. 1]. São Paulo: CERU, 1989; Ferrarotti, F. **The end of conversation: The impact of mass media on modern society**. New York / Westport, CT / London: Greenwood Press, 1988.

⁸⁴ Lang, A. B. S. G. “História oral: Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 33-47.

Vinculada ao Centro de Estudos Rurais e Urbanos e à disciplina sociológica, com mobilidade relativamente reduzida para além desses espaços, Alice Beatriz da Silva Gordo Lang adotou a história oral como seu assunto principal e como seu campo intelectual quase exclusivo. Nele, a socióloga pôde se dedicar com afinco a propagar a perspectiva sociológica sobre história oral, especializando-se na revisitação e na divulgação de discussões sobre técnicas e métodos que, em última instância, sugerem que o efetivo debate metodológico sobre o assunto têm poucas frestas por onde avançar.⁸⁵

Apesar disso – ou mesmo em função disso – Lang pôde, mais tarde, dedicar-se com excepcional afinco à política acadêmica no seio da Associação Brasileira de História Oral, oferecendo inúmeras contribuições na própria constituição da entidade, na formulação de sua primeira publicação (o boletim *História Oral*), no trabalho editorial com a revista *História Oral*, na organização de diversos eventos.

O ator e o pesquisador: Aspásia Camargo e a renovação do CPDOC

Embora a bibliografia brasileira em história oral remeta profusamente ao Centro de Pesquisa em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, a obra propriamente autoral de sua primeira grande figura tem sido objeto de menor atenção. O interesse na instituição não tem sido revertido em favor de uma leitura atenta do trabalho da pioneira Aspásia Camargo, “mentora intelectual”⁸⁶ de seu Programa de História Oral, responsável tanto por implementá-lo como por avaliar suas tendências enquanto ele se movia. Ao longo dos anos 1980, quando “a legitimidade da fonte oral e sua técnica

⁸⁵ Segundo consta (Lang, Campos & Demartini, 2010), Lang estaria, na alvorada dos anos 2010, preparando “um trabalho que mostrasse a sua maneira de utilizar a história oral, em uma perspectiva sociológica, partilhada, em vários aspectos, com colegas do Centro de Estudos Rurais e Urbanos” (p. 35), assunto já abordado recorrentemente pela autora em um número expressivo de publicações. Ver: Lang, A. B. S. G.; Campos, M. C. S. S.; Demartini, Z. B. F. (org.) **História oral, sociologia e pesquisa: A abordagem do CERU**. São Paulo: Humanitas, 2010.

⁸⁶ Nas palavras de Celina Vargas. In: D’Araújo, M. C. “O CPDOC e a redescoberta do Brasil contemporâneo”. In: **Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 227-67.

continua sendo questionada nas universidades brasileiras” (Camargo, 1999, p. 115)⁸⁷, Camargo deu seguimento ao projeto de contribuir para a área.

O Programa de História Oral do CPDOC deve a ela, decerto, muito de sua originalidade – característica que lhe é congênita já que, como vimos, ele jamais se configurou como uma cópia exata dos arquivos estadunidenses. A busca de Aspásia por uma perspectiva interdisciplinar (ou melhor, por uma complementaridade entre disciplinas, por uma história oral que combinasse história, sociologia, antropologia, etnografia, psicanálise, psicologia) certamente está relacionada ao perfil que o setor adquiriu – quando não como realização, ao menos como meta. Essa intelectual, de fato, parecia ser movida por uma forte curiosidade que ultrapassava não apenas as fronteiras disciplinares como também as fronteiras de seu país. No início dos anos 1980, um momento ainda distante da internacionalização da história oral brasileira, ela foi pioneira em se apresentar no exterior e dialogar de igual para igual com europeus e estadunidenses, o que decerto arejou seu pensamento e refinou sua capacidade argumentativa – como colocou logo cedo o Brasil e a América Latina como regiões a serem ouvidas no circuito internacional da história oral. Os eventos de que ela participou – relacionados a diversas áreas do conhecimento e em localidades variadas – demonstram essa abertura incomum.

Rapidamente, Aspásia Camargo se conectou à rede internacional de pesquisadores mantida por Daniel Bertaux: o notável *Biography and Society*, comitê de pesquisa fundado pelo sociólogo francês dentro da International Sociological Association, em 1980. Aspásia teve um texto de sua autoria, “The actor and the system: Trajectory of the Brazilian political elites – Oral history, life story and the formulation of hypothesis” [*sic*], figurando em *Biography and Society*, clássico livro organizado por Bertaux e publicado em 1981, considerado um dos marcos da revitalização do método da história de vida.⁸⁸ Em 1982,

⁸⁷ Camargo, A. “Elaboración de la historia oral en Brasil: El proceso de transición visto a través de las historias de vida de los dirigentes políticos”. *Secuencia*, v. 4, , p. 114-22, 1986.

⁸⁸ Camargo, A. A. “The actor and the system: Trajectory of the Brazilian political elites – Oral history, life story and the formulation of hypothesis”. In: Bertaux, D. **Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences**. London/Beverly Hills: Sage Publications, 1981. p. 191-201. Essencialmente, a primeira parte do capítulo tem o mesmo conteúdo em: Camargo, A. “Introdução”. In: Fundação Getúlio Vargas. **Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 17-24.

Aspásia participou do 10th World Congress of Sociology, na Cidade do México, no grupo de trabalho *Life Stories*⁸⁹, onde apresentou o trabalho “Una evaluación preliminar del método de historia de vida en América Latina”, escrito a seis mãos com Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima (que a fez companhia no evento apresentando *paper* sobre as mulheres no exílio).⁹⁰ Esse trabalho, publicado mais tarde – um levantamento de trabalhos latino-americanos com história oral e história de vida – era mais um indício da aproximação cada vez mais frequente de Aspásia com a literatura da área.⁹¹ Entre 1984 e 1990, ela foi membro do conselho do grupo de pesquisa *Life Stories*, figurando ao lado de figuras proeminentes como Norman K. Denzin, Franco Ferrarotti e Paul Thompson.⁹² Em 1985, em Barcelona, Camargo participou da sessão em espanhol da V Conferencia Internacional de Historia Oral: Poder e Sociedad, ao lado de outros pesquisadores latino-americanos, discorrendo sobre o caráter interdisciplinar do trabalho de história oral que conduzia.⁹³ Dois anos depois, em 1987, estava a autora no Sexto Encontro Internacional de História Oral como panelista da mesa redonda *Myth and History*, apresentando o trabalho “João Severino Gomes: Um camponês em busca de cidadania”.

A despeito dessa exitosa inserção no circuito internacional de história oral (que convida, aliás, a retificar a afirmação corrente de que, antes de 1994, a rede internacional de pesquisadores de história oral era dominada por europeus que evitavam incluir latino-americanos entre seus parceiros), Aspásia continuou atenta à busca por cientificidade do trabalho com relatos, sustentando que a veracidade e a fidedignidade das fontes podiam

⁸⁹ Bertaux, D.; Kohli, M. “The life story approach: A continental view”. *Annual Review of Sociology*, v. 10, p. 215-37, 1984.

⁹⁰ De acordo com: Thompson, P. “News from Abroad”. *Oral History*, v. 11, n. 1, 1983, p. 16-26. Na bibliografia do artigo de Aspásia Camargo com Valentina da Rocha Lima e Lucia Hippolito (1985), Camargo indica que teria apresentado o trabalho “*The uses of oral and life history: Working with political elites*” nesse mesmo congresso. Não se sabe se esta seria uma segunda participação. Ainda conforme a mesma publicação, o trabalho de Rocha Lima intitulava-se “*Memoirs of a project: Memórias do exílio. Steps of a methodological search*”. Ver: Camargo, A.; Rocha Lima, V.; Hippolito, L. “The Life History Approach in Latin America”. *Life Stories/Récits de Vie*, v. 1, p. 41-54, 1985.

⁹¹ De certa forma, a listagem de agradecimentos feita pelas autoras também sugere a rede intelectual de quem vinham se aproximando. Elas agradeciam a colaboração dos estrangeiros Elizabeth Jelin (Argentina), José de Matos Mar (Peru), Sidney Mintz (Estados Unidos), e dos brasileiros Gilberto Velho (Museu Nacional), Henri Gervaiseau (Unicamp), Maria Isaura Pereira de Queiroz e Ruth Cardoso (USP).

⁹² “Research Committee on Biography and Society RC 38”. Ver: www.isa-sociology.org/rcs/rc38_ht.html. Acessado em 31 out. 2012.

⁹³ “Fifth International Oral History Conference, Barcelona, 29-31 March 1985: ‘Power and Society’”. *Oral History*, v. 13, n. 2, p. 15-8, 1985.

ser asseguradas graças a dois recursos: o “controle” da produção da fonte, com a presença do pesquisador; e a “contextualização” facultada pela opção metodológica por longas entrevistas. A própria diversificação das entrevistas, dentro de um projeto, teria a função de mapear tendências diferentes nos narradores. Quanto à subjetividade do entrevistador, ela seria matizada se ele fosse a campo com um quadro conceitual já consagrado, espécies de balizas para o trato dos depoimentos; se esses depoimentos fossem lidos “no território mais neutro de uma *problemática*” (Camargo, 1978, p. 299)⁹⁴; se fossem utilizados instrumentos como o diário de campo, que esclarecessem a outros pesquisadores que fossem utilizar as entrevistas quais as circunstâncias de produção da fonte. Tudo isso dividia espaço com sua crítica àqueles que manifestavam “perplexidade ou receio” (idem, p. 290) diante da contribuição da história oral à pesquisa histórica; com sua afirmação de que todo e qualquer documento era parcial; com sua suspeita sobre a ênfase quantitativista de certa pesquisa sociológica.⁹⁵

Em sua experiência de pesquisa, Camargo logo percebeu onde residia o valor da prática da história oral: não apenas na possibilidade de reconstituir fatos históricos através de entrevistas, mas especialmente naquilo que o processo de reconstituição descortinava. “A entrevista era uma forma de apropriação de um processo mais amplo, que o ator conseguia transmitir, porque, junto com ele, trazia toda sua vivência” (p. 71), disse ela na entrevista a Maria Celina D’Araújo, publicada em 1999.⁹⁶ A reflexão sobre o método da história oral e sobre os aspectos teóricos implicados em seu emprego (algo pouco realizado àquela altura, segundo ela e suas colegas haviam colocado⁹⁷) era nutrida, enfim, por uma prática de pesquisa substancial.

⁹⁴ Camargo, A. “O ator, o pesquisador e a história: Impasses metodológicos na implantação do CPDOC”. In: Nunes, E. O. (org.) **A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 276-304.

⁹⁵ Camargo, A. A. “The actor and the system: Trajectory of the Brazilian political elites – Oral history, life story and the formulation of hypothesis”. In: Bertaux, D. **Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences**. London/Beverly Hills: Sage Publications, 1981. p. 191-201.

⁹⁶ D’Araújo, M. C. “Como a história oral chegou ao Brasil: Entrevista com Aspásia Camargo”. **História Oral**, v. 2, p. 167-79, jun. 1999.

⁹⁷ Camargo, A.; Rocha Lima, V.; Hippolito, L. “The Life History Approach in Latin America”. **Life Stories/Récits de Vie**, v. 1, p. 41-54, 1985.

Em 1981, por exemplo, o CPDOC lançou simultaneamente o livro de mais de 700 páginas com a entrevista de Cordeiro de Farias⁹⁸ e o primeiro *Catálogo de Depoimentos*⁹⁹ do Programa de História Oral, arrolando mais de uma centena de entrevistas temáticas e de história de vida realizadas pela equipe. Na apresentação a esse catálogo, Camargo escreveu:

O programa de entrevistas resultou, pois, da convicção metodológica – calcada na experiência prática – de que um conjunto significativo e *diversificado* de registros gravados nos permitiria romper a opacidade do fato, ou do acontecimento em estado bruto, para através deles, da vivência dos atores e de suas representações, *compreender* melhor (na conotação weberiana de *verstehen*) o significado da ação social, coletiva, captando-lhe o sentido mais profundo. (1981, p. 11)¹⁰⁰

A essa preocupação se articulavam as estratégias de pesquisa da equipe que Camargo comandava: entrevistas longas, quase sempre de história de vida, ou, mesmo quando temáticas, abrangentes o suficiente para privilegiar não os fatos relatados, mas as relações estabelecidas, entre os fatos, pelo narrador – ou melhor, pelo “ator” (termo que remete muito mais às ciências sociais, cabe dizer, do que à história). A ênfase no ator é o corolário da perspectiva de Aspásia Camargo, diretamente ligada à sua visão da história oral como um recurso totalizante¹⁰¹ bem como às condições objetivas de elites com “baixa rotação” (Camargo, 1986, p. 120)¹⁰² ao longo dos tempos e da história do país. Conforme ela contou em 1998, em entrevista publicada no livro *Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal*, a premência dessa ênfase surgiu como um *insight* quando de sua leitura do material do arquivo do CPDOC – antes, ainda, da história oral. Disse ela:

Com um grupo de estagiários, decidi ler o material dos arquivos. Eu queria saber o que os atores pensavam, e começou aí uma reflexão muito

⁹⁸ Camargo, A.; Góes, W. **Meio século de combate: Diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

⁹⁹ Fundação Getúlio Vargas. **Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

¹⁰⁰ Camargo, A. “Apresentação”. In: Fundação Getúlio Vargas. **Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 9-15.

¹⁰¹ Aspásia Camargo chega a referir-se, no texto de 1986 (“Elaboración de la historia oral en Brasil...”), a Luisa Passerini, afirmando que esta ressaltaria o “princípio de totalidade”. Porém, ao que parece, a ideia da história oral totalizante de Camargo precede sua leitura de Passerini. O texto citado é: Passerini, L. “Genealogia della Storia Orale”. In: Passerini, L. (org.) **Storia Orale, Vita Quotidiana e Cultura Materiale delle Classi Subalterne**. Torino: Rosenberg & Sellier, 1978.

¹⁰² Camargo, A. “Elaboración de la historia oral en Brasil: El proceso de transición visto a través de las historias de vida de los dirigentes políticos”. **Secuencia**, n. 4, p. 114-22, 1986.

interessante sobre a relação entre ator, documento, processo e interpretação. Esse foi outro ponto epistemológico importante na história do CPDOC. Naquela época, havia um pressuposto: o ator é um mentiroso potencial, não devemos acreditar nele. Ora, acho que todo ator, em todos os níveis, mente mesmo, mas o problema não é mentir, o problema é o filtro, pois todo mundo vê as coisas filtradas. O problema é capturar os atores estratégicos, saber como é o filtro deles e como esse filtro pode interagir com a realidade que se vai investigar. (D'Araújo, 1999, p. 242-3)¹⁰³

Assim, Camargo inseria o trabalho com documentos de arquivo dentro de uma plataforma de pensamento mais sofisticada. Ela compreendia a percepção da fonte enquanto fonte; valorizava a escuta dos atores como um passaporte para uma visão mais completa da história política; abraçava, na história política, elementos outros que não o meramente factual; combinava a política e os fatos com o social e as estruturas; privilegiava as conexões interdisciplinares como as conexões intranarrativas, “a experiência, visão de mundo e perspectivas de cada depoente em função da realidade histórica que viveu” (Camargo, 1981, p. 14).¹⁰⁴

Na visão dela, o caráter *testemunhal* era uma parte entre outras de uma entrevista de história oral – cuja primazia deveria ser evitada. Para que fosse efetivamente valioso, o trabalho com a entrevista deveria inserir o testemunho no circuito de experiências do narrador, associá-lo aos padrões de significação levados a cabo por ele. De certo modo, está ali o embrião de uma visão hermenêutica da história oral que considera que o todo precisa ser considerado quando da busca do sentido das partes. No domínio da pesquisa como um todo, esse aprofundamento deveria ser combinado a um quadro diversificado de entrevistados, conectando aprofundamento e amplitude.¹⁰⁵

Uma das contribuições valiosas de Camargo residiu, ainda, na sua proposição de categorias de análise para as entrevistas, que poderia – se tivesse sido lida com atenção – ter se sustentado como um modelo reprodutível de análise dos diálogos em jogo em uma entrevista de história oral. Ela sugeria (colocando no centro a ideia do “ator”) três frentes

¹⁰³ D'Araújo, M. C. “O CPDOC e a redescoberta do Brasil contemporâneo”. In: **Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 227-67.

¹⁰⁴ Camargo, A. “Apresentação”. In: Fundação Getúlio Vargas. **Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 9-15.

¹⁰⁵ Ver, a respeito: Alberti, V. “A existência na história: Revelações e riscos da hermenêutica”. **Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, p. 31-57, 1996.

de aproveitamento analítico das entrevistas, três portas de entrada para as entrevistas: o ator e a comunidade política; o ator e o sistema político; o ator e a história. Num *mise en abyme* às avessas, sugeriu que havia um caminho a ser percorrido para o entendimento mais sofisticado das entrevistas de história de vida: ele passaria pela compreensão da inserção de um indivíduo dentro da comunidade humana a que pertence (no caso, à comunidade política); da inserção da trajetória individual desse ator no sistema político, no campo político como um todo, ou ainda no interior de um conjunto de atores; e, finalmente, o entendimento do ator dentro da história, diante dos acontecimentos, desempenhando decisões e ações. Isso significava ponderar sobre o papel do ator político no sistema político, e inserir o sistema político na história.¹⁰⁶

A concepção do “ator” foi também uma maneira particular de abordar o problema clássico das ciências sociais que inevitavelmente era colocado à história oral: a relação entre o indivíduo e a sociedade; a premência do sujeito ou da estrutura em que se insere. Entendendo as duas dimensões como complementares, Camargo lançava mão do conceito de conjuntura. Cabia-lhe entender como o ator havia agido em conjunturas: as decisões que havia tomado, o horizonte de possibilidades que teria descartado. Com isso, o território de ação do Programa de História Oral do CPDOC foi primeiramente definido como o de quem queria “estudar elites políticas à luz do *ator* em suas articulações com o *campo político* e com a *conjuntura histórica*” (Camargo, 1978, p. 289)¹⁰⁷; ou “estudar o sistema político através do ator – partindo do pressuposto que, sendo ele indissociado ou indissociável do sistema, poderemos recuperar um pelo outro” (idem, p. 290).

Institucionalmente, sob o pulso de Camargo, o CPDOC continuou crescendo. Destacou-se, por exemplo, com numerosas publicações, primeiramente editadas por editoras comerciais que foram gradualmente substituídas pela editora da própria Fundação Getúlio Vargas. Em 1982, veio à público *Minhas memórias provisórias*¹⁰⁸, resultante de

¹⁰⁶ Camargo, A. A. “The actor and the system: Trajectory of the Brazilian political elites – Oral history, life story and the formulation of hypothesis”. In: Bertaux, D. **Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences**. London/Beverly Hills: Sage Publications, 1981. p. 191-201.

¹⁰⁷ Camargo, A. “O ator, o pesquisador e a história: Impasses metodológicos na implantação do CPDOC”. In: Nunes, E. O. (org.) **A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 276-304.

¹⁰⁸ Magalhães, J. **Minhas memórias provisórias: Depoimentos prestados ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

entrevistas com Juracy Magalhães. Em 1984, foi lançado *O intelectual e o político: Encontros com Afonso Arinos*.¹⁰⁹ No mesmo ano, sob a batuta de Simon Schwartzman, divulgou-se o catálogo de depoimentos do projeto sobre a história da ciência no Brasil.¹¹⁰ Em 1986, foi a vez de *Artes da política: Diálogo com Amaral Peixoto*.¹¹¹ Ativo e visível, o Programa de História Oral do CPDOC efetivamente “consolidou-se, firmando-se como o mais importante do país” (Amado, 2003, p. 67).¹¹²

Depois de Aspásia Camargo, o setor tinha como segundo nome forte o de Valentina da Rocha Lima, que descobriu a instituição quando de seu retorno ao Brasil (em data que não conhecemos), após o exílio. Em suas palavras, isso ocorreu

quando entrei em contato com outros programas de história oral e com a rede internacional de pesquisadores interessados no uso de narrativas autobiográficas de relatos orais para a investigação social. Me interessei, então, pelo trabalho realizado até o momento neste campo, sobretudo na América Latina. (Rocha Lima, 1993, p. 221)¹¹³

Seus referenciais teóricos e conceituais, porém, vinham de outro continente. Atenta ao trabalho de europeus como Paul Thompson, Franco Ferrarotti, Daniel Bertaux e, principalmente, Luisa Passerini, Rocha Lima teve um bom trânsito no panorama internacional de história oral e, assim como Camargo, participou das redes internacionais de intercâmbio, esteve em congressos, frequentou as páginas de revistas importantes.¹¹⁴

¹⁰⁹ Camargo, A. (org.) **O intelectual e o político: Encontros com Afonso Arinos**. Brasília: Senado Federal/Dom Quixote, 1984.

¹¹⁰ Schwartzman, S. (org.) **História da ciência no Brasil: Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: CPDOC/Finep, 1984.

¹¹¹ Camargo, A. **Artes da política: Diálogo com Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

¹¹² Amado, J. “Conversando: O CPDOC no campo da história oral”. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 59-83.

¹¹³ Rocha Lima, V. “Las mujeres en el exilio: Volverse feminista”. In: Aceves, J. (org.) **Historia oral**. San Juan: Instituto Mora/Universidad Autónoma Metropolitana, 1993. p. 219-242.

¹¹⁴ Por exemplo, participou do X Congresso Mundial de Sociologia, como membro do grupo “The uses of autobiographical narratives for sociological research”, em agosto de 1982, apresentando trabalho sobre o projeto “Memórias do exílio”. No ano seguinte, participou de conferência em Nova York sobre Women’s history e oral history, sendo convidada para publicar sua fala no já extinto: Rocha Lima, V. “Women in exile: Becoming feminist”. **International Journal of Oral History**, v. 5, n. 2, p. 81-99, 1984. Ao que consta, a última contribuição internacional em língua inglesa de Valentina da Rocha Lima enfocou seu trabalho sobre Getúlio Vargas, com o artigo: Rocha Lima, V. “Getúlio: Oral history, political biography and national myth”. **Oral History Journal**, v. 16, n. 1, p. 34-9, 1988. O artigo consistia em uma adaptação da introdução do livro sobre Getúlio que ela publicou pela Record em 1986. Mais tarde, seu artigo de 1984 foi traduzido para a língua espanhola: Rocha Lima, V. “Las mujeres en el exilio: Volverse feminista”. In: Aceves, J. (org.) **Historia oral**. San Juan: Instituto Mora/Universidad Autónoma Metropolitana, 1993. p. 219-242.

No Brasil, trouxe à luz duas publicações pioneiras, resultantes de projetos coletivos que ela havia coordenado: *Getúlio: Uma história oral* e *Tancredo fala de Getúlio*, ambos de 1986.¹¹⁵ Publicados por editoras de abrangência nacional e perfil comercial, os livros tiveram um alcance público ainda maior do que o CPDOC estava acostumado, reforçado pelo interesse na figura de Vargas. No exterior, o então professor de história da América Latina da University of New Mexico, Michael L. Conniff, resenhava *Getúlio* como um livro dotado de uma “abordagem inovadora”, embora exigisse muito do leitor por ser desprovido de notas explicativas. Para o estudioso, a primeira impressão do livro poderia ser a de uma colagem de excertos de relatos. “Na realidade é um livro cuidadosamente planejado e confeccionado, com sua própria metodologia e quadro interpretativo”, escreveu.¹¹⁶

Os nomes de Aspásia Camargo e Valentina da Rocha Lima continuaram, com justiça, a cintilar como as estrelas do Programa de História Oral da instituição. Este, porém, se despersonalizou na mesma medida de sua consolidação, o que foi fundamental para garantir sua exitosa continuidade. Pouco a pouco, o setor deixou de se calcar em pessoas e adquiriu um perfil mais institucional – grande exemplo dessa transição foi o fato de o livro que viria a consubstanciar sua experiência na área de história oral ser assinado não por uma de suas célebres pesquisadoras, mas pela então novata Verena Alberti. Na entrevista que me concedeu em 2011, ela condensou, de forma prenante, tanto sua inserção quanto as características do próprio programa, inflado por uma equipe numerosa:

Na minha faculdade de História eu não vi história oral. Durante uns quatro anos eu trabalhei aqui no CPDOC como estagiária, mais no Dicionário Histórico-Biográfico, e não vi história oral. Comecei a trabalhar na História Oral propriamente em [19]85. Aí eu já estava fazendo Mestrado há um ano.

(...)

E aí a história oral apareceu, então, quando você estava dentro. Você não tinha um interesse prévio, específico, em história oral.

Não. Quando eu comecei a trabalhar no Programa de História Oral eu não tinha. Tinha interesse específico na questão biográfica – que tem a ver com

¹¹⁵ Rocha Lima, V.; Ramos, P. A. (org.) **Tancredo fala de Getúlio**. Porto Alegre: L&PM, 1986; Rocha Lima, V. **Getúlio: Uma história oral**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

¹¹⁶ Conniff, M. L. “Getúlio: Uma história oral” [Book review]. **The Hispanic American Historical Review**, v. 68, n. 3, p. 624-5, August 1988.

história oral, também, com histórias de vida. Eu tinha esses interesses, mas não com história oral em si, com a metodologia.

Quando você entrou no programa você fazia o quê?

O Programa de História Oral, quando eu entrei, em [19]85, tinha uma equipe maior do que tem hoje. Hoje ele se reduziu bastante: são dois pesquisadores e mais dois analistas de documentação e informação, sendo que praticamente todo o corpo de pesquisadores [e] pesquisadores do CPDOC produz entrevistas de história oral. O Programa de História Oral acabou sendo o lugar de gestão desse acervo, de cuidar desse acervo. Antigamente também era o lugar de produção desse acervo; era um lugar aonde as pessoas iam mais para produzir e para gerir também o acervo.

A equipe era maior; então eu trabalhei em todas as etapas. Foi aí que eu aprendi a trabalhar com história oral, com as pessoas que já havia aqui, que me ensinaram o que que era história oral, me ensinaram os debates, discussões... Aí eu comecei a ler [sobre isso, quando] já estava trabalhando. Comecei sem fazer entrevistas. Primeiro começa pelas beiradas, né? Conferência de fidelidade, e o sumário, arrumação de roteiro, para depois fazer a entrevista. Fui aprendendo como uma aprendiz mesmo. [Quando] entrei aqui [o Programa] já estava consolidado. Eu entrei aqui em [19]85, já tinha dez anos de história oral. Então eu fui aprendendo o que já era um conhecimento e uma prática solidificada.

E você ia aprendendo...

Na prática, né?

E lia muitas coisas também?

Lia. Lia a literatura tradicional, que eu acabei lendo bastante para escrever o manual. O manual é de [19]90 – primeira edição do manual. E também nesse período eu fui lendo a literatura da área de Ciências Sociais, da área de História, mesmo, e mais a metodologia. Aqui tinha os manuais antigos, os manuais americanos, de história oral – ainda tem, na biblioteca do sétimo andar –, que são os da década de [19]70.¹¹⁷

Enquanto Verena Alberti progredia no setor, o poder interno mudou de mãos: em 1988, Angela Maria de Castro Gomes assumiu a coordenação do Programa de História Oral, permanecendo no cargo até 1991. Distinguindo-se de suas predecessoras, mais do

¹¹⁷ “Com todas as fontes é preciso cautela” – Entrevista com Verena Alberti. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

que construir um arsenal de relatos – missão central de um arquivo de história oral –, ela queria buscar, na forma, os significados das entrevistas. Como afirmou no início dos anos 1990:

acho que para mim o grande valor do trabalho com as entrevistas não foi tanto a revelação de novas informações que, de certa forma, eu já possuía. O fundamental foi conseguir perceber nessas informações outros significados, justamente a partir da forma como eram transmitidas. Isto é, elas não eram distintas em conteúdo efetivo, mas me propiciavam distinções a partir das maneiras de expressão (Gomes, 1992, p. 168)¹¹⁸

Angela de Castro Gomes inseriu a história oral entre seus vários métodos na pesquisa histórica, como sua hoje aclamada tese de doutorado – *A invenção do trabalhismo*, publicada primeiramente em 1988 – demonstra.¹¹⁹ Ela valia-se das histórias de vida para, como escreveu em 2004, “dar cor e sabor às afirmativas e interpretações de teor mais generalizante” (Gomes, 2004, p. 177).¹²⁰ Ainda em 1988, quatro das treze entrevistas conduzidas para o estudo foram publicadas no livro *Velhos militantes: Depoimentos*.¹²¹ De certa forma, o trabalho da autora enfrentava um problema que ela mesma apontara, no começo da década:

No Brasil, sem dúvida, não constitui hábito difundido na área das ciências sociais o registro de procedimentos, problemas e soluções enfrentados e encontrados ao longo de uma determinada experiência de pesquisa. Excetuando-se as ricas contribuições e exemplos dos trabalhos antropológicos, com seus diários de campo e reflexões acuradas sobre as relações entre o pesquisador e seu objeto de estudo, não visualizamos nada tão sistemático nos campos da sociologia, da ciência política e, sobretudo, da história. (Gomes, 1981, p. 259)¹²²

Com tudo isso, a mão de Aspásia Camargo passou a pesar menos sobre os pesquisadores do Programa e outras direções de pesquisa e reflexão começaram a ganhar espaço. Um dos eventos marcantes nesse caminho de afrouxamento foi a visita, em 1987,

¹¹⁸ Gomes, A. M. C. “História oral e histórias de vida: Temas e abordagens”. **Cadernos de História e Saúde**, v. 2, p. 167-9, 1992.

¹¹⁹ Gomes, A. M. C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

¹²⁰ Gomes, A. M. C. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980”. **Estudos Históricos**, n. 34, p. 157-86, 2004.

¹²¹ Gomes, A. M. C.; Flaksman, D.; Stotz, E. N. (org.) **Velhos militantes: Depoimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

¹²² Gomes, A. M. C. “Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: Arquivos privados e jornais”. **Revista Brasileira de História**, v. 1, n. 2, p. 259-83, 1981.

do sociólogo austríaco Michael Pollak a convite de Alzira Alves de Abreu, que o havia conhecido em sua segunda visita à França, onde ele trabalhava. “Foi nesse período que eu estive lá, que todo mundo estava estudando muito Maio de 68 (...). Eu me lembro que eu discuti com Pollak, com essa gente toda sobre a guerrilha no Brasil”, rememorou em entrevista concedida em 2010.¹²³ Mais de dez anos antes ela já havia relembrado, em entrevista a Maria Celina D’Araújo em 1999, o período em que voltou da França, depois de 1985:

nessa época percebi que se fazia, por exemplo, uma série de entrevistas no CPDOC, mas não se discutia o que era história oral, não se discutiam questões de método, não havia um trabalho de reflexão sobre a memória. Eu havia discutido isso com Michel Pollack [sic], na França, e o convidei para vir ao Brasil. Ele passou um mês aqui, e aí começou outra vertente dentro dos estudos de história oral. Passamos a trabalhar com tecnocracia, começamos com o projeto da Eletrobrás e depois do Banco Central e da Petrobras. (D’Araújo, 1999, p. 255)¹²⁴

Em sua visita ao país, Pollak ministrou duas conferências – sugestivas naquele momento histórico, dado que o autor propugnava que determinadas situações favorecem o aparecimento de memórias subterrâneas, silenciadas, em estado latente, que são trazidas à tona. Em 1989, a revista *Estudos Históricos* publicou uma das palestras, “Memória, esquecimento e silêncio”, que se tornaria bem conhecido no Brasil, e menos referido na literatura internacional da área. Após a morte de Pollak, em 1992, a revista publicou sua outra conferência: “Memória e identidade social”.¹²⁵

A principal reorientação prática do Programa de História Oral naquela década, porém – como o relato de Alzira Alves de Abreu já sugeriu –, parece ter sido resultado da demanda maior por parte de empresas e agências governamentais pela criação de centros de memória e confecção de trabalhos de memória institucional. Marieta de Moraes Ferreira, que ingressou no CPDOC na mesma década de 1980, estende essa interpretação para o cenário mais amplo no período:

¹²³ Abreu, A. A. **Depoimento - 2010**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2012. 44 p. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 15 de março de 2013.

¹²⁴ In: D’Araújo, M. C. “O CPDOC e a redescoberta do Brasil contemporâneo”. In: **Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 227-67.

¹²⁵ Pollak, M. “Memória, esquecimento e silêncio”. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989; Pollak, M. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

O exemplo mais importante foi a criação, em 1986, do Centro de Memória da Eletricidade do Brasil, da Eletrobrás, que abriu um novo campo de trabalho para a História Oral. Instituições semelhantes, como a Petrobrás, o Banco Central, o Ministério das Relações Exteriores, também se interessaram em realizar projetos de História Oral, na maioria das vezes não criando programas próprios, mas contratando instituições especializadas para realizar o trabalho. O CPDOC e a Fundação Joaquim Nabuco muito se beneficiaram dessa orientação ao conseguirem, através de convênios, angariar recursos para ampliar e dinamizar seus programas. (Ferreira, 1994, p. 14)¹²⁶

Devido a problemas financeiros no interior da própria Fundação Getúlio Vargas, a assinatura de convênios passou a ser premente na instituição na segunda metade dos anos 1980 (Amado, 2003, p. 65).¹²⁷ A Petrobrás, a Eletrobrás, o Banco Central do Brasil e o BNDES tornaram-se parceiros – ou clientes, na linguagem do setor privado – em um momento muito oportuno para o CPDOC. A abertura para convênios “não quer dizer, contudo, que a partir daí a sistemática de trabalho tenha mudado radicalmente”, Verena Alberti fez questão de demarcar, uma década depois. “Na verdade, a passagem da fase em que a instituição era subvencionada pela Finep e pela FGV para a fase de ‘autossuficiência’ foi e está sendo bastante gradual”, insistiu ela.¹²⁸ Seja como for, com os convênios do CPDOC instaurava-se também o hábito mais tarde difundido no campo da história oral de justificar a execução de projetos contratados como necessidade – não como escolha. A história oral institucional ou empresarial, desde então, foi justificada com base em argumentos que não meramente a transferência de recursos: falava alto o pressuposto do interesse público sobre a história de empresas estatais, e, mais que isso, a manutenção do próprio Programa, que iniciou os anos 1980 como o mais importante do país e chegou à década seguinte igualmente (se não mais) celebrado.

A persistência da história oral pública

¹²⁶ Ferreira, M. M. “Introdução”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-17.

¹²⁷ Amado, J. “Conversando: O CPDOC no campo da história oral”. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 59-83.

¹²⁸ Alberti, V. **O acervo de história oral do CPDOC: Trajetória de sua constituição**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6840/863.pdf. Acessado em: 2 nov. 2012.

Na aurora dos anos 1980, outra iniciativa institucional ganhou fôlego: o programa de entrevistas do Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Muito disso se deveu ao período de Boris Kossoy na direção da instituição, entre 1981 e 1983, contando com o estímulo do secretário da Cultura de então, João Carlos Martins. Kossoy foi responsável por sistematizar a prática mais ou menos dispersa de coleta de entrevistas em um Programa de História Oral organizado e mais dinâmico. Ele deu o pontapé para parcerias com pesquisadores e outras instituições – oferecendo a estrutura técnica para realização das gravações e deixando a condução das entrevistas sob responsabilidade dos parceiros. Essa modificação ajudou o MIS a ampliar seu acervo de depoimentos e orientá-lo em torno de projetos, tornando a prática de história oral no local mais organizada.

Como resultado disso, já em 1982 foi publicado o *Catálogo de Depoimentos – 1970/1982*¹²⁹, demonstrando o que o MIS paulistano vinha fazendo na área. Em sua introdução, Kossoy explicava que, nos dois anos em que estava ali, havia sido possível gravar em torno de 250 entrevistas – mais do que o dobro do que havia sido feito em toda a década anterior – já que “a captação e a produção sistemática de depoimentos através do programa de história oral desenvolvido nos últimos 2 anos tem sido uma das metas prioritárias” (Kossoy, 1982, s. p.).¹³⁰ Os projetos em tela, naquele ano, percorriam várias áreas das artes: a memória do cinema paulista dos anos 1950, o desenvolvimento histórico da fotografia no Brasil, a televisão, as artes plásticas e visuais, música popular e erudita, além de outros projetos de temática variada, como aquele sobre os chamados “estudos brasileiros” (no caso, entrevistas com intelectuais), o projeto Memória da Amazônia e o projeto sobre a Revolução Constitucionalista de 1932. Outras instituições também passaram a procurar o Museu para criar suas próprias pesquisas de história oral, ligadas ou não ao mundo das artes – foi o caso da Academia Paulista de Psicologia, interessada em registrar relatos de pioneiros da psicologia paulista.¹³¹

Dentre os projetos desenvolvidos no MIS, aquele que esteve mais imediatamente vinculado à história oral foi sobre o carnaval paulistano, coordenado por Olga von Simson

¹²⁹ Museu da Imagem e do Som. **Catálogo de Depoimentos – 1970/1982** [Cadernos do MIS n. 3]. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 1982.

¹³⁰ Kossoy, B. “Introdução”. In: Museu da Imagem e do Som. **Catálogo de Depoimentos – 1970/1982** [Cadernos do MIS n. 3]. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 1982.

¹³¹ **O Estado de S. Paulo**, p. 37, 10 de setembro de 1981.

e realizado como uma parceria entre o MIS e o CERU, como sinalizei anteriormente. Tendo iniciado o convênio em 1981, von Simson foi a primeira pesquisadora do campo da história oral a buscar essa aproximação. Trinta anos depois, ela rememorou a origem do trabalho no MIS, ressaltando o papel que a institucionalidade do museu teve no processo de convencimento de alguns de seus entrevistados:

Eu tinha feito um levantamento no MIS e não tinha encontrado nada sobre o Carnaval, e propus a ele [Boris Kossoy] se lhe interessava eu fazer a coleta dos depoimentos, sempre que possível, lá no MIS – porque eles tinham estúdio isolado, tinham toda a aparelhagem técnica necessária para uma boa coleta – e depois eles me dariam uma cópia em cassete para eu trabalhar. Então, levei um grande número deles para o Museu da Imagem e do Som. Por quê? Também porque muitos deles, as figuras mais importantes, já tinham sido explorados pela imprensa e diziam: “Ah, lê a *Gazeta*, lê o *Estado*, lê a *Folha*, que eu já dei entrevista”. Aí, dizer que eles iam dar o seu depoimento no Museu da Imagem e do Som era uma forma de, para aqueles que eram mais informados, se convencerem e concordarem em dar um depoimento longo.¹³²

Dando continuidade a seu relato, Olga von Simson conta, porém, que a estratégia de atrelar sua pesquisa ao prestígio institucional no MIS não funcionou com todos os depoentes procurados, devido a uma curiosa superstição:

Para alguns era o contrário, porque o Rio de Janeiro também estava começando a coletar os depoimentos sobre o carnaval carioca no Museu da Imagem e do Som, principalmente dos mais idosos e dos mais frágeis. Muitos dos que deram depoimentos morreram depois de dois ou três meses. E aí me disseram: “Ah, professora, eu não vou, porque dar depoimento no Museu da Imagem e do Som é abotoar o paletó”. E aí eu não conseguia... Eu tinha que deixar que ele escolhesse o local desejado e ia, ou até a sede da escola de samba ou até a casa, e fazia o depoimento coletado localmente. São várias estratégias que você vai desenvolvendo justamente para poder convencê-los.¹³³

Depois de von Simson, outros acadêmicos viriam a frequentar o MIS para gravar suas entrevistas. Outro orientando de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Paulo Marcos Puterman, começou no mesmo ano a desenvolver no local o projeto “O Choro e a música paulistana no começo do século XX”. Em 1982, os pesquisadores do CERU dividiriam

¹³² “O compromisso com o grupo que você entrevista é para a vida inteira” – Entrevista com Olga Rodrigues de Moraes von Simson. Gravada em julho de 2011. Campinas, SP.

¹³³ “O compromisso com o grupo que você entrevista é para a vida inteira” – Entrevista com Olga Rodrigues de Moraes von Simson. Gravada em julho de 2011. Campinas, SP.

espaço com José Carlos Sebe Bom Meihy, que àquela altura não tinha envolvimento com o método da história oral. Foram os seus interesses temáticos que o levaram até lá para coordenar dois ciclos de entrevistas: um sobre a memória histórica de Taubaté (no qual foram realizadas duas entrevistas com artistas, Renato Teixeira e Tony Campello) e outro sobre a história do futebol brasileiro, em parceria com José Sebastião Witter.

Os ventos que sopravam a favor do Programa de História Oral do MIS não tardariam, porém, a cessar. Como costuma acontecer, a posse de André Franco Montoro como governador do Estado de São Paulo, em março de 1983, foi sucedida por uma série de alterações de pessoal nos cargos de confiança do governo. O secretário de cultura do governo do Estado foi trocado – com ele, Boris Kossoy também foi removido de seu cargo de diretor do museu. A instituição como um todo, e o Programa de História Oral especificamente, sofreram um revés quando Ivan Negro Isola assumiu seu cargo, priorizando outras áreas. Só no final da década, quando Sonia Maria de Freitas assumiu a coordenação do setor de depoimentos, as vozes de criadores voltam a ser registradas.

As ocorrências desfavoráveis no MIS não representaram, porém, o silenciamento da matriz de inspiração pública da história oral feita no Brasil. Outras instituições passaram a ter a gravação e a publicização de depoimentos em sua agenda, como ocorreu com o Arquivo Histórico do Museu da República, no Rio de Janeiro. No Sul do país, uma iniciativa de porte teve lugar: um grupo de intelectuais judeus criou em Porto Alegre, em 1985, o Instituto Cultural Marc Chagall, que tinha entre seus propósitos principais preservar e transmitir registros da cultura e da tradição judaica para as futuras gerações, a exemplo do que pessoas como Egon e Frieda Wolff já vinham fazendo. Entre 1986 e 1989, um ambicioso projeto de seu Departamento de Memória foi a base para um rico acervo de história oral, com mais de 400 entrevistas, e para o catálogo duplo e bilíngue *Imigração judaica no Rio Grande do Sul: História de vida*.¹³⁴ O êxito rápido conquistado pela instituição motivou inclusive a constituição da Rede Nacional de Memória Judaica, cuja presidência ficou a cargo do Instituto.¹³⁵

¹³⁴ Instituto Cultural Marc Chagall. **Imigração judaica no Rio Grande do Sul: História de vida**. Porto Alegre: Instituto Cultural Marc Chagall, 1989.

¹³⁵ Ver: Golandisnki, E. “Preservação da memória judaica no Rio Grande do Sul através da história oral”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 53-6.

Sem surpresa, a ênfase nas entrevistas se espalhou para o ramo editorial. Um dos projetos mais bem sucedidos da década de 1980 talvez tenha sido o livro do jornalista Ricardo Setti, *Conversas com Vargas Llosa*¹³⁶, baseado em entrevistas com o escritor peruano – livro posteriormente traduzido para vários idiomas e com trechos republicados em publicações importantes como a *Paris Review*. “As históricas entrevistas da *Paris Review*” com escritores, aliás, foram traduzidas para o português em dois volumes publicados pela Companhia das Letras em 1988 e 1989.¹³⁷ Iniciativas como essa bebiam em uma tradição de pesquisa acoplada também ao ofício do jornalista: a de realizar e compilar entrevistas que não consistiam na abordagem superficial e meramente informativa de algo episódico e passageiro – a imagem mitificada no campo da história oral para se distinguir dos profissionais da comunicação. Foram os jornalistas os responsáveis, em grande parte, por cultivar no mercado editorial um nicho digno de ser ocupado pela publicação de entrevistas.

Assim, numerosos livros de interesse variado faziam companhia à mais franzia presença da história oral nas estantes de livrarias: Denira Rozário conversando com poetas; Jorge Fernando Santos, com artistas do teatro mineiro; Telê Ancona Lopez reunindo e editando entrevistas de Mário de Andrade; teólogos da libertação falando sobre a mulher; Bresser Pereira discutindo suas ideias e suas ações na administração pública – entre tantos outros mais.¹³⁸ Experimentalmente, Cremilda Medina inaugurou na Escola de Comunicações e Artes da USP a série de livros *São Paulo de perfil*, na qual estudantes de jornalismo saíam às ruas e escreviam longos perfis fortemente baseados em entrevistas – provando que a entrevista era o “diálogo possível”, argumento de Medina no livro sobre entrevistas que lançou em 1986.¹³⁹ Nenhum projeto editorial, porém, parecia fazer frente ao de Lourenço Dantas Mota, condutor e editor de muitas entrevistas que o

¹³⁶ Setti, R. A. *Conversas com Vargas Llosa*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹³⁷ **Os escritores 1: As históricas entrevistas da *Paris Review***. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; **Os escritores 2: As históricas entrevistas da *Paris Review***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹³⁸ Rozário, D. **Palavra de poeta: Coletânea de entrevistas e antologia poética**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989; Ancona Lopez, T. P. **Entrevistas e depoimentos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983; Santos, J. F. **Teatro mineiro: Entrevistas e críticas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1984; Tamez, E. *et al.* **Teólogos da libertação falam sobre a mulher**. São Paulo: Loyola, 1989; Sardenberg, C. A.; Bresser Pereira, L. C. **Jogo aberto: Entrevistas com Bresser Pereira**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹³⁹ Medina, C. **Entrevista: O diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.

campo da história oral não ouviu. Em 1981, ele publicou três volumes de *A história vivida: Entrevistas*, que reunia uma série de depoimentos concedidos a ele e outros entrevistadores sob os auspícios do jornal *O Estado de S. Paulo*. O fato de os textos serem sido divulgados no jornal e depois transformados em livro de certa forma dimensiona a motivação do autor – a de contribuir para o estudo da história recente oferecendo depoimentos da “inteligência brasileira”, depoimentos que não seriam oferecidos “de uma maneira passiva, em termos meramente memorialísticos, mas no calor de entrevistas” (Dantas Mota, 1981, p. 5).¹⁴⁰ Dantas Mota, na introdução do livro, afirmava que

A entrevista, como meio de se obter depoimentos ou análises históricas para a publicação em jornais ou revistas, não constitui nenhuma novidade. O que nos parece novo nesse projeto é exatamente o fato de ele ser um *projeto*, isto é, de as entrevistas terem sido concebidas, planejadas e organizadas para se atingir um objetivo preciso. Elas não foram feitas ao acaso ou ao sabor das circunstâncias, mas obedeceram a um plano, cuja execução nem sempre foi fácil. (idem, p. 6)

O tenaz jornalista, não satisfeito com os volumes que abriram a década, ainda levou a público entrevistas com Alceu Amoroso Lima, Fernando Henrique Cardoso, e muitas outras figuras de relevo nacional.¹⁴¹ Nada disso impediu que o campo da história oral deixasse esse manancial de histórias narradas de lado, por desconhecimento ou porque elas não se atinham às regras que o campo passava a estabelecer.

Mas é possível que o que de mais impactante apareceu em termos de uma vertente pública do uso de depoimentos na década de 1980 tenha sido o cinema de Eduardo Coutinho. O hoje famoso documentarista já tinha, àquela altura, uma trajetória conhecida – especialmente por trabalhar desde 1975 na equipe do *Globo Repórter*, na fase que precedeu o gênero documentário-reportagem que o programa da TV Globo ostenta até hoje. O ano de 1984 – quando ele realizou *Cabra marcado para morrer*, filme interrompido vinte anos antes em função do regime militar – representou para Coutinho um recomeço: ele retomou a produção de um documentário sobre a morte de um líder camponês paraibano, João Pedro Teixeira, assassinado em 1962, produção abortada em 1964,

¹⁴⁰ Dantas Mota, L. (org.) **A História vivida: Entrevistas**. Vol. I. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981.

¹⁴¹ Ver, por exemplo: Amoroso Lima, A.; Dantas Mota, L. **Diálogos: Tristão de Athayde e Lourenço Dantas Mota**. São Paulo: Ática, 1983; Dantas Mota, L. **Fernando Henrique Cardoso: Entrevistas**. Brasília: Senado Federal, 1985; Dantas Mota, L. **A Nova República: O nome e a coisa**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

quando a equipe foi presa, acusada de comunismo. Um ano antes do desmonte definitivo da ditadura militar, ele reuniu a mesma equipe e voltou ao local para colher os depoimentos da viúva do personagem e de outros camponeses da região. Recebendo inúmeros prêmios e garantindo a Coutinho reconhecimento imediato, *Cabra marcado para morrer* foi um marco dentro de uma carreira cintilante, construída no acúmulo de exitosos filmes de entrevista.

Coutinho, distinguindo-se dos muitos cineastas que utilizam os depoimentos como uma de suas matérias-primas, encontrou na fala um jeito específico de fazer cinema. Seu trabalho representa um real deslocamento autoral – uma atenção muito explícita às falas e às suas articulações. Na apresentação do livro que reúne suas entrevistas, o também cineasta Felipe Bragança – que descreveu o trabalho de Coutinho como um “cinema de entrevistas” – colocou:

ao contrário de um cinema que quisesse apenas registrar depoimentos, em Coutinho, o falar é sempre um gesto ao vivo, orgânico, onde o corpo, a presença é primordial porque nela estão presentes as pausas, os silêncios, as mudanças de tom facial, o abismo da proposição política que é a afirmação do espírito como ato, como atualização de afetos diante de qualquer desejo burocrático de univocidade do indivíduo ou de massificação (povo) de quem fala. (Bragança, 2008, p. 9)¹⁴²

Isso foi feito através de um método próprio, que prioriza a palavra falada. Coutinho não faz roteiros de documentários – mas faz pesquisas, gravações, e depois as conforma em um filme. Interessa-se pelo acaso e pela surpresa; gosta de ouvir e contar histórias; entende que registra experiências, e não “a verdade pedestre das coisas” (Macedo, 2008, p. 67)¹⁴³; não acredita que um bom filme seja aquele no qual o documentarista sai em busca de falas e imagens que confirmem aquilo que ele se propõe a mostrar. Tudo isso são ingredientes para o que o próprio Coutinho classifica como um “cinema de conversação”. “O improvisado, o acaso, a relação amigável, às vezes conflituosa,

¹⁴² Bragança, F. “Apresentação”. In: Bragança, F. (org.) **Eduardo Coutinho**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008. p. 8-11.

¹⁴³ Macedo, V. “O silêncio depois de uma fala é a coisa mais linda que há”. In: Bragança, F. (org.) **Eduardo Coutinho**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008. p. 64-79.

entre os conversadores dispostos, em tese, dos dois lados da câmara – esse é o alimento essencial do documentário que procuro fazer” (Coutinho, 2008, p. 15), escreveu.¹⁴⁴

Depois de *Cabra marcado para morrer*, Coutinho deu prosseguimento a uma carreira vitoriosa, tendo a fala e a memória como seus substratos. Em *Santa Marta: Duas semanas no morro*, de 1987, trabalhou com as gravações feitas por ele e sua equipe em duas semanas na favela, em um momento no qual essa temática ainda não havia invadido a cinematografia nacional. Em *Volta Redonda: Memorial da greve*, de 1989, gravou depoimentos sobre a histórica greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional. Ao longo do tempo, Coutinho depurou seu método de entrevistas até chegar a clássicos como *Edifício Master*, de 2002, e *Jogo de cena*, de 2007.

Sem adotar uma atitude reverente em relação à academia, Coutinho tornou-se, curiosamente, uma de suas figuras queridas – embora, naturalmente, não tenha ficado imune à crítica de acadêmicos.¹⁴⁵ Não apenas por seus filmes, como também por exibir uma reflexão sólida sobre eles (somada à capacidade de discutir antropologia, sociologia, comunicação), Coutinho tornou-se também uma figura popular entre praticantes de história oral. “Eu não sou cientista, mas tratamos dos mesmos problemas: o que é um relato, a fidelidade de um relato, como traduzi-lo. Eu não preciso traduzir o oral para o escrito, mas tenho que editar, e a edição é também um ato de intervenção” (Macedo, 2008, p. 73), disse ele em entrevista de 1998.¹⁴⁶

Aos poucos, seu nome foi se tornando frequente no campo – seja de corpo presente, como convidado para falar em eventos sobre história oral, como o seminário “Ética e História Oral”, de 1995¹⁴⁷; seja como produtor de fontes para análise acadêmica, como serviu a Antonio Torres Montenegro, por exemplo, quando este analisou o relato de um dos narradores de *Cabra marcado para morrer*¹⁴⁸; seja como assunto de trabalhos e

¹⁴⁴ Coutinho, E. “O olhar no documentário”. In: Bragança, F. (org.) **Eduardo Coutinho**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008. p. 14-21.

¹⁴⁵ Ver, por exemplo: Menezes, P. R. A. “A questão do herói-sujeito em *Cabra marcado para morrer*, filme de Eduardo Coutinho”. **Tempo Social**, v. 6, n. 1-2, p. 107-26, 1994.

¹⁴⁶ Macedo, V. “O silêncio depois de uma fala é a coisa mais linda que há”. In: Bragança, F. (org.) **Eduardo Coutinho**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008. p. 64-79.

¹⁴⁷ A participação de Eduardo Coutinho no evento foi transcrita e publicada em: Coutinho, E. “O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade”. **Projeto História**, v. 15, p. 165-91, 1997.

¹⁴⁸ Montenegro, A. T. “Padres e artesãos: Narradores itinerantes”. **História Oral**, v. 4, p. 39-54, 2001.

reflexões, especialmente as já repetitivas digressões sobre as semelhanças entre a história oral e sua obra. A acolhida de Coutinho pelo campo da história oral pode ser pouco usual, mas não é surpreendente: certamente ele é bem-vindo por seu método e por encontrar e expor soluções para problemas correlatos ao campo; mas talvez também porque, à diferença de outras vertentes da história oral de inspiração pública, ele ocupe outros espaços institucionais.

História oral de historiadores

A chegada do primeiro centenário da abolição da escravidura motivou um número admirável de comemorações: livros, espetáculos teatrais, sambas-enredo, exposições, festas populares. Para os acadêmicos, a efeméride também foi propícia: proliferaram estudos sobre a permanência das culturas africanas, sobre a representação do negro na mídia, sobre o papel das mulheres na luta contra a escravidão.¹⁴⁹ Desse momento excepcional de rememoração pública e coletiva, a história oral também tirou seu quinhão.¹⁵⁰

O senso de oportunidade deu o tom para um projeto iniciado em fins dos anos 1980, “Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo”. Maria de Lourdes Mônaco Janotti, que idealizou o projeto e o coordenou em parceria com Suely Robles de Queiroz, relembrou, em 2012:

Estava se aproximando o centenário da Abolição. Foi uma coisa totalmente não esperada, não planejada: eu vi um cartaz oferecendo um prêmio de financiamento de pesquisa sobre escravidão, promovido pelo CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea). Eu me reuni com a professora Suely Robles Reis de Queiroz, ambas estávamos ministrando um curso sobre a escravidão no Brasil, e sugeri: “Vamos fazer um projeto sobre a memória da escravidão?”. Eu tinha ótimas orientandas – hoje são pessoas

¹⁴⁹ Qualquer arrolamento da produção (artística ou intelectual) motivada pelo centenário será incompleta. O Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, porém, possui uma excelente fonte de referência sobre o assunto: a coleção Centenário da Abolição, derivada de um projeto coordenado por Yvonne Maggie que coletou materiais variados sobre a comemoração. O acervo está disponível no site: <http://www.pacc.ufrj.br/acervo/>.

¹⁵⁰ Cabe mencionar que, fora do âmbito estrito da história oral, em 1988 foi lançado um livro contendo depoimentos de escravos brasileiros: Maestri Filho, M. J. **Depoimentos de escravos brasileiros**. São Paulo: Ícone, 1988.

muito conhecidas na área. Reunimo-nos com minhas orientandas e resolvemos que elas ficariam como supervisoras desse projeto.¹⁵¹

Financiada pelo CNPq e pela Fundação Ford, a pesquisa levou a história oral, pela primeira vez, ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, onde Robles de Queiroz e Janotti eram professoras. A primeira havia sido uma das alunas no segundo curso de história oral realizado no Brasil, na Universidade de Brasília, como vimos no capítulo anterior. Sua colega ainda pouco sabia sobre o assunto. “O que eu conhecia de história oral? Praticamente nada. Eu ia a um ou outro encontro do CERU porque gostava das pesquisas coordenadas pela professora Maria Isaura Pereira de Queiroz”, disse Janotti em 2012, acrescentando que a expressão “história oral” não era tão corrente na época da pesquisa.

Pois nos anos de 1987 e 1988 as professoras e sua equipe precisaram sair em busca de um instrumental ao qual não estavam habituadas para levar adiante o objetivo de registrar a memória que famílias negras do Estado de São Paulo tinham sobre os tempos da escravidão, oferecendo uma visão sobre o período diferente daquela que as fontes até então majoritariamente disponíveis facultavam. No total, cerca de 120 pessoas – depoentes de três gerações de 44 famílias, do interior e da Capital paulista – foram entrevistadas por uma equipe de quase vinte alunos que atuaram como pesquisadores.

A execução do projeto esteve ligada, conforme o próprio relato de Janotti, a uma justaposição de três elementos: o materialismo histórico, como abordagem historiográfica que determinou a conexão entre as memórias coletadas e o tema maior do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo; as teorias sobre a memória extraídas dos trabalhos de Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi; e o método sociológico de coleta de entrevistas, em uma visada multigeracional, adquirido através de Maria Isaura Pereira de Queiroz e com base nas propostas metodológicas de Daniel Bertaux. “Então [você me pergunta]: ‘ah, você viu livros de história [oral]?’ Não”. Mas “inspirada em teorias de Marx e Engels sobre a classe operária, fiz minha primeira pesquisa utilizando depoimentos orais”, acrescenta Janotti, reforçando a antiguidade do uso de relatos orais na pesquisa

¹⁵¹ “A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

histórico-sociológica, mas assinalando sua pouca familiaridade com a literatura de divulgação do método da história oral.

Após a coleta das entrevistas, o projeto teve várias frentes de aproveitamento. A documentação completa (relatórios, fitas, cadernos de campo, fotografias, transcrições das entrevistas, entre outros materiais) foi depositada no Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH) da FFLCH-USP e as transcrições das entrevistas ganharam duplicação doada em 1991 ao Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP. O projeto gerou diversos artigos publicados pelos pesquisadores¹⁵², foi a base para pelo menos uma dissertação de mestrado¹⁵³ e conquistou inclusive repercussão internacional: em 1992, o projeto era listado na bibliografia selecionada de estudos sobre a América Latina da revista *Oral History Review*.¹⁵⁴ Em 1993, o capítulo “*Memory of Slavery in Black Families of São Paulo, Brazil*”, de Janotti e Zita de Paula Rosa, era publicado em livro organizado por Paul Thompson e Daniel Bertaux.¹⁵⁵ Mais tarde, a pesquisa ainda alimentaria outra iniciativa no campo da história oral – o projeto “Memórias do cativo”, realizado a partir de 1994 na Universidade Federal Fluminense por Hebe Mattos, Ana Lugão Rios e Robson Martins, que teve múltiplos resultados, nos quais a equipe sempre se

¹⁵² Rosa, Z. P. “Fontes orais de famílias negras”. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 251-65, 1988; Janotti, M. L. M.; Queiroz, S. R. “Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 28, p. 77-89, 1988; Janotti, M. L. M.; Rosa, Z. P. “Transmissão da memória sobre a escravidão”. *História*, v. 14, p. 111-25, 1995; Luca, T. R. “Relatos autobiográficos: Perspectivas e possibilidades”. In: Malatian, T.; Leme, M. S.; Manoel, A. (org.) *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. São Paulo: Olho d’Água, 2003. p. 133-49; Janotti, M. L. M. “Questionando a narrativa memorialística”. In: Malatian, T.; Leme, M. S.; Manoel, I. V. (org.) *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. São Paulo: Olho d’Água, 2003. p. 91-102; Queiroz, S. R. “Espaço público e privado em depoimentos orais”. In: Malatian, T.; Leme, M. S.; Manoel, I. V. (org.) *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. São Paulo: Olho d’Água, 2003. p. 103-118.

¹⁵³ Callari, C. R. *Identidade e cultura popular: Histórias de vida de famílias negras*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

¹⁵⁴ Stephenson, S. E. “Selected Bibliography, 1989-1990”. *Oral History Review*, v. 20, n. 1/2, p. 153-65, April 1992.

¹⁵⁵ Originalmente, no volume 2 do *International Yearbook of Oral History and Life Stories*, posteriormente reproduzido em: Janotti, M. L. M.; Rosa, Z. P. “Memory of slavery in black families of São Paulo, Brazil”. In: Bertaux, D.; Thompson, P. (org.) *Between generations: Family models, myths, and memories*. Oxford: Oxford University Press, 1993. O artigo também foi incluído em: Miller, R. L. (org.) *Biographical Research Methods*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2005.

reconheceu tributária da pesquisa realizada na USP. “Esta não é uma experiência pioneira”, repetiu Hebe Mattos em várias ocasiões.¹⁵⁶

Janotti foi uma exceção entre as novas figuras da história oral dos anos 1980. Àquela altura ela já era uma professora respeitada e historiadora reconhecida no país graças a trabalhos de referência – especialmente seus livros *Os subversivos da República* (1986) e *A Balaçada* (1987)¹⁵⁷ – e não tinha intenção de mudar sua orientação:

mas dei um caráter histórico bastante forte às pesquisas em que utilizei fontes orais. Explico: publiquei a história de duas Marias, duas negras que continuaram praticamente escravas. Mas como que eu fiz isso? Dentro de uma perspectiva da formação do mercado de trabalho no Brasil. A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica, nunca foi – não por eu não gostar de fazer, [mas] por não ter essa inclinação ou formação – nunca foi a biográfica. Usei as biografias ou o conjunto das biografias para escrever artigos sempre visando uma problemática histórica, em geral sobre a questão social.¹⁵⁸

Posteriormente, Janotti não começou de imediato outro trabalho com história oral. Porém, já no início dos anos 1990 veio a se conectar com outros praticantes, que a procuraram visando integrá-la ao movimento que viria institucionalizar o campo. Mais tarde, ela retomou o uso do método. Fez isso, por exemplo, em seu estudo sobre o Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo, entrevistando ex-alunos e ex-professores. O trabalho gerou artigos, mas não foi plenamente concluído, em parte devido à sua ligação afetiva com o tema.¹⁵⁹ Depois de iniciar sua carreira profissional em 1960, como professora da rede pública de educação, tornou-se docente do curso secundário no Colégio de Aplicação da USP:

¹⁵⁶ Por exemplo, em: Mattos, H. M. “Os combates da memória: Escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros”. *Tempo*, v. 3, n. 6, p. 119-38, 1998.

¹⁵⁷ Janotti, M. L. M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986; Janotti, M. L. M. *A Balaçada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁵⁸ “A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

¹⁵⁹ Janotti, M. L. M. “Problemas metodológicos: Depoimentos e repressão”. *Cadernos CERU*, v. 12, p. 31-51, 2001; Janotti, M. L. M. “Barbárie, ensino e historiografia”. *Saeculum*, v. 2, n. 6/7, 2001; Janotti, M. L. M.; Souza, M. C. C. “O Colégio de Aplicação da USP: Anos 50 e 60”. In: von Simsom, O. R. M. (org.) *Os desafios contemporâneos da história oral – 1996*. Campinas: CMU, 1997. p. 267-290; Janotti, M. L. M. “Imprensa e ensino na Ditadura”. In: Ferreira, A. C.; Bezerra, H. G.; Luca, T. R. (org.) *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Unesp, 2008. p. 95-116.

Foi muito feliz a minha estadia no Colégio de Aplicação. Conheci várias perspectivas dos teóricos da psicologia e da pedagogia, principalmente as propostas de Jean Piaget. Até que veio a “revolução”, em [19]64. Em [19]65 eu entrei na Faculdade [de Filosofia, Letras e Ciências Humanas] como assistente da disciplina de Metodologia e Teoria da História deixei o ensino secundário. Em [19]67 o colégio foi invadido pela polícia e pelo DEOPS. Logo após, agonizou um ano e meio até ser absorvido na rede de ensino. Sobre isso é a minha atual pesquisa, que já tem quase vinte anos. Para mim é muito difícil falar nisso, porque foi uma experiência muito importante na minha vida, uma definição profissional e ideológica fundamental. Eu vi o Colégio fechar sob a ditadura, os alunos serem maltratados, a harmonia desaparecer; o trágico é que houve convivência de setores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Eu já escrevi vários artigos sobre isso, mas um livro ainda não.¹⁶⁰

Bem mais tarde, já nos anos 2000, Janotti envolveu-se em uma parceria interdisciplinar com Alice Beatriz da Silva Gordo Lang para a confecção do livro *Espiritismo progressista: Pensamento e ação de Rino Curti*, lançado em 2005.¹⁶¹ Ao longo da pesquisa – derivada de um convite externo para a escrita da biografia de Curti, um disseminador do espiritismo –, a historiadora teve uma experiência inusitada: a de realizar uma entrevista com um espírito incorporado.¹⁶² No campo das reflexões teóricas, a autora ocupou-se em adensar debates sobre a relação entre história, memória e historiografia.¹⁶³

Outros pesquisadores que começaram a se dedicar à história oral no período em que Janotti se introduziu ao método, em fins dos anos 1980, não gozavam do mesmo tempo de carreira que ela – mas possuíam outras afinidades. Antonio Torres Montenegro foi um deles. Pode-se dizer que eles foram pioneiros na elaboração de uma “história oral de historiadores” – não só no sentido de uma prática de pesquisa que incluía a fonte oral

¹⁶⁰ “A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

¹⁶¹ Lang, A. B. S. G.; Janotti, M. L. M. **Espiritismo progressista: Pensamento e ação de Rino Curti**. São Paulo: Conex, 2005.

¹⁶² Parte da entrevista está publicada no livro em questão, como um depoimento a respeito de Rino Curti: “Comunicação de Pedro Camargo, Vinícius, dirigida especialmente para este livro, enquanto o médium Paulo Augusto Toledo estava sendo entrevistado em 3/6/2003” (Lang & Janotti, op. cit., p. 371).

¹⁶³ Por exemplo: Janotti, M. L. M. “História, acontecimento e narrativa: Confrontações teóricas”. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 24, p. 83-101, 2006; Janotti, M. L. M. “O livro *Fontes Históricas* como fonte”. In: Pinsky, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-22; Janotti, M. L. M. “Pensando as implicações do testemunho na história oral”. In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 161-71.

entre seus materiais, mas de um entrelaçamento entre as questões técnicas e metodológicas da história oral e a discussão teórica sobre a memória e as fontes orais no âmbito da disciplina histórica. Essa conciliação do método com as tradições teóricas historiográficas, que até o final dos anos 1980 não havia figurado como preocupação central para os historiadores envolvidos com o modelo da *oral history*, lhes pareceu necessária: como profissionais da área bem sabem, a distinção entre memória e história foi central para a institucionalização desta última como disciplina.¹⁶⁴

A história oral, primeiro pelas mãos de Janotti e Montenegro, muito contribuiu para trazer à baila a discussão sobre memória no âmbito da pesquisa histórica – funcionando como um “laboratório epistemológico” ou como uma “bússola” para os desafios da história, como Marieta de Moraes Ferreira costuma repetir.¹⁶⁵ Àquela altura, aliás, os importantes trabalhos teóricos de Ferreira (nos quais a autora buscou promover um diálogo entre história oral e história do tempo presente, por exemplo¹⁶⁶) ainda estavam por vir, bem como as de outros historiadores – como Lucília de Almeida Neves Delgado – que adensaram o debate teórico sobre história oral e memória inserindo-o no cabedal de referências do historiador. Rememorando a elaboração do projeto “Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo”, Janotti dá pistas de que o entrelaçamento entre a história oral e seus referenciais historiográficos era mais ou menos natural dentro de sua trajetória:

Desde os anos setenta tínhamos conhecimento da história dos oprimidos, das propostas da Nova História e, posteriormente, da Nova História Política. Fizemos então um projeto sobre memória e história, com entrevistas – não de história oral. (...)

¹⁶⁴ Le Goff, J. “História”. In: **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 1-171; Le Goff, J. “Memória”. In: **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 419-76.

¹⁶⁵ Ferreira, M. M. “Historia oral: Una brújula para los desafios de la historia”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 28, p. 141-52, 2002.

¹⁶⁶ Com destaque para: Ferreira, M. M. “História oral e tempo presente”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21; Ferreira, M. M. “História, tempo presente e história oral”. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 1, n. 5, p. 314-32, 2002.

Resolvemos usar como teóricos: Maurice Halbwachs, que depois veio sendo repetido à exaustão; Ecléa Bosi, que tinha acabado de fazer o livro [*Memória e sociedade*]; Claude Lefort; Walter Benjamin.¹⁶⁷

A perspectiva de uma professora consagrada assemelhava-se à do jovem historiador Antonio Torres Montenegro, que em 1985 iniciou sua pesquisa de doutorado na Unicamp:

Quando você entrou no doutorado, como era fazer história oral na Unicamp, como era a receptividade? E você já tinha ouvido falar de história oral antes?

Veja: meu orientador foi o Edgar De Decca, uma pessoa muito aberta... Ele nunca criou nenhuma dificuldade. Agora, digamos assim, a discussão que eles me estimularam a fazer foi direcionar a reflexão sobre história oral para a memória: entender a memória, entender a história oral dentro de uma discussão sobre memória. E esse aspecto, para mim, foi muito significativo.¹⁶⁸

Montenegro – provavelmente um dos intelectuais mais cosmopolitas do campo da história oral no Brasil – foi de fato capaz de receber, assimilar e transformar informações de diversas tradições disciplinares (filosofia, história, psicologia social), de variadas proveniências geográficas (do Brasil e do mundo), e de combiná-las a objetos de pesquisa localizados, em diferentes escalas. Sendo uma das figuras mais ativas na área, ele construiu uma força institucional incontestável no cenário acadêmico brasileiro. Sem adotar uma postura regionalizante, conseguiu direcionar o prisma da história oral no Brasil para o Nordeste – conquista acadêmica e política importante.

Montenegro graduou-se em Filosofia e foi encaminhado para a área de História por questões circunstanciais (foi convidado para ministrar essa disciplina no Colégio de Aplicação da UFPE após o retorno do professor de Filosofia, também diretor do Colégio, que ele substituiu por um período), além das inquietações intelectuais: ele sentia falta, em seus estudos de filosofia, de uma área de conhecimento concreta à qual pudesse se reportar. Confortável em sua nova área, ele desenvolveu entre 1977 e 1983 uma dissertação de Mestrado sobre o tema da abolição, tendo o século XIX como época de

¹⁶⁷ “A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

¹⁶⁸ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

estudo, e chegou a publicar dois livros a respeito, já por grandes editoras sediadas em São Paulo.¹⁶⁹

Em função desse trabalho, Montenegro foi convidado para dar uma palestra no bairro de Casa Amarela, em Recife, na qual sofreu o choque de perceber que pessoas de carne e osso desconheciam o processo da abolição. Vinte anos depois, ele relatou seu choque: “uma coisa é saber pela informação abstrata (...); mas sentir aquilo na pele (...) causou um impacto muito grande (...) E então eu pensava o seguinte: ‘Bom, em que história vive a população?’ Essa constituía a minha questão” (2008, p. 192).¹⁷⁰ Na entrevista que me concedeu em 2011, o autor relatou esse percurso, após finalizar sua dissertação de mestrado e ingressar como professor da pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco:

[D]as leituras que eu havia feito no período pós dissertação, eu me lembro que teve um impacto muito grande em mim a leitura do *1984*, de George Orwell: aquela ideia dele de que quem controla o passado controla o presente e o futuro. Eu pensava assim: bem, se o passado é controlado e a sua visão do passado, ou a maneira como você pensa o passado, tem uma influência tão grande em como você pensa o presente e o futuro, eu me perguntava: “E a população que não vai à escola, em que passado vive?”. Comecei a ter essa inquietude. (...) [para] quem não vai à escola, o que é a história? O que conhece da história? Não tem como conhecer a história narrada nos livros! Formulei essa questão me perguntando: será que o passado para eles é só a história do cotidiano? É a história que os movimentos sociais produzem? É uma mistura? Enfim, eu tinha essa pergunta.

Em 1985 voltei para a Unicamp para fazer o doutorado com essa proposta de trabalhar com a memória popular, a memória das camadas pobres do Recife, e fui aceito. No momento da pesquisa, procurei um pessoal que fazia trabalho junto ao bairro de Casa Amarela em Recife – que é um bairro muito populoso, e que nessa época tinha uma organização muito grande, tinha uma federação das associações de moradores. (...) Existia uma federação que agregava as diversas associações que existiam lá. Eu fui a essa federação e propus a eles: “vamos fazer a memória do bairro, vocês ficam com cópias, a gente treina uma equipe com pessoas do bairro, e essas pessoas aprendem a técnica das entrevistas”. Já pela experiência com pessoas da universidade que trabalhavam com movimentos sociais, [eu sabia que] havia uma reclamação

¹⁶⁹ Montenegro, A. T. **Reinventando a liberdade: Abolição da escravatura no Brasil**. São Paulo: Atual, 1989; Montenegro, A. T. **Abolição**. São Paulo: Ática, 1988.

¹⁷⁰ “Memórias, percursos e reflexões: Com Antonio Torres Montenegro”. Entrevistado por Elio Chaves Flores e Regina Behar. **Saeculum**, v. 18, p. 187-208, jan./jun. 2008.

muito grande dos movimentos sociais de que o intelectual se apropria do conhecimento das pessoas das camadas populares: faz entrevista, faz filme, e não dá nenhum retorno, não deixa uma cópia do retrato tirado, da entrevista realizada. Então eu propus obter um financiamento para fazer esse trabalho – existia na época a LBA, Legião Brasileira de Assistência, [que] depois, no governo Collor, acabou. Nós conseguimos uma verba grande e montamos uma equipe com moradores do bairro de Casa Amarela, com pessoas jovens, para fazerem as entrevistas comigo, serem treinados. Formou-se uma equipe do bairro, da federação, e nós fizemos mais de uma centena de entrevistas, publicamos um livro com as entrevistas na íntegra.¹⁷¹ Fizemos uma cartilha. Fizemos um vídeo. Fizemos programas de rádio com relatos das entrevistas. Houve toda uma estratégia de retorno desse trabalho para o bairro e para a cidade.

Então, uma parte da minha tese eu escrevi a partir desse projeto de memória oral dos moradores do bairro de Casa Amarela. Depois surgiu outra oportunidade de um trabalho, também de memória, no Bairro do Recife. Foi um projeto da Prefeitura que queria fazer um trabalho de atualização do bairro, de remodelação, e pensou[-se] em entrevistar portuários e mulheres das antigas pensões que ainda viviam no bairro. Como todo bairro portuário, havia uma tradição de pensões de mulheres. Ainda havia algumas pensões na década de 1980, hoje acho que não existem mais. Nós entrevistamos várias mulheres, algumas bem idosas que ainda moravam no bairro e já não atuavam como profissionais do sexo. Organizamos um livro só com entrevistas com essas mulheres e os portuários.¹⁷²

Foram desenvolvidos, paralelamente, dois trabalhos: um, intelectual, que resultaria na sua tese; outro, social, junto à Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselho de Moradores de Casa Amarela (FEACA) – uma parceria informada pela inquietação que Montenegro descreveu em outra entrevista, a de atender à demanda das comunidades por um retorno dos intelectuais após a realização de suas pesquisas:

Em razão dessa crítica, propus aos moradores que fizessemos um projeto conjunto, onde nós construiríamos um centro de memória na Federação; esse centro de memória seria operado por pessoas da comunidade que eu treinaria. À medida que as entrevistas fossem realizadas, eu ficaria com uma

¹⁷¹ Lima, A. V.; Cruz, A. R.; Silva, J. L.; Ventura, I.; Montenegro, A. T. (org.) **Casa Amarela: Memórias, lutas, sonhos**. Recife: Departamento de Memória de Casa Amarela/FEACA, 1988.

¹⁷² “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

cópia do material, mas a FEACA teria a propriedade de todo o material produzido. (2008, p. 193)¹⁷³

O trabalho compreendeu uma centena de entrevistas, que derivaram em uma variedade de produtos: uma cartilha que foi utilizada nas escolas, dois vídeos, uma série de seis programas de rádio para uma rádio comercial¹⁷⁴, e um livro distribuído no bairro.¹⁷⁵ Já em 1989, Montenegro publicou o livro *Bairro do Recife, Porto de muitas histórias*¹⁷⁶, do qual foi um dos organizadores, com histórias de vida de oito moradores do Bairro do Recife, dentre as 30 colhidas até então.¹⁷⁷ Tratava-se também do resultado de uma pesquisa híbrida, voltada à recuperação do Bairro do Recife, por meio de um Plano de Reabilitação. Dentro desse projeto, formou-se uma equipe intitulada “Memória em Movimento”, para registrar a memória do bairro e discutir as mudanças com a população. Buscava-se, também, “devolver ao bairro, ao Recife e a toda sociedade esta outra história” (Montenegro, 1989, p. 8).¹⁷⁸ Cada uma dessas experiências se acumulava na bagagem do pesquisador à medida que ele produzia sua tese de doutorado, defendida em 1991 e publicada em livro em 1992.¹⁷⁹

Nesse meio tempo, em 1987, Antonio Torres Montenegro passou alguns meses no Oral History Research Center da Indiana University – realizando um estágio de pesquisa

¹⁷³ “Memórias, percursos e reflexões: Com Antonio Torres Montenegro”. Entrevistado por Elio Chaves Flores e Regina Behar. *Saeculum*, v. 18, p. 187-208, jan./jun. 2008.

¹⁷⁴ Segundo relato de Montenegro: “Memórias, percursos e reflexões: Com Antonio Torres Montenegro”. Entrevistado por Elio Chaves Flores e Regina Behar. *Saeculum*, v. 18, p. 187-208, jan./jun. 2008.

¹⁷⁵ Lima, A. V.; Cruz, A. R.; Silva, J. L.; Ventura, I.; Montenegro, A. T. (org.) **Casa Amarela: Memórias, lutas, sonhos**. Recife: Departamento de Memória de Casa Amarela/FEACA, 1988.

¹⁷⁶ Montenegro, A. T.; Sales, I. C.; Coimbra, S. R. (org.) **Bairro do Recife: Porto de muitas histórias**. Recife: Memória em Movimento/Gráfica Recife, 1989.

¹⁷⁷ Cícera Maria da Conceição (“Onde estão as batalhas das flores?”), Francisca Lopes Gomes (“Pra não perder o juízo, vivo escondida no meu subconsciente”), João Nascimento de Oliveira (“A escravidão pra mim não acabou. O chicote levantou um pouquinho, mas continua...”), José Valdemiro da Silva (“Um desastre tremendo: A doação disso aqui a portobrás”), Maria Gilda da Silva (“Eu num era moça, mas era virgem em tudo”), Maria José Medeiros (“A ausência do povo é o grande perigo”), Maria Irinéia Costa (“Quando eu ouvia aquela música marina, morena marina, eu dizia: virgem Maria!, Recife está pegando fogo, eu vou voltar pra lá”), Moacir Cortês (“O que eu fizer como trabalhador, refletirá, eternamente, dentro da vida do trabalhador”).

¹⁷⁸ Montenegro, A. T. “Movimento da memória”. In: Montenegro, A. T.; Sales, I. C.; Coimbra, S. R. (org.) **Bairro do Recife: Porto de muitas histórias**. Recife: Memória em Movimento/Gráfica Recife, 1989. p. 7-9.

¹⁷⁹ Montenegro, A. T. **História em campo minado**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991; Montenegro, A. T. **História oral e memória: A cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

do qual, aparentemente, sua reflexão sobre história oral e memória muito se beneficiou. Algumas pistas sobre isso podem ser encontradas no artigo que ele publicou mais tarde, em 1994: “Studebaker, Delco, Guide, General Motors na fala dos operários”.¹⁸⁰ Na cidade de Bloomington, ele ouviu as gravações de operários das empresas mencionadas no título do artigo, derivadas de um projeto coordenado pelo historiador John Bodnar.¹⁸¹ Seu olhar corria em paralelo à leitura que ele pretendia oferecer aos relatos das classes populares de Recife: enxergar a história na qual aqueles trabalhadores viviam; compreender como as noções de história presentes nas entrevistas com membros de camadas populares eram moldadas pela mídia, pela política, pelas instituições sociais. A base empírica que adquiriu em campo e aquela que consultou no acervo de Indiana foi somada à preocupação que o autor já sustentava, advogando o embasamento teórico da pesquisa com relatos no *métier* historiográfico: “A história oral, enquanto técnica, torna possível a ampliação do estudo da História. Mas isso não acontecerá jamais se, sob ela, não existir uma discussão acerca de qual teoria é o suporte dessa atividade” (Montenegro, op. cit., p. 20).

O livro que Montenegro lançou em 1992 – *História oral e memória: A cultura popular revisitada* – demonstra sua familiaridade com o trabalho da Escola dos *Annales*. Na obra, ele atentava à dimensão narrativa, representacional, da operação historiográfica; exercia a autorreflexividade, analisando sua própria orientação intelectual à luz da história das mentalidades ou da história cultural. Entendeu-se, por fim, mais perto de uma história social que não descartava a mentalidade e a cultura, mas que tinha a noção de “disputa” em seu centro gravitacional (inspiração oferecida pela *Microfísica do poder* de Michel Foucault e pela *A história vigiada* de Marc Ferro). No que diz respeito à história oral, não havia no trabalho do autor a intenção de colocar a narrativa sobre o método à frente dos resultados da pesquisa conseguidos graças ao método. *História oral e memória* levanta aspectos relativos à coleta e à interpretação de entrevistas à medida que o próprio conteúdo se desnova. Mesmo o capítulo “Manual do entrevistador de história oral” – um apêndice incluído ao

¹⁸⁰ Montenegro, A. T. “Studebaker, Delco, Guide, General Motors na fala dos operários”. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 15, p. 19-37, 1994.

¹⁸¹ Ver, sobre o projeto, entre outros textos: Bodnar, J. **Worker’s World: Kinship, Community and Protest in an Industrial Society**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1982; Bodnar, J. “Power and memory in oral history: Workers and managers at Studebaker”. **The Journal of American History**, v. 75, n. 4, p. 1201-21, 1989; Bodnar, J. “Generational memory in an American town”. **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 26, n. 4, p. 619-37, 1996.

final da obra – aproxima-se mais das “Sugestões a um jovem pesquisador” que Ecléa Bosi viria a publicar mais tarde do que a um guia devotado a prescrever técnicas estáveis.

Até por essa razão o título do livro soa demasiado abrangente. Numa entrevista publicada em 2008, Montenegro afirmou que “foi uma experiência muito interessante, de ter a tese escrita com uma temática de Recife e uma editora de São Paulo aceitar publicar sem vetar nenhuma parte” (p. 194).¹⁸² A editora, porém, visando ampliar o alcance potencial do trabalho, modificou um componente primordial para sua recepção: o título, que na tese era *História em campo minado*. Sem dúvida, uma escolha que beneficiou o autor, facultando sua localização por outros pesquisadores em história oral a partir do lançamento do livro, em 1992. Como ele mesmo contou na entrevista que me concedeu em 2011,

Isso também possibilitou que eu, que com um trabalho publicado em que eu trabalhava com a metodologia da história oral, pudesse me conectar com as pessoas que já trabalhavam também, em outras partes do Brasil. Havia já um começo de articulação nacional entre as pessoas que trabalhavam com a história oral no Brasil principalmente a partir da USP. Então isso fez com que, como eu tinha um trabalho, as pessoas me procurassem e eu começasse a me conectar com essa rede: o grupo do NEHO, o grupo do CPDOC, o grupo do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, o CERU, o grupo da PUC de São Paulo, o grupo do Centro de Memória da Unicamp, o grupo de história oral da Casa Oswaldo Cruz, o grupo da Universidade Federal do Ceará, o grupo da Universidade Estadual da Bahia, o grupo do LABHOI na UFF, o grupo da UFPI, o grupo da Unesp. Então essa ampla rede foi sendo conectada e participou da construção da Associação Brasileira de História Oral.¹⁸³

Com experiências de história oral comunitárias e acadêmicas, conhecendo a historiografia francesa e a *oral history* estadunidense, tendo chegado via Ecléa Bosi a vários teóricos da memória, e portando um número expressivo de publicações, Antonio Torres Montenegro lançou no movimento brasileiro da história oral um capital significativo – e tornou-se, mais tarde, não apenas um de seus líderes políticos, mas um dos autores a acumular mais contribuições temáticas e teóricas ao campo.

¹⁸² “Memórias, percursos e reflexões: Com Antonio Torres Montenegro”. Entrevistado por Elio Chaves Flores e Regina Behar. *Saeculum*, v. 18, p. 187-208, jan./jun. 2008.

¹⁸³ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

Os indivíduos e suas oportunidades

A despeito do aparecimento de alguns programas de história oral, núcleos e centros de pesquisa, as feições que essa área assumiu ao longo dos anos 1980 são, como já sinalizei, predominantemente individuais. À exceção do Programa de História Oral do CPDOC, que conseguiu se renovar e se consolidar como portador de uma missão institucional (e não pessoal), efetivando uma tradição de trabalho compartilhada, as demais iniciativas importantes foram levadas a cabo na base do interesse pessoal de pesquisadores, e não assumidas institucionalmente. Ao mesmo tempo, mesmo uma instituição consolidada como o Museu da Imagem e do Som teve seu setor de entrevistas dependente do ir e vir de secretários de cultura, diretores, e da chegada de uma pesquisadora particularmente interessada nele. Essa inclinação individual encaminhou certas feições da área.

Na leitura que Marieta de Moraes Ferreira empreendeu no começo dos anos 1990 sobre o desenvolvimento da história oral no Brasil, ela apontou a ausência de projetos coletivos como um problema:

dois pontos importantes devem ser destacados: essas iniciativas individuais de coleta de depoimentos orais resultaram em extrema dispersão, e as dificuldades no levantamento e organização do material produzido levaram, em inúmeros casos, à sua completa perda ou destruição. Deve ser lembrado, também, que essa expansão da História Oral, embora tenha ocorrido num meio de professores e estudantes universitários, não resultou em um debate metodológico consistente. A realização das entrevistas, na maioria das vezes, desprezou os critérios rigorosos requeridos pela prática da História Oral. (Ferreira, 1994, p. 11-2)¹⁸⁴

Ainda para Ferreira, o desenvolvimento de várias iniciativas de história oral nos anos 1980 não significou uma consolidação do método. Isso, especialmente, porque, segundo ela, havia pouco interesse na discussão metodológica, tanto por parte dos cientistas sociais quanto dos historiadores: aqueles “já trabalhavam com a técnica de entrevistas e não estavam preocupados em discutir os aspectos documentais envolvidos nos métodos de trabalho da História Oral”; os segundos seriam ainda “portadores de uma

¹⁸⁴ Ferreira, M. M. “Introdução”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-17.

tradição de trabalho resistente ao uso de fontes orais (...) não demonstravam interesse pela área” (idem, p. 14). Essa é uma interpretação que ela depreende, por exemplo, da evidência de que “o tema não conseguiu ser absorvido nos currículos dos programas de pós-graduação ou em cursos de ciências sociais e história” (idem, p. 14) e que “a História Oral não esteve, assim, incluída de maneira mais sistemática nos debates dos colóquios, seminários e encontros da área de história e ciências sociais, nem foi objeto de atenção a ponto de originar encontros especializados” (idem, p. 15).

Escrita com menor distanciamento temporal, a avaliação de Ferreira não incorporou o número significativo de reflexões metodológicas que foram realizadas nos anos 1980, na qual os sociólogos tomaram a dianteira.¹⁸⁵ A ausência do tema em cursos e eventos científicos, embora real, deve ser entendida à luz do próprio desenvolvimento da metodologia e do modo de operação da universidade: o fato de a história oral não ter sido ensinada naquela década representa exatamente o estágio de incipiência – não de vazio – de qualquer modo fervilhante que culminou no chamado *boom* dos anos 1990. Além disso, a tradução do interesse pela história oral em manifestações concretas (como cursos e eventos) dependeu também do ritmo – muitas vezes moroso – do ambiente universitário, que atinge indiferentemente os novos e os velhos assuntos, sem discriminar especialmente a história oral. Enfim, enquanto método e metodologia a história oral parece ter se realizado nos anos 1980. A articulação que a tornou visível, enquanto campo, é que demorou um pouco mais, como veremos nos dois próximos capítulos.

A resistência específica à história oral certamente foi menor no Brasil do que em alguns outros países, nos quais a situação parece ter sido mais crítica. A história oral inglesa, por exemplo, apesar de ter oferecido ao mundo a obra basilar de Paul Thompson, ainda nos anos 1970, careceu por muito tempo de legitimidade acadêmica – ficando mais conhecida por seus trabalhos de história oral comunitária. Como o próprio autor colocou:

¹⁸⁵ Isso embora Aspásia Camargo, socióloga por formação mas atuando no campo da história e da memória histórica, no Programa de História Oral do CPDOC, tenha afirmado a contribuição metodológica oferecida pela entidade no período anterior aos anos 1990, afirmando que “foi possível fornecer ao debate uma contribuição metodológica, no sentido de garantir rigor e *status* científico para gravações que, em geral, a partir da tradição americana, ocorriam de maneira pouco sistemática e mais espontaneísta. Esse mesmo rigor foi por nós imprimido às histórias de vida, que, na tradição europeia, eram identificadas com o subjetivismo e os fluxos ‘intrap síquicos’” (Camargo, 1990, p. VIII). Ver: Camargo, A. “Apresentação – Quinze anos de história oral: Documentação e metodologia”. In: Alberti, V. **História oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990. p. VII-X.

“Em parte, é por conta desta negligência intelectual que a história oral deu suas contribuições mais notáveis na Inglaterra através do trabalho comunitário” (Thompson, 2002, p. 355).¹⁸⁶ Thompson foi uma das poucas vozes acadêmicas a apoiar a história oral de dentro da universidade, em parte graças ao fato de estar em uma universidade, a Essex, na qual a interdisciplinaridade é estimulada. O atual grande nome da história oral, Alessandro Portelli, deparou-se com uma situação correlata: aquilo que ele chama de o “paradoxo” da história oral italiana. “A história oral italiana é quase invisível na Itália” (Portelli, 1996, p. 392)¹⁸⁷, escreveu ele, cuja conhecida atuação vincula-se mais ao Circolo Gianni Bosio – associação romana voltada à cultura popular não-hegemônica – do que à Sapienza – Università di Roma, onde leciona literatura americana.

No Brasil, as resistências à história oral se manifestaram mais em conversas de corredor e em manifestações pessoais de descontentamento do que em grandes debates intelectuais, em notórios discursos em contrário, em censuras explicitadas pelos grandes nomes do campo historiográfico no modelo. Salvo engano, não houve equivalente brasileiro, por exemplo, à opinião da escritora estadunidense Barbara Tuchman, autora de *best-sellers* sobre a história americana, considerando a história oral como uma prática que registrava “trivialidades” e “montes de lixo”.¹⁸⁸ Em parte, isso está relacionado ao fato de a história oral no Brasil ter emergido com força a partir dos anos 1980, quando havia outras tendências intelectuais em voga e quando a pós-graduação se consolidava de forma efetiva. Ao que parece, a história oral sofreu dificuldades para se firmar como outros campos sofreram – dificuldades inerentes à vida universitária e à política acadêmica, não necessariamente robustecida por um desprezo manifesto pelo método ou pela fonte oral.

As feições individuais do campo da história oral também não implicam, logicamente, apenas consequências nocivas. Elas também possibilitaram o desenvolvimento da celebrada diversidade temática do campo. À medida que pesquisadores, geralmente ligados a universidades, começaram a se interessar em usar

¹⁸⁶ Thompson, P. **A voz do passado: História oral** [1978, 1988]. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁸⁷ Portelli, A. “Oral history in Italy”. In: Dunaway, D. K.; Baum, W. K. (org.) **Oral History: An Interdisciplinary Anthology**. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996. p. 391-416.

¹⁸⁸ Tuchman, B. “Distinguishing the significant from the insignificant”. **Radcliffe Quarterly**, October 1972. Mencionada por Ron Grele em: Grele, R. “Can anyone over thirty be trusted: A friendly critique of oral history”. In: Grele, R. (org.) Grele, R. **Envelopes of Sound: The Art of Oral History**. 2nd ed. New York/Westport, CT/London: Praeger, 1991.

relatos orais em seus trabalhos acadêmicos, bem como a refletir sobre as questões técnicas e metodológicas desse uso, eles não tiveram dificuldade em efetivar seus planos já que, em nível individual, o trabalho de história oral demanda investimento financeiro mínimo: basta ter um gravador. Esses pesquisadores, comandando seus próprios instrumentos de trabalho, estiveram menos sujeitos a determinações de programas e centros, mesmo que sofressem a influência de grandes temas ou linhas de pesquisa em voga. A acessibilidade do método, conveniente às inclinações pessoais de pesquisa, é que permitiu descortinar uma pluralidade de abordagens, de encaminhamentos disciplinares, e especialmente de temas, de modo que muitos assuntos puderam ter sua visibilidade reforçada: com histórias orais de comunidades, negros, mulheres, índios e outras minorias, além de tantos outros temas tradicionalmente caros à pesquisa histórica e sociológica.

Em outras palavras, a história oral nos anos 1980, por seu caráter individual, dependeu muito da criatividade, da inventividade de seus pesquisadores – e também de suas oportunidades. Naquele período, as chances de contato profundo com os trabalhos de pesquisadores estrangeiros eram reduzidas. Pode-se contar nos dedos de uma mão as ocasiões em que pesquisadores estrangeiros visitaram o Brasil para intercambiar experiências: o grupo de 1975 e as iniciativas posteriores em torno do mesmo evento; a visita de Michael Pollak ao CPDOC; o projeto coletivo do CERU com os sociólogos italianos. Porém, havia um mundo lá fora – e se ele não vinha ao Brasil, o Brasil foi até ele. As viagens de pesquisadores ao exterior tiveram um papel significativo no desenvolvimento da metodologia da história oral no Brasil, que se refletiu posteriormente na produção brasileira dos anos 1990. Trata-se não somente das viagens curtas a congressos – como a que pesquisadores do CPDOC fizeram, em 1998, para o I Encontro de Historiadores Orais da América Latina e Espanha –, mas também de ocasiões mais extensas.¹⁸⁹ Um número maior de intelectuais pôde sair do país, em uma situação diferente daquela que marcou os exilados e autoexilados dos anos 1960 e 1970, bem como os imigrantes que deixaram o país nos anos 1980 e 1990 em busca de novas

¹⁸⁹ Alberti, V. **História oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.

perspectivas: tratava-se de pessoas que não buscavam se inserir permanentemente em outros modelos de ensino e pesquisa, mas tão somente conhecê-los.¹⁹⁰

Beneficiados pelas modificações na estrutura universitária do país – com novas possibilidades de financiamento, por exemplo – ou pessoalmente aplicados em sua formação, mais pesquisadores conquistam a possibilidade de ir para o exterior (e não necessariamente para a França, destino da elite acadêmica e econômica mais estabelecida). Com isso, conhecem vertentes da história oral feita lá fora, especialmente no ambiente anglo-saxônico, em vivências assimiladas de modos peculiares.

Pode-se falar, por exemplo, da experiência valiosa de alguém que não se vinculou profundamente ao campo da história oral: a antropóloga Bela Feldman-Bianco. Ela já havia realizado todos os seus estudos em nível de pós-graduação nos Estados Unidos e já era professora da Unicamp quando foi para a University of Massachusetts, Dartmouth (na qual foi visitante entre 1986 e 1991) e criou o *Portuguese Oral History Project*¹⁹¹, realizando mais de 70 entrevistas durante esse período, sete das quais tendo composto o vídeo *Saudade*, vencedor de menção honrosa da Society for Visual Anthropology, em 1991, e finalista do American Film and Video Festival.¹⁹² De volta ao Brasil, Feldman-Bianco participou de certo número de eventos na área de história oral, mas não se dedicou profundamente a ela.¹⁹³

No caso da antropóloga, sua viagem foi uma descoberta pessoal, com ressonância limitada à sua produção intelectual e ao seu círculo universitário mais imediato. Esse foi o

¹⁹⁰ A respeito da migração internacional de mão de obra científica, em momentos posteriores da história do país, é interessante conhecer estudos sobre a chamada “diáspora científica”, como: Guimarães, R. “A diáspora: Um estudo exploratório sobre o deslocamento geográfico de pesquisadores brasileiros na década de 90”. **Dados**, v. 45, n. 4, p. 705-50, 2002; Balachevsky, E.; Couto e Silva, E. “A diáspora científica brasileira: Perspectivas para sua articulação em favor da ciência brasileira”. **Parcerias Estratégicas**, v. 16, p. 163-76, 2012.

¹⁹¹ Sousa, F. F.; Klobucka, A. “Portuguese Studies at the University of Massachusetts Dartmouth”. **e-Journal of Portuguese History**, v. 2, n. 2, 2004.

¹⁹² Ver: Feldman-Bianco, B. “Reconstruindo a saudade portuguesa em vídeo: Histórias orais, artefatos visuais e a tradução de códigos culturais na pesquisa etnográfica”. In: Feldman-Bianco, B.; Moreira Leite, M. L. (org.) **Desafios da imagem: Iconografia, fotografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas: Papirus, 1998. p. 289-304; Feldman-Bianco, B. “A saudade portuguesa na América: Artefatos visuais, histórias orais e a tradução de culturas”. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Coimbra, Portugal], v. 45, p. 113-26, 1996.

¹⁹³ Por exemplo: apresentou o vídeo *Saudade* no I Encontro Nacional de História Oral, em 1993; participou ainda do Encontro Regional de História Oral Sudeste/Sul, em 1995, na USP, e do III Encontro Nacional de História Oral, em 1996, na Unicamp.

perfil das várias viagens ocorridas em final dos anos 1980: não se pode dizer que consistiram em oportunidades para a formação de redes internacionais de contato e intercâmbio intelectual permanente. De qualquer forma, alguns desses indivíduos funcionaram como espécie de mediadores, de divulgadores do que haviam visto e aprendido lá fora para o Brasil. Em sua estada no Oral History Research Center da Indiana University, em 1987, Antonio Torres Montenegro colheu referências e experiências importantes não apenas para si – mas que ele compartilhou com os leitores em sua produção posterior. Ali, o historiador teve contato com os trabalhos de autores como Alessandro Portelli, Luisa Passerini, Lutz Niethammer e Paul Thompson, antes de serem proficuamente traduzidos no Brasil. As viagens de José Carlos Sebe Bom Meihy para o exterior – possibilitadas por sua posição no Inter-University Study Program in Brazil, da Stanford University, na Universidade de São Paulo – lhe serviram para conhecer o trabalho de história oral de Daphne Patai, tomar orientações com a pesquisadora, e posteriormente criar um ramo de história oral calcado nessas ideias (como veremos no próximo capítulo).

A entrevista de Sonia Maria de Freitas é ilustrativa do impacto de contatos com o exterior no trabalho de um indivíduo, bem como de seus desdobramentos. Foi Freitas quem, no final da década de 1980, reintroduziu a história oral no Museu da Imagem e do Som da cidade de São Paulo – que, como já vimos, havia sido prejudicada durante a direção de Ivan Negro Isola, até 1987. Chegando ao MIS, Freitas não somente retomou as atividades do setor como abraçou o registro de som e imagem, implementando, enfim, o projeto “Depoimentos em Vídeo”, desejo antigo do museu. Como dizia uma reportagem no ano de 1982, “Uma reivindicação natural desse setor do MIS é que os depoimentos sejam gravados também visualmente. Mas aí surge o (famoso) problema da falta de verba para adquirir um equipamento de vídeo-tape” (Cardoso, 1982, p. 162).¹⁹⁴

Foi a partir de março de 1989 que Sonia Maria de Freitas conseguiu fazer isso, visando ainda criar vídeos e livros a partir dos depoimentos.¹⁹⁵ Isso foi, em grande parte, facilitado pelo treinamento que ela obteve na Inglaterra, com Paul Thompson. Antes disso

¹⁹⁴ Cardoso, J. “O som e a imagem vivos multiplicados no MIS”. *SP Cultura*, ano 1, n. 4/5, p. 159-78, dez. 1982. Disponível em: www.boriskossoy.com/imprensa/sp_cultura.pdf. Acessado em: 24 out. 2012.

¹⁹⁵ Thomson, A. “News from abroad” [Brazil]. *Oral History*, v. 19, n. 1, p. 14, 1991.

ela havia tido dois contatos episódicos com história oral: primeiro, enquanto estudante de graduação, precisou preparar um seminário sobre a Guerra Civil Espanhola para um curso de Carlos Guilherme Mota (que, futuramente, seria seu orientador) e teve a ideia de organizar, em vez disso, um depoimento público sobre o assunto com um sobrevivente da guerra, então seu colega de trabalho; depois, Freitas teve um breve contato com Maria de Lourdes Mônaco Janotti na ocasião do projeto sobre memórias da escravidão, no qual não chegou a trabalhar. A própria pesquisadora relatou, em 2011:

eu tive contato com essa metodologia de trabalho e fui atrás, saber o que era essa tal de história oral. Inevitavelmente descobri a existência do Paul Thompson, escrevi para ele e me candidatei ao curso dele na Universidade de Essex. Fui a primeira em São Paulo a ter contato com ele. Fui fazer esse curso em 1988, e foi muito interessante. Foi uma aventura (...) vendi tudo que eu tinha para poder fazer esse curso porque eu acreditei que tinha alguma coisa a aprender ali, que minha vida ia mudar. Tive esse *feeling* naquele momento, e fui... Foi maravilhoso! De brasileiros tinha eu e outra menina, a Ana Dourado, de Recife.

(...) Fui por mim mesma, com a cara e com a coragem, com um inglês superteórico da Cultura Inglesa. Comecei a estudar inglês já adulta, por necessidade de trabalho, [para] ter mais acesso à literatura de língua inglesa, mas esse curso da Cultura Inglesa era muito teórico e a conversação não era o forte. Então, no começo [fiquei] em estado de choque, né? Num primeiro momento eu entendia, mas tinha dificuldade para falar. Mas a paciência que o Paul Thompson e os colegas de outros países tiveram comigo...! A dificuldade que eu tinha de entender o inglês de aluna da Grécia, do Oriente Médio, de origem árabe... Era mais fácil eu me relacionar com os de origem latina, né? E o Paul foi muito aberto, muito receptivo. Devo muito a ele.

Nos tornamos amigos e menos de dois anos depois eu retornei [à Inglaterra]. Acabei fazendo a leitura técnica [da tradução] do livro dele, que é o clássico *A voz do passado: História oral*, e tive o privilégio de escrever o prefácio. Depois disso eu organizei o primeiro evento voltado para a história oral em São Paulo, convidando o Paul para vir. (...)

Paralelamente eu voltei a fazer a minha carreira acadêmica: cursei o mestrado. Quando eu fui para a Inglaterra eu já sabia que queria trabalhar com memória oral e que seria esse o meu caminho, e desenvolvi a minha dissertação de mestrado focada na memória da Faculdade de Filosofia. Foi publicado com um livro chamado *Reminiscências*. Eu sempre tive a minha atuação em museus – primeiro foi o Museu da Imagem e do Som, onde eu trabalhei por sete anos [e] introduzi o projeto *Depoimentos em vídeo*. O MIS gravava, sempre teve essa preocupação de gravar depoimentos com artistas e personalidades da área artístico-cultural, mas não era um projeto organizado,

sistemático, com uma metodologia. Então, a partir do meu ingresso, da minha coordenação, ele passou a ser feito em vídeo e em áudio concomitantemente, e [eu] sempre convidava alguém da área para enriquecer o depoimento. (...)

Não cheguei a trabalhar [no projeto de Maria de Lourdes Mônaco Janotti]. Assim que voltei da Inglaterra eu trouxe um material. Eu fiz questão de procura-la – ela era diretora do Museu da Casa Brasileira na ocasião – e levei para ela algumas coisas: catálogos, folhetos, para ela ter ideia do que estava se fazendo com história oral na Grã Bretanha. Eu visitei um centro de reminiscências lá, muito interessante, e toda a bibliografia que eu trouxe, livros, enfim, tudo que eu consegui, eu fiz questão de abrir, de democratizar toda essa informação com ela e com o grupo dela.¹⁹⁶

Além de aprender, Freitas buscou, na medida de suas possibilidades, divulgar: instrumentalizando o que havia aprendido em seu trabalho no MIS e em sua dissertação de mestrado e também compartilhando seu conhecimento com colegas e professores. Seu relato informa algo sobre o clima de descobertas e de interesses vigente na época.

Na trilha da institucionalização

Em 1987, a bibliotecária do CPDOC Margarete Rosa Tavares publicou na revista *Acervo* uma reduzida bibliografia sobre história oral, tratando-a como um método recente, diverso e promissor, marcado ainda por “certa indefinição quanto a seus atributos, limites e particularidades” (Tavares, 1987, p. 97).¹⁹⁷ Ela apontou, ainda, a necessidade de aprofundamento de uma discussão metodológica. Se essa discussão tomou corpo no início dos anos 1990, é porque ela já havia sido inaugurada por essa grande segunda geração de pesquisadores que, lançando mão das quatro matrizes disponíveis, (frequentemente misturadas com a bagagem que eles próprios traziam aos seus estudos, oriundas de suas disciplinas de origem, de suas variadas leituras, de suas experiências no exterior), começaram a decantar convicções, princípios e procedimentos mais normalizados, posteriormente legados a uma terceira e muito mais ampla geração que, por consequência, terá menos possibilidades de misturas.

¹⁹⁶ “Sinto que minha carreira é muito solitária” – Entrevista com Sonia Maria de Freitas. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

¹⁹⁷ Tavares, M. R. “História Oral” [Bibliografia]. *Acervo*, n. 2, v. 2, p. 97-112, jul./dez. 1987.

Foi no caminho dos anos 1980 para os 1990 que um processo complexo de digestão das matrizes de história oral aqui identificadas teve início. Neste processo de síntese, alguns elementos serão celebrados e imitados; outros, repudiados – ao sabor das conjunturas históricas, das preferências pessoais, dos encaminhamentos disciplinares, das inserções institucionais. Numa espécie de leito subterrâneo de propostas metodológicas frequentemente propugnadas como novas, estarão, todavia, as matrizes que as informam.

Tematicamente, é claro, essa deglutição é acompanhada por gestos que trazem a cor local para o primeiro plano: não poderia ser diferente em uma prática de pesquisa calcada na imediação entre sujeitos pesquisadores e sujeitos pesquisados. Porém, a história oral não é um método que por si só está atrelado a objetos de estudo. Alguns buscaram compreender as classes populares e o mundo do trabalho. Outros, as elites políticas e intelectuais. Um leque bem mais amplo de temas – os movimentos migratórios, as ocupações territoriais, a cultura em sentido amplo, a saúde, a educação – despontou, indicando que a tendência temática do campo da história oral seria tão somente a diversidade.

O que havia em comum entre pesquisadores e instituições tão diferenciados era o método, nada mais do que o método. Mas que método? De certa forma, a história oral dos anos 1990 se esforçará para responder a essa pergunta.

De um lado, os chamados fundadores do campo arrogarão a si mesmos uma missão: a de organizar os debates sobre o método, assentando as quatro matrizes e suas muitas misturas, transformado-as em um *corpus* de conhecimento passível de ser transmitido e multiplicado. Sintomaticamente, logo no ano de 1990 o livro de Verena Alberti vem a público: *História oral: A experiência do CPDOC*. Resultado também de um processo de digestão e síntese, assumido como produto de muitas misturas, o livro foi também um indicador de novos caminhos – e muitos o seguiram. A obra de Alberti, propugnando a continuidade e a proliferação de experiências em curso, pode ser entendida como símbolo do gesto articulado pela segunda geração de intelectuais da área: disciplinar a mistura. Processada no nível propriamente intelectual, essa disciplinação rapidamente se projetou para o nível da política acadêmica, possibilitando que os admiráveis anos 1990 testemunhassem o florescimento e consolidação de um movimento de história oral em torno de uma associação autorizada a dispor as regras para os

participantes de um campo novo – do qual os desatentos às normas não participariam – e repleto de reconhecimento acadêmico e institucional a serem preenchidos.

À medida que um novo campo se constituiu, novos dilemas foram introduzidos. O interesse comum pela disciplinação dissolveu-se quando a missão coletiva foi concluída; como era de se esperar, os novos espaços forjados pelo movimento de história oral deram lugar não a um posicionamento unívoco, mas a um estilhaçamento de posturas e propostas que passaram a disputar a primazia. Em uma redoma trincada, os combates intelectuais amalgamaram-se aos combates políticos – e a diversidade (verdadeira ou simulada, benéfica ou danosa) continuou caracterizando um campo repleto de novas misturas.

CAPÍTULO 6

“Eu organizo o movimento”**A regra, o cânone, o projeto****O campo e sua disciplina**

A década de 1990 alvoreceu ensolarada para a história oral no Brasil. “O horizonte que se abre nos anos 90 é de desenvolvimento da História Oral no Brasil, com o pleno reconhecimento e a institucionalização da área”, escreveu Marieta de Moraes Ferreira, em 1994 (p. 16).¹ Seu diagnóstico era preciso: a franca expansão dos trabalhos de história oral ao longo dos nada silenciosos anos 1980 encontrou-se com um leito propício para a consolidação deste método como um recurso de pesquisa legítimo e para o adensamento dos debates acerca de seus liames metodológicos, teóricos, filosóficos, políticos.

“Então, o que eu vou te dizer é que tinha um ‘clima’”, disse Maria de Lourdes Mônaco Janotti, na entrevista que me concedeu, comentando sua aproximação com a história oral em fins dos anos 1980.² No período imediatamente posterior, o “clima” foi confirmado no país pela fortificação da democracia; pela visibilização de novos personagens e grupos sociais; pela popularização de novas tendências teóricas (a virada linguística, o pós-modernismo, o pós-colonialismo, etc.) e abordagens historiográficas (a história da vida privada, a história vista de baixo, a história das mentalidades, a micro-história, etc.); pelas demandas públicas por memória e história; pela expansão de programas de pós-graduação no país, em muitos dos quais o tempo presente adquiria uma

¹ Ferreira, M. M. “Introdução”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-18.

² “A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

dimensão fundamental; pelo interesse crescente em materiais biográficos, no espaço público; pela facilitação de acesso às tecnologias de gravação proporcionada pela abertura de mercado.³ Tudo levava a crer que esse cordão de possibilidades desembocaria em um fortalecimento dos estudos de história oral no país.

“Dispersão”, “desorganização”, “fragmentação”, “irregularidade”, são algumas das palavras que aparecem nos discursos a respeito da história oral feita no Brasil no período anterior. Os termos não indicam apenas um diagnóstico neutro – mas um entendimento de que aquela situação precisava ser transformada para que o “boom da história oral” em nosso país pudesse acontecer. E assim foi: não se organizando de modo natural, aquele cenário obviamente promissor demandou uma intervenção deliberada para que o legado de gerações anteriores e a acalorada demanda pelo método se encontrassem em uma área organizada; para que *método* e *metodologia* formassem a base de um *campo* acadêmico.

Assim como a história oral, de certa forma, põe ordem sobre uma de nossas atividades cotidianas – a conversa –, praticantes de história oral tomaram para si a missão de ordenar esse feixe desorganizado de iniciativas e dispô-las sobre um espaço comum; um espaço compartilhado que facultaria trocas intelectuais e estimularia mais e mais realizações concretas. Em certo sentido, quero dizer que é possível entender que o “projeto” de um grupo de praticantes de história oral era disciplinar ocorrências dispersas em um campo organizado – “projeto” não enquanto plano discutido, acordado e colocado em prática deliberadamente, mas sim elaborado e levado a cabo tacitamente em um círculo social compartilhado, permeado por um repertório comum de percepções e vivências.

³ D'Alessio, M. M. “A dimensão política da história”. In: Oliveira, C. H. S.; Prado, M. L. C.; Janotti, M. L. M. (org.) **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 13-23; Fernandes, T. D.; Barbosa, V. L. “Trajetórias de vida, trajetórias de ofício” [Entrevista com Regina Beatriz Guimarães Neto], **Saeculum**, v. 23, p. 167-86, 2010; Schmidt, B. B. “O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: Trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação”. **Anos 90**, v. 6, p. 165-92, 1996; Diehl, A. A. **Cultura historiográfica: Memória, identidade e representação**. Bauru, SP: Edusc, 2002; Vilas-Boas, S. **Biografias & biógrafos: Jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Summus, 2002; Azevedo, A. F. Z.; Portugal, M. S. “Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações”. **Nova Economia**, v. 8, n. 1, p. 37-63, 1998; Menezes, U. B. “A história, cativa da memória? Por um mapeamento da memória no campo das Ciências sociais”. **Revista do IEB**, v. 34, p. 9-23, 1992; Stille, A. “Le deformazioni della storia orale conducono alla verità”. In: Bermiani, C. (org.) **Introduzione alla storia orale – Vol. II: Esperienze di ricerca**. Roma: Odradek, 2001. p. 177-82.

A busca foi organizativa e, em última instância, associativa – e passou a oferecer à prática de história oral um pano de fundo inédito. “Até o começo dos anos 90 (...) tinha-se o seguinte quadro no Brasil: a história oral não merecia figurar nos currículos dos cursos universitários, implicava pouca reflexão e não constava das programações de seminários e simpósios”, escreveu Marieta de Moraes Ferreira (1998, p. 20)⁴, que, ao lado de outros pesquisadores de sua geração – a geração que iniciou seus trabalhos de história oral entre as décadas de 1980 e 1990 – trabalhou para modificar esse cenário. O que se buscava era, enfim, integração de novos pesquisadores, organização das práticas de pesquisa em andamento, intensificação dos debates metodológicos, institucionalização de um espaço para debates. Na prática,

O *boom* da história oral nos anos 90 (...) traduziu-se não só na incorporação, pelos programas de pós-graduação em história, de cursos voltados para a discussão da história oral, mas pela multiplicação de seminários. Por outro lado, o estabelecimento e o aprofundamento de contatos com pesquisadores estrangeiros e com programas de reconhecido mérito internacional, propiciados por esses encontros, criaram canais importantes para o debate e a troca de experiências (idem, p. 23)

No Norte, o Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre publicou uma série de livros de história oral e lançou a primeira revista brasileira especializada na temática, a *TempORAL: História e Fontes Orais*, de 1997. No Sudeste, a prefeitura de São Paulo teve seu Departamento do Patrimônio Histórico entre as prioridades da gestão de Luiza Erundina (1989-1992), com Marilena Chauí à frente da Secretaria Municipal de Cultura, implantando um sistema municipal de arquivos que incluía um majestoso projeto de história oral voltado à história da cidade, articulado às ideias de ação cultural e cidadania.⁵ No Nordeste, o Arquivo Histórico Judaico-Brasileiro

⁴ Ferreira, M. M. “Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: O caso do Brasil”. **História Oral**, v. 1, p. 19-30, 1998.

⁵ Fenelon, D. R. “Políticas culturais e patrimônio histórico”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 29-33; Abramo, H. W. “A história oral no Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 60-4; Ferreira, L. A. **Políticas públicas para a cultura na cidade de São Paulo: A Secretaria Municipal de Cultura – Teoria e Prática**. Tese [Doutorado em Comunicação e Cultura]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; Pereira, M. B. “O direito à cultura como cidadania cultural (São Paulo, 1989/1992)”. **Projeto História**, n. 33, p. 205-27, 2006.

criou seu Núcleo de Memória Oral, acoplando-se a diversas iniciativas simultâneas estimuladas pela centralidade da memória nos estudos sobre a questão judaica, e pela efeméride de lançamento do projeto Shoah, incitado por Steven Spielberg.⁶ No Sul, em Porto Alegre, a Pontifícia Universidade Católica e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul inauguraram, respectivamente, o Centro de Pesquisa da Imagem e do Som e o Centro de Memória do Esporte, para centralizar pesquisas com história oral em torno de suas temáticas prioritárias. No Centro-Oeste, o curso de Arquivologia devolveu à Universidade de Brasília seu vigor na área de história oral, abrigando em 1993 uma de suas primeiras reuniões científicas com representatividade nacional.⁷ E estes são só filamentos de uma malha que, ano após ano, provou sua elasticidade.

Tais realizações se colocaram como resposta a uma demanda cada vez mais pulverizada – que não vinha sendo atendida de maneira satisfatória pelas instituições e pelos campos de produção cultural e intelectual existentes e consolidados no país. O campo de história oral (que se inaugura à medida que os praticantes de história oral passam a falar em um campo) se estruturou para atendê-las. Pôde fazer isso porque já dispunha das condições necessárias: raízes identificáveis em trabalhos consagrados (nossas matrizes); explosão de demanda, em função de um crescimento substancial de práticas de pesquisa em história oral nos anos 1980; e uma demanda específica por discussão metodológica. A isso, somou-se o interesse político de construção e aquisição de novos espaços acadêmicos.

O “projeto” encampado pela segunda geração de praticantes de história oral no Brasil foi, em outros termos, o de constituir um campo intelectual relativamente autônomo, que reuniria sob uma perspectiva desejadamente interdisciplinar (mas efetivamente multidisciplinar) as várias instâncias de debates metodológicos ocorridos no interior das disciplinas tradicionais. Esse campo foi constituído e consolidado através de um “movimento” de dupla face: intelectual e política.

⁶ Kaufman, T. N. “Reanimação histórica da comunidade judaica de Recife”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 173-84.

⁷ Lopes, L. C. “O outro ângulo”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 18-20.

Intelectualmente, esse “movimento” se consubstanciou em um reforço da discussão metodológica, que em princípio é (ou deveria ser) o elemento distintivo do campo da história oral: nos termos que já empreguei anteriormente, o deslocamento do uso do método para a *reflexão* sobre o método, a metodologia. Isso se desenhou em um investimento intelectual maior na discussão dos aspectos teóricos e conceituais subjacentes ao método – a memória, a narrativa, a subjetividade e a intersubjetividade, o diálogo, a ideologia, a experiência, etc. – e na sistematização, estabilização e complementação de procedimentos de pesquisa que já vinham sendo experimentados e triados.⁸ Essa reflexão metodológica já estava em curso – como vimos no capítulo anterior, sendo levada a cabo principalmente por historiadores e sociólogos – e demonstrava uma tendência de crescimento, independente de políticas de estímulo deliberadas.⁹ Em um artigo de 1990, marcado pelo sarcasmo, o sociólogo José Henrique Rollo Gonçalves dedicou-se a comentar criticamente o uso das fontes orais em sua pesquisa temática (expediente que ele chamou de “cansativos abdominais metodológicos”); depois de ironizar a prática reflexiva sem base empírica que ele visualizava àquela altura, escreveu ele:

não tenho a pretensão palerma de estar formulando questões inovadoras ou redemarcando espaços metodológicos. As querelas entre os especialistas atingiram um estágio muito avançado em nossos dias e eu não tenho competência suficiente para ter laivos de originalidade. Quero somente descrever aspectos de uma pesquisa específica e inseri-los num conjunto mais amplo de questões teórico-metodológicas. (Gonçalves, 1991, p. 3)¹⁰

⁸ Observa-se na discussão metodológica brasileira do início dos anos 1990 o reflexo de uma tendência em voga no exterior há mais tempo de deslocar o foco de sua reflexão, de questões de gravação e preservação, para o uso das entrevistas: interpretação, apresentação pública, devolução para a comunidade estudada, etc. Ver: Ritchie, D. A. “Oral history: From sound to print and back again”. **Magazine of History**, v. 11, n. 3, 1997; Dunaway, D. K. “La interdisciplinarietà de la historia oral en Estados Unidos”. Trad. M. B. Abelló. **Historia y Fuente Oral**, v. 2, n. 14, p. 27-38, 1995.

⁹ Alguns ensaios publicados e popularizados nos anos de 1990 e 1991 são exemplos desse crescimento espontâneo, que se deu de maneira independente à constituição formal do campo: Vidal, D. G. “De Heródoto ao gravador: Histórias da história oral”. **Resgate**, v. 1, p. 77-82, 1990; Alberti, V. “Literatura e autobiografia: A questão do sujeito na narrativa”. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991; Marre, J. L. “História de vida e método biográfico”. **Cadernos de Sociologia: Metodologias de pesquisa** [Porto Alegre], v. 3, n. 1, p. 89-141, 1991; Pereira, L. M. L. “Relatos orais em ciências sociais: Limites e potencial”. **Análise & Conjuntura**, v. 6, n. 3, p. 109-27, set./dez. 1991; Queiroz, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

¹⁰ Gonçalves, J. H. R. “Trabalhando com fontes orais. Reflexões a partir de uma pesquisa em andamento: ‘Caboclos’ e ‘pioneiros’ em Maringá, 1937-1953”. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, ano 4, n. 3, p. 1-33, 1991.

Se o debate metodológico já estava em curso, o que parece ter mudado com sua agregação a uma espécie de movimento foi que a reflexão metodológica foi reorientada com vistas a um objetivo específico e majoritariamente partilhado: estipular regras para o uso do método e constituir um cânone teórico, instâncias que, combinadas, serviriam como balizas definidoras do que poderia e do que não poderia ser legitimamente denominado de história oral. Em outras palavras, essa discussão metodológica visava disciplinar os usos da história oral e conformá-lo a regras e normas internas, estabelecidas pelos agentes e instituições engajados neste propósito. O corolário desta perspectiva é a concepção de “projeto”, agora entendido num outro sentido: como discutirei ao final deste capítulo, a exigência de um “projeto de pesquisa” implicou a criação de regras capazes de distinguir quem está “dentro” e quem está “fora” das barreiras deste florescente campo.

O reflexo político deste movimento será assunto dos capítulos 8 e 9, que reconstituem as batalhas políticas e institucionais para a criação, a consolidação e a aquisição de espaços de reconhecimento. Entretanto, esta é uma divisão meramente operacional, pois as duas faces do movimento andam juntas. O reforço e a reorientação dos debates metodológicos são realizados no interior de projetos individuais – mas a soma dessas realizações dá forma a um espaço institucional (o “campo”) que, por sua vez, ajuda a definir e dispor padrões intelectuais dominantes. O “projeto criador”, termos de Bourdieu, de cada intelectual (isto é, suas metas, que definem suas estratégias de ação dentro de um universo de possibilidades sensível) culmina em um mesmo campo de agregação delimitado conforme regras compartilhadas e comunicadas, em um processo permanente de reavaliação; um campo no qual as lutas empreendidas transformam ciclicamente a relação de forças em seu interior.¹¹

A tarefa de organização e disciplinação empreendida pela segunda geração de praticantes de história oral deságua em um campo novo – não um campo disciplinar independente, com método e objeto próprios, mas em um campo de estudos com

¹¹ Bourdieu, P. “Campo intelectual e projeto criador”. In: Pouillon, J. (org.) **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 105-45; Bourdieu, P. “O campo intelectual: Um mundo à parte”. In: **Coisas ditas**. Trad. C. R. Silveira e D. M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 169-80.

autonomia estrutural e institucional relativa¹²; com instâncias próprias de legitimação e reconhecimento, capazes de agir como uma estrutura refratária às pressões e às exigências externas¹³; e mesmo com um cabedal de referências característico da área: aquele que remete às instruções metodológicas, aos debates teóricos, aos princípios éticos relativos ao emprego do método das entrevistas.

Essa estimulante atmosfera, na qual um campo e suas regras de operação eram criados, tinha cheiro de novidade. A construção de novos espaços, de novos conceitos; a busca por autores e obras desconhecidos; a ampliação dos círculos de relacionamento — tudo isso podia causar a essa segunda geração de praticantes de história oral a impressão de

¹² Em geral, a proposição de que a história oral constitui um campo “autônomo” encontra muita resistência na medida em que ela pode fazer supor a existência de um campo “disciplinar” específico, o que é fortemente rechaçado pela grande maioria dos intelectuais da área. É preciso diferenciar as duas coisas, pois a autonomia institucional do campo é uma realidade: ele constituiu sua própria associação, suas publicações, seus eventos, de maneira destacada de outros campos acadêmicos. Essa é a razão, aliás, para que o campo tenha sido criado: a intensificação de uma demanda que não vinha sendo atendida pelos campos estabelecidos. O dilema entre colocar-se ou não como uma “disciplina” específica não é particularidade da história oral. Umberto Eco, por exemplo, realizou nos anos 1970 um breve mas interessante debate sobre o estatuto epistêmico da semiótica, reconhecendo a própria provisoriedade de seus argumentos. Campos ainda mais recentes continuam sendo instados a refletir sobre seu caráter como área de estudos ou como disciplina à parte. O caso da crítica genética é instrutivo; muitos de seus problemas e debates epistemológicos são correlatos aos do campo da história oral, o que se deve, em parte, ao fato de ambos serem campos erigidos em torno de técnicas e métodos de pesquisa, e não de objetos, estando sujeitos a uma magnífica multiplicidade temática e à sua associação aos mais variados conjuntos teóricos. Um estudo comparativo entre o desenvolvimento das áreas de “história oral” e “crítica genética” seria promissor, oferecendo a possibilidade de analisar como dois campos que ascendem coetaneamente possuem problemas, dilemas e soluções correlatas em seus diferentes estágios de funcionamento. Ver: Eco, U. **Tratado geral de semiótica**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002; Lebrave J.-L. “La critique génétique: Une discipline nouvelle ou un avatar moderne de la philologie?”. **Genesis, manuscrits, recherche, invention**, n. 1, p. 33-72, 1992; Galíndez-Jorge, V. “Crítica genética e crítica literária”. **Ciência e Cultura**, ano 59, n. 1, p. 29-9, 2007; Willemart, P. **Crítica genética e psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹³ Um debate contemporâneo demonstra claramente a capacidade refratária do campo — isto é, seu potencial para proteger seus integrantes. Debates sobre ética em história oral foram realizados à exaustão no Brasil nas décadas de 1990 e 2000: visavam essencialmente “proteger” os narradores de eventuais maus comportamentos por parte do pesquisador, bem como “proteger” os pesquisadores de eventuais consequências indesejadas por meio da adoção de instrumentos jurídicos. Nos dias de hoje, o debate ético ressurgiu numa nova chave: à medida que pesquisadores são mais e mais instados a se submeter a comitês de ética em pesquisa, geralmente formulados a partir das diretrizes das Ciências Médicas, o campo da história oral busca instrumentos de “proteção” como a criação de um documento de ética próprio, que possa embasar o julgamento realizado por comitês externos, ou a fundação de seu próprio comitê, que possa ser solicitado a avaliar projetos substituindo, assim, o julgamento de órgãos alheios ao campo. Em outras palavras, o que se busca não é controlar o comportamento ético *dentro* do campo, mas proteger os pesquisadores deste campo de julgamentos vindos de *fora*. Após longas discussões por *e-mail*, no “X Encontro Regional Sudeste de História Oral: Violência, desafios contemporâneos”, a ser realizado em setembro de 2013, um fórum coordenado por Ana Maria Mauad e Valéria Barbosa de Magalhães debaterá o assunto.

que se estava trabalhando sobre uma terra virgem. Embora esse estivesse longe de ser o caso, foi o que, em linhas gerais, aconteceu.

Em meio à tarefa de estabilizar o uso de um método e de organizar um campo de estudos e de ação, um fio separador em relação ao passado foi traçada. Ao que parece, esse trabalho de organização foi entendido como um trabalho de inauguração: em linhas gerais, assumiu-se uma postura fundacional que colocou na berlinda o legado oferecido por nossas matrizes, os esforços de pesquisa e divulgação ensejados nos anos 1980 e, de modo geral, a noção de continuidade ou integração entre esses diferentes tempos.

O título de um dos mais populares livros de história oral dos anos 1990 é instrutivo: *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*, organizado por José Carlos Sebe Bom Meihy a partir de textos apresentados no I Encontro Regional de História Oral Sudeste-Sul, de 1995.¹⁴ Sob o signo do presente, a coletividade representada no livro – pesquisadores da segunda geração, fundamentalmente – interagia efetivamente com o passado do campo; ou, de acordo com o modelo aqui proposto, com as quatro matrizes de nossa história oral, elaborando suas próprias misturas em um apanhado de reflexões teóricas e metodológicas instigantes (sobre texto, sobre intersubjetividade, sobre transdisciplinaridade) e de experiências de pesquisa tematicamente variadas (que iam da história da política à imigração; da vida rural à experiência nas favelas urbanas). Conservava, entretanto, uma distância cautelosa em relação ao passado, manifestada em um número significativo de passagens textuais que sugeriam que o assunto em questão estava sendo apresentado pela primeira vez. Os comentários de Maria de Lourdes Mônaco Janotti publicados no livro a respeito de dois textos que lhe precediam são esclarecedores e, dentro dessa tendência maior de reinvenção, quase subversivos:

Afirmou a Prof^a Alice B. S. Lang que um dos fatores distintivos da História Oral está na análise que acompanha todo o processo da pesquisa (...) apesar da justeza da observação, não seria este um elemento distintivo da História Oral. (Janotti, 1996, p. 57-8)¹⁵

Constituindo-se a Sociologia como ciência no século XIX, o uso de fontes orais como técnica de apreensão do social foi-lhe desde o início familiar. (...) a introdução da expressão História Oral no vocabulário sociológico

¹⁴ Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

¹⁵ Janotti, M. L. M. “Refletindo sobre história oral: Procedimentos e possibilidades”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 56-62.

encontrou um acervo de experiências consolidadas que não modificou, substancialmente, os procedimentos que já vinham sendo utilizados. (idem, p. 61)

Mas são os parênteses inseridos no título do livro que condensam de maneira fascinante as reservas da segunda geração em relação ao seu passado. Para ela, o prefixo que caracterizaria a concepção de seu próprio trabalho como uma “re-introdução” da história oral no Brasil é dispensável: o que está dentro dos parênteses pode ser descartado e dar lugar à concepção de uma “introdução”. Nenhuma das duas concepções é acurada — mas esta última simboliza com clareza a assunção da postura fundacional à qual me referi. Sugestivamente, dentre os mais de trinta textos reunidos na coletânea de Meihy, apenas um é assinado por alguém da geração anterior: trata-se de “História oral: Considerações sobre suas razões e objetivos”, de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa.¹⁶ Quanto o entrevistei, em 2010, ele mencionou espontaneamente a seguinte percepção sobre sua participação no encontro que deu origem ao livro:

o professor [José Carlos Sebe] Bom Meihy me convidou para um colóquio lá em São Paulo e eu fui. Eu não conhecia grande parte daquelas pessoas e eles também não me conheciam. Só uns poucos professores, os mais velhos, me conheciam.

Toda aquela gente se achou dona da história oral. [risos] Eu sei que eu estava numa sala de aula, com uma moça, e a moça estava falando, e tal... Eu não me apresentei, e também não precisava me apresentar. E ela falava porque falava sobre história oral! Parecia que era a descoberta da coisa! Aí o José Carlos passou pela porta e me chamou: “Ô, Carlos Humberto, vem cá, vamos para a outra sala!”. A moça que estava falando ficou tão apavorada quando soube... “Ah, mas o senhor que é o professor...?”. E começou a chorar! E pediu desculpas daquilo que ela tinha dito! Eu disse: “Não, não tem problema!”. [risos] Eu não estava lá para analisar, também.¹⁷

Não me parece que seja o caso de um choque de gerações — mas sim de um comportamento mais ou menos regular em novos campos intelectuais nos seus estágios primários: os antecessores são convocados para a legitimação de práticas contemporâneas, mas mantidos a uma cautelosa distância para que os novos pesquisadores legitimem a si mesmos como empreendedores e intelectuais originais. A teoria dos campos de Bourdieu,

¹⁶ Corrêa, C. H. P. “História oral: Considerações sobre suas razões e objetivos”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 62-70.

¹⁷ “A entrevista em si não é a história. Ela é um meio, não o fim” — Entrevista com Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Gravada em agosto de 2010. Florianópolis, SC.

que entende a luta por poder e prestígio como uma dimensão fundamental de qualquer campo, ajuda a entender esse comportamento dúbio: a reivindicação de originalidade é fundamental para que a meta de formação de um campo novo se complete. “A procura de originalidade a todo custo”, escreveu Bourdieu, impede “a justa atitude para com a tradição teórica, que consiste em afirmar, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação, em se apoiar todo o pensamento disponível sem temer a acusação de seguidismo ou de ecletismo” (Bourdieu, 2011, p. 63).¹⁸

É preciso ressaltar que, no caso da história oral no Brasil, nem todos os autores minimizam o valor do passado – como Meihy sugeriu no título de seu livro ou em afirmações como a de que a história oral teve “primeiras iniciativas *perdidas* nos idos dos anos 70” [grifo nosso] (Meihy, 1998, p. 8)¹⁹, ou na convocação feita ao campo para que “‘*velhas*’ práticas de entrevistas” (idem, p. 5) [grifo nosso] fossem descartadas. Porém, mesmo fora de movimentos discursivos como estes, que sugerem que o passado é um bloco monolítico passível de ser ignorado, muitas vezes os estágios prévios à consolidação do campo da história oral nos anos 1990 são entendidos como mera fermentação do “*boom*” ou como experiências pouco ou nada relacionadas com as práticas atuais.

Esse não é um comportamento sem consequências. Se o campo da história oral abriga em seu seio a prática da “reinvenção da roda” (corporificada em numerosos trabalhos que não oferecem contribuições novas, limitando-se em refazer percursos amplamente conhecidos, em repetir mecanicamente ideias já em voga, como aludi na introdução deste estudo), esse é um fenômeno resultante de uma força dupla: a dos indivíduos, que o executam (no melhor dos casos, por desconhecimento do passado de sua área de estudos); e a do campo, que o licencia (abrindo-lhe espaço, em suas estruturas). Direta ou indiretamente, este fenômeno está conectado a essa relação conflituosa com o passado no momento de constituição de um campo: ao se apresentar como “novo”, como uma “introdução” (em vez de distinguir claramente o que está herdando e o que está criando), o campo institui a ideia de que a desconsideração de seu próprio passado é um comportamento tolerado.

¹⁸ Bourdieu, P. “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”. In: **O poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 59-73.

¹⁹ Meihy, J. C. S. B. “Palavras do editor”. **História Oral**, v. 1, p. 7-9, 1998.

A esta altura, já pode ser desnecessário repetir o que as quatro matrizes de nossa história oral, identificadas neste trabalho, somadas aos seus desenvolvimentos posteriores, nos legaram. Cabe perfilar o que, com o movimento dos anos 1990, foi feito de novo: a organização de uma rede de relações e a constituição de um campo acadêmico com suas próprias estruturas; o fornecimento de bases para a proliferação de estudos temáticos no campo da história oral; a reorientação dos debates metodológicos e teóricos com vistas à normalização de conteúdos. Em outras palavras, esse projeto disciplinar corresponderia a um projeto pedagógico, voltado a estabilizar um corpo de conhecimentos (regras metodológicas e cânones teóricos) e transmiti-lo a uma nova geração através das estruturas criadas junto com o, ou reforçadas pelo, campo. Às figuras-chave no movimento de história oral dos anos 1990 coube criar uma pedagogia à qual eles próprios não tiveram acesso. Foram os últimos a aprenderem “por si mesmos”. Embora tivessem já, à sua disposição, um arsenal de referências legado por nossas quatro matrizes, eles não foram treinados, não tomaram cursos, não se formaram a partir de guias consolidados. Elaboraram formas de treinamento – índice da profissionalização de um campo. Tornaram um cenário no qual a história oral passou a ser matéria de manuais, de oficinas, de cursos, alterando o sistema de organização do campo em sua raiz.

Quando se considera que um *corpus* de conhecimento deve ser transmitido (em vez de aprendido, estado e experimentado de modo particular, alheia à consciência de um treinamento formal), uma modificação profunda na concepção desse *corpus* é sinalizada. Poderíamos falar – aludindo uma vez mais à tipologia da cultura de Lotman – na transição de uma cultura concebida “como uma determinada soma de precedentes, usos, textos” para outra, baseada em “um conjunto de normas e regras”. “No primeiro caso, é correto aquilo que existe; no segundo, existe aquilo que é correto”, escreveu Lotman.²⁰ Pensar sobre essa transição e em suas implicações é ainda um interessante exercício para refinar e distinguir o legado da primeira e da segunda geração de intelectuais para o campo da história oral:

alguns ensinam determinada conduta, mostram, oferecem modelos; outros trazem regras. Os primeiros fundam a cultura como uma soma de textos; os

²⁰ Lotman, I. **La semiosfera II: Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

segundos oferecem metatextos. No primeiro caso, as prescrições têm o caráter de autorizações; no sentido, de proibições.

Forças inversas, portanto, se combinam: as “autorizações” legadas pelos pioneiros são organizadas em uma “gramática”. Um caminho é de abertura de possibilidades; outro, de circunscrição dessas possibilidades em um conjunto predeterminado de leis e regras. O fato de que a pedagogização não se universaliza (a estrutura do campo não consegue controlar por inteiro seus indivíduos; existe uma tensão completa entre eles e o grupo, expressa na ideia de *habitus*, de Bourdieu) é previsto pela própria pedagogia: tenciona-se que as regras sejam obedecidas, mas prevê-se sua ruptura.

Hegemonia compartilhada: A reafirmação de uma liderança

Na sala de recepção da década de ouro da história oral no Brasil, uma publicação tornou-se emblema do trabalho que a segunda geração de praticantes de história oral queria fazer: sistematizar o uso do método, direcionar a reflexão metodológica sobre ele, e legar esse corpo organizado – visibilizado pelos equipamentos que compõem um campo intelectual – aos seus vindouros aprendizes. Tratava-se de *História oral: A experiência do CPDOC*, livro de Verena Alberti que consolidava o trabalho da instituição na área; que realizava, logo em 1990, o “velho sonho” – palavras de Aspásia Camargo – do Programa de História Oral da instituição.²¹

O livro de Alberti representou uma fixação e uma guinada. No ambiente do qual ele surgia, a “disciplinação” do método era palavra de ordem: como Camargo tantas vezes professou, sua missão e a de seus colaboradores era a de dar forma metódica a tendência da história oral feita nos Estados Unidos, na qual – segundo a visão da autora – as entrevistas eram conduzidas “de maneira pouco sistemática e mais espontaneísta” (Camargo, op. cit., p. VIII). *História oral: A experiência do CPDOC* era fruto dessa disciplinação e contribuiu para ampliar seu alcance: ele foi a forma gráfica do trabalho de difusão do método que o CPDOC já vinha fazendo, com sua equipe sendo chamada para palestras e seminários pelo país ou recebendo interessados para convênios ou consultas

²¹ Camargo, A. “Apresentação – Quinze anos de história oral: Documentação e metodologia”. In: Alberti, V. **História oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990. p. VII-X.

informais em suas próprias dependências. Numa época em que o CPDOC recebia pouca atenção dos historiadores ou sociólogos ditos tradicionais, aqueles interessados em história oral compensavam com zelosa atenção.²²

A empreitada disciplinadora intentava atingir não apenas os pesquisadores que trabalhassem com temas próximos àqueles que figuravam no CPDOC (a história da política, principalmente, e cada vez mais a história institucional de empresas públicas) – mas sim a todos os que trabalhassem com história oral. Desejava-se que o modelo oferecido no livro não tivesse essas barreiras: “tais procedimentos são universais e aplicaram-se tão bem a governadores e ministros de Estado, quanto a lideranças camponesas e militantes operários, também presentes no programa do CPDOC” (Camargo, op. cit., p. IX), escreveu Aspásia Camargo em sua justa percepção de que muitas das técnicas de entrevista são aplicáveis independentemente dos objetos de que se aproxima.²³ A assinatura de Verena Alberti – que até o momento não tinha visibilidade pública, e no imaginário acadêmico não estava associada a certos campos temáticos – contribuiu para oferecer ao livro essa aparência universal (“neutra”, no sentido da aplicabilidade do modelo do CPDOC a uma variedade de temas). A autora veio a público com o método, e foi como uma metodologista e teorizadora que continuou consagrada, reinventando-se com sagacidade ao longo dos tempos em vez de ficar presa à repetição de seu conteúdo primeiro. Ela pôde fazer isso graças a seus conhecimentos multidisciplinares, consubstanciados em trabalhos que dialogam com literatura e linguística, antropologia, filosofia; partindo de uma obra “eminentemente institucional” (termos da quarta capa de *História oral: A experiência do CPDOC*) para um trabalho de autor.

Num primeiro momento, o alcance da disciplinação do CPDOC foi ampliado com êxito – tanto pelas qualidades internas do livro de Alberti (bem organizado, bem escrito, claro, objetivo, completo) como pelo fato de que ele não tinha concorrência. Com o

²² Segundo Celina Vargas: “Nós éramos discriminados, sim, só falávamos na periferia da academia. (...) Acho até que conseguimos ser reconhecidos primeiro no exterior e em algumas cidades menores, que começaram a nos chamar para seminários, principalmente na área de história oral. Esse seria um outro levantamento que o CPDOC poderia fazer: quantos CPDOCs criamos Brasil afora, nas áreas de documentação, história oral, pesquisa? Eu me lembro de uma quantidade enorme deles ligados a institutos históricos ou a universidades” (D’Araújo, 1999, p. 238). Ver: D’Araújo, M. C. “O CPDOC e a redescoberta do Brasil contemporâneo”. In: **Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 227-67.

²³ Camargo, A. “Apresentação – Quinze anos de história oral: Documentação e metodologia”. In: Alberti, V. **História oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990. p. VII-X.

antigo manual de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, de 1978, esgotado e praticamente fora de circulação (além de obsoleto, em termos de técnica e eletrônica), o volume da Fundação Getúlio Vargas conquistou um leito sobre o qual pôde repousar com tranquilidade enquanto seu conteúdo se propagava, comprovando o que Verena Alberti escreveu logo na abertura: “A elaboração de um manual sugere, de antemão, que existe algo a ensinar, um certo conhecimento que pode se transformar em instrumento nas mãos de alguns interessados”. Desdobramentos acumulados, o CPDOC conseguia uma espécie de hegemonia compartilhada. E relativa, também: “não é nossa intenção (...) atribuir a esse modelo um valor exclusivo, como se não houvesse outras possibilidades de empregar a história oral, ou como se estivéssemos receitando o ‘certo’ e rejeitando o ‘errado” (Alberti, 1990, p. 1).²⁴

No livro, Verena Alberti adotou uma armação clara, de muito apelo junto àqueles que queriam compreender como se dava o passo a passo da história oral. A estrutura era atraente, dividida em seis partes: “Da implantação de programas de história oral”; “A entrevista”; “O processamento”; “Instrumentos de auxílio à consulta”; “Liberação de entrevista”; “Bibliografia de história oral”. Por fim, havia uma listagem dos programas de história oral em atividade no Brasil. Eram oferecidos modelos de roteiros de entrevista, de cartas de cessão, de fichas de organização; havia sugestões de equipamentos e materiais de consumo; procedimentos de transcrição e estabelecimento textual eram descritos e analisados – uma reunião de grande valor, em um tempo no qual esse tipo de informação, quando conhecido, era pouco acessível.

História oral: A experiência do CPDOC representou, efetivamente, uma contribuição de vulto oferecida pela instituição à população do campo intelectual que se formava; ele contribuiu justamente para que mais pessoas se formassem dentro dessa prática. Ajudou a inculcar em todo o campo a ideia de que “história oral” e “entrevistas” não deveriam ser entendidos como sinônimos; ajudou a evidenciar a ideia de que a prática da história oral só pode ser entendida como tal se estiver previamente informada por um conjunto de instrumentos e referências. O significado disso não deve ser desdenhado: o manual de Verena Alberti foi instrumento e emblema de um momento de transição. Esmorecia o

²⁴ Alberti, V. **História oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.

cenário no qual pesquisadores faziam entrevistas – mais ou menos experimentalmente, mais ou menos municiados – e em algum momento “descobriam-se” fazendo história oral. Emergia uma visão inédita: aquela que apregoa que um pesquisador só pode considerar que suas entrevistas são história oral se elas demonstrarem um engajamento prévio com a discussão especializada. Este é um gesto intelectual dos mais elementares na constituição de um campo – tanto porque oferece modelos que ajudam os interessados em frequentá-lo como porque começa a definir regras de inserção.

Como corolário desse processo, ganha vulto, repito, a noção de “projeto”.

O fato de o livro do CPDOC ter sido preparado por uma jovem pesquisadora – alçada quase que imediatamente à condição de referência da área – foi um ato simbólico de transferência de liderança (ou, como quer Bourdieu, de transferência de capital científico).²⁵ Isso mesmo que Alberti não atribua um significado especial ao fato, como tentei explorar na entrevista que ela me concedeu em 2011:

E por que você foi escolhida, ou destacada, para escrever o manual?

Porque... dentro da equipe eu fui fazendo o manual.

[risos]

Tinha outras pessoas, né? Mas eu acabei compilando as informações sistematizando, fazendo as leituras... E enfim...

Foi acontecendo.

Foi acontecendo. É.²⁶

A apresentação à obra, escrita por Aspásia Camargo, reforçava o significado simbólico do livro enquanto a passagem de um bastão. A partir dali, Verena Alberti passaria a responder publicamente como “a voz” do CPDOC – mas, em simultâneo, como a confirmação do esforço institucional de despersonalização. A autora, aliás, insiste nisso:

²⁵ O sociólogo fala do capital “do autor consagrado que pode ser parcialmente transferido para a conta de um jovem escritor ainda desconhecido, por meio de um comentário elogioso ou de um prefácio” (2004, p. 170). Ver: Bourdieu, P. “O campo intelectual: Um mundo à parte”. In: **Coisas ditas**. Trad. C. R. Silveira e D. M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 169-80.

²⁶ “Com todas as fontes é preciso cautela” – Entrevista com Verena Alberti. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

na ideia do texto como acúmulo de experiência. Na introdução da obra, em 1990, ela escreveu:

Sem essa experiência [da instituição], que já se acumula desde 1975, ser-me-ia impossível redigir esse manual – mesmo porque meu primeiro contato com a história oral remonta a apenas quatro anos, quando ingressei como pesquisadora no Programa de História Oral. É preciso sublinhar que o que se segue é um esforço de sistematização de tudo o que pude aprender com os colegas de trabalho, a leitura de livros e artigos sobre história oral e o acervo de depoimentos do CPDOC. Nesse sentido, os agradecimentos abaixo são mais do que expressão de reconhecimento – poder-se-ia dizer quase declarações de coautoria, uma vez que foi no contato com a instituição e com os colegas de trabalho que efetivamente aprendi o que vem a ser a história oral e o trabalho de constituição de um acervo de entrevistas. (Alberti, 1990, p. 7)

Na segunda edição do livro, em 2004, isso se repetiu; Verena Alberti colocou que sua atualização “só foi possível devido à experiência que pude acumular no trabalho com essa metodologia” (Alberti, 2004, p. 10).²⁷ A gravação do sentido de continuidade também esteve presente em nossa entrevista, na qual ela apela graciosamente à imagem da psicografia:

o que muda na sua trajetória pessoal [com] esse livro, essa circulação?

Na verdade, ele é a experiência do CPDOC, não é? Como você até suspeitou, ele é muito mais, digamos assim – eu muito mais psicografei esse manual. É aquilo que eu vou sempre dizendo desde o começo: “eu estou aqui sistematizando uma prática”. Por quê? Porque tem muita gente que vinha aqui querendo saber – era essa a questão. Muita gente visitava o CPDOC para saber como é que era, o que a gente fazia, e a gente atendia... Então [fizemos o livro] um pouco para sistematizar para essas pessoas... Eu fui dar uns cursos em Cuiabá, em Rondônia também; [então escrevi] pensando no que as pessoas perguntavam nesses cursos. Quando você escreve, você pensa também num leitor virtual: o que é que as pessoas estão querendo saber. Então na verdade eu fui sistematizando aquilo que é uma prática daqui de dentro. Fui fazendo umas leituras outras, sim, mas... Então o que é que acontece? Talvez eu tenha a cara do CPDOC, muito mais do que outros colegas meus, por conta disso: porque as pessoas identificam.²⁸

²⁷ Alberti, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

²⁸ “Com todas as fontes é preciso cautela” – Entrevista com Verena Alberti. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

Com o passar do tempo, *História oral: A experiência do CPDOC* continuou sendo uma referência de primeira grandeza no campo que ele ajudou a formar e distinguir: antes, a história oral era um método a ser descoberto e experimentado por intelectuais voluntariamente interessados; agora, um conjunto estável de procedimentos, a ser preceituado para novos pesquisadores, que o instrumentalizariam em seus estudos. O livro perdeu um pouco de seu fascínio à medida que uma série de outras publicações, de autores nacionais e internacionais, veio à tona, como reflexo natural do desenvolvimento de um campo. Finalmente, ganhou uma segunda edição em 2004, como que para preencher a lacuna que toda essa produção feita ao longo dos anos 1990/2000 não cumpriu: a de um livro atento às questões técnicas da história oral, com ênfase nos aspectos de gravação, preservação e arquivamento.

A obra precisou, então, ser reinventada. Foi atualizada à luz do desenvolvimento tecnológico e dispensou a listagem de programas de história oral no país – supérflua diante da articulação nacional facilitada pela Associação Brasileira de História Oral, fundada em 1994, e pela acessibilidade no universo internético. Outras alterações mais substanciais estão a caminho para futuras edições do livro, conforme Verena Alberti notou.²⁹ Sua modificação mais visível, já em 2004, foi a adoção do título que representava efetivamente sua função, e que já era informalmente empregado quando de suas alusões: *Manual de história oral*.

Entre *História oral: A experiência do CPDOC* e *Manual de história oral*, Verena Alberti percorreu outras trilhas. Mais conhecida por sua prescrição metodológica, ela realizou muitos trabalhos temáticos – para geração de acervo e preparação de publicações – e desenvolveu reflexões aprofundadas, oferecendo contribuições interessantes para o campo da história oral.³⁰ Manejando seu repertório advindo dos estudos literários, da antropologia, da filosofia da linguagem, ela desenvolveu um aparato conceitual valioso, eminentemente interdisciplinar, que alenta o avanço das reflexões sobre as especificidades

²⁹ Alberti, V. “De ‘versão’ a ‘narrativa’ no Manual de História Oral”. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 159-66, 2012.

³⁰ Entre as publicações originadas de pesquisas temáticas conduzidas pela autora, destacam-se: Alberti, V. (org.) **Entre a solidariedade e o risco: História do seguro privado no Brasil**. Rio de Janeiro: Funenseg/Editora FGV, 1998; Alberti, V.; Heymann, L. Q. (org.) **Trajetórias da universidade privada no Brasil: Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília/Rio de Janeiro: Capes/Editora FGV, 2002.

da fonte oral, suas possibilidades de abordagem, seus caminhos de interpretação (as ideias de memória como “acontecimento” e “ação” e de narrativas “pregnantes”); que contribuiu para o combate do relativismo epistêmico no campo da história oral (descartando a ideia de que tudo são “versões” e defendendo que as “narrativas” têm uma existência concreta e estão inseridas em uma realidade sensível que ajudam a compreender e tornar inteligível).³¹ Não seria exagero dizer que Alberti foi quem ofereceu a contribuição conceitual mais expressiva ao campo – ainda não plenamente incorporada por ele, talvez por ser efetivamente interdisciplinar e mobilizar deslocamentos incomuns dentro de perspectivas mais estritamente disciplinadas, talvez por se expor de maneira sóbria, com poucos neologismos passíveis de serem incorporados e citados sem uma reflexão sofisticada.

Enquanto isso, o trabalho do CPDOC progredia. Em 1990, seu acervo abrigava 445 entrevistas, em 2.329 horas de gravação (Alberti, 1990, p. 3)³²; em 2007, eram 1.553 entrevistas, 658 abertas à consulta, num total de 5 mil horas (Motta, 2007, p. 198)³³ – objeto de um vultoso patrocínio do Banco Real para sua digitalização. Após a primeira eleição direta para a Presidência da República, o CPDOC passou a entrevistar os militares que por pouco mais de duas décadas comandaram o país, gerando três livros de história oral: um sobre o golpe, outro sobre os anos de chumbo, mais um sobre a abertura.³⁴ Entre tantos outros frutos, o projeto trouxe a público *Ernesto Geisel*, editado

³¹ Essas ideias estão expressas em diversos trabalhos da autora, muitos deles reunidos no livro de ensaios: Alberti, V. **Ouvir contar: Textos em história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. Ver também os mais recentes: Alberti, V. “‘Narrativas pregnantes’ como ‘jogos de linguagem’: Possibilidades da história oral à luz da teoria da linguagem de Wittgenstein”. *História Oral*, v. 11, n. 1/2, p. 127-48, 2008.

³² Alberti, V. **História oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.

³³ Motta, M. S. “O programa de história oral do CPDOC: O acervo e suas coleções”. In: Miranda, D. S. (org.) **Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC-SP, 2007. p. 195-8.

³⁴ D’Araújo, M. C.; Soares, G. A. D.; Castro, C. **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; D’Araújo, M. C.; Soares, G. A. D.; Castro, C. **A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; D’Araújo, M. C.; Soares, G. A. D.; Castro, C. **Visões do golpe: A memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Ver ainda: D’Araújo, M. C. “Ouvindo os militares: Imagens de um poder que se foi”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 147-72; Farias, I. C. “Um *troupiér* na política: Entrevista com o general Antônio Carlos Muricy”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 124-46; D’Araújo, M. C.; Castro, C. **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

por Celso Castro e Maria Celina d'Araújo, que se tornou um *best-seller* e uma fonte de pesquisa singular. A veterana Alzira Alves de Abreu estudou uma turma do Colégio de Aplicação da UFRJ cujos alunos se envolveram na luta armada; estudou os jornalistas e as imprensas, sob óticas diversas.³⁵ Marly Silva da Motta realizou trabalhos sobre a história política do Brasil e também atuou em projetos comissionados, como aquele realizado pelo Banco Central, gerando proficuamente uma variedade de publicações.³⁶ E houve mais: toda uma vultosa produção que se acumulava e se reconfigurava como o capital científico que o CPDOC levou à cena em suas lutas políticas e institucionais.

O Programa de História Oral do CPDOC acompanhou de perto as transformações políticas e sociais do país. Sua história oral voltada aos grandes personagens da história – especialmente da história política – passou a ouvir novos temas e atores sociais; preocupações perceptíveis não necessariamente como mudança, mas como acréscimo, e mesmo assim remetendo fundamentalmente a antigas bases. Ao focalizar o movimento negro no Brasil, por exemplo, o CPDOC escutou suas lideranças.³⁷ “Apesar de mudanças ocorridas na constituição e no tratamento das entrevistas, da ampliação temática e do aumento do volume do acervo, certas características iniciais nunca se perderam e passaram a constituir a identidade institucional do programa de história oral do CPDOC”, afirmou Verena Alberti em 1998, avaliando a trajetória de sua instituição à luz dos

³⁵ Abreu, A. A. **Intelectuais e guerreiros: O Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992; Abreu, A. A. “Os anos de chumbo: Memórias da guerrilha”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 14-32; Abreu, A. A. “Jornalista: Um duplo anonimato”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 195-6.

³⁶ Motta, M. S. “As bases mitológicas do lacerdismo”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 109-20; Motta, M. S. “Em nome da independência, da neutralidade e da competência: Os depoimentos de Octavio Gouvêa de Bulhões e Dênio Nogueira”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 66-97; Bulhões, O. G. **Octavio Gouvêa de Bulhões: Depoimento**. Brasília: Banco Central, 1990; Nogueira, D. **Dênio Nogueira: Depoimento**. Brasília: Banco Central, 1994; Motta, M. S.; Alberti, V. (org.) **O salão dos passos perdidos: Depoimento de Evandro Lins e Silva ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora FGV, 1997; Motta, M. S. (org.) **A OAB na voz de seus presidentes**. Brasília: Editora da OAB, 2003; Motta, M. S.; Rocha, D. (org.) **Memórias do IBRE – Instituto Brasileiro de Economia: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

³⁷ Alberti, V.; Pereira, A. A. (org.) **Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

“desafios do século XXI”.³⁸ Dez anos depois, na apresentação ao livro *Muitos caminhos, uma estrela: Memórias de militantes do PT*, os organizadores da obra, Marieta de Moraes Ferreira e Alexandre Fortes, ressaltaram que a realização daquele projeto, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, oferecia ao CPDOC a oportunidade de enriquecer seu acervo: voltado a abrigar depoimentos da elite política brasileira, ele deveria incluir material a respeito do PT, que desde 2002 se integrava a essa categoria com a eleição de Lula para a Presidência da República. Os autores mencionavam também que, graças a convênios com outras instituições, o CPDOC passava por modificações: “essa abertura do CPDOC, nos últimos anos, resulta também na inclusão de entrevistas de representantes da sociedade civil e de setores populares em seu acervo de História Oral”, mencionando, dentre eles, “dirigentes de ONGs, de associações de moradores, líderes de comunidades carentes, entre outros” (Ferreira & Fortes, 2008, p. 13).³⁹

Além do mais influente manual de história oral publicado no país e de uma equipe que produziu acervo e obras temáticas diversificadas, o CPDOC viu despontar, de dentro de seus escritórios, uma liderança intelectual e política de relevo: Marieta de Moraes Ferreira. Ela foi – como veremos nos capítulos 8 e 9 – uma figura-chave para a consolidação deste campo intelectual no país, bem como para sua inserção no cenário internacional. Foi a primeira presidente da Associação Brasileira de História Oral e a segunda a ocupar o mesmo cargo na International Association of Oral History, sucedendo sua aliada política Mercedes Vilanova. Se existe algum pesquisador brasileiro que, nessa seara, tenha se equiparado a ela, é Antonio Torres Montenegro. Os dois tiveram as vozes mais fortes no processo de definição das feições e dos rumos da história oral no Brasil.

Para a esfera da política acadêmica, Marieta de Moraes Ferreira levou tanto a bagagem institucional da Fundação Getúlio Vargas – o “capital científico” que ofereceu a ela e ao campo uma retaguarda prestigiosa e lhe instou a assumir posições em nome da coletividade em que se inseria – como as convicções intelectuais adquiridas e refinadas em uma trajetória profissional iniciada como historiadora interessada na história do Brasil

³⁸ Alberti, V. “A vocação totalizante da história oral e o exemplo da formação do acervo de entrevistas do CPDOC”. *Oral history, Challenges for the 21st Century: Proceedings – Vol. I*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/Fiocruz, 1998. p. 509-15.

³⁹ Ferreira, M. M.; Fortes, A. (org.) *Muitos caminhos, uma estrela: Memórias de militantes do PT – Volume 1*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

Imperial, mas que alcançou seu maior grau de reconhecimento no seio da história oral.⁴⁰ Após defender sua dissertação de mestrado e trabalhar por cerca de dois anos na Casa de Rui Barbosa – onde seu campo de atuação era a Primeira República – Ferreira integrou-se à equipe do CPDOC em 1978, destacada para atuar no projeto do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* preparando verbetes sobre a imprensa. Na entrevista que me concedeu em 2011, ela contou:

[Para] essa temática, esses verbetes, existe muito pouca fonte. E aí é que eu comecei a fazer entrevista.

(...) Quando eu entrei no CPDOC em [19]78, esse programa de história oral já tinha quatro anos de existência; já tinha um acervo considerável; todas essas práticas de gravar, arquivar, transcrever, fazer copidesque, fazer conferência de fidelidade, disponibilizar para o público – todas essas etapas. Já era algo que existia no CPDOC. Só que eu não entrei para esse departamento. Eu vim para trabalhar no Dicionário e meio que comecei a trabalhar com história oral na intuição, até porque a história oral, ali no Dicionário, tinha a função de preencher lacuna, de fornecer elementos para escrever aqueles verbetes. E havia também verbetes relativamente curtos; não era fazer uma tese, não tinha uma grande problemática para elucidar.⁴¹

Sem contato direto com a equipe de história oral, com a qual inicialmente não compartilhava procedimentos (várias das entrevistas gravadas para servirem como fontes para os verbetes, por exemplo, não são abertas para consulta pública, já que à época não foi solicitada autorização formal por meio de carta de cessão), Ferreira desenvolveu por si mesma o interesse na história oral. “Comecei a fazer essas entrevistas e a gostar muito de fazê-las e de perceber o potencial que aqueles contatos tinham do ponto de vista de fornecer informações, mas também de perceber a diferença de um entrevistado para o outro”, disse ela. Mesmo assim, o método deixou seu leque de interesses – sua tese de doutorado, por exemplo, tratou das elites políticas fluminenses na Primeira República⁴² –

⁴⁰ A dissertação de mestrado de Ferreira, defendida em 1977 sob orientação de Ismênia Lima Martins, é: Ferreira, M. M. **A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro (1870-1906)**. Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, 1977.

⁴¹ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

⁴² Ferreira, M. M. **Em busca da Idade do Ouro: As elites políticas fluminenses**. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991. Publicado como: Ferreira, M. M. **Em busca da Idade do Ouro: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

até 1991, quando, já dividindo seu tempo como professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ferreira assumiu a coordenação do Programa de História Oral do CPDOC e aprofundou seu contato com o tema.

Desde então, ela trabalhou em projetos no qual utilizou o método da história oral para constituir acervos e preparar publicações.⁴³ Mesmo ao editar depoimentos em livros, há sinais de uma marca; indícios de seu entendimento sobre o método. “O potencial desses relatos como fontes de pesquisa somente se realiza plenamente quando eles são cruzados com outros tipos de documentos e cotejados com a vasta produção bibliográfica já existente”, colocou na introdução ao livro com histórias orais de militantes do PT (Ferreira & Fortes, 2008, p. 15).⁴⁴ “O cotejo dos depoimentos permite conhecer diferentes versões sobre os acontecimentos e captar um conjunto representativo de visões que nos conduz a aproximações múltiplas possíveis da verdade”, afirmou ao apresentar o volume comemorativo dos 50 anos da Capes (Ferreira & Moreira, 2002, p. 15).⁴⁵ De qualquer forma, não foi propriamente como praticante de história oral que Ferreira ofereceu suas contribuições mais significativas ao campo – até porque seu trabalho de pesquisa que utiliza relatos orais de maneira mais sofisticada é recente: o livro *A história como ofício: A constituição de um campo disciplinar*, de 2013.⁴⁶

Pode-se dizer que a contribuição intelectual principal de Marieta de Moraes Ferreira ao campo da história oral no Brasil consistiu em colocar em sua agenda uma espécie de vigilância permanente; de exercício contínuo de ponderação e autorreflexividade; de pensamento crítico. Isso se deu através de um conjunto de ensaios que, em princípio, teríamos a tentação de denominar de “reflexões teóricas”, e que acabam ultrapassando essa ambição à medida que impactam o campo da história oral em

⁴³ Entre essas publicações, estão: Ferreira, M. M.; Moreira, R. L. (org.) **Capes, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília, DF: Capes, 2002; Ferreira, M. M.; Fortes, A. (org.) **Muitos caminhos, uma estrela: Memórias de militantes do PT – Volume 1**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008; Ferreira, M. M.; Britto, A. (org.) **Segurança e cidadania: Memórias do Pronasci**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

⁴⁴ Ferreira, M. M.; Fortes, A. (org.) **Muitos caminhos, uma estrela: Memórias de militantes do PT – Volume 1**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

⁴⁵ Ferreira, M. M.; Moreira, R. L. (org.) **Capes, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília, DF: Capes, 2002.

⁴⁶ Ferreira, M. M. **A História como ofício: A constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

uma dimensão mais ampla: de certa forma, os textos de Ferreira lembram esse campo, a todo o momento, de suas interveniências com outros conjuntos de referência, com outras disciplinas, com outras práticas.

Essa perspectiva pode ser resumida pela imagem da história oral como uma “bússola” – ideia que Ferreira desenvolveu em um artigo de 2002, no qual sugeriu que as críticas constantes sofridas pela história oral por parte de historiadores não comprometidos com o método (que ela denomina de “tradicionais”) obrigam esse campo a uma “reflexão e avaliação permanentes de seus procedimentos de pesquisa” (Ferreira, 2002, p. 150).⁴⁷ Essa situação, segundo a autora, é positiva na medida em que faz o campo ser mais ciente de si: exposto constantemente a desafios, a história oral seria um “laboratório de reflexão metodológica”, no qual os problemas que não são específicos das fontes orais (antes, atingem toda e qualquer fonte) seriam avivados. “O que eu acho é que a história oral agudiza certos problemas e, ao agudizar, de uma certa maneira nos obriga a enfrentar; não dá para varrer para debaixo do tapete”, colocou a autora em termos cotidianos na entrevista que me concedeu.

Em seus diversos ensaios – que, mesmo dispersos em diferentes publicações, são frequentemente arrolados em listagens bibliográficas –, a autora também “agudizou” traços da história oral que poderiam passar despercebidos a pesquisadores em estado de excessiva introspecção. Por exemplo, mapeou as interveniências da história oral com a história do tempo presente, cuja expressão ajudou a popularizar.⁴⁸ Assim, em “História oral e tempo presente” (1996)⁴⁹, Ferreira explorou as transformações ocorridas no campo historiográfico que abriram caminho para a história do tempo presente e a história oral, como uma de suas soluções metodológicas. Em “História do tempo presente: Desafios” (2000)⁵⁰, ampliou o quadro mostrando como nem mesmo a Escola dos Annales abriu-se

⁴⁷ Ferreira, M. M. “Historia oral: Una brújula para los desafíos de la historia”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 2, n. 28, p. 141-52, 2002.

⁴⁸ “História do tempo presente” é uma das expressões utilizadas para o estudo daquilo que outros autores chamam de “história próxima”, “história imediata”, “história do presente”, “história recente”, entre outros termos, seja atribuindo-lhes distinções cronológicas ou empregando-lhes como sinônimos, conforme o autor. Não cabe fazer, aqui, uma discussão sobre essa terminologia, que pode ser mapeada em: Chaveau, A.; Tétard, P. (org.) **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

⁴⁹ Ferreira, M. M. “História oral e tempo presente”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21.

⁵⁰ Ferreira, M. M. “História do tempo presente: Desafios”. **Cultura Vozes**, v. 3, p. 111-24, 2000.

significativamente para outros períodos e fontes, embora questionasse diversos aspectos da história política que lhe precedeu. Em “História, tempo presente e história oral” (2002)⁵¹, adensou esse debate, incluindo nele a dimensão da memória e de suas relações com a história, e identificando duas trilhas de abordagem das fontes orais nesse setor: trabalhos voltados ao preenchimento de lacunas no conhecimento de eventos, orientados por uma preocupação com a veracidade e a objetividade dos depoimentos; e trabalhos privilegiando o estudo das representações, que reforçariam a consideração das relações entre história e memória. Como já vimos, Antonio Torres Montenegro e Maria de Lourdes Mônaco Janotti foram pioneiros ao trazer, para o campo da história oral no Brasil, a discussão sobre a memória do ponto de vista da História – mas Ferreira buscou fazê-lo de maneira mais enfática e programada.

Também em “História oral e tempo presente” – mas especialmente em “História oral: Um inventário das diferenças” (1994)⁵², na “Introdução” ao livro *História oral e multidisciplinaridade* (1994)⁵³ e em “Desafios e dilemas da história oral dos anos 90: O caso do Brasil” (1998)⁵⁴ –, Marieta de Moraes Ferreira contribuiu para que o campo da história oral se abrisse à sua própria história. Através de seus balanços, a autora ajudou a mapear o campo, a identificar tendências e linhas de trabalho. Visou estimular a comunidade de leitores acadêmicos a conhecer a si própria, compreendendo suas semelhanças e suas particularidades, e engajando-se em um diálogo com trabalhos produzidos em outras correntes, por outros grupos, em diferentes regiões ou países, ainda que com ênfase significativa em autores franceses. Nas reflexões empreendidas pela autora a respeito das demandas públicas por história e memória, por exemplo – levantadas em ensaios como “História oral: Velhas questões, novos desafios” (2012) e “Demandas sociais e história do tempo presente” (2012), bem como na introdução de *A história como ofício* (2013) –, as

⁵¹ Ferreira, M. M. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*, v. 1, n. 5, p. 314-22, 2002.

⁵² Ferreira, M. M. “História oral: Um inventário das diferenças”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 1-13.

⁵³ Ferreira, M. M. “Introdução”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-17

⁵⁴ Ferreira, M. M. “Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: O caso do Brasil”. **História Oral**, v. 1, p. 19-30, 1998.

principais chaves de interpretação ativadas estão ligadas às noções de “usos do passado” ou “dever de memória”.⁵⁵

A inclinação à bibliografia francesa também marcou o mais conhecido trabalho de Marieta de Moraes Ferreira como divulgadora da história oral. Depois de organizar os livros *Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral* (com ensaios nos quais pesquisadores do CPDOC usavam o acervo de história oral da instituição) e *História oral e multidisciplinaridade* (reunião das palestras apresentadas no II Encontro Nacional de História Oral), ambos de 1994, Ferreira concebeu uma obra de textos traduzidos.⁵⁶ Janaína Amado, então professora da Universidade de Brasília, foi sua parceira no projeto que deu origem a *Usos & abusos da história oral*, de 1996, que dez anos depois chegou à sua oitava edição. O livro, que rapidamente tornou-se popular no campo e fora dele, ajudou a definir um cânone.

Usos e abusos das traduções

O cenário internacional da história oral está, nos dias de hoje, repleto de antologias. Entre as mais recentes, estão *The Oxford Handbook of Oral History* (2011), organizada por Don Ritchie, e *Handbook of Oral History* (2006), organizada por Thomas L. Charlton, Lois E. Myers e Rebecca Sharpless. As mais conhecidas certamente são *Oral History: An Interdisciplinary Anthology* (1984), de David K. Dunaway e Willa Baum, e *The Oral History Reader* (1998), de Robert Perks e Al Thomson, ambas em segunda edição reformulada (1996 e 2006, respectivamente). Há também as antologias temáticas, dentre as quais se destacam *Women's Words: The Feminist Practice of Oral History* (1991), de Daphne Patai e Sherna B. Gluck, *Preparing the Next Generation of Oral Historians: An Anthology of Oral*

⁵⁵ Ver: Ferreira, M. M. “História oral: Velhas questões, novos desafios”. In: Cardoso, C. F.; Vainfas, R. (org.) **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-86; Ferreira, M. M. “Demandas sociais e história do tempo presente”. In: Varella, F. et al. (org.) **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 101-24; Ferreira, M. M. **A História como ofício: A constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

⁵⁶ Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994; Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Finep/Diadorim, 1994.

History Education (2006), de Barry A. Lanman e Laura M. Wendling.⁵⁷ O que todas essas coletâneas têm em comum é a disposição de reunir o que há de “clássico” ou de “inovador” (ou apenas de “inovador”, quando se trata de material inédito) sobre o assunto em questão.

Não surpreende que, quando Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado lançaram *Usos & abusos da história oral*, a obra tenha sido entendida como uma coleção de trabalhos de inegável valor, rigorosamente selecionados, entendidos como dignos de durabilidade. Especialmente diante de uma coletânea que reproduz textos já publicados, tem-se a expectativa de se defrontar com obras julgadas relevantes, em um processo que ajuda a definir, de forma ativa, o cânone de uma área. Ao ser republicado, um texto passa por um processo de canonização, por meio dos recursos de legitimação de uma área (embora sua recepção seja efetivamente imprevisível).

Porém, esse processo reflete também, logicamente, as visões de seu diretor. No caso de *Usos & abusos*, a visão de Ferreira prevalecia. A exemplo do que fazia a revista de Mercedes Vilanova, *Historia y Fuente Oral*, e em consonância com sua ideia da história oral como “bússola”, ela selecionou textos que, mesmo que não tratassem diretamente de história oral, levantassem questões caras quando da reflexão sobre o método:

quando tive a ideia e convidei a Janaína Amado para organizar aquele livro *Usos & Abusos da História Oral*, as pessoas até não entendiam muito bem por que eu botei ali vários artigos de pessoas que não tinham nada a ver com história oral. Mas é exatamente por isso! Eu acho que a história oral suscita uma série de questionamentos, de debates sobre o uso de fontes, sobre a relação do pesquisador com a fonte, da demanda social com a pesquisa, que não são exclusivos da história oral. Eles pertencem ao campo da pesquisa histórica no sentido amplo.

Então eu botei lá o artigo do Giovanni Levi, “Os usos da biografia”. Não tem nada a ver com história oral, mas eu acho que a reflexão que ele faz sobre o

⁵⁷ Ritchie, D. (org.) **The Oxford Handbook of Oral History**. New York: Oxford University Press, 2011; Charlton, T. L.; Myers, L. E.; Sharpless, R. (org.) **Handbook of Oral History**. Landham, MD: AltaMira Press, 2006; Dunaway, D. K.; Baum, W. K. (org.) **Oral History: An Interdisciplinary Anthology**. 1st ed. Nashville, TN: American Association for State and Local History, 1984 [2nd ed. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 1996]; Perks, R.; Thomson, A. (org.) **The Oral History Reader**. New York: Routledge, 1998 [2nd ed. New York: Routledge, 2006]; Patai, D.; Gluck, S. B. (org.) **Women’s Words: The Feminist Practice of Oral History**. New York: Routledge, 1991; Lannan, B. A.; Wendling, L. M. (org.) **Preparing the Next Generation of Oral Historians: An Anthology of Oral History Education**. Landham, MD: AltaMira Press, 2006.

uso da biografia, as dificuldades, os desafios, são extremamente úteis pra quem vai trabalhar com história oral. Eu achava que esse tipo de reflexão podia ajudar as pessoas que estavam trabalhando com história oral a ter uma reflexão mais refinada, mais consistente – não ficar apenas fazendo e reproduzindo entrevista. O artigo do [Pierre] Bourdieu também. O Bourdieu até trabalha com entrevistas numa perspectiva sociológica, mas a discussão que ele coloca do problema da trajetória, as discussões sobre memória, não são exclusivas da história oral.⁵⁸

A publicação da Fundação Getúlio Vargas ajudou a projetar, sobre o campo da história oral como um todo, inquietações específicas e um direcionamento intelectual que já era vigente entre os pesquisadores da instituição, como as listagens bibliográficas dos ensaios de *Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral*, de 1994, confirmam. Tratava-se de textos que já circulavam no CPDOC, porém em seus idiomas originais, de modo que a publicação tinha uma dupla visada: “de um lado, disponibilizar para o público, em português, textos que eu achava importante; e, segundo ponto, mostrar que problemas metodológicos de história oral não eram uma exclusividade da história oral”, como colocou Ferreira em sua entrevista. Foi um esforço bem sucedido: rapidamente, os ensaios reunidos começaram a ser incorporados pelo campo da história oral. Sintomaticamente, eles ainda fizeram o caminho contrário percorrido pelas organizadoras: textos que, sem tratar especificamente de história oral, levantavam questões importantes para os praticantes do método, foram incorporados por leitores de outras áreas através desta publicação destinada a história oral. As frequentes remissões a ensaios como o de Pierre Bourdieu, “A ilusão biográfica”, em áreas como a Sociologia, a História e o Jornalismo, o demonstram.

Usos & Abusos não foi o primeiro espaço concedido, no Brasil, à tradução de textos de autores estrangeiros. Em 1992, a editora Paz e Terra, atenta às obras da historiografia inglesa, lançou no país *A voz do passado: História oral*, livro de Paul Thompson que já circulava entre a comunidade acadêmica, geralmente fotocopiado, em inglês e em espanhol. Lançado em 1978 e tendo ganhado segunda edição dez anos depois (a que foi

⁵⁸ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

vertida para a língua portuguesa), o livro foi precocemente considerado um “clássico”.⁵⁹ Em nosso país, recebeu a mesma recepção. Ismênia Lima Martins, por exemplo, o saudou por “preencher brilhantemente uma lacuna na bibliografia especializada. Brilhantemente porque, ainda que revestido do peso de ser um clássico, é um livro que se define, para além de sua erudição, competência técnica e bases empíricas, como texto instigante e mobilizador”.⁶⁰

Não foi pelas mãos dos brasileiros entusiastas da história oral que *The Voice of Past* transformou-se em *A voz do passado*. Na realidade, parece que poucos intelectuais se interessaram em preencher as “lacunas” que eles mesmos reconheciam no mercado de ideias, no começo dos anos 1990: é difícil imaginar que, diante de uma escassez tão propalada, trabalhos como o de Daniel Bertaux – essencial para o campo sociológico – ou o de Daphne Patai – fulcro do trabalho de José Carlos Sebe Bom Meihy, e ainda lidando com um tema brasileiro – não tivessem encontrado um lugar ao sol no panorama editorial brasileiro.⁶¹ No caso do livro Thompson, tratou-se de uma obra que, em meio a tantas outras, interessou a editora.

Uma coincidência temporal (a primeira visita de Thompson ao Brasil, em 1991), entretanto, fez com que Sonia Maria de Freitas, sua anfitriã no Museu da Imagem e do Som, assumisse a revisão técnica da tradução e a redação de um prefácio. “A publicação do presente livro é um passo decisivo para a consolidação da história oral no Brasil”, prenunciou (embora sem prever que o autor, pessoalmente, se tornasse um dos

⁵⁹ Ver, por exemplo, as inúmeras resenhas que recebeu à época de seu lançamento, muitas delas escritas por figuras proeminentes no campo da História ou da história oral. Dentre elas: Starr, L. M. “The Voice of Past: Oral History” [Book review]. *Oral History Review*, v. 6, p. 67-8, 1978; Baum, W.; Fry, A. “The Voice of Past: Oral History” [Book review]. *The American Historical Review*, v. 84, n. 3, p. 711, 1979; Williams, B. “The Voice of Past: Oral History” [Book review]. *Oral History*, v. 7, n. 1, p. 63-5, 1979; Charlton, T. L. “The Voice of Past: Oral History” [Book review]. *The History Teacher*, v. 14, n. 1, p. 148-9, 1980; Moss, W. W. “The Voice of Past: Oral History” [Book review]. *The American Archivist*, v. 43, n. 1, p. 84-5, 1980.

⁶⁰ Martins, I. L. “Questões de método” [Resenha do livro *A voz do passado: História oral*, de Paul Thompson]. *Jornal do Brasil*, 24 de abril de 1993. Consultado na Fundação Getúlio Vargas.

⁶¹ Esses autores só tiveram livros publicados no Brasil bem mais tarde, e não pelas mãos da segunda geração de praticantes de história oral. Ver: Bertaux, D. *Narrativas de vida: A pesquisa e seus métodos*. Trad. Z. A. C. Cavalcante e D. M. G. Lavallée. Natal/São Paulo: EDUFRRN/Paulus, 2010; Patai, D. *História oral, feminismo e política*. Trad. F. L. Cássio e R. Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

obstáculos para essa consolidação, como veremos no capítulo 9), indicando o espaço que a obra vinha a ocupar na bibliografia nacional:

Embora seja inegável o interesse que a história oral vem despertando no pesquisador brasileiro, a literatura disponível é ainda escassa e deixa muito a desejar. Apesar de algumas obras apresentarem bons resultados, elas não problematizam as questões metodológicas, práticas e teóricas. O livro de Paul Thompson vem, portanto, preencher essa lacuna. (Freitas, 1992, p. 18)⁶²

A publicação de *A voz do passado*, em um primeiro momento, certamente contribuiu para que o movimento de história oral ganhasse mais visibilidade e reconhecimento. Uma das discussões centrais promovidas por Thompson era de interesse direto da comunidade nacional, na medida em que ele discursava em favor da legitimidade das fontes orais na pesquisa histórica, inserindo a prática recente de acesso às entrevistas em uma longa tradição de pesquisa e analisando com densidade a função das entrevistas como evidência histórica. Ele já levava em conta os debates sobre memória e subjetividade travados internacionalmente nos anos 1980, ausentes da primeira edição do livro, de 1978. A erudição do autor e seu esforço em favor da legitimidade acadêmica da história oral dividia espaço, entretanto, com uma postura que não agradava a todos: uma disposição marcadamente militante, derivada do comprometimento de Thompson com a vertente da história oral comunitária, predominante na Inglaterra e estimulada mesmo no interior da University of Essex, onde ensinava desde 1964.⁶³

Em função dessa postura, a adesão a Paul Thompson – reconhecido por suas contribuições e reverenciado como uma figura de renome internacional – não era generalizada. Por meio de uma retórica que apelava a emoções e a valores coletivos supostamente compartilhados (como o próprio apreço pela coletividade), o autor conclamava ao uso da história oral como instrumento para uma história vista de baixo; para a democratização da história como conhecimento e como processo. “A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que

⁶² Freitas, S. M. “Prefácio à edição brasileira”. In: Thompson, P. **A voz do passado: História oral**. Trad. L. L. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 14-9.

⁶³ Sobre a história oral comunitária na Inglaterra e a relação de Thompson com ela, ver: Thomson, A. “Oral history and community history in Britain: Personal and critical reflections on twenty-five years of continuity and change”. **Oral History Journal**, v. 36, n. 1, p. 95-104, 2008; Thompson, P. “Community and creativity: A life stories perspective”. **Oral History Journal**, v. 37, n. 2, p. 34-44, 2009.

seja utilizada”, escreveu ele no capítulo inicial “História e comunidade”. A frase, escolhida pelos editores brasileiros para ilustrar a quarta capa de *A voz do passado*, é significativa. O “necessariamente” nela inserido demonstra quão arraigada no autor era a crença verbalizada a seguir: “Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história” (Thompson, 1992, p. 22).⁶⁴ Esse era o caminho que Thompson buscava convencer seu leitor a perseguir. Criticado amiúde como “populista”, ele não se restringia a crenças políticas, mas transbordava para a própria plataforma intelectual do autor, para sua discussão conceitual. Ele afirmou, por exemplo:

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. (idem, p. 197)

Ora, a ideia de que uma “verdade oculta” poderia ser alcançada confrontava-se com entendimentos mais complexos da memória que, nos anos 1990, já haviam se tornado predominantes tanto no exterior (e Thompson já os conhecia, e inclusive os incorporava) quanto no Brasil, onde eram quase consensualmente partilhados, muito em função da popularidade da discussão promovida por Ecléa Bosi em seu *Memória e Sociedade*, como já descrevi anteriormente. Mesmo um conterrâneo de Thompson, Bill Schwarz, já havia feito em passagem pelo Brasil uma crítica ao ímpeto populista do movimento *History Workshop*, que se estendia claramente a Thompson: “A história não fala por si mesma. Não há nenhuma ‘voz do passado’. Só podemos ter esperança de resgatar representações específicas. Do mesmo modo nosso próprio trabalho historiográfico não pode pretender ser autêntico: ele também é uma representação, nem mais nem menos” (Schwarz, 1992, p. XX).⁶⁵ Porém, para novatos na área de história oral, tanto a inflamação militante de Thompson quanto seus deslizes conceituais eram difíceis de ser enxergados – como demonstra a extensiva citação da frase acima em tantos textos brasileiros, até os dias de hoje. Em suma, por várias frentes de discordância (em seguida somadas às da política

⁶⁴ Thompson, P. **A voz do passado: História oral**. Trad. L. L. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁶⁵ Schwarz, B. “Patrimônio histórico e cidadania: A experiência inglesa”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 67-79.

acadêmica, como veremos adiante), o destaque de Thompson parecia merecer ser combatido.

Entre *A voz do passado* e *Usos & abusos da história oral*, outros nomes estrangeiros passaram a compor a literatura especializada publicada no Brasil, como resposta a uma demanda cada vez mais explícita e variegada. De certa forma, essa demanda parecia sugerir que os procedimentos e as reflexões abertas pelas quatro matrizes brasileiras da história oral aqui analisadas não eram mais suficientes para responder a novos problemas de pesquisa; para abordar novos temas e sujeitos; para lidar com um outro momento histórico no qual o desenvolvimento tecnológico e a realidade pós-ditatorial inseriam elementos desafiadores. Parecia sugerir, também, que o trabalho desenvolvido pela segunda geração de pesquisadores e pensadores da história oral não estava assentado – de modo que seria premente recorrer a experiências estrangeiras.

Preocupado com a formação dos profissionais que atuavam com história oral dentro de arquivos, Luis Carlos Lopes afirmou, em 1994, sua preocupação: “a bibliografia em língua portuguesa sobre História Oral é bastante restrita e se você não tem acesso ao francês, ao inglês e ao espanhol, você está fora de possibilidade de compreender a História Oral” (Lopes, 1994, p. 20).⁶⁶ Para ele, o simples contato com uma bibliografia mais apurada poderia minimizar a ocorrência de erros que ele considerava primários. Ele reivindicava a tradução de obras de cunho técnico – porém, não foi esse o direcionamento da nova leva de traduções. Ele seguiu duas trilhas, fundamentalmente. Primeiro, a de “atualizar” a bibliografia em português com os autores em destaque internacionalmente. Segundo, a de privilegiar aspectos “teóricos” no trabalho com história oral.

Referências mais imediatamente técnicas, como as reivindicadas por Lopes, ficaram de fora. Como ele próprio afirmou, a história oral vinha sendo discutida prioritariamente por praticantes envolvidos com pesquisa acadêmica, e não com a formação de acervos. Mencionando *História oral: A experiência do CPDOC*, de Verena Alberti, como exceção, Lopes falava de uma carência de reflexões sobre a documentação: “como que os arquivos públicos, os centros de documentação podem produzir,

⁶⁶ Lopes, L. C. “O outro ângulo”. *Anais do Encontro de História e Documentação Oral* [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 18-20.

sistematicamente, acervos de História Oral, atividade bastante comum na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá. Isto normalmente sai de cena, ficando sempre a questão do pesquisador e da coleta do documento” (Lopes, op. cit., p. 18). Para se legitimar no espaço acadêmico, a história oral brasileira dispensou preocupações propriamente técnicas e tecnológicas – o que espantou até mesmo Mercedes Vilanova, durante sua conferência no IV Encontro Nacional de História Oral: Um espaço plural, em novembro de 1997:

quero ressaltar que na abertura destas jornadas a informática foi ridicularizada como uma ciência futurista que nada tem a ver com a história ou com as humanidades. Essa afirmação me pareceu tão anacrônica que eu me perguntei porque havia aceito vir ao Recife.⁶⁷

Vilanova, a propósito, foi uma das autoras que começou a ser publicada em língua portuguesa, como decorrência de suas viagens para o Brasil e da aliança política firmada com pesquisadores brasileiros, como veremos em detalhe mais tarde. Assim como ocorreu com outros dos autores traduzidos a partir dos anos 1990, ela estreitou suas relações com brasileiros a partir da presença maciça destes na Conferência Internacional de História Oral ocorrida em 1994, em Nova York. A partir dali, intercâmbios se iniciaram, as visitas de estrangeiros ao país tornaram-se frequentes e contribuíram para dinamizar o cenário de traduções.

Com a criação da revista *História Oral* da Associação Brasileira de História Oral, em 1998, a tradução se torna ainda mais frequente – expediente valioso para preencher os números da publicação com trabalhos de peso. Antes desta revista especializada, ficou a cargo de outros periódicos a tarefa de diversificar o panteão de referências estrangeiras; afinal, ao contrário das editoras comerciais, tais periódicos não tinham o compromisso com a geração de lucro, podendo investir em temas de alcance incerto. Ademais, esses periódicos legitimam-se não pela vendagem, mas pela aceitação da comunidade acadêmica, que acaba sendo encaminhada antes mesmo de um lançamento: geridos por membros de uma área e controlados por seus pares, periódicos publicam textos já avalizados por especialistas. Assim, são efeito e causa da sensibilidade acadêmica do momento. Isso oferece uma espécie de selo de qualidade aos leitores, confortáveis para citar e reproduzir as ideias que assim recebem.

⁶⁷ Vilanova, M. “La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente”. **História Oral**, v. 1, p. 31-42, 1998.

Na prática, porém, a situação das traduções de história oral no início dos anos 1990 era caótica. Aqui e ali pipocavam textos: a *Revista Brasileira de História* traduzia Raphael Samuel em *História local e história oral* (1989/1990); Michael Pollak ganhava como homenagem por sua morte uma segunda publicação na revista *Estudos Históricos*, com “Memória e identidade social” (1992); Franco Cardini, com “História, história social, história oral, folclore”, aparecia na *Psicologia USP* (1993); um número da *Revista Brasileira de História* trazia “As fontes orais na pesquisa histórica” (1992/1993), do espanhol Joan del Alcàzar Garrido; a franco-canadense Yolande Cohen tinha “História Oral: Uma metodologia, um modo de pensar, um modo de transformar as Ciências Sociais?” fechando uma edição da *Ciências Sociais Hoje* aberta por “A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: Uma abordagem centrada em histórias de vida”, de Paul Thompson (1993). Em meio a isso, o também inglês Gwyn Prins apresentava a “História Oral” entre as abordagens históricas anunciadas no livro *A escrita da história: Novas perspectivas*, organizado por Peter Burke (1992).⁶⁸

Foi da Pontifícia Universidade Católica, porém, que saíram as sinalizações para os novos rumos da tradução no campo da história oral. Em 1993, sua revista *Projeto História*, editada por Maria Antonieta Antonacci, publicou “Entre memória e história: A problemática dos lugares”, de Pierre Nora, e “Mitobiografia em história oral”, de Luisa Passerini, rapidamente popularizados, acompanhados por um terceiro artigo ao qual os demais, mesmo assim, não fizeram frente: “Sonhos ucrônicos: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”.⁶⁹ Extraído da coletânea organizada por Paul Thompson e Raphael Samuel, *The Myths We Live By*, o texto de Passerini a introduziu ao público

⁶⁸ Samuel, R. “História local e história oral”. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, p. 219-43, 1989/1990; Pollak, M. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992; Cardini, F. “História, história social, história oral, folclore”. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1-2, p. 319-28, 1993; Garrido, J. A. “As fontes orais na pesquisa histórica: Uma contribuição ao debate”. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/26, 1992/1993; Cohen, Y. “História Oral: Uma metodologia, um modo de pensar, um modo de transformar as Ciências Sociais?”. *Ciências Sociais Hoje*, 1993; Thompson, P. “A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: Uma abordagem centrada em histórias de vida”. *Ciências Sociais Hoje*, 1993; Prins, G. “História oral”. In: Burke, P. *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

⁶⁹ Nora, P. “Entre memória e história: A problemática dos lugares”. Trad. Y. A. Khoury. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993; Passerini, L. “Mitobiografia em história oral”. Trad. M. T. Janine Ribeiro. *Projeto História*, v. 10, p. 29-40 1993; Portelli, A. “Sonhos ucrônicos: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”. Trad. M. T. Janine Ribeiro. *Projeto História*, v. 10, p. 41-58, 1993.

acadêmico brasileiro, mas não lhe garantiu fama comparável à que já detinha no exterior, sendo apreciada como alguém tão influente quanto Alessandro Portelli, dotada talvez de maior estofo filosófico e oferecedora de contribuição conceitual mais substancial.⁷⁰ Talvez porque estivesse relativamente afastada do movimento internacional de história oral quando os brasileiros chegaram, Passerini recebeu deles pouca atenção. Dois outros ensaios foram publicados, um deles em *Usos & abusos da história oral*⁷¹ – e só bem mais tarde, através da terceira geração de praticantes de história oral, ela visitou o país.⁷² Pierre Nora, famoso no campo historiográfico como um todo, não teve seu prestígio particularmente intensificado pelo artigo em *Projeto História*, embora este seja bastante citado no campo da história oral.

Foi Alessandro Portelli o maior beneficiado com a tradução de seu artigo – o primeiro entre muitos outros. Suas abordagens narratológicas sobre a história oral, acopladas a um posicionamento filosófico e político claro (mas sem tonalidade militante) em favor das populações e dos sujeitos dominados sob a lógica da massificação, do consumo e da globalização, o transformaram seguramente no intelectual mais popular do campo, em escala internacional, depois de Paul Thompson. O Brasil acompanhou essa tendência e viu sua simpatia retribuída. Na Conferência Internacional de História Oral de 1994, em Nova York, Portelli não apenas iniciou um diálogo promissor com os brasileiros, como foi um dos mais enfáticos apoiadores da ideia de que a edição de 1998 da conferência se realizasse no Brasil. Quando ela se realizou, o italiano já havia carimbado em seu passaporte várias entradas no país. Seus textos em português rapidamente

⁷⁰ Thompson, P.; Samuel, R. (org.) **The Myths We Live By**. London/New York: Routledge, 1990.

⁷¹ Passerini, L. “A Juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950”. In: Levi, G.; Schmitt, J. -C. **História dos jovens 2: A época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Passerini, L. “A lacuna do presente”. In: Ferreira, M. M.; Amado, J. (org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

⁷² Em 2010 entrei em contato com Luisa Passerini pela primeira vez, interessado em traduzir seu livro *Memoria e utopia: Il primato dell'intersoggettività* para o português. A ideia seguiu outros rumos e a autora produziu uma seleção de ensaios original, publicada como *A memória entre política e emoção*, com tradução minha, em 2011. No mesmo ano, ela participou como conferencista de abertura do IX Encontro Regional Sudeste de História Oral: Diversidade e diálogo, coordenado por Valéria Barbosa de Magalhães e eu. Ver: Passerini, L. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011; Passerini, L. “Memória e utopia em um mundo global”. In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Depois da utopia: A história oral em seu tempo**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2013. (no prelo)

multiplicaram-se, proliferando até hoje, ininterruptamente e com certa sofreguidão.⁷³ Em parte, quem sabe, como resultado da ânsia pela transferência de capitais científicos – a circulação internacional de obras do intelecto têm um papel importante na construção de reputações: na reputação de quem é traduzido, como é óbvio, mas também na reputação de quem encaminha, executa ou apresenta essas traduções, figura que passa a ser entendida como elo transnacional entre sistemas distintos, como cosmopolita e erudito.

Com isso, Portelli conseguiu um feito raro: constituiu, por si mesmo, uma tradição intelectual, ao passo em que outros autores que haviam sido (ou viriam a ser)

⁷³ Os artigos publicados pelo autor no Brasil são, até onde se sabe: Portelli, A. “A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. **Tempo**, v. 1, n. 2, dez. 1996; Portelli, A. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, política, luto e senso comum”. In: Ferreira, M. M.; Amado, J. (org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 103-30; Portelli, A. “Forma e significação na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade”. **Projeto História**, v. 14, p. 7-24, 1997. Portelli, A. “O que faz a história oral diferente”. **Projeto História**, v. 14, p. 25-39, 1997; Portelli, A. “Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética em história oral”. **Projeto História**, v. 15, p. 13-49, 1997; Portelli, A. “As fronteiras da memória: O massacre das Fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos”. **História & Perspectivas**, v. 25, p. 27-54, 2001; Portelli, A. “História oral como gênero”. **Projeto História**, v. 22, 2001; Portelli, A. “Dividindo o mundo: O som e o espaço na transição cultural”. **Projeto História**, v. 26, p. 47-64, 2003; Portelli, A. “‘O momento da minha vida’: Funções do tempo na história oral”. In: Khoury, Y. A.; Fenelon, D. R.; Almeida, P. R.; Maciel, L. A. (org.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. p. 296-313; Portelli, A. “A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo”. In: Whitaker, D. C. A.; Veloso, T. M. G. (org.) **Oralidade e subjetividade: Os meandros infinitos da memória**. Campina Grande: EDUEP, 2005. p. 43-54; Portelli, A. “A bomba de Turim: A formação da memória no pós-guerra”. **História Oral**, v. 9, n. 1, p. 69-90, 2006; Portelli, A. “Diferentes gerações: Gênova, julho de 2001”. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 32, n. 1, p. 7-35, 2006; Portelli, A. “Forma e significado da representação histórica. A batalha de Evarts e a batalha de Crummies (Kentucky: 1931, 1941)”. **História & Perspectivas**, v. 1, n. 39, 2008; Portelli, A. “História oral italiana: raízes de um paradoxo.” **Tempos Históricos**, v. 12, p. 13-37, 2008; Portelli, A. “História, Memória e Significado de um massacre nazista em Roma”. **Oralidades**, v. 3, p. 153-75, 2008; Portelli, A. “Terni em greve: 2004”. In: Varussa, R. J. (org.) **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: Temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009. p. 13-26; Portelli, A. “História Oral e poder”. **Mnemosine**, v. 6, n. 2, 2010; Portelli, A. “O ‘sublime’ do operário”. In: Whitaker, D. C. A.; Fiamengue, E. C.; Veloso, T. M. G. (org.) **Ideologia & esquecimento: Aspectos negados da memória social brasileira**. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010. p. 69-81; Portelli, A. “Memória e globalização: A luta contra o fechamento da ThyssenKrupp em Terni, 2004-2005”. In: Bosi, A. P.; Varussa, R. (org.) **Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: Diálogos historiográficos**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2011. p. 17-36. Há ainda as entrevistas realizadas e publicadas: “Depoimento”. **Projeto História**, v. 15, 1997; “História oral e memórias: Entrevista com Alessandro Portelli”. **História & Perspectivas**, v. 26, p. 27-54, 2002; Bessa, T. *et al.* “Entrevista com Alessandro Portelli”. **Projeto História**, v. 41, p. 32-68, 2010; “Entrevista com Alessandro Portelli”. **Revista Historiar**, v. 4, n. 4, 2011; Almeida, P. R.; Moraes, S. P. “Entrevistando Alessandro Portelli: Memórias e resistências”. **História & Perspectivas**, v. 46, p. 13-27, 2012. A listagem é acrescida por dois livros: Portelli, A. (org.) **República dos Sciuscià: A Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco**. São Paulo: Salesiana, 2004; Portelli, A. **Ensaio de história oral**. Trad. F. L. Cássio e R. Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

traduzidos não marcaram seu nome na literatura em português se não em contribuições pontuais, não tendo sido beneficiados com a continuidade de iniciativas. É difícil compreender o que determina a aceitação de uma obra e a satisfação de seus leitores – a satisfação de seu “horizonte de expectativas” é uma das mais fortes hipóteses, na teoria literária, mas mesmo assim pode ser entendida de maneira esotérica⁷⁴ –, mas a reiteração agenciada por instâncias legitimadoras têm um papel nisso.

Em função de sua popularidade, a obra de Portelli padece da banalização comum em casos de autores afamados: pequenas citações, extraídas de um magro conjunto de textos, são repetidas à exaustão, esvaziadas de sentido. Quem fizer pesquisas periódicas no Google pelos segmentos da frase “Fontes orais, contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”, constante do ensaio “O que faz a história oral diferente”, se surpreenderá com a progressão dos resultados ao longo de semanas ou meses. Quem se detiver sobre esses resultados perceberá que a maior parte deles não supera o citacionismo – dispensando qualquer engajamento profundo com o trabalho do autor, como ocorre com o trabalho de tantos outros escritores.

Essa apropriação confusa, embora amplamente aceita, só não torna difícil distinguir as contribuições de Portelli porque elas são também constantemente apreciadas e analisadas. No plano internacional, o recente livro *Oral History Theory*, de Lynn Abrams, faz isso – em cada um dos pilares teóricos da história oral presumidos pela autora, a contribuição de Portelli é mensurada.⁷⁵ No Brasil, o aparecimento de seus trabalhos representou a superação daquilo que alguns autores entendem como “atraso”. Em um efetivo descompasso cronológico em relação às tendências vigentes no exterior, o intelectual italiano abriu novas perspectivas em nosso ambiente, respondendo a demandas crescentes que se apresentavam em meio à intensificação dos estudos de história oral.

Elementos associados ao pensamento pós-moderno (a diluição dos limites entre sujeito e objeto de pesquisa; a substituição de conceitos como validade interna e externa

⁷⁴ Culler, J. **Teoria literária: Uma introdução**. Trad. S. Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999; Lima, L. C. (org.) **A literatura e o leitor: Textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

⁷⁵ Abrams, L. **Oral History Theory**. London / New York: Routledge, 2011.

por noções de autenticidade e veracidade, ou até um relativismo total, hostil a juízos e distinções; o caráter textual das fontes de pesquisa; a aproximação entre o privado e o político, entre outros) foram tópicos que a introdução do trabalho de Portelli ajudou a reforçar entre os praticantes brasileiros de história oral, embora fossem temas há muito levantados, e inclusive questionados, no bojo de teorias, como Daphne Patai e Will Corral documentaram amplamente em *Theory's Empire: An Anthology of Dissent*.⁷⁶ “Essa mudança no padrão da construção do objeto vem com os textos do Portelli – por isso que eles são importantes, por isso que o Portelli é *best seller* aqui no Brasil. (...) a minha referência fundadora, ali, para mudar o olhar, é o Portelli mesmo”, disse Ana Maria Mauad, na entrevista que me concedeu, revendo seu percurso nos anos 1990 e seu enfoque na história da memória.⁷⁷ “Portelli traz para o debate a problemática da objetividade da interpretação, no trato com a subjetividade, a memória, a narrativa, a imaginação, o diálogo”, escreveu Yara Aun Khoury em 2010, na introdução de um livro do autor.⁷⁸ A sensação de unanimidade, de fato, é raramente desfeita. Nas entrevistas que realizei, isso ocorreu – mas, a pedido dos entrevistados, comentários desse teor foram retirados da edição final dos depoimentos.

Antes de *Usos & abusos da história oral*, portanto, era basicamente esse o panorama das “ideias fora de lugar”, para aludirmos à expressão cunhada por Roberto Schwarz:⁷⁹ brasileiros liam, no idioma original, aquilo que chegava às suas mãos; o livro de Paul Thompson era referência básica da área, favorecido pela distribuição nacional de uma editora comercial bem estabelecida; artigos esparsos traduzidos por revistas científicas circulavam de modo irregular, invariavelmente privados de contextualização com os cenários intelectuais que os geraram; e numerosos ensaios de Alessandro Portelli eram traduzidos e circulados como um novo cânone praticamente indisputável.

⁷⁶ Patai, D.; Corral, W. **Theory's Empire: An Anthology of Dissent**. New York: Columbia University Press, 2005.

⁷⁷ “O campo da história oral ainda é muito ecumênico” – Entrevista com Ana Maria Mauad. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

⁷⁸ Khoury, Y. A. “Introdução”. In: Portelli, A. **Ensaio de história oral**. Trad. F. L. Cássio e R. Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

⁷⁹ Schwarz, R. **Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2000.

Nesse quadro, seria coerente entender o volume organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado não apenas como um desejo de contribuir com a ampliação *per se* de traduções de textos estrangeiros de valor para o campo da história oral; não apenas como o resultado de uma percepção sagaz de que havia uma demanda a ser atendida. Ele oferecia uma alternativa à obra de Paul Thompson, a única disponível como livro em nosso mercado editorial. *Usos & abusos*, ainda, empreendia um esforço algo disciplinador. Ao passo em que a leva de traduções comentada acima não seguia ou pelo menos não manifestava critérios organizativos claros (isto é, considerações do tipo: de onde vem este texto, em que tradição intelectual ele se insere, por que e por quem sua tradução foi julgada oportuna, de que forma ele se relaciona com os problemas atuais da história oral no Brasil), e colocava em pé de igualdade autores de quilate distinto (todos como “referências estrangeiras”, diante de um público consumidor pouco familiar a seus nomes), transparecia em *Usos & abusos* um esforço de sistematização, de triagem – já que nem tudo pode ser canonizado – e até uma espécie de coerência interna, facultada talvez pela predominância de autores franceses: eles são dez, dentre os 21 presentes na obra.

Esse, porém, parece ter sido um elemento fortuito. Na introdução do livro, as autoras afirmam que “nem todos os artigos inicialmente selecionados puderam ser publicados: alguns não receberam autorização de suas editoras, enquanto outros tiveram a permissão para a tradução vinculada ao pagamento de somas muito altas” (p. viii).⁸⁰ Ferreira, em sua entrevista, reafirmou a origem desse direcionamento:

Eu procurei a Janaína [Amado], até porque eu conhecia bastante o material de história oral da historiografia francesa e da língua francesa, mas conhecia pouco do anglo-saxão. Eu tinha um bom contato com a Janaína e ela tinha uma aproximação com essa parte de memória dos anglo-saxões. A gente nem pôde botar todos os textos que selecionamos, principalmente uma parte que ela selecionou, porque alguns textos, para aquisição dos direitos, eram muito caros e o livro se tornava inviável. Então a gente acabou até carregando a mão, um pouco, na historiografia mais francesa, mas de qualquer maneira a participação dela foi fundamental porque a gente discutiu muito e a gente tinha um ponto de vista parecido.

De qualquer forma, à medida que certos autores e tendências eram incluídos, outros – como é usual – precisavam aguardar; compor um material que, como escreveu

⁸⁰ Amado, J.; Ferreira, M. M. “Apresentação”. In: Amado, J.; Ferreira, M. M. (org.) **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. vii-xxv.

Aleida Assmann, “pode ser descoberto por acaso, mais tarde, em sótãos e em outros depósitos obscuros, ou pode acabar sendo desenterrado por uma busca arqueológica mais sistemática” (Assmann, 2010, p. 98).⁸¹

Mais do que uma coletânea, *Usos & abusos* consistiu no resultado de um esforço reflexivo das próprias autoras, demonstrado na apresentação do livro, de extensão sensivelmente maior do que o de costume nas coletâneas publicadas no Brasil. O livro contribuiu, se não para elevar o nível dos trabalhos traduzidos no país, pelo menos para alertar o leitorado e a comunidade científica da importância de conceber a tradução como um projeto que dialoga com perspectivas intelectuais bem definidas.⁸²

Usos & abusos e Alessandro Portelli tornaram-se, assim, “referências obrigatórias” para o campo da história oral. As sucessivas tiragens do livro organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, bem como as novas traduções do autor italiano, contribuíram para a construção ativa do cânone, ratificando esses textos enquanto mensagens “direcionadas à posteridade e destinadas à repetição e reuso contínuo” (Assmann, 2010, p. 99). Ainda, a importância desses dois *locus* de referência se intensificou diante da pouca oferta de obras de história oral traduzidas à disposição do público – situação ainda não totalmente modificada. Logicamente, outros autores estrangeiros foram contemplados, mesmo que não tenham alçado às mais altas posições dentro do quadro de referências bibliográficas do campo da história oral. O panteão de traduções, na verdade, cresceu em ritmo bastante inferior à expansão campo.

Se tomarmos como exemplo a revista da Associação Brasileira de História Oral, a *História Oral*, encontraremos, em quase todos os números, textos de autores estrangeiros. Porém, eles repetem os problemas encontrados na fase anterior ao livro *Usos & abusos da história oral*: não são acompanhados por comentários a título de contextualização nem seguem um programa de traduções definido, o que é típico em periódicos.

Da entrevista que conduzi com Maria de Lourdes Mônaco Janotti, apareceu uma visão perpicaz a respeito disso:

⁸¹ Assmann, A. “Canon and Archive”. In: Erll, A.; Nünning, A. (org.) **A Companion to Cultural Memory Studies**. New York/Berlin: De Gruyter, 2008. p. 97-107.

⁸² Sobre os papéis assumidos pelo “tradutor”, ver, entre outros trabalhos na área de estudos da tradução, o conhecido livro de Lawrence Venuti: Venuti, L. **The Translator’s Invisibility**. London/New York: Routledge, 1995.

O que eu acho – pelo que eu participei dos encontros, pelo que eu vi, pelo que eu leio, ainda aqui no Brasil os autores mais prestigiados e citados nas revistas da Associação, são autores que têm contato com colegas que vão fazer estágios fora do país. Essa atual abertura da cultura globalizada tem favorecido a vinda de professores estrangeiros para nossas universidades. Mas ainda não há uma sedimentação crítica em torno, do pensamento norte-americano, do pensamento inglês e das várias correntes dentro desse pensamento. Eu não sinto isso pelo que eu leio. Eu sinto que é mais uma questão de oportunidades...

De fato, as traduções de textos de história oral publicadas no Brasil privilegiaram a atualização (isto é, o alinhamento da literatura nacional com as tendências em vigor no mercado internacional de ideias) em vez do assentamento e do aprofundamento de bases já acessadas por grupos pequenos, que acabaram ficando restritas a eles. Elas visaram mais a representatividade do que a solidificação: a publicação de poucos textos escritos por uma variedade de autores. Assim, a literatura traduzida para a língua portuguesa ficou alijada dos quadros de referências em que ela se inseria (não recebemos as problemáticas que suscitaram proposições; as perguntas que mereceram respostas; os contextos que instaram posicionamentos). Sem dúvida, isso cooperou para que a “sedimentação” reivindicada por Janotti não acontecesse – e para que o esforço centrípeto de um trabalho como *Usos & abusos da história oral* continuasse sendo a única exceção à regra.

Mesmo com suas limitações, o esforço de tradução e divulgação merece ser aplaudido e continuado. Mas essa não é uma postura consensual: assim como há a tradução, há seus descontentes.

Em 1998, durante a décima Conferência Internacional de História Oral, ocorrida no Rio de Janeiro, a primeira sediada no hemisfério sul, muitos falaram em favor da mestiçagem, provavelmente estimulados pelos argumentos de seu conferencista de abertura: Roberto DaMatta. “A palestra cabia como uma luva a dois intentos”, escreveu Heliana de Barros Conde Rodrigues em uma análise sobre o significado do evento. “Promovia uma abertura de conferência capaz de singularizar o verde-e-amarelo; favorecia representar os 50 anos da história oral como gradativa passagem da predominância de nações rivais e etnicamente puras à constituição de ‘mulatos culturais’ a viver ‘entre nações e etnias, explicando as diferenças, intermediando disputas, criando sociedades

híbridas e sistemas a meio caminho” (Rodrigues, 2005, p. 154-5), completou a autora, citando textualmente o autor de *Carnavais, malandros e heróis*.⁸³

José Carlos Sebe Bom Meihy, porém, colocou-se do outro lado da trincheira, preferindo recrudescer o discurso de recusa ao pensamento estrangeiro. Participando de uma mesa redonda intitulada *História oral na América Latina*⁸⁴, ele dedicou-se a aplicar à história oral a conhecida pergunta a respeito de uma identidade colonizada. Afirmava que a história oral latino americana teria uma característica específica: o fato de sua aceitação estar identificada a processos de redemocratização política. Como escreveu na revista *História Oral*, a consagração tardia dessa área de estudos lhe impingiu um preço alto: “o empréstimo de resultados e a aceitação de um ‘colonialismo’ que hora [sic] se coloca em questão” (p. 8).⁸⁵

Em seu discurso no congresso – marcado por um sotaque nacionalista –, Meihy criticava a chamada “resistência conservadora, que sempre contempla o exterior como fonte de conhecimento, inspiração e referência”; a “importação de fórmulas exteriores”; a “prática imitativa exercitada nas ex-metrópoles”; a “dependência exagerada e a alienação de compromissos”; o “cabocismo imitativo”. Ele considerava que a tradução de textos estrangeiros seria um indicador da “dependência de algumas correntes brasileiras da visão estrangeira”. Em tom de manifesto, sugeria: “Faz[-se] necessário o brado contra a alienação deslumbrada, simplista”. Assim, preparava terreno para afirmar: “A história oral latino-americana exige soluções e abordagens que a distingam dos padrões estrangeiros”; “advoga-se a criação de novos conceitos e mecanismos de estudos despontados daqui”.⁸⁶

⁸³ Rodrigues, H. B. C. “Alucinando Portelli: Celebração do amor entre um historiador (oral) e seu leitor”. *Mnemosine*, v. 1, n. 1, p. 152-95, 2005.

⁸⁴ Os quatro textos resultantes dessa mesa redonda foram incluídos no livro: Ferreira, M. M.; Fernandes, T. M.; Alberti, V. (org.) **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000. É a eles que me refiro: “Desafios da história oral latino-americana: O caso do Brasil”, de José Carlos Sebe Bom Meihy (p. 85-97), “Desafios da história oral latino-americana”, de Dora Schwarzstein (p. 99-103); “Nós e o espelho”, de Janaína Amado (p. 105-12); “Balanço e novos desafios” (p. 113-5). O texto de Devra Weber não foi publicado no volume – segundo as organizadoras, por opção dela própria.

⁸⁵ Meihy, J. C. S. B. “Palavras do editor”. *História Oral*, v. 1, p. 7-9, 1998

⁸⁶ Meihy, J. C. S. B. “Desafios da história oral latino-americana: O caso do Brasil”. In: Ferreira, M. M.; Fernandes, T. M.; Alberti, V. (org.) **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000. p. 85-97.

O discurso de Meihy não sensibilizou, na ocasião, suas companheiras de mesa – mas ensejou o debate e o desafio aos seus pressupostos. A argentina Dora Schwarsztein, de saída, falou da dificuldade de pensar a América Latina como um bloco com uma realidade científica comum; mais importante, clamou para a superação do provincianismo e do sentimento de inferioridade. Defendeu que os pesquisadores afirmassem a originalidade de seus países expressa nos seus temas e nos seus sujeitos – no conteúdo. Essa orientação não vetaria a possibilidade de produção teórica por parte dos latino-americanos, tampouco deveria implicar a renúncias a corpos intelectuais de outras origens:

Não vejo motivo pelo qual devemos renunciar a qualquer aporte teórico ou historiográfico. Não devemos renunciar nem a Max Weber nem a Marx nem a Sandro Portelli nem aos *Estudios Subalternos de la India*. Tampouco a José Luis Romero, Roger Chartier ou Boris Fausto. (Schwarzstein, 2000, p. 101)

Naquela ocasião, o anticolonialismo do autor surtiu pouco efeito.⁸⁷ Ele ressurgiu mais tarde, dando mostras em um texto de 2006, no qual ele criticou o “estigma colonizado de nossos textos que, faltamente, buscam legitimidade em debates exóticos, estrangeiros e alheios ao nosso meio” (p. 192)⁸⁸; ou ainda em uma entrevista concedida a dois de seus estudantes e publicada no ano de 2010, quando ele afirmou que não seria “improvável” que um estrangeiro “interagisse” com a história oral brasileira, acrescentando que a condição para tanto seria o entendimento das circunstâncias em que ela é produzida – algo bastante óbvio. Em seguida, acrescentou:

⁸⁷ Eugenia Meyer, sem tocar diretamente na questão do veto ou não ao diálogo com o estrangeiro, insistia na busca pela “originalidade”, pela “autenticidade”. “Deixemos para trás os rastros da imitação, da cópia, ou do plano de um colonialismo cultural desgastado e obsoleto; chega de insistir na reprodução de modelos” (p. 114), ela clama. Logo adiante, porém, fazia menção a muitos países latinos que desenvolveram trabalhos de história oral originais, sem que com isso precisassem ter adotado uma posição protecionista. Pelo contrário, essas seriam “originalidades surgidas de uma permanente miscigenação cultural” que, aí sim, lançariam cuidados com as identidades e nacionalidades latino-americanas. Janaína Amado entendia que não haveria necessidade de reivindicar uma identidade latino-americana específica – ela escorreria naturalmente das vivências de pensadores. Falando em nome da superação da dicotomia entre ser o que se é (latino) e buscar ser o outro (do Norte), ela afirmava que “estivemos bem (...) todas as vezes em que nos esquecemos da obsessão do espelho, para sermos, simplesmente, nós mesmos e, dessa forma, expressarmos, com liberdade, nossas próprias histórias, nossas diferenças internas, nossas maneiras de ser, de sentir, de pensar. Nós somos frutos (a nossa experiência histórica comprova isso) da convivência, nem sempre harmoniosa mas sempre presente, entre vários povos e várias culturas, diferentes valores, aos quais uma dolorosa experiência histórica deu unidade e consistência” (Amado, 2000, p. 108).

⁸⁸ Meihy, J. C. S. B. “Os novos rumos da história oral: O caso brasileiro”. **Revista de História**, v. 155, p. 191-203, 2006.

Sempre fico me perguntando, por exemplo, como podem valer as reflexões sobre memória feitas por autores estrangeiros sobre: índios, migrantes, mestiçagem, MST, entre outros temas. Esta ponderação convida a desdobramentos. É claro que as bases teóricas sobre oralidade ou memória são comuns, mas elas não explicam universalmente tudo.⁸⁹

Ao longo da entrevista, o tom do autor recrudesciu. “Tanto é preciso evitar a repetição como a adaptação de pressupostos testados em outras realidades, em particular estrangeiras, eurocêtricas”, afirmou. Em seguida, ele contou que o objetivo da revista *NEHO-História*, que criou em 1998, foi “*deslocar* [grifo nosso] o centro de gravitação dos autores traduzidos – que eram sempre os mesmos, europeus ou norte-americanos – e mostrar outros, de regiões com problemática mais próximas da nossa”.

Em suma, Meihy parece duvidar da capacidade dos intelectuais brasileiros de assimilar influências de maneira criativa e transformativa, projetando uma série de estereótipos: o estereótipo do intelectual “imitativo”, que não corresponde a toda a variedade de expressões intelectuais em vigor; o estereótipo do “Norte monolítico”, que descarta diferenças de história e cultura em nome da cartilha política a ser seguida; o estereótipo dos “intelectuais do Norte”, cúmplices e agentes do imperialismo cultural e intelectual; e assim por diante. O autor, entretanto, não descreve quais seriam os benefícios obtidos por meio de uma interdição intelectual às contribuições do “Norte”, do “europeu”, do “anglo-saxão”. A possibilidade de conceber um pensamento criativo e híbrido também fica em aberto, banalizada como um caso inequívoco de dominação cultural e de imperialismo. Também não são problematizadas as implicações de uma oposição binária desse teor: o estímulo ao ressentimento; a apregoação de culpas; a mutilação da racionalidade e da história. Não se aventa a possibilidade de uma política de terra arrasada revestir um projeto de recolonização. Tampouco se questiona se “teorias” e “métodos” gestados no sudeste brasileiro, por exemplo, seriam inadequados para estudos no sertão nordestino, dentro da mesma lógica. O autor, por fim, não se detém a explicar por que razão um pesquisador que teve a oportunidade de entreter contato com a produção estrangeira deseja negar aos outros essa mesma possibilidade. Trata-se, enfim, de um notável reducionismo.

⁸⁹ Rovai, M. G. O.; Maranhão Filho, E. M. A. “História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos. Entrevista com o professor José Carlos Sebe Bom Meihy”. *História Agora*, v. 9, 2010.

Como deveria ser óbvio, todo processo de movência de ideias é acompanhado por procedimentos adaptativos, interpretativos, mais ou menos explícitos – encaminhados por quem traduziu, pela forma como traduziu, pelo local de publicação, pelo novo contexto de inserção. É difícil aceitar que obras estrangeiras venham sendo ingeridas de modo tão acrítico e imitativo. Logicamente existem trabalhos que soam por demais suturados a suas referências: eles “aplicam” ideias, conceitos, sem refletir profundamente sobre os mesmos. Isso, todavia, ocorre com quaisquer quadros de referência, independente de suas nacionalidades.

O que há de efetivamente grave com o panorama das traduções no cenário da história oral são dois outros problemas: a cristalização de ideias e a reiteração de um núcleo duro.⁹⁰ O caso de Alessandro Portelli, mais uma vez, é sugestivo: é possível encontrar trabalhos bastante recentes, não necessariamente de pesquisadores pouco experientes, que usam ensaios do autor – como “O que faz a história oral diferente”, traduzido em 1997 – como única referência no campo da história oral. Isso, em princípio, desvelaria a falta de erudição de um indivíduo. Mas desvela, também, o comportamento controverso de presentificar ideias produzidas como respostas a problemas muito antigos, ou de ignorar que escritores mudam de opinião e aperfeiçoam (ou mesmo renegam) suas próprias obras. “O que faz a história oral diferente” foi publicado pela primeira vez, em italiano, em 1979⁹¹ – e mais de 35 anos depois é empregado de maneira imediata, sem passar pelo processo conveniente de datação e crítica. O caso de Walter Benjamin, com o ensaio “O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, é semelhante – e chega a ser perturbador encontrar trabalhos que conseguem presentificar seu diagnóstico

⁹⁰ Em seu texto “A radicalização da história oral”, ele escreveu: “O não-reconhecimento da história oral como disciplina potencial e a hegemonia da história como disciplina capital (...) revelam continuidades, desdobramentos e a manutenção do controle institucional exercido pela Europa e pelos Estados Unidos. (...) Uma das constatações mais reveladoras desse processo é a política de traduções de textos derivados de centros hegemônicos. Além de cristalizar determinadas ideias, esse processo consagra também alguns poucos autores que formam uma espécie de panteão internacional da história oral”.

⁹¹ Portelli, A. “Sulla diversità della storia orale”. *Primo Maggio*, v. 13, p. 54-60, 1979. O próprio autor sentiu a necessidade de complementar o ensaio com uma seção extraída de outro texto quando o republicou em 2006 em uma coletânea sobre a qual teve o controle editorial. A respeito dos ensaios reunidos nessa coletânea, escreveu o autor: “Quase todos têm uma longa história de mudanças do tempo: como convém à memória, todos são trabalhos em curso, sempre abertos e nunca acabados” (Portelli, 2007, p. 3). Portelli, A. *Storie orali: Racconto immaginazione, dialogo*. Roma: Donzelli, 2007.

sobre a extinção dos narradores e associá-la ao “boom da memória” denunciado por Beatriz Sarlo.⁹²

Em suma, obras do pensamento profundamente arraigadas em seu tempo são lidas e presentificadas como se necessariamente dissessem respeito às questões de hoje. Esse tipo de comportamento intelectual (licenciado pelo campo na medida em que é abrigado por ele) ajuda a explicar o porquê de um número sensível de comunicações em encontros de história oral insistam em falar da “importância da incorporação das fontes orais”, em discutir sua “confiabilidade” – em fazer um tipo de discussão metodológica há tempos superada. É claro que o conhecimento não é perecível, mas a atualização bibliográfica e a capacidade de relacionar textos e seus contextos costumam ser vistas como critérios de valoração desse mesmo conhecimento. Uma vez mais, é preciso ressaltar: esse tipo de problema não está relacionado apenas a autores estrangeiros, embora eles estejam mais vulneráveis a isso à medida que a exposição de seus trabalhos é amiúde realizada de maneira decontextualizada e não “sedimentada”, nos termos de Maria de Lourdes Mônaco Janotti.

Qual seria a solução de problemas como este? Segundo a perspectiva de José Carlos Sebe Bom Meihy, parece ter havido “muita” tradução; uma análise ponderada mostra que houve “pouca” – ou, pelo menos, uma tradução bastante seletiva e fragmentada, revolvendo em torno de poucos nomes, baseada principalmente em índices prévios de consagração. O campo da história oral no Brasil precisa de um novo *Usos & abusos da história oral*, quem sabe – não para que se atualize em relação a uma tradição intelectual hegemônica a ser acriticamente assimilada, mas para que novos problemas (como estes) sejam atacados com novos instrumentos. Somada à pesquisa empírica com temas locais e aos debates teóricos e metodológicos efetivados por pesquisadores brasileiros, essa estratégia facultaria aos integrantes do campo participar ativamente da elaboração de mais ideias e de mais propostas de alcance extranacional.

Não deixa de ser curioso que a denegação desta possibilidade seja verbalizada por José Carlos Sebe Bom Meihy, um pesquisador tão atento ao discurso internacional. Alguns exemplos recentes são instrutivos. No livro *História oral: Como fazer como pensar*, de 2007,

⁹² Sarlo, B. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras / Ed. UFMG, 2007.

escrito em parceria com Fabíola Holanda, Meihy, para justificar um único conceito que propõe – o de transcrição – remeteu ao estadunidense Ezra Pound; ao mexicano Octavio Paz; aos ingleses Frank Kermode, John Langshawy Austin e Henry Paul Grice; ao alemão Martin Heidegger.⁹³ Nas doze páginas de um ensaio de 2011, citou Michel Foucault, Hannah Arendt, Marc Augé, Hayden White, Homi K. Bhabha, Stuart Hall, Fredric Jameson, Jacques Derrida, Partha Chatterjee, Alessandro Portelli, Edgardo Lander, Fernando Ortiz, Ángel Rama – cancelando, pela forma, o argumento do conteúdo.⁹⁴ Esse comportamento é revelador: à exceção de Alessandro Portelli (cuja opinião Meihy invoca para confirmar a sua, a respeito da originalidade da história oral feita no Brasil), nenhum dos demais autores está vinculado ao campo da história oral. A crítica do autor, então, parece ser direcionada a autores estrangeiros de história oral, que não deveriam ser consumidos ao passo que, para pensadores de outras áreas, o mercado continuaria aberto.

Em um campo de produção cultural no qual a originalidade é um valor, a negação das origens é uma estratégia eficaz. No caso de Meihy – que se introduziu à prática da história oral a partir de seu contato com Daphne Patai, uma intelectual do “Norte” que critica –, é um imperativo. A epígrafe que ele escolheu para o texto no qual revisou sua interlocução intelectual com Patai insinua asperamente essa estratégia. De *A Tempestade*, de Shakespeare, ele cita a frase de Caliban: “*You taught me language, and [my] profit on’t / Is I know how to curse. The red plague rid you / For learning me your language!*”.⁹⁵ Em tradução livre: “Você me ensinou esta língua, e o que eu ganhei com isso foi que aprendi a amaldiçoar. Que a praga vermelha caia sobre você por ter me ensinado a sua língua”. Praguejando contra as próprias raízes e arrolando nomes reputados oriundos de áreas mais afastadas, constrói-se um discurso de aparência original.

⁹³ Meihy, J. C. S. B.; Holanda, F. **História oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

⁹⁴ Meihy, J. C. S. B. “História oral: A interlocução necessária com Daphne Patai”. **Oralidades**, v. 10, p. 161-72, 2011.

⁹⁵ Meihy, J. C. S. B. “História oral: A interlocução necessária com Daphne Patai”. **Oralidades**, v. 10, p. 161-72, 2011.

Mística e dogma: Uma história oral separatista

Depois de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, o Departamento de História da Universidade de São Paulo viu mais um de seus quadros juntar-se à segunda geração de pesquisadores no campo da história oral. Tendo até então uma trajetória bastante eclética, ao longo da qual percorreu certo número de campos temáticos (que iam de Monteiro Lobato aos jesuítas, passando pelo futebol brasileiro e pela medicina) nos quais não chegou a conquistar reconhecimento, José Carlos Sebe Bom Meihy encontrou seu nicho. Uma conjunção de fatores – um tema, uma oportunidade e um modelo – lhe permitiu descobrir a história oral e, em torno dela, construir uma carreira.

O tema: o brasilianismo, sobre o qual Meihy já havia trabalhado em *Introdução ao nacionalismo acadêmico: Os brasilianistas*, de 1984, pequeno livro preparado para a coleção *Primeiros voos*, da editora Brasiliense, sem o uso de história oral.⁹⁶ A oportunidade: sua posição como diretor do Interuniversity Study Program da Stanford University, que exercia na USP mas que proporcionava viagens frequentes para os Estados Unidos e contatos com acadêmicos do país. O modelo: Daphne Patai, estudiosa de temas brasileiros que Meihy conhecia pelo menos desde o final dos anos 1970, e que havia conduzido entre 1981 e 1983 uma pesquisa de história oral com mulheres brasileiras, base de seu livro *Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories*, de 1988.⁹⁷ Objeto de sucessivas reimpressões, já à época de seu lançamento o livro foi intensamente acolhido e valorizado em seu país devido à originalidade temática e à destreza da abordagem – conforme diversas resenhas publicadas naquele momento, em áreas como as de história oral, estudos de gênero e estudos brasileiros, demonstram.⁹⁸

⁹⁶ Meihy, J. C. S. B. *Introdução ao nacionalismo acadêmicos: Os brasilianistas*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Para outro texto de Meihy sobre o tema, ver: Meihy, J. C. S. B. “Decifra-me ou devoro-te: Nacionalismo acadêmico X brasilianismo”. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 7, p. 126-43, 1991.

⁹⁷ Patai, D. *Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988.

⁹⁸ Ver, por exemplo: Stuttaford, G. “Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories” [Resenha]. *Publishers Weekly*, v. 234, n. 10, p. 96, 1988; Anderegg, J. “Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories” [Book review]. *Wilson Library Bulletin*, v. 63, n. 8, p. 116, 1989; Rabben, L. “Other Selves, Other Lives”. *The Women’s Review of Books*, v. 6, n. 4, p. 15-6, 1989; Tucker, S. “Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories” [Book review]. *Oral History Review*, v. 18, n. 1, p. 127-9, 1990; Margolis, M. “Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories” [Book review]. *The Americas*, v. 46, n.

Ainda sem pretensões de dedicar-se a coletar depoimentos, Meihy (que já havia se posto à prova como entrevistador em dois projetos no Museu da Imagem e do Som de São Paulo, como vimos) realizou em 1985 uma entrevista exploratória com o antropólogo Charles W. Wagley, publicada dois anos depois.⁹⁹ Na realidade, foram propriamente as dificuldades de tratar este material e prepara-lo para publicação que motivaram o historiador brasileiro a buscar mais informações sobre o que ele viria a entender primeiramente como uma “técnica que favorece a captação de entrevistas, colhidas através de gravadores” (Meihy, 1990, p. 28).¹⁰⁰ A maneira de fazê-lo foi original: Meihy recorreu a Patai antes mesmo de ela publicar seu livro. Os dois tiveram uma longa correspondência, pelo menos entre 1979 e 1994, recobrando exatamente o período em que ambos se iniciaram com a prática da história oral: ela, a partir de 1981; ele, especialmente após conhecer o livro da colega, de 1988.¹⁰¹ Daphne Patai rememorou essa correspondência em entrevista conduzida por mim no ano de 2012:¹⁰²

3, p. 412-3, 1990; Wartenberg, H. “Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories by Daphne Patai; Gender and Work in the Third World: Sexual Divisions in Brazilian Industry by John Humphrey; The Women’s Movement in Latin America: Feminism and the Transition to Democracy by Jane S. Jaquette” [Book review]. **Gender and Society**, v. 6, n. 1, p. 146-50, 1992; Hellman, J. A. “Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories” [Book review]. **Latin American Research Review**, v. 27, n. 1, p. 182, 1992.

⁹⁹ A entrevista foi publicada dois anos depois em: Meihy, J. C. S. B. “Visita ao velho senhor: Entrevista com Charles Wagley”. **Revista da Universidade São Paulo**, v. 5, p. 119-30, 1987.

¹⁰⁰ Meihy, J. C. S. B. **A colônia brasilianista: História oral de vida acadêmica**. São Paulo: Nova Stella, 1990.

¹⁰¹ Pude consultar os arquivos pessoais e organizados de Daphne Patai em janeiro de 2012. O acervo inclui tanto as cartas recebidas por ela, remetidas por Meihy, quanto cópias das cartas que ela mesma remeteu. Lamentavelmente disponho de permissão para utilizar, apenas, estas últimas.

¹⁰² Em função da atuação de Daphne Patai como coorientadora deste estudo, cabe uma nota de esclarecimento acerca de nosso recente contato. Foi através de seu livro, *Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories*, de 1988 (que li pela primeira vez em 2005, em função de interesse temático) que descobri e me introduzi ao universo da história oral. Posteriormente, vim a tomar contato com o trabalho de José Carlos Sebe Bom Meihy, que entre 2006 e 2009 foi orientador de minha dissertação de mestrado, claramente influenciada pelo livro de Patai, como escrevi em *Solistas dissonantes: História oral de cantoras negras*. Em 2009, tive breve correspondência com Daphne Patai, quando a procurei solicitando que escrevesse um comentário para a quarta capa do livro *Narrativas e experiências: Histórias orais de mulheres brasileiras*, escrito por mim e outros nove autores influenciados por seu trabalho. Ainda em 2009, sem conhecê-la pessoalmente e sem ter tomado contato com seus escritos recentes, que requalificam muitas de suas visões anteriores a meados dos anos 1990, apresentei o trabalho “Daphne Patai e a história oral no Brasil: Leituras e apropriações de *Brazilian Women Speak*” no VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral, em Belo Horizonte. Só a partir de 2010 nossa interlocução se iniciou, quando me dediquei a traduzir alguns de seus ensaios para a língua portuguesa, publicados no livro *História oral, feminismo e política*; realizei uma entrevista com a autora, publicada na revista *História Viva*, e, junto a Valéria Barbosa de Magalhães, trabalhei para trazê-la a São Paulo para, entre outras atividades, proferir a conferência de encerramento do 1º Simpósio de História Oral e Memória: Memória da Zona Leste de São Paulo,

Acho que quando eu conheci José Carlos [Sebe Bom Meihy] eu ainda não estava fazendo história oral. E quando eu conheci [Antonio Torres] Montenegro, não sei... poderia ser [19]82 ou [19]86, porque eu passei aqueles anos letivos em Indiana, tive licença daqui. (...)

Então você só conheceu esses dois. Você desenvolveu uma relação, uma correspondência com eles.

[Principalmente] com o José Carlos. Só depois, quando ele começou [a se interessar por história oral]. Nós temos alguma correspondência casual [antes disso], mas começamos uma correspondência realmente intensa quando ele estava querendo aprender sobre história oral. (...) Eu fiquei impressionada quando – quando foi? Faz dois anos – eu reli aquelas [cartas]. Ele me escrevia cartas de cinco páginas datilografadas e eu respondia também com discussão detalhada. Por isso que achei realmente que isso seria interessante como outro tipo de manual de como se faz história oral. Era uma discussão muito viva.¹⁰³

Tendo se iniciado antes mesmo do lançamento de *Brazilian Women Speak*, essa discussão se reforçou quando Meihy teve contato com o livro – que lhe foi apresentado durante sua estada como visitante na University of Miami, em Coral Gables, pelo historiador brasileiro Robert Levine. O compêndio de vintes longas entrevistas, precedidas por uma introdução discutindo os problemas metodológicos e éticos do

organizado pelo GEPHOM - Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória, em setembro de 2010. Apesar de numerosas participações em eventos brasileiros nas áreas de cultura e literatura brasileira e estudos literários, tratou-se da primeira exposição de Patai, no país, sobre seu trabalho com história oral. A partir de 2011, tendo tomado contato com as análises sobre cultura intelectual, ensino superior e esquisas feitas pela autora (algumas delas reunidas no livro *What Price Utopia? Essays on Ideological Policing, Feminism, and Academic Affairs*) e identificando afinidades com a tese em elaboração, Sara Albieri, responsável pela orientação deste trabalho, e eu, convidamos a professora Patai para atuar como coorientadora do mesmo. Contando com sua gentil aceitação, a coorientação foi iniciada em março de 2011, embora acatada formalmente pela Universidade de São Paulo em fevereiro de 2013. Ver: VV. AA. **Narrativas e experiências: Histórias orais de mulheres brasileiras**. São Paulo: D'Escrever, 2009; Santhiago, R. "Daphne Patai e a história oral no Brasil: Leituras e apropriações de *Brazilian Women Speak*". Trabalho apresentado no VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral - Centros de pesquisa em história oral: Trajetórias, abordagens e avaliações, 2009, Belo Horizonte; Santhiago, R. "Falar com a fonte é uma experiência única – Entrevista com Daphne Patai". **História Viva**, 1 de setembro de 2010, p. 14-16; Patai, D. **História oral, feminismo e política**. Trad.: F. L. Cássio e R. Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. Para alguns trabalhos de Patai sobre cultura intelectual, ensino superior e pesquisa, ver, além de diversos artigos publicados no periódico *The Chronicle of Higher Education*: Patai, D. **Heterophobia: Sexual Harassment and the Future of Feminism**. Lanham, MD.: Rowman & Littlefield, 1998; Patai, D.; Koertdige, N. **Professing Feminism: Education and Indoctrination in Women's Studies**. Lanham, MD.: Lexington Books, 2003; **"What Price Utopia?" Essays on Ideological Policing, Feminism, and Academic Affairs**. Lanham, MD.: Rowman & Littlefield, 2008.

¹⁰³ "Continuo achando o método da história oral interessante e de muito valor" – Entrevista com Daphne Patai. Gravada em dezembro de 2012. Amherst, MA, USA.

trabalho com narrativas orais, tornou-se imediatamente a forma sobre a qual Meihy iria modelar seus futuros trabalhos. O pesquisador, àquela altura, já conhecia os trabalhos de Ecléa Bosi e Maria Isaura Pereira de Queiroz – mas foi Daphne Patai quem o influenciou decisivamente a adotar a história oral como seu assunto. Como ele mesmo afirmou, em entrevista de 2010 a dois de seus alunos:

Pessoalmente, comecei a investir nesse campo, influenciado por alguns livros, em particular pelo *Brazilian Women Speak*, de Daphne Patai. Sobretudo, impressionou-me nesse trabalho a liberdade da autora que, independente de discutir métodos ou critérios de pesquisa, avançava em conclusões sobre o papel da mulher no Brasil. Buscando fundamentos para resultados como aquele, procurei bases teóricas que me levaram aos Estados Unidos por um ano, onde entre trabalho de campo e leituras produzi o livro *Colônia Brazilianista: História oral de vida acadêmica*. Combinando entrevistas com teoria busquei cruzar aspectos de história de vida, história oral temática e tradição oral. Além dos Estados Unidos, dediquei-me a ver a produção mexicana no Instituto Nacional de Antropologia y Historia, INAH, onde também atuei juntamente com Dolores Plá. Foi essa uma fase muito fértil da minha experiência.¹⁰⁴

A formação do pesquisador se deu por uma carga de leituras, mas principalmente através de longas e substanciais missivas entre ele e Patai, que demonstram de modo intrigante seu processo de busca pela ampliação de seu repertório intelectual, sua passagem de alguém interessado a utilizar entrevistas para abordar um tema específico a alguém devotado a encontrar um caminho próprio. Como se depreende através das cartas enviadas por Patai ao brasileiro, ela recebia longas perguntas e dúvidas; era estimulada a partilhar experiências, a comentar ideias, a sugerir soluções composicionais; era solicitada a sugerir referências bibliográficas e fazer fotocópias de textos; era instigada a compartilhar seu método de trabalho, a descrever o caminho de suas descobertas. Além de sua experiência entrevistando mulheres para *Brazilian Women Speak*, Patai dispunha de um amplo cabedal de leituras na área. Também preparava-se para lançar *Women's Words: The Feminist Practice of Oral History*, de 1991, obra coletiva que organizou com Sherna Berger Gluck (uma das proponentes pioneiras de uma história oral feminista, atuante desde a década de 1970) e que se tornou um dos trabalhos que mais contribuiu não apenas para aproximar a prática das entrevistas do feminismo, mas para levantar questões

¹⁰⁴ Rovai, M. G. O.; Maranhão Filho, E. M. A. “História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos. Entrevista com o professor José Carlos Sebe Bom Meihy”. *História Agora*, v. 9, 2010.

procedimentais, éticas e teóricas que interessaram à comunidade mais ampla de história oral.¹⁰⁵

O trabalho de Daphne Patai, enfim, forneceu a Meihy uma superfície sobre a qual ele erigiu sua própria concepção de história oral. Tratou-se de uma influência notável no nível composicional: como já analisei, *Brazilian Women Speak* serviu de modelo de estruturação para os livros do pesquisador e de seus discípulos, bem como para o próprio tratamento (com feições literárias) das entrevistas.¹⁰⁶ Para além disso, o trabalho de Patai instituiu uma espécie de agenda para a exploração de Meihy: discussões sobre ética, sobre devolução e publicização dos trabalhos, sobre a politização da pesquisa, sobre a realização de entrevistas em condições de desnível entre entrevistador e entrevistado, sobre a centralidade das narrativas no seio de um trabalho de história oral, sobre a relação entre história oral e literatura. De qualquer forma, talvez porque uma parte grande desses *insights* tenham surgido através de correspondência, e não pela leitura de textos publicados, as menções posteriores ao pensamento de Patai no trabalho de Meihy sejam sensivelmente desproporcionais em relação ao impacto que ele causou.

O primeiro resultado concreto do interesse de José Carlos Sebe Bom Meihy pela história oral apareceu, ainda de maneira acanhada, em 1990, ano em que o projeto de entrevistas com brasilianistas tomou corpo no livro *A colônia brasilianista* (título que sucedeu os inicialmente planejados *A cidade brasilianista* ou *Pioneiros brasilianistas*), lançado pela editora Nova Stella. O trabalho reuniu 32 das entrevistas de “história oral de vida acadêmica” (subtítulo do livro) que Meihy havia realizado. Entre seus narradores estava a própria Daphne Patai. “Trabalhando com História Oral, pude me valer das gentilezas de Patai. Entrevistá-la foi uma experiência importante pois representou algo íntimo para quem, como ela, se especializou em entrevistar os outros” (Meihy, 1990, p. 338), escreveu o brasileiro na apresentação da entrevista, em cuja primeira transcrição a autora não havia se reconhecido.¹⁰⁷ “Em geral, acho que as perspectivas que aparecem nesta

¹⁰⁵ Patai, D.; Gluck, S. B. (org.) **Women’s Words: The Feminist Practice of Oral History**. New York: Routledge, 1991.

¹⁰⁶ Ver: Santhiago, R. “Introdução”. In: Patai, D. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 9-15.

¹⁰⁷ Meihy, J. C. S. B. **A colônia brasilianista: História oral de vida acadêmica**. São Paulo: Nova Stella, 1990.

entrevista são reconhecidamente minhas, mas às vezes com ênfases ou nuances mais suas do que minhas”, escreveu ela em 1990, antes do lançamento do livro, ao expor ao colega suas opiniões sobre a versão que recebeu. A aprovação do texto, entretanto, foi pautada pela confiança: “Vejo quanto você deve ter trabalhado para produzir esse capítulo (...). Portanto, não acho que valha a pena continuar a corrigir ou emendar o que você fez”, escreveu Patai.¹⁰⁸

Mais tarde, as longas entrevistas reunidas no livro de mais de 500 páginas tornaram-se fonte importante para trabalhos analíticos sobre o tema do brasilianismo; sobre assuntos correlatos, como as trocas interculturais entre Brasil e Estados Unidos; ou sobre o trabalho intelectual das figuras ali retratadas.¹⁰⁹ No momento de lançamento, porém, o livro teve acolhida menos auspiciosa. O segundo volume prometido para 1991 não chegou a ser publicado, encerrando precocemente uma anunciada trilogia. Entre as esparsas resenhas angariadas pelo trabalho esteve a de Nanci Leonzo, que, embora valorizando a iniciativa de Meihy de abordar o tema e de abrir espaço para a utilização das histórias de vida no campo historiográfico, questionava, por exemplo, a incongruência entre a organização do trabalho e sua missão humanizadora: “Se o propósito era valorizar esse fascinante ‘lado humano’ por que submetê-lo a um formalismo com forte conotação política?” (p. 184), escreveu ela, aludindo às categorias formuladas pelo autor para separar as entrevistas publicadas: “Os pioneiros”, “Os filhos de Castro” e “Os especialistas”.¹¹⁰

Após a publicação de *A colônia brasilianista*, o autor redirecionou sua atenção do assunto que abordava para a forma de abordá-lo, a exemplo do que vinham fazendo diversos estrangeiros citados em sua bibliografia, com Paul Thompson e Ron Grele. O campo brasileiro da história oral parecia mais promissor: dispunha de amplo espaço para novos trabalhos empíricos, sobre uma variedade de temas; facultava explorações de cunho

¹⁰⁸ Carta de Daphne Patai a José Carlos Sebe Bom Meihy. 7 de maio de 1990. 1 fl. Acervo pessoal Daphne Patai.

¹⁰⁹ Entre trabalhos recentes que utilizam *A colônia brasilianista* como fonte, pode-se citar: Lara, S. H. “Imagens históricas: Vassouras, por Stanley J. Stein”. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 347-61, 2009; Castro, A. C. V. “Dois autores em busca de um passado: Richard Morse e Sergio Buarque na construção da especificidade paulista”. **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 11, n. 3, 2010; Batista, E. L. A. O. “Literatura de viagem e tradução nas relações culturais entre Brasil e Estados Unidos: Do século XIX à Guerra Fria”. **Literatura e Autoritarismo**, número especial, 2010.

¹¹⁰ Leonzo, N. “A colônia brasilianista: História oral de vida acadêmica” [Resenha]. **Revista de História**, v. 123/124, p. 143-219, 1990/1991.

metodológico, advindas de múltiplos campos temáticos; carecia de institucionalidade, ainda privada de eventos ou publicações destinadas ao tema. Diante dessas lacunas, Meihy concentrou-se na história oral. Tendo lançado este primeiro livro utilizando o método em 1990, dois anos depois (em agosto de 1992, durante o Congresso Internacional América 92: Raízes e Trajetórias) ele já propunha a criação de uma associação latino-americana para a área.

Nesse meio tempo, o pesquisador dedicou-se a aprimorar tanto seus conhecimentos e sua experiência quanto a criar e fortalecer uma base de relações político-acadêmicas. Com poucas possibilidades de diálogo no departamento onde trabalhava e diante de tentativas frustradas de parceria com outras instituições¹¹¹, Meihy angariou certo número de alunos através das disciplinas que ministrava (como *História Ibérica* e *História da Cultura*), com os quais formou um coletivo inicialmente intitulado Núcleo de Estudos da Palavra (NEP), inspirado no Archivo de la Palabra do Instituto Mora, do México. Posteriormente, o grupo passou a se intitular Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO).¹¹²

Com o coletivo de estudantes, Meihy pôs em prática seu ecletismo temático e demonstrou intensa capacidade de trabalho. Ele treinou sua equipe para um conjunto de entrevistas com os índios Kaiowá, assunto dos jornais da época, e já em 1991 publicou o livro *Canto de Morte Kaiowá: História oral de vida*, na qual seguiu estrutura semelhante à do trabalho anterior: apresentação do tema e dos caminhos metodológicos; publicação das entrevistas, na íntegra; breves comentários finais.¹¹³ Com isso, o pesquisador rapidamente entendeu a história oral como um método que poderia ser aplicado a qualquer tema. Graças a seu método de trabalho – que consistia essencialmente em coligir entrevistas e

¹¹¹ No início dos anos 1990, José Carlos Sebe Bom Meihy vinculou-se ao grupo *Cordis*, grupo de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que tinha como dirigente Yvone Dias Avelino, que buscou implementar a história oral naquela instituição ainda no final dos anos 1970, em parceria com Luciara Aragão e Frota, como já vimos em capítulo anterior. O vínculo de Meihy com o grupo, todavia, se desfez rapidamente. Ver: Avelino, Y. D. “A trajetória de um grupo e a criação de um núcleo”. **Projeto História**, v. 12, p. 193-8, 1995.

¹¹² Embora autointitulado enquanto “núcleos”, estes coletivos foram agrupamentos informais, sem institucionalização nas instâncias da Universidade de São Paulo. Apenas em 2010, o “núcleo” tornou-se um subgrupo do LEI – Laboratório de Estudos da Intolerância, o qual foi desfeito no ano seguinte. Em seguida, o NEHO tornou-se um subgrupo do Núcleo de Estudos das Diversidades da USP.

¹¹³ Meihy, J. C. S. B. **Canto de morte Kaiowá: História oral de vida**. São Paulo: Loyola, 1991.

editá-las –, Meihy pôde rapidamente dar vazão a um número expressivo de publicações, sobre uma variedade de temas. Após os brasilianistas e os índios Kaiowá, foram iniciadas pesquisas que nutriram a lista de publicações do pesquisador por muitos anos: sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, em parceria com Robert Levine; sobre a Guerra Civil Espanhola, que funcionou como uma ponte entre a história oral e a história ibérica, na trajetória de Meihy; sobre mulheres analfabetas e seus sonhos; sobre Luiz Carlos Prestes e os cavaleiros da esperança¹¹⁴; e tantos outros temas, num leque generoso que considerava particularmente promissoras pesquisas com “grupos esotéricos, que acreditam em *óvnis* e que dizem ter estado em outros planetas, convivendo com duendes, fadas, anjos etc” (Meihy, 1994, p. 6).¹¹⁵

Diversos livros originados desses projetos apareceram, consistindo em um esforço louvável de difusão de histórias orais no âmbito editorial – prática que remete a uma das matrizes identificadas neste estudo, a de inspiração pública. Não apenas Meihy, como também seus alunos e colaboradores, beneficiaram-se de seu empenho. Yara Ataíde publicizou histórias de meninos de rua em *Joca: Um menino de rua e Decifra-me ou devoro-te: História oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. André Gattaz publicou sua pesquisa de mestrado no livro *Braços da resistência: Uma história oral da imigração espanhola*. Andrea Paula dos Santos publicou *Ponto de vida: Cidadania de mulheres faveladas*, com cinco histórias de mulheres faveladas que fundaram uma associação que levou o nome de Carolina Maria de Jesus. Esta autora e sua colega Suzana Lopes Salgado Ribeiro convenceram Meihy a se integrar a um projeto idealizado por elas (que entrevistaram participantes da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça organizada pelo Movimento de

¹¹⁴ Ver: Meihy, J. C. S. B.; Levine, R. **Cinderela negra: A saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; Meihy, J. C. S. B. “Sonhos como discurso da história de mulheres analfabetas”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 321-8; Meihy, J. C. S. B. “Analfabetismo e reserva mítica: Pensando a tradição oral”. **NEHO-História**, v. 0, p. 7-20, 1998; Meihy, J. C. S. B.; Biazio, G. C. F. **O retorno de Luis Carlos Prestes a Santo Ângelo**. s/l: EDIURI, 2002; Meihy, J. C. S. B. **A revolução possível: História oral de soldados brasileiros na Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Xamã, 2011.

¹¹⁵ Meihy, J. C. S. B. “História e memória ou simplesmente história oral?”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 5-11.

Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, em 1997) e a tornar-se coautor de *Vozes da marcha pela terra*.¹¹⁶

Na maior parte desses livros, existe um imenso entre o esforço de coleta e o esforço de interpretação das entrevistas, uma crítica comum dirigida a vários trabalhos de história oral. Meihy, no prefácio a um livro mais recente de Yara Dulce Bandeira de Ataíde, *Armas e armadilhas: Vida e morte atrás das grades*, de 2008, descreveu a autora como “coletora de mensagens populares, dona de uma capacidade de ouvir, transformar o oral em escrito e depois de re-contar para outros”.¹¹⁷ De certo modo, isso foi o que o próprio Meihy e sua equipe buscaram fazer em seus livros: atuar como contadores de histórias, escritores, mas afirmando que este trabalho deveria ser considerado como um trabalho acadêmico. Para isso, foram oferecidas justificativas de várias ordens. Afirmou-se que, politicamente, buscava-se uma ação transformadora da natureza do conhecimento: em vez de se escrever sobre grupos silenciados, desejava-se oferecer a eles a oportunidade de ter suas próprias vozes registradas, refazendo o clássico caminho proposto, entre outros autores, por Paul Thompson, em seu *A voz do passado*,¹¹⁸ ideia criticada por muitos outros intelectuais. Por outro lado, buscou-se justificar o papel do pesquisador com base em sua tarefa de colher e recriar entrevistas, em um expediente no qual a alusão a Daphne Patai – progressivamente apagada dos trabalhos de Meihy – voltou a ser útil. O brasileiro obrou a partir de *Canto de Morte Kaiowá*, de 1992, o conceito de “transcrição em história oral”. Nessa concepção, o pesquisador é visto como um “coautor” da entrevista, autorizado a transformá-la (inclusive inserindo palavras e frases não ditas pelo entrevistado) com o fito de atingir, na representação escrita, o “sentido” da mensagem do narrador.

¹¹⁶ Ataíde, Y. D. B. **Joca: Um menino de rua**. São Paulo: Loyola, 1996; Ataíde, Y. D. B. **Decifra-me ou devoro-te: História oral de vida dos meninos de rua de Salvador**. São Paulo: Loyola, 1993; Gattaz, A. **Braços da resistência: Uma história oral da imigração espanhola**. São Paulo: Xamã, 1996; Santos, A. P. **Ponto de vida: Cidadania de mulheres faveladas**. São Paulo: Loyola, 1996; Santos, A. P.; Ribeiro, S. L. S.; Meihy, J. C. S. B. **Vozes da marcha pela terra**. São Paulo: Loyola, 1998.

¹¹⁷ Meihy, J. C. S. B. “Prefácio: Eu preso às palavras, atrás das grades das histórias”. In: Ataíde, Y. D. B. **Armas e armadilhas: Vida e morte atrás das grades**. Salvador: Eduneb, 2008. p. 7. Ver também, da autora, sobre o mesmo tema: Ataíde, Y. D. B. “Da transgressão à conversão: História oral de vida de presidiários de Salvador”. In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. p. 71-7;

¹¹⁸ A respeito disso, ver: Meihy, J. C. S. B. “A formulação de um grupo de trabalho”. In: **Canto de morte Kaiowá: História oral de vida**. São Paulo: Loyola, 1991. p. 13-26.

Já analisei em trabalho anterior como Meihy desfigurou o trabalho de Daphne Patai atribuindo-lhe posições diametralmente opostas às defendidas por ela, equívoco interpretativo repetido por vários de seus colaboradores e alunos.¹¹⁹ Ao passo em que a autora de *Brazilian Women Speak* desaparecia gradativamente do fundo de referências mais geral do pesquisador brasileiro, ela era repetidamente invocada para legitimar o controverso procedimento de “transcrição” em história oral. Em seu livro, Patai clamava aos pesquisadores para que atentassem às “palavras” de seus entrevistados, que “não são transparências”, ao passo em que Meihy e seus discípulos divulgaram repetidamente que, na perspectiva desta autora, o trabalho de transcrição poderia desconsiderar o referente (as palavras efetivamente ditas e gravadas) e alterar livremente o discurso dos narradores. Como já escrevi:

A obra de Patai foi utilizada, por anos, como único argumento de autoridade; como única sustentação externa, no campo da história oral, para tais propostas. Com o acesso direto ao livro [da autora], este recurso se esvazia – e efetivamente parece bastante improvável encontrar-lhe substitutos: não conheço muitos profissionais de história oral que achem lícito colocar na boca de seus entrevistados palavras que eles não disseram. (Santhiago, 2011, p. 147)¹²⁰

No mesmo artigo, afirmei que teria sido possível aos leitores de Meihy acessar diretamente o livro *Brazilian Women Speak* e confrontar-se com as ideias efetivamente expostas por sua autora – mas isso não foi feito. Além disso, embora Patai tenha diversificado os temas sobre os quais ensinou, escreveu e publicou, ela continuou usando o método das entrevistas (em *Professing Feminism*, por exemplo, livro que preparou com a filósofa da ciência Noretta Koertge, cuja primeira edição é de 1994) e oferecendo contribuições à área de história oral em discussões sobre seu método, sua política, sua ética, sua pedagogia – nas quais, inclusive, revisou seus posicionamentos anteriores.¹²¹ A

¹¹⁹ Santhiago, R. “‘If you know Portuguese you know that this is’: O papel da tradução na história oral do Brasil”. In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 137-52.

¹²⁰ Santhiago, R. “‘If you know Portuguese you know that this is’: O papel da tradução na história oral do Brasil”. In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 137-52.

¹²¹ Patai, D.; Koertge, N. **Professing Feminism: Cautionary Tales from the Strange World of Women’s Studies**. New York: Basic Books, 1994; Patai, D. “When Method Becomes Power”. In: Gitlin, A. (org.) **Power and Method: Political Activism and Educational Research**. New York: Routledge, 1994. p. 61-73; Patai, D. “Sick and Tired of Scholars’ Nouveau Solipsism”. **The Chronicle of Higher**

recepção de seu trabalho pelo grupo de Meihy, todavia, ficou restrita ao livro de 1988, que, em sua interpretação inacurada, tornou-se bastante influente.

Abordei o assunto em entrevista com a autora, visando identificar as relações entretidas entre ela e o grupo de Meihy ao longo do tempo:

Não sabia nada [sobre a recepção do livro *Brazilian Women Speak* no Brasil]. Não haveria razão. Eu não estava lendo os periódicos brasileiros sobre história oral no Brasil. Não estava seguindo a produção brasileira nessa área. Acho que eu mais ou menos acreditei no que José Carlos [Sebe Bom Meihy] disse: que ninguém se interessava por isso aqui, porque todo mundo já conhece [as histórias de mulheres brasileiras]. (...) E eu nunca fiz isso [me esforcei pessoalmente] porque o trabalho existe. Pessoas podem descobrir ou não o trabalho. Tanto faz. Quando José Carlos me escreveu [dizendo] que ninguém tinha interesse, porque achava que todo mundo já sabia essas coisas, eu acho que não duvidei. É por isso que isso não quebrou nossa amizade, nem nada. Não pensei duas vezes sobre isso.¹²²

Ao longo dos anos, a autora continuou acompanhando a discussão da área de história oral, embora menos atenta à bibliografia brasileira. Perguntei-lhe então sobre seu contato mais recente (fomentado por sua participação, em 2010, em um evento brasileiro sobre o assunto)¹²³ com os trabalhos de Meihy e seu grupo:

A maneira como ele me *misrepresent*, distorce, nega, contradiz o que eu realmente fiz, escrevi e disse – isso, a maneira como ele estava me usando, me chocou muito. Se me lembro bem, ele me usou para apoiar a posição dele, de que nós temos que colocar palavras na boca das pessoas que nós estamos entrevistando, quando eu disse exatamente o contrário. (...) E como nesses livros, nesses manuais, ele tem citações de pessoas como eu, Luisa Passerini e várias outras, mas nunca com uma referência, não posso saber

Education, 23 de fevereiro de 1994, p. A52; Patai, D. “Rigoberta Menchú and the Politics of Lying”. **Human Rights Review**, v. 1, n. 1, p. 70-8, 1999; Patai, D. “Whose Truth? Iconicity and Accuracy in the World of Testimonial Literature”. In: Arias, A. (org.) **The Rigoberta Menchú Controversy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001. p. 270-87; Patai, D. “Feminist Pedagogy Reconsidered”. In: Hesse-Biber, S. N. (org.) **Handbook of Feminist Research: Theory and Praxis**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2006. p. 689-704; Patai, D. “The Fading Face of Humanism”. In: Cummings, D. (org.) **Debating Humanism**. Exeter, UK: Societas Imprint Academic, 2006. p. 65-74; Patai, D. “Oral History: Theory and Practice”. In: Smith, B. G. (org.) **Encyclopedia of Women in World History**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

¹²² “Continuo achando o método da história oral interessante e de muito valor” – Entrevista com Daphne Patai. Gravada em dezembro de 2012. Amherst, MA, USA.

¹²³ Como já informei, tratou-se do 1º Simpósio de História Oral e Memória: Memória da Zona Leste de São Paulo, promovido na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, que Valéria Barbosa de Magalhães e eu organizamos.

onde é que ele acha que encontrou aquelas coisas.¹²⁴ Mas estão lá, como se eu tivesse dito, atribuídas a mim, coisas que eu absolutamente não acreditei, nunca achei – e inclusive acho o contrário. (...) E depois vêm os discípulos dele, como [Alberto] Lins Calda[s], que usam [essas citações incorretas] para ir além, para glorificar a ele [Meihy] me colocando como alguém que não “ousou” seguir aquele caminho.¹²⁵ Quer dizer, tinha o duplo jogo: de um lado, me usar para reforçar as ideias dele; e de outro lado me desprestigiar, para fortalecer tudo o que ele supostamente fez, que é tão novo e tão radical.¹²⁶

José Carlos Sebe Bom Meihy, além de atuar como pesquisador da área de história oral, visou tornar-se um teorizador, combinando assim duas finalidades, uma justificativa e outra prescritiva. No primeiro sentido, ao sistematizar uma concepção de história oral tida como nova, o autor legitimava sua própria prática de pesquisa. Em vez de colocar-se como historiador e estar à mercê das regras do campo historiográfico, Meihy optou por redefinir sua própria prática como uma nova disciplina cujas regras ele próprio disporia. No segundo sentido, a teorização visada pelo autor respondeu à ambição de oferecer um receituário metodológico interessado em disciplinar a história oral; em “(re)conceituá-la, extraíndo-a da aventura diletante” (Meihy, 1994, p. 52).¹²⁷ Nesse sentido, o autor se conectava ao grupo que, nos anos 1990, visou normalizar o método – distinguindo-se dos pares, todavia, tanto em termos de meios como de finalidades.

Essas estratégias não trouxeram bons resultados para Meihy no campo acadêmico da história oral, o qual, tendo abrigado o autor até certo período (até o final dos anos 1990, depois de atuar de maneira intensa no movimento de institucionalização do campo, como veremos no capítulo 8), passou a se mostrar reticente a seus sinais de ortodoxia.

¹²⁴ A entrevistada refere-se às menções feitas por José Carlos Sebe Bom Meihy, em seu *Manual de história oral*, a uma série de autores brasileiros e estrangeiros, que são citados textualmente, mas sem indicação da fonte (não apenas número de páginas, mas inclusive a obra) de que foram extraídos.

¹²⁵ Alberto Lins Caldas escreveu que “Meihy inaugura outra forma de pensar a História Oral, abrindo perspectivas ainda não completamente desenvolvidas sequer por ele mesmo, tendo com Moema Viezzer, Elizabeth Burgos e Daphne Patai somente um fundamento inicial, logo superado”. A respeito do trabalho das três autoras (Viezzer, Burgos e Patai), Caldas afirma tratar-se de “ensaio de uma nova postura, ainda sem muita coragem, sem a força necessária para forçar uma ruptura”. Caldas, A. L. “Outra história oral”. **Caderno de Criação**, ano IX, n. 30, 2003.

¹²⁶ “Continuo achando o método da história oral interessante e de muito valor” – Entrevista com Daphne Patai. Gravada em dezembro de 2012. Amherst, MA, USA.

¹²⁷ Meihy, J. C. S. B. “História e memória ou simplesmente história oral?”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 5-11.

Como José Carlos Sebe Bom Meihy tentou redefinir os princípios do campo – isto é, abandonando o entendimento da história oral como um método de pesquisa interdisciplinar e discursando em favor de sua tomada como uma nova disciplina –, foi-lhe endereçada menor atenção. Entretanto, contando já com um grupo de discípulos formado sob sua orientação e com o prestígio que seu status como professor da Universidade de São Paulo lhe conferia, Meihy foi bem sucedido em seu caminho de evangelização, consubstanciado em cinco edições de seu *Manual de História Oral*, de 1996, 1998, 2000, 2002 e 2005, que, juntas, venderam 7.000 exemplares.¹²⁸ Após o encerramento de relações com a editora Loyola, o autor assinou com Fabíola Holanda o livro *História oral: Como fazer, como pensar* (2007). Com um nome menos vendável que o anterior, o novo trabalho foi rapidamente complementado por outro, de maior apelo: o *Guia prático de história oral*, preparado em coautoria com Suzana Lopes Salgado Ribeiro.¹²⁹ É através desse gênero de trabalho que Meihy atinge leitores (e conquista novos alunos) com pouca experiência, interessado em se iniciar na prática de pesquisa. A comunidade de especialistas, por sua vez, costuma dedicar-lhe pouca atenção – silenciando sobre seu trabalho em vez de discuti-lo. Mesmo os pontos polêmicos que ele apresenta não são problematizados – a não ser por comentários cifrados, praticamente inacessíveis a leigos, que contribuem para que, aos olhos de pesquisadores pouco familiarizados com o campo, o autor pareça ter uma liderança incontestada.¹³⁰

Na primeira edição de seu *Manual*, José Carlos Sebe Bom Meihy declarava que pretendia “fazê-lo o menos normativo possível”, porque “não pretende ser um modelo

¹²⁸ Tiragem do *Manual de história oral*: 2.000 exemplares da primeira edição (1996), 1.000 exemplares da segunda edição (1998), 1.000 exemplares da terceira edição (2000), 1.500 exemplares da quarta edição (2002) e 1.500 exemplares da quinta edição (2004). Informação verbal obtida na editora Loyola em 25 de junho de 2009.

¹²⁹ Meihy, J. C. S. B.; Holanda, F. **História oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007; Meihy, J. C. S. B.; Ribeiro, S. L. S. Meihy, J. C. S. B.; Ribeiro, S. L. S. **Guia prático de história oral: Para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011. A editora não informa a tiragem de seus livros. Informação verbal obtida na Editora Contexto em 25 de junho de 2009.

¹³⁰ Entre os poucos trabalhos de autores brasileiros que analisaram detidamente as visões de Meihy, estão: Leite, T. A. “O dilema da interferência na história oral: Novos problemas e novas respostas”. **Oralidades**, n. 2, p. 65-82, 2008; McCleary, L. “História oral: Questões de língua e tecnologia”. In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 93-123; Santhiago, R. “If you know Portuguese you know that this is’: O papel da tradução na história oral do Brasil”. In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 137-52.

fechado nem fornecer uma orientação absoluta” (Meihy, 1996, p. 7).¹³¹ Na quinta edição do livro, a quarta capa informava: “Clareza, rigor e objetividade são virtudes deste texto”. Estes não foram alvos alcançados. A realização, pelo contrário, foi a de mistificar o discurso sobre história oral, revestindo procedimentos relativamente simples com palavras sofisticadas. O que ocorre é a atribuição de novos nomes para ideias, procedimentos ou funções já conhecidos, muitas vezes apresentando-se como alternativa ao próprio jargão consensuado da área. Esvaziado de sentido epistemológico, esse procedimento pode ser melhor entendido como parte do projeto de certos escritores no sentido de cunhar termos que fiquem associados a eles e que, a longo prazo, ao serem repetidos na literatura subsequente de uma área, reforcem sua autoridade sobre o assunto.¹³²

Principalmente, nota-se certo empenho em cunhar termos, em estabelecer categorias, alçando procedimentos ou definições casuais à categoria de “conceitos”. Isso inclui dar novos nomes a coisas bem conhecidas: aquilo que se conhece como arquivo ou acervo, entre outros termos, transforma-se em um “banco de histórias” (Meihy & Holanda, 2007, p. 126), um “conceito novo que se abre à história oral” (p. 127). É significativo, aliás, que ao final de seu *Manual* seja apresentado um “glossário” – embora de utilidade duvidosa, já que a palavra “verdade”, por exemplo, é descrita nesse glossário como “referencial objetivo de versões de fatos” (Meihy, 2000, p. 102)¹³³, e a oralidade como “conjunto de sons humanos” (Meihy, 2005, p. 261).¹³⁴ Os muitos termos que Meihy cunha ou cujo sentido desloca têm utilidade questionável – mas fazem sentido dentro de seu projeto mais amplo de disciplinar a prática de história oral e de se consolidar, dentro dela, como uma referência citável.

¹³¹ Meihy, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

¹³² Este é um comportamento razoavelmente conhecido na esfera intelectual. Analisando a ascensão de uma cultura intelectual pós-sartriana na França, por exemplo, Niilo Kauppi demonstrou o papel central dos neologismos na consagração intelectual de autores daquilo que chamou de “nobreza intelectual francesa”. O semiólogo Algirdas Julien Greimas, por exemplo, produzia textos claros, de aparência científica, acessíveis apenas aos acadêmicos – lançando mão do jargão que ele próprio ajudou a cunhar. Por outro lado, autores como Roland Barthes e Jacques Derrida dispensavam esse jargão compartilhado, preferindo ir ao encontro das expectativas de um público leitor “acostumado a efeitos literários e ao fulgor da fórmula literária (muitas vezes à custa da coerência lógica)”. Ver: Kauppi, N. **French Intellectual Nobility: Institutional and Symbolic Transformations in the Post-Sartrean Era**. Albany, NY: State University of New York Press, 1996.

¹³³ Meihy, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

¹³⁴ Meihy, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

Na perspectiva do autor, o encolhimento do espaço de ação do praticante de história oral atinge até mesmo os títulos de projetos:

Basicamente um título *deve* [grifo nosso] constar de três partes, a saber:

- 1) referência à colônia abordada;
- 2) especificidade da rede;
- 3) ramo de história oral que se pretende. (Meihy, 1998, p. 60)

De acordo com a visão do autor, possibilidades tornam-se *deveres*; técnicas de pesquisa tornam-se leis pétreas; e a metodologia é reduzida a uma cartilha dogmática a ser aplicada pelos praticantes de história oral aos grupos silenciados de sua preferência, cada um deles com “a sua verdade” (Meihy, 1994, p. 6).¹³⁵ Dessa forma, fica desfeita a ideia de que existe uma oposição entre politização da pesquisa, de um lado, e aferro metodológico, de outro (como sugerido por Ruth Cardoso e outros, segundo vimos no capítulo anterior) – pelo menos no caso da história oral, a obediência aos métodos de pesquisa pode precisamente reforçar o compromisso ideológico evidenciado dentro de uma escolha temática.

Diante dessa cadeia de normatização, um artigo como “A radicalização da história oral” – publicado por Meihy primeiramente em 2003, depois reproduzido na quinta edição de seu *Manual de história oral* – seria melhor entendido não como uma clivagem em seu posicionamento, mas como um momento de evidenciação de uma constante. Nesse artigo, o autor insiste de maneira mais enfática em sua visão sobre a história oral como uma disciplina autônoma, com base em dois questionáveis. Epistemologicamente, ele afirma que a história oral disporia de objetos próprios – a memória e a identidade –, reivindicando para essa nova disciplina a exclusividade sobre elementos que têm sido exaustivamente debatidos e estudados em vários campos. Politicamente, ele afirma que a

¹³⁵ Meihy, J. C. S. B. “História e memória ou simplesmente história oral?”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 5-11. Mais recentemente, porém, o autor tem proposto que não apenas os “silenciados” devem ser ouvidos. Essa perspectiva foi substituída por uma lógica binária e maniqueísta que se baseia em antinomias como “dominados” / “dominadores”, “esquecidos” / “perpetradores”, “vencidos” / “vencedores”, “explorados” / “bandidos”, que empobrece toda a complexidade da experiência humana e da vida social em dois lados extremos. Todos esses termos (e outros como “perseguidos”, “marginalizados”, “vítimas”; além de outras antinomias como “pessoas sadias”/“pessoas com deficiência”, “empregados”/“patrões”) são citados em: Meihy, J. C. S. B.; Ribeiro, S. L. **S. Guia prático de história oral: Para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

história oral, como disciplina, deveria ter a esfera das políticas públicas como seu campo de ação. Sua obrigação seria a de fomentar “ações políticas decorrentes da determinação identitária”; de “gerar argumentos que instruiriam a militância política capaz de mudar o status quo histórico” (Meihy, 2005, p. 272).¹³⁶ À história oral caberia “o objetivo primordial de ser formuladora de argumentos políticos” (Meihy, 2005, p. 274), porque “é no tecido político que ela se justifica” (Meihy, 2005, p. 277).

Analisando esses argumentos, Daphne Patai afirmou:

Meihy insiste que a história oral ocupa um lugar privilegiado – e utiliza essa palavra depois de dizer várias coisas desprezíveis em relação à História como disciplina – afirmando que ela [a história oral] tem, acima de tudo, um papel político (...), ocuparia uma posição especial em sugerir caminhos para a vida política do país inteiro. Segundo essa visão, é isso que faz da história oral uma ‘nova disciplina’, que supera todas as outras. Ao que parece, Meihy está tentando transferir para a história oral todos aqueles privilégios que a disciplina da História teria adquirido – ilicitamente, na perspectiva dele – durante séculos de dominação incontestada. (Patai, 2011, p. 176-7)

Como a autora nota, Meihy efetivamente distanciou-se de uma visão antiga na qual a história oral era “sempre uma *história do tempo presente* e também conhecida por *história viva*” (Meihy, 1996, p. 9).¹³⁷ O pesquisador passou a enxergar a história oral como “um libelo contra o oficialismo da história tradicional” (Meihy, 2007, p. 91).¹³⁸ Historiadores, segundo ele, seriam responsáveis por uma “perversa utilização das narrativas orais à [sic] condição de ‘fonte’” (Meihy, 2006, p. 196), submetendo-as a um “pântano confuso” (Meihy, 2006, p. 198). Os historiadores, em seu “império (...) sobre as fontes orais”, compartilhariam com “sociólogos, antropólogos e demais grupos *useiros* [grifo nosso] da oralidade” o hábito de transferir “maus tratos” às fontes.¹³⁹ Sugestivamente, embora censure quase todas as disciplinas e afirme que “compromisso primeiro e último [da história oral], pois, é com a colônia que a justifica e não com a academia” (Meihy, 1994, p.

¹³⁶ Meihy, J. C. S. B. “A radicalização da história oral”. In: **Manual de história oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 263-83.

¹³⁷ Meihy, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

¹³⁸ Meihy, J. C. S. B. “História oral: Caminhos e perspectivas”. In: Miranda, D. S. **Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC-SP, 2007. p. 85-91.

¹³⁹ Meihy, J. C. S. B. “Os novos rumos da história oral: O caso brasileiro”. **Revista de História**, v. 155, p. 191-203, 2006.

6)¹⁴⁰, o autor não questiona a própria existência de disciplinas – desejando que a história oral, regida por seus argumentos e por um método cientificista e sem possibilidades de falha, seja uma delas, partilhando das configurações institucionais que Meihy tanto reprova. Nesse sentido, a “radicalidade” aqui propalada é menos veemente e instigante do que ideia sugerida, embora não suficientemente explorada, por Michel Marie Le Ven – que compartilha com Meihy noções como a de coautoria do relato e da importância política do mesmo – da história oral como uma “religação” de saberes, concepção que põe em cena a própria inadequação da categoria “disciplina” para a história oral. No limite, a proposta disciplinar de Meihy não é mais do que uma demonstração da disputa corrente na qual intelectuais reivindicam que suas disciplinas são aquelas que podem oferecer as soluções mais legítimas para problemas de pesquisa.

O caso acima é um bom exemplo do padrão de dogmatização das ideias sobre história oral defendidas por Meihy, que podem ser entendidas em uma mesma chave: o autor parte de ideias defensáveis, as radicaliza e, por fim, as extrapola para o domínio do julgamento moral. Partindo do pressuposto de que a História, por muito tempo, não deu espaço às fontes orais, ele passa a defender a supremacia da história oral sobre a História e termina por censurar os historiadores por não compartilharem o mesmo engajamento e compromisso da história oral. Partindo do pressuposto fundamentado de que a escrita não é capaz de reproduzir com fidelidade total a narração, ele abandona qualquer compromisso com as palavras articuladas pelo entrevistado e defende a liberdade total de “transcrição” para, por fim, afirmar que essa é uma solução textual mais “ética” que as outras. Partindo do pressuposto de que fontes orais foram muitas vezes usadas como meros “acessórios”, ele propõe uma história oral “pura”, e passa a classificar os adeptos da história oral que seria “não pura” de “useiros da oralidade”. Muitos dos assim chamados conceitos dessa vertente de história oral poderiam ser entendidos sob essa chave, na qual intelectuais discordantes são automaticamente reprovados como sendo “mais tradicionais” (Meihy, 1996, p. 17), donos de “posturas mais conservadoras” (Meihy, 1996, p. 31). Nas palavras de Meihy, quando um pesquisador utiliza trechos de entrevistas em seu trabalho

¹⁴⁰ Meihy, J. C. S. B. “História e memória ou simplesmente história oral?”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 5-11.

analíticos (em vez de simplesmente expor as entrevistas na íntegra), está fazendo uma “apropriação utilitária conveniente” (Meihy & Ribeiro, 2011, p. 38).

Ainda segundo Patai, o procedimento discursivo de Meihy é o de utilizar a expressão “história oral” de maneira avaliativa, e não descritiva, redefinindo-a “de maneira a descartar todo trabalho que não segue a mesma cartilha política que ele” (Patai, 2011, p. 177). Em sua análise, a autora ainda apresenta a ingenuidade política e epistemológica do autor do *Manual de história oral*:

essa nova definição [de história oral] pressupõe que nós sabemos qual é a política justa que vai levar a um mundo melhor. Eu também passei décadas pensando em como criar um mundo melhor, e acabei percebendo que eu realmente não tenho esse poder. (...) Essa também é uma de nossas realidades – e é por isso que existe, fora da história oral, uma vida pública em que todos podem agir, em que todos podem ser ativistas políticos. Creio que a área de história oral, como método de pesquisa, não seja o lugar certo para ter esse tipo de compromisso e para seguir esse projeto delusório. (Patai, 2011, p. 177)¹⁴¹

Desse modo, Meihy coaduna uma perspectiva ideológica com uma perspectiva metodologista – vista como opostas por Ruth Cardoso e Lawrence Mead, como comentei no capítulo anterior. Na realidade, dentro da metodologia propugnada por este pesquisador, a obediência aos procedimentos de pesquisa instituídos parece ser suficiente para assegurar as conquistas políticas e sociais endossadas por ele como importantes, e que são a razão de ser da história oral.

A vulnerabilidade das propostas metodológicas e teóricas de Meihy não invalida seus esforços de divulgação do método da história oral nem sua prática como professor, escritor, coletor e editor de entrevistas. Embora pregue em favor da obediência metodológica, Meihy não aplique esses preceitos às suas próprias pesquisas, mostrando-se muito menos cerrado do que sugere, em suas proposições, que o praticante de história oral deve ser. Como resultado, têm-se trabalhos que, embora sujeitos a outra ordem de crítica, são engenhosos e até libertários do ponto de vista do uso da história oral. É o caso de *Brasil fora de si: Experiências de brasileiros em Nova York*, assemelhado a um bom livro-reportagem, cuja orelha é sugestivamente assinada por um especialista no assunto, Sergio

¹⁴¹ Patai, D. “Existe vida fora da história oral?”. In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 173-82.

Vilas Boas, que saúda o autor como tendo atingido “a difícil meta de prescrutar a vida real sem submetê-la a camisas-de-força teóricas”.¹⁴² Ou então de *Augusto & Lea: Um caso de (des)amor em tempos modernos*, espécie de biografia literária criada a partir de relatos orais coletados e transcritos sem regras firmes.¹⁴³

A discrepância entre o que é proposto e o que é executado tem outras faces. Criticando “falas exclusivamente teóricas onde, no máximo, a base empírica é usada como exemplo” (p. 192), o autor afirmou esperar que os pesquisadores de história oral formados por sua geração venham a produzir “mais trabalhos empíricos” (p. 200) – mas não abriu mão, ele mesmo, de produzir falas exclusivamente teóricas (na realidade, generalizações apresentadas como teoria).¹⁴⁴ Parece existir uma linha divisória entre, de um lado, os *pensadores* a quem cabem experimentação e teorização, e, de outro, os *pesquisadores* a quem resta apenas uma espécie de “pesquisa aplicada” na qual a adoção de preceitos técnicos substitui a reflexão metodológica, a autonomia intelectual e a criatividade.

O imperativo do projeto

Já afirmei neste capítulo que um dos objetivos da comunidade científica que se formou em torno da história oral no início da década de 1990 era organizar a dispersão – e, ciente da ambiguidade do termo, usei a palavra “disciplina”. Falei em “disciplinação”, em um “projeto disciplinatório” – não para sugerir a fundação de um campo disciplinar autônomo, mas para remeter à ação coletiva de instituição de regras e limites. Mencionei a construção exitosa de um projeto de prescrição metodológica no livro de Verena Alberti, *História oral: A experiência do CPDOC*. Tratei da consagração de um cânone teórico estrangeiro – a obra de Alessandro Portelli e o núcleo de *Usos & abusos da história oral* – em meio a uma política errática de traduções. Em suma, procurei mostrar como a

¹⁴² Meihy, J. C. S. B. **Brasil fora de si: Experiências de brasileiros em Nova York**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

¹⁴³ Meihy, J. C. S. B. **Augusto & Lea: Um caso de (des)amor em tempos modernos**. São Paulo: Contexto, 2006.

¹⁴⁴ Meihy, J. C. S. B. “Os novos rumos da história oral: O caso brasileiro”. **Revista de História**, v. 155, 2006, p. 191-203.

estabilização de regras metodológicas e de um cânone teórico, almejada para ser projetada sobre contemporâneos e sobre futuras gerações, se processou. Apreciei essa disposição organizadora positivamente, assinalando que regras e definições desempenham papéis importantes; e sugeri que sua dogmatização, consubstanciada na proposta de uma disciplina formal, pode ser um obstáculo à ação criadora.

Tanto em um caso quanto em outro, porém, existe a ação de uma mesma força, distinguida em termos de intensidade: a busca pela definição de fronteiras, um dos elementos chave em lutas que se desenrolam no interior de campos de produção cultural. Demarcar barreiras significa triar as possibilidades de participação legítima em determinado campo – um estágio que parece ser comum até que certas conquistas sejam asseguradas. Como escreveu Bourdieu, em uma sentença em si paradoxal:

Dizer a propósito dessa ou daquela corrente, desse ou daquele grupo, que “isso não é poesia”, ou “literatura”, significa excluí-lo do jogo, excomungá-lo. Essa exclusão simbólica não é senão o inverso do esforço no sentido de impor uma definição da prática legítima, no sentido, por exemplo, de constituir como essência eterna e universal uma definição histórica de tal arte ou de tal gênero que corresponda aos interesses específicos dos detentores de um determinado capital específico. (Bourdieu, 2004, p. 173)¹⁴⁵

No caso da história oral, a definição de limites com base nas características ontológicas dos trabalhos realizados no interior no campo é bastante difícil. Sua “essência” está mais ligada a uma série de convenções.

Parece ser difícil defender a ideia de que trabalhos que tenha utilizado o método da história oral dispõem de uma *natureza* capaz de distingui-los, por si só, de outros trabalhos que tenham utilizado entrevistas sem se engajar na literatura do campo. Minha visão é a de que, quando um pesquisador opta por utilizar o método da história oral, deve saber tudo quanto possível sobre ele, sobre sua história, sobre suas ideias, sobre suas realizações, a fim de que esteja apropriadamente municiado de ferramentas que o permitam avançar em sua área temática beneficiando-se do conhecimento que pesquisadores outros lhe legaram. Isso não quer dizer, entretanto, que os resultados desse empreendimento geram frutos com traços particulares. Quando um leitor não iniciado toma contato com certo trabalho,

¹⁴⁵ Bourdieu, P. “Campo intelectual e projeto criador”. In: Pouillon, J. (org.) **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 105-45.

estará mais inclinado a entendê-lo dentro de um perfil histórico, sociológico, antropológico, psicológico, etc., do que como “história oral”.

Estudos específicos lançando mão das teorias da recepção – tratando de como os atos de percepção de uma obra acontecem – seriam de grande valor para aferir como, no ato da recepção de um texto, torna-se difícil aferir sua natureza enquanto texto de história oral. No canônico ensaio “Sulla diversità della storia orale”, original de “O que faz a história oral diferente”, Alessandro Portelli delinea as especificidades das fontes orais: seu caráter textual e narrativo; sua capacidade de informar sobre os significados dos acontecimentos, mais do que sobre os acontecimentos em si; sua confiabilidade específica, não por sua aderência aos fatos mas por revelar a imaginação, as lacunas, as variações da memória diante deles; seu caráter parcial, variável e construído; sua intersubjetividade, no sentido de que o entrevistador inscreve sua presença na fonte.¹⁴⁶ Mas esse tipo de característica dificilmente transparece como abstração quando da leitura de uma obra. Ronald Grele, abrindo a segunda edição de seu livro *Envelopes of Sound*, afirma que histórias sempre foram contadas através de conversas, e se pergunta:

Quando é que isso se torna história oral? O que distingue a troca de histórias das conversas histórica? Quando é que uma contação se torna algo mais que coisa de antiquário [*antiquarianism*] e passa a afetar e conscienciar do contador e do ouvinte, e da própria comunidade? (Grelle, 1991, p. xv)

Em uma definição dada pelo contexto, Grele responde:

A resposta parece clara. A mudança ocorre quando a imaginação e a crítica histórica são exercidas por sobre o conto; quando, como Jeremy Brecher colocou, o conhecimento dos padrões dos dois últimos séculos é projetado sobre a memória do tempo em questão. Conversas se tornam históricas em sentido pleno quando um contexto é formado para o diálogo. Esse contexto é oferecido pelo historiador, não como alguém que detém um título e por conseguinte um monopólio sobre a interpretação, mas como alguém que se importa sobre o passado do passado [*the pastness of the past*], que, através de um ato de imaginação, tenta formar uma visão da mudança no tempo que pode explicar o que está sendo dito. É essa dialética entre a narração das histórias e a mente inquisitiva e crítica – seja ela do historiador “profissional”

¹⁴⁶ Portelli, A. “Sulla diversità della storia orale”. In: **Storie orali: Racconto immaginazione, dialogo**. Roma: Donzelli, 2007. p. 5-24.

ou do vizinho interessado – que dá à história oral sua real dimensão. (Grele, 1991, p. xv)¹⁴⁷

Em outras palavras, parece impossível definir a história oral de maneira a distingui-la completamente de toda e qualquer outra prática – não apenas porque os trabalhos de história oral são parecidos com outros, mas também porque eles podem ser muito diferentes entre si, como Franco Ferrarotti já sugeriu ao tratar da impossibilidade em falar de um “método biográfico”, já que estes seriam múltiplos.¹⁴⁸ “Um observador externo poderia ter dificuldades para diferenciar um âmbito do outro”, escreveu Joanna Bornat comentando as proximidades e diferenças entre a reminiscência [*reminiscence*] e a história oral.¹⁴⁹ “A autobiografia pode ser definida de maneira bem simples como o relato pessoal de alguém sobre sua vida. Novas teorizações expandem a noção de autobiografia (...). Eu expando ainda mais, a fim de incluir a história oral”, escreveu a historiadora feminista Margot Badran defendendo a homologia entre os gêneros.¹⁵⁰ O próprio fato de que, amiúde, pesquisadores de história oral precisem reiterar que não estão apresentando “autobiografias” ou “memórias” é instrutivo; e o mesmo ocorre com profissionais de outras áreas de estudo. John Beverly, por exemplo, logo na abertura de seu livro sobre os *testimonios*, precisou explicar aos leitores em que sentido o material que analisaria era diferente de uma autobiografia ou de uma história oral.¹⁵¹

A dificuldade de se estabelecer uma “essência” no que tange à natureza das obras de criação não é nova, muito menos é particularidade da história oral. A arte moderna teve (e tem) de lidar com isso a todo momento – o trabalho de Marcel Duchamp, por meio de seus *ready-made*, foi seminal ao questionar o que faz um objeto ser considerado arte. Isso sugere que, na consideração sobre as especificidades de uma obra de história oral, a “essência” cede lugar a uma articulação de conceitos como natureza, suporte, tipo de circulação, de recepção. Uma das linhas interpretativas a respeito dos *ready-made* diz

¹⁴⁷ Grele, R. **Envelopes of Sound: The Art of Oral History**. 2nd ed. New York/Westport, CT/London: Praeger, 1991.

¹⁴⁸ Ferrarotti, F. **La storia e il quotidiano**. Roma: Laterza, 1986.

¹⁴⁹ Bornat, J. “Reminiscencia e historia oral: ¿Universos paralelos o empeño común?”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 26, p. 53-76, 2001.

¹⁵⁰ Badran, M. “Theorizing Oral History as Autobiography: A Look at the Narrative of a Woman Revolutionary in Egypt”. **Journal of Women’s History**, v. 25, n. 2, p. 161-70, 2013.

¹⁵¹ Beverly, J. **Testimonio: On the Politics of Truth**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2004.

que o que caracteriza esse tipo de objeto como arte não é sua natureza física, suas propriedades enquanto objeto – mas o ato do artista de propô-lo enquanto obra de arte.¹⁵²

Em outras palavras, uma obra de história oral não possui elementos suficientes para distingui-la: ela é um gênero de estudos, não um gênero narrativo; não possui características exclusivas (objetos, conceitos, tratamentos); não é imanente. Sua identificação enquanto história oral está ligada a um circuito complexo: depende de uma postura *declarativa* (isto é, de comentários metodológicos internos ao texto, com a declaração explícita de que se está fazendo história oral); depende das informações enunciadas em seu *paratexto* (em tudo o que está em redor do texto, apresentando-o e enquadrando-o: o nome do autor, o título, a quarta-capa de um livro, seus prefácios, suas apresentações), que funcionam como signos qualificadores do texto e orientam sua leitura¹⁵³; depende da *contratualidade* (da pressuposição, por parte do leitor, de que aquele trabalho é de história oral), de um pacto de leitura em “comunidades interpretativas” que partilham as mesmas noções a respeito das qualidades de um texto.¹⁵⁴ Em outras palavras, para ser entendido como história oral, uma obra deve estar empenhada em se fazer entender enquanto história oral.

¹⁵² Ver: Genette, G. “O estado conceitual”. In: **A obra de arte – Volume 1: Imanência e Transcendência**. Trad. V. L. Siqueira. São Paulo: Littera Mundi, 2001. p. 127-50. Sobre definição e natureza em obras de arte, ver, por exemplo, os trabalhos de Richard Cândida Smith sobre a arte na Califórnia: *As trilhas de uma mulher rumo à maturidade*, por exemplo, para o relato sobre a “caixa de objetos” de Bruce Conner, e *Cadáver esquisito* para a arte assemblagista californiana. Cândida Smith, R. **Circuitos de subjetividade: História oral, o acervo e as artes**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

¹⁵³ Paratextos, diz simplificadaamente Gérard Genette na introdução de seu clássico livro *Paratextos editoriais*, “o cercam e o prolongam [o texto], exatamente para *apresentá-lo*, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para *torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo” (Genette, 2009, p. 9). Genette, G. **Paratextos editoriais**. Trad. A. Faleiros. Cotia, SP: Ateliê, 2009.

¹⁵⁴ Falo em “comunidade interpretativa” no sentido elaborado por Stanley Fish. Seu conceito é interessante porque implica não em comunidades fechadas, muito bem demarcadas, mas sim conjuntos móveis, não homogêneos ou imediatamente definíveis – antes, em agrupamentos que compartilham certo modo de ler e de entender o texto. O entendimento de textos enquanto história oral são construções partilhadas por uma determinada comunidade, diante de um determinado repertório, em determinadas situações. “Pesquisas” são entendidas como “pesquisas de história oral” porque uma comunidade interpretativa – homogênea em circunstâncias particulares, na presença de certos objetos – assim pactua. Um texto de história oral poderia, portanto, produzir efeitos diferentes em comunidades interpretativas distintas. Ver: Fish, S. **Is There a Text in this Class? The Authority of Interpretive Communities**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1980.

Sendo a distinção algo fundamental para a conformação de um campo de produção cultural específico (é com base na distinção que a criação de um *novo* campo se justifica), e diante da possibilidade de situar e distinguir seu trabalho em estado bruto, a comunidade de história oral parece ter se visto diante de um dilema. Seu campo não se distingue em função de seus objetos, que são múltiplos; não se distingue pelos objetos que cria, privados de feições absolutas; não se distingue pela exclusividade do método, usado também fora do campo. Entretanto, a “depuração”, a abstração de uma “quintessência” é um gesto indispensável no caminho de autonomização de um campo de produção cultural.¹⁵⁵ Na busca por distinção, o que ganha vulto, como já antecipei, é a ideia de “projeto”: credencial mediante a qual o acesso ao campo é facultado.

Não são poucos os praticantes e propugnadores da história oral que defendem que a especificidade desta prática está no “projeto”. Alice Beatriz da Silva Gordo Lang escreveu, em 1996:

Há, segundo me parece, um consenso em que a História Oral é um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais, coletadas em uma situação de entrevista. Quanto aos demais aspectos que efetivamente configurariam um trabalho de História Oral, as posições divergem, a utilização dos dados obtidos tem sido feita de modos variados (Lang, 1996, p. 34)¹⁵⁶

Dois anos depois, em texto assinado com Zeila de Brito Fabri Demartini e Maria Christina Siqueira de Souza Campos, ela reforçou uma visão tautológica:

O trabalho de História Oral em uma perspectiva sociológica tem necessariamente por base um projeto de pesquisa. Um projeto sociológico de História Oral parte de um objetivo claramente definido, de uma questão que se procura responder a partir dos dados coletados, no caso, dos documentos criados a partir das fontes orais coletadas (Lang, Campos & Demartini, 1998, p. 11)¹⁵⁷

¹⁵⁵ “De depuração em depuração, as lutas que têm lugar no campo da produção poética conduziram a que se isolasse, pouco a pouco, o princípio essencial do efeito poético, quer dizer, o essencial daquilo que separa a poesia da prosa (...) Sempre que se instituiu um desses universos relativamente autônomos, campo artístico, campo científico, ou esta ou aquela das duas especificações, o processo histórico aí instaurado desempenha o mesmo papel de *abstractor de quinta-essência* [sic]” (Bourdieu, 2011, p. 71). Bourdieu, P. “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”. In: **O poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 59-73.

¹⁵⁶ Lang, A. B. S. G. “História oral: Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 33-47.

¹⁵⁷ Lang, A. B. S. G.; Campos, M. C. S. S.; Demartini, Z. B. F. (org.) **História oral e pesquisa sociológica: A experiência do CERU**. São Paulo: Humanitas, 1998.

“Entrevista sem projeto não é história oral”, escreveu José Carlos Sebe Bom Meihy, categoricamente, em 2005 (Meihy, 2005, p. 14). Dez anos antes, ele já defendia a mesma ideia: “história oral é um procedimento premeditado”, “é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto” (Meihy, 1996, p. 15). Em sua elaboração,

A existência de um projeto elaborado é essencial para o bom desenvolvimento da história oral. Para se fazer um trabalho de história oral não basta alguém munido de gravador e ter um ou mais depoentes dispostos a dar entrevistas. É preciso um projeto que guie as escolhas, que especifique as condutas e qualifique os procedimentos metodológicos. (Meihy, 1996, p. 51)

Nessa visão, não é qualquer projeto que vale; deve ser um “projeto com tema, objetivos e procedimentos metodológicos bem definidos”, como assegurou Fábio Bezerra de Brito, em 1998 (Brito, 1998, p. 45)¹⁵⁸, incorporando o ideário do professor, que em 2010 voltou a insistir na ideia em entrevista a dois de seus estudantes:

a entrevista não se confunde com história oral. O que caracteriza a história oral defendida pelo NEHO é a soma dos resultados em etapas sequentes e tudo se enfeixa na existência de um *projeto*. (...) Nós fazemos questão do *projeto* como detonador de procedimentos. Não abrimos mão disto.¹⁵⁹

A ideia da distinção através do projeto aferrou-se de tal forma ao campo da história oral – conforme Alice Beatriz da Silva Gordo Lang precocemente percebeu – que, entre a versão de 1990 de *História oral: A experiência do CPDOC*, de Verena Alberti, e sua reedição como *Manual de história oral*, em 2004, a própria reestruturação do texto preferiu dar destaque a um parágrafo mais prenunciado – o qual, embora já existente na versão de 1990, foi escolhido para abrir o capítulo “O projeto de pesquisa” na versão renovada:

Fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho dispostos a falar um pouco sobre suas vidas. Essa noção simplificada pode resultar em um punhado de fitas gravadas, de pouca ou nenhuma utilidade, que permanecem guardadas sem que se saiba muito bem o que fazer com elas. (Alberti, 2005, p. 29)¹⁶⁰

¹⁵⁸ Brito, F. B. “História oral escolar: Uma experiência no ensino médio”. **NEHO-História**, v. 0, jun/1998, p. 43-52.

¹⁵⁹ Rovai, M. G. O.; Maranhão Filho, E. M. A. “História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos. Entrevista com o professor José Carlos Sebe Bom Meihy”. **História Agora**, v. 9, 2010.

¹⁶⁰ Alberti, V. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

É significativo que uma das poucas unanimidades no campo da história oral esteja relacionada ao “projeto”: poucos discordariam de que, para uma determinada pesquisa com entrevistas ser considerada “história oral”, ela deve ser conduzida de acordo com tal preceito. “A realização de uma pesquisa utilizando a metodologia da História Oral pressupõe a necessidade de um conjunto de orientações”, escreveu Sonia Maria de Freitas em seu manual escrito em 2002 (p. 85). “O primeiro passo a ser dado é elaborar um projeto, definindo o tema e os propósitos da pesquisa” (p. 87), ela assegurou.¹⁶¹

Mas em que consiste esse projeto, afinal, se não em um exemplo pregnante (e colocado acima das diferenças) do projeto organizador dos intelectuais do campo?

É desnecessário dizer que o projeto é, de fato, importante (embora não imprescindível) para a elaboração e o desenvolvimento de pesquisas. Ele consubstancia um esforço prévio de reflexão, definição e organização empreendido pelo pesquisador. Ele serve para informar a comunidade científica sobre a existência de uma pesquisa em andamento. Ele estimula pesquisadores a se desenvolverem antes de irem a campo. Porém, como a própria Verena Alberti já colocou, o projeto é maior do que o método; a descrição de materiais e procedimentos é *uma* dentre as várias partes de um projeto de pesquisa.¹⁶²

É estranho, porém, que uma área defina a si própria com base na exigência do projeto. Um historiador que afirmasse que um trabalho historiográfico se define pela existência de um projeto de história ou um cientista que afirmasse que a pesquisa médica se define pela existência de um projeto da área inspirariam pouca credibilidade por parte de seus pares. Todas as áreas de pesquisa – bem como o espaço mais amplo da produção cultural – são regidas por projetos: elaborações concretas, escritas, de planos de trabalho. No meio acadêmico, o projeto é fundamental para candidaturas a vagas, bolsas e auxílios de pesquisa. É difícil entender que este seja um diferencial. Afirmar que a existência de

¹⁶¹ Freitas, S. M. **História oral: Possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas / Imprensa Oficial, 2002.

¹⁶² Inúmeros textos básicos de metodologia de pesquisa mostram isso; não vejo necessidade em tratar dessa discussão aqui, sequer de citar exaustivamente esses textos, que são inúmeros e de fácil acesso. Cito alguns: Bauer, M.; Gaskell, G. (org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002; Severino, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

um projeto distingue quem “faz história oral” de quem “faz entrevistas” corresponde a afirmar que essa distinção – em termos de resultados – inexistente.

O afã pela distinção pelo projeto deve ser lido também como uma tentativa de dissociar a história oral não só de suas contrapartes acadêmicas, que também utilizam “projetos” – mas principalmente de jornalistas e memorialistas. Meihy, por exemplo, afirmou:

o andamento metodológico se impõe como fundamental para distinguir o trabalho de história oral do jornalístico. Visto que aquele se pauta pela reflexão cautelosa e este pela denúncia imediata, entre os dois gêneros se estabelece uma diferença e uma igualdade que, ambas, merecem ponderações.

(...) Ainda que tematicamente próximas, entre eles se intercalam circunstâncias distanciadoras: ritmo, tempo de elaboração, intensidade argumentativa e sobretudo a reflexão histórica. (Meihy, 1991, p. 16)

Entretanto, o próprio livro no qual o pesquisador inseriu a frase aponta para a contradição do argumento. O que ele buscava na publicação em questão – o livro *Canto de Morte Kaiowá* – era documentar, com urgência, a situação que vinha levando os índios Guarani Kaiowá a suicidarem.¹⁶³ Essa era uma problemática em questão no início dos anos 1990 – e o volume foi publicado em 1991. É claro que existe um tempo de elaboração maior em relação ao jornalismo diário, mas não em relação ao jornalismo de grande extensão, no qual um ano é um tempo escasso para a elaboração de um livro-reportagem. Ao que parece, na incerteza de encontrar uma especificidade em relação ao jornalismo em termos de processamento analítico e crítico das entrevistas, tanto melhor que ela fosse garantida de saída.

A crítica literária Leonor Arfuch, em vez de descartar aquilo que ela chama de “relatos midiáticos” com os produtos biográficos acadêmicos, preferiu refletir sobre eles, perguntando-se sobre “os umbrais e as diferenças entre essas formas”:

A principal distinção seria epistemológica: o traçado de uma pesquisa acadêmica se sustenta em hipóteses e objetivos, numa necessária interação entre os procedimentos teórico-metodológicos a serem validados e os resultados esperados, de acordo com uma moldura prévia de conhecimento, uma tradição cujo peso é por vezes maior do que o campo específico a ser estudado. (...) Outro registro diferencial tem a ver com o *depois*, o trabalho

¹⁶³ Meihy, J. C. S. B. **Canto de morte Kaiowá: História oral de vida**. São Paulo: Loyola, 1991.

de análise, os critérios de leitura e avaliação recolhido (...). Por último, o caráter que assume a difusão dos resultados: publicações, congressos, relatórios acadêmicos, conferências, aulas... (Arfuch, 2010, p. 249)¹⁶⁴

Mesmo reconhecendo diferenças entre duas instâncias (uma mais imediatista; outra preocupada com a construção de um “contexto de inteligibilidade”; uma de impacto mais imediato na arena pública, outra limitada dentro do horizonte científico), Arfuch afirmou que, ao fim e ao cabo, elas não são tão profundas: trata-se de uma diferença em termos de “acentuação”, não de exclusão:

todas elas compartilham, em menor ou maior medida: a ideia de que é possível conhecer, compreender, explicar, prever e até remediar situações, fenômenos, dramas históricos, relações sociais, a partir das narrativas vivenciais, autobiográficas, testemunhais dos sujeitos envolvidos. (Arfuch, 2010, p. 250)¹⁶⁵

No mais, todas as pessoas têm um projeto. Nenhum indivíduo adota estratégias ou age sem ter em conta onde pretende chegar; intenções precedem realizações. Talvez haja pessoas que realizem entrevistas como passatempo – mesmo nesse caso, passar o tempo é seu projeto (que pode gerar outros projetos, depois).

O que está subjacente à exigência do “projeto”, então, é outra coisa: exige-se que o pesquisador interessado em ingressar na área de estudos de história oral engaje-se previamente com certo conjunto de referências procedimentais, metodológicas, teóricas; para além de se engajar, ele deve proclamar esse engajamento, já que o projeto é um instrumento de comunicação e a história oral tem uma dimensão declarativa inescapável. Dentro dessa concepção, se você não afirma que está fazendo história oral, não está. Fazer um projeto significa declarar-se publicamente como parte de um sistema de ideias e valores, de uma sensibilidade específica que o campo da história oral constituiu, contribuindo para elevar sua cotação no mercado de ideias. Significa ingressar em uma “comunidade de comunicação” e de “argumentação” determinada.¹⁶⁶ Significa ingressar em uma tradição intelectual, aceitando seu princípio gerativo.

¹⁶⁴ Arfuch, L. “O espaço biográfico nas ciências sociais”. In: **O espaço biográfico: Dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010. p. 239-375

¹⁶⁵ Arfuch, L. “O espaço biográfico nas ciências sociais”. In: **O espaço biográfico: Dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010. p. 239-375

¹⁶⁶ Karl-Otto Apel, “La comunidad de comunicación como presupuesto trascendental de las ciencias sociales”. In: **La transformación de la filosofía** – Tomo II. Madri: Taurus Ediciones, 1985.

O projeto, em sua textualidade, é um artefato que permite aferir o esforço e o desejo do pesquisador em ingressar na área; é resultado, de certo modo, de uma forma de pressão do campo sobre os indivíduos. É um convite para que o pesquisador não apenas coloque as entrevistas no centro de seu trabalho (afinal, em muitas práticas de pesquisa qualitativa se faz isso¹⁶⁷) – mas coloque o léxico e a literatura consolidada do campo em redor delas, mobilizando seu cabedal próprio e mais ou menos exclusivo de reflexões teóricas, de conceitos, de princípios, de técnicas. Embora a história oral não seja, de fato, um campo disciplinar epistemologicamente autônomo, ele pilou um conjunto de referências que lhe é comum – ao qual, através da exigência do projeto, se requisita acesso.

Onde se chega, afinal, com tudo isso? A consequências políticas positivas e a consequências intelectuais difíceis de se prever.

O imperativo do projeto, fica claro, é uma característica protecionista do campo – e não uma implicação do método. Em termos de procedimentos de pesquisa e de análise, nada pode garantir que o “projeto de história oral” levará a resultados mais interessantes (ou em qualquer sentido distinguíveis) que o projeto de sociologia, de antropologia, de jornalismo, que se vale de “entrevistas”, de “memórias narradas”, de “testemunhos” ou de “histórias de vida”. O “projeto de história oral” é mensurável menos por seu efeito e quase que exclusivamente pelas regras e posturas regendo seu processo. Não seria exagero dizer que a exigência do projeto representa uma espécie de reserva de mercado: de acordo com ela, quem quiser lançar mão da expressão “história oral” deverá se alinhar a posturas que, por sua vez, inflam um campo de produção cultural específica e legitimam sua existência. Não é indigno reconhecer isso (sempre que um campo científico caminha para a autonomia, elabora regras e valoriza um instrumental de erudição capaz de afastar amadores e diletantes), desde que esse objetivo final não seja nutrido por falsas premissas – como a de que um trabalho não pode ser entendido como história oral se não derivar de

¹⁶⁷ Ver, por exemplo, o espaço significativo dedicado à entrevista em manuais diversos de pesquisa qualitativa, ou de outras áreas. Eles podem abordar modalidades de entrevista, discussões sobre subjetividade, ética, procedimentos, cuidados legais, transcrição, etc. Alguns exemplos: Minayo, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. [ver páginas 64 a 69]; Cooper, D; Schindler, P. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Bookman, 2003. [das páginas 249 a 260]; Goldenberg, M. A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10a ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. [páginas 85 a 92]

um projeto previamente identificado com o vocabulário e com a literatura especializada de história oral.

Quanto às consequências intelectuais, chega-se, assim, a um método normalizado, a um contrato acadêmico que vincula os membros de um campo a uma série de regras, a um sistema de socialização, a termos e exigências consensuadas ou impactadas pelos detentores de maior capital científico.

Logicamente, nem todos os membros de um campo se identificarão com a exigência de um projeto – cenário que faz parte da própria tensão impregnada em pactos tacitamente elaborados.

Antonio Torres Montenegro, por exemplo, não exige um projeto em seu “Manual do entrevistador de história oral”. O autor, que conquistou reconhecimento sem precisar instituir um receituário metodológico a ser seguido por outros, já se manifestou afirmando que o “método” (uma parte, entre tantas, do trabalho com história oral) é de domínio mais fácil; os instrumentos para lidar com os resultados que ele produz é que complexificam o quadro. Em entrevista a Elio Chaves Flores e Regina Behar publicada em 2008, ele afirmou:

Para mim, publicar um documento, qualquer que seja ele, é um trabalho técnico que qualquer bolsista bem orientado pode realizar, mas a pesquisa, o cruzamento de fontes, enfim tudo que enseja a complexa operação historiográfica, só ocorre na hora em que se faz uma análise, quando se constrói uma narrativa histórica. (p. 194)¹⁶⁸

Marieta de Moraes Ferreira – mesmo tendo sido a mentora de uma das iniciativas que fortificou um cânone teórico para a área – não acredita que o trabalho de história oral requeira procedimentos diferenciados dos campos disciplinares nos quais se realiza. Comentando sua didática nos cursos sobre história oral que ministra, ela disse:

quando eu faço um curso de história oral, até hoje, sempre monto o curso nessa perspectiva historiográfica. (...) Então eu não faço uma discussão, um curso, para ensinar como é que se faz entrevista. (...) Eu não consigo, na minha maneira de trabalhar com a história oral, vê-la só como uma coisa que eu vou chegar lá e dizer: “Bom, como é que nós vamos escolher os

¹⁶⁸ “Memórias, percursos e reflexões: Com Antonio Torres Montenegro”. Entrevistado por Elio Chaves Flores e Regina Behar. **Saeculum**, n. 18, jan/jun 2008, p. 187-208.

entrevistados?”. Eu acho que esses problemas são problemas do nosso campo, do campo do historiador – não específicos só da história oral.¹⁶⁹

Maria de Lourdes Mônaco Janotti, tratando daquilo que lhe atrai em encontros científicos da área, afirmou:

Sempre quero ouvir propostas teórico-metodológicas. E raramente sou recompensada, porque a maioria das comunicações é sobre técnicas e não metodologia: como se faz tal coisa, como se faz outra coisa, esquecendo que você pode fazer de forma diferente e sair melhor do que aquela fórmula.¹⁷⁰

Regina Beatriz Guimarães Neto, descrevendo a maneira como se iniciou na prática da história oral, sugeriu a vitalidade de descobri-la em meio à própria pesquisa. Como diz o famoso poema de Antonio Machado, “se hace camino al andar”:

Meu envolvimento com as fontes orais segue o caminho mais interessante, no meu modo de ver, para os pesquisadores: pela pesquisa. Eu não me interessei pela história oral porque acho o trabalho com fontes orais “muito interessante”. Claro que é muito interessante, tem mil coisas envolventes, que dinamizam nossas pesquisas, e tal. Eu entrei por necessidade.¹⁷¹

Sua forma de contato com o método – por ela valorizada – é uma opção vetada quando a definição com base no projeto se consagra como lei. Ela demandaria a reversão do processo saudável de descoberta que Guimarães Neto descreve:

Eu fui aprendendo, primeiro ligada à minha própria pesquisa, às questões que eu mesma levantava. Mas, claro, quando vi que ela seria uma fonte fundamental para o meu trabalho, fui me aproximando de vários historiadores que trabalhavam com entrevistas orais.¹⁷²

Decerto, a singularidade pode se manifestar dentro do campo, por entre as frestas da normatização. Porém, ela não é apenas uma questão do indivíduo nem se realiza alimentada tão somente por uma predisposição antinormativa; existem condições específicas que permitem essa manifestação: os três autores citados, não por coincidência, são autoridades intelectuais na área. Na altura em que produziram estas falas, já não

¹⁶⁹ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

¹⁷⁰ “A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

¹⁷¹ “A curiosidade nos leva a caminhos desconhecidos” – Entrevista com Regina Beatriz Guimarães Neto. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

¹⁷² “A curiosidade nos leva a caminhos desconhecidos” – Entrevista com Regina Beatriz Guimarães Neto. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

estavam há tempos em busca de aceitação e reconhecimento pelo campo da história oral – no qual eles, em vez de seguir, dispõe regras. Porém, somente indivíduos ocupando este lugar na estrutura de um campo científico estão em condições de entender os limites não como áreas “proibitivas” e sim “indicativas”, nos termos da artista plástica Fayga Ostrower em seu famoso ensaio sobre criação e criatividade.¹⁷³ A percepção sobre a liberdade assentida e associada sem conflitos ao imperativo do projeto provavelmente seria diferente por parte de novatos ingressando na área, para quem as regras se apresentam antes do jogo: um conjunto de prescrições metodológicas permeando cada um de seus manuais. Para recuperarmos os termos de Lotman mencionados no início deste capítulo, a segunda geração recebeu, da primeira, autorizações – mas legou, para a próxima, proibições (ou, pelo menos, limites).

A abundante ritualização de procedimentos no trabalho com história oral – da qual a exigência do projeto é um exemplo maior – pode conduzir, no limite, não para a socialização, mas para o isolamento da história oral em uma clausura metodologista na qual a criatividade não é bem vinda. Como acredita Maria de Lourdes Mônaco Janotti, é possível realizar pesquisas que atendam a padrões de qualidade (sempre subjetivos e relacionais) e sejam, ao mesmo tempo, criativas. Cabe ao campo da história oral decidir se considera a criatividade bem vinda.

Quando tudo precisa ser justificado em termos de modelos pré-existentes, cuidadosamente receitados por manuais de história oral, perdem espaço os experimentos, as explorações, a criatividade. Perde espaço uma “dimensão jornalística da pesquisa [que] praticamente desapareceu”, como escreveu o cientista político Lawrence Mead em sua crítica ao escolasticismo publicada em 2010.¹⁷⁴ Em seu lugar, está a repetição do que já foi dito; a observância cega a regras e a luta entre definições, informadas pela crença de que elas garantem a qualidade de uma pesquisa.

Em um ensaio intitulado “Methodology and Methodolatry: Creativity and the Impoverishment of the Imagination in Sociology” [Metodologia e metodolatria: A criatividade e o empobrecimento da imaginação na Sociologia], o cientista social Ivan

¹⁷³ Ostrower, F. **Criatividade e processos de criação**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

¹⁷⁴ Mead, L. M. “The other danger... Scholasticism in academic research”. **Academic Questions**, v. 23, n. 4, p. 404-19, 2010.

Emke diagnosticou, em 1996, a redução progressiva do espaço para a criatividade no campo da Sociologia. Aludindo à conhecida proposta de C. Wright Mills, de uma “imaginação sociológica”, ele afirmou que a especificidade da Sociologia não estava em seu conjunto de métodos – mas em sua perspectiva sobre o indivíduo inserido em uma malha social. A partir disso, o sociólogo (conhecendo os métodos que estão disponíveis, e avançando a partir da base que oferecem) poderia inovar.

Discursando em favor da criatividade, Emke afirmou-se filiado a ideias de outros autores: a Paul Feyberand, que sustenta que o progresso depende mais da quebra do que da observância de regras; a Thomas Kuhn, que argumenta que o progresso da ciência repousa na quebra dos paradigmas, na abordagem das teorias e dos métodos; a C. Wright Mills, que critica o fetichismo do método e da técnica. Reconhecendo o papel das estruturas na opção majoritária dos sociólogos pelo caminho contrário, Emke notou que tal constrição não estava ligada apenas a um impulso metodolátrico. A pressão por uma pesquisa bem comportada, diz ele, estaria espargida pelas várias instâncias da “prática de pesquisa e organização da vida intelectual” (Emke, 1966, p. 81): nas limitações de tempo, na competitividade no financiamento à pesquisa, na inclinação à pesquisa aplicada, no foco sobre a hiperespecialização, no distanciamento entre o sociólogo e o grupo estudado para além do momento de pesquisa.

Especialmente considerando-se uma cultura acadêmica progressivamente competitiva e quantitativamente avaliada, o campo da história oral aproxima-se, em linhas gerais, do diagnóstico dado por Emke. Mesmo assim, talvez caiba a esse campo, num futuro próximo, refletir sobre se, quando e como, ele reserva espaço para a criatividade (que é capaz de conviver amistosamente com procedimentos testados, discutidos, consagrados). Essa seria uma boa pergunta a responder: além da técnica, há espaço para a criatividade na pesquisa em história oral? Ela é valorizada? Um bom começo seria, talvez, aquele que o próprio Emke efetuou – o qual, apesar de não reconhecer como um argumento sólido, recomendou ao leitor. Antes de oferecer um curso sobre metodologia, olhou para sua estante de livros, guias e manuais metodológicos e dedicou-se a responder

à pergunta que ele mesmo se colocou: “Onde está a criatividade em meio a toda essa técnica?” (p. 79)¹⁷⁵

¹⁷⁵ Emke, I. “Methodology and Methodolatry: Creativity and the Impoverishment of the Imagination in Sociology”. *The Canadian Journal of Sociology/Cahiers canadiens de sociologie*, v. 21, n. 1, p. 77-90, 1996.

Indisciplina e interdisciplinaridade: Variações em torno do cânone

Com método, sem metodologismo

“Eu costumava dizer aos meus alunos que a disciplina não é necessariamente uma prisão. Ao contrário, ela libera. Você precisa conhecer para ser livre. Quem não conhece, acerta por acaso”, disse Renina Katz numa preciosa entrevista à crítica de arte Radhá Abramo.¹

Se isso vale para gravuras, desenhos, aquarelas, vale de maneira mais ampla para todas as obras de criação, dentre as quais a pesquisa em história oral faz parte: a exigência de dominar a gramática para depois, quem sabe, subvertê-la — sem o agnosticismo epistemológico ou o anti-intelectualismo que despreza a instrução, sem a obediência ao receituário metodológico que chapa a realidade em um conjunto de procedimentos.

Falei, dois capítulos atrás, sobre metodologismo: sobre a repetição incessante e talvez inócua de regras e preceitos. Falei, no capítulo anterior, de uma disciplinação de tom dogmático; e também da indicação de guias metodológicas e teóricas que, ainda que não doutrinária, consiste ainda assim em um estreitamento do universo de possibilidades por parte do pesquisador em história oral. Em suma, sugeri a existência de uma força organizativa que visou restringir e ordenar a miríade de possibilidades de trabalho com relatos orais legada por uma primeira geração de, talvez possamos chamá-los assim, experimentadores.

¹ “Renina Katz e sua arte: Radhá Abramo entrevista Renina Katz”. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 287-302, 2003.

Como já argumentei, a disciplinação e a instituição de regras não são, em si, ruins. A elaboração de uma “gramática” acessível e útil, a consagração de princípios teóricos pertinentes, a solidificação de procedimentos que oferecem bons resultados – tudo isso evidentemente contribui para (embora não garanta) que boas ideias possam se converter em bons resultados. A deglutição criativa das regras ou mesmo sua subversão (comportamentos, ambos, previstos na própria instituição da regra) é um imperativo, entretanto, quando o que se visa é abandonar uma zona de conforto e inserir cor e luz no acromatismo metodológico que nem sempre dá lugar ao sabor e à sensibilidade necessária para o trabalho com relatos orais, objetos polissêmicos e imprevisíveis em sentido pleno.

“O oposto da ‘disciplina’ não é necessariamente a ‘interdisciplina’”, escreveu o sociólogo mexicano Pablo González Casanova. “É mais precisamente a indisciplina”, completou, baseando-se no temor de Kenneth Boulding de que, ao se combater a disciplina em nome da interdisciplinaridade, se caísse na indisciplina. Escreveu Casanova:

O problema é real e mantém estreita relação com a necessidade de uma disciplina intelectual que permita adquirir um ofício, o domínio de uma técnica, o conhecimento profundo de um fenômeno ou de um texto. A disciplina intelectual é fundamental como busca do rigor, da exatidão, da clareza. (Casanova, 2006, p. 12)

Em seu raciocínio, a “disciplina” não deveria ser mais rechaçada, mas amainada – trata-se “distintos níveis” de formalização, de qualquer maneira disciplinados e orientados por objetivos, por normas epistemológicas, por princípios éticos. Mesmo que Casanova dirija sua análise especificamente aos “saberes” e às “novas ciências” comprometidas com a transformação social para um mundo menos “injusto”, sua proposta é motivadora. Para ele, o

Enfrentamento [das disciplinas atuais] com as “disciplinas” opressivas ou sua indisciplina perante a opressão teórica e metodológica implicará a construção de “disciplinas” libertadoras, em que um dos objetivos consistirá em articular as distintas especialidades do saber para ver o que escapa ao saber hegemônico que seja significativo quando se quer conhecer algo. (Casanova, 2006, p. 12)²

De fato, a adoção excludente de um ou de outro modelo de trabalho dificilmente responde às particularidades de todo e qualquer tema, narrador, pesquisador. É de se

² Casanova, P. G. **As novas ciências e as humanidades: Da academia à política**. São Paulo: Boitempo, 2006.

questionar que uma disciplinação estrita possa licenciar abordagens efetivamente compreensivas de histórias orais que sempre surpreendem, na complexidade da fala, da memória, da experiência; isso, no limite, vale para qualquer área. As regras, quando apresentadas e recebidas como leis pétreas – em vez de como ideias norteadoras, condição na qual têm grande valor –, achatam a possibilidade e mesmo a necessidade de levar às manifestações da história oral os instrumentos que ela requer. Essa postura não parece mais inteligente nem mais organizada que a de alguém como Lucília de Almeida Neves, quem, voz rara, fala em favor de uma efetiva interdisciplinaridade, mesmo que partindo do ponto de vista de quem trabalha com história:

a complexidade inerente à produção de um documento oral exige do pesquisador uma formação universal, pluralista, que muitas vezes os compartimentados cursos de graduação da maioria das universidades não oferecem. O terreno da memória em sua relação com a História é necessariamente interdisciplinar. (...)

A formação de equipes interdisciplinares nas instituições que se dedicam à produção de fontes orais tem ocorrido através de processos quase espontâneos, ou melhor dizendo naturais. São historiadores dialogando e construindo o saber em interlocução criativa com os sociólogos, antropólogos, linguistas, psicólogos, entre outros profissionais que escolheram trabalhar com algo tão complexo como a memória humana. (Neves, 2002, p. 36)³

Se levássemos a sério o desafio proposto no capítulo anterior – de buscarmos a “criatividade” no campo da história oral –, a encontraríamos como exceção nos escritos de Neves, para quem a interdisciplinaridade é fundamental justamente porque instiga a criatividade. Não se trata, porém, de um discurso vazio; sua posição é reflexo de seu próprio trabalho, que dialoga com as artes, com a literatura, com a emoção; é reflexo de sua própria formação, essencialmente interdisciplinar. Em meio a vozes estritamente disciplinadoras, Neves falou em “liberdade criativa” – uma liberdade que não abre mão de “metodologias precisas e consistentes” (Neves, 2002, p. 38).⁴ Em seus trabalhos, ela não abriu mão do rigor – acompanhando por uma busca apaixonada e uma sede investigativa pelo novo. Em outro circuito de registro – em um de seus poemas no livro *Jardim do*

³ Neves, L. A. “Interdisciplinaridad y construcción del documento oral”. **Palabras y Silencios/Words and Silences**, v. 1, n. 1, p. 35-9, 2002.

⁴ Neves, L. A. “Interdisciplinaridad y construcción del documento oral”. **Palabras y Silencios/Words and Silences**, v. 1, n. 1, p. 35-9, 2002.

Tempo –, mas dentro de um mesmo universo de cognição, ela escreveu: “Viajando-se pela memória, pode-se sorver leite não bebido, mel proibido”.⁵ Já sabemos: rigor e inventividade não são posições que se excluem, mesmo que alguns discursos sugiram que só há dois caminhos possíveis: um de adoção das regras, outro de desconhecimento das regras. Existe um espaço intermediário, dentro do qual a liberdade de criação funciona justamente em função das regras conhecidas e experimentadas que um campo de ação compartilhado introduz.

“A operação de todo historiador é da ordem da tarde”, afirmou Paul Zumthor. Não teria vindo dele a lição que escutaram aqueles que criaram, não negando a gramática do método, mas construindo por sobre ela? Zumthor continua: “Sem dúvida ela se manifesta mais quando se concentra em textos poéticos, objetos produzidos por uma formalização segunda e intencional, uma sobredeterminação da linguagem”.⁶ Seria coincidência que os lampejos criativos dados no campo da história oral tenham vindo de quem transitou por territórios de artistas – o Museu da Imagem da Som, por exemplo –, por quem tenha escrito ou traduzido poesia; por quem leia e estude literatura; por quem tenha encontrado na imagem, estática ou em movimento, um desafio analógico ao oferecido pela voz e o denominado de “cultura visual”? De Ecléa Bosi a Lucília de Almeida Neves, haveria toda uma história de inventividade a ser contada. Não uma inventividade *ex nihilo*, mas aquela que está no mesmo fio de Guimarães Rosa ou de Manoel de Barros, que aprenderam para só depois desinventar. Quando, numa entrevista à *Folha de S. Paulo*, em 1998, Alessandro Portelli foi perguntado sobre o caráter da história oral como uma “nova disciplina” ou uma “nova técnica”, ele respondeu, não disfarçando sua incerteza:

Não sei dizer. É ao mesmo tempo mais e menos que uma técnica, porque não há métodos simples e objetivos para conduzir uma entrevista ou interpretá-la. Eu a vejo como um tipo de trabalho criativo. Talvez possamos vê-la não como uma disciplina separada, mas como um espaço em que outras disciplinas convergem – história, sociologia, antropologia, folclore, literatura, linguística, jornalismo – e criam algo novo que tem repercussão em todas elas.⁷

⁵ Neves, L. A. **Jardim do tempo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 67.

⁶ Zumthor, P. **Performance, recepção, leitura**. Trad. J. P. Ferreira e S. Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

⁷ “Ciência do indivíduo”. **Folha de S. Paulo**, 7 de junho de 1998.

Neste capítulo, abordo espécies de dissonâncias que o campo da história oral comportou – saudando-as ou rechaçando-as – ao longo do processo gradual de construção de um comportamento disciplinado. Falo da prática da história oral em espaços não canônicos; e de práticas não canônicas no espaço da história oral. Haverá quem argumente, com razão, que são modos de proceder que trilharam separados os caminhos da história oral no Brasil. Porém, é justamente sua posição não canônica que as entrelaça.

Intelectuais inseridos em instituições tributárias de seu próprio passado, para as quais se olha em busca de orientação, têm a seu favor o capital herdado dos lugares que os abrigam – mas talvez estejam menos propensos a gestos de experimentação. Em vez de ousadia e mudança, cautela e prudência. Em última instância, ainda assim, isso é mais determinado por inclinações individuais, que explicam a fabulosa variedade de posturas e criações em qualquer espaço acadêmico. Já os habitantes de espaços não canônicos precisam perseguir suas conquistas, construir o patrimônio que não herdaram – mas estão menos sujeitos à introjeção de uma espécie de conservadorismo baseado no passado de suas instituições. Estes todos se encontram em um espaço espaço, regido por regras comungadas – o que os distingue é a maneira como interagem com elas.

A voz no tempo das musas

Nas bordas de um terreno não disciplinado, a matriz pública da história oral no Brasil desprende-se de suas vestes antes discretas e reorganizou-se, em busca de visibilidade, como uma tendência promissora.

A inquietação inerente aos artistas e criadores, condensada nos depoimentos que tantos deles haviam oferecido ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo desde os anos 1970, parece ter se desenroscado das fitas magnéticas e imantado uma historiadora que ficava bem perto delas: Sônia Maria de Freitas. Foi ela – uma “pesquisadora tenaz, combativa na pesquisa e na vida”, como Carlos Guilherme Mota a descreveu em um prefácio (Mota, 2006)⁸ – quem, ingressando no MIS em 1987, conseguiu transformá-lo,

⁸ Mota, C. G. “Prefácio”. In: Freitas, S. M. **Presença portuguesa em São Paulo**. São Paulo: Memorial do Imigrante/Imprensa Oficial, 2006.

dois anos depois, em um espaço de acolhimento para a prática e o pensamento sobre a história oral.

A metáfora usada por muitos políticos para descrever sua primeira tarefa ao assumir cargos públicos pode ser transferida a Freitas: antes de mais nada, ela “arrumou a casa”. Valendo-se do treinamento – conforme já vimos – adquirido com Paul Thompson em um curso que ela frequentou na University of Essex em 1988 (em uma licença oferecida pelo MIS), bem como de suas intensivas leituras que a descoberta do universo da história oral facilitou, Freitas buscou organizar (disciplinar, como é inevitável) as atividades dispersas de gravação de relatos no museu em um setor específico e em um novo projeto, o *Depoimentos em Vídeo*, associados claramente às perspectivas da história oral. Ela própria – junto aos entrevistadores convidados que colaboravam em cada depoimento – fez cerca de 120 entrevistas para a instituição. Na interpretação de Daisy Perelmutter, que trabalhou junto a Freitas e posteriormente assumiu a coordenação do setor, foram tarefas importantes para delimitar o alcance da história oral dentro do MIS. Em entrevista que gravamos em 2012, Perelmutter disse:

Na década de [19]70 [foi produzido] um acervo muito grande de história oral no MIS. (...) Esse grupo originário, que pegou o museu na unha, entre eles o Rudá de Andrade, tinha uma visão romântica, utópica: “Precisamos resgatar todas as manifestações que estão em processo de empobrecimento ou estão se esvaziando”. Desde, sei lá, memória do folclore brasileiro, memória da música caipira, memória do Vale do Ribeira... Então alguns projetos [tinham até um] viés antropológico, de um resgate de tradição oral, de cultura local, misturada com memória da advocacia – porque eu acho que vinham demandas de fora, talvez das instituições e das corporações, e o museu, que era o único espaço dedicado ao registro, à constituição de um acervo, se via meio impelido a colher essas demandas. Então o perfil do acervo é um perfil muito híbrido.⁹

O esforço organizativo liderado por Sonia Maria de Freitas, na visão de Perelmutter, estabeleceu uma agenda mais clara para o setor:

Quando a Sônia entra no museu e começa o projeto de tentar circunscrever o campo, como que a metodologia de história oral ia ser usada dentro do museu para agregar, fazer com que todos os vários campos e as várias áreas dialogassem, o setor de história oral começa a se circunscrever à questão da

⁹ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

produção cultural artística brasileira. Ainda dentro desse recorte, [estariam] as linguagens com as quais o museu trabalhava e privilegiava. Então o cinema era muito importante; música era muito importante; artes gráficas [era] bastante importante; e alguns projetos vinham como respostas às demandas da própria Secretaria do Estado da Cultura, [como] esse projeto do centenário do Oswald de Andrade, o projeto de memória do Paulo Emílio Salles Gomes, que também foi um projeto grande, em parceria com a Cinemateca. E aí ficou basicamente isso. Já era grande o suficiente, também um recorte muito amplo – mas que nos dava um pouco [de limites], inclusive justificava internamente por que a gente estava lá. No fundo a gente construía uma documentação multimídia, muito antes da documentação multimídia [ser popularizada]: os artistas iam lá dar os seus shows [e] davam os seus depoimentos, deixavam parte do seu acervo, e dessa forma a gente foi tentando estabelecer uma relação mais estreita entre as áreas. Foi muito fascinante! Também foi muito fascinante o fato da gente ter tido muita autonomia para criar, para inventar, para bolar os formatos dos depoimentos. Acho que isso foi uma coisa que já vinha quando a Sônia cunhou o conceito [do projeto de história oral desenvolvido] no museu: sempre convidando mais duas pessoas, que eram especialistas na área, para fazer essa interlocução – foi bacana, às vezes funcionava, às vezes ficava muito inacessível, virava uma conversa de bêbado de bar... Mas o acervo era legal.¹⁰

Cada sessão consistia em gravações de áudio e vídeo e registro fotográfico – na pretensão temporã de uma história oral multimídia que se encontrava com as condições tecnológicas privilegiadas de que a instituição dispunha (estúdio, equipamentos, mão de obra capacitada, e uma sala “multimeios” para consulta). Como Sonia Maria de Freitas colocou:

No MIS nós tínhamos um estúdio com profissionais: havia um técnico de som e também um operador de vídeo, um *cameraman*. Então eu não me preocupava com essa parte técnica, era muito bem gravado. Primeiramente a gravação era feita em fita de rolo, e por um bom tempo ela foi gravada em fita de rolo e depois passava para o cassete, porque do cassete é que nós fazíamos as transcrições.¹¹

O entrave, porém, se deu mais tarde – conforme os suportes utilizados nas gravações entravam em obsolescência e não passavam por atualização.

¹⁰ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

¹¹ “Sinto que minha carreira é muito solitária” – Entrevista com Sonia Maria de Freitas. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

Simultaneamente ao seu trabalho no MIS, Freitas dedicou-se entre 1988 e 1992 à sua formação pós-graduada. Para o seu mestrado em História, na Universidade de São Paulo, produziu a dissertação “Contribuição à memória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1934-1954)”. Publicada em livro em 1993, sob o título *Reminiscências*, o trabalho consistiu essencialmente nas transcrições de entrevistas realizadas com intelectuais de importância capital para a fundação e o desenvolvimento da faculdade – Antonio Candido, Miriam Moreira Leite e Célia Quirino entre eles. Sem um aproveitamento analítico das entrevistas (o que, todavia, foi feito por diversos outros pesquisadores que mais tarde as utilizaram como matéria prima para suas pesquisas), Freitas transferia para a esfera acadêmica, sem modificações, o seu propósito no museu: o de produzir novas fontes.¹² Em uma resenha, o historiador Francisco Alambert Filho, porém, apontou que não se tratava de um livro tradicional de depoimentos – mas de um conjunto de memórias que “flutuam”, que permite que a história seja lida “menos como um campo em que esses fios (no caso a memória dos depoentes) podem-se entrelaçar ou não, podem rumar para pontas soltas, que desenham novas possibilidades, que apontam para novas histórias...” (p. 172). Em sua visão, a “costura” dos depoimentos contrabalanceava a ausência aparente do historiador, em um jogo instigante que exigia do leitor uma espécie de intervenção autoral.¹³

A trajetória e a meta de Freitas orientavam-se por aquilo que ela havia encontrado no campo da história oral no exterior, principalmente na Inglaterra: as potencialidades que descobriu na história oral realizada “fora dos limites da cultura acadêmica” (Freitas, 2002, p. 79), enquanto um método servindo a peças de teatro, livros, exposições, museus, educação básica, centros comunitários, associações de grupos. O fascínio por esta atmosfera vibrante lhe injetou o desejo de contribuir para que ela se reproduzisse em seu país. Como contribuição, empenhou-se em trazer ao país a figura de referência na Inglaterra e no mundo, que soube combinar seu importante trabalho acadêmico com uma abertura a experiências de circulação popular da história: Paul Thompson. Foi a convite de Freitas que ele visitou o Brasil pela primeira vez, apresentando-se por três dias de abril

¹² Freitas, S. M. **Reminiscências**. São Paulo: Maltese, 1993.

¹³ Alambert Filho, F. “Resenha [à obra *Reminiscências*]”. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, p. 171-3, 1995.

de 1991 no Museu da Imagem e do Som: ele concedeu seu próprio depoimento; ministrou a palestra “A história da história oral (Origem, definição, desenvolvimento: A experiência inglesa)”; e, no terceiro dia, ofereceu uma segunda palestra intitulada “História oral X História: A perspectiva de Paul Thompson”.¹⁴

A ocasião – primeira oportunidade em que um nome de referência no circuito da história oral vinha ao Brasil dialogar para uma plateia ampla – ajudou a dimensionar o interesse pelo método, tendo atraído mais de 200 inscritos. Em 1992, Freitas escreveu:

[o evento] mostrou-nos, concretamente, a existência no Brasil de uma quantidade significativa de trabalhos que utilizam a história oral como instrumento de pesquisa e como fonte documental. Foram identificados 125 projetos de história oral em desenvolvimento, sendo que 49 individuais e 76 projetos institucionais. (Freitas, 1992, p. 16-7)¹⁵

Eram pessoas de várias partes do país, de universidades e seus diversos departamentos, de museus e centros de memória, mesclando diversos nichos de interesse pelo tema. “Você percebia o quanto as pessoas estavam ou curiosas ou ávidas a saber mais, conhecer melhor a história oral”, afirmou Freitas.

Os dados sobre participantes e projetos foram conseguidos porque uma das palestras de Thompson consistiu mais propriamente em um espaço de diálogo no qual ele chamava os pesquisadores locais a apresentarem seus trabalhos, comentados por ele em seguida. Programas institucionais, projetos acadêmicos e publicações lhe foram introduzidos – em alguns casos, como veremos adiante, sendo apenas o princípio de um diálogo longo. Ficando no país por três semanas, ele pôde ir em busca de mais referências além daquelas que seu público trouxera.

“O Paul ficou eufórico, ficou realmente entusiasmado com a experiência”, disse Sonia Maria de Freitas na entrevista que me concedeu. Nem precisava: o entusiasmo do inglês ficou patente no relato de sua viagem que ele preparou e publicou no periódico de seu país, o *Oral History Journal*, que anos depois abrigaria outra visão sua, menos entusiasmada e mais combativa, sobre a história oral feita no Brasil, como veremos no capítulo 9. Em 1991, entretanto, “*The Politics of Memory in Brazil*” sobalçava o país que o

¹⁴ Panfleto “História Oral na voz de Paul Thompson”, 1991. Acervo pessoal.

¹⁵ Freitas, S. M. “Prefácio à edição brasileira”. In: Thompson, P. **A voz do passado: História oral**. Trad. L. L. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 14-9.

havia recebido: mostrava-se encantado com o trabalho de documentação fotográfica feito por Marcos Santilli sobre a colonização em torno da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em Rondônia e ainda mais maravilhado com os projetos com comunidades no Recife: os de Ana Dourado, no bairro de Brasília Teimosa; e de Antonio Montenegro, em Casa Amarela.¹⁶

Ensaando um retrato abrangente da história oral no país – mas que nem sempre o captava de maneira acurada, por se basear em um conhecimento limitado – ele apontava que a antropologia pouco se valia, tradicionalmente, de histórias orais (mencionando o trabalho mais recente do Museu Nacional do Rio de Janeiro como exceção); que a sociologia tinha a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo como expoentes no uso do método; que projetos sobre história local eram variados e ganhavam temperos diferentes conforme as regiões em que se inseriam; que a imigração era um tema central para o país, construído por sobre ela, mas que não havia ainda trabalhos comparativos com diferentes grupos. Nessa temática, o que mais o havia impressionado era o trabalho de Susane e Karen Worcman com imigrantes judeus no Rio de Janeiro.¹⁷ Boa parte dos trabalhos a que Thompson aludia não seria considerada, a rigor, história oral – mas esse é um indicativo interessante, entre outros aspectos, do interesse que o método suscitava entre produtores de cultura e saber no início dos anos 1990, em uma fase prévia à institucionalização do movimento e à instituição de regras e limites.

O inglês terminava seu relato assim:

A história oral brasileira, em suma, reflete a diversidade do próprio Brasil: na Amazônia, escassamente desenvolvida e articulada em torno da sobrevivência dos povos indígenas da floresta; no Rio, elitista, em São Paulo e Recife, parte integral dos movimentos comunitários locais; e, sob todas essas formas, demonstrando profissionalismo em termos de habilidade e compromisso, além do desejo de compartilhar experiências, o que com que essa visita fosse para mim inesquecível. (Thompson, 1991, p. 70)¹⁸

¹⁶ Santilli, M. **Madeira-Mamoré: Imagem & Memória**. São Paulo: Memória Discos e Edições, 1988; Dourado, A. **Brasília Teimosa**. Recife: FDNE, 1986; REFERÊNCIA MONTENEGRO.

¹⁷ Thompson, P. “The Politics of Memory in Brazil”. **Oral History**, v. 19, n. 2, p. 68-70, 1991.

¹⁸ Thompson, P. “The Politics of Memory in Brazil”. **Oral History**, v. 19, n. 2, p. 68-70, 1991.

No que diz respeito à história oral “elitista” feita no Rio de Janeiro, o autor referia-se especialmente ao CPDOC, cujo pioneirismo e realizações ele reconhecia. Por ora, o “elitismo” apontado por ele era entendido como um direcionamento de pesquisa (isto é, uma história oral “das elites”) e como produto de suas condições históricas. Para o autor, turbulências políticas ocorridas desde a Revolução de 1930 teriam sido responsáveis por destruir ou distorcer os documentos sobre o poder político – daí que a história oral das elites tivesse no país uma abrangência que ele não via na Europa. O que Thompson censurava era que, à proeminência do Rio de Janeiro na história oral das elites e na pesquisa em ciências sociais, não correspondia um empenho em termos de história oral comunitária. E fazia uma extrapolação algo precipitada para quem pouco conhecia o Brasil:

Isso se deve, em parte, ao fato de que, mesmo 35 anos depois da fundação de Brasília, as elites e a intelligentsia do Rio ainda sentem que sua maravilhosa cidade é a verdadeira capital nacional, e não se encaminham naturalmente a questões locais. Isso também pode ocorrer porque o abismo entre ricos e pobres, aqui, tornou-se tão chocante que parece quase inconcebível tratar disso. O Rio é uma maravilha natural transformada em tragédia humana. Sua fantástica baía entrecorta uma serra espetacular. As amplas praias de areia são costeadas por bairros residenciais [*suburbs*] repletos de apartamentos, lojas e restaurantes; mas por detrás deles, nas íngremes encostas, estão favelas cheias de barracos [*favelas of shacks*] sem abastecimento de água ou esgoto. Os ricos vivem constantemente em alerta contra ladrões; e, como ocorre em outras cidades brasileiras, você efetivamente presencia roubos diante de seus olhos em plena luz do dia. Os bem-de-vida [*well-to-do*] do Rio estão bastante cientes dos pobres; eles vivem justapostos, e o centro da cidade está repleto deles, tentando desesperadamente vender, mendigando, dormindo onde conseguem. Eu vi cinco criancinhas vivendo uma caixa de papelão amarrada a um poste. Os problemas sociais de São Paulo ou do Recife provavelmente são igualmente sérios, mas nesses lugares eu encontrei pessoas que acreditavam que podiam ajudar a mitigá-los; no Rio, o clima parecia mais próximo do desespero. (Thompson, 1991, p. 69)¹⁹

Implicitamente, Thompson criticava aqueles que não estavam comprometidos com a mudança; e, crendo que a história oral poderia ter um papel importante na transformação social, ele lamentava que seus praticantes cariocas fechassem nos olhos para a realidade que os circundava e se dedicassem à cômoda história política. O embrião de

¹⁹ Thompson, P. “The Politics of Memory in Brazil”. *Oral History*, v. 19, n. 2, p. 68-70, 1991.

um descontentamento mútuo estava dado – e, quando os praticantes de história oral do Rio, na perspectiva do inglês, transpuseram para o campo da história oral não a “história das elites” mas o “elitismo”, ele estava fadado a se intensificar. Relações azedadas, a querela entre Paul Thompson e os brasileiros (que coletivamente saíram em defesa do CPDOC, defendendo *unguibus et rostro* a soberania intelectual nacional e contramurando o desejo de interferência) teria repercussão em outros países e redirecionaria os rumos do movimento internacional de história oral.

Enquanto ataques e contra-ataques não se pronunciavam, o autor de *The Voice of the Past* voltou ao Brasil em 1992, para lançá-lo como *A voz do passado* no Solar da Marquesa de Santos – casarão provavelmente construído no final do século XVIII e, àquela altura, recém-restaurado –, que abrigava a Secretaria Municipal de Cultura e, em Departamento de Patrimônio Histórico, um setor de história oral.²⁰ No mesmo ano, a aliada de primeira hora de Thompson, Sônia Maria de Freitas, confirmava que não só o município, mas também o Estado, via a história oral com bons olhos. Ela deixou o Museu da Imagem e do Som para compor a equipe que conceberia e executaria o projeto do Museu da Imigração. A partir de 1993, o setor de história oral da nova instituição passou a funcionar – e daquele momento até 2006 Freitas permaneceu lá, constituindo um arquivo monumental de entrevistas, conduzindo pessoalmente quase 400 delas, que se tornou referência elementar para os estudos migratórios no país.

Ao contrário do que ocorria no Museu da Imagem e do Som, Freitas, ali, entrevistava essencialmente pessoas entendidas como anônimas, não celebridades, procuradas por ela ou que procuravam o museu voluntariamente se cadastrando para contar suas histórias. Em nova casa, a pesquisadora pôde uma vez mais abrir-se ao mundo em busca de novas referências:

sempre me preocupava em conhecer novas experiências. Eu tive a oportunidade de ir a Berkeley, conhecer o projeto de [história oral da University of California,] Berkeley, [nos moldes do] projeto de Columbia, que, você sabe, meio que foi pioneiro nessa área. Eu fui ver como trabalhavam. Também, especificamente sobre imigração, fui conhecer o museu de Ellis Island – tive contato e com os técnicos e o coordenador de história oral do museu de Ellis Island. Eu sempre tive essa preocupação de

²⁰ Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

conhecer outras experiências, de partir de experiências já concretas, realizadas. Sempre me preocupei de ter o *background* acadêmico, teórico, metodológico – mas a academia, curiosamente, acha que o museu não produz conhecimento, né? [risos] O que é um equívoco...²¹

Na medida do possível, o trabalho no Museu da Imigração buscou também incorporar a tecnologia, elemento de distinção em relação à prática acadêmica da história oral. “Nós começamos com uma filmadora caseira, mesmo – essas comuns, VHS – e no começo nem [gravação separada de] áudio usávamos”, disse Freitas em sua entrevista, apontando para o contraste com os recursos de gravação de que dispunha no MIS. Porém, se para a coleta de material havia dificuldades, as verbas eram mais generosas quando se tratava em publicizá-lo por meio de computadores interativos que mesclaram fotos, trechos de entrevistas em vídeos e histórias escritas; e mais uma série de publicações institucionais.

No ano de 2006, a pesquisadora deixou a instituição – mas levava consigo um tema que não parou de explorar. Em 2001 ela já havia defendido a tese de doutorado *Falam os imigrantes: Memória e diversidade cultural em São Paulo*, também dirigida por Carlos Guilherme Mota. Gravando (e, desta vez, tratando analiticamente) histórias orais de imigrantes de dez nacionalidades, ela de certa forma demonstrava ter dado ouvido ao chamado de Paul Thompson por um trabalho comparativo deste teor. “A preocupação era perceber o que eles mantinham de tradição, de cultura; se estavam ou não abasileirados, até que ponto. Essa era a minha premissa: de que eles mantinham, sim, a cultura, e não estavam tão aculturados como se propaga por aí”, disse Freitas em nossa gravação. Os portugueses tiveram primazia entre as nacionalidades que Freitas entrevistou para o Museu e para sua tese – e que abordou em seus vários trabalhos.²² Sua própria descendência a levou a escrever o livro *Presença portuguesa em São Paulo*, conduzir um

²¹ “Sinto que minha carreira é muito solitária” – Entrevista com Sonia Maria de Freitas. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

²² Freitas, S. M. **E chegam os imigrantes: Café e a imigração em São Paulo**. São Paulo: 1999; Freitas, S. M. **O café e a imigração**. São Paulo: Saraiva, 2003; Freitas, S. M. “Falam os imigrantes: ...memória e diversidade cultural em São Paulo”. In: Lang, A. B. S. G. (org.) **Realidade brasileira: Várias questões, muitos olhares** [Cadernos Ceru, série 2, n. 9, 2002]. São Paulo: Humanitas/CERU, 2002. p. 108-32.

projeto de memória institucional sobre a Beneficência Portuguesa e iniciar as pesquisas para uma biografia do Comendador Monte-Negro, por exemplo.²³

Enquanto isso, o projeto de história oral do MIS seguiu seu trilha sob a batuta de Daisy Perelmutter, antes subordinada a Freitas – que, em sua nova situação, teve a possibilidade de abrir espaço para novas realizações. Como ela disse, em entrevista que gravamos em 2012:

Quando eu fui, eu fui para trabalhar na área de história oral, que internamente não tinha [muito destaque]. Como as outras áreas eram muito mais glamorosas – cinema, música, eram os artistas, enfim, eles faziam a programação (...). A nossa área, pesquisa e acervo, era uma área, no contexto interno, sem todo esse verniz. Mas, obviamente, nós todos, que éramos pesquisadores ou jovens graduandos, sabíamos o potencial que aquele espaço tinha, sem dúvida nenhuma. Num primeiro momento, em que eu estava como pesquisadora, [foi] pouquinho difícil, porque a minha relação estava apertada [com] a pessoa que estava coordenando a área e já coordenava há uns quatro anos, que implementou o setor de história oral lá. (...) A coisa era bem conflituosa... Ela era muito ciosa daquele espaço que tinha conquistado. E acho que conquistou um espaço bacana, e ela merece muitos louros porque fez e conseguiu viabilizar em caráter permanente o projeto.²⁴

Sobre a estrutura criada em 1989 – o setor exclusivamente dedicado à história oral – e aperfeiçoada no início dos anos 1990 – com um diálogo claro com a bibliografia da área –, Perelmutter conseguiu fazer realizações.

Em 1994, lançou o bonito catálogo *História Oral: Depoimentos em Vídeo*, valioso não apenas por ser um instrumento de difusão do acervo do MIS, mas especialmente pela tarefa que ele demandou: um mergulho da equipe no manancial quase desconhecido de entrevistas, que àquela altura ultrapassavam uma centena de depoimentos em vídeo e outra centena de gravações em áudio. Se as gestões anteriores haviam se preocupado em constituir acervo, Perelmutter e sua equipe optaram por organizá-lo, conhecê-lo e problematizá-lo.²⁵ Isso, em sua visão, era em parte dificultado pelo próprio caráter do museu: “Era um espaço cultural de vanguarda, por onde todo mundo passava, que

²³; Freitas, S. M. **Presença portuguesa em São Paulo**. São Paulo: Memorial do Imigrante/Imprensa Oficial, 2006.

²⁴ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

²⁵ Museu da Imagem e Som de São Paulo. **História Oral: Depoimentos em vídeo**. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 1994.

catalisava todas essas linguagens, que os próprios artistas usavam um pouco como uma espécie de quintal das suas próprias casas e fazer as suas reuniões... Então tinha às vezes um espírito festivo, às vezes excessivo, que para o trabalho do pesquisador ficava bem comprometido”, disse ela.

No ano de 1995, porém, o MIS entrou em crise, quando o governo estadual buscou rever a sistemática de contratação e lotação de seus servidores, muitos deles “emprestados”, e não oficialmente transferidos, de um setor para outro. Com isso, o corpo da entidade se desfez: “O MIS ficou sem equipe, demorou mais não-sei-quantos mil anos para se reerguer, ficou muito abandonado, e esse processo de revitalização institucional também foi interrompido. Não tinha mais equipe, não tinha mais uma relação orgânica entre as áreas”, disse Perelmutter.²⁶

Após o desmonte e antes de sua aniquilação, o setor de história oral do MIS ainda teve a historiadora Leila Bussab – que já fazia parte da equipe de Perelmutter – como coordenadora, já em um momento de pouco dinheiro, no qual só o prestígio da instituição contava. Como Bussab relatou em sua entrevista:

Embora fosse um museu a gente não tinha verba nenhuma. Então todos os convites tinham que ser gentileza dos entrevistados e gentileza de quem ia participar também. Tínhamos só uma câmera de vídeo, que era o Teco que fazia, que era uma pessoa excepcional. Mas foi muito produtivo porque o Mário Chamie trabalhou seis meses comigo sem ganhar absolutamente nada. A Aninha Mae, que é filha da Ana Mae, também fez uns trabalhos comigo sem ganhar nada. Mesmo assim nós conseguimos bons temas.

(...)

Você lembra quem era o diretor?

Lembro, era o Amir Labaki. E a diretora da documentação era a Regina Davidoff. Ele não se interessava por história oral.

Então não era uma prioridade naquele tempo.

Nem um pouco, nem um pouco. Era até meio esquecido lá. É que a gente batalhava muito. [risos]²⁷

²⁶ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

²⁷ “Considero que a história que eu faço é uma história de boa qualidade” – Entrevista com Leila Bussab. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

A atuação de história oral do MIS dialogou de maneira mais clara com a comunidade acadêmica através dos eventos que organizou – como o encontro com Paul Thompson, um seminário com Bill Schwarz sobre estudos culturais, e o importante seminário *Ética e história oral*, de 1995, sobre o qual falarei no capítulo 9. Para Daisy Perelmutter, o sucesso deles estava ligado ao fato de serem considerados, em suas palavras, “território livre”. “A gente não estava comprometido com nenhum grupo, sei lá, do [José Carlos] Sebe [Bom Meihy], do Rio, da [F]GV... E em geral os seminários aconteciam de um jeito interessante”, disse ela, que acredita que a autonomia do museu em relação aos espaços canônicos de produção intelectual deflagrou criações mais libertas. “Eu acho uma dádiva você estar dentro de uma instituição que está sem as amarras muito acionadas e você pode surfar mesmo, desde que você tenha essa energia que você, por exemplo, tem. Você vai atrás e faz as coisas, vai tentando construir as referências sem ter que pagar tributo a todo mundo que já fez, já trabalhou”, disse a pesquisadora. Assim como suas colegas de instituição, Perelmutter se preocupou em obter uma formação sólida na área, que naturalmente incluía as referências acadêmicas.

Para os trabalhos que desenvolveu posteriormente à sua colocação no MIS, Daisy Perelmutter levou tanto essas referências quanto o desejo de liberdade de criação. Formada como cientista social, em 1997 ela defendeu a dissertação de mestrado *A história oral e a trama sensível da subjetividade* no âmbito da Psicologia; mais tarde, no território da história social, preparou sua tese de doutorado *Intérpretes do desassossego: Memórias e marcas sensíveis de artistas brasileiros de ascendência judaica*.²⁸ Como pesquisadora independente, desenvolveu trabalhos de história oral e memória em instituições como a Biblioteca Mário de Andrade e o SESC São Paulo.

O bônus, naturalmente, era acompanhado pelo ônus. A exuberância das realizações dos profissionais de museus não parece corresponder, na narrativa de Sônia Maria de Freitas, a um reconhecimento por parte dos acadêmicos. Uns e outros não seriam “pares”, efetivamente, já que a história oral acadêmica não concederia à história

²⁸ Perelmutter, D. **A História Oral e a Trama Sensível da Subjetividade**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997; Perelmutter, D. **Intérpretes do Desassossego - memórias e marcas sensíveis de artistas brasileiros de ascendência judaica**. Tese de Doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

oral feita em museus a condição de igualdade. Com mais ressentimento, Freitas tratou disso na entrevista que gravamos:

Embora eu tenha uma carreira acadêmica (...) eu sinto que não existe muito diálogo. Existe o diálogo entre os acadêmicos, existe o diálogo entre o pessoal do museu – mas eu acho que falta mais comunicação entre [as duas partes, entre a universidade e] o grupo que trabalha em museu, que está fora da igreja. (...) Eu sinto que a minha carreira é muito solitária nesse sentido, de estar longe da universidade, de estar à margem. Eu me sinto às vezes marginalizada, por não estar dentro, por não ter um cargo dentro do departamento, por não ter optado por uma carreira acadêmica, por não estar dentro da Academia. Vocês esquecem que existe uma Sônia Maria de Freitas que fez, ou que faz ainda, um trabalho; que estou na luta, que estou ainda produzindo, fazendo.²⁹

Pedi a Freitas que explorasse como isso se manifestou em sua vivência no campo, concretamente, a fim de compreender os liames institucionais de seu sentimento:

Como isso se manifesta? Eu sinto que muitas vezes... Eu meio que não sou lembrada para a discussão, para o debate. Eu me sinto excluída, né? Por que não estar participando *daquela* banca? Por quê? “Porque ela é de museu, ela não produz conhecimento...”. Entendeu? Eu estou aí com meu Lattes atualizadíssimo, com uma produção que talvez seja até maior que muitos acadêmicos. Muitos artigos, livros publicados, cursos, exposições. Eu sinto isso – estar fora da igreja, entendeu? (...) A igreja só autoriza gente que pertença a outra igreja, entendeu? [risos]³⁰

Em sua visão, a “mentalidade do estamento”, de estamentos que “não se misturam” – expressão que ela emprega aludindo a Carlos Guilherme Mota e Raymundo Faoro – lhe impingiu um lugar marginal no espaço da história oral conforme o campo se institucionalizou. Tendo participado dos primeiros encontros da área (como o de 1994, que fundou a Associação Brasileira de História Oral, ou o I Encontro Regional Sudeste-Sul, de 1995, de cuja comissão organizadora fez parte), Freitas afirma que recuou à medida que se viu transformada em “tarefeira”, termo para o qual pedi a definição:

É quem coloca a mão na massa. Porque quem aparece acaba sendo meia dúzia de pessoas, que são sempre os mesmos. Então isso dá uma certa frustração, de querer também... Você começa a questionar: “Será que eu não tenho

²⁹ “Sinto que minha carreira é muito solitária” – Entrevista com Sonia Maria de Freitas. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

³⁰ “Sinto que minha carreira é muito solitária” – Entrevista com Sonia Maria de Freitas. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

capacidade para estar coordenando uma mesa ou estar dando uma palestra, estar colaborando com o debate?”. (...)

E você já fez essa pergunta a alguém? Por que “não”?

Não, porque eu sempre achei que as pessoas deviam ter um termômetro interno, de perceberem que o mundo não é feito só com [algumas pessoas]. A história oral foi construída com a participação de muitas pessoas, não só dessa meia dúzia entendeu? Eu achava que eles deviam ter um semacol, perceber que têm que dar espaço para outras pessoas que também foram importantes, que também ajudaram a construir essa história, a implantar a história oral no Brasil, principalmente em São Paulo. (...) Acho que falta refletir sobre a própria história da história oral. Acho que talvez as pessoas, no dia a dia, acabam perdendo essa sutileza, essa percepção do todo ou do conjunto, da evolução, da história... Ou então têm muito o problema do ego: pensam somente na divulgação do seu próprio trabalho ou da sua própria atuação e tal. Enfim, coisas do ser humano, coisas do ser humano...³¹

Freitas tem razão: como aludi no início deste estudo, leituras sobre as relações institucionais e as criações intelectuais são empobrecidas se não atentarmos à sua gênese humana. O relato da pesquisadora, como fica claro, é carregado de emoções – e mesmo de uma dificuldade em traduzir sua origem concreta. E, embora Freitas se ressinta quanto ao tratamento que em sua visão é oferecido por acadêmicos aos profissionais de museus, essas reservas não fazem frente àquelas dispensadas ao controverso e incômodo Museu da Pessoa – até porque este, talvez, soasse mais ameaçador.

Da história oral nos museus ao museu de história oral

Em 2011, no VI Encontro Regional Sul de História Oral, a historiadora e estudante de doutorado em história Letícia Brandt Bauer apresentou um trabalho intitulado “Acervo museológico e oralidade: Percursos do Museu da Pessoa”. Seu resumo informava: “O objetivo da presente proposta é debater as especificidades dessa iniciativa e seu acervo, tão próximo ao campo da História Oral, bem como seus limites e

³¹ “Sinto que minha carreira é muito solitária” – Entrevista com Sonia Maria de Freitas. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

possibilidades”.³² A apreciação da autora de seu objeto (como sendo ele “tão próximo ao campo da História Oral”) é um exemplo cristalino do êxito de uma comunidade em afastar elementos indesejáveis: estar próximo do campo é diferente de ser parte, leitura que faria mais sentido em se tratando do objeto de estudos em questão. Ao mesmo tempo, o próprio fato de que vinte anos depois de sua criação o Museu da Pessoa seja recuperado, de dentro do campo da história oral, é sintomático de que não foi efetivamente esquecido; e de que sua trajetória crispada por realizações impactou a experiência acadêmica.

Quando veio a público, no início dos anos 1990, o Museu da Pessoa apresentava trunfos que o distinguiam da comunidade acadêmica: autonomia e liberdade de criação, acesso a recursos eletrônicos e tecnologia, requinte estético e apuro comunicacional. Sua idealizadora e principal porta-voz, Karen Worcman, encarnava essas características. Energética e eloquente, ela mostrava-se uma empreendedora certa das coisas que pretendia realizar – dentre as quais estava o estabelecimento de um diálogo com a academia, mas não a busca de sua anuência.

Foi de maneira tortuosamente entrelaçada ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo que Karen Worcman emaranhou sua agenda pessoal ao cenário da história oral do Brasil. Quando Paul Thompson ofereceu suas atividades na instituição, ela estava lá, levada por sua amiga e também historiadora Iris Kantor, que havia trabalhado no projeto “Memórias da escravidão em famílias negras”. Portava um impressionante cartão de visitas: um livro pesado e visualmente sofisticado para a época, registrando a bem sucedida experiência do projeto “Heranças e lembranças: Imigrantes judeus no Rio de Janeiro”, idealizado por sua mãe, Susane Worcman.³³ Empreendedora formada em artes e então ligada ao cenário artístico do Rio de Janeiro, Susane idealizou um ambicioso projeto que visava reunir depoimentos, fotos, documentos e objetos de imigrantes judeus na cidade e

³² **Caderno de resumos – Narrativas, Fronteiras e Identidades.** Disponível em <http://ich.ufpel.edu.br/historiaoral/documentos/Caderno%20de%20Resumos.pdf>. Acessado em 29 de fevereiro de 2012

³³ Worcman, S. (coord.) **Heranças e lembranças: Imigrantes judeus no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: ARi/CIEC/MIS, 1991.

criar, a partir disso, um acervo informatizado, um livro e uma série de exposições a ser iniciada no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.³⁴

O trabalho entusiasmou Thompson e o transformou em entusiasta de primeira hora das ideias de Karen, recém graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, curso que procurou porque queria ser escritora. No relato que produziu sobre sua visita, Thompson escreveu:

o projeto mais impressionante que eu conheci sobre uma comunidade imigrante foi o de Susanne [sic] e Karen Worcman, sobre imigrantes judeus no Rio de Janeiro. Noventa histórias de vida completas foram gravadas por entrevistadores trabalhando em pares, um entrevistando enquanto o outro observava e fazia anotações para um diário de campo; e as transcrições também foram analisadas de maneira extraordinariamente completa em termos de geografia, pessoas e temas. Este projeto culminou em uma exposição esplêndida de fotografias, documentos, bordados e objetos de prata emprestados pelos participantes. (Thompson, 1991, p. 70)³⁵

Ao longo das mais de trezentas páginas do livro que Thompson conheceu, fotografias, documentos e imagens de objetos eram reproduzidos. Entre talits e candelabros, os depoimentos saltavam à vista, representando, nas palavras de Susane, “a última possibilidade de conhecer diretamente a experiência coletiva de indivíduos que, neste século, iniciaram no Brasil uma nova existência” (S. Worcman, 1991, p. 12-3). Karen foi a responsável por coletá-los ou, pelo menos, por coordenar sua coleta com a grande equipe que liderou entre 1988 e 1990. Para a pesquisadora, tratava-se de uma experiência nova – mas que ela não encarava como passageira. Ela já havia despertado seu interesse pelas histórias narradas quando, estudante, participou de uma pesquisa sobre o repórter fotográfico José Medeiros, no Instituto de Fotografia da Funarte no Rio de Janeiro. “Eu ia à casa dele, ele ia me contando as histórias do cinema brasileiro e das pessoas”, contou Karen na entrevista que me concedeu em 2011. “Ele tirava de umas sacolas das Casas da Banha com negativos com a Cacilda Becker, com o primeiro Teatro Negro, e ele contava tudo sobre a pessoa e a época. Eu ia sistematizando”. Esse trabalho a levou a outro, que lhe motivou a experimentar um perfil diferente de entrevista:

³⁴ **Heranças e lembranças: Imigrantes judeus no Rio de Janeiro [Catálogo da exposição]**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1989. (Acervo University of California, Los Angeles. Acessado na University of California, Berkeley).

³⁵ Thompson, P. “The Politics of Memory in Brazil”. **Oral History**, v. 19, n. 2, p. 68-70, 1991.

[Houve] na Funarte uma grande exposição sobre o José Medeiros, e aí a Nadja Peregrino, que era diretora na época – uma pessoa muito bacana, ela é uma das criadoras do Instituto de Fotografia –, falou: “Me ajuda a fazer um livro do José Medeiros”. Aí eu fui, meio intuitiva, entrevistar as pessoas que tinham trabalhado com ele na revista *O Cruzeiro* e no cinema. O tema principal era o próprio José Medeiros, a história de vida dele. E aí ele tinha trabalhado com o Luiz Carlos Barreto, com o Walter Firmo, com o Cacá Diegues... (...) Fui entrevistar todo mundo. Mas aí eu percebi que eu ia lá e falava assim: “Qual era o papel do José Medeiros?”. E todo mundo respondia a mesma coisa: “Ah, o José Medeiros é um grande fotógrafo” e só faziam comentários desse tipo. De repente, um dia, me deu um *insight*, e eu cheguei lá pra falar com o Luiz Carlos Barreto, que tinha sido cunhado do José Medeiros e falei: “Como é que você começou a trabalhar com fotografia?”. Aí a entrevista foi ficando interessante. Então, entre aprender a sistematizar a pesquisa, por um lado, e por outro a prática, eu fui percebendo um monte de coisa ao mesmo tempo.³⁶

O gosto adquirido se encontrou com a habilidade de sistematização que uma experiência de iniciação científica (sobre um assunto bastante diferente: as concepções de “antigo”, “medieval” e “moderno” em livros didáticos) lhe trouxe. O resultado é que, enquanto os depoimentos de *Heranças e lembranças* eram colhidos, Karen ocupava-se simultaneamente de sistematizar um método. Ela chegou a escrever, inclusive, uma espécie de manual para coleta e análise de depoimentos, que não chegou a ser publicado.³⁷

Seu interesse por histórias orais não parou por aí. Sua percepção sobre as diferenças narrativas das mais de 140 entrevistas recolhidas em 200 horas de gravação – nas formas como cada imigrante percebia e contava sua história – ensejou um projeto de pesquisa que ela desenvolveu na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como estudante de mestrado em Linguística. Baseando-se em modelos de análise oferecidos pela disciplina, ela realizou um estudo comparativo entre as possibilidades facultadas a uma pessoa ao construir sua história. “Meu objetivo era ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a produção e a compreensão de histórias”, escreveu na dissertação defendida em

³⁶ “Fui percebendo que ouvir as pessoas tinha um impacto social enorme” – Entrevista com Karen Worcman. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

³⁷ Worcman, K. **Manual para depoimento oral**. s/d, 5 fl.; Worcman, J. **Roteiro de entrevista**. s/d, 5 fl.; Worcman, K. **Manual para análise de texto**. s/d, 10fl.; Worcman, K. **Indexação da entrevista**. s/d, 5 fl. Acervo The Albert Sloman Library (University of Essex, Colchester). Consultado na W. E. B. DuBois Library (University of Massachusetts, Amherst), em fevereiro de 2012.

1993, o ponto final de sua inserção acadêmica (Worcman, 1993, p. 12).³⁸ Uma carreira na universidade não parecia lhe interessar; aquele não era o lugar almejado para a realização de suas ideias, e as instituições culturais já estabelecidas também não. Sua intenção era criar algo à parte, baseado nos três pilares que suas experiências com José Medeiros e com os imigrantes judeus erigiram, pilares que ela indicou, vinte anos depois: “a singularidade presente na narrativa de cada entrevistado, o impacto que uma entrevista tem para o entrevistado e o potencial que um acervo de história de vida de pessoas comuns pode ter” (Worcman, 2011, p. 76).³⁹ Karen queria criar um museu, ideia que, em um candente lampejo rememorativo, ela descreveu assim:

Durante este período [do projeto “Heranças e Lembranças”] eu morava no alto da Glória, no alto de uma ladeira e eu subia andando. Eu sempre andei muito. Andei! Subia, descia... E eu fui vendo a magia que era ouvir aquelas pessoas... Aqueles refugiados, aqueles... O judeu é muito interessante. Eu sou de origem judaica; eu tinha muito preconceito com isso (...). E de repente (...) era um mundo absurdo que eu ia descobrindo e sistematizando. Então eu acho que esse foi um trabalho definitivo na minha vida. Mudou mesmo meu jeito de ver a minha própria história, a história dos judeus... (...)

No meio daquilo ali, um dia, subindo e descendo aquela ladeira da Glória, eu pensei “Não tem nada mais forte que a gente pode ter do que uma memória que seja construída a partir da visão de cada pessoa”. Foi um *insight* mesmo. “Devia ter um Museu da Pessoa!”. Aquele nome começou a rodar... Nessa época era um delírio falar esse nome!

Ah, o nome veio junto com a ideia?

Veio assim! Eu falei: “Tinha que ter! Tem o museu de tudo!”. Eu me lembro, subindo a ladeira... “Museu disso, museu daquilo... Tinha que ter um Museu da Pessoa, onde toda e qualquer...”. [risos] Juro que veio assim: “Tinha que ter um Museu da Pessoa, onde toda e qualquer pessoa possa contar sua história”. [risos]

Já veio o slogan junto! [risos]

³⁸ Worcman, K. Modelos de narrativa: Avaliação, análise e aplicação em histórias de imigrantes. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1993. Dissertação de Mestrado em Linguística.

³⁹ Worcman, K. “Museu da Pessoa: O que fazer com as dúvidas?”. **Oralidades**, n. 10, p. 75-88, 2011.

Veio tudo junto! Acho que essas coisas... Deus, né? Zoomm! [risos]⁴⁰

Não se tratava de uma ambição ingênua. Como ela escreveu em 2011, havia razões para que sua ideia original – não a de inserir relatos em um museu, mas a concebê-los como a base museológica em si – despontasse: “a proposta de ser um ‘museu’, de usar o nome ‘museu’ era também fundamental na medida em que, em nossa sociedade, os museus são percebidos como instituições capazes de dar legitimidade e valor ao que consideram como tendo ‘valor’” (Worcmán, 2011, p. 79). À ideia de um museu estava atrelado o objetivo de criar um produto com impacto social.

Estimulada pela receptividade do Museu da Imagem e do Som à história oral, Karen procurou Sonia Maria de Freitas e lhe propôs uma parceria: um evento de 1991, que se chamou *Memória e migração* e que data a fundação do Museu da Pessoa.⁴¹ Foi ali que o nome foi divulgado pela primeira vez – como uma cabine para consulta e coleta de histórias de vida que causou frisson entre os visitantes da exposição e também na imprensa: em sua inauguração, Worcmán levou ao MIS personalidades como a atriz Débora Bloch e o diretor Cacá Rosset para prestarem depoimentos ao vivo.⁴² Ao longo dos treze dias de evento, durante os quais a exposição *Heranças e lembranças* esteve aberta ao público, em meio a outras variadas atividades culturais, Freitas e Worcmán ofereceram à comunidade acadêmica espaço significativo. Ali, José Carlos Sebe Bom Meihy lançou seu livro *Canto de morte Kaiowá* e participou do seminário técnico “Metodologia de história oral”, no qual também expuseram seus trabalhos Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Zeila de Brito Fabri Demartini, entre outros acadêmicos menos envolvidos com o campo da história oral.

Reencontrando Paul Thompson no ano seguinte, Karen transformou a simpatia inicial em uma relação de amizade, diálogo e influência. “Eu falei pra ele: ‘Eu quero fazer o Museu da Pessoa. Um museu que é assim, assim...’. Ele achou aquilo divertido e a gente

⁴⁰ “Fui percebendo que ouvir as pessoas tinha um impacto social enorme” – Entrevista com Karen Worcmán. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

⁴¹ Panfleto “Memória e migração”, 1991, 1 fl., Acervo pessoal.

⁴² Em reportagem da *Folha de S. Paulo*, a cabine era entendida como uma oportunidade para que anônimos ganhassem “os 15 minutos de fama prometidos por Andy Warhol”. “Suas imagens irão se juntar às de milhares de outros paulistanos e imigrantes e formar o acervo do Museu da Pessoa”, dizia o jornal. Ver: Blecher, N. “Anônimos de S. Paulo ganham seus 15 minutos de consagração”. **Folha de S. Paulo**, Cotidiano, 5 de dezembro de 1991, p. 1.

ficou amigo!”, ela contou. A amizade custou ao inglês o título de *persona non grata* na comunidade acadêmica do Brasil quando, assumindo uma posição em favor do trabalho da amiga, discursou contra a exclusividade acadêmica no uso do método, como veremos adiante. E, mais uma vez, uma viagem impactou profundamente o trabalho de um praticante de história oral brasileiro. Ideias fervilhantes depararam realizações concretas na Inglaterra:

o Paul, brilhante como é, e generoso também, achava fascinante esses milhares de usos possíveis da história oral, que ele tinha explorado na Inglaterra. Aí ele me convidou, escreveu uma carta, e eu consegui o apoio do British Council e acabei indo pra lá. Fiquei um mês morando na casa dele; eu dava palestras em Essex University, em todos os centros de história oral; ele achava tão fascinante a ideia do museu, a ideia do multimídia... Ele achava que era um mundo novo! “*Brazil has arrived!*”. Ele falava assim, por um lado. E por outro eu aprendi muito! Aí sim, foi definitivo. Eu aprendi. (...) eu fui [a] centros comunitários onde as pessoas compartilhavam as suas histórias e faziam, eles mesmos... Muita gente conhece ele [Paul Thompson], então era muito aberto. (...) fui com ele [até o] pessoal da BBC, vi como eles construíam aqueles documentários todos, baseados em história oral. (...) De uma delicadeza... E a partir de história de vida, das pessoas. Então, eu aprendi muito! Conheci museus que, perto do que a gente veio a fazer depois, são quase modestos (...). Mas as primeiras experiências, assim, eu acho que a Inglaterra [fez]. Pra mim, pelo menos, foi muito interessante. Concursos nacionais de história de vida que eles faziam, já; ele me apresentou o pessoal da Polônia, da Suécia, que fazia... Uma linha linda que chamava *reminiscence*, de uma aluna dele, que se chamava Joanna Bornat, que era aluna do Paul e que disseminava o uso da história oral em hospitais. Então, assim, eu acho que eu vinha com uma coisa metodológica forte, com uma coisa conceitual forte, e lá... boommm! Um mundo de aplicabilidades se abriu.⁴³

A partir de então, as realizações de Karen e do Museu da Pessoa se multiplicaram, em instâncias de órgãos públicos, instituições culturais e organizações da sociedade civil na cidade de São Paulo, para onde a historiadora se mudou por razões pessoais, mas onde encontrou a estrutura e a rede de relações que acolheriam suas ideias. Em 1992, o Instituto Itaú Cultural recebeu um workshop sobre “Memória oral e seus usos” oferecido pela pequena equipe, que crescia à medida que a ideia de Karen se encontrava com as habilidades de novos parceiros. No mesmo ano, a Secretaria de Estado da Cultura de São

⁴³ “Fui percebendo que ouvir as pessoas tinha um impacto social enorme” – Entrevista com Karen Worcman. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

Paulo abrigou em sua Oficina Cultural Oswald de Andrade o projeto “Memória oral do idoso”, no qual um grupo interdisciplinar do Museu da Pessoa entrevistou mais de quarenta velhos (em sua maioria anônimos, mas também eminentes como o educador Paulo Freire) e produziu o *Almanak da idade de pensar*, uma espécie de calendário do ano de 1993 ilustrado com fotos e trechos de entrevistas, incluindo excertos metanarrativos sobre a experiência de rememoração. “Existe a idade de crescer, a idade de fazer e a de pensar. Pensar sobre a experiência que se acumulou ao longo da vida, e está guardada na memória como se fosse um almanaque”, escreveu Karen Worcman, em uma passagem que claramente ecoa a ideia de memória-trabalho de Ecléa Bosi (Worcman, 1993, p. 5).⁴⁴

Aos poucos, o Museu da Pessoa passou a se envolver com trabalhos de memória empresarial – que se tornaram, como veremos adiante, seu verdadeiro calcanhar de Aquiles, mas foram determinantes para a consolidação da instituição. “Eu sempre fui profissional, o grupo fundador também. Não tinha como ficar brincando de história oral, também, de nada. ‘Vamos fazer o Museu? Vamos! Então, como é que a gente vive?’. Essa era a pergunta”, disse Karen em sua entrevista, em 2011. Graças a esses projetos, a jovem instituição (em princípio organizada como uma empresa) pôde explorar formatos de disseminação de conteúdo. O projeto com o São Paulo Futebol Clube, por exemplo, foi realizado em um CD-Rom pioneiro, de 1994, que introduziu as noções de hipertexto e multimídia no trabalho do Museu – a que eles chamavam de “leitura não-linear da história”⁴⁵ – em uma época na qual a Internet era praticamente inacessível. A eletrônica – combinada a livros, exposições – era um recurso empregados para dar forma à proposta de difundir conhecimento. No que tange aos projetos empresariais, essa inclinação pública era mais que bem vinda: de um ponto de vista publicitário, funciona como um aparato extra para divulgar uma marca.

Finalmente, em 1997, o Museu da Pessoa ganhou a forma como ficou mais conhecido: transformou-se em um portal na Internet, em um museu digitalizado, em um museu “sem lugar”, nas palavras de Arlindo Machado.⁴⁶ Passou, assim, de uma primeira

⁴⁴ Worcman, K. (coord.) *Almanak da idade de pensar*. São Paulo: Departamento de Formação Cultural, 1993.

⁴⁵ Oliveira, C. L. “As novas tecnologias e o museu da pessoa”. Manuscrito. Texto preparado para apresentação no Simpósio Internacional de História Pública. FFLCH-USP, 2012. 8 fl.

⁴⁶ Machado, A. *Pré-cinemas & pós-cinemas*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

fase que Karen Worcman intitula como “Uma rede sem a rede” para a segunda, “Mudando a forma como a história é construída”. Os cinco anos que separaram a ideia e a execução foram longos – mas necessários para que a concepção inovadora do Museu da Pessoa fosse respeitada: em vez de usar a Internet para difundir seu acervo (pacientemente compilado em uma base de dados, desde o começo daquela década), a rede seria a própria base do acervo.⁴⁷ A novidade atraiu, mais uma vez, muita atenção. Uma reportagem publicada em 1997 na *Folha de S. Paulo* informava com entusiasmo que representantes do Museu estavam em Paris para apresentar o site em uma Conferência Internacional sobre a Hipermissão e a Interatividade nos Museus – participação que visava criar bases em inglês e francês para ampliar os depoimentos colhidos e estabelecer interlocuções com pesquisadores de outros países.⁴⁸ Rapidamente, o Museu trouxe para seu site na Internet a marca da interatividade: em vez de simplesmente difundir as entrevistas coletadas por sua equipe, a Internet passou a servir como base para que o público alimentasse o próprio site, através da seção “Conte sua história”, que permitia o *upload* de relatos, fotografias e outros materiais biográficos. A cultura digital – que desafiou monopólios corporativos e subverteu a relação entre produtores e receptores de criações culturais – foi rapidamente absorvida, e a “vazante da informaré”, como canta Gilberto Gil em “Pela Internet” escoou para o reservatório de cultura e memória do Museu da Pessoa.

Ano após ano, a instituição deu continuidade a cada uma de suas frentes. O que ganhou centralidade em sua prática foi, porém, outra concepção, a de tecnologia social, carregada pelos propósitos de empregar a memória em favor do desenvolvimento social e de multiplicar os polos de produção dessa memória, a fim de que narrativas hegemônicas pudessem ser desafiadas e contrabalanceadas por outras narrativas. No ano 2000, em parceria com o Instituto Avisa Lá, foi criado o programa “Memória Local”, implantado primeiramente em Minas Gerais e São Paulo, voltado a formar professores para o uso da

⁴⁷ Para uma revisão feita por Mary Larson, ainda em 2001, sobre a variedade de conexões entre história oral e Internet, ver: Larson, M. A. “Potential, potential, potential: The marriage of oral history and the World Wide Web”. *The Journal of American History*, v. 88, n. 2, p. 596-603, 2011. Àquela altura, ela identificava que a maior parte das iniciativas constituía em “potenciais”, que ainda não suficiente exploravam os recursos da Internet. Menos numerosos eram os que exploravam a Internet de forma “criativa”, dentro dos quais ela destacava o the *Journal of Multimedia History*. Todavia, todos contribuíam para uma rediscussão das práticas de história oral, atinentes ao tipo de conteúdo divulgado, à responsabilidade maior colocada por uma prática mais pública, a necessidade de adaptação de cuidados técnicos e jurídicos.

⁴⁸ **Folha de S. Paulo**, *Informática*, 8 de outubro de 1997.

história oral em sala de aula, muito explorado no mundo e praticamente virgem no Brasil, que na vertente do Museu da Pessoa associava-se à alfabetização digital.⁴⁹ Em 2011, 700 escolas já haviam sido atingidas. No mesmo período, o programa “Agentes da História” foi implantado: idosos eram preparados para entrevistar outros idosos.⁵⁰ Com o Senac São Paulo, o programa “Memória Social” visou formar 20 lideranças de redes sociais no Estado de São Paulo – lideranças comunitárias e integrantes da equipe do Senac – e capacitá-las para implementar projetos de coleta e difusão de memórias em suas comunidades.⁵¹ Em 2004 (como fruto do Seminário Internacional Memória, Rede e Mudança Social, realizado no anterior no SESC São Paulo, com a participação de muitos pesquisadores dentre os quais estava Paul Thompson, à época atuando na constituição de um arquivo nacional de história oral junto à Biblioteca Britânica) foi lançada a iniciativa “Memória em rede”,⁵² que articulava pessoas e instituições interessadas em histórias de vida, através da Internet, e que estava associada a campanhas como a do Dia Internacional das Histórias de Vida, celebrado pela primeira vez em 2008.⁵³

O Museu efetivou-se, enfim, com uma variedade de produtos e formatos que o tornavam vulnerável à crítica. Suas publicações, por exemplo, não demonstram amplo aproveitamento analítico das entrevistas, tampouco se apresentam como fontes substanciais para outros trabalhos, por reunir trechos bastante curtos e pouco contextualizados dos relatos. Essa perspectiva faz sentido dentro de seu projeto diferenciado: o de abrir olhos e ouvidos do público receptor para as histórias narradas. Ademais, tais fragmentos narrativos são janelas para um acervo colossal, público e acessível. “O acervo do Museu é mais rico do que os produtos”, frisou Karen Worcman em sua entrevista, lamentando que ele ainda seja pouco utilizado como fonte para

⁴⁹ London, S. H. D. (coord.) **Guia Histórias da Nossa Terra**. São Paulo: Museu da Pessoa/Instituto Avisa Lá, 2007.

⁵⁰ Worcman, K. “Museu da Pessoa: O que fazer com as dúvidas?”. **Oralidades**, n. 10, p. 75-88, 2011.

⁵¹ Lopez, I. **Memória social: Uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local**. São Paulo: Museu da Pessoa/Senac São Paulo, 2008.

⁵² Maisonnave, F. “Britânico propõe criar rede de memória global”. **Folha de S. Paulo, Acontece**, 12 de agosto de 2003.

⁵³ A celebração, todavia, era parcial: eu mesmo, no ano de 2009, propus a colegas do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP), do qual eu então fazia parte, a realização da “Jornada História Oral em Debate”, aproveitando a efeméride. Ela foi apoiada pelo grupo, com a condição de que no material de divulgação e ao longo das atividades não houvesse nenhuma menção ao “Dia” comemorativo ou ao Museu da Pessoa.

pesquisas de fôlego, embora atraia estudantes de ensino básico e médio. Um projeto como “Nada enraiza em um só lugar – Memórias e globalização: Um estudo sobre os trabalhadores da ThyssenKrupp”, coordenado por Yara Aun Houry, tem revertido a situação, utilizando – e problematizando, inclusive em função de suas condições de produção – as entrevistas geradas no projeto de memória empresarial “ThyssenKrupp Bilstein Brasil”.

Iniciativas como as cabines itinerantes de coleta de depoimentos (nos quais narradores têm tempo limitado e condições pouco adequadas para produzir um relato sólido) tornam o Museu ainda mais vulnerável a críticas, pela fragilidade de suas bases teóricas e metodológicas, e por contribuir para uma espécie de banalização da memória. Essas iniciativas, porém, são coerentes com o argumento de que “nosso esforço de preservação, em realidade, é um esforço de reintrodução das histórias e das memórias individuais e coletivas em um processo cotidiano” (Worcmán, 2007, p. 207)⁵⁴ – e que, além disso, devoram a linguagem de seu tempo, em vez de negá-la, nutrindo-se e realimentando processos de comunicação multifacetados e de grande penetração; em última instância ingerindo a cultura das mídias como ela é para lhe devolver decalques culturais transformados, ansiosos por modificá-la.⁵⁵

Nessa lógica, o Museu da Pessoa se destaca – por exemplo, com suas duas melhores obras editoriais: *Memórias de brasileiros: Uma história em todo canto* (2008) e *Todo mundo tem uma história pra contar* (2012), que comemoram, respectivamente, os aniversários de 15 e de 20 anos da instituição.⁵⁶ Além do bonito design gráfico das duas obras, elas inovam na maneira de apresentar os relatos: a primeira sugere uma viagem pelas cinco regiões brasileiras através de histórias de vida e do que seus criadores chamam de “pequenas histórias”, desvendadas através de múltiplas rotas dentre as quais o leitor pode escolher seu caminho de leitura; a segunda reúne vinte histórias de vida que os

⁵⁴ Worcmán, K. “A história oral e a experiência do Museu da Pessoa”. In: Miranda, D. S. (org.) **Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC SP, 2007. p. 205-12.

⁵⁵ Santaella, L. “Representações da alteridade nas mídias”. **Líbero**, v. 12, n. 24, p. 33-40, 2009; Santaella, L. **A ecologia pluralista da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

⁵⁶ Santos, J. (org.) **Memórias de brasileiros: Uma história em todo canto**. São Paulo: Peirópolis/Museu da Pessoa, 2008; Santos, J. (org.) **Todo mundo tem uma história pra contar**. São Paulo: Editora Olhares/Museu da Pessoa, 2012.

organizadores classificam como “inspiradoras”, apresentadas por outras vinte pessoas célebres – jornalistas, intelectuais e escritores, por exemplo –, elenco que de certa forma mapeia a inserção do Museu da Pessoa no circuito da cultura e da comunicação no Brasil.

A atenção aos princípios distintos da história oral acadêmica e da história oral pública poderia favorecer a convivência e o diálogo entre produções como estas e o trabalho mais imediatamente acadêmico. Este é um problema de base: analisar produtos culturais não à luz de seus “projetos” geradores (aferindo, assim, sua eficácia no cumprimento de objetivos), mas em sua conformidade ou desconformidade com outros “projetos”.

As críticas mais diretamente dirigidas ao Museu da Pessoa estiveram, porém, relacionadas ao trabalho com “história empresarial”. No início dos anos 1990, quando a ideia de criação da instituição havia apenas deixado de ser embrionária, sua atividade mais visível e frequente era a realização de projetos históricos encomendados por empresas privadas. Talvez ele não tenha sido a primeira entidade a oferecer esse tipo de serviço – mas foi, certamente, a primeira a ganhar destaque, especialmente por combinar a pesquisa à tecnologia. O êxito nesse setor foi grande a ponto de, em 2000, a idealizadora do Museu ter precisado fazer uma opção. Na entrevista que gravamos em 2011 – momento em que segundo ela, a gestão e a sobrevivência material da instituição ainda eram questões prementes – Karen Worcman me disse:

Em 2000, eu olhei e falei: “Nossa! Isso até que dá dinheiro”. Só que a gente não conseguia fazer a parte profissional e a parte de produtora, [então] a gente teve que fazer uma opção e acabou com a produtora. Por quê? Porque a gente fazia vinte projetos ao mesmo tempo e eu me lembro que um dia eu falei assim: “Foi pra isso que a gente fez o Museu da Pessoa? Não”. (...) Então eu falei: “Vamos virar agência, igual agência de publicidade. A gente vira a melhor agência de memória do país e ponto. E ganha dinheiro, e vai ser bom, também”. Entendeu? Dá pra fazer. Não é simples, mas dá. Eu não acho nada ruim nisso. O Museu poderia até ter virado um *business*, mas a gente fez uma opção, consciente. O Museu é um centro de memória. É um museu. E queríamos muito que fosse, cada vez mais, um museu. Um museu virtual, com uma contrapartida física, com um acervo muito explorado, muito usado pelas escolas, pelas universidades, pelas pessoas, sabe? Eu vejo isso como uma

referência para a produção de política pública. Não é um puro museu cultural.⁵⁷

Foi a fase anterior a essa “escolha” que causou o desconforto de acadêmicos com o Museu da Pessoa ou com o tipo de trabalho que ele realizava.

Em um momento crucial para a definição do campo, houve gestos mais amplos – não dirigidos diretamente à entidade – de crítica à “venda de memórias”. Muitas delas saíram do Programa de História Oral do CPDOC – embora a própria instituição viesse executando, desde a segunda metade da década de 1980, projetos de memória institucional e empresarial para empresas públicas, estatais, e posteriormente empresas privadas, atuação mantida até hoje.⁵⁸ Em um instigante conjunto de argumentos, acadêmicos da Fundação Getúlio Vargas buscaram inserir o interesse das empresas por registrar e preservar suas memórias no bojo de um “espírito milenarista”, como escreveu Verena Alberti.⁵⁹ Na mesma linha, Marieta de Moraes Ferreira – afinada com as correntes interessadas em compreender as “comemorações” e os “usos do passado” – visou especular o porquê do interesse das empresas em “comemorar”, em relembrar o passado de modo mais ou menos público e de maneira quase sempre atrelada a datas comemorativas. A preocupação que manifestou foi a de que a história oral – embora plenamente compatível com a missão de registrar a memória de grandes empresas – se tornasse instrumento de propaganda.⁶⁰ Dado que a própria Fundação Getúlio Vargas atuava na área, o debate visou também requalificar os lugares legítimos para a produção de memória institucional ou empresarial, no qual a chancela acadêmica foi empregada como um distintivo.⁶¹

⁵⁷ “Fui percebendo que ouvir as pessoas tinha um impacto social enorme” – Entrevista com Karen Worcman. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

⁵⁸ A respeito dos primeiros momentos do trabalho do CPDOC com projetos encomendados, ver: Dias, J. L. M. “Registro oral, história e grandes organizações”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 98-123.

⁵⁹ Alberti, V. “Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias”. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. [Trabalho apresentado em outubro de 1996 no II Congresso Brasileiro de História Econômica e III Conferência Internacional de História de Empresas, na Universidade Federal Fluminense]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>.

⁶⁰ Ferreira, M. M. “História oral, comemorações e ética”. **Projeto História**, n. 15, 1997, p. 157-64. Ver também: Ferreira, M. M. “História, tempo presente e história oral”. **Topoi**, n. 5, n. 3, 2002, p. 314-32

⁶¹ Analisei longamente esses argumentos e mapeei o debate em torno da memória institucional / empresarial nos anos 1990 em: Santhiago, R. “The Case About Sale: Intellectual and Institutional Battles over the Memory Market”. Paper apresentado na conferência “The Past For Sale? The Economic Entanglements of Cultural Heritage”, The UMass Amherst Center for Heritage and Society, maio de 2013.

Argumentos contra a memória empresarial persistiram. José Carlos Sebe Bom Meihy, cujo posicionamento costuma destoar das opiniões em voga na academia, escreveu, antes de começar a trabalhar com projetos encomendados, que “aventuras com fins lucrativos (...) são rejeitadas pela substituição dos ideais da cultura pela busca desmedida do lucro comercial” (Meihy, 2000, p. 25).⁶² Em sua entrevista, Yara Aun Khoury falou das histórias de empresas (trabalho no qual não se engajaria) como um tipo de trabalho que forma e realimenta uma hegemonia.⁶³ Sônia Maria de Freitas, também em sua narração, colocou-se contra a memória empresarial embora a favor da memória institucional, na qual o pesquisador estaria, em sua opinião, “mais imune a essa interferência”.⁶⁴

Esse raciocínio se coaduna com a cultura acadêmica das humanidades, onde a associação universidade/empresa festejada em certas áreas das ciências não logrou sucesso devido ao desconforto nas relações com a iniciativa privada. Trabalhos encomendados por empresa desviariam, ainda, da ética acadêmica predominante: o proceder de um segmento da sociedade que em princípio não busca benefícios econômicos, mas o prestígio diante dos pares. Bem antes de Pierre Bourdieu elaborar suas reflexões sobre as diferentes instâncias e condições para consagração no campo científico, um sociólogo da ciência como Robert K. Merton já havia colocado que, a partir do momento em que uma ciência está formalmente instituída, o que seus cientistas visam são “oportunidades de se engajar em padrões socialmente aprovados de associação com os colegas, e, em consequência, a criação de produtos culturais estimados pelo grupo” (p. 231).⁶⁵ “Fazer” história empresarial não seria um comportamento estimado; criticá-la, sim.

Com tudo isso, o Museu da Pessoa foi parcialmente desbastado do campo da história oral no Brasil – mas sua ampla receptividade em outros terrenos, bem como no exterior, parece sugerir que isso tenha se originado menos das fraquezas do trabalho de

⁶² Meihy, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

⁶³ “Sempre tive a História como um compromisso social e político, não só profissional” – Entrevista com Yara Aun Khoury. Gravada em outubro de 2011. São Paulo, SP.

⁶⁴ “Sinto que minha carreira é muito solitária” – Entrevista com Sonia Maria de Freitas. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

⁶⁵ Merton, R. K. “Motive Forces of the New Science”. In: *Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England*. Bruges: St. Catherine Press, 1938.

Karen Worcman e sua equipe, e mais de rivalidades ou da incompatibilidade entre sua atuação e as normas impostas neste campo conforme ele se definiu. A penetração do Museu da Pessoa no Brasil está clara pelos vários estudos desenvolvidos sobre ele no país.⁶⁶ No que diz respeito ao exterior, o Museu agiu como um centro irradiador de sua experiência e concepção. Nos Estados Unidos, junto à Universidade de Indiana, foi criado o Museum of the Person, em 2000⁶⁷; em Portugal, um Museu da Pessoa vinculado à Universidade do Minho⁶⁸; no Canadá, o Museu da Pessoa de Montreal, no Centre d'histoire de Montréal (CHM), dirigido por Jean Francois Leclerc, iniciando seus trabalhos em 2003, com a fundação do Musée de la Personne (MDP), em 2004.⁶⁹ Estudos e menções ao Museu no exterior também proliferam.⁷⁰

Além disso, a própria instituição se modificou. Sua atuação na área de memória empresarial ocupa uma fatia menos significativa dos trabalhos desenvolvidos pela entidade. Tendo sido transformado de “empresa” a “instituto”, o Museu tornou-se uma Organização

⁶⁶ Por exemplo: Kessel, Z. A construção da memória na escola: Um estudo sobre as relações entre memória, história e informação na contemporaneidade. Dissertação de Mestrado, ECA-USP; Rocha, Debora Cristine. “O Museu da Pessoa, a tradição oral como acervo digital”. Trabalho apresentado ao NP 15 – Semiótica da Comunicação do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa do Intercom; Carvalho, L. “Comunicação e informação de museus na Internet”; Scheiner, T. C. M. **Imagens do ‘não-lugar’: Comunicação e os novos patrimônios**. Tese de doutorado em Comunicação e Cultural. UFRJ/ECO, 2004.

⁶⁷ A criação do museu deveu-se a Thom Gillespie. Posteriormente, Philip B. Stafford tornou-se responsável pelo museu. A última postagem do museu, porém, data do ano de 2010 – quando, supõe-se, suas atividades foram paralisadas. Ver: <http://www.museumoftheperson.org/> (acesso em 15 de maio de 2012); “Museum of the Person – Indiana, EUA”. In: Worcman, K.; Pereira, J. V. (coord.) **História falada: Memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC-SP/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 263; Gillespie, T. “O caminho do entretenimento”. In: Vv. Aa. **História falada: Memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC-SP/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 73-81; Henriques, Rosali Maria Nunes. “Virtualização e preservação da memória social: O caso do Museu da Pessoa”. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2010; Magaldi, Monique Batista. **Navegando no Museu Virtual: Um olhar sobre formas criativas de manifestação do fenômeno museu**. Dissertação de mestrado em Museologia e Patrimônio. Unirio, 2010.

⁶⁸ Ver Henriques (2006); “Museu da Pessoa – Portugal”. In: Worcman, K.; Pereira, J. V. (coord.) **História falada: Memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC-SP/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 262.

⁶⁹ “Musée de la Personne de Montreal”. In: Worcman, K.; Pereira, J. V. (coord.) **História falada: Memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC-SP/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 261.

⁷⁰ Por exemplo: Clarke, M. A. “The Online Brazilian Museu da Pessoa”. In: Garde-Hansen, J.; Hoskins, A.; Reading, A. (org.) **Save as... Digital memories**. London: Palgrave Macmillan, 2009. p. 151-67; Henriques, Rosali Maria Nunes. **Memória, museologia e virtualidade: Um estudo sobre o Museu da Pessoa**. Dissertação de mestrado em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2004.

da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 2002.⁷¹ Em artigo publicado em 2011, Karen Worcman manifestou seus dilemas para o futuro: “o que fazer com tudo isto? Qual é, de fato, o papel social e cultural de uma iniciativa como esta? Sobretudo em um momento em que as tecnologias revolucionaram, de forma definitiva, a produção e o uso de conteúdos” (Worcman, 2011, p. 83-4).⁷² Efetivamente, o cenário no qual o Museu se insere é bem diferente daquele no qual surgiu: iniciativas de memória empresarial se expandiram muito; as ideias de construção colaborativa de cultura e informação estão na pauta, reforçadas pelas redes sociais e pelas plataformas wiki; o papel de produtores e receptores de conhecimento e de cultura tem sido amplamente questionado. Diante disso, a ideia do Museu da Pessoa de se transformar, cada vez mais, em “acervo”, parece quase convencional – mas sua pedra de toque é a certeza consolidada pela instituição, diante de tantas transformações em seu interior e no mundo lá fora: “o poder transformador de ouvir uma boa história e a magia que essa escuta produz em cada um de nós” (Worcman, 2011, p. 87).⁷³

Os arquivos e suas demandas

É num espaço intermediário entre os museus e a academia que os arquivos de história oral parecem estar localizados. Aquele que seria o mais famoso deles – o Programa de História Oral do CPDOC – tornou-se, como vimos, muito mais um centro de pesquisa e produção intelectual, encontrando um caminho próprio, distinto das trilhas apontadas pelos estadunidenses que ofereceram uma inspiração inicial.

No caso brasileiro, em vez de surgirem como grandes depositários de conteúdo variado – como ocorre nos arquivos de história oral de fora do país, geralmente ligados a bibliotecas, tanto universitárias quanto locais ou estaduais –, esses núcleos surgiram como forma de atender a demandas bem localizadas: por história local, por representação identitária, por preservação de tradições, por organização de documentos. Seria raro

⁷¹ Oliveira, C. L. “As novas tecnologias e o museu da pessoa”. Manuscrito. Texto preparado para apresentação no Simpósio Internacional de História Pública. FFLCH-USP, 2012. 8 fl.

⁷² Worcman, K. “Museu da Pessoa: O que fazer com as dúvidas?”. **Oralidades**, n. 10, p. 75-88, 2011.

⁷³ Worcman, K. “Museu da Pessoa: O que fazer com as dúvidas?”. **Oralidades**, n. 10, p. 75-88, 2011.

apontar, no país, grandes arquivos de história oral; mas, no que diz respeito a arquivos com missões específicas, eles abundam: vão do Arquivo Público de Uberaba, município mineiro que visou realizar registros sobre a catira e a congada, ao Centro de Documentação e Memória da Unesp, interessado em oferecer subsídios para o estudo da história da própria universidade; vão da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, devotada a armazenar relatos sobre a história política do Estado, à Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, que tomou para si a missão de recolher histórias sobre a saúde pública, sobre o próprio instituto, sobre a realidade social que o cerca.⁷⁴

Entre os arquivos de perfil independente, porém, a experiência do Arquivo Histórico Judaico-Brasileiro, em São Paulo, salta aos olhos. Fundado em 1976 com a finalidade de reunir documentos e iconografia, bem como de executar atividades acadêmicas e culturais, o Arquivo criou sua seção de história oral nos anos 1990 – incorporando, na verdade, um empreendimento já em curso, iniciado por Marília Freidenson e Gaby Becker: uma pesquisa sobre a imigração judaica alemã na cidade de São Paulo articulada ao Projeto Memória da Fundação Israelita Paulista. Aos poucos, o projeto se expandiu, visando coletar centenas de depoimentos da primeira geração da comunidade judaica em São Paulo. O empreendimento foi exitoso e gerou várias publicações – dirigidas tanto à comunidade de história oral quanto ao público mais amplo e serviu de base, ainda, para arquivos com o mesmo perfil criados em outras partes do país.⁷⁵

⁷⁴ Avelar, H. A.; Pinto, S. B. P. “Sobre o Projeto *Memória Política de Minas* da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 330-5; **Memória da tuberculose: Acervo de depoimentos**. Coord.: Fernandes, T. M. D. Rio de Janeiro: COC, 1993; Casa de Oswaldo Cruz. **Memória da assistência médica da previdência social: Catálogo de depoimentos**. Rio de Janeiro: PEC/ENSP, 1989; Fundação Oswaldo Cruz; Casa de Oswaldo Cruz. **Memória de Manguinhos: Acervo de depoimentos**. Coord.: Nara Britto. Rio de Janeiro: COC, 1991.

⁷⁵ Becker, G. et. al. “Projeto de História Oral: A imigração judaica em São Paulo”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 306-18; Becker, G. “Imigrantes judeus alemães na cidade de São Paulo”. In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Universitária UFPE, 2001. p. 285-95; Freidenson, M.; Becker, G. (org.) **Passagem para a América: Relatos da imigração judaica em São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003; Arquivo Histórico Judaico Brasileiro. “Nossa amiga Gaby Becker [In Memoriam]”. **História oral**, v. 8, n. 2, jul-dez 2005, p. 249-50; Freidenson, M. “A integração dos judeus em São Paulo”. **Cadernos CERU**, série 2, n. 18, 2006, p. 179-95. Sobre o trabalho de história oral do Arquivo Histórico-Judaico Brasileiro, escrevi, com Valéria Barbosa de Magalhães, “História oral e imigração judaica no Brasil”, a ser publicado futuramente.

Noutros casos, o tipo de demanda que arquivos buscaram responder foram aquelas vindas dos movimentos sociais – como ocorreu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde a ideia de criar uma memória oral da história da instituição, do final dos anos 1970, voltou em nova roupagem.⁷⁶ Foi um centro de documentação que ofereceu à instituição, enfim, reconhecimento no campo da história oral.

O projeto de criação de um Laboratório Interdisciplinar de História Oral idealizado no final dos anos 1970 por Luciara Silveira de Aragão e Frota e Yvone Dias Avelino, como já vimos, fracassou. Uma realização bem menos ambiciosa tomou o lugar do almejado laboratório conjunto que congregaria os programas de pós-graduação em História, Ciências Sociais, Comunicação e Semiótica, Educação e Serviço Social: um tímido setor de Áudio-Visual e Documentação Oral, coordenado por Frota e Enrique Peregalli no interior do Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica (NUPDOCH).⁷⁷ O setor era uma das quatro linhas de ação desse núcleo, que foi se esfacelando à medida que outro de seus setores – o de Arquivo e Documentação – adquiria expressão e autonomia, transformando-se no arquivo geral da universidade e renomeando-se como Centro de Documentação e Informação Científica Casemiro dos Reis Filho (CEDIC).⁷⁸

Fundado oficialmente em 1980, o CEDIC esperou seis anos para ver a história oral frutificar. Foi a transferência de coordenação para Yara Aun Khoury, em 1986, que dinamizou esse processo: ela e sua equipe reavaliaram a trajetória do centro e redefiniram suas prioridades, dentre as quais passou a figurar “a formação de acervo documental, como apoio ao significativo avanço que a pesquisa vinha assumindo no âmbito da Universidade e a sua abertura para o movimento social” (p. 429), como Heloísa Faria Cruz e Viviane Tessitore escreveram em 2010.⁷⁹ O centro passou a receber doações de coleções de depoimentos, a abrigar entrevistas originadas no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, bem como a desenvolver suas próprias pesquisas. “Igreja e movimentos sociais: Atuação dos cristãos no Brasil República (1920-1980)”,

⁷⁶ Avelino, Y. D. “A trajetória de um grupo e a criação de um núcleo”. **Projeto História**, v. 12, 1995, p. 193-8.

⁷⁷ Avelino, Y. D.; Aragão e Frota, L. S. “Trilhas acadêmicas: Uma vida construída nos rastros da história oral”. **Oralidades**, n. 10, Jul-Dez 2011, p. 207-16.

⁷⁸ “O que é o NUPDOCH...”. **Projeto História**, v. 2, 1982, p. 65-7.

⁷⁹ Cruz, H. F.; Tessitore, V. “O CEDIC faz 30 anos”. **Projeto História**, n. 40, 2010, p. 423-45.

realizado entre 1986 e 1997, foi a primeira delas⁸⁰, reinaugurando um acervo que “versa, principalmente, sobre movimentos sociais, educação, saúde, cultura urbana e rural e de povos emigrados, desde então totalizando aproximadamente 800 gravações”, como relatou Simone Silva Fernandes em 2011 (Fernandes, 2011, p. 110).⁸¹

Em seu complexo estudo sobre o ensino de história na PUC-SP, Helenice Ciampi afirmou que, de modo geral, a universidade (que teve um papel marcante no cenário educacional e político na virada dos anos 1970 para 1980, entendendo a própria formação de seus estudantes como arma política, imiscuindo portanto o debate acadêmico e o debate militante/político), via a si mesma como

Uma Universidade historicamente situada, que deveria responder aos problemas específicos da sociedade brasileira, com uma nova visão da cultura e da missão da Igreja no mundo e nas universidades católicas. Defendia que caberia às Ciências Sociais, especialmente, auxiliar na busca do desenvolvimento integral da sociedade, livrando-se dos modelos impostos e desvinculados da realidade latino-americana. (Ciampi, 2000, p. 19)⁸²

Os princípios do CEDIC não se diferenciavam, em essência, dessa missão assumida pela coletividade puquiana. Ideologicamente posicionado, o centro de documentação foi pensado para atuar na constituição e organização de acervo “sobre e dos movimentos”, conforme a expressão reveladora utilizada por Maria do Pilar de Araújo Vieira e Yara Aun Khoury (1992, p. 103). “Preservar sua memória significa abrir as portas para um diálogo com sujeitos que desempenharam papel significativo na configuração da sociedade paulista”, escreveram elas.⁸³

A história oral, logicamente, foi a solução perfeita na busca de diálogo. Em 1993, o CEDIC institucionalizou um Programa de Documentação Oral, atualizado

⁸⁰ Fenelon, D. R.; Khoury, Y. A. “Fontes para o estudo dos movimentos leigos da Igreja Católica no Brasil, 1920-1980”. **Projeto História**, v. 7, 1987, p. 127-67; Khoury, Y. A. “Documentos orais e visuais: Organização e usos coletivos”. **Revista do Arquivo Municipal**, n. 200, 1992.

⁸¹ Fernandes, S. S. “Fontes orais: Perspectivas para o tratamento em centros de documentação e arquivos”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 109-23. Ver também: Khoury, Y. A. “No rastro de memórias silenciadas”. **Projeto História**, n. 30, p. 407-14, 2005.

⁸² Ciampi, H. **A história pensada e ensinada: Da geração das certezas à geração das incertezas**. São Paulo: Educ, 2000.

⁸³ Vieira, M. P. A.; Khoury, Y. A. “Movimentos sociais, documentação e história oral”. **Projeto História**, n. 8/9, 1992, p. 103-9.

tecnologicamente e transformado em laboratório em 1999.⁸⁴ Em termos procedimentais, sua equipe se engajou em discussões do campo da história oral atinentes aos cuidados necessários na coleta de depoimentos e na relação com os entrevistados. Somou a isso a preocupação em tratar conjuntos de fontes orais aplicando, a eles, questões clássicas da arquivística: como organizar, como descrever, como elaborar referências, como reunir fontes orais em coleções, como articulá-las aos demais resíduos da pesquisa que podem orientar seu emprego por futuros consulentes.⁸⁵

Yara Aun Khoury, que ofereceu contribuição ao campo da história oral como arquivista e administradora, e igualmente como professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, no qual incentivou muitos estudantes a adotarem a história oral como método, afirmou, na entrevista que gravamos em 2011:

nesse Centro de Documentação nós fizemos uma opção após 1985. [Ele] foi criado em 1980, foi repensado ao longo do ano 1985 por uma comissão de professores que foi designada pela reitoria e [da qual] eu fiz parte, professora Déa [Fenelon] fez parte disso também. No final desse debate houve uma reorientação das propostas do próprio CEDIC e me pediram pra assumir a coordenação. Fiquei durante 25 anos nessa direção. E lá, qual foi a opção que nós fizemos, naquela trajetória de pensar a memória numa perspectiva política, [de] qual é a função da memória? Fizemos a opção de recolher as memórias alternativas, o que é uma característica da nossa PUC também. Ela era muito marcada pelos movimentos sociais; a Ação Católica se desenvolveu lá dentro. E eu era de JUC⁸⁶, no tempo de estudante. Na volta do exterior não mais, porque a Ação Católica foi extinta, mas as opções políticas continuaram. Então, preservar memórias – não uma memória pública já assentada, considerada a “grande tradição brasileira”, mas essas memórias alternativas que se forjam na sociedade. Nós começamos a preservar os arquivos, memórias dos próprios movimentos que se forjaram dentro da

⁸⁴ Fernandes, S. S. “Catálogo das narrativas de movimentos sociais: Construção de um instrumento de pesquisa”. In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Universitária UFPE, 2001. p. 19-29.

⁸⁵ Fernandes, S. S. “Fontes orais: Perspectivas para o tratamento em centros de documentação e arquivos”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 109-23.

⁸⁶ Juventude Universitária Católica. “Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesástica em julho de 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Seu objetivo era difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Desapareceu entre os anos de 1966 e 1968, quando a nova orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação aos movimentos leigos da Igreja provocou o esvaziamento da ACB” (**Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, CPDOC-FGV, <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>, acessado em 14/11/2011).

PUC, e começamos a encontrar coisas interessantíssimas. Foram feitas muitas teses, muitos trabalhos a esse respeito.⁸⁷

Conforme o projeto inicial dava fruto e o CEDIC tomava contato com outras experiências de arquivos de história oral, bem como com a reflexão sobre o método estabelecida dentro de outras perspectivas, seus planos de expandiam. A literatura histórica inglesa – representada por nomes como o de E. P. Thompson e Raphael Samuel – ofereceu esteio para essa expansão. Como colocou Yara Aun Khoury:

Fui percebendo as diferenças interpretativas, de posicionamentos, de cada um e, em contato com o movimento popular, nós fizemos algumas publicações. Eu disse assim: nós no CEDIC não podemos ficar só nos movimentos de Ação Católica e tantos outros mais instituídos, mais reconhecidos. Em todo esse período dos anos 1980 e 1990, proliferaram centros de memória populares, que vinham de movimentos de mulheres, da “panela vazia”, por saúde, por habitação, movimentos de cultura e educação popular. Movimentos como o do Centro Pastoral Vergueiro, que hoje é o Centro de Pesquisa Vergueiro, que reúne material riquíssimo, sobre as organizações populares, sindicais também. Pensamos: toda essa complexidade da vida social e política precisa ser apreendida, entendida nos seus significados mais profundos. Veja, eu estou falando no hoje, para você, com uma experiência mais amadurecida de algo que fui descobrindo ao longo de 20 anos.⁸⁸

Assim o CEDIC – bem como o programa de pós-graduação em História da PUC-SP, com quem se vinculou – adotou um ponto de vista abertamente politizado. Escrevendo sobre os princípios do Núcleo de Estudos Cultura, Trabalho e Cidade, fundado em seu interior em 1996, e sobre um projeto de pesquisa realizado em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, Khoury afirmou: “concordamos todos em construir e manter uma produção acadêmica conectada a perspectivas políticas de mudança social” (Khoury, 2006, p. 23).⁸⁹ Questionando a hegemonia acadêmica na escrita da história, a historiadora indicou um campo de reflexões movedor, balizado entre a inspiração em autores como Raymond Williams e Stuart Hall:

⁸⁷ “Sempre tive a História como um compromisso social e político, não só profissional” – Entrevista com Yara Aun Khoury. Gravada em outubro de 2011. São Paulo, SP.

⁸⁸ “Sempre tive a História como um compromisso social e político, não só profissional” – Entrevista com Yara Aun Khoury. Gravada em outubro de 2011. São Paulo, SP.

⁸⁹ “Sempre tive a História como um compromisso social e político, não só profissional” – Entrevista com Yara Aun Khoury. Gravada em outubro de 2011. São Paulo, SP.

sobre que história temos produzido? Como pretendemos avançar visando contribuir efetivamente para uma transformação social comprometida com a construção de relações sociais mais justas e democráticas? Quais procedimentos temos adotado no nosso dia-a-dia como profissionais, em sala de aula, no exercício da pesquisa, em outros espaços e atividades, no sentido de indicar a diversidade do social no movimento da história, sem caminhar para a fragmentação e para o esvaziamento das relações de poder impregnadas no fazer histórico? Em outras palavras, que contribuição estamos dando em termos de traduzir em outras histórias aquelas memórias que foram obscurecidas e que estamos procurando trazer à tona? (Khoury, 2006, p. 23)⁹⁰

Essa orientação teve excepcional ascendência sobre estudantes do programa de pós-graduação em História da PUC-SP, espalhando-se dali para várias partes do país. A fama da universidade como uma instituição receptiva a novos membros (distinguindo-se assim da USP, principal concorrente na cidade, entendida por muitos aspirantes a vagas de seus cursos de pós-graduação como refratária a pessoas que não se formaram ali) atraiu e atraiu muitos graduados de todas as regiões brasileiras interessados em prosseguir seus estudos em uma instituição de ponta do Sudeste do país. Ainda, o caráter filantrópico da PUC-SP (sensivelmente fragilizado a partir dos anos 2000, frise-se, em decorrência de crises financeiras internas), manifestado na concessão de bolsas institucionais e em certa flexibilidade financeira, tornava a opção altamente convidativa. Atrativos como este somavam-se ao acolhimento recebido por novatos na instituição.

O historiador Marcos Montysuma, por exemplo, vindo do Norte do país – especificamente do Acre, onde nasceu e se formou – ofereceu um relato fascinante sobre as diferenças encontradas em suas duas experiências no Sudeste: em seu mestrado, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e em seu doutorado, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Depois de concluir a licenciatura em História, ele aventurou-se no Rio de Janeiro em busca de uma formação pós-graduada:

eu fui ao Rio de Janeiro tentar a seleção de mestrado na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Não passei na Fluminense; passei na Federal do Rio de Janeiro. E posso falar honestamente? Me sentia muito complexado, embora eu tivesse [tido] professores que estudaram nessas universidades (na USP, na Federal Fluminense, na Unicamp

⁹⁰ Khoury, Y. A. “O historiador, as fontes orais e a escrita da história”. In: Maciel, L. A.; Almeida, P. R.; Khoury, Y. A. (org.) **Outras histórias: Memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 22-43.

e na própria UFRJ), e as leituras deles obviamente passassem por aquelas que eles receberam dentro daquelas universidades, quando a gente chegava no Rio de Janeiro para discutir alguma coisa, a primeira coisa que as pessoas perguntavam era: “Quais são as tuas leituras?”. Isso [foi] fundamental para determinar o meu processo de aprovação e reprovação nessa seleção de mestrado.⁹¹

Montysuma, de fato, concluiu seu trabalho de mestrado na UFRJ, mas insatisfeito com a abordagem que foi levado a adotar. “Eu queria discutir aquilo que estava acontecendo no Acre, que era o movimento dos seringueiros. (...) Eu tive que recuar 100 anos da história do Acre para poder discutir história – isso para o meu mestrado”, ele contou, na entrevista que gravamos em 2012. Sem jamais ter separado sua atuação como intelectual de sua atuação como militante (“como militante político, porque eu militava em comunidade de base, militava em partido político e militava em sindicato também. Basicamente a minha vida foi orientada por essas militâncias. Eu militava também na defesa dos direitos humanos”), ele considerou sua experiência no mestrado útil para circunscrever melhor um campo de interesses e uma estratégia de abordagem – mas só pôde colocá-la em ação a partir de 1999, quando ingressou no doutorado, dez anos depois de ter defendido sua dissertação.⁹² Nesse meio tempo, descobriu a história oral, que passou a experimentar junto aos seus alunos na Universidade Federal do Acre. Mas foi em sua chegada à PUC-SP que encontrou o leito aprazível onde o cruzamento do método e da militância não era apenas permitido, como valorizado. Em nossa entrevista, ele disse:

[no doutorado] eu fiz, trabalhei com história oral, gravei muito. Tem um monte de coisa que está lá nos acervos. Eu gostei do que fiz e não trabalhei com tudo, ainda. Ainda tem muita coisa que eu posso tirar dali. A tese tem uma coisa ínfima daquilo que eu fiz; devo ter muito documento que ainda nem publiquei, mas pretendo publicar. Então foi assim que eu trabalhei com história oral. Depois disso eu fui dar aula de história oral.

Mas – eu queria te perguntar, antes – o ambiente da PUC era diferente daquele que você tinha encontrado no mestrado, em relação à história oral?

⁹¹ “A postura política e a postura intelectual estão imbricadas” – Entrevista com Marcos Montysuma. Gravada em abril de 2012. Belém, PA.

⁹² Montysuma, M. F. F. **Seringal, terra e conflito: Trilogia da ocupação do Ace (1900-1910)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História Social, 1990. Montysuma, M. F. F. **Senhores das matas: Experiências extrativistas na RESEX Chico Mendes (1983-2002)**. Tese de Doutorado em História, 2003.

Na PUC é como você chegar e a pessoa [dizer]: “Oi, que prazer, seja bem vindo! Estava mesmo te aguardando!”. Essa frase não saiu da boca de ninguém...

... mas a sensação é essa.

Esse foi o estado que me envolveu quando eu cheguei à PUC de São Paulo, a recepção que [me deram] as professoras com as quais eu me relacionava mais, como Maria Odila [Leite da Silva Dias], Heloísa [de Faria Cruz], [Maria] Antonieta Antonacci, que foi minha orientadora, minha grande orientadora a quem eu devo tudo. Yara [Aun Khoury], a própria Denise [Bernuzzi de Sant’Anna]... São as pessoas com as quais eu me relacionei mais. Essas pessoas me deram todo o apoio, me acolheram de braços abertos. E sem ser aquela coisa piegas, sem ser aquela história de: “Sou tua tutora, sou tua protetora”, ou então “Olha, me pede licença” – sem esse espírito de dominação sobre as pessoas. Mas de um modo muito leve, de um modo muito camarada. A Dea [Fenelon], meu Deus, eu nunca esqueço do discurso da Dea nos recebendo. “Eu quero lembrar a vocês que aqui tem gente de todo o Brasil, nessa turma”. Nós éramos 14 naquela turma de doutorado. E ela falou mais ou menos assim: “Conheçam São Paulo, quem não conhece. Aproveitem a cidade. Não fiquem aqui só sofrendo e estudando angustiadamente. Vocês têm que aproveitar o que tem aqui, aquilo que o programa lhes oferece, mas vão viver a vida de vocês também”. Cara, isso, para mim, é o convite à liberdade.

Que bom, né?

Claro, muito bom isso! É você ter a sensação de que as pessoas querem efetivamente que você cresça; que as diferenciações, as distinções, as peculiaridades, as subjetividades são respeitadas, toleradas e bem vindas naquele espaço. Foi isso que eu recebi de mensagem através de tudo que me foi apresentado naquela PUC de São Paulo. Então, se antes [era difícil] trabalhar com aquilo que a gente faz como história do tempo presente, lá na PUC: “Seja bem vindo, faça o que você quiser. Só se responsabilize para fundamentar teórica e metodologicamente”. Foi isso que eu recebi. Um vento de liberdade, de formação intelectual soprando no meu rosto, arejando o meu corpo.⁹³

A liberdade a que se refere, entretanto, se dava no interior dessa história social politizada, cuja intransigência ideológica colaborou para que outros espaços da PUC-SP evitassem o uso da expressão “história oral”, talvez em função do receio de que ela

⁹³ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

carregasse a marca do engajamento político que não era necessariamente compartilhado. São vários os trabalhos realizados na instituição que poderiam se chamar de “história oral” – dissertações, teses e pesquisas de docentes nas áreas de Ciências Sociais e Comunicação e Semiótica, por exemplo –, mas que parecem recuar diante do rótulo que convida à politização.

Mesmo no terreno dos historiadores, a inclinação ideológica parecia comprimir a liberdade criativa de seus frequentadores. Daisy Perelmutter – cuja trajetória já visitamos – notou claramente a diferença entre as atmosferas da Psicologia e da História, dentro da própria PUC-SP, setores com espíritos diferenciados. Estimulada por sua orientadora de mestrado, a psicanalista Suely Rolnik, ela procurou a historiadora Denise Santana para orientá-la. Disse Perelmutter:

[Ela] faz um trabalho lindo, maravilhoso (...) ela trabalha nessa interface história/subjetividade, e trabalha muito com a questão do corpo, do embelezamento feminino, [fez] doutorado com a Michelle Perrot, e estava chegando da França muito jovem – a nossa diferença é muito pequena, quase a minha geração. [Ela é] uma pessoa muito articulada, escreve muito bem. Aí a Suely falou: “Eu acho que [você] devia fazer o doutorado com ela”. Legal!⁹⁴

A mudança de ambiente – que respondeu também ao desejo de Perelmutter em obter um título formal na área de História, na qual trabalhava, mas graduada em Ciências Sociais e pós-graduada em Psicologia – implicou, porém, um entrave em sua busca por um ecletismo metodológico e teórico. Se o espaço dos historiadores, na PUC, era libertário de um ponto de vista político, localizado à esquerda, isso se traduzia em outras restrições:

aí eu puxei o freio de mão, porque eu estava num curso [de Psicologia] muito arejado – um curso que as pessoas vinham de diferentes formações: historiadores, sociólogos, TO [terapia ocupacional], o físico, o químico, o engenheiro... De repente eu vou para um curso caretésimo de História, lá na PUC. Caretésimo, engessadíssimo... Tem três ou quatro pessoas muito esclarecidas e com trabalhos lindos, que são a Denise, a [Maria] Odila [Leite da Silva Dias], a Antonieta – e depois uma estrutura pesada.

Fiz um trabalho [entrevistando artistas brasileiros de ascendência judaica] que não tinha nada a ver com o perfil e as prioridades do Programa, e a primeira reação do Programa foi não dar bolsa. Que critérios são esses? Meritório não,

⁹⁴ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

não é? O critério é que não tinha critério [para as bolsas] que são concedidas pelo Programa. Foi uma dureza... No fim, consegui depois uma bolsa da Fapesp. Foi bom, porque a bolsa era muito melhor. Tive um ótimo parecerista – o que também não era tão comum – que leu o texto de uma forma muito generosa e sempre dando contribuições muito importantes. Mas foi difícil.⁹⁵

O relato de Perelmutter é interessante porque sugere que a pesquisa ideologicamente orientada não implica apenas todos os riscos e problemas que vêm sendo debatidos intensamente por críticos da politização da pesquisa acadêmica. As consequências também devem ser aferidas naquilo que esse direcionamento não comporta ou estimula: nas muitas lacunas não preenchidas em torno de tópicos não imediatamente identificados com as batalhas em andamento.

No caso de Marcos Montysuma, todavia, a inclinação política do programa ia ao encontro de seus próprios interesses:

Todo mundo muito comprometido com o chamado olhar angustiado, o olhar questionador, o olhar problematizador; discutindo a sua sociedade, discutindo o seu país, discutindo os nossos problemas que nos angustiam a cada dia. Isso, para mim, ficou muito transparente nas aulas magnas. Quando eu lembro a aula magna do nosso programa ocorrendo através da sapiência de um Milton Santos, através da sapiência de uma Marilena Chauí, eu só posso traduzir para você que aquele programa estava efetivamente comprometido em discutir os problemas que estrangulam as nossas vísceras, os problemas cotidianos do nosso país, da nossa sociedade, do nosso mundo contemporâneo. Portanto, muito bem politizado, sim senhor. Muito bem politizado sem cair num diletantismo e sem cair num discurso político irresponsável, senão muito bem fundamentado teórica e metodologicamente. Foi isso que eu encontrei ali na PUC, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.⁹⁶

O compromisso político abraçado pela universidade e espargido entre os alunos pode ser traçado em várias pesquisas realizadas naquele espaço, como Yara Aun Khoury mapeou em seu detalhado artigo “Narrativas orais na investigação da história social”, de 2001.⁹⁷ Ela própria, em sua entrevista, afirmou que duas perspectivas políticas informam

⁹⁵ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

⁹⁶ “A postura política e a postura intelectual estão imbricadas” – Entrevista com Marcos Montysuma. Gravada em abril de 2012. Belém, PA.

⁹⁷ Khoury, Y. A. “Narrativas orais na investigação da história social”. **Projeto História**, n. 22, 2001, p. 79-103.

seu trabalho: aquela que se recusa em vitimizar os trabalhadores e “desacreditar das possibilidades criativas de todos os sujeitos sociais”, e a que consiste em “fazer uma história em que as pessoas se reconheçam”. Em suas palavras:

quando você está falando isso, é fácil o intelectual se reconhecer num texto que você trabalha. Mas se você tem opções pelo popular, pelo trabalhador, você tem que se aproximar disso. E, pra mim, continua sendo um desafio, viu, Ricardo? Por quê? Eu sinto que eu ainda tenho, muitas vezes, um linguajar mais organizado, mais formal, acadêmico, entende? E eu estou aprendendo. Por quê? Minha opção é incorporar com legitimidade a narrativa do outro. E quando eu falo “narrativa”, é o modo como a pessoa vive e interpreta a realidade e sua situação nela. Isso nos leva, atualmente, a uma leitura abundante, complexa e difícil sobre as raízes sociais da linguagem e dimensão política da linguagem. É lá que nós estamos! Então, para chegar nessa fase, nós precisamos também, num certo momento, politizar a memória, questionar esse fazer, trazer para reflexão que há sempre uma iniciativa dos poderes hegemônicos de desarticular a cultura popular. Cultura popular não quer dizer expressões tradicionais, não. É o modo de vida, é o modo de falar, é o modo de se organizar e organizar a sobrevivência numa determinada correlação de forças e numa determinada situação histórica, impregnada de valores, costumes, tradições, perspectivas de passado de presente e de futuro. Então foi preciso ir tornando visível de que modo esses poderes cooptam dimensões da cultura popular e as esvaziam dos seus significados. Esse foi um debate grande que nós fizemos durante anos e continuamos fazendo nas oportunidades.⁹⁸

O ramo da história oral, neste contexto, teve ainda um aliado de peso: Alessandro Portelli, que, querido pela maior parte da comunidade acadêmica brasileira de história oral, desenvolveu cooperação íntima com Yara Aun Khoury. De fato, ela passou a acompanhar de perto a presença do italiano no Brasil, por vezes gerenciando suas participações em eventos e o encaminhamento de suas publicações. Khoury também buscou ir adiante com projetos de cooperação internacional e interuniversitária, como o projeto “Nada enraiza em um só lugar – Memórias e globalização: Um estudo sobre os trabalhadores da ThyssenKrupp em Campo Limpo Paulista-SP, Santa Luzia-MG e Ibirité-MG (1957-2009)”, coordenado por ela e Paulo Roberto de Almeida, que demonstra de maneira instigante a riqueza possível em projetos que utilizam histórias orais em uma

⁹⁸ “Sempre tive a História como um compromisso social e político, não só profissional” – Entrevista com Yara Aun Khoury. Gravada em outubro de 2011. São Paulo, SP.

perspectiva comparada⁹⁹ – no caso, tendo como base o trabalho de coleta de entrevistas com trabalhadores da ThyssenKrupp no Brasil, por parte de pesquisadores do projeto e com base no acervo do Museu da Pessoa e, na Itália, realizado por Portelli e sua equipe, formando a base do livro *Acciai speciali: Terni, la ThyssenKrupp, la globalizzazione*.¹⁰⁰

Em suma, o trabalho de um arquivo – o CEDIC – transbordou generosamente para as pesquisas em História dentro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Politizou abertamente o uso da história oral, instrumentalizando o método dentro de um discurso voltado aos movimentos sociais – e deixando de responder, assim, a demandas de outra ordem.

Da interdisciplinaridade à intermedialidade: O desafio do LABHOI

Na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, o hoje chamado Laboratório de História Oral e Imagem (conhecido nacionalmente por sua sigla, LABHOI) encontrou outra forma de canalizar o diálogo com a sociedade – uma história pública não populista, informada por procedimentos rigorosos da operação historiográfica – e não abriu mão de acompanhá-lo por um variado leque temático e por uma exploração fecunda e eclética de técnicas e teorias. O LABHOI realizou aquilo que, na retórica acadêmica contemporânea, parece ser um imperativo, mesmo que esparsamente realizado: a interdisciplinaridade.¹⁰¹

A afirmação pode parecer redundante. O campo da história oral, afinal, não foge à regra: constituiu-se sobre o discurso da interdisciplinaridade. Porém, sua constituição

⁹⁹ Ver: Cardoso, H. H. P. “As pessoas passam, a empresa fica: Produção de memórias na comemoração dos 40 anos da ThyssenKrupp Bilstein Brasil”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, julho de 2011. p. 1-11; Fornarola, M. “A ThyssenKrupp nas dinâmicas do narrar: Humanismo etnográfico e história oral (Brasil e Itália)”. **História & Perspectivas**, v. 46, 2012, p. 215-44; Khoury, Y. A. “A problemática da memória como linguagem social e prática política: A experiência de trabalhadores da empresa ThyssenKrupp do Brasil”. **História & Perspectivas**, v. 46, 2012, p. 31-64.

¹⁰⁰ Portelli, A. *Acciai speciali: Terni, la ThyssenKrupp, la globalizzazione*. Roma: Donzelli, 2008. Ver também: Portelli, A. “Terni em greve: 2004”. In: Varussa, R. J. (org.) **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: Temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009. p. 13-26; Portelli, A. “Memória e globalização: A luta contra o fechamento da ThyssenKrupp em Terni, 2004-2005”. In: Bosi, A.; Varussa, R. (org.) **Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: Diálogos historiográficos**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2011. p. 17-36.

¹⁰¹ Goldberg, D. T.; Davidson, C. N. “Interdisciplinarity”. In: Horowitz, M. C. (org.) **New dictionary of the history of ideas – Vol. 3**. Detroit: Charles Scribner’s Sons, 2005. p. 1126-31.

poderia ser entendida mais propriamente como multidisciplinar: como um espaço de convívio entre pesquisadores de diferentes disciplinas, que interagem de maneira seletiva e infrequente com os princípios dos demais. Inserido em estruturas universitárias regidas por divisões departamentais e disciplinares, seria realmente difícil (e não necessariamente desejável) que este campo ensejasse dos praticantes de história oral a superação de perspectivas intradisciplinares, afinadas a um ou outro campo do conhecimento em particular.

Nesse cenário, não sendo exigida, a interdisciplinaridade é comportada, abrigada – como dois grupos de história oral que adquiriram projeção nacional demonstram: além do LABHOI, o Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais, em chaves diferentes. Em ambos os casos, esse caráter interdisciplinar resultou inicialmente dos perfis de seus líderes e pesquisadores, desdobrando-se posteriormente em uma linha mais ou menos institucionalizada.

No caso do LABHOI, seu arrojo deve-se à iniciativa de Eulália Lobo e Ismênia de Lima Martins, que em 1982 criaram na UFF um centro de pesquisas primeiramente chamado Laboratório de História Oral e Iconografia, no bojo de modificações ocorridas dentro da universidade. Ana Maria Mauad, hoje professora da UFF e pesquisadora do LABHOI, ingressou na universidade como aluna, em 1979, ano em que mudanças curriculares no curso de história estavam sendo discutidas. Em 2011, na entrevista que me concedeu, ela lembrou:

Essa discussão envolvia, claro, tendências completamente divergentes dentro da universidade, em torno de uma história mais marxista, mais estrutural, e uma história que já estava emergindo, dentro do campo internacional, como mais ligada às mentalidades, à cultura, à importância da cultura. A discussão de narrativa ainda não existia, e o tema da memória ainda não era um tema. (...) Mas dentro dessa discussão de currículo já tinha [a preocupação] com algumas questões – e eu acho que aí a referência ao papel da Ismênia [Lima Martins] é importante –, de trazer para dentro do currículo essas novas experiências metodológicas, como iconografia (o tema não era imagem, era iconografia) e história oral.¹⁰²

¹⁰² “O campo da história oral ainda é muito ecumênico” – Entrevista com Ana Maria Mauad. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

Membro da equipe local que organizou no Rio de Janeiro os cursos de formação ministrados pelos especialistas estrangeiros em 1975, Ismênia já tinha proximidade, desde aquela época, com o método das entrevistas. “Eu fiquei muito marcada por esse curso”, disse a historiadora em entrevista concedida a Hebe Mattos e Ana Maria Mauad no ano de 2012. “Naturalmente eu sou daquela geração (...), dessa sacudida profunda nessa coisa de pensar a História”, completou.¹⁰³ Ela passou a acoplá-lo, assim, a seus interesses temáticos: primeiro, a história do movimento operário (sobre a qual Martins conseguiu muitas fontes orais acoplando a temática a um curso oferecido por ela, no qual as entrevistas foram solicitadas aos alunos como seus trabalhos de conclusão); depois, a história das imigrações para o Rio de Janeiro. Com sua parceira de trabalho, Eulália Lobo, dividia a responsabilidade por essas realizações. Ainda segundo Mauad:

[O LABHOI] foi criado em 1982 por um projeto Finep, para escrever, pesquisar, a história do movimento operário. Tinha um grupo que trabalhava em São Paulo e um grupo que trabalhava no Rio. Esse grupo que trabalhava no Rio era coordenado pela professora Ismênia e pela professora Eulália Lobo, e elas, desse exercício de entrevista com ex-militantes do movimento operário, criaram um conjunto de entrevistas que foi o núcleo primeiro do LABHOI em [19]82, que era uma salinha ali no Campus do Valonguinho. Depois a gente muda para o [campus] Gragoatá e, dessa pesquisa, sai o LABHOI, que nesse primeiro momento é o Laboratório de História Oral e Iconografia. Ela reúne a história oral com a iconografia porque nos processos de entrevista a fotografia teve um papel importante para construir essa memória; os entrevistados traziam fotografia. Então ela juntou as duas coisas por conta da experiência empírica; não tinha uma reflexão muito formalizada a respeito disso.

As duas parceiras, enfatizando aspectos distintos da atividade acadêmica – “a Eulália era mais aquela coisa da pesquisa acadêmica, e a Ismênia era da disputa política pelo espaço, pela legitimação de uma nova tendência dentro da História”, na leitura de Mauad –, conseguiram institucionalizar um espaço acadêmico que, nos anos 1980, se realizou constrangido dentro das possibilidades pessoais de ambas, mas também em associação com as oportunidades que o contexto universitário oferecida. Disse Ismênia de Lima Martins, em 2012:

¹⁰³ “Entrevista com a professora Ismênia Martins sobre a trajetória do LABHOI”. Entrevista realizada em agosto de 2012 por Hebe Mattos e Ana Maria Mauad. Disponível em: <http://ufftube.uff.br/video/26OUY72UW85H/Entrevista-com-a-professora-Ism%C3%AAnia-Martins>.

Naquele momento estava se construindo, era o momento do MEC-BID. Estavam se construindo campos. (...) Eu consegui estimular a professora Aidyl [de Carvalho Preis] pra botar um espaço para o laboratório. E aí euzinha fui fazer o levantamento do material com o técnico do CPDOC, para poder imaginar a projeção de espaço, e isso, o que no mínimo nós precisávamos. (...) Então eu fiz tudo aquilo, todo aquele levantamento, e consegui ganha-la para a nossa causa, porque eu não teria força política suficiente para fazer avançar aquele projeto. Então eu gosto de, nesse momento, dizer que aquilo foi pensado por mim, mas só pôde avançar politicamente porque a professora Aidyl pegou em suas mãos esse projeto.¹⁰⁴

Em uma fascinante anedota dentro da entrevista, Martins relata, ainda, como foi necessário encontrar caminhos alternativos para que financiamentos à pesquisa – em princípio não aplicáveis às humanidades – fossem conseguidos:

depois nós montamos – foi o momento que Eulália Lobo, [Maria] Yedda [Linhares], que ainda não tinham sido anistiadas, vêm para a UFF – [um outro projeto]. E nesse momento, então, a Finep, que era o braço financiador do CNPq, na época, abre grandes verbas para projetos de pesquisa, essas coisas. (...) A Finep (...), o PADCT [Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico], excluía ciências humanas dos financiamentos, dos projetos, dessas coisas. Mas na Finep, na verdade, não havia nada que dissesse que a História não podia apresentar o projeto. Só que o formulário do projeto era feito para as ciências duras. Então tinha um item que dizia assim: “aponte (...) as formas mais rápidas de incorporação dos resultados do projeto aos setores produtivos da economia nacional”. (...) incorporar esses resultados para os setores produtivos da economia nacional precisa não dar nó em pinto d’água, mas dar nó em pingo de éter. Mas nós demos. (...) Então eu e a Eulália fomos lá e inventamos três páginas. (...) Mas o que eu escrevi lá eu não consigo lembrar, porque era *nonsense*. E isso foi importante porque viabilizou e institucionalizou, (...) porque permitiu a institucionalização do laboratório.¹⁰⁵

Mesmo contando com apoio institucional e com a sagacidade de seus líderes, o interesse em temas contemporâneos então pouco prezados (a história do movimento operário) e em fontes alternativas, de legitimidade contestável (as fontes orais e visuais),

¹⁰⁴ “Entrevista com a professora Ismênia Martins sobre a trajetória do LABHOL”. Entrevista realizada em agosto de 2012 por Hebe Mattos e Ana Maria Mauad. Disponível em: <http://ufftube.uff.br/video/26OUY72UW85H/Entrevista-com-a-professora-Ism%C3%AAnia-Martins>.

¹⁰⁵ “Entrevista com a professora Ismênia Martins sobre a trajetória do LABHOL”. Entrevista realizada em agosto de 2012 por Hebe Mattos e Ana Maria Mauad. Disponível em: <http://ufftube.uff.br/video/26OUY72UW85H/Entrevista-com-a-professora-Ism%C3%AAnia-Martins>.

contribuiu para adiar a efetiva consolidação e projeção do LABHOI. Pagando um preço por seu arrojo, ele só veio a ser revitalizado em meados dos anos 1990.

O espaço transformou-se no Laboratório de História Oral e Imagem (não mais de Iconografia); adotou a “história da memória” como seu território de pesquisa; as “fontes de memória”, orais e visuais, como estratégia metodológica; a “história pública” como inspiração e forma de operação historiográfica. Fundado como um arquivo, o LABHOI transformava-se em um centro de pesquisa e reflexão. Isso foi facultado a uma renovação de pessoal, facilitada por concursos abertos no início dos anos 1990 e com a aposentadoria de Ismênia de Lima Martins, que seguiu atuante na pesquisa mas passou a coordenação do LABHOI para Angela Maria de Castro Gomes, há pouco transferida do Departamento de Ciências Sociais para o Departamento de História da universidade.

Os nichos temáticos prenunciados na fundação do LABHOI passaram a ser explorados de maneira mais sistemática por Ismênia, em companhia de uma nova geração de pesquisadores. Ela realizou grandes pesquisas sobre imigração no Rio de Janeiro (especialmente italiana e portuguesa), que se desdobraram em produtos assinados por ela e por sua equipe, oferecendo contribuição significativa para os estudos de imigração, que constituem uma das áreas temáticas mais visitadas no campo da história oral. Ismênia buscou preencher uma lacuna historiográfica, superando o enfoque demográfico predominante nos estudos de imigração no Rio de Janeiro, que, no que dizia respeito ao uso de métodos qualitativos de pesquisa, estava em estado incipiente em relação à imigração em São Paulo.¹⁰⁶ Os estudos da imigração alimentaram produções de outros dos pesquisadores do LABHOI¹⁰⁷, e ensejaram, inclusive, demandas externas: reconhecendo a contribuição do laboratório à história local, a Prefeitura de Niterói, por exemplo,

¹⁰⁶ Ver, entre vários trabalhos: Martins, I. L. “Italianos no Rio de Janeiro”. **Independencias – Dependencias – Interdependencias, VI Congreso CEISAL 2010**, Toulouse, 2010. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/50/31/13/PDF/IsmeniaMartins.pdf>; Martins, I. L. “Relações e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro: Uma análise crítica das fontes”. In: Martins, I. L.; Sousa, F.; Pereira, C. M. (org.) **A emigração portuguesa para o Brasil**. Porto: Edições Afrontamento, 2007. p. 69-88.

¹⁰⁷ Lobo, E. M. L. **Portugueses en Brasil en el siglo XX**. Madrid: MAPFRE, 1994; Martins, I. L.; Knauss, P. (org.) **Cidade múltipla: Temas de história de Niterói**. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 1997; Gomes, A. C. (org.) **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

encomendou estudos e financiou publicações, baseadas em história oral, sobre as imigrações na cidade.¹⁰⁸

Outros temas ascenderam dentro do laboratório, por iniciativa individual ou em associação – mas foi provavelmente o projeto “Memórias do cativo”, iniciado em 1994, que ajudou a dimensionar publicamente as pesquisas realizadas na UFF, por se associar claramente ao levante dos chamados novos objetos de estudo, trabalhados sob novas perspectivas. Tributário da projeto “Memórias da escravidão em famílias negras de São Paulo”, idealizado por Maria de Lourdes Mônaco Janotti – como já vimos no capítulo anterior, é uma referência ao qual os pesquisadores do LABHOI invariavelmente se remetem –, a pesquisa visou entrevistar camponeses negros nos Estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, para recolher as memórias que eles tinham da escravidão, do “tempo do cativo”.

Despertado por duas pesquisas de estudantes de pós-graduação – as tese de doutorado de Robson Luís Machado, com entrevistas feitas em uma comunidade rural do Espírito Santo, e de Ana Maria Lugão Rios, com entrevistas gravadas em Minas Gerais –, o projeto foi assumido coletivamente e capitaneado por Hebe Maria Mattos de Castro, cuja familiaridade com temas ligados à escravidão (utilizando fontes escritas e delimitando períodos mais recuados) era anterior.¹⁰⁹ A problemática atual, todavia, incluía refletir justamente sobre a necessidade de produção de novas fontes sobre o tema; exigia não apenas fazer uma “história da memória” como integrar a essa análise a reflexão de o porquê dessa memória não ter sido construída. Como escreveram Hebe Mattos e Ana Maria Lugão Rios no livro *Memórias do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*, de 2005, principal impresso derivado do projeto:

A primeira pergunta que se impunha era por que este tipo de trabalho [de história oral sobre a escravidão] só começou a ser desenvolvido nos últimos vinte anos. Como foi possível que perdêssemos a oportunidade de registrar para a posteridade a fala e a memória de milhares de ex-escravos brasileiros

¹⁰⁸ Gomes, A. C. (org.) **Personagens e imagens de uma cidade**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001; Mauad, A. M.; Gomes, A. C. **Memória: Imigração espanhola em Niterói**. Niterói, RJ: Niterói Livros, 2006.

¹⁰⁹ Ver os livros: Castro, H. M. M. **Ao sul da história: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987; Mattos, H. M. **Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

ainda vivos e lúcidos durante toda a primeira metade do século XX? Não foi por falta de historiadores, antropólogos ou folcloristas interessados no tema. Muito se produziu nesses campos sobre “o negro no Brasil”, especialmente desde a década de 1930, mas pouco sobre os últimos escravos e a experiência da escravidão e da libertação. (Mattos & Rios, 2005, p. 30)

Dentre as hipóteses levantadas, esteve justamente a necessidade de um distanciamento temporal maior; de uma distensão que tornasse o tema passível de abordagem. Escrevem as autoras:

De certa forma, foi preciso desnaturalizar a noção de raça e a própria categoria “negro” para valorizar as evidências de que a ampla maioria da população afrodescendente do país era nascida livre havia pelo menos mais de uma geração no momento da abolição do cativeiro. Desse modo, foi possível também separar analiticamente a questão histórica da inserção social dos últimos libertos e os processos de racialização e discriminação racial no país. (Mattos & Rios, 2005, p. 30-1)

Essa interpretação pode tentar ajudar a compreender, aliás, por que o projeto levado a cabo pelo LABHOI se intensificou de maneira tão notável, imprevisível até para seus pesquisadores: ele responderia a uma demanda reprimida, e ensejou uma explosão de cultura memorial quando as condições para tanto estavam dadas. O projeto, por exemplo, chegou a atrair a atenção da Fundação Palmares (que encomendou um relatório sobre uma comunidade quilombola) e do programa de patrocínio cultural da Petrobras, que financiou a constituição de um acervo de entrevistas e de um filme que sucedeu outros três. No ano de 2011, os quatro foram lançados pelo LABHOI como uma coletânea fílmica que explora esse acervo conforme recortes diferentes: *Memórias do cativeiro* (2005), *Jongos, calangos e folias: Música negra, memória e poesia* (2007), *Versos e cacetes: O Jogo do Pau na cultura afro-fluminense* (2009) e *Passados presentes: Memória negra no sul fluminense* (2011).¹¹⁰ Inúmeras publicações resultaram do projeto – unindo-se aos vídeos, ao acervo de entrevistas, às consultorias. Tratou-se de um trabalho que efetivou uma história pública em sentido pleno: na resposta a demandas públicas, na publicização de resultados de pesquisas, na transposição de uma operação historiográfica para o campo dos produtos

¹¹⁰ **Memórias do cativeiro.** Dir: Hebe Mattos, Martha Abreu, Guilherme Fernandez e Isabel Castro. 2005; **Jongos, calangos e folias: Música negra, memória e poesia.** Dir: Hebe Mattos e Martha Abreu. 2007; **Versos e cacetes: O Jogo do Pau na cultura afro-fluminense.** Dir: Matthias Assunção e Hebe Mattos. 2009; **Passados presentes: Memória negra no sul fluminense.** Dir: Hebe Mattos e Martha Abreu. 2011.

culturais de destinação pública, e mesmo em uma ação do historiador na esfera das políticas públicas que extrapola a própria duração do projeto.¹¹¹

Em meio a essas realizações, e mencionando a diversificação que o campo da história oral apresentava nos anos 1990, Hebe Maria Mattos de Castro apontou os dois pressupostos que considerava distintivos do trabalho do Labhoi:

Em primeiro lugar, a prática da gravação e arquivamento dos depoimentos, constituindo acervos orais passíveis de serem utilizados por outros pesquisadores. Em segundo lugar, a percepção que esta fonte, produzida com a interferência direta do historiador, já é em si mesma um produto

¹¹¹ Entre os vários resultados do projeto, ver: Rios, A. L.; Mattos, H. **Memórias do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; Mattos, H.; Abreu, M. (org.) **Pelos caminhos do jongo e do caxambu: História, memória e patrimônio**. Niterói: UFF/Neami, 2009; Mattos, H.; Abreu, M. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação”. **Iberoamericana (Madrid)**, v. 42, 2011, p. 147-60; Abreu, M. C.; Mattos, H. “Festas, Patrimônio Cultural e Identidade Negra, 1888-2011”. **Dossiê Fêtes et célébrations en Amérique Latine. Artologie (Online)**, v. 4, 2013, p. 9; Mattos, H. “Memórias do Cativo: Narrativas e etnotexto”. **História Oral**, v. 8, n. 1, 2005, p. 43-60; Mattos, H. “Os Combates da Memória: Escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros”. **Tempo**, v. 3, n. 6, 1998, p. 119-38; Mattos, H.; Abreu, M. “Stories of Jongs: Cultural heritage, hidden memories and public history in Brazil”. In: Diptee, A. A.; Trotman D. V. (org.) **Memory, public history & representation of the past**. 1st ed. London: Africa World Press, 2012. p. 119-36; Mattos, H. “Terras de Quilombo. Citoyenneté, mémoire de la captivité et identité noire dans le Brésil contemporain”. In: Hebrard, J. (org.) **Brésil. Quatre siècles d’esclavage**. 2 ed. Paris: Karthala, 2012. p. 331-58; Mattos, H.; Abreu, M. “O mapa do jongo no século XXI e a presença do passado: patrimônio imaterial e a memória da África no antigo sudeste cafeeiro”. In: Reis, D. A. Reis; Mattos, H.; Oliveira, J. P.; Moraes, L. E. S.; Ridenti, M. (org.) **Tradições e Modernidades**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p. 95-113; Mattos, H.; Abreu, M. “Jongo, registro de uma história”. In: Lara, S. H.; Pacheco, G. (org.) **Memória do Jongo. As gravações históricas de Stanley Stein**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008. p. 69-108; Mattos, H.; Rios, A. M. L. “Para além das senzalas: Campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição”. In: Cunha, O. M. G.; Gomes, F. S. (org.) **Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 55-79; Mattos, H. “Terras de Quilombo: Campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro”. In: Libby, D. C.; Furtado, J. F. (org.) **Trabalho livre, trabalho escravo**. 1^a ed. São Paulo: Annablume, 2006, p. 415-36; Mattos, H.; Rios, A. M. L. “O pós-abolição como problema histórico: Balanços e perspectivas”. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 5, 2004, p. 170-98; Rios, A. M. L. “Não se esquece um elefante: Notas sobre os últimos africanos e a memória d’África no Vale do Paraíba”. In: Fragoso, J.; Florentino, M.; Sampaio, A. C. J.; Campos, A. P. (org.) **Nas rotas do império**. Vitória: Edufes, 2006. p. 645-70; Abreu, M. C.; Mattos, H. “Jongo, recalling history”. In: Monteiro, P. M.; Stone, M. (org.) **Cangoma calling: Spirits and rhythms of freedom in Brazilian jongo slavery songs [Luso-asio-afro-brazilian studies & theory, v. 3]**. Dartmouth: University of Massachusetts, 2013. p. 77-88; Abreu, M. C.; Mattos, H. “Em torno do samba, do santo e do porto: Relatório histórico-antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal”. In: O’Dwyer, E. C. (org.) **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais. Os casos das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. v. 7. p. 23-67; Abreu, M. C.; Mattos, H. “Memorias de la esclavitud en Brasil”. In: Pineau, M. (org.) **Huellas y legados de la esclavitud en las Americas. Proyecto Unesco La Ruta del Esclavo**. 1 ed. Saens Peña, Argentina: Ed. Universidade Nacional de Tres de Febrero, 2012. p. 65-73.

historiográfico. Da associação entre estes dois princípios decorre que a explicitação dos pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a realização dos depoimentos é informação fundamental para as perspectivas de utilização destes arquivos por outros pesquisadores. (Castro, 1997, p. 335)¹¹²

Na realidade, nem uma coisa nem outra constituem especificidades no trabalho do LABHOI – são questões que se colocam no campo da história oral, como um todo. O que o LABHOI conseguiu fazer foi contribuir no oferecimento de corpo teórico e conceitual à união entre fontes orais e visuais, de um lado; e à história pública, de outro.

Sendo uma constante no trabalho dos pesquisadores do LABHOI e presente nos trabalhos de praticantes de história oral, como um todo, a discussão metodológica foi adensada especialmente pelas mãos de alguns dos pesquisadores do grupo, que transformaram as expressões constantes no nome do laboratório – história oral e imagem – em temas de estudo e reflexão. Paulo Knauss, por exemplo, dedicou-se a aproximações teóricas entre a cultura visual e a história, valendo-se de abordagens comparativas e de conhecimentos da história da arte.¹¹³ Mas foi Ana Maria Mauad quem trouxe para si a tarefa de, em certo sentido, sistematizar as linhas de trabalho e as contribuições do LABHOI. Mauad ajudou a circunscrever, apoiando-se nos seus próprios trabalhos e no de seus colegas (e inspirando-se no famoso ensaio de Ulpiano Bezerra de Menezes, “A história, cativa da memória? Por um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”)¹¹⁴, um campo de atuação mais específico, localizado dentro do campo da história, mas com imprescindível apoio interdisciplinar: campo dos estudos da memória, que tem como cerne de seu debate teórico, como afirmou Ana, “a discussão sobre a multiplicidade do tempo histórico e a problemática das temporalidades da História”.

Entendendo a imagem e a oralidade como suportes complementares para o estudo da memória, da história da memória, o LABHOI bebeu de uma tradição já comum, nos anos 1990, de discutir sobre as relações entre história e os meios audiovisuais, tradição

¹¹² Castro, H. M. M. “Memória do cativo: Etnicidade, classe e gênero nos acervos orais de descendentes de escravos”. In: Von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 329-44.

¹¹³ Por exemplo: Knauss, P. “O desafio de fazer história com imagens: Arte e cultura visual”. **ArtCultura**, v. 8, n. 12, 2006, p. 97-115; Knauss, P. “Aproximações disciplinares: História, arte e imagem”. **Anos** 90, v. 15, n. 28, 2008, p. 151-68.

¹¹⁴ Menezes, Ulpiano T. Bezerra de. “A história, cativa da memória? Por um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, 1992, p. 9-24.

esta popularizada principalmente através de Marc Ferro.¹¹⁵ Mas o LABHOI instrumentalizou esta discussão numa prática de história oral calcada em um “investimento teórico-metodológico de caráter transdisciplinar”, visando “a inter-relação conceitual de diferentes áreas das ciências humanas numa concepção globalizante do social”, como Ana Mauad entendia ser necessário no caso da abordagem da iconografia e da visualidade (Mauad, 1997, p. 310). Uma prática embebida da história, dos estudos da memória, da linguística, da semiótica – realizando no território dos entrevistadores a prática transdisciplinar sinalizada pela Escola dos Annales e pela história cultural (isto é, uma transdisciplinaridade colocada a serviço de problemáticas da história); dando cor e forma à intertextualidade exigida no trato de textos culturais diversos, em sua abordagem enquanto fontes históricas.¹¹⁶

Dentro dessa concepção, não está a ideia de uma “divulgação histórica” através da visualidade, de um trabalho que toma os debates sobre documentários como marco reflexivo. O LABHOI – e aí está sua singularidade em meio às aproximações entre oralidade e visualidade hoje na moda – reverte o sentido disso: adota o cânone historiográfico, acadêmico, como seu marco, partindo dele para explorações criativas. Como escreveram Ana Maria Mauad e Fernando Dumas em 2011, para um livro sobre história pública:

O desafio que se coloca à oficina da história na incorporação de fontes orais e visuais é o de, justamente, abrir espaço para incorporar a visualidade, a oralidade e a sonoridade como substâncias expressivas importantes para se compreender o passado. Nesse sentido, as estratégias de elaboração dessa nova modalidade de escrita da história se propõem à criação de uma

¹¹⁵ O trabalho de Ferro popularizou-se através de várias traduções: Ferro, M. “O filme: Uma contra-análise da sociedade?”. In: Le Goff, J.; Nora, P. (org.) **História: Novos objetos**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1979; Ferro, M. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Ibrasa, 1983; Ferro, M. **Cinema e história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

¹¹⁶ Mauad, A. M. “História, iconografia e memória”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU, 1997. p. 309-20; Mauad, A. M. “Passado composto: Palavras e imagens, a intertextualidade em história oral”. In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. p. 59-69; Mauad, A. M. “Fragmentos de memória, oralidade e visualidade”. **Projeto História**, n. 22, 2001, p. 157-69.

linguagem audiovisual que incorpore os principais elementos definidores da historiografia acadêmica (Mauad; Dumas, 2011, p. 86)¹¹⁷

Calcado na parceria entre historiadores e profissionais do audiovisual, o LABHOI conseguiu sistematizar uma proposta de “estrutura narrativa” composta por cinco níveis: “narração, áudio, imagem, sobreimagem e trilha sonora” (idem, p. 93), cujo detalhamento pode ser encontrado nos trabalhos do grupo.

Além da cooperação entre profissionais de áreas diferentes, uma característica do laboratório visou conectar as várias instâncias da instituição universitária: a pesquisa, geralmente conduzida pelo corpo docente e pelos estudantes de pós-graduação, incorporou os estudantes de graduação, que em seu currículo encontram disciplinas (não obrigatórias) dedicadas especificamente à história oral. O contato frequente com novas gerações dinamizou o trabalho do Laboratório (e nisso se distinguiu, por exemplo, do vizinho imediato CPDOC, que por muito tempo não teve alunos, mas apenas pesquisadores) e permitiu que os docentes, quando estivessem ensinando sobre história oral, aproveitassem o espaço da sala de aula para uma espécie de aplicação, de experiência prática de pesquisa relacionada aos outros eixos dos cursos (discussões teóricas e preparação metodológica). Um projeto coordenado a partir de 2001 sobre o incêndio do Gran Circus Norte-Americano, em 1961, é exemplar. Ele buscou “refletir (...) sobre o trauma coletivo e a memória social a partir do trágico acontecimento que marcou profundamente Niterói e seus habitantes” (Mauad, 2008, p. 2)¹¹⁸ e gerou o vídeo *O incêndio do Gran Circus Norte-Americano*, de 2003.¹¹⁹ Realimentou, ainda, o interesse sistemático no desenvolvimento de uma nova escrita da história feita através de imagem e som.

Não foi só com a graduação que o LABHOI estabeleceu parcerias. Elas aconteceram, por exemplo, com a Fundação Oswaldo Cruz, através da Casa de Oswaldo Cruz – criada para tratar principalmente de memória – e de seu Programa de História

¹¹⁷ Mauad, A. M.; Dumas, F. “Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: Novos métodos e possibilidades narrativas”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 81-95.

¹¹⁸ Mauad, A. M. “Palavras e imagens de um acontecimento: O incêndio do *Gran Circus Norte-Americano*, Niterói, 1961”. **Primeiros Escritos**, n. 13, 2008.

¹¹⁹ **O Incêndio do Gran Circus Norte-Americano** (2003), 20 minutos, Dir. coletiva. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/labhoi/node/57>. Acesso em: 14 de junho de 2013.

Oral. Um de seus pesquisadores, Fernando Dumas do Santos, atuou junto ao LABHOI devido ao interesse comum em trabalhar com as linguagens visuais no tratamento de temas historiográficos. Entre os resultados estão vários filmes, como *Chagas na Amazônia*, *Chagas nos rios Negro e Branco* (53 min, 1996) e *Chagas no Acre e Purus* (56 min, 1998).¹²⁰

Na soma de suas realizações, o Labhoi configurou aos poucos aquilo que eles chamam de uma “escrita videográfica da história” ou de “vídeo-história”, entendida como um texto histórico distinto que lança mão de fontes orais, visuais e sonoras sem abrir mão dos princípios regulares da operação historiográfica. Isso é o que permite aos pesquisadores do laboratório chamar seus vídeos de “filmes de pesquisa”, nos termos de Hebe Mattos. “São resultado de pesquisa analítica, tanto quanto um artigo ou um livro”, afirmou ela, em entrevista à *Revista de História*, em 2011.¹²¹ Essa vídeo-história, conforme Mauad e Dumas, consiste em

uma narrativa fílmica dos resultados de uma operação histórica que mantém os requisitos acadêmicos consagrados para a produção historiográfica. Ela se constrói a partir de determinados princípios teóricos e metodológicos, que, todavia, não se constituem em limites ao trabalho do historiador porque, justamente, trata-se da produção da narrativa, e não da instituição de um novo canteiro da história. (Mauad; Dumas, 2011, p. 81)¹²²

Em outras palavras, esse novo texto historiográfico visa, por um lado, seguir adiante respeitando os critérios e os procedimentos da disciplina histórica, mas também respeitando a “substância de expressão” das fontes orais, visuais e sonoras — isto é, incluindo, na análise do material, a consideração da natureza específica dessas fontes, e não apenas seu caráter informativo. Isso implica que, quando do uso de determinantes

¹²⁰ Santos, F. S. D. “Historias orales en filme y CD-Rom”. **Palabras y Silencios**, v. 4, n. 5, 2000, p. 17-8.

¹²¹ Scarrone, M. “Hebe Mattos: ‘A prática da escravidão chegou a ser algo que demarcava as fronteiras dos estados brasileiros com os países vizinhos’” [Entrevista com Hebe Mattos]. **Revista de História**, 01/08/2011, *website*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/hebe-mattos>.

¹²² Mauad, A. M.; Dumas, F. “Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: Novos métodos e possibilidades narrativas”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 81-95.

fontes, as condições de produção desta fonte não podem ser descartadas. No caso da história oral, são fontes assinaladas pelo contato.¹²³

Com sua experiência videográfica, a intertextualidade do LABHOI se aprofundou, atingindo forma e conteúdo, alcançando aquilo que Marisa Lajolo entenderia como “intermedialidade”, fenômeno específico ou intensificado de hipertextualidade; hipertexto que, na era da informática, é “materialização do sonho da intertextualidade, da polifonia e da multimedialidade” (Lajolo, 2005, p. 35), anunciada pelas vanguardas artísticas e hoje passíveis de transmissão a uma massa de espectadores graças aos formatos que permitem convergências.¹²⁴ É uma intermedialidade que não consiste numa “simples transferência de mídia”, como Ana Mauad e seus colaboradores escreveram:

Para que se possa atingir o patamar de um vídeo-documentário que seja, ao mesmo tempo, o produto final de uma investigação histórica e um produto áudio-visual capaz de transmitir as informações e análises desejadas, deve-se desenvolver uma linguagem própria articulada às características específicas da mídia escolhida e atendida aos objetivos do realizador, no caso, o historiador que precisa transmitir os resultados de seu trabalho. (Santos, Mauad & Serrano, p. 38)¹²⁵

Assim como os trabalhos temáticos dos pesquisadores de LABHOI se mostraram produtivos, as reflexões e propostas sistematizadas por Ana Maria Mauad abriram caminho para seu reconhecimento. Como os escritos da autora revelam, o LABHOI – do qual é uma espécie de porta-voz – soube deglutir as regras do campo historiográfico e os debates em curso na área de estudos da memória; filtrá-los a partir de experiências de pesquisa individuais e coletivas, dinamizadas pela colaboração entre profissionais de diferentes áreas, pela cooperação entre professores e alunos, numa variedade de assuntos; e devolver ao campo, de maneira sólida e refletida, novos princípios de trabalho capazes de serem extrapolados, expandidos, novamente deglutidos.

¹²³ Para o trabalho de Ana Maria Mauad e seus colaboradores, ver também: Santos, F. S. D.; Mauad, A. M.; Serrano, A. P. R. “Vídeo-história e história oral: Experiências e reflexões”. In: Viscardi, C. M. R.; Delgado, L. A. N. (org.) **História oral: Teoria, educação, sociedade**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 33-56.

¹²⁴ Lajolo, M. “Do intertexto ao hipertexto: As paisagens da travessia”. In: Nunes, B. (org.) **Memória, literatura e tecnologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

¹²⁵ Santos, F. S. D. d., et al. (2006). Vídeo-história e história oral: Experiências e reflexões. História oral: Teoria, educação e sociedade. C. M. R. Viscardi and L. d. A. N. Delgado. Juiz de Fora, Ed. UFJF: 33-56.

Será interessante observar, no futuro, que porção do legado do LABHOI será incorporado pelas novas gerações, e como: se suas soluções procedimentais serão absorvidas como um receituário metodológico que progressivamente perderá suas características singularizantes e subversivas; ou se a criatividade e a intertextualidade de seus pesquisadores é que será reativada, permitindo que essas mesmas soluções sejam reavaliadas e transformadas à luz de novos problemas e de novas ferramentas.

História oral em Minas Gerais:

Multidisciplinaridade e religação dos saberes

Foi a história de vida que, no princípio, nutriu a história oral em Minas Gerais. Antes mesmo de publicar o livro que se tornaria uma referência na América Latina – *Las historias de vida en ciencias sociales*, de 1974¹²⁶ –, o eclético pesquisador Jorge Balán introduziu na Universidade Federal de Minas Gerais o método de pesquisa qualitativa que, até então, a instituição pouco conhecia. Sua parceira no empreendimento era a argentina Elizabeth Jelín, ainda bem distante de gerir seus hoje ultracitados estudos sobre memórias traumáticas e pós-ditatoriais. Trabalhando como consultor da Ford Foundation, Balán foi à UFMG acompanhar a instalação do programa de mestrado em Ciência Política apoiado pela fundação estadunidense.

Defrontado com a realidade local, ele decidiu – como fez em outros países, especialmente no México – levar a cabo uma pesquisa para a qual recrutou professores da universidade, precisando convencê-los a experimentar uma prática nova. Dentre os que aceitaram seu desafio, estiveram duas figuras que mais tarde se relacionariam proximamente com o campo da história oral: Ligia Maria Leite Pereira e Michel Marie Le Ven. Ele – chegado no Brasil em 1965, tendo estado preso pelo Exército entre 1968 e 1969 – hesitou em participar tanto pela falta de experiência com o método quanto por sua dificuldade com o idioma. Como rememorou mais de quarenta anos depois, já convencido do poder político da palavra e preocupado com a criação de espaços de narração:

¹²⁶ Balán, J. (org.) *Las historias de vida en ciencias sociales*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

eu já tinha trabalhado nas favelas do Centro de Belo Horizonte e tinha sido incentivado por um casal argentino que se chama [Jorge] Balán e Elizabeth Jelin, que ainda escreve. Eu não vi ela depois. Teria gostado, porque ela quem me ensinou. Eles foram contratados aqui no mestrado [de Ciência Política] que acabava de ser criado pela Fundação Ford – você vê todas as contradições que tinha, né? [risos] Foi ela que me ensinou a base da sociologia científica. Foi muito bom! E o Balán lançou uma pesquisa – inclusive a Lígia estava e sabia fazer pesquisa. Eu não sabia, achava que não sabia, mas o Balán me contratou e falou: “Não... Você tem experiência, tem tanta!”. A pesquisa se chamava “Estratégias de sobrevivência das classes populares”, das classes baixas, uma coisa assim – porque era a linguagem que se usava. O Balán me falava: “Você escreve, a sua vida. Você passou três anos nas favelas, deve saber...”. E então fui. Eu não sei como que escrevia, mas tinha feito um curso de português em São Paulo que me ajudou muito. E então fui, respondendo as formas de sobrevivência das famílias. Eu inclusive casei com uma mulher que morava na favela. Então todos os meus preconceitos caíram! E eu já tinha a experiência de uma resistência, na França, frente ao exército da Argélia! Então aqui consegui fazer, estar presente com eles, e escrevi, até, esse texto... Quando fui reler isso há pouco tempo atrás, não é que falo de história oral e de vida? Eu falei: “Gente...”. Isso foi escrito em [19]72. (...)

E então o Balán me falou: “Você vê, você escreveu”. [risos] “Você ouviu muita gente, viu muita coisa, e isso é uma abordagem sociológica, hoje, das classes populares. Como que você vai escrever como [eles] resistem se não vai perguntar pra eles? Se não vê isso concretamente, fazendo?”.¹²⁷

A pesquisa não satisfaz apenas Balán – mas também Le Ven, que em sua tese de doutorado voltou a se apoiar na fala de operários escutados entre 1982 e 1984.¹²⁸ “De fato, eu não falava de história oral. Eu falava de entrevistas. (...) Acabei no final gravando (...), ouvia muita coisa. [Antes eu] anotava tudo, com autorização deles. Você pode me falar: ‘não é oral’. Mas é fala, né? Fala escrita”, disse-me ele em entrevista.

Para a colega de Le Ven, a socióloga Ligia Maria Leite Pereira, a experiência com Jorge Balán foi igualmente marcante, ainda que por razões diferentes. Sua formação metodológica na área tinha tido orientação predominantemente quantitativista, como era comum à época. O projeto de Balán a transportou dos *surveys* para os relatos orais, logo no

¹²⁷ “Minha visão sobre a história oral é relativamente simples: é uma visão política. Política no sentido de poder” – Entrevista com Michel Marie Le Ven. Gravada em maio de 2012. Belo Horizonte, MG.

¹²⁸ Le Ven, M. M. **Trabalho e democracia: A experiência dos metalúrgicos mineiros (1973-1986)**. Tese de Doutorado em Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, 1988.

início de sua carreira como professora, conforme ela relatou em entrevista gravada em 2012:

Já em [19]70, logo que eu estava saindo do mestrado [e] começando a dar aulas aqui, o [Jorge] Balán me chamou, montou uma pesquisa que era “Estratégias de sobrevivência de classes populares em Belo Horizonte”, e nós fomos trabalhar com ele, fazer pesquisa. Então nós usamos história oral. (...)

Ele e a Elizabeth [Jelín] (...) ficaram [como professores] um tempinho... Uns três ou quatro anos, sabe? Davam aula de Sociologia, disso e daquilo, e o Balán conduziu essa pesquisa, que foi muito interessante. A casa da minha mãe, que faleceu recentemente, era caminho para uma favela. Mas na época a gente chamava [de] Morro do Pau Comeu, e a gente conhecia todo mundo lá: as empregadas de casa eram de lá, meu pai era médico então mamãe distribuía remédio [na favela], então eu já ia para o morro fazer entrevista, muitas vezes com ele. Foi uma experiência muito interessante, já nessa linha de pesquisa qualitativa, que me marcou muito. Tenho a impressão de que foi a única experiência de pesquisa que eu tive durante esses primeiros anos aqui na Fafich.¹²⁹

Mas foi bem mais tarde que a experiência dos dois com histórias de vida foi ao encontro do interesse de outros colegas, em um cruzamento interdisciplinar e em uma colaboração multidisciplinar afeita ao trabalho sensato e profundo e alheia à redundância e ao cartilhamento metodológico: o Programa de História Oral da UFMG, criado em 1989 como uma proposta bastante arrojada para o Centro de Estudos Mineiros, onde se abrigou.¹³⁰

Por iniciativa de Lucilia de Almeida Neves, um grupo de professores passou a se reunir para efetuar estudos mais aprofundados sobre a realidade mineira e, em certo momento, definiu a história oral como opção metodológica para a execução de suas propostas. Além de Neves, Pereira e Le Ven, fundaram o Programa os sociólogos Otávio Dulci e Celina Albano (ela havia sido pesquisadora, também, no projeto de Balán) e as historiadoras Thaís Cougo Pimentel e Regina Helena Alves da Silva. Em uma palestra proferida em 2009, Lucilia de Almeida Neves elencou os “compromissos tácitos” que uniam o grupo: uma concepção solidária do trabalho acadêmico, mas não sem tensões; a

¹²⁹ “A história oral me dá muita satisfação como profissional e como pessoa” – Entrevista com Ligia Maria Leite Pereira. Gravada em setembro de 2012. Belo Horizonte, MG.

¹³⁰ Sobre os princípios e a trajetória inicial do Centro de Estudos Mineiros, antes da instalação do Programa de História Oral: Monteiro, N. G. “Centro de Estudos Mineiros – Pesquisas em andamento”. **Revista Brasileira de História**, v. 1, n. 1, 1981, p. 99-108.

inovação e a criatividade; a ética profissional na formação de jovens e na constituição de acervos; a preocupação com a heterogeneidade e a interdisciplinaridade, somada à crítica à compartimentalização disciplinar; o compromisso com a consistência; o reconhecimento da complexidade de trabalhar com a memória; a ideia de que o projeto frutificaria no futuro, não necessariamente com repercussão imediata; a noção de que a construção do conhecimento em ciências humanas não é neutra.¹³¹ Em coerência com essas bases, o grupo não erigiu uma doutrina; caracterizou-se, pelo contrário, por uma história oral marcada pelo diálogo, pela diversidade.

Assim como Pereira e Le Ven, Lucilia de Almeida Neves já havia tido experiências anteriores com entrevistas. Ela não apenas havia entrevistado seu tio Tancredo Neves, ao lado da professora Vera Alice Cardoso Silva (na realidade, a colega tinha pedido para intermediar os contatos iniciais com o político, que colocou a presença da sobrinha como condição para conceder a entrevista), mas tinha usado entrevistas em sua dissertação de mestrado sobre o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e em sua tese de doutorado sobre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), defendida e publicada em 1989 como *PTB: Do getulismo ao reformismo*. De certa forma, tanto os contatos travados com o CPDOC durante a pesquisa como a popularidade alcançada com o livro acabaram sendo revertidos para o novo projeto. Como ela própria relatou, em entrevista concedida em 2012:

Eu já tinha, então, essa experiência com entrevistas. E para fazer a entrevista com o Tancredo nós fizemos um contato grande com o CPDOC, para aprofundar a questão metodológica. Eu fui lá conversar com a Verena Alberti, que estava também no iníciozinho de tudo. Vimos o acervo do CPDOC, estudei algumas entrevistas para poder fazer um trabalho bom com o Tancredo. Isto redundou numa condução acho que mais madura nas entrevistas que fiz para o livro do PTB. Essas entrevistas também foram muito instigantes. Na tese sobre o PTB eu aproveitei parte das entrevistas do mestrado, porque tinha dirigentes do PTB e tudo mais, e fiz algumas novas. (...)

Todas as entrevistas sobre o PTB eu fiz já muito orientada por essa perspectiva mais de uma metodologia de história oral. Já estava mais apurado o meu trato com história oral. Eu defendi a tese em 1989 – mas olha o que

¹³¹ Conforme minhas anotações de palestra proferida por Neves, que integrou a mesa redonda “Programa de História Oral/CEM/FAFICH/UFMG –20 Anos”, ocorrida no dia 05 de outubro de 2009, durante o VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

aconteceu comigo, que coisa maluca! Eu depusitei a tese, mas foi uma falta de sorte e ao mesmo tempo uma sorte extraordinária. Em 1988 eu mandei o texto para o Leôncio, como ele tinha pedido. Eu devo ter mandado em abril – imagina, eu me desespero se alguém me mandar quinhentas e tantas páginas – e em junho ele me deu um retorno. “Olha, Lucilia, está muito grande”. Ele telefonou e falou assim: “Ó, tá muito grande, eu vou demorar um pouquinho”. Aí ele falou: “Venha para a orientação”. E eu fui. Ele falou que eu tinha escrito muito na condicional (“seria”, “poderia”...). “Você vai tirar todas as condicionais, porque você tem uma documentação farta. Tire as condicionais e escreva um capítulo, ou uma parte da tese, sobre o perfil sociológico dos principais militantes do PTB”. (...) Aí eu arrumei a tese toda e depusitei. (...) Mandei num dia e daí a três dias a USP entrou em greve. (...) Em dezembro a USP saiu da greve; aí, de comum acordo com o Leôncio, achamos que não tinha sentido defender uma tese em janeiro, marcamos a defesa para final de fevereiro. Era 1989, ano eleitoral. Muitos eram candidatos. O Brizola era candidato à Presidência da República, houve a eleição do Collor, o Lula era candidato. Para o PDT e para o Brizola, sair uma tese do PTB naquele ano (...) era uma maravilha, né? Eu voltei da USP com a tese defendida e fui à Reitoria da UFMG – tinha uma colega da História que era chefe de gabinete do reitor. (...) Na sala dela estava o editor da Editora Marco Zero, que durante anos editou a *Revista Brasileira de História*. Ele olhou e falou assim: “Mas que é isso? É uma tese sobre o PTB?”. Eu falei: “É. Defendi na semana passada”. Ele olhou e falou assim: “Você acabou de ganhar um editor”. Ele folheou, ficou olhando, folheando... “Eu sou editor da *Revista Brasileira de História*, meu pai foi militante do PTB no Amazonas. Nossa! Eu quero publicar”. A publicação foi um estouro na época, porque não tinha mesmo nenhum trabalho sobre o PTB. (...) ¹³²

Pela Marco Zero, saiu *PTB: Do getulismo ao reformismo*, que antecedeu o trabalho de Maria Celina d’Araújo, pesquisadora do CPDOC, lançado anos mais tarde. ¹³³

A defesa dessa tese em [19]89 teve uma repercussão enorme na criação do Núcleo de História Oral da UFMG, que primeiro chamava Programa de História Oral da UFMG. Por quê? A UFMG tem um prêmio que chama Prêmio Fundep (...), o prêmio da fundação de pesquisa da Universidade. (...) São projetos que são avaliados por uma comissão interdisciplinar, interdepartamental, e esses projetos ganham um prêmio em dinheiro pra eles serem executados, e para serem inclusive implantados com equipamentos. Eu já vinha com essa história do Tancredo, de ter feito as entrevistas do CGT, muito proximamente as entrevistas do PTB, e a gente tinha uma

¹³² “Eu não gosto de nada que não tenha uma dimensão pluralista” – Entrevista com Lucilia de Almeida Neves. Gravada em maio de 2012. Brasília, DF.

¹³³ Neves, L. A. **PTB: Do getulismo ao reformismo**. São Paulo: Marco Zero, 1989; D’Araújo, M. C. **Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945 a 1965**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

relação de um grupo de trabalho ainda um pouco disperso – mas nós tínhamos um grupo que trabalhava muito bem junto. Aí nós falamos assim: “Vamos fazer um projeto de história oral e tentar concorrer a esse prêmio Fundep?”. Nós sentamos e fizemos esse projeto que (...) tinha essas três linhas: cidades, elites públicas e privadas, e partidos e sindicatos. Interdepartamental – por isso foi localizado no Centro de Estudos Mineiros da Faculdade. Porque tinha gente da Ciência Política, da Sociologia e da História.¹³⁴

O projeto elaborado pelo grupo, intitulado “Minas Gerais: Política e sociedade através da história oral (1934-1964)”, venceu o prêmio – um feito inédito para propostas oriundas das humanidades, interpretado pelos mentores da ideia como tributário de seu caráter interdisciplinar e interdepartamental. Sua bem-vinda heterodoxia estendeu-se também aos modelos que o Programa de História Oral mineiro procurou perseguir: a mistura preparada na FAFICH tinha como ingredientes o modelo do CPDOC, que Lucilia de Almeida Neves conhecia bem (entendido àquela altura como sendo voltado predominantemente não à pesquisa, mas à constituição de arquivos), e o do CERU, com o qual Ligia Maria Leite Pereira tinha familiaridade (modelo que seguia o caminho contrário: o de gerar estudos a partir de entrevistas, sem se ocupar necessariamente da conservação dessas fontes). Um seminário organizado pelo grupo corporificou essa mistura tendo Angela Maria de Castro Gomes e Olga von Simson como convidadas, e reforçou o projeto de constituir um acervo de documentação oral e de concomitantemente produzir, a partir dele, pesquisas.

O sucesso do Programa foi confirmado nos dois eixos. O livro que Verena Alberti lançaria em 1990 – *História oral: A experiência do CPDOC* – se tornaria a referência processual para a confecção e a conservação das gravações, que todavia só foram disponibilizadas publicamente a partir de 1999, com uma base de pesquisa disponível na Internet. Os usos das entrevistas para pesquisa, por sua vez, foram pautados pelos professores que frequentavam o espaço – encarregados de formar novos pesquisadores através da orientação de trabalhos de graduação e pós-graduação, indicações de leituras e discussões de textos, entre outras atividades.

¹³⁴ “Eu não gosto de nada que não tenha uma dimensão pluralista” – Entrevista com Lucilia de Almeida Neves. Gravada em maio de 2012. Brasília, DF.

Além disso, a geração que institucionalizou a história oral em Minas Gerais assumiu destaque no vindouro movimento da história oral. Seus aprendizes abasteceram mais tarde os quadros da própria UFMG (casos de Rodrigo Patto Sá Motta e de Miriam Hermeto) e de outras universidades (como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense, das quais Andrea Casa Nova Maia e Juniele Rabêlo de Almeida, respectivamente, se tornaram professoras), para o regozijo dos mestres. Perguntei a Michel Le Ven:

Mas você já ensinou pessoas a fazerem história oral, e está fazendo isso agora.

Ah, claro! Isso é uma boa pergunta, e pouca gente dá valor. Mas criamos – pergunta isso para a Lucília. (...) Eu sou professor. Pesquisador? Se você quiser [me chamar assim]. Eu sou professor. Gosto disso. Desde os 30 anos eu fui professor.¹³⁵

Na entrevista com Lucília de Almeida Neves, nem foi preciso perguntar:

O que eu acho mais legal nessa trajetória é a quantidade de alunos que a gente forma e que trabalha com história oral. E muitos se transformaram em professores de instituições universitárias públicas e alguns de PUC. (...) Muita gente trabalhando. E o pessoal vem implantando, então, trabalhos de história oral para onde eles estão indo, né? Eu acho que essa é a parte mais gratificante de toda essa trajetória.

Quanto às publicações, é lógico, também nos realizam. Mas em termos de você sentir assim “valeu, aqui eu plantei uma coisa bem sólida”, é quando você recebe essas notícias; quando chega a notícia aqui: “Lucília, acabei de passar no concurso de tal lugar”. Eu fico desorientada de alegria!¹³⁶

Todos eles produziram um número substancial de obras, em variadas perspectivas – bem como outros professores da primeira geração mineira, como Regina Helena da Silva e Maria Eliza Borges Linhares, que, cada um à sua forma, desenvolveram interessantes obras sobre história oral, memória e patrimônio.¹³⁷

¹³⁵ “Minha visão sobre a história oral é relativamente simples: é uma visão política. Política no sentido de poder” – Entrevista com Michel Marie Le Ven. Gravada em maio de 2012. Belo Horizonte, MG.

¹³⁶ “Eu não gosto de nada que não tenha uma dimensão pluralista” – Entrevista com Lucília de Almeida Neves. Gravada em maio de 2012. Brasília, DF.

¹³⁷ De Regina Helena Alves da Silva, ver, entre outros: Silva, R. H. A. (org.) **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1994; Silva, R. H. A. “Para não morrer... é só amarrar o tempo no poste: Memória e patrimônio”. **História & Perspectivas**, p. 11-27, 2009; Silva, R. H. A.; Arruda, R. P.; Casanova, V. L. (org.) **Album de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. Entre os trabalhos de Maria Eliza Linhares Borges, ver: Borges, M. E. L. “A Reforma Universitária de 1968: Memórias da repressão e da resistência na UFMG”. **História Oral**, v. 11, 2008, p. 149-68; Borges, M. E. L.

Firmada nacionalmente como o nome de maior expressão oriundo do grupo, Lucilia de Almeida Neves passou a participar ativamente da Associação Brasileira de História Oral, de seus eventos e inclusive de seu corpo diretivo, sendo presidente da entidade no biênio 2000-2002. Ela dedicou-se tanto a reflexões de cunho teórico e metodológico quanto a trabalhos de pesquisa ou de divulgação cuja contribuição para a história do Brasil contemporâneo é notável.

Enfim, Neves consubstanciou sua visão sobre história oral num livro de 2006, *História oral: Memória, tempo, identidades*, uma das publicações brasileiras mais interessantes sobre o tema. Dividido em duas partes (“História oral, memória, identidades” e “Tempos vividos e memória coletiva”), o livro é bastante atraente porque aborda três linhas de interesse para o leitor nas dimensões apropriadas a cada uma delas: é composto por um capítulo sobre o método da história oral; três capítulos sobre suas questões teóricas (a articulação da história oral a conceitos como os de narrativa, identidade, memória, História, multidisciplinaridade); e cinco estudos que demonstram como o método e a teoria se operacionalizam diante de temas de pesquisa, sem ofuscá-los.

Despida de tonalidade doutoral ou catequizadora, a obra de Neves pode ser entendida como uma espécie de manual desapertado – que indica ao leitor os caminhos recomendados na condução de uma pesquisa em história oral, sem, todavia, constrangê-lo a modelos rígidos, como o que a própria autora critica ao afirmar os desafios intelectuais e institucionais no uso da história oral: “Compreendem questões pertinentes à interdisciplinaridade que ainda não foi assimilada de forma consensual pela comunidade acadêmica, muitas vezes presa à compartimentalização rígida do conhecimento”, escreveu (Neves, 2006, p. 30). Em seu trabalho, Neves realiza ainda aquilo que entenderíamos ser prática comum em escritos acadêmicos – o diálogo irrestrito com os pares, incorporando o melhor de suas contribuições e discutindo o que se afigura como polêmico, sem denegar sua existência – mas que se configura, aqui, como exceção.¹³⁸

Não à toa, Neves considera que um de seus melhores textos seja a introdução que escreveu a um livro sobre Clodesmidt Riani, que havia sido um de seus primeiros

“Cultura dos ofícios: Patrimônio cultural, história e memória”. **Varia Historia**, v. 27, 2011, p. 481-508; Borges, M. E. L. (org.) **Inovações, coleções, museus**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

¹³⁸ Delgado, L. A. N. **História oral: Memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

entrevistados ainda em sua pesquisa sobre o Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil – ocasião na qual o entrevistador ofereceu seu relato, mas sem gravá-lo. Temia que pudesse sofrer consequências em um contexto político fortemente instável, pouco antes da promulgação da anistia, na qual não acreditava plenamente:

Ele estava um homem extremamente encolhido, muito pobre, numa casa muito pobre. Não era miserável, mas era uma casa de uma simplicidade enorme. E ele me falou: “Minha filha, eu sofri demais, e eu não tenho ainda segurança dessa anistia pra que eu grave. Você, por favor, anote”. Eu não tinha experiência nenhuma. Eu falei: “Gente, meu Deus do céu, isso não vai dar certo”. Mas o quê que eu podia fazer? Eu anotei, né? Eu tinha um caderninho de campo e fui anotando.¹³⁹

Naquela ocasião, “mesmo não tendo gravado, ele me deu o caminho da dissertação”, afirmou Neves, que voltou a entrevista-lo mais tarde para o Programa de História Oral da UFMG, fazendo sua história de vida. Como resultado da relação de respeito mútuo desenvolvida e confirmada ao longo dos anos entre a pesquisadora e seu sujeito, Riani pediu a Lucilia de Almeida Neves que apresentasse o livro preparado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora a partir de uma outra entrevista de vida, lançado em 2005.¹⁴⁰

“Memória, tempos vivos e história na narrativa de Clodesmidt Riani” é mesmo um ensaio marcado pela vividez, no qual a densidade analítica e o rigor histórico mostram-se plenamente compatíveis com o exercício criativo. A autora recorre às suas lembranças – “a trajetória de vida de Clodesmidt Riani foi decisiva para formação de minhas convicções políticas nos tempos de adolescência” (p. 5), diz ela, falando do papel do político em Juiz de Fora, onde morava, e das referências a ele que circulavam em sua família – e ao seu diário, no qual aos quatorze anos registrou a história que tinha escutado e que tanto lhe comovera. “Ontem à noite chorei. Sabem por quê? Pelo que está acontecendo no Brasil. É pura maldade. Aqui em casa ouvi a seguinte história: prenderam um pai de uma família de dez filhos” – é o que escrevera em 3 de agosto de 1966. Sem engessar seu texto, Neves recorre a teóricos da memória; demonstra destreza tratando de temas da história do

¹³⁹ “Eu não gosto de nada que não tenha uma dimensão pluralista” – Entrevista com Lucilia de Almeida Neves. Gravada em maio de 2012. Brasília, DF.

¹⁴⁰ Paula, H. R.; Campos, N. A. **Clodesmidt Riani: Trajetória**. Juiz de Fora: Ed. UFJF/Funalfa Edições, 2005.

Brasil; aprecia o testemunho que apresenta (“forte, contundente, detalhado, marcado por alguns lapsos e por muitas ênfases”); e agrega, à produção histórica que faz e em que acredita, uma dimensão utópica. “Suas memórias são manifestações de consciência coletiva, de garra e de certeza no amanhã. E não é esse o melhor e mais profundo sentido da História”, escreveu.¹⁴¹

Michel Le Ven deu seguimento à sua pesquisa de ciência política (publicou, por exemplo, a longa entrevista biográfica de Dazinho)¹⁴², mas também passou a desenvolver a ideia da história oral como um método dentro da perspectiva da sociologia clínica – duas práticas que se arriscam, abrindo-se para o mundo, segundo ele –, entendendo as entrevistas como um instante que “põe em movimento todos os sentidos corporais e espirituais que são próprios da relação humana” (Le Ven *et. al.*, 1997, p. 216), como um momento que transforma audição em escuta e mobiliza toda a corporeidade dos agentes em uma situação de interação; que é uma experiência terapêutica (não no sentido clínico) e transformadora para quem fala e para quem escuta; que é uma busca pelo cuidado de si e do outro. “Em nosso caso, clinicar é cuidar, pastorear, conduzir, governar, primeiro a si mesmo. E, assim, o poder se humaniza, socializa-se”, escreveu Le Ven (Le Ven, 2008, p. 39)¹⁴³, agindo em coerência com sua perspectiva intelectual de agregação e de compreensão, por uma prática que ele mesmo entende como transdisciplinar¹⁴⁴, mas que se realiza de maneira mais local em sua ideia da história oral como uma religação de saberes – ideia inspirada em Edgar Morin.

Acerca da “sociologia clínica” de Le Ven, aliás, Lucilia de Almeida Neves teceu suas críticas, quando, na entrevista que me concedeu, perguntei o que não lhe agradava no ambiente de história oral:

¹⁴¹ Delgado, L. A. N. “Ensaio introdutório: Memória, tempos vivos e história na narrativa de Clodesmidt Riani”. In: Paula, H. R.; Campos, N. A. **Clodesmidt Riani: Trajetória**. Juiz de Fora: Ed. UFJF/Funalfa Edições, 2005. p. 5-12.

¹⁴² Le Ven, M. M. **Dazinho: Um cristão nas Minas**. 1ª ed. Belo Horizonte: CDI, 1998; Le Ven, M. M. **Dazinho: Um cristão nas Minas – Minas do ouro, minas d’água, minas de gente...** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2005.

¹⁴³ Le Ven, M. M. **Afeto e política – Metodologia qualitativa: História oral de vida e sociologia clínica**. Colaboração: I. A. C. Teixeira e D. F. Vieira. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/Linha Ed. Tela e Texto, 2008.

¹⁴⁴ Le Ven, M. M.; Faria, E.; Motta, M. H. S. “História oral de vida: O instante da entrevista”. In: Von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 213-22.

não gosto [de] entender a história oral como uma crônica de vida. Não faz a minha cabeça não, sabe? A orientação meio psicologizante também me desagrada. O Michel Le Ven tem assumido muito nessa orientação. Ele tem uma terminologia que me fugiu aqui agora, que explica isso. Ele vai poder te falar sobre isso. A hora que ele falar nisso, você vai falar: “Isso é o que a Lucilia não gosta...” [risos]. Você vai entender na hora. Me fugiu a terminologia, sabe?¹⁴⁵

Sua opinião franca mostra a existência de um grupo de cooperação e afeto, mas não imune às diferenças e à autocrítica. O trabalho de Lígia Maria Leite Pereira também é um exemplo disso. Ela ofereceu contribuições importantes na sistematização de tendências e na discussão de aspectos metodológicos no trabalho com história oral, com um olhar “sócio-histórico” bastante definido. Sua área de trabalho temático, porém, mostra uma inclinação bastante distinta daquela adotada por Neves ou por Le Ven: realizou vários estudos sobre as elites e o empresariado mineiro.¹⁴⁶ Mais tarde, partiu ainda para um outro tipo de trabalho que dificilmente seria tolerado em um ambiente marcado pela ortodoxia: biografias e histórias orais de empresas e de figuras de relevo no ambiente político e empresarial de Minas Gerais.

No intervalo de tempo entre a fundação e consolidação do Programa (início dos anos 1990) e a tomada de espaço por uma nova geração (vinte anos depois), houve uma lacuna – e os próprios mentores do projeto se mostraram preocupados com a continuidade da proposta iniciada no final dos anos 1980. “Acredito que é uma questão que deixo em aberto, uma reflexão. (...) Por que no momento em que cada vez mais a memória faz parte da cultura das sociedades contemporâneas (...), na contramão de tudo, aqui dentro da UFMG nós não conseguimos formar pessoas, despertar condições de uma integração maior?”, perguntou-se Lígia Maria Leite Pereira em entrevista concedida em janeiro de 2005 a Aparecida Shikida (Shikida, 2005, p. 111). “Eu acredito e torço e se puder inclusive (...) contribuirei para que o Programa de História Oral tenha tudo para

¹⁴⁵ “Eu não gosto de nada que não tenha uma dimensão pluralista” – Entrevista com Lucilia de Almeida Neves. Gravada em maio de 2012. Brasília, DF.

¹⁴⁶ Pereira, L. M. L. “Esfera privada e esfera pública na trajetória da elite mineira”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 89-108; Pereira, L. M. L. “Considerações sobre vida cotidiana e política na perspectiva da elite mineira”. In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. p. 137-49.

continuar e ser revigorado”, acrescentou (Shikida, 2005, p. 114).¹⁴⁷ Com aposentadorias e transferências, ao longo dos anos 2000 o Programa se enfraqueceu – e só na década seguinte ele seria, liderado por Rodrigo Patto Sá Motta, plenamente assumido por uma nova geração.

Na figura de Motta está o emblema da liberdade legada pelo ambiente onde ele se formou. Aluno de mestrado de Lucília de Almeida Neves, bolsista do Programa de História Oral no início dos anos 1990, ele tem convicção do tipo de uso da história oral que convém a seus trabalhos: “No meu caso, dos objetivos que eu tenho, ela [a fonte oral] é tratada de maneira crítica”, disse-me ele na entrevista que gravamos em 2012. Outros usos, de toda forma, são enxergados por ele de maneira legítima: “tem diferenças de campo: o olhar do historiador – como o meu, por exemplo – é diferente da aplicação que faz da história oral, como eu disse, um antropólogo, um sociólogo, um psicólogo, que vão trabalhar com a fonte oral numa outra dimensão, em busca de outro tipo de reflexão”.

Mas foi ao responder minha pergunta sobre o perfil atual do Núcleo que estava sob sua responsabilidade que Rodrigo Patto Sá Motta condensou em sua melhor forma o legado dos pioneiros mineiros: a abertura multidisciplinar; a postura não-dogmática e, por conseguinte, antidogmática; a valorização da argumentação fundamentada e não do poder coercitivo; o pluralismo em lugar do monismo metodológico. Em suas palavras:

O que é o núcleo hoje?

A ideia é que seja como tinha sido sempre, como tinha sido antes: um lugar de agregação de pesquisadores interessados nesse campo de história oral. E que seja uma visão plural. Quem se identificar com a fonte, com o campo, com o método, vai estar bem acolhido. O núcleo tem uma certa infraestrutura, tem um site, vai organizar eventos regulares. Então a ideia é que seja um lugar de agregação, de aproximação, mas sempre plural. Porque eu tenho uma opinião, faço determinado uso de história oral – e outras pessoas fazem outros, às vezes até ex-orientandos meus, que têm opinião um pouco diferente. Na minha opinião, a gente não deve impor modelos de pensamentos a ninguém. Orientador, sobretudo, não deve impor nada a ninguém. Acho que isso é um caminho detestável. Se o orientador não consegue convencer pelo argumento ou pelo exemplo, não deveria impor pelo poder. Sei que muita gente faz essas coisas, e com isso cria grupos, cria relações de continuidade do seu trabalho que podem se revelar muito frágeis.

¹⁴⁷ Shikida, A. M. S. **Informação, história e memória: A constituição social da informação em relatos orais**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Belo Horizonte, UFMG, 2005.

Eu não acredito nisso. Não acredito como estratégia de carreira e também não acredito como estratégia acadêmica. Eu acredito mais no pluralismo; que as pessoas escolham os seus modelos. Como diretor desse núcleo, acho que [ele] tem que ser um espaço de pluralidade, de reflexão e de produção de pesquisas das mais diversas.¹⁴⁸

O historiador complementa a lição da artista. Se Renina Katz queria que seus alunos conhecessem para que pudessem ser livres, Rodrigo Patto Sá Motta defende que é preciso ser livre para poder conhecer.

¹⁴⁸ “Eu acredito mais no pluralismo; que as pessoas escolham os seus modelos” – Entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta. Gravada em setembro de 2012. Belo Horizonte, MG.

Parte 3

A face institucional

CAPÍTULO 8

A redoma trincada: Consensos e conflitos na circunscrição do campo

Uma metodologia em busca de um campo

Entre disciplinadores e indisciplinados – e todas as suas gradações e contrapartes – o desenvolvimento intelectual da história oral no Brasil teve seu espelho político.

Além de um “método em busca de uma teoria”, como Alessandro Portelli a descreveu, a história oral também se apresentou como uma metodologia em busca de um campo. Como tenho afirmado, o deslocamento fundamental realizado por pesquisadores da área consistiu em transformar o recurso à entrevista (método) em tema para discussão programada (metodologia). A ampla área de estudos de história oral delineou-se, assim, fazendo das entrevistas algo mais do que um meio transparente para captar informações.

Inicialmente abrigadas no interior de disciplinas consolidadas, as reflexões metodológicas acerca da história oral parecem ter encaminhado um espaço próprio, já que essas disciplinas tinham outros assuntos a discutir (e a história oral era só um deles); que a reflexão sobre história oral demanda um aparato transdisciplinar (ou mesmo pós-disciplinar, como queria Franco Ferrarotti);¹ e que a configuração de um campo específico

¹ Em 1988 o sociólogo Franco Ferrarotti colocava que o uso razoável da história oral na pesquisa implicava uma abordagem pós-disciplinar, exigida na medida em que seu objeto de estudo, a memória, era um todo complexo; ela obrigava que disciplinas que vinham se ignorando umas às outras “tenham finalmente descoberto interesses básicos comuns e conseguido definir um ‘novo objeto’ para sua pesquisa científica: a ‘mentalidade’, a

erigido em torno da discussão metodológica poderia trazer outros proventos além do debate imediatamente intelectual.

A criação de um campo intelectual com autonomia relativa não significou, evidentemente, a criação de uma disciplina autônoma – ideia que é profundamente rechaçada e que não se sustenta dentro de uma taxonomia das ciências. O que houve foi a criação de estruturas particulares, que a confusão mesma em relação aos sentidos de “disciplina” pode esclarecer.

Em um de seus importantes trabalhos sobre ensino superior e pesquisa, o livro *Academic Tribes and Territories: Intellectual Enquiry and the Cultures of Disciplines* [Tribos e territórios acadêmicos: A pesquisa intelectual e a cultura das disciplinas], de 1989, o filósofo Tony Becher indica duas possibilidades básicas de entendimento da palavra “disciplina”: uma internalista (que define a “disciplina” em função de um método e de um objeto comuns e únicos, principalmente) e outra externalista (mais imprecisa e variável, ligada ao sistema de estruturação acadêmica).² Esta diz respeito aos modos como uma determinada “tribo”, nas palavras que ele emprega, se insere no sistema acadêmico mais amplo. Neste sentido, a disciplina poderia ser entendida como um “território”, como um espaço simbólico e concreto abrigando uma cultura acadêmica específica.

Os elementos característicos da disciplina como território, na visão de Becher, seriam essencialmente relacionais: primeiro, o reconhecimento por parte de entidades consolidadas de que determinada área de estudos possui especificidades; segundo, a existência de uma estrutura autônoma, aferida pela presença de associações científicas e publicações especializadas. Nesse sentido, o “campo” da história oral seria mesmo uma “disciplina”. Além destas feições, ele carrega outras marcas que o historiador da ciência Claude Blanckaert entende como fazendo parte da edificação disciplinar: a busca por consensos, baseados na identidade intelectual e institucional de membros da disciplina; a

‘sensibilidade coletiva’” (Ferrarotti, 1988, p. 11). Ver: Ferrarotti, F. **The end of conversation: The impact of mass media on modern society**. New York / Westport, CT / London: Greenwood Press, 1988.

² Becher, T. **Academic Tribes and Territories: Intellectual Enquiry and the Cultures of Disciplines**. Bristol, PA: The Society for Research into Higher Education / Open University Press, 1989.

estabilização de regras epistemológicas; a autorreflexão e o balanço periódico de suas realizações e conquistas.³

Mesmo que a palavra “disciplina” seja estimulante, por ora é mais apropriado tratar da história oral como um território compartilhado por intelectuais com propósitos intelectuais e políticos comuns, que empregam estratégias diferentes para atingir seus fins. Esse território se define em grande parte pela relação entre tais agentes – tornando seus limites elásticos – e por uma tensão entre os consensos necessários para a manutenção um território “coletivo” e a inegável heterogeneidade interna. Como escreveu Iuri Lotman sobre os sistemas, trata-se de “uma oposição não de sistemas desvinculados e, por isso, diferentes, mas sim uma oposição dentro de um sistema” (Lotman, 2010, p. 34).⁴ Sendo assim, o campo se agrega em função dessa orientação comum, desse centro invariante reforçado em momentos cruciais de afirmação coletiva. É o enrijecimento dos consensos que permite que o campo deixe de ser evanescente e ganhe concretude. Sua rede de relações (no sentido mais instrumental dessas conexões, não da identidade entre seus membros), assinalada por um propósito inicialmente comum, permite justamente que o campo se organize e erija sua estrutura.

A transição de um estado evanescente para um território palpável (evidenciado por publicações, por eventos científicos exclusivos, por uma associação profissional) pode ser melhor entendida como um “movimento” – movimento de pessoas que não necessariamente partilham uma identidade intelectual, mas que se reúnem no exercício da militância acadêmica.⁵ O termo “movimento”, por sinal, é bastante utilizado para nomear as redes de intercâmbio intelectual em torno do método da história oral, especialmente em referência aos tempos que precederam a organização formal de uma sociedade científica de ambição mundial. Como o pesquisador mexicano Jorge Aceves Lozano afirmou em 1997, esse “movimento” possui alguns consensos basais:

³ Blanckaert, C. “La discipline en perspective: Le système des sciences à l’heure du spécialisme (XIX-XX siècle”. In: Boutier, J.; Passeron, J. C.; Revel, J. (org.) **Qu’est-ce que’une discipline?** Paris: Éditions de l’EHESS, 2006. p. 117-148.

⁴ Lotman, I. “Sobre o problema da tipologia da cultura”. Trad. L. Seki. In: Schnaiderman, B. (org.) **Semiótica russa**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 31-41.

⁵ Ver, por exemplo: Grele, R. “Memorias de un movimiento”, **Palabras y Silencios**, v. 2, n. 6, p. 3-6, 1998; Vilanova, M. “Cómo surgió la IOHA: De Goteborg a Estambul”. **Palabras y Silencios / Words and Silences**, v. 1, n. 1, p. 23-29, 2002.

nas últimas três décadas, [a história oral] desenvolveu um conjunto de pontos de partida conceituais, métodos de análises e ferramentas de pesquisa que lhe permitiram se consolidar como uma prática de pesquisa científica e adquirir o perfil de um amplo “movimento” de interação acadêmica e disciplinar. (Lozano, 1997, p. 9)⁶

Se, nas partes anteriores deste estudo, o relacionamento intelectual entre pesquisadores e seus grupos foi abordado, é necessário considerar sua faceta complementar: a história institucional do campo, seu “movimento”. Longe de estarem isoladas, são instâncias que se servem uma da outra; que se impactam, se acenam e se insinuam em gestos que lhes são comuns.

Construindo um nós: O associativismo em ação

Nos primeiros tempos de institucionalização do campo da história oral no Brasil — quando sua sociedade científica estava sendo criada —, Marieta de Moraes Ferreira e José Carlos Sebe Bom Meihy, como ele conta, vasculharam documentos armazenados na Fundação Getúlio Vargas em busca do passado do próprio campo. Contou ele:

Na aventura do caminho de volta às origens, pude, juntamente com Marieta de Moraes Ferreira, que localizou os documentos no CPDOC, acompanhar uma descoberta surpreendente. Quando, em sua sala na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, trocamos a conversa sempre agradável — e a paisagem mais bonita do Pão de Açúcar — por um passeio introspectivo pelos documentos escritos, tivemos revelações. Vimos, então, que a “intenção” de uma associação de história oral para o Brasil não era exclusivamente projeto nosso, ou pelo menos não seria inédito. (Meihy, 1996, p. 3)⁷

O texto, efetivamente, deixa entrever uma surpresa: o pressuposto de que, no florescente movimento brasileiro de história oral, cada coisa era novidade.

Sequer era preciso ir tão longe para descobrir que nem tudo precisaria ser (re)introduzido. Em 1992, no prefácio à tradução do livro de Paul Thompson, *A voz do*

⁶ “en las últimas tres décadas, ésta ha desarrollado un conjunto de puntos de partida conceptuales, métodos de análisis y herramientas de investigación, que le han permitido consolidarse como una práctica de investigación científica y adquirir el perfil de un amplio ‘movimiento’ de interacción académica y disciplinaria”. Lozano, J. E. A. “Un enfoque metodológico de las historias de vida”. In: Garay, G. (org.) **Cuéntame tu vida – Historia oral: Historias de vida**. San Juan: Instituto Mora, 1997. p. 9-15.

⁷ Meihy, J. C. S. B. “(Re)introduzindo a história oral no Brasil”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 1-9.

passado, Sonia Maria de Freitas já havia se expressado em favor da criação de uma sociedade científica:

Seria oportuno, a exemplo das experiências norte-americana e inglesa, entre outras, termos em perspectiva a criação de uma entidade que congregasse os historiadores orais no plano nacional, possibilitasse o aprofundamento de questões teóricas e metodológicas e a troca de experiências por meio de encontros e publicações. Enfim, a organização de um movimento que visasse principalmente contribuir na recuperação e na preservação da memória nacional e, conseqüentemente, contribuir para a criação de uma consciência histórica. (Freitas, 2002 [1992], p. 19)⁸

Acidentalmente, foi neste mesmo ano que as articulações para a constituição de uma associação se iniciaram. No mês de agosto, a Universidade de São Paulo sediou o Congresso Internacional “América 92: Raízes e Trajetórias”, liderado por seu Departamento de História e atrelado ao XI Encontro Regional da seção paulista da Associação Nacional de História.⁹ Embora não houvesse relação direta entre história oral e o evento, José Carlos Sebe Bom Meihy, coordenador geral das atividades, aproveitou a oportunidade e lançou uma convocatória. Ele e sua colega Zilda Márcia Gricoli Iokoi reuniram, no dia 17 de agosto, o grupo de trabalho intitulado “*Montagem da rede de documentação e informações bibliográfica e história oral*”, no qual pesquisadores que utilizavam o método da história oral foram expostos pela primeira vez à ideia de Meihy de fundar uma associação – não brasileira, e sim latino-americana, com representantes de cinco países. Como Antonio Torres Montenegro relatou em 1988, “nessa oportunidade constatou-se que este projeto deveria ser antecedido pela criação de associações nacionais, tendo sido então proposto o I Encontro em 1993” (Montenegro, 1998, p. 13).¹⁰

A proposição de Meihy capturava um fervilhamento visível. Uma congregação de pesquisadores já vinha se delineando – e sua conformação em uma estrutura formalizada parecia questão de tempo. Em entrevista de 2010 a dois de seus alunos, o próprio Meihy narrou:

⁸ Freitas, S. M. “Prefácio à edição brasileira”. In: Thompson, P. **A voz do passado: História oral** [1ª ed. 1978, 2ª ed. 1988, 1ª ed. bras. 1992]. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁹ ANPUH-SP. **América 92: Raízes e Trajetórias – Programa e caderno de resumos**. São Paulo: ANPUH-SP / Departamento de História – USP, 1992.

¹⁰ Montenegro, A. T. “Na transversal da história”. **História Oral**, v. 1, p. 11-8, 1998.

Colegas de diferentes lugares, ao mesmo tempo, começaram trocar ideias, fermentar alternativas que resultaram na fundação da Associação Brasileira de História oral ABHO, nos anos 90. Na verdade, a primeira discussão para a fundação da ABHO aconteceu na USP, durante o *Congresso América*, de 1992, que reunia gente de todo o Brasil e da América Latina. (...) Daí resultou a primeira pré-proposta e, em decorrência, o pessoal do CERU e da PUC/SP se alinhou e dava-se o germe da ABHO. Da PUC/SP, a colega Iara [sic] Khoury, participou bastante, assim como o CERU em particular a Alice Beatriz Lang que trabalhou no projeto de estatuto antes rascunhado por mim.¹¹

Voluntariando-se na reunião informal de 1992, os então jovens pesquisadores Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, José Carlos Sebe Bom Meihy e Yara Aun Khoury formaram uma pequena comissão encarregada de iniciar sondagens e investigar possibilidades para a formação de uma associação brasileira. O Centro de Estudos Rurais e Urbanos encarregou-se, pelas mãos de Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, de organizar no ano seguinte um simpósio que ampliasse o quórum de interlocutores, reunindo pesquisadores de todo o Brasil. Nele, a intenção associativa seria posta à prova.

Foi em 19 e 20 de abril de 1993 que a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP abrigou o Encontro Nacional de História Oral – que ficaria conhecido como o primeiro deles. Nas palavras de Marieta de Moraes Ferreira, esse encontro “inaugurou uma nova fase de intercâmbio entre programas. No conclave foram apresentados 25 trabalhos, e 123 pessoas inscreveram-se representando cerca de 30 instituições” (Ferreira, 1994, p. 16).¹² O comparecimento de um número sensivelmente maior de pessoas do que as presentes na reunião de 1992 não sensibilizou, porém, os participantes menos afoitos para a criação da sociedade. Ao final do evento, a assembleia convocada para discutir a proposta a considerou prematura. Marieta de Moraes Ferreira rememorou o evento – seu primeiro contato com o grupo – numa entrevista concedida no ano 2000 a Marco Aurélio Santana e Verena Alberti:

¹¹ Rovai, M. G. O.; Maranhão Filho, E. M. A. “História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos. Entrevista com o professor José Carlos Sebe Bom Meihy”. *História Agora*, n. 9, 2010.

¹² Ferreira, M. M. “Introdução”. In: Ferreira, M. M. (org.) *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-17. Infelizmente, não existem fontes de informação disponíveis com o detalhamento do evento. Apesar de repetidas tentativas de contato com o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), que o organizou, não consegui acesso ao material do evento ou informações sobre sua preservação e acessibilidade.

Pouco depois de eu ter assumido essa coordenação [do Programa de História Oral do CPDOC], foi organizado em São Paulo um encontro de história oral, em que algumas pessoas foram convidadas a falar das linhas de pesquisa de história oral em diferentes instituições. Foi ainda um seminário pequeno, e tratando-se do Brasil havia poucos participantes. Por exemplo, do Rio de Janeiro, a única pessoa que estava lá era eu, que fiz uma apresentação institucional do que era a linha de história oral do CPDOC. Nessa ocasião, o professor José Carlos Sebe propôs criar uma Associação Brasileira de História Oral. Tivemos uma discussão, para decidir se se criaria ou não uma associação naquele momento, e me lembro bem que a professora Déa Fenelon declarou que achava um pouco cedo, uma vez que aquele encontro não tinha sido convocado para esse fim e que havia um número reduzido de pessoas reunidas ali. (Santana & Alberti, 2001, p. 167)¹³

O autor de *História oral e memória: A cultura popular revisitada*, Antonio Torres Montenegro, que em função do livro passou a se articular com uma rede nacional de interessados em história oral, concordou, àquela altura, com Fenelon. Como ele afirmou, na entrevista que gravamos em 2011:

Participei do primeiro encontro – o primeiro ou o segundo, na USP –, quando se propôs a constituição da ABHO. Fiz parte do grupo que defendeu ampliar essa articulação, antes de criar uma associação nacional: “Não. Vamos nos articular mais”. E aí propusemos no ano seguinte fazer [a criação da associação] num seminário no CPDOC, efetivamente; passar um ano fazendo contatos, convidando as pessoas, para não ficar uma coisa tão reduzida, só de pessoas que tinham sido convidadas para aquele encontro na USP. Porque o Brasil é um país muito vasto! A gente conhece pouco, mas você descobre coisas impressionantes!¹⁴

O adiamento do plano associativo não agradou a todos – mas serviu para aproximar os três membros da comissão inicial (Lang, Khoury e Meihy) de Marieta de Moraes Ferreira e Antonio Torres Montenegro. Os cinco se propuseram a trabalhar durante um ano na difusão da ideia, no fomento a debates sobre história oral. Ao final deste prazo, um segundo encontro nacional teria lugar na Fundação Getúlio Vargas. Esperava-se que, com antecedência e dedicação, fosse possível arregimentar um número grande de pesquisadores que forneceria uma base sólida para o campo que se formava. O engendramento de estruturas formais parecia, apenas, questão de tempo – já que sua

¹³ Alberti, V.; Santana, M. A. “Entrevista com Marieta M. Ferreira”. **História Oral**, n. 4, p. 165-76, 2001.

¹⁴ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

necessidade já estava demonstrada. Conforme escreveu Marluza Marques Harres, em uma revisão do trabalho com história oral no campo da história:

Para campos de estudos novos, em processo de afirmação e estruturação, que precisam construir um espaço e conquistar uma posição no meio acadêmico, essa articulação entre os pesquisadores é muito importante e serve de base para a legitimidade da nova prática, pois são esses pesquisadores que vão, paulatinamente, construindo os consensos e definindo, como no caso aqui examinado, o que podemos considerar como uma boa prática de pesquisa envolvendo fontes orais. (Harres, 2009, p. 14)¹⁵

Dentro das possibilidades de cada um dos membros desse núcleo duro, os contatos iam sendo estabelecidos e as realizações tomavam corpo. Assim, a partir de 1993, atividades ramificaram no arco de uma espécie de etapa preparatória. No XVII Encontro Nacional de História: História e Utopias, de julho de 1993, Antonio Torres Montenegro ofereceu o minicurso “História oral e memória”. No mesmo evento, Maria de Lourdes Mônaco Janotti – atraída para o movimento inicialmente por Lang – organizou a mesa redonda “Memória e utopia”, na qual apresentou seu trabalho com Zita de Paula Rosa, “História oral: Uma utopia?”, já visando identificar linhas de trabalho e tratamento dos depoimentos orais. Àquela altura, elas afirmavam:

O trabalho de História Oral se propõe como uma alternativa às interpretações estruturalistas e como um contraponto ao discurso homogeneizador, que não reconhece a pluralidade das diferentes versões sobre os acontecimentos. No entanto, cabem perfeitamente interpretações generalizantes aos depoimentos pessoais encontradas nas três principais vertentes conceituais que os utilizam: culturalista, sociologizante e a da psicologia social. Dotadas de força narrativa, apresentando aspectos da realidade não suspeitados pelo investigador, as histórias e relatos de vida não são para muitos fontes documentais, mas a História em si; uma história-combate, a voz dos vencidos. Convém, portanto, questionar esse caráter utópico e messiânico que a História Oral vem assumindo. (Janotti & Rosa, 1993, p. 106)¹⁶

¹⁵ Harres, M. M. “Pelos caminhos da memória: Uso de fontes orais na pesquisa histórica”. Harres, M. M.; Joanoni Neto, V. (org.) **História, terra e trabalho em Mato Grosso: Ensaio teórico e resultados de pesquisa**. São Leopoldo/Cuiabá: Oikos/Unisinos/EDUFMT, 2009. p. 13-25.

¹⁶ Janotti, M. L. M.; Rosa, Z. P. “História oral: Uma utopia?” [Resumo]. Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH). **XVII Simpósio Nacional de História: História e Utopias – Programa e resumos**. São Paulo: ANPUH-SP, 1993; Posteriormente, o texto foi publicado em: Janotti, M. L. M.; Rosa, Z. P. “História oral: Uma utopia?”. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, p. 7-12, 1992/1993.

No mesmo encontro, Yara Aun Khoury coordenou uma sessão de comunicações coordenadas intitulada “Igreja e movimentos sociais: Testemunho e imagem nas perspectivas de investigação”. Rodrigo Patto Sá Motta, por sua vez, liderou a sessão “Minas Gerais: Política e sociedade através da história oral”, na qual Lucilia de Almeida Neves e Ligia Maria Leite Pereira expuseram seus trabalhos.¹⁷ Na soma dessas iniciativas – de trabalhos dispersos usando depoimentos orais apresentados naquele evento –, acabou sendo criando um grupo de trabalho chamado “História oral e memória”, dentro da ANPUH, que se dissolveu mais tarde, gradativamente, à medida que a existência simultânea do grupo e de uma associação específica para o tema começou a ser entendida como redundante.

Nem todos concordaram com os rumos que o movimento tomou – acreditando que a conquista de lugares de fala para os praticantes de história oral no interior das organizações já existentes era suficiente. A criação de novos campos, porém, parece seguir outra lógica que não a da inter-relação de abordagens e justaposição de áreas de estudo: a da política acadêmica. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta era um dos indivíduos receosos diante da criação de uma associação apartada – e expôs sua posição mais de 15 anos depois, na entrevista que gravamos, quando lhe perguntei sobre seu envolvimento com a Associação Brasileira de História Oral:

nunca participei de diretorias. (...) nunca tive um engajamento – até porque, francamente, quando a ABHO saiu da Anpuh (porque ela funcionava dentro da Anpuh, aí alguém teve uma ideia [de] ser uma associação separada, própria), eu fiquei na dúvida se era a melhor opção, se não era melhor que ficasse dentro da Anpuh como um grupo de trabalho. Mas aí um grupo entendeu que tinha que ser separado. Acho que isso é até uma estratégia de afirmação de um campo, de um lugar, que tem uma legitimidade acadêmica, mas eu francamente fiquei muito em dúvida se essa era a melhor escolha. Não sei dizer se foi ou não – eu teria que realmente fazer um olhar sobre a história da associação para ver em que [ela] avançou como uma associação singular. Mas na época eu não achei que era necessário; achei que podia ficar perfeitamente dentro da Anpuh. Nunca fui um militante engajadíssimo na ideia de que a história oral é algo que merece uma visibilidade própria. Eu não sei... Acho que evidentemente é um campo, é uma metodologia, é uma fonte, mas não sei se necessariamente tem que ter uma associação diferente.

¹⁷ Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH). **XVII Simpósio Nacional de História: História e Utopias – Programa e resumos**. São Paulo: ANPUH-SP, 1993

Mas como historiador da política você compreende isso: a criação dos espaços.

Ah, certamente, porque ao mesmo tempo é uma afirmação de um lugar e projeção de líderes, de lideranças acadêmicas. Tem um pouco isso também. Acho que é uma legitimação de um campo, também, e uma filiação internacional – porque tem associações internacionais. Então é uma escolha, também, que não é arbitrária no Brasil: tem um movimento internacional que confirma essa direção. Mas é claro, também, que é uma estratégia de afirmação de campo e de afirmação de lideranças, de certos grupos mais proeminentes do que outros, certos grupos muito fortes.¹⁸

Efetivamente, dentro de uma lógica de competição acadêmica cada vez mais acirrada, a constituição de um novo campo parece bastante oportuna. O grande número de pessoas alocadas em áreas tradicionais – concorrendo por postos de trabalho, verbas de financiamento, espaço para publicações, cargos diretivos – faz novos territórios reluzirem como possibilidades atraentes. Esse é um posicionamento legítimo, que não diminui em si o valor das produções culturais a ele atrelados. Seria possível encontrar intelectuais que se criticam uns aos outros pela percepção desse tipo de oportunidade, entendendo-os como “carreiristas” – quando, na realidade, todo e qualquer profissional, vocacionado ou não, direciona-se entre outras coisas para a construção da própria carreira, que envolve implicações realmente sérias, como o emprego.

Posições como a de Motta foram voto vencido, mesmo que a criação de um novo espaço acarretasse o abandono de referências e lugares familiares, bem como a eventual redução do universo de interlocuções – ou, pelo menos, a necessidade de optar entre as referências, os lugares e os interlocutores merecedores de maior investimento. Foi transitório o lugar ocupado pela história oral em outras instituições e associações ao longo desse período de preparação, entre 1993 e 1994, com ecos posteriores localizados. As sementes lançadas, por exemplo, na 45ª Reunião Nacional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 1993, em Recife, ou nas reuniões nacionais da Anpocs (na qual, em 1994, foi fundado o grupo de trabalho “História oral e memória”, efetivado em 1995 sob a coordenação de Marieta de Moraes Ferreira e Rosilene Alvim), deram frutos em outra paragem.

¹⁸ “Eu acredito mais no pluralismo; que as pessoas escolham os seus modelos” – Entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta. Gravada em setembro de 2012. Belo Horizonte, MG.

O evento mais significativo do período foi o Encontro de História e Documentação Oral, que aconteceu em 25 e 26 de novembro de 1993 na Universidade de Brasília (UnB), reunindo um conjunto seleto de pesquisadores de várias partes do país e mais de uma centena de ouvintes, em sua maioria estudantes da universidade. Esse encontro, todavia, é pouco considerado nas reconstituições da história do campo – talvez porque tenha sido organizado por por Luís Carlos Lopes, do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, e não por alguém pertencente ao grupo nuclear originado em São Paulo (embora, deste núcleo, apenas Yara Aun Khoury não tenha participado). Nas franjas da genealogia consagrada do campo, o evento realizou algo raro para a época: publicou seus anais com onze textos apresentados no evento, que muito informam sobre o estado da arte naquele período.¹⁹ Na apresentação dos Anais, Janaina Amado, então professora da UnB, falava de “acesos debates” (Amado, 1994, p. 1) ocorridos durante o evento, assegurando que “a história oral não apenas está viva, como cresce, a olhos vistos, no país” (idem, p. 2).²⁰ Entretanto, o próprio título do seminário (“História e Documentação Oral”) dava pistas da incerteza quanto à incorporação da expressão “história oral” pela comunidade acadêmica brasileira. Na entrevista que gravamos, Maria de Lourdes Mônaco Janotti afirmou que, no início dos anos 1990, tratava-se de “nome ainda sem aceitação geral”.²¹ Sua substância, porém, ganhava a cada dia mais adeptos – e, no ano de 1994, eles se encontraram no Rio de Janeiro, em um evento com grau de profissionalismo até então inédito.

¹⁹ **Anais do Encontro de História e Documentação Oral - 1993**. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994.

²⁰ Amado, J. “Apresentação”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral - 1993**. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 1-2.

²¹ “A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

Dos encontros ao Encontro

Entre 1993 e 1994, uma intensa correspondência cruzou o país.²² Em Recife estava Antonio Torres Montenegro. No Rio de Janeiro, Marieta de Moraes Ferreira. Em São Paulo, Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, José Carlos Sebe Bom Meihy e Yara Aun Khoury. Nestes lugares e em tantos outros mais, as centenas de pessoas que abraçaram o II Encontro Nacional de História Oral: História Oral e Multidisciplinaridade.

Os cinco líderes do movimento conceberam juntos o perfil do congresso. Discutiu-se, por exemplo, se os textos apresentados pelos participantes deveriam ou não ser publicados – e, como se considerou que na maioria dos casos se tratava de trabalhos incipientes ou pouco calcados em pesquisa de campo, a deliberação foi negativa. Discutiu-se se a chamada para trabalhos exigiria resumos ou trabalhos completos – sendo que estes ganharam a preferência. Chegou-se, até mesmo, a ponderar sobre o alcance desejado para o encontro, já que havia quem argumentasse em favor de uma divulgação restrita a especialistas. Na introdução ao livro resultante do evento, Marieta de Moraes Ferreira anunciava se dirigia para a abrangência:

O objetivo do seminário era promover uma discussão aprofundada sobre o uso da metodologia de História Oral, permitir um melhor conhecimento da abrangência da pesquisa com fontes orais no Brasil, e agregar o conjunto de pesquisadores da área de maneira a viabilizar um intercâmbio acadêmico e criar mecanismos regulares de troca de informações.²³

Encarregada da maior parte do trabalho, Ferreira saiu em busca de outros parceiros que ajudassem o CPDOC, então dirigido por Alzira Alves de Abreu, na realização de um evento que, na dimensão almejada, não tinha precedentes. Não foi difícil agregar pessoas e instituições interessadas em fomentar o debate na área e se aproximar de uma iniciativa que ampliaria oportunidades de reconhecimento “O campo e aquilo que está em jogo nele (...) produzem investimentos de tempo, de dinheiro, de trabalho, etc.”, escreveu Pierre Bourdieu (2004, p. 127).²⁴ Uma larga retaguarda o confirmou, na prática,

²² Parte dessa correspondência foi consultada por mim, na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em agosto de 2012.

²³ Ferreira, M. M. “Introdução”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-17.

²⁴ Bourdieu, P. **Coisas ditas**. Trad.: C. R. Silveira e D. M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

dentro dos limites de suas possibilidades.²⁵ Em uma saborosa descrição que as fontes orais são propícias para oferecer, Marieta de Moraes Ferreira sinalizou, em nossa entrevista, qual era o espírito do apoio:

eu criei, digamos, uma comissão local dessas instituições para me ajudar. Não só ajudar do ponto de vista da organização, mas também para ajudar do ponto de vista de que essas outras instituições, embora tivessem entrado com menos recursos e apoio, ajudaram! Era uma coisa bem assim, meio mutirão. Eu me lembro: a Ilana [Strozenberg] arranhou alguém para fazer o design, a UFF acho que conseguiu o papel, o outro conseguiu a impressão... Cada instituição ajudou um pouquinho na organização e também com algum recurso.²⁶

Além disso, o evento foi apoiado por Finep, Capes, IBM, Banerj Cultural, Comunicação Contemporânea Ltda e Consulado da França – uma listagem invejável que enfraquece o argumento de que a história oral, no Brasil, tenha sido vítima de restrições institucionais vigorosas. Assim como a Finep contribuiu financeiramente para o encontro organizado por Ferreira, o CNPq, a Capes e o Ministério da Educação haviam apoiado o Encontro de Documentação e História Oral de Brasília, em 1993.²⁷ Em sua entrevista, Marieta de Moraes Ferreira colocou que o fato de a história oral ser mal vista nos círculos acadêmicos a havia levado, por exemplo, a adotar um título como “Memória, historiografia, fontes orais” para um curso que ministrou. Aproveitei a oportunidade para explorar mais o assunto:

Mas você conseguia... Conseguiu o apoio da Finep, por exemplo.

Conseguia, mas conseguia muito pelo seguinte: primeiro porque havia uma rede de pessoas. E esse projeto [foi] apresentado pelo CPDOC, que já tinha apoio da FINEP para outros projetos. A Fiocruz era uma outra instituição de respeito... As próprias pessoas da Sociologia da UFRJ, aquele “Memória Operária”, lá no IFCS, que é coordenado pela Elina Pessanha, na época pela

²⁵ O evento teve apoio institucional do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância/Laboratório de Pesquisa Social – IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro; da Casa Oswaldo Cruz e da Fundação Oswaldo Cruz; do Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da UFRJ; do Laboratório de História Oral e Iconografia/Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

²⁶ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

²⁷ Lopes, L. C. “Introdução”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral - 1993**. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 1-2.

Regina Morel – eles também entraram nesse projeto. O Departamento de História da UFF tinha a Ismênia [de Lima Martins], que também dava uma força através do LABHOI, que nesse momento começa de novo a crescer, a se consolidar. Então, claro, nem todo mundo era contra, mas uma grande maioria via isso com muito maus olhos. O pessoal da História da PUC [Rio], por exemplo, não tinha a menor simpatia por isso. A própria USP também via com muita desconfiança. Então havia essa resistência grande à penetração, à ampliação do uso da história oral...²⁸

A comparação com a situação da Conferência Internacional de História Oral, que se realizaria no mesmo ano (em outubro de 1994) em Nova York, nos Estados Unidos, é instrutiva. Esta se sustentou fundamentalmente com a verba arrecadada pelas taxas de inscrição: todos os seus pedidos de financiamento ao National Endowment for the Humanities [Fundo Nacional para as Humanidades], um dos órgãos estadunidenses de apoio à pesquisa, não só foram negados como foram acompanhados por avaliações repletas de comentários desdenhosos.²⁹ Em outras palavras, em uma experiência no mesmo ano a resistência institucional à novíssima área brasileira mostrava-se significativamente menor do que a encontrada lá fora – onde um campo já estava formado e consolidado há décadas.

Na visão de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, os comentários recorrentes em torno do preconceito contra a história oral seriam provavelmente melhor dimensionados no nível das preferências individuais, e não de um veto generalizado.

eu nunca senti hostilidade contra entrevista ou contra história oral. Uma reconhecida historiadora falou-me: “Ah, não! História oral não! Eu não quero nem saber de história oral!” Eu respondi: “Isso é preconceito”. Havia um certo preconceito, mas nunca hostilidade. Alguns diziam, que foi uma luta!

²⁸ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

²⁹ Entre os documentos que pude consultar no Oral History Research Office da Columbia University estavam os comentários de pareceristas ao projeto enviado por Ron Grele para o NEH, no qual ele solicitava cerca de 45 mil dólares à instituição. Um dos revisores afirmou: “Provavelmente esta será uma conferência útil para historiadores orais. Mas se esta conferência representa a vanguarda da história oral, então a história oral é tão marginalizada como campo (e, temo, como disciplina, merecidamente) que o NEH estaria sendo omissos se o financiasse em detrimento de outras propostas”. Isso depois de argumentar: “Se, de fato, só agora os historiadores orais estão começando a pensar no papel de figuras como o próprio entrevistador, então a história oral vive um estado muito triste”. Outro parecerista afirmou: “Este projeto parece mais um grito de guerra pela história oral do que uma proposta bem pensada em termos de meios e fins”. Um último assessor, na mesma linha, escreveu: “Acho que a conferência proposta terá pouco valor a não ser como um *omnium gatherum* para um grupo de pesquisadores que têm opinião idêntica”. “Panel comment sheets”. Documentos consultados no Oral History Research Office, Columbia University, em março de 2012. 1 fl. cada.

Eu nunca vi luta contra ninguém que praticava história oral. (...) E eu até falei no último encontro do NEHO que eu discordava da ideia de que teve um período épico. Claro, muitos não gostam [de história oral] até hoje, mas nem por isso eu acho que sofremos discriminação. (...) as pessoas têm todo o direito de não gostar.³⁰

Muitas, porém, gostavam. “O encontro realmente foi um sucesso, porque teve um número grande de pessoas”, contou Marieta de Moraes Ferreira em sua entrevista.³¹ Foram 60 trabalhos apresentados por pesquisadores de várias procedências; e um número total de inscritos que superou os 250. A reunião ensejou ainda a publicação de *História oral e multidisciplinaridade*, livro lançado em 1994 que encadernou os resumos divididos nos sete grupos de trabalho do evento e os textos das quatro conferências preparadas para a ocasião.³²

As veteranas Maria Isaura Pereira de Queiroz e Aspásia Camargo foram convocadas para falar de “História, história oral e arquivos na visão de uma socióloga” e “História oral e política”, respectivamente.³³ Queiroz, por motivos pessoais, não pôde comparecer – mas publicou seu texto no livro organizado. Aspásia Camargo, no evento, dividiu o lugar de honra com outros dois convidados estrangeiros.

Eram dois os nomes favoritos da comissão: dos Estados Unidos, Daphne Patai, autora de *Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories*; da França, Philippe Joutard, que assinava *Ces voix qui nous viennent du passé*.³⁴ Com a presença deles, visava-se diversificar o cenário no qual o nome de Paul Thompson era, até então, o mais reluzente. Mesmo assim, o inglês foi convidado – até porque estaria em Campinas no mesmo período – mas

³⁰ “A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

³¹ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

³² Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. Os grupos de trabalho do evento foram: “Questões metodológicas”; “Tradição oral e etnicidade”; “Instituições”; “Elites e militares”; “Gênero”; “Trabalho e trabalhadores”; “Constituição de acervo”.

³³ Queiroz, M. I. P. “História, história oral e arquivos na visão de uma socióloga”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 101-16; Camargo, A. “História oral e política”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 75-99.

³⁴ Patai, D. **Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1988; Joutard, P. **Ces voix qui nous viennent du passé**. Paris: Hachette, 1983.

declinou a oferta. Daphne Patai e Philippe Joutard também, por diferentes razões.³⁵ No lugar dele, veio o também francês Michel Trebitsch, do Institut d'Histoire du Temps Présent. No lugar dela, veio Mercedes Vilanova.

Ambas eram, por assim dizer, intelectuais do hemisfério Norte com grande potencial para atrair a simpatia dos brasileiros. Suas posições muitas vezes incômodas iam na contramão do *establishment* da história oral internacionalizada, construída por sobre o legado de Thompson. Patai, de seu trabalho entrevistando mulheres brasileiras, havia extraído percepções agudas sobre os problemas éticos próprios ao trabalho com história oral, ainda pouco debatidos na literatura internacional da área – problemas radicalizados em situações nas quais entrevistador e entrevistado não se colocavam em posição de igualdade.³⁶ Vilanova, por sua vez, lidava com uma questão cara ao Brasil – o analfabetismo – propondo *grosso modo* que ele não deveria ser entendido como uma forma de exclusão, e antes como um modo distinto de estar e compreender o mundo.³⁷ Se, em função de suas perspectivas intelectualmente arrojadas (embora não coincidentes entre si), Daphne Patai e Mercedes Vilanova se aproximavam dentro do leque de escolhas dos brasileiros, a negativa de Patai foi providencial. Abriu espaço para que a espanhola viesse ao país e entrelaçasse os brasileiros em uma malha política que veio a ser de grande utilidade para as duas partes, como veremos no capítulo seguinte.

A aliança com Mercedes Vilanova ofereceu resultados não apenas mais tarde, quando ela se tornou companheira dos brasileiros na luta por espaço e reconhecimento

³⁵ Carta de Daphne Patai a José Carlos Sebe Bom Meihy. 29 de dezembro de 1993. 2 fl. Documento consultado no acervo pessoal de Daphne Patai, em Amherst, MA, USA, em fevereiro de 2012; Carta de Marieta de Moraes Ferreira a Paul Thompson. 10 de novembro de 1993. 2 fl. Documento consultado na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em novembro de 2011.

³⁶ Ver, especialmente: Patai, D. “Ethical Problems of Personal Narratives, Or, Who Should Eat the Last Piece of Cake?”. **International Journal of Oral History**, v. 8, n. 1, p. 5-27, 1987; Patai, D. “Who’s Calling Whom Subaltern”. **Women and Language**, v. 11, n. 1, p. 23-6, 1988; Patai, D. “U. S. Academics and Third World Women: Is Ethical Research Possible?”. In: Patai, D.; Gluck, S. B. (org.) **Women’s Words: The Feminist Practice of Oral History**. New York: Routledge, 1991. p. 137-53. Ver também a revisão da autora a respeito de sua opinião sobre ética e do lugar que o tema adquiriu na discussão metodológica em: Patai, D. “Sick and Tired of Scholar’s Nouveau Solipsism”. **Chronicle of Higher Education**, 23 de fevereiro de 1994. p. A52.

³⁷ Ver: Vilanova, M. “Anarchism, Political Participation, and Illiteracy in Barcelona Between 1934 and 1936”. **The American Historical Review**, v. 97, n. 1, p. 96-120, 1992; Vilanova, M. “Pensar a subjetividade: Estatísticas e fontes orais”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 45-73.

internacional (como também, principalmente, na luta contra Paul Thompson) – ofereceu proveitos imediatos. A história oral brasileira tornou-se assunto no exterior: na revista que a espanhola editava, Marieta de Moraes Ferreira publicou ainda em 1994 um relato sobre o encontro. Ela informava sobre os números do evento; sobre as celebridades intelectuais que discursavam; e anunciava a forma de inscrição na Associação Brasileira de História Oral:

De acordo com seus estatutos, podem se filiar institutos, núcleos, programas ou outros órgãos de universidades públicas e privadas, e outras entidades que realizem trabalhos relacionados com a História Oral. Os pesquisadores e professores individuais que não sejam integrantes de programas ou grupos de pesquisa podem se associar através da criação de núcleos estatais ou regionais. (Ferreira, 1994, p. 175)³⁸

A sociedade científica foi, de fato, o resultado mais duradouro do encontro – mas sua criação não se deu sem conflitos. Alguns deles são sinalizados no próprio material que a reunião de pesquisadores gerou.

Na introdução a *História oral e multidisciplinaridade*, Marieta de Moraes Ferreira – organizadora do evento e da publicação – ofereceu aos leitores uma breve análise dos trabalhos ali apresentados: “Pode-se dizer que neste campo de trabalho há uma forte presença da comunidade acadêmica, sendo pouco expressiva a participação de grupos sindicais, associações de moradores, empresas ou mesmo arquivistas” (Ferreira, 1994, p. 7-8).³⁹ A própria autora, entretanto, reconhecia a existência de exceções: centros de pesquisa em história oral não universitários, como o programa Memória Judaica, da Fundação Marc Chagall, e o programa Memória da Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz – os quais, de qualquer forma, possuíam em seus quadros pesquisadores familiares com o ambiente acadêmico. Pouco tempo mais tarde, em sua palestra apresentada em 1996 na Conferência Internacional de História Oral Gotemburgo e publicada em 1998 na revista *História Oral*, Ferreira apontou que o cenário da história oral do Brasil se dividia em três correntes – a acadêmica, a comunitária e a empresarial, tipologia que respondia aos embates institucionais daquele momento – e reafirmou a predominância acadêmica.

³⁸ Ferreira, M. M. “II Encuentro Nacional de Historia Oral (Rio de Janeiro, 27 a 29 de abril de 1994)”. *Historia y Fuente Oral*, n. 12, p. 175, 1994.

³⁹ Ferreira, M. M. “Introdução”. In: Ferreira, M. M. (org.) *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-17.

“Constata-se que, no Brasil, a história oral é praticada majoritariamente no âmbito da academia” (Ferreira, 1998, p. 24), escreveu, tendo o encontro de 1994, bem como o I Encontro Regional da Região Sul-Sudeste e o III Encontro Nacional de História Oral, como seu universo de análise. No mesmo texto, Ferreira afirmou que, diante do estado de desarticulação do campo da história oral, teria sido difícil realizar a divulgação do evento.⁴⁰ Se foi assim, caberia ter levantado a hipótese de que o primeiro encontro não tenha chegado ao conhecimento dos não acadêmicos, já que sua convocatória pode ter ficado restrita às instituições com as quais o CPDOC majoritariamente se relacionava.

Por meio de palavras e de ações concretas encaminhadas no seio da Associação Brasileira de História Oral, cristalizou-se a noção de que a história oral feita no Brasil é predominantemente acadêmica. Ela desenhou-se num momento em que o alcance desse método era ainda desconhecido; num momento em que os trabalhos ameados com o lançamento de convocatórias para congressos provavelmente não eram representativos. Seria necessário um esforço específico de investigação para entender a origem dessa ideia: um mapeamento dos trabalhos com depoimentos orais realizados em várias instâncias da sociedade, e não só na academia, no período imediatamente anterior à criação dessa associação. Só assim seria possível afirmar com segurança que a história oral brasileira *era* predominantemente acadêmica – ou indagar se as regras precocemente instituídas no campo é que direcionaram esse perfil, legando ao futuro uma história sem conflitos.

As regras do jogo

Observando a listagem de trabalhos apresentados no encontro de 1994, deparamos autores oriundos de instituições como o Arquivo Público do Distrito Federal, o Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, o Museu da Imigração paulista, o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro e o Museu da Pessoa. Entre sessenta trabalhos, o montante de pelo menos cinco realizados em outros lugares que não a universidade não é tão desprezível, especialmente considerando-se o número de filtros por que passaram para chegar até ali: primeiro, descobrir a existência do evento; segundo, dispor de condições objetivas para

⁴⁰ Ferreira, M. M. “Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: O caso do Brasil”. **História Oral**, v. 1, p. 19-30, 1998.

participar dele (mais acessíveis aos acadêmicos do que a profissionais de outras áreas, a se começar pela flexibilidade de horários e pela existência de linhas de apoio financeiro); terceiro, o julgamento efetuado por uma comissão de seleção composta exclusivamente por acadêmicos. Em suma, ao assumir para si o encargo de constituir uma associação nacional de história oral, os acadêmicos transpuseram para o campo mais amplo suas regras de trabalho, minimizando sua abrangência.

Nas gravações com Marieta de Moraes Ferreira, este foi um assunto recorrente. A historiadora perfilou os propósitos que orientaram o encaminhamento de um perfil acadêmico para o encontro e, por conseguinte, para a associação que, numa de suas sessões, foi criada. Ela relatou, por exemplo, que durante o período que antecedeu o evento insistiu na solicitação de trabalhos completos (e não apenas resumos) aos interessados em se apresentar na ocasião:

eu fiz muita questão, e afirmei com bastante intensidade, que os pesquisadores deveriam apresentar um resumo e um pequeno *paper*. Por quê? Em primeiro lugar porque era uma entidade que estava nascendo – consequentemente, sem muito crédito, sem muita legitimidade. E ainda em um campo muito questionável e questionado: principalmente na área de História havia uma descrença enorme em relação à história oral. Programas de história oral eram praticamente inexistentes e, nas universidades, quem trabalhava com história oral era visto de uma forma meio suspeita, não era [considerado] um campo de trabalho sério. Então a ideia da realização desse encontro [ocorreu] em um momento em que a ANPUH não pedia entrega de trabalhos, de *paper* – as pessoas só entregavam o resumo. Aqui as pessoas entregavam resumo e os *papers*, de oito páginas.⁴¹

Mesmo assim, a comissão científica teria sido menos rigorosa do que o normal na seleção dos trabalhos, em função da mocidade do campo (e também, supõe-se, da necessidade de atrair um número substancial de participantes, que ajudaria em sua legitimação). Segundo Ferreira:

Não houve intenção de excluir. Acho que praticamente todas as pessoas que entregaram algum tipo de material participaram dos grupos de trabalho, que foram cinco ou seis, se eu não me engano. E eu acho que foi uma coisa importante, porque ganhou uma tradição na associação. A partir desse encontro, todos os outros encontros nacionais de história oral foram

⁴¹ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

marcados por essa prática, de que as pessoas deveriam entregar o seu *paper*. Você pode dizer: “Ah, muitos *papers* são fracos, não têm uma densidade”. E é verdade. Mas de alguma forma o indivíduo tinha que ter um compromisso de redigir algo e dizer qual era o significado do uso de entrevistas, qual era a concepção que ele tinha de história oral, para que pudesse ter o trabalho dele aceito.⁴²

A definição de regras como estas, mesmo sem tencionar exclusões, oferecia maior dificuldades a praticantes de história oral habituados a visibilizar seus trabalhos em outros formatos ou suportes. Sendo assim, os padrões acadêmicos (justificáveis e necessários para o julgamento e a validação do trabalho intelectual) tornavam-se inevitavelmente refratários a pesquisadores com outras inserções na medida em que eles foram transpostos para o campo mais geral. Marieta de Moraes Ferreira discorreu a respeito:

eu não acho que chegava a haver um impedimento [para a participação de não acadêmicos]. Tá? Agora, o que é que acontecia: quando a pessoa mandava o trabalho, ela era avaliada segundo os critérios acadêmicos. Não dava pra você mandar um *folder* do seu grupo e querer se apresentar no congresso. Aí, nesse sentido, não é que houvesse uma regra na Associação – “grupos que não são acadêmicos não podem se apresentar” – , mas quando ele mandava uma proposta de trabalho ele tinha que se enquadrar dentro do modelito acadêmico. Isso sim é verdade.⁴³

Em outras palavras, solicitava-se aos pleiteantes a espaços no campo nascente da história oral a atenção a modelos eminentemente formais, prévios ao julgamento qualitativo de suas contribuições. As estruturas formais do campo da história oral assimilaram, portanto, a base disciplinadora tracejada nos escritos contemporâneos, que clamavam pelo engajamento do praticamente de história oral com toda uma base metodológica e teórica, com sua linguagem e com seus modelos – o que, como já vimos, consubstanciava-se no projeto, espécie de crachá para ingresso no campo. Com isso, no campo que se erigia, aqueles que já tivessem introjetado a disciplina dispunham de vantagem. Marieta de Moraes Ferreira, ainda – depois de reforçar a intenção de dar à área

⁴² “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

⁴³ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

da história oral uma tonalidade universitária – remeteu ao processo comum de instituição de regras quando da criação de campos intelectuais:

eu queria muito registrar essa preocupação da gente dar para a história oral uma base de sustentação acadêmica. Essa posição eu não vou me furtar a assumir. E eu sei que desagradou muitas pessoas. Passados os tempos – alguns anos já, ou hoje – a associação já tem uma legitimidade, uma consistência, uma história. (...) Hoje eu não sei quem são os associados da Associação Brasileira de História Oral, mas acredito que haja grupos que não são propriamente grupos acadêmicos que se associam. Mas nesse primeiro momento era pequeno o número de pessoas, de grupos existentes por aí, e também havia mesmo essa preocupação da gente de firmar uma entidade acadêmica, que pudesse abrigar trabalhos realizados no espaço da universidade, dos centros de pesquisa e documentação, e que fizessem com que a entidade tivesse uma existência real, que permitisse inclusive uma legitimidade dentro das universidades – porque não era uma situação fácil.

Claro que quando você determina regras, quando você constituiu um campo, ou quando está participando da constituição de um campo, você delimita o que “é” e o que “não é”. Quando você tem o processo de institucionalização do ensino da história, ou das universidades – o Bourdieu estuda isso na França – você vê que as comunidades que se organizam criam determinadas regras daquele *métier* que definem quem está dentro e quem está fora. Naquele momento a gente queria que esse campo fosse um campo acadêmico e científico. De alguma forma acho que a gente conseguiu algum sucesso. Depois que o campo está constituído, as barreiras e os limites se flexibilizam.⁴⁴

Em busca de legitimidade acadêmica, o campo da história oral limitou as oportunidades de interação crítica com experiências diversas. A compatibilização entre diferentes esferas não foi alcançada, embora seja a regra em outras paisagens nacionais. Nos países que abrigam as mais antigas sociedades científicas de história oral, os Estados Unidos e a Inglaterra, a vertente acadêmica da história oral divide espaço com outras instâncias de realização do método: a história oral comunitária, a história oral de família, a história oral pública, etc. A Associação Internacional de História Oral mais tarde criada, em 1996 – inclusive com a participação de pesquisadores brasileiros –, seguiu este mesmo caminho. O julgamento que precedeu a criação da Associação Brasileira de História Oral,

⁴⁴ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

entretanto, parece ter sido o de que, em suas circunstâncias institucionais e universitárias, a predominância do modelo acadêmico teria mais eficácia na conquista de respeitabilidade.

Ao relatar sua participação na comissão científica do Encontro Regional Sudeste de História Oral de 2007, a historiadora Yara Aun Khoury deu pistas que a flexibilização aludida por Ferreira em sua entrevista havia encontrado canais de realização, compatíveis com os padrões de julgamento acadêmico:

a Ângela [Maria de Castro] Gomes e eu fizemos a avaliação de trabalhos, na comissão científica. Foi uma coisa perfeita, sabe? Por quê? Porque ela é muito séria, eu sou muito séria... Fizemos isso por internet e no fim ela disse: “Ah, Yara, como é bom trabalhar com você!”. Eu disse: “É bom trabalhar com você também”. Porque a gente pega o touro à unha e faz, entende? E tem uma coisa também: algumas avaliações, para as comunicações, se pautam ainda por valores um pouco ultrapassados, na minha perspectiva, se a gente quer estabelecer um diálogo mais aberto. “Ah, não tem critérios científicos muito claros, não tem técnicas muito explícitas”. Às vezes não é assim que a coisa acontece. Por vezes a dinâmica do texto traz questões que é possível debater, levantar... [Mas] ficam aqueles padrões tradicionais, entende?⁴⁵

A cristalização desses padrões foi possível inicialmente porque, como vimos, pesquisadores universitários predominavam. No congresso de 1994, durante o qual se chegou às definições para a Associação Brasileira de História Oral, representantes de outras vertentes eram minoria, com força insuficiente para a busca de uma flexibilização dos encaminhamentos ali dispostos. Nesses moldes, a criação da associação significou não apenas a centralização do poder institucional, mas também seu transbordamento para as regras que compeliariam ou desencorajariam a interlocução intelectual baseada em critérios de interesse e afinidade, em vez de na origem e inserção institucional.

A assembleia: Suspensão das diferenças

Em uma atmosfera que lhes era favorável, os cinco pesquisadores que lideraram a preparação do II Encontro Nacional de História Oral foram para a assembleia que, em 29 de abril de 1994, fundou a aguardada sociedade científica. O projeto de transformar o

⁴⁵ “Sempre tive a História como um compromisso social e político, não só profissional” – Entrevista com Yara Aun Khoury. Gravada em outubro de 2011. São Paulo, SP.

“movimento” em um “campo” institucionalizado entrou em ação – exigindo, em caráter temporário, a suspensão de conflitos e a ratificação de consensos. Não é surpreendente que indivíduos de orientação intelectual tão distinta (feição simbolizada nos cinco líderes do movimento) tenham trabalhado juntos: naquele momento, o objetivo comum falava mais alta. Era uma trégua seletiva em disputas e hierarquias internas, necessária para que a associação desse seu primeiro passo.

A criação desse território institucional implicou a combinação maleável de diferentes forças, naquela ocasião simbolizadas na tomada de palavra por parte das duas figuras de mais forte apelo: Antonio Torres Montenegro e Marieta de Moraes Ferreira. Ferreira foi eleita a primeira presidente da entidade; Montenegro, dois anos depois, a sucederia. Para o púlpito, eles levavam seus capitais científicos puros – a começar pelo que era mais visível: suas contribuições intelectuais ao campo, materializadas em publicações de alcance nacional – e também o indeterminável: eloquência, proatividade, vivacidade, desembaraço. Ambos apoiavam-se na opinião tácita de que uma associação científica para o campo da história oral deveria, enfim, ser criada. As oposições levantadas nos dois anos anteriores, 1992 e 1993, se esfacelaram diante da dimensão e do profissionalismo do encontro.

Assegurado o território comum, as diferenças apareceram. Independentemente do que registram as atas da assembleia – às quais, como já disse, não tive acesso – foram dois os pontos fulcrais de discordância quando da fundação da sociedade, ambos reveladores da dinâmica que ela já vinha assumindo. Antonio Torres Montenegro, em um texto escrito em 1998, relembrou uma delas:

uma das discussões polêmicas referiu-se ao estatuto e mais propriamente ao nome e ao caráter da associação. Sociólogos, antropólogos, educadores argumentavam que seu trabalho com fontes orais não era história oral. Construíam, na relação com seus entrevistados, histórias de vida, relatos orais temáticos, biografias, que recebiam um tratamento específico a partir da área em que trabalhavam. Por outro lado, para alguns historiadores, a história oral era uma técnica e um método de trabalhar os depoimentos gravados, não se constituindo em uma área específica do conhecimento. Nesse sentido, o termo “história oral” induzia principalmente os jovens

pesquisadores à ideia de que, com a história oral, fundava-se uma nova área do conhecimento. (Montenegro, 1998, p. 13)⁴⁶

À primeira vista, o debate terminológico que teve lugar na assembleia – e que tomou boa parte do seu tempo – parecia inócuo. Afinal, tratava-se de um termo já cunhado, para o qual não havia boas alternativas livres de outras dilemas. A expressão “história oral”, ainda, além rotular um campo intelectual já existente internacionalmente e em processo de consolidação no país, guardava uma interessante polissemia: denominava não somente a área de estudos mas também o processo de condução e gravação de entrevistas e o resultado mesmo desses registros, como escreveu Lynn Abrams.⁴⁷ “História oral”, portanto, era um bom nome guarda-chuva.

A conciliação em torno do termo foi construída, porém, principalmente graças ao apelo de que ele já estava em circulação fora do país, como Antonio Torres Montenegro (ele mesmo um problematizador da expressão “história oral”, à qual prefere hoje “relatos orais de memória”) escreveu ainda em 1998:

mesmo se reconhecendo a procedência de vários argumentos, predominou a posição de que a Associação Brasileira de História Oral, que se fundava naquele encontro, ao relacionar-se com as associações de outros países, teria no termo “história oral” o elemento comum de interpelação e reconhecimento. Dessa forma manteve-se o nome – História Oral – no entanto, (no Art.1º, §1º do Estatuto) ficou definido: “Por História Oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independente da área do conhecimento na qual essa metodologia é utilizada” (Montenegro, 1998, p. 14)⁴⁸

O apelo à vigência internacional da expressão não consistiu apenas em uma conciliatória com os pesquisadores a quem a junção de “história” e de “oral” desagradava. Residia ali o desejo dos brasileiros de se relacionar com outros países. Isso estava na raiz da iniciativa de José Carlos Sebe Bom Meihy de criar, em 1992, uma associação latino-americana. Dois anos depois, a mesma disposição internacionalizante por parte dos brasileiros lançava o olhar para o mundo anglo-saxão, onde as associações (principalmente a estadunidense e a inglesa, fundadas respectivamente em 1966 e 1973) já estavam

⁴⁶ Montenegro, A. T. “Na transversal da história”. *História Oral*, v. 1, p. 11-8, 1998.

⁴⁷ Abrams, L. *Oral History Theory*. London / New York: Routledge, 2010.

⁴⁸ Montenegro, A. T. “Na transversal da história”. *História Oral*, v. 1, p. 11-8, 1998.

consolidadas e onde os espaços institucionais para trabalhos de história oral vinham sendo continuamente palmeados.

Rememorando o debate sobre a nomenclatura na entrevista que gravamos em 2011, Antonio Torres Montenegro indicou que as resistências vinham, predominantemente, de profissionais outros que não os historiadores, a quem a palavra “história” incomodava:

Eu nunca esqueço, na fundação da Associação Brasileira de História Oral, a discussão do estatuto e a definição do que se entendia por história oral. Hoje você trabalha com essa metodologia; você tem os antropólogos, os sociólogos, já trabalhando há muito mais tempo do que nós, ou pelo menos com uma tradição maior. Fora outras pessoas de outras áreas: Educação, Psicologia... E aí, quando houve a sessão para definição dos estatutos de criação da Associação, os antropólogos ou os sociólogos diziam: “Mas nós não fazemos história oral. Nós fazemos história de vida, ou nós trabalhamos com essa [metodologia], mas não como os historiadores”. E a forma de contemporizar um pouco foi dizer: “No mundo todo, as pessoas acabam colocando esse nome de ‘história oral’. Então é uma forma de termos uma identidade comum e poder se articular internacionalmente”. A ideia, talvez, era dizer: “trabalhamos com relatos orais de memória”; agora, a metodologia varia de área pra área do conhecimento. Mas em nome dessa visibilidade e dessa articulação, acabou se concordando.⁴⁹

Marieta de Moraes Ferreira também lembrou o debate em diversos momentos da entrevista que gravamos, apontando para outras alternativas apreciadas:

no final teve uma grande discussão na assembleia. Primeiro: como é que ia chamar a associação. (...) Tinha muita gente que não queria que chamasse “história oral”, porque achavam que falar “história oral” significava dar um estatuto de disciplina. Tinha outras pessoas que defendiam que deveria chamar “Associação de Documentação Oral” (...).

Nesse momento de criação teve essa discussão, de como é que ia se chamar: se era Associação Brasileira de História Oral, se era Associação Brasileira de Documentação Oral, se era Associação Brasileira de Fontes Oraís... Isso gerou muito debate, mas ao final acabou sendo aceito que seria mesmo “história oral”, que já era um nome muito mais conhecido, plástico.⁵⁰

⁴⁹ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

⁵⁰ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

O argumento mostrou-se convincente. Ana Maria Mauad, uma das pessoas a quem a nomenclatura em princípio não agradava, contou:

Eu me lembro que quando a Ismênia [de Lima Martins] estava dando o curso de história oral [nos anos 1980], eu implicava com o nome história oral – porque eu acho que a história não tem que ter adjetivo. Mas é óbvio que, primeiro, o nome já se consagrou, e quando o nome consagra é difícil você mudar.⁵¹

A historiadora Yara Aun Khoury, integrante do grupo fundador, relembrou a discussão, mas questionando a própria relevância do debate:

Quando você ouviu a expressão “história oral”, esse termo?

Ah... Foi uma discussão bem interessante que nem todo mundo queria aceitar, sabe? Ela foi mais debatida no primeiro encontro que nós fizemos, e me lembro muito da Olga [Rodrigues de Moraes von Simson] dizendo: “Mas por quê História Oral?” Por que, afinal, “história”? – porque nós tínhamos o pensamento muito compartimentado, né? – dizia-se assim: “se a história oral é praticada por todas as áreas, por que que vai ficar [história oral]”? Foi uma coisa... Depois não. Foi plenamente aceito! Mas acho que o maior debate não é o termo, é a maneira como se encara, sabe?⁵²

Em termos absolutos, Khoury tem razão. Mas a discussão terminológica é reveladora do tipo de conflito passível de ser abrigado em campos intelectuais. Na criação da Associação Brasileira de História Oral – como, enfim, se aceitou chama-la – as definições, mesmo as aparentemente mais triviais (como a forma de filiação à entidade e a definição de “história oral” de seu estatuto), têm um papel na delimitação de espaços.

Como coloquei na parte anterior deste estudo, o apelo ao “projeto” pode ser entendido como o instrumento intelectual fundamental para essa delimitação (era o instrumento distintivo entre “história oral” e outras práticas com relatos). Em sua contraparte política, o campo valeu-se de uma formulação semelhante, colhendo o imperativo do projeto que circulava em seu interior: a Associação Brasileira de História Oral empenhou-se em tornar “patente sua especificidade e a diferenciação entre esta metodologia e a mera utilização de relatos ou depoimentos gravados, sem apoio em um

⁵¹ “O campo da história oral ainda é muito ecumênico” – Entrevista com Ana Maria Mauad. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

⁵² “Sempre tive a História como um compromisso social e político, não só profissional” – Entrevista com Yara Aun Khoury. Gravada em outubro de 2011. São Paulo, SP.

projeto de pesquisa”.⁵³ Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a discussão sobre o uso da expressão “história oral” visava incluir (isto é, oferecer uma expressão guarda-chuva capaz de abrigar a variedade de orientações da área de estudo), a definição desse termo insinuava uma inclusão seletiva, que não contemplavam agentes situados nas franjas do campo, para a qual a própria exigência de um “projeto” seria questionável. Em suma, a experiência institucional confirmou a dificuldade inerente a qualquer política de contemplar a todos, indistintamente – e mesmo aqueles que se afinaram com expressões e suas definições conservaram e defenderam posicionamentos dissonantes.

O poder da coletividade

A historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti me contava, na entrevista que gravamos em 2012, de seu trabalho inicialmente solitário utilizando a história oral como método de pesquisa, entre o fim dos anos 1980 e o início da década seguinte. Em meio às articulações que visavam fortalecer a rede de intelectuais voltados à construção do campo, ela acabou sendo incorporada como uma aliada de peso:

“você acabou sendo ‘puxada’, então, pelo grupo de história oral?”

Foi! Aí eu fui “puxada” por esses colegas. Desde o início havia os que queriam que a associação fosse formada por grupos atuantes em instituições, no modelo da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Acabou sendo uma associação mista com sócios individuais e institucionais. Eu disse que queria ser sócia individual e assim fiquei até hoje.

“Ah, é? Porque uma das primeiras discussões da associação era se a filiação ia ser individual ou coletiva...”

Quando eu fui vice-diretora da Associação armei uma briga na assembleia do Encontro Nacional. Era um absurdo o que faziam os “donos” das instituições filiadas, pois tomavam conta da nossa Associação insistindo em conservar um estatuto antidemocrático no qual os sócios individuais tinham voz, mas não tinham voto. Eu defendi radicalmente nosso direito de voto e os demais não cederam. O encontro de 2002 terminou em desarmonia, ficando para 2004 a

⁵³ *História Oral* [Boletim], n. 4, 1996.

solução do problema. Chega uma hora que você tem que partir para o confronto político.

E você gosta disso, não é, Dilu?

Ah, gosto! Eu sempre participei de contestações justas! [risos] Quando você vê que uma associação está dominada por grupinhos que estão ligados a instituições, não dão voz a outros associados... Eu esperei um ano. Todas as reuniões eu falava nisso. Não só eu. Tinha também o professor Antonio Montenegro e o professor Pere Petit Peñarrocha, entre outros.

Contra essa situação.

Contra essa situação, porque a ideia das pessoas ligadas a instituições era fazer uma Anpocs. E a nossa ideia era fazer uma Anpuh, que tem uma proposta mais democrática. Então houve inicialmente isso. E foi resolvido não tanto pela nossa luta política, como [por] um decreto do governo que obrigou todas as associações a registrar seus sócios individualmente.⁵⁴

A que situação, afinal, Janotti se refere? À segunda polêmica – sensivelmente mais substancial que a primeira – levantada quando da criação da Associação Brasileira de História Oral. Em sua assembleia de fundação, dois modelos de filiação foram aventados. Um deles propugnava que a associação teria sócios individuais, a exemplo do que ocorria com a Associação Nacional de Professores Universitários de História (posteriormente Associação Nacional de História), a ANPUH. No outro modelo, os sócios seriam coletivos: instituições ou agrupamentos de pessoas, no modelo que àquela altura vigorava na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, a ANPOCS.

Antonio Torres Montenegro – mencionado por Janotti como um dos defensores da mesma ideia – rememorou a discussão, que suspendeu de maneira mais evidente o pacto de anulação das diferenças necessário para a criação da ABHO. Na entrevista que gravamos, sua visão era a de que não se tratava apenas da predominância de tradições associativas prévias, em uma decisão sem implicações e consequências. O que estava em jogo, na definição da forma de associação, seria poder institucional:

Uma outra questão que [gerou] vários debates, em vários momentos: a forma de associação, individual e coletiva, e a forma de votar. Essa é também uma coisa polêmica. Se você é inscrito como uma associação – você inscreve o

⁵⁴ “A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

CPDOC, [por exemplo], o CPDOC tem dez pessoas, mas tem direito de um voto. E você se associa individualmente, você tem o mesmo voto. Então essa também foi uma coisa polêmica, que durante muito tempo criou uma certa dificuldade de negociação, porque é a relação de poder aí dentro: como é que você define os grupos de poder e a intervenção desses grupos de poder na associação.⁵⁵

Marieta de Moraes Ferreira, que se colocou em favor do modelo de afiliação coletiva, ofereceu sua interpretação para o famoso debate:

isso gerou um debate porque muita gente defendia a ideia de uma associação por indivíduos (porque seria mais democrático, porque as pessoas podiam se associar livremente...) e um outro grupo – eu inclusive, o pessoal do CERU, da Fiocruz, da UFF, e muitas outras pessoas – defendíamos que deveríamos criar uma associação, pelo menos numa primeira fase, por grupos.

[Nesse modelo] não eram só instituições; poderiam também ser grupos de pessoas. (...) Não haveria necessidade de você ter uma institucionalização dos grupos. Não precisava ser o Programa de História Oral do CPDOC, ou o Programa de História Oral da Fiocruz... Não precisava ser o CIEC, lá da ECO, da UFRJ... Você poderia reunir um grupo de três ou quatro professores com os seus alunos e associar isso à entidade. E por que a gente defendia isso? Porque a gente achava que era uma entidade com muito pouco recurso, pouca gente, uma coisa muito nova, e que a própria difusão da história oral ainda era relativamente restrita e com muita resistência.⁵⁶

Em sua visão, não se tratava de um modelo destinado a impedir a associação de indivíduos, mas de estimular a formação de novos grupos e de oferecer condições julgadas como mais eficientes para a própria sobrevivência da entidade. O que há de subjacente a esses argumentos é a apreciação da coletividade como uma instância intelectual e institucionalmente elevada em relação aos indivíduos. Nas palavras de Ferreira:

Não era assim: “Ah, era uma coisa anti democrática, vamos excluir as pessoas”. Não! Era um modelo de organização. Essa proposta foi muito influenciada, eu acho, por dois tipos de cultura disciplinar e institucional: as pessoas que eram mais da área de História e que tinham a experiência da Anpuh defendiam a filiação individual. As pessoas que eram da área das Ciências Sociais – Sociologia, Ciências Políticas, Antropologia – e mesmo as pessoas de História do CPDOC, influenciadas pela Anpocs, queriam muito

⁵⁵ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

⁵⁶ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

seguir o modelo da Anpocs, porque achavam que [ele] dava muito mais condição de uma entidade existir. Esse foi, de certa maneira, o modelo [que] a gente defendeu. Não eu, especialmente, sozinha. Eu defendia isso, mas outras pessoas também partilhavam dessa ideia, que era encontrar uma espécie de solução intermediária, de conciliação: qualquer grupo poderia se reunir e se associar. O que não era permitido era a associação individual. Hoje eu acho até que isso até já foi alterado há algum tempo. Mas a ideia era também, com essa iniciativa, fazer com que as pessoas se aglutinassem.⁵⁷

No conflito entre indivíduos e grupos, as coletividades levaram a melhor. Elas transportaram para a disputa o seu “capital de crédito científico”, “sua posição na estrutura da distribuição do capital [científico]” – elemento fundamental para que um agente seja bem sucedido ao tentar “submeter as forças do campo aos seus desejos”, como escreveu Pierre Bourdieu (2004, p. 25).⁵⁸ Com isso, conseguiram estabelecer um sistema de filiação do tipo “misto”, no qual a associação individual era tolerada, ainda que desestimulada.

Na argumentação de Ferreira, o caráter supostamente excludente dessa orientação era matizado por duas questões importantes: primeiro, o fato de que não se exigia institucionalização dos coletivos; segundo, a convicção de que uma associação por grupos se mostrava mais viável financeiramente:

E eu acho que foi importante... Não acho que tenha sido um impeditivo para que as pessoas se associassem – tanto que não foi que a Associação cresceu estupidamente! E ao mesmo tempo fortaleceu, porque, primeiro, tinham algumas instituições que bancavam as coisas, pagavam as contas. Como é que você ia sustentar uma entidade que não tinha recurso nenhum, não tinha afiliado nenhum? Na verdade eram as instituições acadêmicas que bancavam. Durante um bom tempo a Associação existiu no CPDOC, então tudo funcionava com o dinheiro do CPDOC. Depois, em outros momentos foi pra Unicamp e funcionava com os recursos lá do Centro de Memória da Unicamp, com a Olga [Rodrigues de Moraes von Simson]. E por aí foi.⁵⁹

⁵⁷ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

⁵⁸ Bourdieu, P. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

⁵⁹ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

É difícil entender, porém, em que sentido a filiação institucional ofereceria uma retaguarda financeiramente mais saudável para a Associação Brasileira de História Oral. Os cálculos ajudam nesse raciocínio: se a anuidade de indivíduos equivalia a 50% da anuidade institucional, o modelo de filiação de grupos é claramente menos eficiente no que diz respeito ao angariamento de recursos (a menos, é claro, que cada grupo fosse formado apenas por dois pesquisadores). No mais, os recursos institucionais canalizados em decorrência da participação direta de pesquisadores no corpo diretivo da entidade poderiam somar-se a, e não substituir, uma base maior de filiados.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de que grupos “informais” se aglutinassem não deveria colocar à sombra o fato bastante real de que tais grupos, formados no calor do momento por força da política associativa de uma sociedade científica, ingressariam em um jogo em condição de desvantagem. Não teriam os recursos e a solidez dos grupos institucionalizados pré-existentes. Em um âmbito de esforços e de possibilidades individuais, essa distinção seria menos sobressalente, ainda que logicamente informada pelo capital cultural variante desses indivíduos. Nesse novo cenário, nos quais as coletividades se justapõem, o *networking* acadêmico e a capacidade de rápida articulação tornaram-se características cada vez mais prementes enquanto forma de capital social, como analisaram as cientistas sociais Val Gillies e Pam Alldred no ensaio “*Making the Right Connections: ‘Knowledge’ and Power in Academic Networking*” [Fazendo as conexões certas: ‘Conhecimento’ e poder no *networking* acadêmico]:

O *networking* gera capital social (...). A partir desta perspectiva, relações sociais são intrinsecamente valiosas; podem e devem ser capitalizadas para lucro mútuo. A capacidade de formar e cultivar redes de *networking* para obter vantagens pessoais é tida como o antídoto da desvantagem; isso coloca sobre o indivíduo o ônus de desenvolver habilidades sociais apropriadas. Desse modo, ter as conexões “certas” é agora algo comumente visto como um sinal de competência pessoal, e não como uma vantagem injusta, ganha de nascença. (Gillies & Alldred, 2007, p. 108)⁶⁰

A discussão sobre o tipo de filiação facultado pela Associação Brasileira de História Oral poderia ainda ser abordada em outra chave: em vez de pensarmos se ela é “justa” ou

⁶⁰ Gillies, V.; Alldred, P. “Making the Right Connections: ‘Knowledge’ and Power in Academic Networking”. In: Gillies, V.; Lucey, H. (org.) **Power, Knowledge and the Academy: The Institutional is Political**. New York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 105-121.

não, caberia refletir se ela é “promissora” ou não, “eficaz” ou não. Se a política associativa estabelecida visava estimular a agregação de pessoas, teria sido cabível, em primeiro lugar, avaliar em que sentido a “coletividade” traria mais benefícios à produção intelectual brasileira do que o trabalho individual; em que medida ela seria preponderante para o aperfeiçoamento e a solidificação do conhecimento especializado da área. Essa reflexão de base parece ter sido evitada, por inconveniente que seria a análise “qualitativa” dos trabalhos de história oral gerados por pesquisadores independentes ou por membros de grupos. A produção intelectual é individual – a presença política é que é coletiva.

E, independente disso, a estratégia não ofereceu muitos frutos. Uma quantidade pequena de grupos foi criada, quase todos dissolvidos à medida que o interesse pelo tema decaía (e os grupos, criados artificialmente, e não em torno de instituições sólidas, se desfiavam) ou que a possibilidade de filiação individual se desenhava. Em São Paulo, por exemplo, foi criado o grupo Entrelinhas, um dos únicos grupos informais de que se tem notícia. Criado em 1996 e liderado por Ana Yara Paulino, ele foi “construído por jovens pesquisadores que sentiram a necessidade de um espaço informal não-hierárquico fora de cenários institucionais, nos quais seria possível intercambiar experiências”.⁶¹ Segundo Paulino e suas colaboradoras, a ideia era a de

explorar a diversidade de metodologias em história oral, base das interpretações possíveis das falas e dos silêncios, ou seja, dos sentidos expressos nas *linhas* e *entrelinhas*; promover a discussão multidisciplinar sobre história oral com historiadores, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, psicólogos, educadores, linguistas e outros especialistas; acompanhar e contribuir na reflexão teórico-metodológica da história oral no Brasil e no exterior; desenvolver projetos – acadêmicos ou não – entre os quais, pesquisas, cursos, oficinas, participação em congressos etc., relacionados com documentação oral; promover intercâmbio, reflexão e discussão de trabalhos produzidos pelos membros do grupo. (Paulino *et. al.*, 1999, p. 82)⁶²

Se hoje, no circuito da história oral, a existência de um grupo como o Entrelinhas é praticamente desconhecida, é porque o objetivo alegado como justificção para a filiação institucional não frutificou. Grupos, por muitas razões, flutuam – e, até onde se sabe, o CPDOC foi o único que teve trajetória regular: o Núcleo de História Oral da UFMG

⁶¹ “News from abroad”, **Oral History**, v. 26, n. 1, p. 19-23, 1998.

⁶² Paulino, A. Y. “Construindo um projeto coletivo em história oral”. **NEHO-História**, n. 1, p. 81-90, 1999.

passou por uma baixa, como já vimos; o LABHOI cresceu e continua vigoroso, mas antes de sua consagração passou por um momento inglório; o Entrelinhas desapareceu; o Núcleo de Estudos em História Oral só na década de 2010 conseguiu se institucionalizar dentro da USP; e o Centro de Estudos Rurais e Urbanos não conseguiu se renovar criando uma nova geração à qual as discípulas diretas de Maria Isaura Pereira de Queiroz dariam lugar. O que a ênfase nos grupos certamente ajudou a reforçar foi a existência de “correntes” ou “linhagens” de trabalho que gravaram no campo da história oral uma paisagem mais ou menos intermediária entre a pesquisa individual (cuja predominância nos anos 1980 era criticada por alguns analistas) e a pesquisa institucional.

Entende-se, assim, que a batalha pelo modelo de filiação se processou em duas chaves. Primeiro, como um posicionamento político que predominou: como estratégias dos participantes de grupos para que os grupos tivessem proeminência (e mais poder) em relação aos indivíduos. Se isso é injusto, faz parte das lutas políticas. Segundo, como uma estratégia de consolidação da Associação Brasileira de História Oral (a qual, todavia, não mostrou bons resultados, nem financeiros nem agremiativos). Mas pode-se entender isso em outras chaves, ainda.

Em seu estudo sobre a cultura científica brasileira, no livro *A arena científica*, George de Cerqueira Leite Zarur propôs que o processo de formação de grupos (em todas as áreas) responderia, no ambiente intelectual, a aspectos mais amplos da cultura nacional: a dominância das relações pessoais filtradas por uma organização de tipo familista, baseada no parentesco. Zarur sugere que a adoção deste modelo é um fenômeno que, dentro do campo científico, permite a herança e a transferência do poder, reforçando assim a conveniência dos vínculos institucionais e colocando o indivíduo em posição de subordinação e dependência aos grupos. Baseando-se nas ideias de Roberto Damatta (de que a sociedade brasileira é “relacional”, isto é, de que dentro dela as “relações” são dominantes) e de Gilberto Freyre (de que a família é um eixo fundamental na organização social brasileira), Zarur levanta a hipótese de que agrupamentos científicos agem enquanto “grupos de solidariedade para o qual são transferidas em larga medida relações sociais

características da família” (1994, p. 56), em uma tentativa de reanimar, no âmbito científico, os benefícios obtidos através de laços consanguíneos.⁶³

A perspectiva familista dentro da universidade teria se dado, segundo Zarur, como reação contra o individualismo e a impessoalidade, e igualmente como uma persistência de antigas formas culturais da sociedade agrária. “A ampliação do mercado de trabalho para as profissões universitárias seguiu um modelo de sociedade ‘patrimonialista’”, escreveu o autor. Nos casos em que os laços familiares não existem, eles são substituídos por “sistemas concretos de interação social” (idem, p. 58) e agregados ao componente meritocrático, em uma compatibilização que é fundamental para a própria legitimidade desses grupos. Assim, “os critérios de formação de grupos no Brasil, ocupando um determinado ‘locus’ institucional, são os da qualificação formal e/ou de competência, entremeados ao plano pessoal” (idem, p. 59). Nesse sentido, o agrupamento torna-se uma forma de posicionamento bastante favorável dentro de um determinado sistema científico; o indivíduo ganha benefícios a partir do momento em que passa a participar de um grupo, e também beneficia esse grupo à medida que o reforça, uma vez que esta participação em um grupo pressupõe sua adesão aos seus princípios, pressupõe uma conduta compartilhada ao longo do tempo e, dessa forma, poucos rachas internos. Isto é, trata-se de um modelo de organização no qual “princípios de solidariedade sobrepõem-se aos de competição individual” (idem, p. 61).

Baseando-se no estudo de João Batista Araújo e Oliveira, intitulado *Ilhas de competência: Carreiras científicas no Brasil*, Zarur menciona a existência de “igrejinhas”, isto é, “de grupos e subgrupos organizados como clãs ou organizações fechadas, e de mentores que melhor se caracterizam como padrinhos ou padrastos” (Araújo e Oliveira, 1985, p. 112 *apud* Zarur, 1994, p. 62-3).⁶⁴ Na lógica desses clãs, embora o mérito e a competência tenham um peso, este seria balanceado pelas redes de relacionamento – que passariam a pesar cada vez menos à medida que o sistema científico como um todo se profissionalizasse e passasse a fazer exigências de tipo objetivo. De qualquer forma, os próprios grupos preparariam pessoas para substituí-los, pessoas dotadas de mérito

⁶³ Zarur, G. C. L. “Família e mérito: O processo de formação de grupos na cultura e na ciência brasileira”. In: **A arena científica**. Campinas / Brasília: Autores associados / Flacso, 1994. p. 53-76.

⁶⁴ Araújo e Oliveira, J. B. **Ilhas de competência: Carreiras científicas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense / CNPq, 1985.

objetivo; pessoas que teriam preferência em contratações, dentro de um sistema, como o brasileiro, no qual não existe uma tendência à circulação das pessoas ao longo de suas carreiras, especialmente no sentido de que o lugar onde alguém foi formado é o lugar onde trabalha.

Curiosamente, foi a “igrejinhas” que Sonia Maria de Freitas remeteu em sua entrevista, nas quais discorreu sobre uma “mentalidade estamental” e apontou para a impermeabilidade de grupos instituídos. Ela valeu-se, para isso, de comparações com o apreço ao mérito em outras culturas, que naturalmente precisa ser matizada em suas generalizações:

A igreja só autoriza gente que pertença a outra igreja, entendeu? [risos]
(...)

Eu acho que no Brasil existe muito essa questão da vaidade. Criticam muito o americano – eles são frios, eles não têm linguagem corporal –, mas eles são muito honestos no que fazem. Podem não ser brilhantes nas suas reflexões, nas suas teorias, mas eles reconhecem o papel de cada um, o trabalho de cada um. Então o respeito profissional nos Estados Unidos é muito grande. Ou na Europa também, né? (...) eu sinto que existe uma outra postura nos Estados Unidos com relação ao professor, ao acadêmico, ao pesquisador. A relação é mais profissional, entendeu? Você é respeitado pelo que você faz. Você ocupa espaço pelo seu trabalho. Você tem o seu respeito. A sociedade te respeita pelo que você faz. Não existem interesses por trás daquilo, ou um jogo de interesses. As coisas são mais transparentes. (...) Eu sinto que lá existe mais respeito profissional dentro da academia. Em qualquer profissão lá eu acho que há mais respeito – seja um faxineiro, seja um entregador de pizza. Cada um na sua atividade. (...)

Aqui são os estamentos: os estratos não se misturam, de jeito nenhum. Então isso é só uma herança colonial, a mentalidade do estamento mesmo, como diz o Carlos Guilherme [Mota] e o Raymundo Faoro. Enfim...⁶⁵

O campo da história oral oferece exemplos ilustrativos da teoria de Zarur. Com a política agremiativa instituída, não seriam problemas comuns que levariam indivíduos a se reunir em grupos; pelo contrário, a reunião em grupos estaria dada institucionalmente pela associação. Ela não decorreria de problemas de pesquisa e da percepção de que o agrupamento poderia trazer boas soluções – era um tipo de política científica implementada *a priori* e talvez sem a ponderação necessária a respeito de suas implicações

⁶⁵ “Sinto que minha carreira é muito solitária” – Entrevista com Sonia Maria de Freitas. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

e consequências. Com o grupo sendo a unidade básica no campo brasileiro da história oral, os coletivos ganhavam poder e os indivíduos eram relegados à própria sorte.

A pesquisadora Daisy Perelmutter, sem melindres ou ressentimentos, falou em sua entrevista da experiência de não ter adquirido uma formação ortodoxa em uma única área e de não ter se vinculado a grupos:

Ter essa experiência também é maravilhoso, mas o custo não é trivial. Você é sempre um pouco marginal. Nunca tem uma aceitação, uma adesão absoluta, você sempre...

Não se encaixa em lugar algum, não é?

É. Em lugar algum. As pessoas sempre acham que você tem alguma coisa que não está funcionando direito. Você não está autorizado a falar, e falar com propriedade sobre as coisas. Você tem que bancar! Esse não lugar tem que ser bancado! Se você quiser aceitação, reverência, é melhor não estar nesse lugar, não é? Então toda essa minha trajetória foi muito paralela, porque eu nunca me filiei a grupo nenhum. Não me filiei, não tive uma professora, nem permaneci na mesma universidade. Saí da vida acadêmica, voltei, fui para a vida institucional, fui para a vida na instituição pública. Fui sempre muito à deriva – e não me arrependo. Definitivamente não me arrependo. [Mas] teve momentos em que eu realmente fiquei muito, muito, muito sem interlocutor. Eu falei: “Será que eu consigo continuar trabalhando? Será que eu vou dar conta?”. Tem momentos que você acha que precisa desse respaldo, não é? (...) em termos de empregabilidade, em termos de pesquisa, gera bastante coisa [risos]. Gera, rende... O negócio rende. É o objetivo, não é? Mas, enfim, não me arrependo.⁶⁶

Perelmutter mostra-se sensível ao fato de que a pesquisa solitária atuar como uma espécie de fraqueza em um campo no qual os grupos, com maior coesão intelectual e institucional, dispõem regras e acumulam capital transferível aos seus indivíduos, como analisou Terry Clark em seu trabalho sobre os *clusters* acadêmicos na universidade francesa.⁶⁷ Perguntei à pesquisadora se ela acreditava que a existência de grupos era marcante no cenário institucional da história oral no Brasil:

Muito marcante, muito marcante em alguns momentos da história oral. Eu acho que quando ela começou a crescer... Acho muito saudável, até, essa

⁶⁶ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

⁶⁷ Clark, T. **Prophets and Patrons: The French University and the Emergence of the Social Sciences**. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

coisa de ter crescido muito. A última vez que fui a um congresso internacional foi em 2004. Já faz um tempão – foi em Roma. Tinha muita gente do Brasil, um monte de gente que eu não conhecia, e isso aí é muito saudável. Está tão pulverizado que já não tem mais os donos da área, os vassalos... [risos] Todo mundo é dono e pode estar transitando livremente sem pedir essa reverência a quem manda, a quem começou, a quem estava lá primeiro. Para mim, que sempre fui muito autônoma, foi um alívio quando eu me deparei com isso, porque eu me sentia muito sozinha quando eu era autônoma e estava todo mundo funcionando em matilhas. Aí eu penso assim: “Bom, a matilha já foi embora...”. [Isso] embora eu me identifique muito com as pessoas. Eu me identifico pacas com a Marieta [de Moraes Ferreira], mas a Marieta também está em outro patamar. Mas com os grupos – eu acho que a coisa desses grupos muito fechados enfraquecia a credibilidade da história oral. Sempre achei isso, Ricardo. [Enfraquecia principalmente] para quem não é da área de história oral e que já tem uma relação de muito pouca simpatia. Até hoje, se você pegar historiadores jovens, da tua geração, [alguém] vai falar “Hummm”, como quem diz: “um trabalhinho de merda, de menos importância, que não tem a mesma envergadura que trabalhar com os documentos, que não exige uma acuidade na análise, na produção e na interpretação”. Hoje menos, mas [em] [19]80, [19]90, parecia assim... Aí se constituía aquele nicho muito fechado, e acho que isso corroborava esse preconceito. Parecia assim: “Estão querendo construir uma espécie de campo de defesa: ‘faço o que eu quiser aqui dentro e ninguém interfere’, e vira uma área quase que paralela, como se não fosse um instrumento de pesquisa dentro de história, dentro de...”⁶⁸

Pedi a Perelmutter que elaborasse, concretamente, sobre o que falava – e ela (que participou do Encontro Nacional de História Oral que fundou a associação) remeteu às suas memórias sobre o momento de institucionalização do campo.

Eu também estava muito numa condição de aprendiz. Eu era uma jovem pesquisadora. Então [eu participava] sem nenhuma arrogância, querendo ouvir, querendo estabelecer relações de aprendizado, de parceria. Mas, concretamente, eu acho que nesse primeiro momento essa discussão sobre a institucionalidade se sobrepôs às discussões conceituais, que eram as que mais me interessavam. “Tem que formalizar, tem que criar associação”. Para mim, naquele momento isso não batia, até porque eu estava em fase de formação, querendo pesquisar, com um monte de questões que a minha própria prática trazia, engendrava... Se eu já fosse uma pesquisadora sênior, já tivesse um fino entendimento da necessidade das instituições, eu certamente estaria mais engajada. Então, para mim, eu queria ter bons mestres. Bons mestres para

⁶⁸ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

pensar teoricamente sobre o diferencial da história oral. E por isso eu fui me afastando mesmo do campo e das pessoas que, naquele momento, estavam militando – que eu acho que têm um valor incrível, mas com as quais naquele momento eu não me identificava. Eu acho que a instituição ficou mesmo muito centrada. Ela estava mesmo muito dentro do universo acadêmico e dentro de alguns grupos que tinham aqui em São Paulo, Rio, e o pessoal de Campinas, e já nem lembro mais. Então eu também fui me afastando, enfim, [dessas] querelas todas, as discussões... Aquilo realmente não estava produzindo um diferencial. Acho que durante bastante tempo essa foi uma questão premente, até criar essas institucionalidades todas e o campo se sedimentar, e até voltar a trabalhar com questões metodológicas – aí eu acho que a discussão cresce.⁶⁹

Entre um momento e outro, a defesa da filiação institucional arrefeceu. No primeiro boletim da ABHO, em 1995, afirmava-se claramente: “A ABHO privilegia a filiação coletiva de grupos de pesquisadores de história oral (...). Pesquisadores isolados serão agrupados por critérios regionais, através do representante regional ou local”.⁷⁰ Na assembleia geral que elegeu a diretoria para o biênio 1998-2000, os associados individuais, antes marginalizados, tinham ganhado o direito a voz – mas não a voto.⁷¹ Até que, na assembleia geral de 2002, Maria de Lourdes Mônaco Janotti reavivou o debate, sem poupar fereza.

Lucilia de Almeida Neves, que presidiu a assembleia na ocasião na qualidade de presidente da ABHO, lembrou o ocorrido quando conversávamos sobre sua “aflição à militância”, em suas palavras:

eu tenho, assim, muita agonia com a questão de militar, de organizar, de participar de reunião, de disputar chapa... Não tem a ver com o meu perfil. Então quando alguém fala assim: “Vamos disputar, entra para não-sei-o-que”. Tô fora!

Mas concretamente você está falando do que, Lucilia?

Concretamente eu estou falando o seguinte: vamos supor, se eu quisesse voltar a ser presidente ou vice-presidente da Associação Brasileira de História Oral. Se tivessem tendências ou grupos que querem apoiar um grupo tal, ou outra pessoa, ou com outro perfil, eu tô fora.

⁶⁹ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

⁷⁰ **História Oral** [Boletim], n. 1, 1995.

⁷¹ **História Oral** [Boletim], n. 6, 1998, p. 4.

Mas isso não tem muito, né?

Não. Mas isso acontece não na disputa da chapa. Você constrói um consenso antes. Mas na construção anterior do consenso é lógico que tem arranjos e disputas institucionais, regionais. Por exemplo, quando eu fui presidente da Associação Brasileira de História Oral, no Encontro Nacional aconteceu na USP.

Como foi esse processo, então?

[risos] Foi um dos momentos mais engraçados e difíceis da fase em que fui presidente. Porque sempre teve – e as pessoas não querem reconhecer isso. Eu vou falar de uma forma muito simplificada e as pessoas podem discordar disso de verdade. Mas é o seguinte: evidentemente há uma disputa intelectual entre o Rio [de Janeiro] e São Paulo. Tem. Sempre teve. Até teoricamente essa divergência aparece. Por exemplo, na análise sobre o populismo, que aí eu falo de cadeira... Tem uma perspectiva muito paulista, uma perspectiva muito [carioca]. (...)Estou te dando um exemplo sobre o qual posso falar com tranquilidade. Eu acho que isso redundava em disputas, mesmo, dentro das associações, e em tudo mais. De vez em quando isso aparece – não diretamente, mas numa tangente, numa discussão de um tema, de uma abordagem, de uma formação de uma chapa, de um estatuto. Como é que isso vai aparecer? Mesmo que aquela questão do estatuto não seja a mais relevante, enseja uma disputa intelectual.

(...) O povo vai me matar de eu falar isso [risos], mas isso acontece. Quando teve o evento nacional na USP, quando eu era presidente da ABHO, nós estávamos discutindo algumas alterações no estatuto. Foi a assembleia mais difícil que eu lembro de ter participado como acadêmica – e fui eu que conduzi a assembleia. Duas pessoas de uma importância intelectual e acadêmica enorme tinham posições muito divergentes. A assembleia não terminava era nunca mais! Ali era peso grande discutindo com peso grande; os argumentos acadêmicos eram muito fortes, mas tudo por uma coisa pontual do estatuto. Então para isso eu não tenho paciência. Mas ali eu tive que ter toda paciência e usar todo um esforço mineiro de tentar construir uma conciliação – mas não deu resultado nenhum. O meu esforço mineiro ali foi inútil. Nós terminamos [colocando] o ponto para ser decidido dois anos depois, para ser discutido nas regionais [e] voltar depois.⁷²

Diante da dificuldade em avançar na discussão, a própria Maria de Lourdes Mônaco Janotti achou por bem encerrá-la. Mas, de certa forma, os partidários do modelo

⁷² “Eu não gosto de nada que não tenha uma dimensão pluralista” – Entrevista com Lucilia de Almeida Neves. Gravada em maio de 2012. Brasília, DF.

de filiação individual saíram outra vez derrotado: quem assumiu a presidência da associação foi Verena Alberti, da Fundação Getúlio Vargas. Em seu novo cargo, ela informou mais tarde, no boletim eletrônico da ABHO:

Na Assembleia Geral da ABHO realizada em 30 de maio de 2002, durante o VI Encontro Nacional de História Oral, na Universidade de São Paulo, ficou decidido que a Diretoria e o Conselho Científico da Associação coordenariam um debate a respeito da reformulação do estatuto da entidade, visando especialmente a questão do direito de voto nas Assembleias Gerais. Estaremos dando início ao debate no próximo mês, através de um boletim especial.⁷³

De fato, a participação e o direito ao voto por parte de indivíduos passou a ser licenciado – mas até os dias de hoje enseja polêmica, como a assembleia realizada no XI Encontro Nacional de História Oral de 2012 comprovou: ali, o que estava em questão eram os prejuízos financeiros causados à associação em decorrência da possibilidade de os filiados coletivos abrigarem um número ilimitado de pessoas, sem distinção em termos de contribuição financeira.

Entre pessoas e seus grupos, a Associação Brasileira de História Oral conseguiu se consolidar. Logo depois de sua fundação, proliferaram importantes eventos, de dimensão crescente, e as publicações delas originadas, que se tornaram um primeiro modelo de impresso que permitiram um diálogo amplificado em torno da história oral: as conhecidas coletâneas.⁷⁴ Elas foram analisadas por Verena Alberti em seu ensaio bibliográfico “Obras coletivas de história oral”, que, segundo a autora, “revelam a multiplicidade de tendências, de possibilidades e de concepções de um campo que vem se firmando cada vez mais dentro das ciências humanas”. São obras que, para Alberti, desvelam as duas características “natas” (palavra dela) dessa área de estudos: “a profusão de textos metodológicos, tornando infrindável a discussão sobre as especificidades da história oral” e “a enorme amplitude do campo, incluindo aí a diversidade de tendências” (Alberti, 1997, p. 206).⁷⁵

⁷³ **Boletim Eletrônico da ABHO**, n. 20, nov/dez 2002.

⁷⁴ Após *História oral e multidisciplinaridade*, organizado por Marieta de Moraes Ferreira, do I Encontro Regional Sudeste/Sul de História Oral, realizado em 1995 em São Paulo e em Londrina, foi gerado o livro *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. Do III Encontro Nacional de História Oral, realizado em 1996 na Unicamp, resultou na coletânea *Os desafios contemporâneos da história oral – 1996*. Ver: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996; von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU, 1997.

⁷⁵ Alberti, V. “Obras coletivas de história oral”. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 206-219, 1997.

A primeira publicação assinada pela nova entidade foi, todavia, o boletim *História Oral*, inicialmente coordenado por Alice Beatriz da Silva Gordo Lang e por Yara Aun Khoury. Era uma publicação que ajudava a circunscrever o campo de referências da área, através da divulgação de seus filiados, e da divulgação, especialmente, das chamadas “Dicas bibliográficas” anunciando as leituras que poderiam ser de interesse. O boletim teve seis números impressos – embora apenas cinco deles tenham sido circulados de maneira efetiva. As edições seguintes passaram a ser eletrônicas; mais tarde, foram interrompidas, com a última delas datando de 2008. De qualquer forma, parte da função do boletim foi incorporada pela nova publicação que a associação criou. Lang, a primeira editora, manifestou sua apreensão com o futuro do boletim, escrevendo no editorial de seu sexto número, o último que editou, já que se encerrava seu mandato como vice-presidente: “Acredito que o Boletim *História Oral* tenha efetivamente representado um importante papel aglutinador e de difusão da Associação. Trata-se de um veículo de comunicação bastante ágil, cuja continuidade deveria ser mantida na próxima gestão”.⁷⁶

A prioridade, entretanto, foi outra. Não havia, no Brasil, nenhuma publicação devotada à história oral – pelo menos em alcance nacional. Sabe-se que em 1997, no Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Acre, Carlos Alberto Alves de Souza lançou uma revista chamada *TempORAL: História e fontes orais*, mas que teve um único número em novembro daquele ano. Com isso, a fundação da revista *História Oral*, em 1998, foi bem vinda. Ela não apenas tornou-se um instrumento sólido de comunicação entre a comunidade acadêmica, como também contribuiu para legitimar a associação, a área e seus agentes. Sua criação não apenas oferecia um espaço a mais além dos já existentes – mas se distinguia deles na medida em que atentava às especificidades da área, respondendo às suas normas internas e sendo regida por pares diretos.

O lançamento da revista *História Oral* foi a missão fundamental da gestão de Antonio Torres Montenegro como presidente da ABHO entre 1996 e 1998 – e veio à luz no último ano de seu mandato. Assim como havia ocorrido com a própria associação, seu incentivador primeiro foi José Carlos Sebe Bom Meihy, que ocupou a posição de editor numa comissão formada por ele, Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Alice Beatriz da Silva

⁷⁶ *História Oral* [Boletim], n. 6, 1998. p. 2.

Gordo Lang. André Gattaz, àquela altura estudante de doutorado de Meihy, trabalhou como seu editor adjunto e ficou responsável por grande parte do trabalho executivo da revista. Na apresentação do primeiro número, o primeiro editor escreveu, com entusiasmo: “A ABHO e a revista (...) se relacionam como resultados do mesmo processo. Mãe e filha, as duas ‘geracionam’ etapas de desenvolvimento de uma proposta que se exhibe publicamente triunfante” (Meihy, 1998, p. 7).⁷⁷

Publicar nas páginas de *História Oral* era uma oportunidade de reforçar ou de começar a construir um nome dentro da área – especialmente à medida que o periódico se consolidou, sobrevivendo à periodicidade irregular, à dificuldade de distribuição e mesmo à ausência de um perfil distinguível, devido à rotatividade de editores. A solução encontrada pela ABHO para que os dirigentes da publicação tivessem um mandato limitado foi atribuir sua coordenação aos vice-presidentes eleitos a cada dois anos. A responsabilidade pelo boletim da associação, antes do vice-presidente, passou, desse modo, ao secretário. A revista tornou-se um importante instrumento para a comunidade – tanto para quem nela publicava como para leitores que poderiam conhecer e incorporar as ideias que divulgava. Mais recentemente, devido à sua atualização tecnológica, o alcance da revista foi substancialmente expandido. Sob a direção de Benito Bisso Schmidt, entre 2010 e 2012, *História Oral* revigorou-se, dinamizou sua sistemática de captação de artigos e divulgação de seus números, fortificou seus caminhos de avaliação, e transformou-se em uma publicação exclusivamente eletrônica. Essa transição não foi ao encontro das expectativas de todos os membros da ABHO (que foram sensibilizados, especialmente, pela redução de custos que isso representava) – mas oferece possibilidades reais para um incremento substancial no fator de impacto da revista a curto e médio prazo.

Sob o signo da diversidade

É surpreendente que, mesmo portando regras dispondo seus filiados em diferentes estratos, a Associação Brasileira de História Oral tenha conseguido se estabelecer sobre o

⁷⁷ Meihy, J. C. S. B. “Palavras do editor”. *História Oral*, v. 1, 1998, p. 7-9.

discurso da diversidade. Se isso foi possível é porque, para além das diferenças internas, o retesamento da coletividade mostrou-se precioso para assegurar conquistas institucionais e possibilidades de trabalho acima ou independentes de polêmicas como o formato de filiação. Ademais, talvez por contar, efetivamente, com participantes de variadas disciplinas (ao contrário do que ocorre em outras associações, erigidas justamente sobre uma base disciplinar), se chegasse à conclusão de que a multidisciplinaridade se traduzia, automaticamente, em diversidade.

Como escreveu Antonio Torres Montenegro cinco anos depois da criação da ABHO, sua imagem era a de “um espaço plural, onde diversas áreas do conhecimento têm tido oportunidade de debater e confrontar um diversificado número de trabalhos”. Ainda segundo ele, a entidade vinha, entre 1994 e 1998, procurando “criar, através dos Encontros Nacionais e Regionais, uma prática democrática de debate e convivência respeitosa com as diferenças temáticas, técnicas, metodológicas e políticas” (Montenegro, 1998, p. 11).⁷⁸ Ao encerrar seu mandato como presidente, em 1998, Montenegro reforçou ainda a expectativa de que sua gestão tivesse contribuído para robustecer a entidade como um espaço de “convivência democrática, crítica, e respeitosa com as divergências”.⁷⁹

O historiador Marcos Montysuma, relembando com emoção sua participação no encontro de 1994, também frisou a percepção da diversidade:

Eu lembro da nossa discussão do regimento, uma discussão muito rica onde o pessoal tinha a preocupação de elaborar um regimento que não fosse discriminador; que não fosse um instrumento que afugentasse as pessoas de participar de uma associação de história oral; que fosse, num certo sentido — eu não gostaria de dizer a palavra liberal, mas que ele não fosse excludente (...).

Uma coisa que também marcou para mim naquele momento é como nós tínhamos uma diversidade de pensamentos sobre o que era história oral. Se reivindicava ali a construção, a preocupação, a obrigação das pessoas em fundamentar teoricamente as discussões da história oral para não valer qualquer coisa. Não foi dito nesses termos. São palavras minhas: “não valer qualquer coisa”. Mas para criar uma couraça, portanto criar uma rede, criar uma proteção contra os setores que resistiam à utilização da história oral

⁷⁸ Montenegro, A. T. “Na transversal da história”. **História Oral**, v. 1, p. 11-8, 1998.

⁷⁹ Montenegro, A. T. “Palavras do presidente”. **História Oral** [Boletim], n. 6, 1998, p. 3-4.

como metodologia de trabalho; para mostrar que havia sim uma coerência, que havia uma metodologia, que havia uma fundamentação teórica, que ela já era realizada em muitos campos e em muitos lugares.

Essas definições também excluíram algumas pessoas da Associação?

Naquele momento eu não percebia se haveria, ou se houve, exclusão. Eu não percebi – até porque eu não participei das articulações políticas. (...) Então eu não tenho clareza dessas exclusões. Mais tarde, para mim, ficou claro que havia, sim, disputas – algumas de caráter mais teórico-metodológico, que para mim existem, estão na ordem do dia até hoje. E isso reflete muito o trabalho que se faz dentro da ABHO hoje.⁸⁰

Em que sentido, então, se está falando em diversidade (mesmo que, ao fim e ao cabo, ela seja relativa)? Principalmente, em dois. O primeiro deles diz respeito à tentativa de incluir no campo da história oral pesquisadores de várias partes do país, evitando a concentração no Rio de Janeiro e em São Paulo (e a polarização já aludida por Lucilia de Almeida Neves). A presença de Antonio Torres Montenegro, como já afirmei, foi fundamental para que a preponderância do Sudeste não se transformasse em exclusividade. Ele próprio falou sobre isso, tratando da transferência do comando da ABHO para si após o mandato de Marieta de Moraes Ferreira:

Outra coisa polêmica é a centralização no Rio e em São Paulo. Depois que Marieta foi presidente, eu fui presidente; quer dizer, [a presidência] veio para o Nordeste. Mas para uma pessoa muito próxima, que tinha fortes relações [com o Sudeste], pela minha formação em São Paulo e depois minha relação com todo o pessoal do CPDOC.⁸¹

Mesmo entendendo a si próprio como alguém mais integrado aos centros de irradiação intelectual do país – e, portanto, sugerindo que não pode ser considerado um exemplo da exitosa integração entre as diversas regiões do país no seio da ABHO –, Montenegro contribuiu para estimular a multiplicidade. Ele apoiou e participou da realização de pesquisas, publicações e eventos no Nordeste e no Norte brasileiros, onde existe um cenário de vitalidade demonstrado pela dimensão de eventos de história oral locais e regionais. Ele também foi um dos propugnadores da ideia de que a Associação

⁸⁰ “A postura política e a postura intelectual estão imbricadas” – Entrevista com Marcos Montysuma. Gravada em abril de 2012. Belém, PA.

⁸¹ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

Brasileira de História Oral, desde sua fundação, contasse com núcleos regionais nas várias partes do país – e continua discursando em favor de seu fortalecimento.

A opinião é compartilhada por Regina Beatriz Guimarães Neto – e orientou suas atividades e prioridades durante seu mandato como presidente da sociedade no biênio entre 2008 e 2010:

Eu acho que uma das coisas mais importantes é o fortalecimento das regionais. Nós temos cinco regionais que seguem a distribuição das regiões brasileiras: Centro-Oeste, Norte e Nordeste, Sul e Sudeste. Então, eu vejo que o fortalecimento das regionais é bastante importante, porque muitos pesquisadores fazem pesquisa com fontes orais e não fazem parte da Associação. Eu acho muito interessante estar renovando, estar trazendo pessoas, porque são pesquisas novas, são novos desafios, que criam novos debates – seguindo a trilogia dos *Annales*: os novos problemas, os novos objetos, as novas questões. Estar dialogando com novas pesquisas, porque eu acho que as novas pesquisas trazem sempre novos desafios, entendeu? Eu vivenciei essa experiência em Mato Grosso. Abriu um programa de pós-graduação [para] atender uma demanda enorme que já estava ali. Fizemos trabalhos interessantíssimos! O Programa de Pós-Graduação de Mato Grosso tem trabalhos muito importantes: do campo político, de gênero, e pesquisas muito inovadoras com perfil muito inovador, que colocavam novas questões para o uso das fontes orais, sabe?⁸²

O X Encontro Nacional de História Oral, que organizou na Universidade Federal de Pernambuco em 2010, apresentou-se como uma oportunidade para Guimarães Neto colocar sua posição em prática:

Como presidente [da ABHO] eu fui a quatro encontros. Eram cinco. Eu só não fui na região Norte porque quando foi possível eles marcaram o encontro eu estava numa viagem internacional. Quem foi representando a ABHO foi o vice-presidente, que na época era o Eurípedes Funes, e também o [Marcos] Montysuma, que era tesoureiro, e outras pessoas também da diretoria. (...)

Acho que o Encontro Nacional culmina esse trabalho. É o coroamento. E essa é a trajetória de um mandato. O que eu procurei fazer no Encontro Nacional foi exatamente fortalecer as regionais, no sentido de que cada regional pudesse participar propondo mesas que fossem extremamente representativas do trabalho com as fontes orais nas regiões.⁸³

⁸² “A curiosidade nos leva a caminhos desconhecidos” – Entrevista com Regina Beatriz Guimarães Neto. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

⁸³ “A curiosidade nos leva a caminhos desconhecidos” – Entrevista com Regina Beatriz Guimarães Neto. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

Os problemas, ao que parece, ocorrem quando busca-se traduzir a proficuidade dos trabalhos em representação nos cargos diretivos da associação de história oral, o que implica dimensionar nacionalmente as virtudes mas também os eventuais problemas locais. Como Montenegro colocou:

essa tentativa de que você construa uma relação que passe pela produção das diversas regiões é uma coisa que gera tensão também, sabe? É uma coisa complexa. Hoje, eu avalio que não basta só você querer descentralizar, mas tem que saber, também, o seguinte: vai levar para algum lugar que tem condições? Por exemplo, nós levamos [a presidência da ABHO] para o Acre.⁸⁴ Na época Verena [Alberti] era a presidente da Associação e surgiu a possibilidade de levar [a presidência] para o Acre. Por quê? Porque o Acre, a UFAC, realizava encontros do Norte muito bons. Então nós ficamos entusiasmados! Traziam gente do Pará, de Rondônia, de Roraima... Amazonas ainda não tinha um trabalho de história oral; agora tem, um trabalho grande, vários... Mas quando [a presidência] foi para o Acre, a coisa não funcionou. (...)

Há uma preocupação e um esforço de que a gente descentralize. Como forma, também, de fortalecer a atividade, porque quem sedia a presidência depois faz o encontro nacional. Mas é sempre uma coisa difícil, tensa, porque você pode ter um colega que fez bons encontros regionais, mas, para realizar o encontro nacional, tem alguma dificuldade. E, se a coisa não funciona, tem um impacto grande! Os encontros regionais e nacionais são momentos de muita ativação do debate, porque congregam as pessoas do Brasil todo.⁸⁵

Talvez essa “tensão” seja a fonte do descompasso entre o interesse no método manifestado por pesquisadores de outras regiões (o VI Encontro de História Oral da Região Nordeste, em 2007, por exemplo, reuniu 870 participantes) e a representação dos mesmos nos cargos diretivos da associação. De qualquer forma, problemas como o relatado por Montenegro são imprevisíveis – e simplesmente acontecem. O próprio encontro nacional que precedeu aquele realizado no Acre foi considerado um sucesso: o VII Encontro Nacional de História Oral “História e Tradição Oral”, que em maio de 2004, em Goiânia, recebeu 247 trabalhos inscritos.⁸⁶

⁸⁴ Refere-se à diretoria da ABHO no biênio 2004-2006, que teve o professor Carlos Alberto Alves de Souza, da Universidade Federal do Acre como presidente. A secretária-geral da chapa, Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque, pertencia à mesma instituição. Antonio Montenegro ocupou, nesse biênio, a vice-presidência da associação.

⁸⁵ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

⁸⁶ **Boletim Eletrônico da ABHO**, n. 25, nov/dez 2003.

O outro sentido de diversidade que a Associação Brasileira de História Oral abrigou foi o de acolher diferentes visões sobre o uso da história oral, fazendo dessa sociedade científica um espaço multidisciplinar (agregando pessoas das mais variadas áreas de conhecimento) e que não dispusesse princípios procedimentais a serem seguidos. Como Marieta de Moraes Ferreira me disse,

Uma coisa que eu acho que foi importante, também, para que essa entidade crescesse enormemente foi o ponto de vista de que a Associação deveria abrigar pessoas com pontos de vistas e visões de história oral diferentes. Isso sempre foi uma coisa que eu me bati muito, sabe? Havia, por exemplo, bastantes divergências, desde o começo, na maneira como o Sebe pensava a história oral, como eu pensava a história oral, como Beatriz Lang... Enfim, não havia um consenso de o quê que era história oral para todos nós. A gente tinha alguns pontos de convergência, mas muitos pontos de divergência. Mas eu sempre tive esse princípio e sempre lutei pra que ele vigorasse na Associação, e acho que tive sucesso: de que a Associação era para ser um lugar que abrigasse pontos de vistas distintos.⁸⁷

Perguntei a ela se, em sua opinião, a diversidade se esgotava em si mesma, com pontos de vista distintos coexistindo mas interagindo pouco entre si; ou se existia, de fato, um diálogo entre eles.

Olha, eu acho que em alguns casos havia trocas, havia... E em alguns casos havia visões que eram mesmo diferentes.

Incompatíveis?

É. Eu acho que as pessoas pensam de maneira diferente... E a gente achava que a associação deveria abrigar esses pontos de vista. Ela não tinha que ser uma definidora.⁸⁸

O “respeito à diferença” também se configurou ocasionalmente como justificativa para a interdição do diálogo entre as “linhas” de história oral em atividade. Um aspecto característico da história oral feita no país (que não é uma constante em outros cenários nacionais) é sua divisão em “correntes” e “linhagens” que professam formas supostamente especiais de lidar com o método. São “visões” definidoras de agrupamentos – alguns deles

⁸⁷ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

⁸⁸ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

formados em função do vínculo a instituições sólidas; outros erigidos em torno das próprias especificidades alegadas para seu modo de trabalho. Ocorre que a pressuposição da diversidade colabora para o receio em se colocar em questão aspectos e procedimentos de uma linhagem à qual não se pertence. Em outras palavras, trata-se de um tipo de diversidade que aceita a existência do “diferente”, mas sem debate, introjetando o que de menos saudável o pensamento multiculturalista trouxe.

As formas de interdição do diálogo são várias, e é possível fornecer alguns exemplos. Em outubro de 2009, por exemplo, o VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral, que aconteceu em Belo Horizonte, ofereceu uma imagem exemplar dessa situação, antes mesmo de começar. Seu tema — *Centros de pesquisa em história oral: Trajetória, abordagens e avaliações* — prometia delinear um retrato comparativo do campo, mas essa possibilidade foi minada pela própria estruturação do programa: as mesas redondas eram normalmente compostas por três ou quatro pesquisadores do mesmo centro de pesquisa.⁸⁹ No evento, cada um desses pesquisadores apresentou uma comunicação distinta, mas dentro do mesmo painel — resguardando, assim, uma homogeneidade interna. Talvez tivesse sido mais frutífero fazer o contrário: propor a intelectuais com visões e inserções diferentes a discussão de tópicos comuns, em torno do qual as “diferentes” perspectivas se organizariam.

No interior da própria produção intelectual, essas interdições também existem. Cabe notar, por exemplo, a magra seção de resenhas da revista *História Oral*, que demonstra um número muito reduzido de comentários e avaliações sobre trabalhos sendo produzidos no campo. Em seus 21 números publicados em 1998 e 2012, apenas vinte resenhas foram publicadas. A título de comparação, apenas seis volumes da *Revista Brasileira de História*, publicada pela Associação Nacional de História (ANPUH), superam esse número: em seus números lançados entre 2010 e 2012, vinte e uma resenhas foram divulgadas. Se for preferível a comparação com uma subárea, a situação não se altera; pelo contrário. A revista *História da Historiografia*, em apenas três números (publicados entre 2012 e 2013) difundiu 20 resenhas, a mesma quantidade que a *História Oral* ao longo de seus quinze anos de existência. Para uma comparação internacional, a revista *Oral History*

⁸⁹ VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral: Caderno de Resumos. Belo Horizonte: Núcleo de História Oral, 2009.

Review, dos Estados Unidos – onde a dinâmica de publicação de resenhas é outra –, um único número (como o primeiro de seu 40º volume) abrigou os escritos de 25 resenhistas.

Outro elemento que dificulta o debate é a hiperdiferenciação do léxico do campo. Em muitos aspectos, a literatura especializada em história oral assemelha-se a um grande *thesaurus*: um terreno de disputa terminológica, no qual palavras diferentes nem sempre correspondem a diferenciações de ordem metodológica (ou teórica ou epistemológica ou filosófica ou política). Por meio de artifícios linguísticos, identifica-se a pertença a determinadas linhagens, reveste-se o discurso metodológico com termos que inspiram sofisticação, e dificulta-se a acessibilidade de não iniciados. No limite, a hiperdiferenciação terminológica pode funcionar como uma barreira para o avanço de debates e para a busca de inovação – já que um nível básico de concordância (um jargão compartilhado) impede a comunidade de seguir adiante. O discurso da “diversidade”, enfim, pode em certo sentido significar o convite ao silêncio.

Ao mencionar alguns dos problemas encontrados em trabalhos do campo de história oral – como a falta de definição de objetos de pesquisa ou o discurso excessivamente autocentrado de grupos identitários que pesquisam sobre si mesmos –, Ana Maria Mauad sugeriu que o seu próprio comportamento crítico seria entendido como incomum:

Muitas vezes, nos próprios encontros de história oral, você não tem um trabalho com história oral: você tem a apresentação do trabalho no encontro de história oral porque está trabalhando com memória, e às vezes a metodologia é de *survey*! Quer dizer, você faz a entrevista e não tem uma discussão sobre a comunidade do entrevistado, a construção do objeto. Eu acho que esse é o principal problema. Principalmente a área que cruza história oral e educação. (...) O registro oral acaba sendo o registro de memória, e a análise não vem na subsequência do trabalho. Então você registra a fonte, mas não trabalha com interpretação. Tudo bem, quando você fala que esse é um trabalho de registro, de produção de fonte... Mesmo assim você não produz a fonte oral à toa. Você tem que ter um projeto de pesquisa que ampare isso. “Vamos produzir a memória dos educadores do Cariri”. Quem são os educadores? Como é que você vai definir? De quando você vai começar, sabe? Você começa a fazer um monte de pergunta para a

pessoa, e aí a pessoa acha que você está implicando. As pessoas acham que eu sou meio antipática, porque eu vou perguntando.⁹⁰

Um diálogo efetivo, que não fosse intimidado pelo discurso de respeito às diferenças (e que, em última instância, conduz ao isolamento), poderia permitir à Associação Brasileira de História Oral realizar coisas em aberto – superando seu primeiro estágio no qual funciona, essencialmente, como produtora de eventos e publicadora de um periódico. A elaboração de um código de ética; a reativação de um boletim dinâmico e hipertextual de notícias; a criação de recursos informacionais, como bancos de dados e repositórios de produção bibliográfica; a renovação de quadros; a criação de grupos de trabalho permanentes que substituam os simpósios flutuantes dos eventos e permitam estabelecer o acompanhamento e o traçado de diálogos sólidos; a proatividade na difusão internacional da produção brasileira; o apoio a parcerias interinstitucionais e projetos integrados – tudo isso e tantas outras coisas mais dependem de ideias, debates, e da superação de conflitos. E, ainda mais, da autorreflexividade: se a criação de novos espaços acadêmicos é legítima, ela deve ser acompanhada por uma reflexão permanente, que avalie se seus procedimentos institucionais estão contribuindo para fomentar ou obscurecer o objetivo primeiro: que é, ou deveria ser, a interlocução intelectual.

A inegável expansão geográfica, temática e institucional da história oral feita no Brasil deve muito ao trabalho empreendido no interior da Associação Brasileira de História Oral. Mesmo que a área de estudos existisse previamente – e que pudesse continuar a existir à revelia de estruturas associativas –, a conformação da ABHO agilizou processos e dinamizou a produção cultural do campo. Sua existência também minimizou a necessidade de batalhas constantes em favor da legitimidade da história oral; com uma retaguarda institucional, a área de estudos torna-se menos vulnerável a questionamentos externos.

Virtudes, porém, não solapam vícios. Firmando-se como agente legitimador central, uma entidade fomenta, institui e autoriza novas formas de relação entre os agentes. Enquanto projeto político, a Associação Brasileira de História Oral foi um empreendimento vitorioso. Mas em seu encargo intelectual, em vez de se colocar em

⁹⁰ “O campo da história oral ainda é muito ecumênico” – Entrevista com Ana Maria Mauad. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

favor do estabelecimento de bases comuns que facultassem o “diálogo”, a entidade assistiu incólume a um estilhaçamento de posturas, em nome da “diversidade”. Diante disso, o nome do evento que eu mesmo organizei em 2011, “Diversidade e diálogo”, talvez fosse mais oportuno se modificado: “Diversidade sem diálogo”. As variações no emprego da história oral feito por diferentes praticantes ou campos disciplinares é uma coisa; a celebração da diferença pela diferença é outra. Como resultado, o campo da história oral no Brasil tornou-se progressivamente mais hermético e autorreferenciado, com disputas políticas, disputas intelectuais, e disputas políticas revestidas de intelectuais. História oral tornou-se um território, em si. Uma redoma que não se quebra, dados os esforços coletivos para preservá-la. Mas, certamente, uma redoma trincada.

CAPÍTULO 9

Who runs the world?**O troco e as trocas no cenário global****Velha disputa, novo guerreiro**

Foi na cidade de São Francisco, em 1975, que uma mesa redonda intitulada “Oral History as a New Methodology for Historical Research” (“História Oral como uma nova metodologia para a pesquisa histórica”) inaugurou uma espécie de rede internacional de praticantes de história oral. O debate – organizado pela veterana Willa Baum, da University of California, Berkeley, no XIV Congresso Internacional de História – deu início a um movimento internacional que, já no ano seguinte, desdobrou-se em um primeiro encontro internacional exclusivamente dedicado ao método das entrevistas. Em dezembro de 1976, a cidade italiana de Bologna recebia o “Convegno Internazionale Antropología e Storia: Fonti Orale”, na qual pouco mais de 25 trabalhos foram apresentados.¹

Aquele foi o estopim para tantos outros encontros. Em 1978, o segundo deles aconteceu em Colchester, Essex. Foi nessa conferência inglesa que, segundo Ron Grele – que cedo integrou o movimento – escreveu em suas memórias, se deu efetivamente “a criação de um movimento internacional de história oral”. Em sua interpretação, graças aos esforços empreendidos por seu organizador, Paul Thompson, que no mesmo ano trouxe a público o livro *The Voice of the Past*, que o celebrizou. “Paul havia sido incansável em suas

¹ Triulzi, A. “Hace treinta años”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 2, n. 36, p. 79-85, 2006; “Índice (facsimil) de la Conferencia Internacional de Bolonia (16 a 18-XII-1976)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 36, p. 87-88, 2006; Vilanova, M. “Las fuentes orales entre Bolonia (1976) y México (2008)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 36, 2006. p. 49-50.

viagens e no acúmulo de contatos para essa reunião. Me disseram que houve uma reunião prévia na Itália, da qual àquela altura eu não sabia. Para mim, Essex foi a chave. Foi uma epifania”, escreveu Grele (1998, p. 5)². Foi na sequência da reunião, aliás, que começou a ser publicado o *International Journal of Oral History*, editado por Grele – que, por sua iniciativa, delineou-se com um perfil editorial internacional e com uma abição transdisciplinar e comparativa.³

Depois, outros encontros vieram: o terceiro, em Amsterdã, na Holanda, em 1980; o quarto, em Aix-en-Provence, na França, em 1982; o quinto, em Barcelona, na Espanha, em 1985. A respeito do sexto deles, de 1987, sediado em Oxford, na Inglaterra, a espanhola Mercedes Vilanova afirmou que teria sido uma ocasião em que os participantes de língua espanhola foram marginalizados, impedidos de falar sua própria língua. Como ela disse em entrevista a Verena Alberti e Marco Aurélio Santana, em 2000, quando deixava a presidência da Associação Internacional de História Oral:

Em Oxford proibiram-nos de falar castelhano; não podíamos falar espanhol em Oxford, no ano de 87. Então, com Eugenia Meyer, decidimos organizar um encontro no México para falar espanhol, em 88. Isto foi a reação aos anglo-saxões que nos impediam, nas reuniões internacionais, de falar espanhol. (Alberti & Santana, 2000, p. 156)⁴

Foi no Instituto Mora, que então presidia, que a mexicana Eugenia Meyer – velha conhecida dos brasileiros, por ter feito parte da missão de 1975 – organizou o Primer Encuentro Internacional de Historiadores Orales de América Latina y España, sob o título “De cara a la historia popular”. Cerca de 150 pesquisadores afluíram de doze países – Argentina, Brasil, Costa Rica, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Guatemala, Japão, Mônaco, Venezuela, Uruguai e Porto Rico – para apresentar seus trabalhos em três

² Grele, R. “Memorias de un movimiento”, *Palabras y Silencios*, v. 2, n. 6, p. 3-6, 1998.

³ O *International Journal of Oral History*, até onde se sabe, teve dez volumes, publicados entre 1980 e 1989, cada um deles com dois números. No ano de 1990, visando ampliar seu alcance e facilitar sua distribuição, ele foi transformado no *International Annual of Oral History*. O primeiro dos anuários foi organizado por Ronald Grele: Grele, R. **International Annual of Oral History, 1990 – Subjectivity and Multiculturalism in Oral History**. New York / Westport / London: Greenwood Press, 1990. Em sua nova apresentação, a publicação assemelhava-se formalmente mais a um livro do que a um periódico, mas sua dinâmica de recebimento de artigos não se alterou substancialmente, de modo que os anuários não demonstram unidade, se não na tentativa de apresentação do organizador. O projeto, em 1992, foi agregado ao *International Yearbook of Oral History and Life Stories*, idealizado por Paul Thompson. Os volumes desses anuários posteriormente tiveram seus direitos autorais adquiridos por uma variedade de editoras, tendo seus textos reproduzidos em variados títulos.

⁴ Santana, M. A.; Alberti, V. “Entrevista com Mercedes Vilanova”. **História Oral**, n. 4, p. 149-64, 2001.

sessões, duas delas (“Fuentes orales e historia popular” e “De la gente sin historia”) fortemente assinaladas por uma perspectiva engajada, e uma de cunho geral: “Metodologia y practica de la historia oral”.⁵ Para Meyer, esse foi o resultado da “preocupação coletiva de participantes falantes de língua espanhola, expressada no encontro internacional de Oxford, em 1987, de possuir seu próprio fórum” (Meyer, 1996, p. 347). Numa sessão plenária durante o evento, contou Meyer, foi levantada a hipótese de realização de um segundo evento – que porto riquenhos haviam se oferecido para se sediar – e de organizar uma associação de historiadores orais da América Latina e da Espanha, propostas que não frutificaram.⁶

A aliada espanhola, Mercedes Vilanova, esforçou-se não apenas para o êxito desta conferência que, por natureza, era volátil. Ela buscou dar ao seu impulso forma perene e impressa, lançando o periódico especializado *Historia y Fuente Oral*, mais tarde rebatizado como *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, que, depois de um período devotado essencialmente a traduzir trabalhos clássicos da língua espanhola, se tornou uma das mais importantes publicações voltadas à atualização bibliográfica da área e à comunicação entre pesquisadores.⁷ “A mim me interessava mais a revista do que todo este pequeno ‘grupito’, este grupo fechado” (Santana & Alberti, 2001, p. 156), disse Vilanova, referindo-se à rede internacional de pesquisadores da qual se sentia excluída.⁸

Seu descontentamento não prejudicou a rede, que deu prosseguimento aos seus encontros contando com nomes que até hoje fazem parte do panteão da área, como Lutz Niethammer, Luisa Passerini, Philippe Joutard, Alessandro Portelli. Em 1990, a sétima edição do encontro ocorreu em Essen, na Alemanha; em 1993, em Siena, na Itália. Em outras palavras, a rede que se autodenominava como o “comitê internacional”, ou o “o movimento internacional da história oral” não parecia desgarrar-se da Europa, que lhe fornecia o maior número de participantes. Em um exaustivo levantamento dos

⁵ Meyer, E. “Recuperando, recordando, denunciando, custodiando la memoria del pasado puesto al día. Historia oral em Latinoamérica y el Caribe”. **Historia y Fuente Oral**, n. 5, 1991, p. 139-144

⁶ Meyer, E. “‘De cara a la historia popular’: Primer Encuentro de Historiadores Orales de América Latina y España”. **Historia y Fuente Oral**, n. 1, 1989, p. 188-190.

⁷ Vilanova, M. “Palabras inaugurales de la X Conferencia Internacional de Historia Oral (Rio de Janeiro, 14 de Junio de 1998)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 2, v. 20, 1998, p. 161-163.

⁸ Santana, M. A.; Alberti, V. “Entrevista com Mercedes Vilanova”. **História Oral**, n. 4, p. 149-64, 2001.

participantes desses encontros, Marieta de Moraes Ferreira demonstrou que no encontro de Siena havia clara predominância da Europa: em relação ao continente de origem, 66% dos participantes provinham de lá, 15% da América do Norte, 14% da América Latina, 4% da Oceania, e 1% da Ásia.⁹ As demais conferências não apresentavam perfil diferente.

Esses dados são suficientes apenas para levantar hipóteses sobre a predominância europeia. Em certos casos, porém, especialmente em se tratando de pesquisadores estrangeiros emocionalmente ligados aos acontecimentos, tal predominância tem dado margem para ela seja plasmada como um comportamento eurocêntrico, pintado com as cores do autoritarismo e da arrogância. Uma leitura como essa – popularizada através de eloquentes discursos como os que Mercedes Vilanova profere edição após edição dos encontros internacionais dos quais dificilmente se ausenta – perde de vista nuances que, pelo menos no caso brasileiro, são reveladoras. Nunca é demais lembrar a receptividade que Aspásia Camargo e Valentina da Rocha Lima conseguiram precocemente nas redes internacionais de história oral – tanto em termos de eventos como de publicações. Tampouco é dispensável reforçar que, na conferência de Essen, de 1990, Zeila Demartini e Maria Christina Siqueira de Souza Campos estavam presentes – e estariam também no congresso de Siena se tivessem podido ir. Nele, também tiveram trabalhos incluídos no programa do evento Celso Castro (*“The Young Military: A Study on the Construction of Social Identity in the Brazilian Army”*), Dulce Chaves Pandolfi (*“Femmes Militantes: Une Histoire de Plusieurs Vies”*) e Angela de Castro Gomes (*“La Politique ‘A La Maison’: Les femmes et la Politique Au Long De l’Histoire do Brésil”*), além de Zeila Demartini (*“São Paulo in the beginning of the century and its diversified schools”*).¹⁰ Nos encontros da associação norte-americana, passaram, bem antes de 1996, pessoas como Bela Feldman-Bianco, Antonio Torres Montenegro e José Carlos Sebe Bom Meihy. Logicamente, a participação brasileira era reduzida; mas não há dados suficientes para embasar a afirmação de que isso tenha se originado de um comportamento excludente por parte de um movimento que, ao fim e ao cabo, era informal.

No ano de 1994, entretanto, alguma coisa mudou.

⁹ Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Palabras y silencios**, nueva época, v. 4, n. 1/2, p. 6-21, 2007/2008.

¹⁰ Clemente, P. “Índice del volume con las comunicaciones presentadas en la VII Conferencia Internacional de Historia Oral en Siena-Lucca”. **Historia y Fuente Oral**, n. 11, p. 17-21, 1994.

A constituição de um campo profissional para a história oral no Brasil refletiu-se, quase instantaneamente, em uma busca pela internacionalização. Como já vimos, esse foi o argumento, inclusive, para que a expressão “história oral” fosse adotada pela sociedade científica que corporificou o processo de institucionalização do campo. Ademais, especialmente a partir dos anos 1990, a internacionalização era uma prioridade dentro do ambiente intelectual que se esboçava no país, no qual a sistemática de avaliação de universidades e de seus programas de pós-graduação motivou uma corrida pela excelência científica (medida, entre outros critérios, pela demonstrada interlocução para além das fronteiras nacionais). Meses depois da criação da Associação Brasileira de História Oral, que se deu em abril de 1994, o estadunidense Ronald J. Grele abria seus braços e as portas da Columbia University para uma comunidade mais ampla de pesquisadores. Realizada pela primeira vez fora da Europa, a Conferência Internacional de História Oral, em sua nona edição, foi mesmo um ponto de virada, no qual a hegemonia europeia entibiu-se.

Muito já havia se transformado, como Eugenia Meyer – espécie de porta-voz dos latino-americanos naquele evento, decerto a mais conhecida dentre eles – afirmou: “Hoje em dia as coisas mudaram substancialmente. Para começar, deixamos de argumentar e defender a história oral. Deixamos de buscar sua legitimidade, quase como se implorássemos” (Meyer, 1995, p. 99)¹¹. Não apenas do ponto de vista do debate intelectual, mas também da arena política, tratava-se de um momento de mudanças, que se deram, aliás, bastante rápido. 1994 foi “o início dos novos tempos”, nas palavras de Marieta de Moraes Ferreira (2006, p. 56), para quem o encontro sediado na cidade de Nova York consistiu em uma oportunidade de aproximação entre os chamados pais fundadores da história oral e as novas gerações. “Foi a primeira vez em que um número expressivo de jovens pesquisadores apresentaram seus estudos e estabeleceram contatos para intercâmbios regulares”, ela escreveu (idem, p. 56).¹²

No encontro, Ferreira era uma das pessoas que, junto com os demais falantes de língua portuguesa ou espanhola, foram “invadindo a audiência com seu idioma”, na delicada descrição oferecida por Mercedes Vilanova (1995, p. 134), que levava vantagem

¹¹ Meyer, E. “Los nuevos caminos de la historia oral en America Latina”. **Historia y Fuente Oral**, n. 13, 1995, p. 97-102.

¹² Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 36, n. 2, p. 51-66, 2006.

em termos de intimidade com os brasileiros porque havia estado no país no encontro que fundou sua associação.¹³ Naquele outubro de 1994, numerosos pesquisadores internacionais circulavam pelas dependências de Columbia University – mas nenhuma delegação estrangeira fazia frente à brasileira, que só perdia, numericamente, para os nativos. Entre 20 e 30 brasileiros estavam lá, para surpresa geral. Sua presença maciça impressionou os pares estrangeiros: de certa forma, significava não apenas o ingresso do país nessa comunidade, mas simbolizava emblematicamente a internacionalização efetiva do movimento. Em 1995, no Brasil, a pesquisadora do então Oral History Research Office da Columbia University, Mary Marshall Clark, afirmou:

gostaria de observar que o Departamento de Pesquisas sobre História Oral da Universidade de Colúmbia, em Nova York, já não é o maior centro do mundo no tocante à História Oral. Talvez seja um dos mais antigos, mas tornou-se evidente para nós – graças ao movimento internacional – que a História Oral não é mais realizada apenas na América do Norte e na Europa (...). Em primeiro lugar, constatei que a América Latina é um dos novos núcleos mundiais de História Oral. No ano passado, no Centro de História Oral, na cidade de Nova York, organizamos uma conferência internacional, com mais de quatrocentas pessoas, procedentes de cinquenta países. Até então, as reuniões internacionais sobre História Oral haviam sido eminentemente europeias, portanto, a mudança foi drástica (...) aquela se revelou a primeira de uma nova espécie de conferência internacional, creio eu, em que houve verdadeira diversidade e autêntica representação. Talvez vocês gostassem de saber que nela estavam presentes mais de vinte brasileiros. Por isso, parece-me claro que este é um dos novos núcleos de História Oral no mundo. (Clark, 1997, p. 85)¹⁴

O impacto da presença brasileira – possibilitado por – perdurou na memória da comunidade internacional. O coordenador geral do evento, Ronald Grele, me disse, quase vinte anos depois:

Eu me lembro de ter visto um ou outro brasileiro em conferências de história oral antes disso – acho que a Aspásia Camargo, em Amsterdam, e mais alguém nas redes que Daniel Bertaux organizou em 1978, 1979 – mas nunca

¹³ Vilanova, M. “Palabras de clausura: Conferencia Internacional de Historia Oral”. **Historia y Fuente Oral**, n. 13, p. 131-135, 1995.

¹⁴ Clark, M. M. “Esquecendo Louise Rouget: O problema do individualismo, da coletividade e das lembranças não-compartilhadas na História Oral e na cultura dos Estados Unidos”. **Projeto História**, n. 15, p. 85-97, 1997

desse jeito. Foi a primeira vez que um número tão grande de brasileiros foi a uma dessas conferências – e isso foi uma surpresa, nós não esperávamos.¹⁵

Ele completou: “A primeira coisa que notei foram os nomes enormes! [risos] Aqui nós usamos nome e sobrenome, e aí chegaram aquelas propostas com nomes imensos, com quatro ou cinco sobrenomes”.

O veterano pesquisador não podia reclamar: se se cansava com as exigências da caligrafia, era por vontade própria. Valentina da Rocha Lima – seu principal elo com a comunidade brasileira de praticantes de história oral, a quem Grele conhecia por ter publicado um artigo dela no *International Journal of Oral History*¹⁶ – foi alistada para contribuir com trabalhos, propostas de painéis, com a mediação de uma mesa sobre o tema do exílio, e especialmente com a divulgação da chamada de trabalhos entre seus conterrâneos. É difícil mapear se foi através de Lima que os brasileiros souberam da conferência, mas é provável que ela tenha contribuído, já que foi uma das primeiras pessoas a receber o chamado, em julho de 1993.¹⁷ Na divulgação entre os brasileiros, Bela Feldman-Bianco, antiga conhecida de Grele, também ajudou.

No *Call for papers* que redigiram, os organizadores do encontro proclamavam: “Estamos especialmente interessados em fomentar a apresentação de comunicações específicas ou comunicações gerais sobre a situação da história oral em uma região, nação, campo, ou em temas como a história da mulher, história do trabalho, história política e cultural, etc”.¹⁸ A utopia da integração estava clara, e estendia-se para os idiomas aceitos na conferência: inglês, francês e espanhol. Na realidade, as conferências internacionais estiveram tradicionalmente abertas a mais línguas: até mesmo a primeira delas, de 1976, tem em seu índice de apresentações propostas em italiano, inglês e francês.¹⁹ A novidade é que, no evento organizado por Grele, desejava-se oferecer tradução simultânea para toda

¹⁵ Entrevista com Ronald J. Grele realizada em 8 de março de 2012 no Oral History Research Office da Columbia University. Anotações usadas com autorização do entrevistado.

¹⁶ Lima, V. R. “Women in Exile: Becoming Feminist”. *International Journal of Oral History*, v. 5, n. 2, p. 81-99, 1984.

¹⁷ Carta de Ron Grele a Valentina da Rocha Lima. 20 de julho de 1993. Documento consultado no Oral History Research Office, Columbia University, em março de 2012. 1 fl.

¹⁸ “Conferencia Internacional de Historia Oral. 18-23 Octubre, 1994”. *Historia y Fuente Oral*, n. 10, 1993, p. 181.

¹⁹ “Índice (facsimilar) de la Conferencia Internacional de Bolonia (16 a 18-XII-1976). *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, 36, p. 87-99, 2006.

a conferência, o que não foi possível devido às dificuldades de captação de recursos, conforme já coloquei no capítulo anterior.

Ao que parece, os brasileiros levaram a sério a sugestão dos organizadores de explorar a diversidade e a integração. Três propostas que ofereceriam um balanço sobre a trajetória e as características da história oral no Brasil foram remetidas, separadamente, por Antonio Torres Montenegro, Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Marieta de Moraes Ferreira. Aquela que pareceu mais abrangente foi selecionada pelo comitê do evento: a de Ferreira.²⁰ Ela caía como uma luta nas sessões de relatos de experiências nacionais ao redor do mundo que se desejava organizar, já tendo em vista a sistematização de uma rede de contatos internacional. A porta-voz da experiência brasileira tratou, na entrevista que gravamos, sobre a importância do evento:

Esse encontro [a conferência de Nova York, de 1994] foi muito importante para nós, os brasileiros. Vendo isso aqui [o artigo *Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral*] você vai ver como era restrita a participação dos latino-americanos, de outros países, nesses encontros de história oral. Não só porque eles realmente não abriam, não facilitavam nada pra gente, como também [porque] as temáticas que eles elegiam não contemplavam, muitas vezes, as nossas temáticas. Esse encontro foi interessante porque abriu espaço pra gente participar. E aí nós participamos! Eu me lembro de ter tido contato com a Mercedes, ter conhecido o Ronald Grele, ter conhecido várias outras pessoas... E vários de nós fomos: eu fui, o [Antonio Torres] Montenegro foi, [Alice] Beatriz [da Silva Gordo] Lang foi, eu acho que Olga [Rodrigues de Moraes von Simson] foi, uma outra professora da Unicamp foi, José Miguel Arias [Neto] foi, José Carlos Sebe foi. Então [havia] um grande número [de brasileiros]. Lamentavelmente esse encontro não tem atas, não tem documentação, e consequentemente eu não pude levantar, mas eu acho que esse evento foi realmente muito interessante. Muito! Nós tínhamos criado a Associação Brasileira de História Oral em abril de [19]94 e esse evento foi, se eu não me engano, em outubro de [19]94. A gente fez contatos com muitas pessoas e conheceu muitas pessoas — pessoas que não conhecíamos. A Mercedes também, de uma certa maneira, funcionou muito como uma chave para a gente se familiarizar com essas pessoas; ela nos apresentou para várias pessoas. Enfim, ela já tinha vindo aqui, já tinha participado da criação da Associação... Então, para nós, esse encontro foi muito interessante no sentido de ver como é que nós íamos nos situar, agora internacionalmente.

²⁰ O texto está publicado eletronicamente: Ferreira, M. M. **Oral history in Brazil: an assessment**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6832. Acesso em 08 de dezembro de 2012.

Nacionalmente a gente ganhava espaço, conquistando essas várias entidades, com esses vários eventos. E aí o outro papo foi o cenário internacional.²¹

O interesse dos estadunidenses em descobrir o que o panorama brasileiro lhes reservava pode ser medido, inclusive, pela aprovação de trabalhos que demonstravam familiaridade bastante restrita com a língua inglesa, como se pode apreender do material arquivado que, conforme Ferreira colocou, não chegou a ser publicado – mais uma vez, por falta de recursos. O interesse pela interlocução, de qualquer forma, era mútuo: como os *papers* apresentados estavam disponíveis para compra, em separatas, muitos brasileiros fizeram suas encomendas.

Mesmo consultando os arquivos do então Oral History Research Office – hoje Columbia Center for Oral History – é difícil enumerar com precisão quantos e quais brasileiros participaram do evento. Do material disponível para consulta constam os seguintes trabalhos brasileiros, que somam 11 em um total de 94:²²

Autor	Trabalho	Idioma do trabalho	Material recebido pela organização
José Miguel Arias Neto	Pionnierisme: Discours politique et identité régionale	Francês	Resumo em inglês e texto completo em francês
Gaby Becker	<i>The Jewish Immigration in Sao Paulo</i>	Inglês	Resumo e texto completo em inglês
Alice Beatriz da Silva Gordo Lang	<i>Women of São Paulo: Memories of the Revolution of 1932</i>	Inglês	Resumo e texto completo em inglês
Sonia Maria de Freitas	<i>The Museum of Immigration and Oral History</i>	Inglês	Resumo em inglês

²¹ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

²² “IC -- Papers list”. Documento consultado no Oral History Research Office, Columbia University, em março de 2012.

Marieta de Moraes Ferreira	<i>Oral History in Brazil: An Assessment</i>	Inglês	Texto completo em inglês
Maria Christina Siqueira de Souza Campos	<i>The Use of Oral Reports in the Historical-Sociological Reconstruction of the Trajectory of Women and Families</i>	Inglês	Resumo em francês e texto completo em inglês
Zeila de Brito Fabri Demartini	<i>Los relatos orales: Nueva lectura de viejas cuestiones educacionales</i>	Espanhol	Resumo em francês e texto completo em espanhol
André Castanheira Gattaz	<i>Espanhóis em São Paulo: Exílio o inmigración?</i>	Espanhol	Texto completo em espanhol
Teresa M. Malatian	<i>Mémoire et Identité entre Ouvriers de la Chaussure et Tanneurs à Franca</i>	Francês	Texto completo em francês
Museu da Pessoa	<i>Stories of life in multimedia: A new reading of History</i>	Inglês	Resumo e texto completo em inglês
Ana Yara Paulino	<i>Sociological Intervention and Oral History: The Trade Union Studies Program at CEBRAP, Brazil</i>	Inglês	Resumo em inglês

As pastas do evento, contudo, apresentam ainda outros trabalhos (*Oral history with someone who has already written his memories?*, de Verena Alberti; *Oral and Written Documents: Methodological Questions*, de Antonio Torres Montenegro; *Sector of Oral History – Museum of Image and Sound*, de Daisy Perelmutter; *Life Stories and Institutional History: The Production of a Historical Source*, de Marly Silva da Motta; *Veteranos Brasileños el la Guerra Civil Española / Brazilian Veterans of the Spanish Civil War*, de José Carlos Sebe Bom Meihy), propostas sem título (uma de Celso Castro, outra de Sandra Lemchem Moscovich), e fichas de inscrição

de outros brasileiros (Yara Aun Khoury, Déa Fenelon, Leila K. Bussab, Karina Kuschnir e Valentina da Rocha Lima).²³

Devido a essa espontânea comitiva, o contato internacional se estreitou. Entusiasmadas com os novos rostos, as grandes figuras da área se abriram aos brasileiros – chancelados, como Ferreira sugeriu, por Mercedes Vilanova. O italiano Alessandro Portelli foi um dos mais entusiasmados; com ele, iniciaram-se as costuras para que um vindouro encontro internacional, o de 1998, fosse sediado no Brasil, finalmente deixando o hemisfério norte.

Os brasileiros deixaram Nova York revigorados – mas certos de que havia mais a fazer. Incomodava-lhes, por exemplo, o fato de não terem sido convidados para coordenar mesas ou participar de sessões especiais, o que seria justificável levando-se em conta o tamanho do grupo. Todavia, ser visto como um *grupo* – e não mais como indivíduos em situação privilegiada – era, em si, um passo importante na construção de uma imagem pública para a comunidade. Se figuras como Aspásia Camargo e Valentina da Rocha Lima já haviam inserido o Brasil no mapa mundial da história oral, tratava-se de uma presença pontual. Foi a organização do campo, em torno da associação e da dinâmica comunicacional que ela estabelecia, que transformou o episódico em permanente, em um diálogo em igualdade relativa de condições; e que permitiu, também, que a comunidade brasileira fosse vista como um elemento singular dentro do cenário latino-americano.

Como já analisei anteriormente, um elemento fundamental para a solidificação dos laços entre brasileiros e estrangeiros foi a sistemática de traduções, de publicações em revistas em língua portuguesa. Mas os laços se robusteciam ainda mais conforme convites para visitas ao Brasil se avultavam. Isso se deu, por exemplo, em 1995, quando a Pontifícia Universidade Católica (em São Paulo) e o Centro Cultural Banco do Brasil e o CPDOC (no Rio de Janeiro) colocaram em pé o evento “Ética e História Oral”. Foi um seminário marcante, planejado por Daisy Perelmutter – inicialmente, para acontecer no Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Ele seria a terceira edição dos seminários internacionais que a entidade executava (o primeiro, em 1991, “História oral na voz de

²³ Caixas OH00005746 (Bio Files, A-K), OH00005860 (F-M papers), OH00005983 (A-E papers), OH00005991 (N-Z papers), OH00005878 (Bio Files, L-Z). Documentos consultados no Oral History Research Office, Columbia University, em março de 2012.

Paul Thompson”; e o segundo, em 1993, “Estudos culturais na voz de Bill Schwarz”). Desta vez, sua curadora achava importante circunscrever a discussão em torno de um tema.²⁴

Na entrevista que gravamos, Perelmutter afirmou que o seminário fazia parte do “salto qualitativo” que o setor de história oral do Museu da Imagem e do Som pretendia dar – antes de ser desmantelado. Elaborado por sua equipe, o evento ficou à deriva em consequência da troca de governos: o comando do Estado de São Paulo havia passado do PMDB para o PSDB, especificamente para Mário Covas, cujo discurso de moralizar a máquina pública foi levado adiante. Com isso, como já vimos, os equipamentos estatais – dentre os estava o MIS – foram impactados. Originalmente, realizar o evento era parte do encargo do setor de história oral desse museu. Como Perelmutter contou:

era a missão que a gente atribuía também à nossa área: trabalhar com a discussão, qual é o diferencial da metodologia, qual é, afinal, a especificidade dessa metodologia. Por isso a gente trazia as pessoas para pensar. Ele começou como um trabalho nosso, da equipe do MIS, e conseguimos lá a parceria com o CCBB – tudo superdifícil. Na época era difícilíssimo. Eu lembro que fiquei em regozijo quando veio a carta aceitando a parceria, que seria o seminário em São Paulo e no Rio. Tudo isso foi lindo! Eu estava grávida; em [19]95 meu primeiro filho nasceu. Na boca dele nascer – nossos contratos todos eram muito frágeis no MIS – a área toda se desfez. (...) Bom, eu não sei como – e isso eu posso falar em nome próprio, porque realmente não tem plural majestático aí – eu, vinte dias depois que o Matheus tinha nascido, falei: “Ah, vamos tentar viabilizar esse seminário de outro jeito”. Aí peguei essas duas pessoas que trabalhavam comigo (quer dizer, já não éramos mais uma equipe, não éramos mais do MIS) e tentei vender o projeto.²⁵

Recém-afastada do MIS, Perelmutter recorreu à instituição onde estava desenvolvendo sua dissertação de mestrado – mas ao seu programa de pós-graduação em História:

[Foi] aí que a PUC encampou, a [Maria] Antonieta [Antonacci]. (...) E ela foi muito receptiva. “Esse é um projeto importante”. Ela trabalha feito uma louca, e falou: “Vamos fazer! Vamos trazer esse seminário para a PUC”.²⁶

²⁴ Perelmutter, D. “Apresentação”. **Projeto História**, n. 15, p. 9-11, 1997.

²⁵ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

²⁶ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

Professora da instituição, Yara Aun Khoury rememorou em nossa entrevista o entusiasmo com que o corpo da universidade católica recebeu o evento:

o MIS, Museu da Imagem e do Som, aqui, ainda estava num trabalho muito bonito [com] audiovisual, e eles haviam organizado um encontro de memória em torno do assunto história oral (...). Mas, por injunções da política, o encontro no MIS foi prejudicado. Como nós estávamos em constante contato com eles e programando juntos, a Daisy Perelmutter, na ocasião, que estava ali, ela disse: “Há condições desse encontro ser na PUC?”. Eu disse: “Topamos a parada”. E, com o Programa de Pós-Graduação de História, então, nós transferimos o encontro para a PUC-SP. Foi o que originou a *Projeto História* número 15, para você se situar. Esses debates que aconteceram na PUC, nesse período, foram importantíssimos para a nossa reflexão! Mas a gente esbarrava em muita coisa... O encontro não tinha sido acordado primeiramente por nós. Tinha sido já decidido por eles [MIS]. A data coincidia com algum encontro da USP ou, de história oral não-sei-onde – eu não sei o que acontecia, sabe? Já criou uma certa tensão entre os grupos, e eu acho isso o fim da picada! Entende? Bom... mas não faz mal. Fizemos, não tinha outro jeito. Fizemos e o grupo internacional que esteve presente percebeu o nosso caminho de reflexão, a profundidade de onde nós vínhamos, o porque nós lidávamos com experiência, cultura e memória. Estávamos debatendo as perspectivas de produção do conhecimento histórico. E isso criou uma liga entre nós.²⁷

Quatro pesquisadores estrangeiros vieram ao país naquele mês de abril de 1995, onde ficaram por duas semanas. O elenco era de proveniência geográfica variada: o italiano Alessandro Portelli, o alemão Lutz Niethammer, o australiano Alistair Thomson e a estadunidense Mary Marshall Clark, indicada por Ronald Grele para substituí-lo. Além da mesa redonda e de outras atividades (como a captação de depoimentos dos convidados), ocorreu também uma mesa dedicada a discutir o tema da ética, na qual Janaína Amado, Marieta de Moraes Ferreira e Eduardo Coutinho tomaram seus lugares. Em 2010, Alessandro Portelli rememorou o evento como sendo o início de seu contato com o Brasil:

Começou em 1995 com um encontro em São Paulo e Rio de Janeiro, organizado pela PUC e pela Marieta Moraes. Essa foi uma experiência interessante, porque eu não tinha noção do fato de que existissem tantas experiências assim de trabalho no Brasil com a história oral. Naquele tempo, o encontro veio com esse grupo de Dea Fenelon, Antonieta Antonacci, e no

²⁷ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

Rio com a Fundação Getúlio Vargas, que era muito interessante porque faz um tipo de trabalho de história oral sobre as elites, que nós não conhecíamos. Esse foi o primeiro encontro, depois, houve, com o tempo, outras ocasiões. (Bessa *et. al.*, 2010, p. 31)²⁸

Tratou-se de uma ocasião singular, frequentemente lembrada e mencionada pelos participantes. “Foi um *happening*, foi importante, foi superbacana”, disse sua criadora, Daisy Perelmutter. Ela acrescentou que a importância do evento se consubstanciou numa publicação, uma edição especial de 1997 da revista *Projeto História*, publicada pela PUC-SP:

As palestras eram excelentes, foram maravilhosas, o debate gerou desdobramentos que foram mesmo de grande relevância. Teve um processo longo até viabilizar a publicação, do qual não me arrependo porque a publicação virou um marco nas publicações do *Projeto História*. Ela faz uma espécie de diferencial, começa um novo padrão estético, um novo padrão conceitual, e ela hoje é superusada, não ficou desatualizada. É uma referência bibliográfica que ela permanece importante.²⁹

O australiano Alistair Thomson, já radicado na Inglaterra, era um dos mais exultantes. Enquanto membro do corpo de editores do periódico britânico *The Oral History Journal*, ele se interessava em noticiar as realizações da história oral pelo mundo. Ainda no Brasil, ele comprometeu-se a escrever um relato sobre o evento brasileiro.³⁰

Thomson cumpriu sua palavra – e preparou uma narrativa sobre a experiência que considerou tão valorosa. O que ele viu no Brasil? Viu “um conjunto estusiasmado de estudantes de pós-graduação vindos de todo o país” estimulados ao uso da história oral por Yara Khoury e Dea Fenelon, na PUC-SP. Viu “diversidade e entusiasmo”, “vanguardismo [*cutting edge*] intelectual e político em muito da conferência e das conversas informais”. Viu “profissionais de serviços sociais e da saúde que usavam histórias de vida como parte integrante de suas práticas (e que se perguntavam se isso era ‘história oral’) e visitamos museus que faziam uso sofisticado do testemunho oral” (Thomson, 1996, p. 23). Em seu comentário, ele mostrava-se ciente de problemas no campo:

²⁸ Bessa, T. *et. al.* “Entrevista com Alessandro Portelli”. **Projeto História**, n. 41, p. 31-68, 2010.

²⁹ “Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com Daisy Perelmutter”. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

³⁰ “Alistair Thomson [Depoimento]”. **Projeto História**, n. 15, p. 229-267, 1997.

Alguns historiadores orais brasileiros passam a impressão de que não têm contato com os desenvolvimentos teóricos e metodológicos recentes do campo, que são entendidos como tendo uma gênese ocidental e europeia; eles estão traduzindo cuidadosamente para o português trabalhos chave sobre história oral, para estudantes de pós-graduação e outros praticantes. (idem, p. 23)³¹

No mais, o tom do australiano parecia premonitório: “A América Latina está se preparando para ser um dos principais centros de história oral nas próximas décadas” (idem, p. 23). A internacionalização brasileira, de fato, continuou: em 1996, por exemplo, o III Encontro Nacional de História Oral, em Campinas, recebeu Ronald Grele, Alice Bonfil e Henri Rousso. Mas não seriam necessárias décadas para que o Brasil ficasse no centro do palco. Isso aconteceria logo em seguida, também em 1996, quando estrangeiros e brasileiros se reencontrariam na IX International Oral History Conference, em Gotemburgo, na Suíça. Mas o caminho até lá não teria somente flores.

Soberania nacional

Há tempos – como já vimos – o célebre Paul Thompson vinha se incomodando com os rumos que o movimento de história oral tomava no Brasil. Como alguém que professava que o método de entrevistas deveria ser democrático (plenamente acessível a todos) e democratizante (voltando à transformação da sociedade), preocupavam-lhe as disputas de poder em torno do método e a hegemonia que pesquisadores do Rio de Janeiro – especialmente os da Fundação Getúlio Vargas, que ele já havia criticado – vinham angariando.

Em sua primeira viagem ao país, no ano de 1991, ele já o havia notado; em 1994, na Conferência Internacional de Nova York, reforçou sua preocupação; graças às notícias que seus interlocutores brasileiros lhe transmitiam – especialmente Karen Worcman, atingida diretamente por uma situação que não a favorecia –, ele passou a deplorar a circunscrição acadêmica que vinha sendo estabelecida dentro do campo.

Em 1996 – cinco anos depois de sua primeira viagem – ele voltou ao Brasil e visitou, também, a Argentina. Retonando ao seu país, escreveu um novo relato: um

³¹ Thomson, A. “Oral history and ethics: A Brazilian experience”. **Oral History**, v. 24, n. 1, p. 23-6, 1996.

pequeno comentário no qual os praticantes cariocas da história oral das elites eram representados como arautos de uma história oral elitista.³²

No texto, Paul Thompson pesava os dois países que há pouco havia deixado: sua cultura e, em sua consequência, sua história oral. Seus elogios para o Brasil persistiam: ele falava que “o desenvolvimento da história oral no Brasil tem sido ricamente diverso, inovador e desordenado”, e que ele havia sido “golpeado pela vitalidade do ambiente, tanto intelectual quanto técnica, bem como das dificuldades institucionais subjacentes” (Thompson, 1996, p. 17). A razão principal de seu entusiasmo eram as produções multimídia do Museu da Pessoa. Aproveitando o mote das mudanças políticas estatais que haviam atingido o MIS, Thompson criticou abertamente o comportamento político da nascente Associação Brasileira de História Oral:

Essa arbitrariedade política pode ser inevitável, mas parece bem menos [inevitável] que a criação de uma associação nacional de história oral no Brasil tenha se mostrado uma faca de dois gumes, exacerbando rivalidades mais do que reunindo historiadores orais. Desafiando as tradições normais no movimento da história oral, a associação, que é dominada por arquivistas bem estabelecidos no Rio [de Janeiro], somente admite, mediante uma taxa de inscrição bastante alta, membros que pertencem a instituições estabelecidas como arquivos ou universidades. Em consonância com esse espírito, ao enviar comentários sobre as propostas submetidas à conferência internacional de história oral em Gotemburgo, a representante da associação parecia preocupada exclusivamente em reduzir o número de brasileiros participantes. (idem, p. 17)

A atmosfera argentina, diante disso, pareceu-lhe “muito mais aberta”.

Com sua crítica, Paul Thompson tornou-se uma *persona non grata* no campo da história oral no Brasil, que saiu em defesa da soberania nacional e também daquela pesquisadora que o escritor diretamente atacava, a qual muito havia trabalhado pela divulgação do método no país e pela formalização de sua sociedade científica: Marieta de Moraes Ferreira. Os dois intelectuais – figuras fundamentais para a consolidação da história oral em seus países – tornaram-se oponentes.

Naturalmente, os brasileiros tinham razão em se sentirem desafiados. Ferreira, mesmo tendo se tornado rapidamente uma líder intelectual e política com ressonância

³² Thompson, P. “Brazil and Argentina [News from Abroad]”. *Oral History*, v. 24, n. 1, p. 16-8, 1996.

nacional, não dispunha do mesmo lastro de Thompson, há muito mais tempo na área, para a qual já havia contribuído com inúmeros trabalhos importantes de ressonância internacional. Talvez pela desigualdade entre os agentes, tenha ficado à sombra o fato de que a contraposição de ideias entre os dois já estava posta: não repercutiu entre os brasileiros o fato de que Ferreira havia publicado um ano antes – na mesma revista e na mesma seção que abrigou o discurso de Thompson – um relato sobre o trabalho que a Associação Brasileira de História Oral vinha realizando. Na ocasião, o trabalho do CPDOC havia ganhado destaque, acompanhado inclusive por uma chamativa reprodução fotográfica. Para os leitores do periódico *Oral History*, portanto, os comentários do autor de *A voz do passado* (de 1996) eram lidos à luz do retrato – mais acurado, segundo a comunidade brasileira, mas não totalmente errôneo, como vimos no capítulo anterior – que a própria Ferreira havia oferecido aos ingleses (em 1995).³³

Perguntar a Marieta de Moraes Ferreira o porquê de a posição de Paul Thompson ter incomodado tão profundamente os brasileiros era uma questão cabível – especialmente porque suas críticas poderiam ter sido discutidas no plano das ideias. Parece, entretanto, que elas foram entendidas como algo desprovido de fundamentação; relacionado mais a um posicionamento pessoal apaixonado do que a uma análise serena e fundamentada.

Para Ferreira, entre as hipóteses a se levantar a respeito do descontentamento de Thompson estaria não só seu envolvimento com o Museu da Pessoa, como também a própria diversificação do plantel de figuras estrangeiras que visitavam o Brasil – e que poderiam, assim, enfraquecer sua ascendência quase generalizada. Em nossa entrevista, a organizadora de *Usos & abusos de história oral* colocou:

a gente misturava e as pessoas tinham acesso a essa diversidade. Isso, de uma certa maneira, não agradou muito o Paul Thompson. E ele escreveu um artigo naquela revista de história oral inglesa [nos] criticando. Se eu não me engano, ele foi publicado no ano de [19]93 ou [19]94. Ele fez uma espécie de uma crítica bastante severa à Associação Brasileira de História Oral, dizendo que era uma associação anti democrática, [composta por] pessoas, arquivistas que queriam excluir os outros. Uma coisa, assim, muito pesada.

³³ Ferreira, M. M. “Brazil [News from Abroad]”. *Oral History*, v. 23, n. 1, p. 20-22, 1995.

E qual era o fundamento disso?

Olha, eu não sei exatamente. Quer dizer, eu posso (...) supor. Uma é [que] ele, acho, se baseou nisso porque teve, nesse primeiro momento, uma dificuldade com essa coisa do Museu da Pessoa. Talvez. Estou levantando uma hipótese... No sentido de que esse formato da Associação acho que foi visto como uma ideia de que a gente estava restringindo o acesso de pessoas ou de grupos, tá? (...) E outra coisa é, também – acho que todo esse movimento aqui, ele não participou. Não porque nós não quiséssemos, porque a gente convidou, mas ele não veio. E ele nunca mais veio. Ele nunca mais participou. Então ele, que até então era a referência principal – porque o livro dele, mesmo antes da tradução, já era uma obra muito conhecida e usada por todo mundo que trabalhava com história oral – passou a ter uma infinidade de outras obras, de outros autores, de outras... A Mercedes trazendo a revista dela para divulgar, a gente traduzindo coisas...³⁴

O juízo de Paul Thompson efetivamente misturava dimensões. As críticas à predominância de certas temáticas ou ao descompromisso com a mudança social, não são cabíveis; cada intelectual e cada tradição intelectual tem seu próprio caminho. Porém, como já vimos em capítulos anteriores, regras e fronteiras foram delimitadas no campo da história oral conforme ele se consolidou. E foi precisamente nessa esfera – a da política institucional – que Thompson precisou ser combatido, mesmo que isso implicasse colocar na berlinda suas notáveis contribuições intelectuais à área de estudos.

Para derrota-lo, foi a Mercedes Vilanova que a comunidade brasileira de história oral apelou. Reavivou, assim, o antigo fervor que acometeu a autora de *Las mayorías invisibles* quando sentiu a marginalização da língua espanhola em território britânico.

Vingando Oxford em Gotemburgo

O capital científico, político e identitário com que os praticantes de história oral brasileiro chegaram à Suécia, em 1996, não era desprezível. Na nona edição das conferências internacionais da área, eles eram beneficiados não apenas pelo grande número de participantes – 22 dentre os 164 trabalhos aceitos, conquistando o posto de

³⁴ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

delegação mais numerosa³⁵ – mas também porque circulavam, por entre os presentes, comentários sobre a hospitalidade dos brasileiros (que, aparentemente saídos do nada, levaram estrangeiros para seus territórios em 1994, 1995 e 1996) e sobre sua proatividade (que encontrava sua expressão mais alta no livro *Usos & abusos de história oral*, luxuoso cartão de visitas). A proposta de sediar a conferência internacional de 1998 – chancelada por Ronald Grele, Alessandro Portelli e Mercedes Vilanova, que já haviam desembarcado no país – também pesou a favor do grupo. Marieta de Moraes Ferreira, que havia trabalhado para divulgar e intermediar os contatos entre brasileiros e a organização da conferência de 1996, e avaliar as propostas brasileiras³⁶ – assumiu naturalmente uma posição de proeminência.

No mais, o Brasil entrava em cena com um aura de fascínio. Ao contrário de outros países, que foram ingressando no campo internacional ao mesmo tempo em que se desenvolviam, o país parecia “pronto”: com um lastro, uma história, um conjunto de intelectuais, uma rede institucional eficiente. “De repente”, descobriu-se que o país vencedor da Copa do Mundo de Futebol de dois anos antes tinha outros signos a revelar – e uma grande massa de trabalhos em história oral, embora de relevância teórico-metodológica desconhecida. Não à toa, na conferência de junho de 1996, o país já era mais prestigiado do que no encontro anterior – com seus pesquisadores, por exemplo, coordenando sessões de apresentação de trabalho.

Mas foi logo na sessão de abertura do encontro que a presença brasileira se impôs. Marieta de Moraes Ferreira, em contato frequente com a organizadora principal do evento, Birgitta Skarin Frykman, foi destacada para participar de sua mesa de abertura, dividindo espaço com o homem que seria, em princípio, o conferencista único: Paul Thompson. Lado a lado, os dois estavam colocados em uma situação tensa. Era, pois, uma oportunidade única para que o inglês recebesse a resposta que todos os brasileiros (quase todos, na realidade) queriam dar.

³⁵ Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Palabras y silencios**, nueva epoca, v. 4, n. 1/2, p. 6-21, 2007/2008.

³⁶ Cf. Carta de Birgitta Skarin Frykman a Marieta de Moraes Ferreira, 14 de agosto de 1995, 1 fl. Documentos consultados na Fundação Getúlio Vargas, no escritório de Marieta de Moraes Ferreira, em agosto de 2012.

A resposta veio pela palavra; pelo *paper* que a pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas preparou a fim de reivindicar que a história oral no Brasil tinha uma história própria, a ser conhecida e respeitada – em uma sugestão de que Thompson não teria feito isso. Em seu texto, Ferreira não poupou críticas à “história oral como instrumento de *marketing*”, aludindo ao Museu da Pessoa sem mencionar seu nome, mas buscou, principalmente, apresentar um panorama mais amplo e complexo da situação brasileira do que aquele exposto por Thompson em seu relato para o periódico inglês, então recém-publicado. A pesquisadora, em nossa entrevista, rememorou o episódio:

Eu fiquei muito aflita – primeiro porque eu era, digamos, uma iniciante. Ele já era um nome internacional. Depois, ele estava falando a língua dele e eu estava falando na minha língua [risos], quer dizer, em inglês, mas com todas as limitações de você usar uma língua estrangeira para se posicionar naquele cenário sem ser deselegante, sem ser agressiva, mas ao mesmo tempo dar o recado.

Tem que ter as nuances do idioma.

Exatamente. E isso não é uma coisa fácil. A fala que eu fiz lá é a que está nesta revista: “Dilemas e desafios da história oral nos anos 90. O caso do Brasil”.³⁷ A ideia que eles divulgavam [o artigo do Paul Thompson] é que a história oral do Brasil era uma história oral excludente, porque só fazia coisas da academia, excluía as camadas populares... Por isso que, no final, eu falei dos projetos comunitários, qual era o problema [com eles], critiquei a história oral como instrumento de marketing das empresas e para finalizar disse uma coisa que era um ponto que eu queria destacar: qual era a importância de se apresentar a trajetória da história oral no Brasil num congresso internacional, por que isso se justificava. Eu cito outros balanços que outros professores publicaram em outras revistas e termino dizendo que fazer esses balanços era a possibilidade de conhecer as experiências dos diferentes países e garantir o espaço para a diversidade. “Assim como a História Oral reconhece que as trajetórias dos indivíduos ou grupos merecem ser ouvidas” – dos diferentes grupos e dos diferentes indivíduos – “também as especificidades de cada país ou de cada sociedade devem ser conhecidas e respeitadas”.³⁸ O que é que eu estava querendo dizer com isso? O Brasil tem a sua trajetória – e a trajetória brasileira tem que ser conhecida e respeitada! Você não pode querer importar, ou querer que a gente importe, ou o modelo americano, ou o modelo inglês, ou o modelo espanhol. Claro que a

³⁷ O texto foi publicado no primeiro número da revista *História Oral*: Ferreira, M. M. “Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: O caso do Brasil”. *História Oral*, v. 1, p. 19-30, 1998.

³⁸ Neste momento da entrevista, Ferreira leu um trecho do texto acima referido.

gente pode se beneficiar dessas experiências, dessas reflexões, desses trabalhos realizados em outros países e em outros contextos. Mas isso tem que ser adequado à nossa realidade, à história da sociedade brasileira.³⁹

O recado foi dado – mas a resposta a Paul Thompson não acabou ali.

A ideia de criação de uma associação internacional de história oral, a substituir a rede informal de pesquisadores que organizava os encontros, já vinha sendo fermentada há bastante tempo – com entusiastas e oponentes. A dimensão que as conferências vinham adquirindo, porém, demonstrou que a formalização era um imperativo. Paul Thompson foi um dos primeiros a ventilar a ideia, como Ronald Grele lembrou, em 1996:

Lembro-me que a primeira vez que Paul Thompson sugeriu, em Aix-en-Provence,⁴⁰ criar uma organização formal, ele teve a oposição de muitos – em particular lembro as minhas próprias reações e as de Mercedes, baseando-nos [na ideia de que] esse passo destruiria a comunidade íntima que o movimento de história oral representava. (2006, p. 76)⁴¹

Fazendo coro a Grele, a espanhola Mercedes Vilanova afirmou, em 2000, em entrevista a Verena Alberti e Marco Aurélio Santana: “Para que se associar, para que uma associação a mais? Eu era contra. Me parecia muito mais interessante ter uma revista” (2001, p. 156).⁴²

Decidiu-se, no fim das contas, que a associação seria criada – deliberação na qual Thompson, mais uma vez, teve um papel fundamental, ajudado na articulação de apoiadores por Sven B Ek e Birgitta Skarin Frykman, além de diversos pesquisadores de história oral estadunidenses. Ele era, portanto, o candidato natural para ocupar a vaga, e não seria injusto que isso acontecesse: havia sido o primeiro grande teorizador da história oral, o primeiro a adquirir fama internacional; havia feito muito para divulgar o método em seu continente e fora dele; era uma figura intelectualmente respeitada e com

³⁹ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

⁴⁰ Remete-se ao encontro de história oral realizado em 1982. Sobre o encontro, ver: Passerini, L. “Memory: Resume of the Final Session of the International Conference on Oral History in Aix-en-Provence”. **History Workshop**, v. 15, p. 195-6, 1983.

⁴¹ Grele, R. “La fluidez entre el pasado y el presente”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 36, 2006, p. 73-77.

⁴² Santana, M. A.; Alberti, V. “Entrevista com Mercedes Vilanova”. **História Oral**, n. 4, p. 149-64, 2001.

admirável capacidade de trabalho; tinha trabalhado intensamente na formação dessa rede internacional.

Para seu infortúnio, porém, seus recentes comentários a respeito da Associação Brasileira de História Oral haviam sido canalizados para aquele momento. Os brasileiros presentes na assembleia uniram forças – entre si e com aliados há pouco adquiridos – para que a candidatura do autor naufragasse ou, pelo menos, para que sua unanimidade fosse posta em questão. Simbolicamente, para eles, o ato representaria a aniquilação da arrogância nas relações intelectuais transnacionais. As lembranças sobre o episódio são enfáticas.

A socióloga Olga Rodrigues de Moraes von Simson, em sua entrevista, rememorou como envolveu-se intensamente com o imbróglio. Ela acredita, aliás, que seu posicionamento foi um dos elementos que contribuíram para que ela fosse reconhecida internamente em seu potencial de liderança, tornando-se, em 1998, presidente da Associação Brasileira de História Oral. Em suas palavras:

Eu acho que [minha participação na ABHO] está muito ligada ao processo de institucionalização da IOHA, da International Oral History Association, que foi num encontro que aconteceu lá na Suécia em que tinha a turma dos Estados Unidos – o [Ronald] Grele era uma das lideranças. Uns meses antes o Paul Thompson tinha feito uma viagem aqui para o Brasil, conhecendo todos os espaços onde se fazia a história oral, e ele tinha uma ex-orientanda que estava criando um espaço de uma empresa, na verdade, para fazer trabalho com história oral, que é o Museu da Pessoa. Depois dessa viagem ele publica um artigo dizendo que a única coisa que prestava de história oral no Brasil era o Museu da Pessoa. Isso ferveu na nossa comunidade, que já era uma comunidade grande, com trabalho relevante no Rio de Janeiro, aqui em São Paulo, se espalhando pelo Brasil como um todo. A Marieta [de Moraes Ferreira], que estava dirigindo a Associação Brasileira de História Oral, meio que insuflada pela gente, pediu para fazer a palestra de abertura [do encontro internacional]. Fez a palestra de abertura falando da história oral na América do Sul e mostrando principalmente a força e a importância da história oral no Brasil. Uma resposta, na verdade, com luva de pelica para esse artigo que ele tinha feito, que era completamente falso.⁴³

⁴³ “O compromisso com o grupo que você entrevista é para a vida inteira” – Entrevista com Olga Rodrigues de Moraes von Simson. Gravada em julho de 2011. Campinas, SP.

O historiador Antonio Torres Montenegro, combativo e enfático, também lembrou o episódio, ressaltando a parcialidade e a intrusão da opinião expressa por Paul Thompson:

Quando houve o encontro em Göteborg na Suécia, se não me engano em [19]94 (eu não sei a data exata mas foi nesse período), em que se aprovou o estatuto da Associação Internacional de História Oral (IOHA), houve uma assembleia para escolher o presidente. As figuras internacionais tradicionais – Ronald Grele, Paul Thompson, [Alessandro] Portelli, Mercedes Vilanova, o Daniel Bertaux eu não me lembro se estava; enfim, eram eles, europeus e americanos, os mais conhecidos – decidiram que o presidente ia ser Paul Thompson. Só que Paul Thompson tinha escrito um artigo ou dado uma entrevista alguns meses antes, após uma viagem ao Brasil, e criticava a Associação Brasileira de História Oral. Isso foi publicado em um[a revista]. Então nós dissemos: “Olha, nós não apoiamos Paul Thompson. Por que ele se arvora no direito de criticar a Associação Brasileira de História Oral que ele nem conhece? O que ele sabe da Associação?” Aliás, quando fez a crítica, ele estava expressando o descontentamento de um grupo ao qual ele se ligou no Brasil; ele resolveu entrar [em um assunto interno]. Então nós discordamos e achamos um absurdo ele se achar [nesse direito], sabe? Por mais que eu discorde de uma ação da associação americana, ou da associação espanhola, ou da associação argentina, eu não vou sair a público dizendo assim: “A associação argentina é isso, a associação americana é aquilo”. Eu não faria! Eu acho que existem regras de convivência. A convivência política exige que você saiba diferenciar o que você pode falar e criticar e aquilo que não lhe é dado esse direito, a não ser que você realmente queira entrar num confronto. Até porque ele por melhor informado que você, havia ouvido apenas um lado.⁴⁴

A Marieta de Moraes Ferreira, principal envolvida, perguntei o porquê de a comunidade brasileira ter se sensibilizado de maneira notável com o texto publicado por Paul Thompson:

Olha... A gente ficou um pouco assim – como é que eu vou te dizer? – constrangido. Porque, primeiro: a associação estava sendo criada. A gente achava que aquilo era uma coisa injusta. A gente estava dando os primeiros passos, estava nascendo... As pessoas nem sabiam muito bem como é que era o nosso perfil, o quê é que nós iríamos ser... A nossa própria identidade ainda não estava muito bem definida. Então nós éramos pessoas ainda que estávamos meio engatinhando nisso, estávamos nos iniciando nessa formalização ao passo que esses outros pesquisadores eram pessoas com

⁴⁴ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

muito mais solidez nesse mundo da história oral. Se você, inclusive, olha a lista de encontros de história oral que já tinham existido antes – já existia uma rede internacional muito forte, com pesquisadores muito consolidados, com trajetórias muito consolidadas. Então, não é que a gente se importasse... Mas foi uma coisa desagradável que a gente achou gratuita.

Na busca por uma alternativa ao nome de Paul Thompson, Mercedes Vilanova se apresentava como uma escolha lógica, previamente discutida. “A gente tinha definido que não ia votar nessas pessoas [Paul Thompson e seus correligionários], mas nós não éramos articulados. A gente estava entrando nessa rede internacional, não tínhamos muito contato com as pessoas”, colocou Marieta de Moraes Ferreira. Pois a interlocução solidificada com Vilanova, bem como sua persona anárquica e combativa, alçaram-na ao posto de candidata. Conforme Antonio Torres Montenegro relatou:

procuramos Mercedes Vilanova para lançá-la. Ela não aceitou. Mas a assembleia foi aberta e nós, brasileiros, junto com argentinos e outros latino americanos, como éramos um número significativo, viramos a mesa e elegemos Mercedes Vilanova, oficialmente a primeira presidente da IOHA. E ela aceitou. Olha, a partir daí a Associação passou a temer as assembleias... [risos] Porque eles achavam sempre que os latino americanos podiam virar a mesa! Tanto que quando eu fui me candidatar a vice-presidente, eu não queria me candidatar, porque o lançamento funciona por meio de uma consulta muito restrita. É um pouco assim: alguém da diretoria lhe escreve perguntando se você aceita ser candidato. E eu acho que ninguém é candidato de si mesmo; eu acho que você é candidato na hora que tem um grupo que apoia. Então, quando as pessoas perguntaram, no encontro de Guadalajara, eu soube que já existia um candidato e pensei que ele tinha um amplo apoio. Quando descobri que era um candidato que estava se lançando e que não tinha representatividade ampla, aceitei colocar meu nome e preenchi o formulário. E aí, na época, vieram e me disseram: “Mas olha, nós temos que ver isso direito, para os brasileiros não chegarem na assembleia e decidirem as coisas na assembleia. As coisas não se decidem assim”.⁴⁵

Em um escrito de 2002, Mercedes Vilanova explicou o porquê de ter aceito a indicação, mesmo não sendo uma entusiasta da formalização do movimento internacional:

Era sabida a minha posição contra a burocratização do movimento. Em 1985, durante a V Conferência que organizamos em Barcelona, minha postura havia sido taxativa, pois eu não via a necessidade de uma associação profissional. E, não obstante, sem tempo para refletir ou consultar outras pessoas, em menos

⁴⁵ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

de um segundo aceitei o desafio de ser candidata, embora eu vislumbrasse que a derrota fosse certa. Como manifestei na ocasião, o movimento feminista havia me dado motivos para não me furtar. (Vilanova, 2002, p. 34)⁴⁶

Nas lembranças de Olga Rodrigues de Moraes von Simson, o domínio da língua inglesa foi fundamental para que o levante brasileiro fosse vitorioso:

O movimento liderado pelos americanos era dar para o Paul Thompson a presidência. E aí brasileiros e australianos, que eram as comitivas mais numerosas, se revoltaram e apresentaram a candidatura da Mercedes Vilanova – que era uma espanhola, que tinha um trabalho sério com metodologia da história oral, um trabalho politicamente envolvido, e tudo mais, e ela ganha. Eles não se conformaram, de jeito nenhum. Foi uma briga tremenda nessa reunião!

Eu participei desse processo todo e meio que insuflei a turma toda a se organizar, porque a gente não aceitava um domínio, e um domínio colocando [na presidência da associação internacional] uma pessoa que teve uma atitude quase que desonesta – ou mal informado ou desonesto, a gente não podia, na verdade, ter certeza disso. Depois ele se redime, pede desculpa e reconstrói as relações com o grupo, tanto brasileiro quanto australiano, quando percebeu que tinha pisado no tomate ao fazer essa afirmação.

Com isso eu ganhei, eu acho, um certo reconhecimento – pela minha capacidade de argumentação e de colocação das coisas. Uma das vantagens que eu tinha, também, é que pelo fato de ser casada com um filho de alemão e de norte-americana, eu tenho um certo domínio do inglês. Então, também, nessas relações internacionais eu podia me colocar de uma maneira, vamos dizer, mais fácil, diferentemente dos outros meus colegas, a grande maioria que não domina o inglês. Marieta também domina muito bem; por isso ela chegou na posição em que chegou. Então, nessa luta política interna da IOHA, a gente teve uma participação grande, e o grupo brasileiro é visto como um dos mais numerosos e mais participantes. Era visto, pelo menos nesse momento e nas reuniões subsequentes.⁴⁷

Na assembleia, após a aprovação dos pontos do estatuto – acompanhada por murmúrios constantes e queixas contra a morosidade do processo, como contou Ron Grele⁴⁸ –, deu-se a votação, complexificada ainda com a indicação de Selma Leysdorff

⁴⁶ Vilanova, M. “Cómo surgió la IOHA: De Goteborg a Estambul”. *Palabras y Silencios / Words and Silences*, v. 1, n. 1, p. 23-29, 2002.

⁴⁷ “O compromisso com o grupo que você entrevista é para a vida inteira” – Entrevista com Olga Rodrigues de Moraes von Simson. Gravada em julho de 2011. Campinas, SP.

⁴⁸ Entrevista com Ronald J. Grele realizada em 8 de março de 2012 no Oral History Research Office da Columbia University. Anotações usadas com autorização do entrevistado.

(bastante próxima de Paul Thompson) para o posto, que de qualquer forma tendia a suavizar a polarização entre o inglês e Mercedes Vilanova. A espanhola, de qualquer forma, venceu. “O que eu pensava, durante a votação, era: ‘Como vocês podem virar as costas para este homem’”, disse-me Grele em 2012, lembrando do significado simbólico de ter, na presidência da associação, o autor que mais havia feito em nível mundial pela divulgação do método, pela complexificação de suas discussões teóricas (e que, além disso, desde 1982 vinha buscando articular uma rede de interessados em formalizar tal sociedade).

Comentando sua ascensão, no ano de 2002, Mercedes Vilanova recusou-se a considera-la fortuita. O conflito que a havia levado à disputa, para a espanhola, não era inesperado:

Contrariamente ao que podia parecer, e que me foi dito por alguns, nada foi casual nessa assembleia de fundação na qual, contra todos os prognósticos, me elegeram presidente. Não foi casual que se tenha proposto meu nome, nem que eu tenha aceito ser candidata, nem que tenham me eleito. (...) Minha posição intelectual tem sido inequívoca, e tem sido reconhecida a minha luta por alcançar a aceitação das fontes orais a fim de construir, como tanto insisti, em uma história bem feita, sem adjetivos. Reivindiquei a história oral a partir da universidade, e ao mesmo tempo estive contra qualquer gueto, inclusive o do pequeno grupo cooptado denominado “Comitê Internacional”. Junto com Eugenia Meyer e outras pessoas, eu havia lutado pela participação dos países latino-americanos e pelo seu direito de se manifestarem com voz e língua próprias. Não é, pois, casual, que, frente ao desejo de alguns, houvesse quem – como os brasileiros – preferisse apostar em uma alternativa como a que eu representava. (Vilanova, 2002, p. 23-4)⁴⁹

Em sua interpretação, a vitória (que, também em sua interpretação, foi inesperada) significou também a expressão do rechaço da maioria às cláusulas do estatuto proposto no começo da sessão – na qual um comitê que incluía Paul Thompson havia trabalhado – e que depois de sua eleição seriam objeto de revisão:

Não sou eu quem deve avaliar por que fui a candidata mais votada na assembleia, mas posso expressar como interpretei essa eleição naquele momento. Para mim ficou evidente que a maioria rechaçava o procedimento seguido à redação e aprovação dos estatutos. Por outro lado, eu era uma pessoa conhecida e não representava uma ameaça. Pela minha trajetória

⁴⁹ Vilanova, M. “Cómo surgió la IOHA: De Goteborg a Estambul”. **Palabras y Silencios / Words and Silences**, v. 1, n. 1, p. 23-29, 2002.

profissional e por ser oriunda das margens eu oferecia garantias de um espírito democrático e de rigor intelectual. Intuí que havia sido eleita como um veto ao tradicional despotismo [*nuestra manera caciquil de proceder*] e para dar lugar o máximo possível para uma geração mais jovem. (Vilanova, 2002, p. 24-25)⁵⁰

Neste texto – com suas memórias sobre o surgimento da Associação Internacional de História Oral – Mercedes Vilanova descreveu, ainda, a atmosfera do dia da eleição: teria sido pedido a ela que apresentasse seu programa, o que em princípio não estaria previsto; ela não teria recebido apoio dos espanhóis, que sequer teriam comparecido à assembleia, já que imaginavam que ela não teria chances de vencer; ela teria sido duramente criticada e deixada sozinha no púlpito depois de confirmada a sua vitória. “Parecia um rechaço pessoal a mim, agravado pela deserção das pessoas que tinham organizado o evento, possivelmente pegos de surpresa por sua derrota e tentando me levar para baixo com eles” (idem, p. 25), escreveu a autora, em uma narrativa lamuriosa cujo tom destoa claramente de textos publicados em periódicos acadêmicos.

Se já estava no topo da lista de preferências da comunidade acadêmica brasileira, Mercedes Vilanova, agora presidente, revalidou seu posto privilegiado. Em 1997, já passava outra vez pelo serviço de imigração brasileira, dirigindo-se a Recife para participar do IV Encontro Nacional de História Oral, que recebeu Michael Frisch como a outra atração internacional. Paul Thompson, por sua vez, perdeu não apenas a eleição como boa parte de sua entrada no país – embora isso não tenha impactado a venda de seus livros, que atingem um público alheio à política institucional, interessado nas contribuições intelectuais do autor.⁵¹ A comunidade acadêmica, pelo menos aquela diretamente ligada à Associação Brasileira de História Oral, silenciou em relação a ele, que se tornou bem-vindo apenas nos lugares onde laços pessoais falavam mais alto, como o Museu da Pessoa (de cujos eventos Thompson ainda participa e para cujas publicações ele escreve) e a Universidade Federal de Minas Gerais, que visitou em 2000 em função da intermediação de Andrea Zhouri, professora da casa que foi sua aluna em Essex. Na revista *História Oral*,

⁵⁰ Vilanova, M. “Cómo surgió la IOHA: De Goteborg a Estambul”. **Palabras y Silencios / Words and Silences**, v. 1, n. 1, p. 23-29, 2002.

⁵¹ *A voz do passado: História oral* vendeu 3.000 exemplares de sua primeira edição, de 1992. No ano de 1998, já posteriormente ao evento, uma nova tiragem de 3.000 exemplares foi feita e esgotou-se mais rapidamente. Em 2002, mais 2.000 exemplares foram impressos. Informação verbal obtida na editora Loyola em 25 de junho de 2009.

o autor não conquistou presença, a não ser por um único artigo – publicado quando a editoria estava por conta de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, que não participou do imbróglio. Tratei do assunto com ela, em nossa entrevista gravada em 2012:

O meu contato com ele [Paul Thompson] foi muito esporádico e superficial: uma vez que ele esteve aqui em São Paulo em um encontro cultural. O professor ouviu minha comunicação sobre os mitos e convidou a mim e Zita [de Paula Rosa] para publicar o artigo no livro que estava organizando com Daniel Bertaux, *The Myths We Live By*.⁵² Um ano mais tarde Paul Thompson submeteu um artigo à revista *História Oral*.⁵³ Havia um mal-estar entre a diretoria e o professor inglês por conta de desentendimentos políticos na reunião internacional da Oral History Association, na qual brasileiros, aliados à professora espanhola Mercedes Villanova, conseguiram vitória eleitoral, elegendo nova diretoria.

(...) Ele tinha mandado um artigo para a revista que era melhor do que a maioria das demais propostas. Nós fizemos a reunião do conselho editorial e todos concordaram em publicá-lo. Para que ficar discriminando um autor que, internacionalmente, é reconhecido? Nós não tínhamos tantos autores conhecidos, ainda, na nossa revista. Foi isso. Foi isso que aconteceu.⁵⁴

A vitória de Mercedes Vilanova, de certa forma, significou a vitória do Brasil. A intelectual anarquista e feminista havia conseguido vitória contra o homem do Norte, falante de língua inglesa. O país latino-americano também havia vencido o homem do Norte, falante de língua inglesa – mas que, neste caso, tinha nome e sobrenome bem conhecidos.

Com o tempo, o trabalho de Mercedes Vilanova (que ao longo de seus mandatos repensou suas práticas como líder do movimento, embora tenha mantido um discurso inflamado) foi reconhecido pelos colegas que primeiramente haviam apoiado outros candidatos. Dez anos depois da criação da entidade, o alemão Alexander von Plato, responsável pela indicação de Selma Leysdorff ao posto, lembrou os objetos da formalização:

⁵² Originalmente, o livro em questão foi publicado como o segundo volume do *International Yearbook of Oral History and Life Stories*: Bertaux, D.; Thompson, P. (org.) **Between Generations: Family Models, Myths and Memories**. New York: Oxford University Press, 1993.

⁵³ A cronologia não está correta. O artigo de Thompson foi publicado nove anos depois do livro: Thompson, P. “História oral e contemporaneidade”. *História Oral*, v. 5, p. 9-28, 2002.

⁵⁴ “A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

era uma tentativa de representar historiadores de outros lugares do mundo, além da Europa Ocidental e da América do Norte. Seria mais democrática do que o grupo informal, sem eleições nem estatutos (embora fossem e são democratas, naturalmente), havia podido ser. Arrecadaria mais dinheiro para publicar boletins informativos e revistas, bem como para ajudar com subsídio econômico aos colegas dos países mais pobres, e apoiaria os projetos intelectuais e o intercâmbio internacional de teoria e metodologia de história oral. (von Plato, 2006, p. 67)⁵⁵

Com o insucesso de Paul Thompson, o estadunidense Ronald Grele, por sua vez, incorporou o discurso de agregação sobre o qual a candidatura de Vilanova se construiu:

Era evidente que alguma continuidade era necessária se queríamos que o movimento crescesse e atendesse às novas pessoas que aderiam. Uma organização assim, pensava-se, deveria ser capaz de começar a assumir os gastos iniciais de um congresso ou financiar um boletim informativo mantendo contatos entre um grupo muito maior do que uma rede de amizades. Também era evidente que, à medida que a geração inicial de Essex e Amsterdam avançou intelectualmente ou ficou mais involucrada em carreiras profissionais, etc., era necessária uma nova liderança. Para muitos de nós, foi uma evolução organizada. Era hora de medidas mais formais e de uma comunidade mais ampla e menos eurocêntrica. (Grelle, 2006, p. 76)⁵⁶

Mercedes Vilanova, em um gesto comum à política, também não deixou de reconhecer o trabalho que Paul Thompson e Ron Grele haviam feito. Em 2002, ela relembrou:

Em Gotemburgo, como primeira presidente eleita, meu primeiro ato foi buscar reconhecê-los publicamente, sobretudo a Paul, pelo trabalho que havia realizado. Sandro [Portelli] é uma testemunha privilegiada do que estou afirmando. Não sei se Paul está nesta assembleia, mas quero agradecê-los por seu trabalho e por terem querido nos acompanhar na África do Sul. (Vilanova, 2002, p. 167)⁵⁷

Em seu primeiro mandato, Mercedes Vilanova teve, no conselho científico da Associação Internacional de História Oral, membros oriundos da Turquia, Argentina, Zimbábue, Austrália, Alemanha, Áustria, Suíça, Itália e Estados Unidos. E teve dois vice-presidentes: Alistair Thomson, o australiano radicado na Inglaterra, e Marieta de Moraes

⁵⁵ von Plato, A. "La historia oral en acción". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 36, p. 67-71, 2006.

⁵⁶ Grele, R. "La fluidez entre el pasado y el presente". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 36, p. 73-77, 2006.

⁵⁷ Vilanova, M. "XII Conferencia Internacional de Historia Oral: Conclusiones". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 28, p. 165-68, 2002.

Ferreira. A equipe tinha em suas mãos uma missão desafiadora: preparar a X Conferência Internacional de História Oral, que aconteceria, enfim, no Rio de Janeiro. A tripla vitória brasileira trazia, para a presidente da entidade, apreensão: “Rio foi uma aposta muito difícil e tínhamos muito medo de um boicote”.⁵⁸ Desafiadores, porém, não foram desafiados – e o encontro carioca tornou-se o emblema de uma nova era para o movimento internacional de história oral.

Consagração em terras cariocas

Foi em junho de 1998 que, pela primeira vez, a rede internacional de pesquisadores de história oral viu-se no hemisfério sul. No evento organizado pelo CPDOC, com apoio da Associação Brasileira de História Oral e de outras entidades nacionais, estiveram presentes nomes importantes, de várias partes do mundo – e a representatividade latina, logicamente, se adensou. Estavam ali Dora Schwarzstein e Eugenia Meyer, por exemplo, em companhia das estrelas locais e das de mais longe. O momento memorável, repleto de significado para a comunidade de pesquisadores, naturalmente motivou declarações inflamadas da presidente da IOHA. “Creio que este momento é decisivo para todos nós, porque também pela primeira vez em nossas reuniões, o espanhol e o português são idiomas oficiais reconhecidos pela IOHA”, disse Mercedes Vilanova (1998, p. 162) ao abrir a conferência, esquecendo-se de mencionar que a língua que falava havia feito parte de reuniões anteriores.⁵⁹ “Uma coisa boa nesta conferência é que eu posso falar na minha própria língua, o que significa que não terei que traduzir, como por exemplo quando estou na Europa, algo que os falantes de língua inglesa raramente têm que fazer” (idem, p. 161), completou.

Essas palavras deram a largada para cinco dias de atividades nas quais 183 trabalhos, de pesquisadores de 25 países, foram apresentados em 29 grupos de trabalho.⁶⁰

⁵⁸ Santana, M. A.; Alberti, V. “Entrevista com Mercedes Vilanova”. **História Oral**, n. 4, p. 149-64, 2001.

⁵⁹ Vilanova, M. “Palabras inaugurales de la X Conferencia Internacional de Historia Oral (Rio de Janeiro, 14 de Junio de 1998). **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 2, v. 20, 1998, p. 161-163.

⁶⁰ Ferreira, M. M.; Alberti, V. “X Conferencia Internacional de Historia Oral: ‘Retos para el siglo XXI’ (Rio de Janeiro, 14 a 18 de junio de 1998)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 2, n. 20, 1998, p. 163-166.

Em outro levantamento numérico, realizado por Marieta de Moraes Ferreira, trataram-se 179 trabalhos; mas, em um caso ou em outro, a predominância brasileira saltava aos olhos. Das 124 propostas latino-americanas, 19 vinham da Argentina, 13 do México, 7 de outros países – e 85 do Brasil. “Estes números mostram que os congressos internacionais estimulam a participação das comunidades locais, produzindo novos projetos e estudos e participando do debate internacional”, escreveu Ferreira em sua análise (2007/2008).⁶¹ Naturalmente, estes mesmos números – se submetidos ao mesmo raciocínio projetado sobre os dados dos encontros europeus anteriores – poderiam ser entendidos como uma hegemonia prejudicial a outros países. Ferreira, em sua leitura, completou:

As cidades e países anfitriões podem ser novos centros de promoção da história oral. Por outro lado, o contexto com novos temas regionais também enriqueceu a experiência dos pesquisadores estrangeiros. Neste caso especial, o *status* de igualdade dado ao espanhol e ao inglês foi certamente um incentivo extraordinário para os latino-americanos. (idem, p. 12)⁶²

A conferência foi um momento decisivo para a consagração dos brasileiros no cenário internacional. “A importância e sucesso desse evento para a comunidade acadêmica nacional não precisa ser frisada”, registrava o editorial da revista *História Oral*, em 1999 (Gomes, 1999, p. 7),⁶³ publicação que, aliás, beneficiou-se do fundo de textos apresentados no evento, traduzindo alguns deles depois de terem sido impressos na língua original nos imponentes três volumes dos anais com os *papers* inscritos.⁶⁴

Para Marieta de Moraes Ferreira, todo o movimento no qual o Brasil injetou novo ânimo foi da maior importância para estabelecer uma nova sistemática na relação entre brasileiros e intelectuais de outras partes do mundo. Como ela disse em entrevista a Marco Aurélio Santana e Verena Alberti, em 2000:

Tudo isso criou um espaço importante de conversa, de troca. Nós conseguimos canalizar um desejo de todos os brasileiros de que nós deixássemos de ser meramente pessoas que recebiam estrangeiros, ouvíamos conferências de estrangeiros e publicávamos *papers* de estrangeiros. Nós

⁶¹ Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Palabras y silencios**, nueva epoca, v. 4, n. 1/2, p. 6-21, 2007/2008.

⁶² Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Palabras y silencios**, nueva epoca, v. 4, n. 1/2, p. 6-21, 2007/2008.

⁶³ Gomes, A. M. C. “Apresentação”. **História oral**, v. 2, p. 7, 1999.

⁶⁴ **X International Oral History Conference: Proceedings**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV / Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 1998. 3 vol.

queríamos fazer isso, mas nós também queríamos uma troca: publicar nossos textos no exterior, participar das conferências no exterior... Porque as antigas conferências de história oral eram extremamente fechadas, pequenas, com uma dificuldade de participação muito grande. (Santana & Alberti, 2001, p. 171-2)⁶⁵

O entusiasta Alessandro Portelli, mais de dez anos depois, sugeriu o resíduo do evento para a percepção da comunidade acadêmica internacional sobre a história oral brasileira, em entrevista para um grupo brasileiro:

o que me causou muita impressão foi que, depois da convenção, do Congresso Internacional do Rio de Janeiro, que foi em 1998, o Brasil tornou-se um centro internacional da história oral. Não somente porque Marieta tornou-se a primeira dirigente da Circunscrição Internacional da História Oral, mas em todos os congressos internacionais a delegação mais numerosa é aquela brasileira. E me tem causado sempre muita impressão o fato de que os colegas brasileiros combinam um conhecimento bastante aprofundado de todo o trabalho que se faz na Europa, até mais amplo daquele que temos nós da própria Europa, com, naturalmente, o extrato da grande experiência brasileira, mas, também, a relação frequente com culturas onde a oralidade é ainda um fato ativo, não é residual, como frequentemente ocorre com as culturas metropolitanas europeias. E isso foi uma experiência muito importante. E também no Congresso Internacional de Roma, dois anos atrás a presença brasileira era decisiva, somente os Estados Unidos tinham um número mais elevado de participantes. Foram muitos, os trabalhos dedicados inteiramente ao Brasil. Portanto, não se pode pensar hoje em história oral sem pensar na presença brasileira. (Bessa *et. al.*, 2010, p. 31-2)⁶⁶

Para o país, a realização do encontro no Rio, em 1998, e toda a atmosfera que o circundava, trouxe benefícios. Verena Alberti, por exemplo, relatou sua participação nesse movimento:

Mais uma vez eu estava no lugar certo, na hora certa, não é isso? Em [19]96 foi criada a Associação Internacional de História Oral, lá na Suécia, e eu estava lá. (...) assisti a toda a negociação política, a questão que a Mercedes Vilanova foi presidente, a primeira presidente. Participei das assembleias, e tudo mais. Acabei me envolvendo, porque quando você está presente... São necessários braços e cabeças para formar chapas ou formar cabeças pensantes. Acabei me envolvendo. Mas só fui do *board* depois de [19]98, quando foi o encontro aqui. Mas em [19]96 foi decidido que o Brasil seria a sede do próximo encontro – o Rio [de Janeiro], o CPDOC, seria a sede do próximo

⁶⁵ Alberti, V.; Santana, M. A. “Entrevista com Marieta M. Ferreira”. **História Oral**, n. 4, p. 165-76, 2001.

⁶⁶ Bessa, T. *et. al.* “Entrevista com Alessandro Portelli”. **Projeto História**, n. 41, p. 31-68, 2010.

encontro internacional, que foi em [19]98. E aí, pronto, foi a outra questão. Eu e Marieta [passamos] um ano praticamente envolvidas na organização desse encontro internacional que a gente ia receber aqui, evidentemente com todo o pessoal do Rio de Janeiro participando. A abertura foi na UFRJ, mas o encontro mesmo aconteceu aqui na Fundação. Aí você vai conhecendo as pessoas, vai formando laços com essa comunidade internacional. E a cada encontro novo – o único que eu não fui foi o México, que foi quatro anos atrás [2008] – você revê as pessoas, refaz os laços... É bem legal. Em [19]98 eu fui eleita para o *board* e em 2000 eu fui reeleita, na Turquia. Nisso, [quando] você faz parte do *board*, você participa das reuniões anteriores, reunindo, planejando... Você começa a estreitar mais laços.⁶⁷

Porém, a vitória mais visível foi, certamente, a que o Brasil amealhou dois anos depois. No Rio de Janeiro, Mercedes Vilanova mostrou um comportamento distante daquele exibido em 1996, quando em seu discurso de posse sugeriu que sua meta primeira como presidente da IOHA era acabar com a associação. Dois anos depois, ela não apenas não a havia aniquilado como se manteve em seu posto principal, reelegendo-se. Com o cetro em mãos, estabeleceu a criação do boletim quadrimestral da entidade, o *Noticias de la IOHA / IOHA News*, colocou em pauta a possibilidade de associações coletivas, e principalmente definiu Istambul, na Turquia, como o posto que abrigaria a conferência seguinte. Segundo ela, se no passado era difícil encontrar quem aceitasse abrigar o evento, aquilo havia mudado.⁶⁸ Três concorrentes disputavam o posto – México, Espanha e Turquia – e o rodízio entre continentes facilitou a decisão.

Istambul recebeu o maior congresso realizado até então, com mais de 300 participantes de 36 países, reunidos sob o tema “Encruzilhadas da história: Experiências, memória e oralidade”.⁶⁹ Problemas de saúde da organizadora local, Arzu Özturkmen, encaminharam para a Europa, especialmente para Alexander von Plato, as redes do encontro no qual os brasileiros, uma vez mais, predominavam: eram 81 participantes, superando o país hospedeiro (com 38 trabalhos) e os Estados Unidos (com 33).⁷⁰ Marieta

⁶⁷ “Com todas as fontes é preciso cautela” – Entrevista com Verena Alberti. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

⁶⁸ Vilanova, M. “Palabras inaugurales de la X Conferencia Internacional de Historia Oral (Rio de Janeiro, 14 de Junio de 1998). **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 2, v. 20, 1998, p. 161-163.

⁶⁹ XI Conferencia Internacional de Historia Oral: “encrucijadas de la historia: experiencia, memoria, oralidad” (Estambul, 15 a 19 de Junio de 2000). **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 24, p. 133-4, 2000.

⁷⁰ **Noticias de la IOHA**, v. 6, abril de 2000. Disponível em: http://www.ioha.fgv.br/ioha/spanish/boletin_es6.htm. Acessado em: 14 de setembro de 2011.

de Moraes Ferreira foi membro do comitê organizador – de modo que sua familiaridade com a comunidade internacional crescia exponencialmente.

Não foi à toa que Mercedes Vilanova chegou à assembleia decidida a elegê-la como sua sucessora, em um comportamento duramente criticado por quem percebeu que a espanhola não estava imune aos mesmos vícios que apontava. De qualquer forma, submetida a votação, a candidatura de Marieta de Moraes Ferreira foi amplamente apoiada. Em nossa entrevista, ela mesma contou:

Eu, na verdade, não imaginava, não estava cogitando – embora eu fosse vice-presidente –que o meu nome pudesse ser indicado para ser presidente, até porque eu achava que nós – nós, o Brasil – ainda não tínhamos tanta expressão internacional. Mas o fato foi que a Mercedes, na verdade, foi a pessoa que indicou o meu nome. A Mercedes e os alemães, o Alexander von Plato. Ao mesmo tempo isso ganhou a adesão do [Alessandro] Portelli e de outras pessoas, até dos australianos. Então, foi tranquilo. Não houve uma chapa que competisse nem houve uma resistência maior para isso. Tinha também uma presença forte de brasileiros, que certamente garantia também uma base. E eu acho que foi muito interessante essa [experiência com presidente]. Eu já tinha sido vice-presidente duas vezes, e ao mesmo tempo eu era do Conselho. A IOHA já tinha participado, ajudado, organizado o encontro aqui no Brasil, que [foi] quando a Mercedes foi reeleita presidente. As pessoas já tinham visto, enfim, que a gente tinha uma capacidade para organizar encontros e estruturar efetivamente as coisas... Então essa eleição foi uma coisa bem tranquila. Não teve nenhuma polêmica nem nenhuma disputa.⁷¹

Para Vilanova, a IOHA havia se tornado uma “organização flexível, não burocrática, ágil, horizontal e muito eficaz” (2000, p. 126) sob seu comando.⁷² Sobre seu duplo mandato, ela afirmou sem pudores que se tratou

uma etapa de transição. De um movimento necessário e pioneiro, surgido na Europa no final dos anos setenta, e por ser pioneiro talvez [tenha sido] elitista, e, por conseguinte, eurocêntrico, clientelista e cooptado. Disso para uma organização, como é a atual IOHA, democrática, cosmopolita, representativa, aberta e não cooptada, que foi capaz de acolher a liderança de outras línguas, de outros continentes e de outras culturas. (idem, p. 126)

⁷¹ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

⁷² Vilanova, M. “Palabras inaugurales”. *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, n. 24, p. 125-8, 2000.

Sua sucessora, enfim, receberia uma entidade absolutamente perfeita – que havia conseguido aniquilar a dominação dos europeus e da língua inglesa, sem romper com o passado. O desafio, naquele momento, era renovar o quadro de lideranças da rede internacional:

Era necessária uma alternativa que desse espaço a uma geração mais jovem.
(...)

A respeito da presidência, mais uma vez foi decisivo o critério de [Alexander] von Plato. Por consenso propusemos Marieta, porque unia em sua personalidade um conjunto de qualidades que nos pareciam idôneas para liderar a IOHA. Sua larga experiência profissional na Universidade do Rio e no CPDOC, o fato de ter organizado com êxito a X Conferência Internacional, e de representar uma alternativa geracional.

A assembleia de Istambul não foi unânime como a do Rio, e é lógico que tenha sido assim. O conselho foi criticado pela maneira como procedemos, embora ela tenha sido franca, transparente, e sempre consensual, e também reprovou a escolha da África do Sul como a sede para o encontro seguinte. Mas, no fim das contas, a assembleia endossou nossa escolha.

(...) Minha missão a partir de Istambul era fazer-me “invisível”, para que outras mãos e mentes levassem a IOHA com rumos renovados, novos e melhores, a lugares que durante a minha liderança não foi possível chegar.
(Vilanova, 2002, p. 28)⁷³

Com sua conquista política – efetivada apenas seis anos depois de ter criado e assumido a presidência da Associação Brasileira de História Oral –, Marieta de Moraes Ferreira deu seguimento à missão de colocar o Sul no mapa da história oral, mas abrindo mão da retórica demagógica atrelada ao discurso da predecessora. Ela precisou superar as resistências internas do próprio conselho e dos membros da diretoria da sociedade internacional. Conforme Ferreira relatou,

Acho que o grande desafio que eu tive foi organizar – “bancar”, melhor dizendo – a organização do encontro na África do Sul, porque todo mundo tinha muito medo e algumas pessoas chegaram, na ocasião, a discutir se não era melhor trocar para outra região, porque a África do Sul não só ainda estava [com uma] situação política bastante instável, mas [tinha] todos os problemas de AIDS, de crise econômica. Eu defendia que devia ser lá, mesmo – que era uma forma de deslocar para a África, para continentes e regiões em que ainda a história oral estava nascendo. Então eu acho que isso

⁷³ Vilanova, M. “Cómo surgió la IOHA: De Goteborg a Estambul”. **Palabras y Silencios / Words and Silences**, v. 1, n. 1, p. 23-29, 2002.

foi importante: a realização do encontro. [É] aquilo que eu estava te dizendo: eu acho que o Brasil teve um papel muito importante nesse movimento internacional de história oral, que foi de puxar essa discussão para que os encontros fossem deslocados para diferentes países e diferentes continentes. Mesmo que você diga “Ah, mas a África tinha uma presença muito pequena”, quando você faz um encontro num país você estimula muito a história oral naquele país: estimula a formação de grupos, estimula as pessoas a produzirem trabalhos, a fazerem projetos.⁷⁴

Comandada pelo diligente pesquisador Philippe Denis, criador do Sinomlando Centre for Oral History and Memory Work in Africa [Centro Sinomlando de História Oral e Trabalho de Memória da África], a XII Conferência Internacional de História Oral aconteceu em Pietermaritzburg, na África do Sul, e foi novamente exitosa, justificando assim a aposta feita por Marieta de Moraes Ferreira e sua equipe. O prefácio da presidente para as atas indicava 154 comunicações inscritas, 46 delas oriundas do Brasil (o número mais expressivo, contra 20 estadunidenses, 15 argentinas e 14 da África do Sul).⁷⁵ A comunidade brasileira, assim, parecia ter garantido em definitivo sua dominação sobre o cenário internacional. Mesmo assim, ainda haveria surpresas.

A Associação Internacional de História Oral, naturalmente, tencionava incluir a Europa no revezamento continental de conferências. A ideia era que o encontro de 2004 acontecesse lá. Por iniciativa de Lluís Ubeda, Barcelona foi proposta – e teve o apoio de figuras locais de renome, como Pilar Domínguez e Pilar Folguera. Porém, na competição com Roma (e particularmente com Alessandro Portelli, responsável por sua candidatura), os espanhóis perderam. Nas considerações finais da conferência de 2002, na qual a decisão foi tomada, Mercedes Vilanova sinalizou seu descontentamento não com o resultado, mas com o processo: a decisão de um grupo minoritário de que a escolha fosse feita por voto secreto.⁷⁶ Em última instância, o que essa opção revela era o impasse entre escolher não

⁷⁴ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

⁷⁵ **XIIth International Oral History Conference – Proceedings**. Pietermaritzburg: IOHA / Sinomlando Project, 2002. 4 vol.; Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 36, n. 2, p. 51-66, 2006.

⁷⁶ Vilanova, M. “XII Conferencia Internacional de Historia Oral: Conclusiones”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 28, p. 165-8, 2002.

apenas entre duas cidades – Roma e Barcelona –, mas entre duas figuras carismáticas e de importância capital na associação.

Se o encontro de 2004 significou o “retorno” à Europa, não representou um retrocesso na batalha pela descentralização, até porque pelo menos dois motivos acalmavam os ânimos mais exaltados. Em primeiro lugar, o “retorno” seria mais preche de significação em terra italiana, já que, décadas antes, em dezembro de 1976, a primeira das reuniões havia acontecido em Bolonha, a pouco mais de 300 quilômetros da capital do país. A segunda razão era precisamente o anfitrião do congresso. Como a própria Mercedes Vilanova escreveu, “pelas mãos de Portelli” a volta à Europa era “um retorno fácil” (2002, p. 167).⁷⁷ Os brasileiros, muito próximos do autor de “O que faz a história oral diferente”, não discordavam – o que não sabiam é que descobririam em primeira mão que os italianos nem sempre são *tutto buona gente*.

A presença constante de uma grande comitiva de brasileiros nos encontros internacionais (facilitada pela existência de linhas de apoio incomuns em outros países, acessíveis tanto a professores quanto a estudantes de pós-graduação) não agradava a todos – e isso ficou claro na preparação para o encontro de Roma, especialmente em um episódio que é popularmente lembrado como as “cotas para brasileiros”, em uma amarga referência às cotas de imigração estabelecidas por países europeus. O que teria acontecido, na realidade, era uma tentativa de limitar a participação de brasileiros no evento, o que muitos deles encararam como uma traição, justamente por vir das mãos de Portelli – considerado um companheiro.

Marieta de Moraes Ferreira, então representante da IOHA para a América Latina, participou das discussões prévias para o evento e recebia suas notícias em primeira mão. A celeuma romana parece não ter se equiparado às dificuldades de assumir os riscos do encontro na África do Sul, mas mesmo assim parece ter motivado um pequeno desgaste político e, ao mesmo tempo, alertado para o fato de que, por mais bem instalada que estivesse, a comunidade brasileira de história oral não se encontrava em uma zona de conforto. Na entrevista que gravamos, Ferreira rememorou a conferência de Roma:

⁷⁷ Vilanova, M. “XII Conferencia Internacional de Historia Oral: Conclusiones”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 28, p. 165-8, 2002.

foi um encontro muito grande, e uma organização difícil, também. Acabou que tinha muita gente; foi um encontro com muitas pessoas e na verdade o Portelli não tinha um apoio institucional da universidade dele para organizar.⁷⁸ O encontro ficou muito pulverizado em vários locais e o deslocamento das pessoas era difícil. Foi um pouco complicada a organização.

E foi o famoso encontro onde houve a “cota” para brasileiros, o de Roma.

É. Quer dizer, não chegou a haver, mas chegou a ser levantada essa hipótese. Havia um número muito grande de brasileiros e foi colocado se não deveria se estabelecer um limite para o número de trabalhos brasileiros que poderiam ser aceitos. Aí eu realmente disse que não aceitava isso. Isso não ficou escrito, nem me lembro como é que isso foi exatamente levantado, mas eu disse: “Olha, acho que não tem a menor condição. As pessoas têm que ser selecionadas não pelo seu país de origem. Elas vão ser selecionadas em função dos trabalhos que elas estão propondo”. Aí isso acabou não indo adiante – e [o encontro] acabou tendo muitos brasileiros.⁷⁹

O historiador Antonio Torres Montenegro também lembrou o episódio, entendendo-o como um exemplo da “relação tensa” estabelecida entre pesquisadores europeus e estadunidenses com os praticantes de história oral do resto do mundo:

os nomes de pesquisadores brasileiros que enviavam seus resumos começaram a serem cortados, porque eles avaliaram que já tinha brasileiros demais. E essa informação chegou para nós, tá entendendo? “Já tem brasileiro demais, vamos cortar. Sem nenhum critério relacionado a qualidade dos trabalhos enviados”. Então, essa é uma relação que eu considero muito tensa.⁸⁰

A medida sugerida pela comissão local italiana não foi formalmente efetivada, mas mesmo assim houve diferenças significativas em termos do índice de aprovação de

⁷⁸ Embora seja professor da Sapienza - Università di Roma, onde ensina literatura norteamericana, Alessandro Portelli encontra mais receptividade ao seu trabalho de história oral no Circolo Gianni Bosio, uma associação não universitária de memória e cultura, que, todavia, parece de deficiência infraestrutural. Para mais informações sobre o lugar da história oral na academia italiana, ver: Bermani, C. “Le origini e il presente: Fonti orali e ricerca storica in Italia”. In: Bermani, C. (org.) **Introduzione alla storia orale – Vol. I: Storia, conservazione delle fonti e problemi di metodo**. Roma: Odradek, 1999. p. 1-126.

Portelli, A. “História oral italiana: raízes de um paradoxo”. **Tempos Históricos**, v. 12, p. 13-37, 2008; Santhiago, R. “O ofício do historiador oral: A visão italiana”. **Esboços**, n. 16, v. 21, p. 219-22, 2009.

⁷⁹ “A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

⁸⁰ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

trabalhos, por nacionalidade. O enorme encontro recebeu mais de 600 propostas oriundas de 64 países.⁸¹ O Brasil encabeçava a lista, com o maior número de trabalhos inscritos (190), seguido por Estados Unidos (95), Itália (39), Grã-Bretanha (34), México (24), Turquia (18) e Argentina (16).⁸² Os trabalhos aceitos, entretanto, demonstram um quadro distinto. O levantamento de Marieta de Moraes Ferreira informa que 302 trabalhos foram apresentados – e, nessa lista, os Estados Unidos tinha a liderança (79), seguidos pelo Brasil (73) e pela Grã-Bretanha e Itália (17 cada).⁸³ Em outras palavras, brasileiros inscreveram 190 trabalhos e tiveram 73 deles aprovados, ao passo que estadunidenses submeteram 95 resumos e foram bem sucedidos em 79 dos casos. O índice de aprovação foi de 38% para brasileiros e de 83% para estadunidenses.

Seja qual for a razão para a diferença, a preocupação em limitar o número de participantes do Brasil refletia não apenas o fato de que a multiplicidade de tradições intelectuais colocada na IOHA começava a ser desequilibrada (em última instância, minimizando seu próprio caráter internacional, na medida em que grandes grupos apresentam maior tendência a agir de maneira endogênica), mas de que a delegação brasileira, agindo em conjunto, teria condições de conquistar (ou manter) um poder político praticamente indisputável, largamente facilitado pelos fundos de apoio financeiro disponíveis a pesquisadores brasileiros, colocados em situação privilegiada. Efetivamente, o país tem sido representado sistematicamente no conselho ou no corpo de representantes continentais da IOHA, com Verena Alberti (1998-2000 e 2000-2002), Olga Rodrigues de Moraes von Simson (2002-2004), Antonio Torres Montenegro (2004-2006), Marilda Menezes (2006-2008), Ligia Maria Leite Pereira (2012-2014). Na gestão de 2008 a 2010, Montenegro foi o vice-presidente da entidade; e na gestão de 2012 a 2014 Andrea Casa Nova Maia ocupou essa posição.

Em seu artigo sobre a história da IOHA ao longo de uma década, ao qual recorri diversas vezes, Marieta de Moraes Ferreira mostrou como a participação brasileira ficou

⁸¹ **Noticias de la IOHA**, v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: www.ioha.fgv.br/ioha/spanish/boletin_es12_1.htm. Acessado em: 14 de março de 2010.

⁸² “Informe sobre los trabajos de la XIII Conferencia Internacional de Historia Oral: Memoria y Globalización”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 30, p. 173-4, 2003.

⁸³ Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 36, n. 2, p. 51-66, 2006.

consolidada nos eventos bienais que agregam a comunidade internacional.⁸⁴ Ela se reforça, como é natural, quando os encontros acontecem nas suas proximidades, como ocorreu na conferência de 2008, no México, e na de 2012, na Argentina.⁸⁵ Geram, ainda, certa frustração em parte da comunidade não falante de língua espanhola, já que, nesses casos, a predominância do espanhol e do português (plenamente aceito, mesmo não sendo uma das “línguas oficiais” dos encontros) não é acompanhada por um esforço no sentido de oferecer traduções, mesmo que parciais, das sessões de apresentação de trabalho. O cenário, enfim, praticamente confirma o que a historiadora Mariya Sevela havia prenunciado em seus comentários sobre a Conferência Internacional de História Oral de 1996, na qual lamentava a ausência de franceses: que a língua deles seria substituída pelo português.⁸⁶

Poder não é saber

As conquistas políticas efetivadas internacionalmente pela comunidade brasileira de praticantes de história oral são inegáveis. Dificilmente encontram paralelo em outras áreas, principalmente nos campos das ciências humanas e sociais. É notável que, em um arco temporal relativamente curto, o Brasil tenha deixado de ser um país praticamente desconhecido pelos especialistas estrangeiros – a não ser por seu engajamento episódico com poucas figuras – e se tornado uma potência em história oral.

A área de estudos certamente ganhou muito com isso; porém, as conquistas políticas não foram ainda plenamente traduzidas em conquistas intelectuais capazes de reverter o fluxo entre produtores e receptores de conhecimento. Em outras palavras, a

⁸⁴ Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 36, n. 2, p. 51-66, 2006.

⁸⁵ Ubéda, L. “Crónica del XV Congreso Internacional de Historia Oral ‘Los diálogos de la Historia Oral con el tiempo presente’ (Cuadalajara, Jalisco, México, 23 a 26 de septiembre de 2008)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 40, p. 179-80, 2008.

⁸⁶ Sevela, M. “De l’histoire orale ‘Communiquer l’expérience’?”. **Vingtième Siècle Revue d’histoire**, n. 54, p. 124, 1997.

história oral do Brasil não conseguiu capitalizar sua força política em uma maior difusão de sua produção intelectual, ampliando seu alcance e seu impacto global. A internacionalização está incompleta; mas, justamente em função da inserção e da força política que parecem asseguradas, é possível entendê-la como um projeto de futuro.

Naturalmente, a presença brasileira não consistiu apenas na ocupação de espaços de poder, tendo dois outros reflexos. Na visão de Marieta de Moraes Ferreira, protagonista e analista desse movimento, o Brasil ofereceu ao cenário mundial da história oral uma contribuição significativa no sentido de introduzir novos feixes temáticos – “uma renovação de objetos, dada pela própria diversidade das realidades sociais” (Ferreira, 1998, p. 164).⁸⁷ Em outras palavras, a diversificação política teria conduzido uma diversificação temática. Da mesma forma, a alternância de lugares de realização das conferências (inaugurada na conferência brasileira de 1998, que justamente por ser exuberante e exitosa mostrou que o rodízio entre continentes era viável) também teria contribuído no mesmo sentido, impactando o campo na medida em que faz questões regionais aparecerem.⁸⁸

Além disso, que mais o país ganhou? Fundamentalmente, elogios, que têm sido lidos com certa ingenuidade por alguns conterrâneos. O prefácio que Alessandro Portelli escreveu ao livro de Sonia Maria de Freitas, por exemplo, tem sido surpreendentemente citado, em função do trecho no qual o autor afirma que

há pelo menos dez anos, o Brasil está na vanguarda neste campo, no plano internacional. São sinais disso: o sucesso do congresso da International Oral History Association organizado pelo CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, em 1998; a eleição e sucessiva reeleição de Marieta de Moraes Ferreira na presidência internacional do IOHA; a ativa e numerosa presença brasileira nos congressos internacionais (...), e o aumento de projetos, arquivos, revistas, publicações, eventos em várias partes do país.

A razão deste desenvolvimento são muitas (...). Por exemplo, sempre me impressionou o cosmopolitismo da formação teórica e metodológica dos historiadores brasileiros (...). Paradoxalmente, e talvez pela sua posição

⁸⁷ Ferreira, M. M. “X Conferencia Internacional de Historia Oral: ‘Retos para el siglo XXI’ (Rio de Janeiro, 14 a 18 de junio de 1998)”. **Historia, Antropologia y Fuentes Orales**, v. 2, n. 20, p. 163-166, 1998.

⁸⁸ Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Historia, Antropologia y Fuentes Orales**, v. 36, n. 2, p. 51-66, 2006.

original em relação aos centros tradicionais, a história oral brasileira é capaz de ser menos provinciana e mais eclética. (Portelli, 2002, p. 9-10)⁸⁹

Mesmo antes disso, já em 1998, quando veio à conferência do Rio de Janeiro, o italiano havia afirmado algo semelhante ao jornal *Folha de S.Paulo*. “Do que tenho sido capaz de acompanhar, me parece que o Brasil combina uma grande sofisticação metodológica com uma aproximação a culturas orais ativas, tanto urbanas quanto rurais, e com uma sensibilidade para movimentos sociais. Atualmente, a história oral brasileira está entre as mais avançadas do mundo”, disse ele.⁹⁰

Diagnósticos como esse têm sido utilizados não como o que de fato são – opiniões – mas antes como evidência de que a história oral brasileira produziu um corpo intelectual conhecido e seguido universalmente. No ano de 2011, por exemplo, em uma entrevista ao jornalista Gianni Carta, o pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy afirmou, como já havia escrito e falado em outras ocasiões:

Não seria errado dizer que assumimos mundo afora papel de destaque tanto em termos numéricos quanto na discussão teórica e produção de resultados publicados. Autores como o italiano Alessandro Portelli e o norte-americano Ronald Grele costumam repetir que o Brasil é uma caixa de ressonância dos avanços de estudos feitos sobre história oral no mundo. Aqui se reverberam tendências amplas.⁹¹

Valendo-se do apelo à autoridade, Meihy exime-se de demonstrar como a produção intelectual em história oral feita no Brasil teria tido impacto no exterior. Ao mesmo tempo – e em flagrante oposição com seu posicionamento político –, outorga aos dois estrangeiros o papel de autoridades inquestionáveis não apenas em termos da teoria e da técnica da história oral, mas até mesmo como conhecedores da história oral feita no Brasil.

Uma leitura como essa tira de cena o princípio básico de crítica da fonte: em que circunstâncias tais opiniões foram emitidas. Ele emula o entusiasmo de repórteres do entretenimento que, ao entrevistarem ídolos internacionais em turnê no Brasil, lhes perguntam sua opinião sobre a música feita no país. É difícil imaginar uma resposta que

⁸⁹ Portelli, A. “Apresentação”. In: Freitas, S. M. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. São Paulo: Humanitas / Imprensa Oficial, 2002. p. 9-14.

⁹⁰ “Ciência do indivíduo”. **Folha de S.Paulo**, 7 de junho de 1998.

⁹¹ Carta, G. “A vez da história oral”. **CartaCapital**, 21 de setembro de 2011. p. 72-3.

não transparecesse o desejo honesto de ser gentil. E, no caso específico dos argumentos apresentados por Alessandro Portelli, eles falam principalmente da representatividade numérica e institucional do país na comunidade internacional. Ao mesmo tempo, seria cabível reverter a pergunta e refletir sobre se algum praticante de história oral – na Europa ou nos Estados Unidos – consideraria imprescindível e reveladora a opinião de um brasileiro sobre a produção intelectual em seu país.

Parece mais saudável e promissor buscar, não em autoridades estrangeiras, mas no próprio país, aquilo que há de impactante em nossa história oral – e buscar meios de, efetivamente, superar a barreira que torna tão difícil a circulação global de ideias e impede um cosmopolitismo pleno. Isso passa, primeiramente, por reconhecer que as conquistas políticas de nossa comunidade no exterior não se refletiram em impacto intelectual, e que ele deve ser buscado em outra chave, uma que refaça na pista oposta o caminho das traduções empreendidas nos anos 1990. Duas décadas depois, elas devem ser feitas tanto *para* o português quanto *a partir* dele – mas isso vem ocorrendo de maneira extremamente lenta, de modo que a presença de muitos brasileiros nas conferências internacionais não se traduz naquilo que constitui um elemento chave para o reconhecimento intelectual: as publicações. Especialmente em uma cultura na qual congressos, simpósios e toda ordem de eventos acadêmicos proliferam, a publicação de trabalhos seriamente revisados pelos pares é que passa a significar efetivamente a reconhecença (e a amplificação) de uma contribuição intelectual.

Embora não haja um *ranking* das publicações internacionais mais importantes da área de história oral, três revistas especializadas despontam em função de seu alcance global, garantido por sua antiguidade e por sua sistemática de circulação e divulgação. As três têm seu conteúdo acessível por meio do repositório *JSTOR*, o *Journal Storage*, biblioteca digital assinada por mais de 7.000 instituições em 150 países, um dos instrumentos mais utilizados para atualização bibliográfica em diversas áreas.⁹²

A mais importante delas é *The Oral History Review*, fundada em 1973, a revista da Oral History Association, associação estadunidense de história oral, atualmente publicada pela Oxford University Press, uma das mais prestigiadas editoras acadêmicas, com atuação

⁹² “JSTOR Factsheet”. Disponível em: <http://about.jstor.org/sites/default/files/misc/jstor-factsheet-20120213.pdf>. Acessado em 11 de junho de 2013.

internacional, em uma parceria que garante alcance e regularidade de publicação. O impacto dessa revista pode ser medido, também, pelo fato de que muitos trabalhos posteriormente reunidos em coletâneas foram, primeiramente, publicados nela. Autores brasileiros, porém, pouco publicaram em suas páginas: até onde é possível mensurar, apenas dois artigos e cinco resenhas, ao longo das quatro décadas da publicação.⁹³ Antes mesmo da revista estadunidense, teve início, em 1972, a publicação britânica *Oral History*, também chamada de *The Journal of the Oral History Society*, que abrigou os polêmicos textos de Paul Thompson sobre a história oral feita no Brasil – mas na qual brasileiros tiveram, também, pouca representatividade, embora ainda nos anos 1988 Valentina da Rocha Lima tenha aberto uma trilha na revista.⁹⁴ Mais uma vez: é provável que a escassez de textos brasileiros nesta revista não se deva a um fechamento por parte de seus corpos editoriais, uma vez que as seções de notícias de ambas as publicações estiveram atentas e difundiram as informações que lhes chegaram a respeito da história oral feita no Brasil.

Sem dúvida, a situação é diferente na publicação que entra no rol dos periódicos internacionais de maior significado para a área: a *Historia, Antropología y Fuentes Orales* (originalmente, *Historia y Fuente Oral*, título que carregou entre 1989 e 1995). Nesta publicação, os brasileiros conseguiram penetração bem mais significativa – não só pela proximidade e pelo entusiasmo de sua fundadora, Mercedes Vilanova, mas também porque um dos objetivos do periódico é justamente o de oferecer um panorama global da história oral aos seus leitores, não apenas recebendo artigos mas saindo em busca deles e responsabilizando-se pelos custos da tradução para o espanhol. A publicação de textos

⁹³ Ferreira, E. F. X. “Oral History and the Social Identity of Brazilian Women under Military Rule”. *The Oral History Review*, v. 24, n. 2, p. 1-33, 1997; Meihy, J. C. S. B. “Oral History in Brazil: Development and Challenges”. *The Oral History Review*, v. 26, n. 2, p. 127-136, 1999; Mauad, A. M. “Toward the Visualization of History: The Past as Image [Book review]”. *The Oral History Review*, v. 38, n. 1, p. 240-2, 2011; Santhiago, R. “Città di parole: Storia orale di una periferia romana [Book review]”. *The Oral History Review*, v. 38, n. 1, p. 267-9, 2011; Santhiago, R. “We cannot remain silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States [Book review]”. *The Oral History Review*, v. 39, n. 1, p. 165-7, 2012; Santhiago, R. “O Brasil no Sul da Flórida: Subjetividade, identidade e memória [Book review]”. *The Oral History Review*, v. 40, n. 2, 2013.

⁹⁴ Lima, V. R. “Getúlio: Oral History, Political Biography and National Myth”. *Oral History*, v. 16, n. 1, p. 34-9, 1988; Worcman, K. “From Domestic Pot to Ceramic Doll: The Story of Dona Isabel Mendes, Doll Maker of the Jequitinhonha Valley in Brazil”. *Oral History*, v. 37, n. 2, p. 95-106, 2009; Santhiago, R. “The Dissonant Lives of Brazilian Black Women Non-Samba Singers”. *Oral History*, v. 39, n. 2, p. 49-62, 2011; Chagas, V. “Grassroots Journalists, Citizen Historians: The Interview as a Journalistic Genre and History Methodology”. *Oral History*, v. 40, n. 2, p. 59-68, 2012.

brasileiros iniciou-se em 1994, justamente quando Vilanova foi convidada para vir ao país para o II Encontro Nacional de História Oral.⁹⁵ Existe o entrave, porém, do idioma da revista, o espanhol, que tem alcance significativamente menor do que o inglês – no qual organizadores de coletâneas e compiladores de bibliografia majoritariamente se baseiam na criação de produtos fundamentais para o impacto de certas obras ou tradições de pensamento. Embora isso seja secundário no discurso de Vilanova, cabe lembrar que ela própria se preocupou de forma consistente em publicar em outras línguas, especialmente em inglês, cujo domínio mesmo lhe assegurou a força política para contestá-lo.⁹⁶ Nas revistas publicadas pela associação internacional de história oral também houve um ingresso de brasileiros; porém, a revista mostrou-se pouco eficaz em termos de impacto, dada sua precária circulação e as sucessivas alterações em termos de nome e perfil editorial. Pelo menos até o momento, é uma referência menor na área.⁹⁷

⁹⁵ Os primeiros textos publicados foram: Moysés, S. M. A. “Imágenes de la lectura y de los lectores en el Brasil del siglo XIX”. **Historia y Fuente Oral**, n. 12, p. 77-89, 1994; Amado, J. “Yo quiero ser una persona: Revuelta campesina y política en el Brasil”. **Historia y Fuente Oral**, n. 12, p. 115-42, 1994; Canêdo, L. B. “Caminos de la memoria: Parentesco y poder”. **Historia y Fuente Oral**, n. 12, p. 91-113, 1994; Ferreira, M. M. “La Historia Oral en Brasil: Un Estado de la cuestión”. **Historia y Fuente Oral**, n. 13, p. 103-12, 1995. Já sob novo título, foram traduzidos: Abreu, A. A. “Guerrilla: Fácil de entrar, difícil de salir”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 17, p. 73-82, 1997; Abreu, A. A. “Los periodistas brasileños hablan de su función y de su responsabilidad social”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 19, p. 61-72, 1998; Manfredi, S. M. “Enseñanza de la historia a través de la fotografía”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 20, p. 121-30, 1998; Nasser, A. C. A. “Salir al mundo: Estudio de las representaciones de los excluidos en torno a sus relaciones con el trabajo, la familia y el tiempo libre”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 21, p. 7-15, 1999; Albuquerque, G. R. “Experiencias de trabajo obligatorio en Acre”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 21, p. 17-28, 1999; Ferreira, E. F. X. “Mujeres, memoria e identidade política”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 21, p. 53-66, 1999. Para os trabalhos publicados a partir do ano 2000, ver o site: www.hayfo.com.

⁹⁶ Por exemplo: Vilanova, M.; Borderias, C. “Memories of Hope and Defeat: Catalan Miners and Fishermen under the Second Spanish Republic, 1931-39”. In: Thompson, P.; Burchardt, N. (org.) **Our Common History**. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1982; Vilanova, M. “Anarchism, Political Participation, and Illiteracy in Barcelona Between 1934 and 1936”. **The American Historical Review**, v. 97, n. 1, p. 96-120, 1992; Vilanova, M. “The Struggle for a History Without Adjectives: A Note on Using Oral Sources in Spain”. **The Oral History Review**, v. 24, n. 1, p. 81-90, 1997; Vilanova, M. “À la recherche des majorités invisibles: Un parcours espagnol du second 20e siècle”. **Vingtième Siècle: Revue d’histoire**, n. 55, p. 124-139, 1997; Vilanova, M.; Chordá, F. (org.) **A Mind at Work: We Are Our Questions**. Heidelberg: Synchron, 2003; Vilanova, M. **Dördüncü dünya Baltimore öyküleri, 1990 = The fourth world Baltimore narratives, 1990**. Istanbul: Boğaziçi Üniversitesi, 2005; Vilanova, M. “Oral history and democracy: Lessons from illiterates”. In: Ritchie, D. A. (org.) **The Oxford Handbook of Oral History**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 65-74.

⁹⁷ Justamente por essas mudanças, é difícil entender a própria história da revista e levantar os textos publicados por brasileiros. Até onde se sabe, ela foi publicada entre 1997 e 1999 como *Words & Silences: Bulletin of the International Oral History Association* / *Palabras y Silencios: Boletín de la Asociación Internacional de Historia Oral*, com

Para além das revistas, existem outros exemplos da presença pequena de brasileiros em publicações internacionais. A bibliografia da área compilada pelo Columbia University Center for Oral History – que buscou mapear os textos fundamentais de história oral, em dezenove categorias e quase quarenta páginas –, disponibilizada em 2009,⁹⁸ não mencionou nenhum texto brasileiro, apesar de a coordenadora desta publicação, Mary Marshall Clark, ter afirmado no Brasil, em 1995, que este “é um dos novos núcleos de História Oral no mundo” (1997, p. 85)⁹⁹, e de a instituição ter contato com os brasileiros que vão até lá para estágios, para participação nas edições anuais do Oral History Summer Institute, bem como para visitas e pesquisas ocasionais.

Da mesma forma, o estadunidense Don Ritchie afirmou, nos comentários finais da Conferência Internacional de História Oral de 2002, que

nossos colegas do Brasil estão realizando alguns estudos fascinantes sobre a migração portuguesa, mediante a comparação das experiências de imigrantes no Brasil, país de língua portuguesa, e em países de língua não portuguesa, como a Alemanha (...) esses estudos estão construindo de forma muito mais complexa a narrativa histórica, dado que a tornam muito mais interessante. (Ritchie, 2002, p. 169-70)¹⁰⁰

Porém, ao organizar o denso volume *The Oxford Handbook of Oral History*, de 2011, que teve como proposta mapear o cenário global da história oral, Ritchie não incluiu nenhum brasileiro entre os 40 autores, dos cinco continentes, que convocou.¹⁰¹ Ritchie foi uma das poucas pessoas que respondeu a uma mensagem que postei na lista de debates *H-*

numeração inconsistente. Posteriormente, teria deixado de ser um “boletim” para se tornar um “periódico”. Sua nova série iniciou-se em 2003. Em 2011, tornou-se uma publicação online, intitulada *Words & Silences: The Journal of the International Oral History Association*. Mesmo assim, não conseguiu manter periodicidade regular tampouco atrair um leitorado fixo. Ver: <http://wordsandsilences.org/>. Dos poucos textos publicados online, os brasileiros são: Meihy, J. C. S. B. “The Radicalization of Oral History”. **Words & Silences**, v. 2, n. 2, p. 31-41, 2003; Pereira, L. M. L. “Embarassing Memories: Reflections on the Case of the Elite of Minas Gerais, Brazil”. **Words & Silences**, v. 5, n. 2, p. 3-5, 2010; Laverdi, R. “Raymond Williams and Oral History: Constitutive Social Relations”. **Words & Silences**, v. 5, n. 2, p. 20-9, 2010; Alberti, V. “Oral history interviews as historical sources in the classroom”. **Words & Silences**, v. 6, n. 1, p. 29-36, 2011.

⁹⁸ **An Oral History Bibliography: A Research Guide by the Columbia University Center for Oral History**. New York: Columbia Center for Oral History, 2009.

⁹⁹ Clark, M. M. “Esquecendo Louise Rouget: O problema do individualismo, da coletividade e das lembranças não-compartilhadas na História Oral e na cultura dos Estados Unidos”. **Projeto História**, n. 15, p. 85-97, 1997.

¹⁰⁰ XII Conferencia Internacional de Historia Oral: Conclusiones”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 28, p. 168-171, 2002.

¹⁰¹ Ritchie, D. (org.) **The Oxford Handbook of Oral History**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Oralhist, gerenciada pelo sistema H-Net, em abril de 2012, solicitando o retorno de pessoas que pudessem responder a qualquer uma das cinco perguntas que eu propunha ou que tivessem qualquer outra coisa a dizer sobre a história oral feita no Brasil.¹⁰² Esse experimento não pode servir como amostra da percepção pública de estrangeiros sobre a história oral brasileira. Porém, é significativo que, de uma lista com alguns milhares de pesquisadores (número flutuante), alguns muito participativos, eu tenha recebido apenas três retornos. Ritchie me escreveu:

Respondendo seu questionário, conheço a história oral no Brasil desde minha participação no encontro da Associação Internacional de História Oral de 1998, no Rio; por editar o boletim da IOHA; e por conversar com historiadores orais brasileiros como Marieta de Moraes Ferreira e Verena Alberti. Eu li alguns *papers*, mas não artigos nem livros de historiadores orais brasileiros, por conta da barreira da linguagem. Mas já escutei historiadores orais brasileiros fazendo apresentações em encontros sobre alguns assuntos, indo da política ao meio-ambiente, particularmente a Amazônia. Não tive nenhum contato recente com historiadores orais brasileiros, mas espero conhecer alguns deles no encontro da Argentina neste ano [2012], e eu com certeza gostaria de ler mais sobre a história oral brasileira.¹⁰³

Em entrevista com Verena Alberti – uma das mais reconhecidas intelectuais do campo, plenamente consagrada no país –, busquei explorar sua visão sobre o impacto da produção brasileira no cenário internacional:

Essas conexões – não só as suas, mas as conexões da história oral brasileira com a história oral estrangeira – são mais políticas, mesmo, ou são intelectuais, em que sentido?

Não sei dizer. Eu acho que são bastante políticas, são bastante políticas. Intelectuais, porque você lê as coisas que os outros também produzem, e acaba citando – você usa, não é? É intelectual do mesmo modo que aqui. Circula aqui. Por isso que é importante a gente escrever em inglês, que é a língua que mais se lê, para poder ter também interlocução. Em Roma eu apresentei aquele “Além das versões...”.¹⁰⁴ Aí teve uma moça que perguntou

¹⁰² As perguntas que dirigi na mensagem eram: 1) Qual é seu conhecimento geral sobre o cenário da história oral no Brasil?; 2) Você já leu algum trabalho publicado por pesquisadores brasileiros nesta área? Se sim, quais?; 3) Você já ouviu pesquisadores brasileiros apresentando seus trabalhos em conferências orais de que participou? Sobre que assuntos?; 4) Você já teve ou tem contato com algum pesquisador brasileiro do campo da história oral?; 5) O que faria você ter interesse em ler um artigo ou livro de história oral brasileiro? A lista é acessível pelo site: <https://www.h-net.org/~oralhist/>.

¹⁰³ E-mail de Don Ritchie a Ricardo Santhiago, 2 de maio de 2012.

¹⁰⁴ Alberti, V. **Beyond the versions: Possibilities of the Narrative in Oral History Interviews**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/>

se eu autorizava ser publicado na Bósnia. Ele foi publicado em bósnio e ela depois me mandou aqui a revista – ela traduziu do inglês para o bósnio.¹⁰⁵

Indaguei, ainda, sua opinião a respeito da autoridade do Brasil dentro da comunidade global, evidenciada nas grandes comitivas presentes nos encontros internacionais:

tem muita gente indo lá para fora, mas há pessoas prestando atenção nisso?

Eu acho que sim. Eu acho que sim... Você não consegue prestar atenção em tudo, mas eu acho que sim: tem gente prestando atenção no que a gente fala lá fora. Eu acho até que a qualidade acadêmica da produção acadêmica brasileira é muito boa, em muitas áreas, não só na história oral. (...) Algumas coisas você vê nesses anais, coisas de fora, [e se pergunta]: “Ah, tá. E aí?”. Evidentemente que no Brasil também [há] algumas coisas que você lê [e percebe a mesma coisa], mesmo internamente. Mas algumas coisas são boas e você pode aproveitar. Eu acho é triste que a gente não tenha tanta tradução para fora. A gente absorve muito mais coisa que as pessoas escrevem nos países de língua anglo-saxônica, hoje em dia mais ainda do que o francês. Se eles soubessem o que a gente já escreveu aqui de coisa boa, eles poderiam aprender com a gente, também. Mas é que eles não leem português, não é? Estes textos, por exemplo, que são publicados na revista *História Oral*, ou outros, são muito sérios, de uma densidade, e respeitosos. Isso não é um “oba oba”. São textos cuidadosos. E se a gente tivesse mais difusão, às vezes o pessoal da história oral, internacionalmente, poderia aprender mais conosco.¹⁰⁶

Esse cenário sugere a inexistência de algum trabalho brasileiro que tenha alcançado impacto expressivo dentro da comunidade internacional, a ponto de colocar um de nossos intelectuais no patamar dos autores de referência – as “leituras obrigatórias” do campo, compartilhadas globalmente, e oriundas de uma variedade de países. A razão para tanto não está necessariamente em uma deficiência qualitativa nos trabalhos brasileiros; tanto aqui quanto no exterior há escritos de valor duvidoso e outros que contribuem para as áreas temáticas que exploram e para a reflexão teórica e metodológica em torno das entrevistas. O problema, justamente, é que nem mesmo as melhores obras brasileiras conseguiram ocupar espaços que trabalhos estrangeiros medianos ocupam. Uma parte

10438/6793/1469.pdf. Acesso em 10 de março de 2013. O texto foi republicado em: Alberti, V. **Ouvir contar: Textos em história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

¹⁰⁵ “Com todas as fontes é preciso cautela” – Entrevista com Verena Alberti. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

¹⁰⁶ “Com todas as fontes é preciso cautela” – Entrevista com Verena Alberti. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

disso deve-se à pouca iniciativa por parte de autores locais em traduzir seus próprios textos.

Indaguei Ron Grele, de maneira exploratória, sobre esse assunto: perguntei casualmente sobre os trabalhos que conhecia e pedi seus comentários sobre a circulação e o impacto das obras de história oral brasileiras. Ele me contou que pouco sabia, devido principalmente à barreira do idioma – mas ressaltou que, pelo pouco que tinha lido e ouvido, tinha adquirido uma impressão de interesse e sofisticação. Grele me deu alguns exemplos: os comentários “inteligentes” de Antonio Torres Montenegro em conferências internacionais, um artigo “esperto, vamos dizer, de vanguarda” sobre Raymond Williams e a história oral, de autoria de Robson Laverdi,¹⁰⁷ e mais algumas lembranças sobre o entusiasmo que viu nos brasileiros em suas visitas a Campinas e a São Paulo. Insisti e perguntei-lhe diretamente se, em sua opinião, algum trabalho brasileiro estaria no panteão das referências internacionais: “É questão de tempo”, ele respondeu. “A uma certa altura, quantidade torna-se qualidade”.¹⁰⁸

O argumento comum de que especialmente os anglo-saxões são “fechados” à produção brasileira mostra-se pouco consistente à medida que existem autores que conseguiram transpassar esse eventual bloqueio (como Aspásia Camargo e Valentina da Rocha Lima, antes de todos os outros, ou os brasileiros que participaram de consecutivas edições do *International Yearbook of Oral History* de Daniel Bertaux e Paul Thompson, bem como da série de livros *Memory and Narrative*, na qual os dois também trabalharam).¹⁰⁹ No

¹⁰⁷ Laverdi, R. “Raymond Williams and Oral History: Constitutive Social Relations”. **Words & Silences**, v. 5, n. 2, p. 20-9, 2010

¹⁰⁸ Entrevista com Ronald J. Grele realizada em 8 de março de 2012 no Oral History Research Office da Columbia University. Anotações usadas com autorização do entrevistado.

¹⁰⁹ Janotti, M. L. M.; Rosa, Z. P. “Memory of Slavery in Black Families of São Paulo”. **International Yearbook of Oral History and Life Stories – Vol. II**. Oxford: Oxford University Press, 1993. P. 155-169; Dagnino, E. “On Becoming a Citizen: The Story of D. Marlene”. In: Benmayor, R.; Skotnes, A. (org.) **Migration and Identity: International Yearbook of Oral History and Life Stories – Vol. III**. New York: Oxford University Press, 1995. p. 69-84; Piscitelli, A. “Love and Ambition: Gender, Memory and Stories from Brazilian Plantation Families”. In: Leydesdorff, S.; Passerini, L.; Thompson, P. (org.) **Gender and Memory: International Yearbook of Oral History and Life Stories – Vol. IV**. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 89-105; Lopes, J. S. L.; Alvim, R. “A Brazilian Worker’s Autobiography in an Unexpected Form: Interweaving the Interview and the Novel”. In: Chamberlain, M.; Thompson, P. (org.) **Narrative and Genre**. New York: Routledge, 1998. p. 63-80; Mauad, A. M. “Composite Past: Photography and Family Memories in Brazil (1850-1950)”. In: Smith, R. C. (org.) **Art and the Performance of Memory: Sounds and Gestures of Recollection**. London / New York: Routledge, 2001. p. 215-233; Zhouri, A. “Pathways to the Amazon: British Campaigners in the Brazilian Rainforest”. In: Hussey, S.;

mais, pelo menos em periódicos acadêmicos, a aceitação ou recusa de um texto se dá em um diálogo transparente entre autor, editor e avaliadores, sempre regido por normas consensuais de *blind submission* [submissão sem identificação de autoria] e *peer review* [avaliação por pares] e com base em argumentos passíveis de contestação. As redes de relação têm um papel nisso – mas, à medida que um artigo é submetido (e isso depende da proatividade de pesquisadores, que não pode ser substituída pela expectativa de convites), existe uma equiparação em termos de processo, e não mecanismos protecionistas institucionalizados. Da mesma forma, o argumento de que autores brasileiros têm dificuldade para transpor suas criações para outros idiomas parece pouco convincente: mesmo nos casos em que a contratação de tradutores seja necessária, ela parece viável na medida em que os fundos recorrentemente obtidos para auxílio a viagens poderiam ser revertidos para esse fim.

Mesmo Karen Worcman, cuja ideia de um museu digital de histórias de vida ganhou reconhecimento e expressão internacional – originando não somente contrapartes estrangeiras do Museu da Pessoa, mas inspirando iniciativas vitoriosas como o Centre for Oral History & Digital Storytelling de Concordia University, em Montreal –, percebe as limitações impostas pela língua e pelo lugar de onde se fala:

Eu acho que de tudo você tira rescaldo, mas eu vou te dizer: acho que você vai ficando um pouco mais humilde. E o mundo também mudou. Então, a ideia de ter uma rede global de histórias de vida – isso existe! Eu acho que o museu ajudou, mas não é o único responsável: a internet é responsável por isso. Sei lá, eu acho que o *blog* é responsável. A cultura, que trouxe para o indivíduo um papel de produtor de conteúdo, trouxe muitas coisas que a gente dizia de alguma maneira. Um dia eu fui participar num evento e a pessoa me apresentou e falou: “Olha, aqui [está] o Museu da Pessoa, que fez o *blog* antes do *blog*, que fez o Facebook antes do Facebook”. Conceitualmente, né? Só que a gente está no Brasil...! Então depende de onde você está, né? E é interessante entender isso. E tem um pedaço de sofrimento nisso, também. Tem um membro do conselho do Museu da Pessoa, o Thom Gillepsie, que criou o mestrado de Immersive Media em Indiana University, que dizia “*The problem of Museum of the Person is that it’s in Portuguese*” [O problema do Museu da Pessoa é que ele é em português].¹¹⁰

Thompson, P. (org.) **The Roots of Environmental Consciousness: Popular tradition and Personal Experience**. London / New York: Routledge, 2012. p. 174-199.

¹¹⁰ “Fui percebendo que ouvir as pessoas tinha um impacto social enorme” – Entrevista com Karen Worcman. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

Talvez o que explique a situação seja precisamente a falta de traquejo no campo internacional, que possui, por exemplo, uma lógica de publicações (elemento chave para a consagração intelectual) específica. Um exemplo: “O grande mentiroso: Tradição, veracidade e imaginação em história oral”, de Janáína Amado, é certamente um dos mais instigantes e originais textos brasileiros. Publicado em 1995 na revista *História*, editada pela Unesp, ele tornou-se – com razão – uma das referências nacionais importantes.¹¹¹ A partir de uma experiência de pesquisa, realiza extrapolações em torno de eixos de interesse geral para a área. Instiga a refletir sobre a atitude possível diante de narradores que falam “mentiras”, sobre o potencial de interpretação de seus relatos no interior de uma pesquisa mais ampla, sobre a premência da erudição e de uma base cultural sólida capaz de desfiar elementos das fontes orais. Houve um esforço, por parte da autora, para uma divulgação mais ampla do texto – que, de fato, foi traduzido tanto para o espanhol quanto para o inglês. Em ambos os casos, entretanto, o ensaio foi alocado em revistas de pouca penetração na área de história oral – no caso da versão em inglês, no periódico *Luso-Brazilian Review*, bastante lido e respeitado, mas acessado principalmente por latinoamericanistas.¹¹² Essa opção se explica no caso de textos que, valendo-se de história oral, visassem oferecer contribuições a outras áreas de estudos¹¹³ – ao passo que “O grande mentiroso” seria de interesse imediato para praticantes de história oral; mesmo que os tópicos teóricos que ele abordava já estivessem presentes na literatura da área, eles estavam articulados a outro objeto.

As estratégias de internacionalização da produção brasileira podem parecer, em um primeiro momento, unicamente atreladas ao capital intelectual de seus indivíduos – porém, existe também uma elaboração coletiva, deliberada ou não, que faz parte da

¹¹¹ Amado, J. “O grande mentiroso: Tradição, veracidade e imaginação em história oral”. *História*, v. 14, p. 125-136, 1995.

¹¹² Amado, J. “Don Quijote Brasileiro: Teoria Y Metodologia En La Historia Oral”. *Espiral: Estudios sobre Estado y Sociedad*, v. 2, n. 5, p. 27-42, 1996; Amado, J. “The Brazilian Quijote: Truth And Fabrication In Oral History”. *Luso-Brazilian Review*, v. 35, n. 1, p. 1-9, 1998.

¹¹³ Entre trabalhos relacionados à temática da história oral, publicados no exterior, mas alocados apropriadamente em periódicos que não os da área, estão: Campos, M. C. S. S. “Brazilian and Immigrant Families in São Paulo City: Education and Work”. *Journal of Comparative Family Studies*, v. 37, n. 4, p. 539-61, 2006; Santana, M. A.; Pimenta, R. M. “Public History and Militant Identities: Brazilian Unions and the Quest for Memory”. *International Labor and Working-Class History*, n. 76, p. 65-81, 2009; Martins Filho, J. R. “The War of Memory: The Brazilian Military Dictatorship according to Militants and Military Man”. *Latin American Perspectives*, v. 36, n. 5, p. 89-107, 2009.

cultura acadêmica do campo. É possível que os posicionamentos contra o mundo anglo-saxão da história oral, espargidos principalmente por Mercedes Vilanova, tenham sido incorporados pela comunidade brasileira. O clamor para que cada um possa falar na sua própria língua é simpático – mas não muito promissor se desconsiderar a realidade dos fatos e tomar a textualidade como plano único de ação. Enquanto o *saber-poder* é discutido em espanhol, a *lingua franca* da comunidade internacional é o inglês (ao qual até mesmo Vilanova adere), não porque tenha sido forçosamente imposto por historiadores orais do hemisfério norte.

A X Conferência Internacional de História Oral, realizada no Rio de Janeiro em 1998, poderia ter sido uma excelente oportunidade para que os brasileiros apresentassem a riqueza das pesquisas e das reflexões que, há décadas, vinham sendo feitas no país. A excelente impressão sobre o evento gravada na memória dos participantes estrangeiros poderia ter sido transposta para o aguçamento de uma curiosidade maior sobre a substância intelectual dos hospedeiros se certas estratégias tivessem sido somadas àquelas que funcionaram bem para consolidar o poder brasileiro. Licenciados para falar sua própria língua – como, evidentemente, deveria ter sido e deve ser nos casos dos países anfitriões –, houve um descuido por parte dos brasileiros com a forma como apresentavam-se enquanto coletividade para os demais. Os *proceedings* do evento, por exemplo, demonstram erros crassos no uso da língua inglesa. Além disso, é de se perguntar qual a chance de êxito na integração entre brasileiros e a comunidade internacional quando um dos critérios para organização das sessões de apresentações de trabalhos na ocasião foi, justamente, a nacionalidade. No levantamento que realizei, notei que, das 29 sessões temáticas organizadas no evento, três delas foram compostas exclusivamente por brasileiros e outras nove não tiveram a presença de nenhum pesquisador do país. Em outras palavras, em 12 das 29 sessões, brasileiros e estrangeiros não trocaram palavra. Nas demais, houve, sim, mistura: mas apenas entre brasileiros e falantes de língua espanhola. Nenhuma sessão temática propiciou o contato entre a comunidade brasileira e pesquisadores estrangeiros falantes de outras línguas que não a

espanhola.¹¹⁴ Esse tipo de integração seria fundamental para que o Brasil não fosse apenas receptor das ideias dos países cuja centralidade era posta à prova – mas que pudesse ser ouvido por eles. Em outras palavras, a discriminação censurada por alguém como Mercedes Vilanova foi reproduzida em um modelo de isolamento que, sendo efetivamente discriminatório, reforçou a desintegração.

Ainda em se tratando de estratégias, é possível que as frequentes manifestações de pesquisadores brasileiros a respeito do destaque internacional do país possa influir na percepção do campo sobre si mesmo, oferecendo a seus pesquisadores menos experientes a impressão de que o jogo está ganho. Pelo menos em uma coisa Andrés Oppenheimer, em seu provocador livro *Basta de histórias! A obsessão latino-americana com o passado e as 12 chaves do futuro* tem razão: a noção de que estamos “muito bem, obrigado”, pode trazer menos bônus do que ônus.¹¹⁵ As conquistas políticas no interior da Associação Internacional de História Oral, bem como a presença maciça de comitivas brasileiras nas conferências globais, são importantes – mas deveriam ser tomadas não como a meta final, e sim como um ponto de partida.

De qualquer maneira, em nível individual, seria positivo lembrar que, em qualquer país e em qualquer campo acadêmico, a grande maioria de pesquisadores trabalha para oferecer pequenas contribuições. Uma parte pequena dessa massa crítica alcança reconhecimento – seja porque realiza trabalhos de excelência, seja por oportunidades de origem imponderável, e, talvez mais comum, pela soma das duas coisas. A lembrança dessa realidade poderia contribuir para matizar as críticas ao fato de que intelectuais brasileiros ou latino-americanos não possuem a mesma proeminência que os grandes nomes do “Norte”; afinal, estes são minoria em seu próprio território, que, como acontece em qualquer outro lugar, oferece oportunidades limitadas pelas quais as pessoas lutam e disputam.

Em 1º de dezembro de 2010, uma iniciativa no sentido de ocupação de espaços teve lugar: foi fundada oficialmente a Rede Latino-Americana de História Oral

¹¹⁴ De acordo com as informações disponíveis nos três volumes dos Anais do encontro: **X International Oral History Conference: Proceedings**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV / Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 1998. 3 vol.

¹¹⁵ Oppenheimer, A. **Basta de histórias! A obsessão latino-americana com o passado e as 12 chaves do futuro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

(RELAHO), como fruto de discussões anteriores de seus mentores: o mexicano Gerardo Necochea Gracia, os argentinos Pablo Pozzi e Rubén Kotler, e os brasileiros Antonio Montenegro, Robson Laverdi e Marcos Montysuma. Em seu *website*, somos informados que a rede pretende colocar-se

como um espaço para a discussão e reflexão dos distintos processos sociais contemporâneos pelos quais atravessam nossos países. Um espaço que seja de todos aqueles que desejam se somarem e ajudarem a construir esse campo em nosso continente. Buscamos a reflexão no terreno das discussões teóricas e metodológicas que acompanham os trabalhos de história oral; algo que consideramos relevante para consolidar a perspectiva nessa linha de investigação.¹¹⁶

Trata-se mais uma declaração de princípios do que, propriamente, um rol de objetivos a serem cumpridos pela chamada “rede”, fermentada a partir de discussões em encontros latino americanos que a precederam (em 2005, na Colômbia; em 2007, no Panamá; e em 2009, na Nicarágua). Após sua fundação, outras conferências foram realizadas: o IV Encontro Latino-Americano de História Oral de 2011, na Venezuela, com o tema *Educación, memoria y redes sociales*, e a quinta edição do encontro, em El Salvador, em 2013, com o tema *Voces e imágenes de la Historia reciente de América Latina*. Estas são atividades que se assemelham à expectativa geral sobre o trabalho de uma associação – mas, nas entrevistas que me concederam, tanto Antonio Torres Montenegro quando Marcos Montysuma ressaltaram que a rede não se pretende como uma nova sociedade científica, embora a possibilidade não esteja descartada. Trata-se, antes, de um tipo de articulação vista por Montenegro como fundamental em um cenário no qual a relação de intelectuais brasileiros com seus pares estadunidenses e europeus seria “problemática”, porque, segundo sua visão,

eles nasceram, cresceram, aprenderam a olhar quem está fora do seu espaço como sendo colonizados. Essa é uma questão. E por outro lado – é o lado mais perverso, o que mais me indigna – nós interiorizamos esse colonialismo. Então essa é a dimensão que eu acho mais difícil na relação com os colegas europeus e americanos da IOHA... Essa é uma relação que em determinados momentos revela uma tensão.¹¹⁷

¹¹⁶http://www.relaho.org/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=4&Itemid=4&lang=pt. Acessado em: 29 de abril de 2012.

¹¹⁷ Entrevista com Antonio Torres Montenegro.

Curiosamente, mesmo o comportamento de alguém como Mercedes Vilanova demonstraria essa “tensão”. Conforme contou Montenegro, sua reação à iniciativa da RELAHO não foi positiva:

No segundo encontro, que nós fizemos no Panamá – eu acho que foi em 2009 ou 2007 –, convidaram a Mercedes Vilanova para participar, para fazer uma fala. E quando ela soube que nós estávamos fazendo essa articulação, ela se posicionou criticamente, contra essa articulação, contra esse movimento! “Ah... Para que isso? Já existe a IOHA?” Para mim, a crítica que ela fez, é o mesmo que se vocês chegassem para mim agora e dissessem: “Antonio, estou pensando em fazer uma associação de história oral”. [Eu diria:] Faça! Articule! Se existem pessoas que não se sentem contempladas na ABHO, por que eu tenho que ter a obrigação de só militar naquela associação? Aí ela [Mercedes Vilanova] virou e detonou: “que não... que absurdo... que articulação...”, porque perceberam que nós estávamos criando uma associação. Pode ser que se crie uma associação latino americana, [mas] por enquanto não estamos pensando em associação, até porque associação se torna uma instância muito burocrática. Mas é uma articulação, um movimentos de pesquisadores latino americanos que tem crescido e se fortalecido.¹¹⁸

Em certo sentido, existe uma razão para o descontentamento com a RELAHO: ela é evidência de que existe uma demanda que a Associação Internacional de História Oral não conseguiu suprir.

Embora seja muito cedo para analisar o papel e o impacto da RELAHO, é certo que existem duas linhas principais que ela poderia seguir. Em um primeiro sentido, poderia afirmar-se como um movimento separatista, baseado na afirmação de uma identidade latino-americana. “Eu não diria que há uma identidade; até porque identidade é algo que simplifica e homogeneiza”, disse Montenegro em sua entrevista.¹¹⁹ Esta, aliás, foi a problemática enfrentada por Gerardo Gracia em seu texto “¿Existe una historia oral latinoamericana?” [Existe uma história oral latino americana?], cujo título interrogativo, similar a numerosos manifestos identitários, oferece a expectativa de um discurso político inflamado. Entretanto, é com serenidade que o mexicano mostra-se discordante da possibilidade de que exista uma história oral latino americana atuando como reflexo de

¹¹⁸ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

¹¹⁹ “O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com Antonio Torres Montenegro. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

uma identidade latino americana uniforme (e portanto distinta de qualquer outra história oral). Ele não reivindica, assim, um estatuto específico para a história oral feita na América Latina. Entende que, se é possível uma unidade, ela está em seu conteúdo, em seus objetivos. Em suas palavras:

Por essa razão, então, também é diferente a história oral no México e na Argentina, ou na Colômbia e no Panamá; seria distinta, inclusive, a história oral do norte do México (provavelmente mais parecida à do sudoeste dos Estados Unidos) daquela do sul mexicano (possivelmente mais próxima à da Guatemala). A história oral na América Latina é desta maneira como a de qualquer outro lugar é, porque responde às especificidades de tempo e espaço. (Gracia, 2011, p. 1)¹²⁰

Sua lucidez – cristalina e contudo rara dentro de um movimento que poderia esgotar-se como uma reação pós-colonial ou anticolonial – sugere que a RELAHO atua menos na direção da afirmação de uma “voz única”, e mais em direção a realizações práticas e concretas, que visem ampliar o diálogo, a interlocução de mão dupla entre intelectuais da América Latina. Trata-se de um modelo obviamente facilitado pela possibilidade de comunicação entre membros desses países, mas que poderia ser testado e ampliado, em redes menos engessadas do que sociedades formais e voltadas predominantemente ao fomento e à execução de parcerias multinacionais, nas quais praticantes de história oral de diferentes países fariam os investimentos que lhe fossem possíveis visando não uma história oral separatista, destinada a extinguir fluxos de pensamento – e sim uma história oral utopicamente antiprovinciana.

As realizações que a RELAHO vem rapidamente efetivando são invejáveis e mostram o dinamismo da equipe e a vitalidade das culturas intelectuais que estão por trás dela. Não se tratou apenas de congressos e de um site que divulga notícias e informes – mas, especialmente, de uma formidável coleção de livros que canaliza o fervor da política institucional em execuções concretas, consistentes. A partir do seminal *Caminos de historia y memoria en America Latina* [Caminhos de história e memória na América Latina], de 2011, organizado por Gerardo Necochea Gracia e Antonio Torres Montenegro, surgiram

¹²⁰ Gracia, G. N. “¿Existe una historia oral latinoamericana?”. In: Gracia, G. N.; Montenegro, A. T. (org.) **Caminos de historia y memoria en América Latina**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011. p. 1-4.

outras seis obras, no curso de dois anos, cujo número tende a crescer.¹²¹ Um dos participantes da rede, o argentino Pablo Pozzi, também trabalhou na produção de um número especial multilíngue da revista canadense de história oral *Oral History Forum d'Histoire Orale*, com Alexander Freund, sobre história oral na América Latina.¹²² Até mesmo um prêmio de história oral foi instituído – o Premio “Eugenia Meyer” de Historia Oral Latinoamericana –, oferecendo recompensas em dinheiro para o melhor livro de história oral ou memória e para o melhor artigo ou ensaio já publicados, e laureando trabalhos inéditos com a publicação por meio da rede. Isso me lembra o que ouvi por tabela de Zezé Motta quando, na entrevista de história oral que gravamos, ela se afirmava orgulhosa por seus empreendimentos em favor da visibilidade do artista negro:

foi uma forma de parar de reclamar e tomar uma atitude para virar o jogo. Por sorte, fiz um curso de cultura negra com a saudosa Lélia Gonzalez, uma antropóloga negra que dava aulas na PUC. Na primeira aula, ela disse: “Não temos mais tempo para lamúrias. Temos que arregaçar as mangas e virar esse jogo”. (Santhiago, 2009, p. 209)¹²³

Abundam recursos materiais, estruturais, financeiros, que permitam fazer isso. Temas interessantes – melhor ainda quando despidos de estranha exotividade – também não faltam. O campo provou ter cabeças pensantes, capazes de idealizar e efetivar propostas sem incorrer nos riscos das políticas identitárias.

A melhor saída: o cosmopolitismo

Em relação a outras áreas das humanidades, a história oral dispõe de trunfos a seu favor para “virar o jogo” (sem que precisa redefinir suas regras e arriscar reproduzir o

¹²¹ Gracia, G. N.; Montenegro, A. T. (org.) **Caminos de historia y memoria en América Latina**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011; Gracia, G. N.; Leglise, P. P. (org.) **Voltear el mundo de cabeza: Historias de militancia de izquierda em América Latina**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011; Duarte, G. R.; Frotscher, M.; Laverdi, R. (org.) **Desplazamientos en Argentina y Brasil: Aproximaciones en el presente desde la historia oral**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012; Pozzi, P. A.; Pérez, D. (org.) **Por el camino del Che: Las guerrillas latino-americanas (1959-1990)**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012; Pozzi, P. **Historias de perros: Entrevistas a militantes del PRT-ERP**. Imago Mundi, 2012; Laverdi, R.; Mastrángelo, M. (org.) **Desde las profundidades de la historia oral**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

¹²² **Oral History Forum d'Histoire Orale**, v. 32, 2012. Disponível em: <http://www.oralhistoryforum.ca/>.

¹²³ Santhiago, R. **Solistas dissonantes: História (oral) de cantoras negras**. São Paulo: Letra e Voz, 2009.

comportamento isolacionista que critica). Assim como outras disciplinas como a história ou a sociologia, ela lida com temas locais, cujo interesse imediato é o da comunidade próxima. Porém, pelo fato de, em princípio, trabalhos de história oral somarem ao uso do *método* a discussão de *metodologia*, têm a possibilidade estabelecer canais de comunicação mais promissores com uma comunidade internacional diretamente impactada por aquilo que François Hartog chamou de “tentação epistemológica”: a ênfase de intelectuais (historiadores, no caso) não apenas na realização de pesquisas, mas na discussão de seus métodos.¹²⁴

A historiadora Ana Maria Mauad, que tem sido uma das pessoas mais bem sucedidas no sentido de internacionalizar sua produção com trabalhos de interesse para a comunidade global, sugeriu que a multiplicação de fluxos de ideias está na agenda da área, à diferença do que ocorre em outros campos do estudo:

Quando você vai, por exemplo, para a LASA [Latin American Studies Association; Associação de Estudos Latino-Americanos] – eu já desisti de ir para a LASA, não vou mais –, era um encontro enorme onde as pessoas têm as suas redes próprias de publicação. Até você furar essa rede, bom... Demora! Demora! A história oral é mais fácil. Você tem mais reconhecimento, o Brasil tem mais peso, e quando eles montam [uma publicação] eles querem representatividade de vários cantos. São menos autocentrados, têm essa coisa da internacionalização, muito presente no campo da história oral.¹²⁵

Tendo se engajado com êxito em redes fora do país – graças a trabalhos que imiscuem oralidade e cultura visual, aproximação candente –, Mauad lembrou, ainda, que muitas vezes o desejo ou a iniciativa de internacionalização do próprio trabalho surge a partir das redes (intelectuais e afetivas) constituídas a partir de afinidades:

É muito interessante. Você tem duas entradas aí. A primeira entrada é sempre muito afetiva, porque você acaba se envolvendo com as pessoas, se identificando com elas, identificando formas de trabalhar e identificando formas de convivência. (...) eu não me preocupo em conhecer tal pessoa para que essa pessoa me crie uma oportunidade e me oportunize a publicação de um artigo no exterior. Todos os artigos que eu publiquei fora foram

¹²⁴ Hartog, F. “La tentation de l’épistémologie?”. *Le Débat*, n. 112, p. 80-83, 2000.

¹²⁵ “O campo da história oral ainda é muito ecumênico” – Entrevista com Ana Maria Mauad. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

resultados do contato que a pessoa teve com o trabalho, e aí ela me convidou.¹²⁶

Sua colocação (e sua obra intelectual, que, como ela própria comentou, é julgada em função de seus méritos) abre caminho para se pensar que a internacionalização na qual pesquisadores brasileiros da área de história oral podem se engajar não é aquela que busca tão somente reverter o fluxo de ideias, fazendo com que recepção se transforme em transmissão. Uma e outra coisa deve estar somadas. Se existe um alvo que a história oral do Brasil ainda precisa acertar não é o do superávit na balança das ideias, mas o de um equilíbrio mais afeito a uma mundialização. Trocas fecundas – não a pretensão de autossuficiência.

Isso implica não apenas colocar na agenda do campo a publicação em outros idiomas (especialmente em inglês) sob a pena de perecer; mas, antes, substituir qualquer tipo de protecionismo ou revanchismo por uma visada cosmopolita mais ampla, por uma atitude intelectual que não busque dividir e discriminar, mas antes integrar. O desprezo ao diálogo criativo com o mundo resulta em redundância e esgarçamento de possibilidades. É justamente em uma perspectiva mais global – que não faça vista grossa à diferença, mas que, em vez de repudiá-la e transformá-la em ressentimento, a problematize – que a história oral feita no Brasil tem chances de ser vitoriosa.

Seria vão o esforço para ocuparmos espaços no cenário global se não compartilhássemos bases comuns, se não conhecêssemos esse mesmo cenário. Mais uma vez, portanto, o estímulo do fluxo de saída não deve ser acompanhado por uma interrupção no fluxo de chegada – muito pelo contrário. Se, até agora, *nós* traduzimos mais do que *elas*, isso deveria ser visto não como entreguismo, mas precisamente numa chave contrária: a de quem dispõe de capacidade ainda maior de transitar culturalmente. Parece mais que necessário que um novo *Usos & abusos da história oral* venha à tona, contribuindo para uma atualização bibliográfica que permita ao campo de estudos abandonar a zona de conforto de ideias cristalizadas e já amplamente difundidas; para um mapeamento quicá planetário do campo da história oral, cujas lacunas seus leitores seriam estimulados a completar. Ainda mais importante – fator indispensável, na realidade, e que

¹²⁶ “O campo da história oral ainda é muito ecumênico” – Entrevista com Ana Maria Mauad. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

só se processa em nível individual – seria que esses leitores investissem no trabalho concreto, visando construir conhecimento sólido, embasado, criativo e original; mesmo assim tendo em mente que não há garantias de reconhecimento, e que o trabalho intelectual justifica-se não em sua celebração, mas em contribuições quase sempre singelas. Em vez de totens e tabus, *Parabolicamará*.

O cosmopolitismo (ou o antiprovincianismo, se este soa menos urbano) não é uma busca abstrata; tampouco um apelo à internacionalização obrigatória e a qualquer custo. É uma possibilidade de abertura verdadeira, como aquela que o sociólogo (*estadunidense*) C. Wright Mills soprou no ensaio “O que significa ser intelectual?” (*escrito no Brasil*), de 1959, endereçado a um colega imaginário (*russo*), Tovarich. No texto, publicado postumamente, escreveu o autor do importante livro *A imaginação sociológica*:

A vida intelectual, e portanto a vida de trabalho de qualquer intelectual, não está confinada a nenhuma nação. As mentes dos intelectuais foram formadas por um processo essencialmente internacional, e seu trabalho é essencialmente um tráfego internacional.

O internacionalismo da mente e das sensibilidades não é um internacionalismo abstrato. Nem é inacessível. (...) O internacionalismo da mente e das sensibilidades é inerente ao princípio do intelectual de que toda crença deve ser condicional ao raciocínio do indivíduo, e de que todas as suas sensibilidades e preferências de valor moral e estético devem ser produtos de autocultivo consciente. Não há outro sentido para o livre uso da mente humana, para a genuína liberação do eu. (Wright Mills, 2009, p. 92-3)¹²⁷

A prática cosmopolita não é estranha à história oral – e em vez de ser assolada por uma desconfiança permanente, pode ser reforçada se olharmos para os caminhos de seu próprio campo e percebermos que todos aqueles intelectuais que leram seus pares franceses, ingleses, estadunidenses, italianos, mexicanos, australianos, espanhóis, argentinos, africanos, austríacos, canadenses, e de tantas outras nacionalidades, continuaram irremediavelmente ligados àquilo que há de tão único na história oral feita no Brasil: o Brasil.

¹²⁷ Wright Mills, C. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Conclusão

CONCLUSÃO

Descendo a ladeira da memória

Matrizes, misturas, projetos

É de bom tom iniciar a “conclusão” de um trabalho afirmando que ele não é “conclusivo”. Este é um lugar-comum retórico – mas tem a serventia de estimular a avaliação de um projeto em dois sentidos: até onde se chegou (o que se concluiu, enfim) e o onde se pode chegar (preferencialmente com base nessas conclusões mesmas).

No caso desta tese, meu esforço de compreender a história oral feita no Brasil foi guiado por uma febril curiosidade pessoal. Depois de descobrir tudo o que esse método, essa metodologia e esse campo ofereciam de fascinante, fascinei-me ainda mais com as áreas disputadas ou pouco exploradas que ele descortinava. Sua própria história – por ironia – era uma delas. Quis entender o que se fez até aqui; identificar quais as questões levantadas e elucidadas ao longo de um complexo trajeto intelectual e institucional; apreciar as trilhas abertas; deter-me em suas clareiras, povoadas de impasses e desafios.

Em sua apologia à história do tempo presente, o historiador francês Jean Lacouture afirmou que a força e a fraqueza dos estudos sobre o agora reside no “fato de que o pesquisador imediato, ao contrário do historiador, ignora o epílogo”. Pode-se acrescentar que esse “pesquisador imediato” – que é também historiador – atreve-se (sonho ou delírio) a instruir esse epílogo. Como o próprio Lacouture colocou ao comentar o trabalho de dois jornalistas que escreveram uma reportagem histórica sobre o caso Watergate, “não se trata apenas de descrever uma ferida: trata-se de incisá-la para curá-la”.¹

¹ Lacouture, J. “A história imediata” [1978]. In: Le Goff, J. (org.) **A história nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 287-321.

Antes de ser meu “objeto de estudo”, a história oral foi para mim um método para abordar meus objetos de então. Descobri rapidamente quão valioso era esse método; quão oportuno, quão revigorante, quão ajustado para aquilo que eu queria exercer. A escuta... pelo “ouvido pensante”, na bonita expressão de Murray Schaeffer.

Mas eu não sabia muito; hoje vejo que sabia bem pouco. Como acontece, dei passos em falso – no uso do método, na reflexão metodológica, no meu engajamento com o campo. E estou seguro de que eles teriam sido menos numerosos se àquela altura eu tivesse à mão um conhecimento mais amplo e ponderado sobre a própria história da história oral do Brasil. Os primeiros erros serviram para motivar descobertas; e elas podiam ser aprofundadas, e compartilhadas... É nesse sentido que o trabalho que aqui “concluo” foi um olhar sobre o passado e o presente, mas mirando – quem sabe com que êxito? – o futuro.

Com esta tese, busquei construir aquilo a que gostaria de ter tido acesso: uma narrativa histórica abrangente que delineasse o processo de formação do campo da história oral no Brasil, partindo das inquietações e dos debates responsáveis por instituir a agenda de práticas, reflexões, debates e ações canalizadas para o bojo de um movimento e de uma área. Busquei, ainda, propor filamentos explicativos que se combinassem a esse esforço de documentação e narração, por si uma tarefa árdua, de modo que ele não se esgotasse em um procedimento exegético ou tão somente descritivo.

Tanto o modelo de interpretação aqui proposto (as “matrizes” e as “misturas”) como os critérios operacionais que o apoiam (a distinção entre “método”, “metodologia” e “campo” e a identificação de três gerações de intelectuais) foram fundamentais para que o estudo como um todo abraçasse a história oral feita no Brasil tal qual ela é: um objeto complexo, multifacetado, pluridisciplinar, permeável, conflituoso, dinâmico. Creio que esse caminho de leitura ajuda a avançar no entendimento dos debates sobre o método, da contribuição de diferentes tendências e autores, dos processos de formação do campo, do papel de diferentes instituições. Isso porque ele contorna reivindicações fundacionais e caminha rumo a um ponto efetivamente significativo para uma história intelectual e institucional: a existência de teias, e não de retas, que podem ser percorridas de diferentes maneiras, de acordo com repertórios culturais, com inserções profissionais, com gostos e predileções, e tantos outros fatores, alguns mais e outros menos ponderáveis, que

explicam por que nenhum intelectual é igual ao outro (e, inclusive, por que alguns são sensivelmente diferentes dos demais). “Matrizes” e “misturas” desvia de um modelo único e perscruta a diversidade no campo em suas múltiplas raízes, facultando novos olhares que extrapolam as camadas interpretativas já conhecidas. Naturalmente, é um modelo de interpretação que – assim como tais camadas – está sujeito à revisão por outros pesquisadores, com seus próprios olhares, com seus próprios repertórios, com suas novas fontes.

Um segundo ponto importante deste estudo, creio eu, consistiu em ressaltar a complementaridade e a influência mútua entre o trabalho intelectual e a política institucional nos esforços para a consolidação e a manutenção do campo da história oral no Brasil – duas forças que se impactam e mesmo se confundem. A noção polissêmica de “projeto”, que explorei especialmente no sexto capítulo, torna esse enlace mais evidente. Como argumentei, o “projeto” da segunda geração de intelectuais do campo foi o de organizar, disciplinar, um conjunto de práticas e de teorias visto como disperso; e o imperativo do “projeto de pesquisa” subsume a motivação de transpor para o campo essa sistemática organizativa. Diante da percepção de que um trabalho de história oral não possui necessariamente uma “natureza” específica passível de distingui-lo de produtos culturais resultantes de variadas práticas de entrevista, seu diferencial foi buscado em termos do processo de trabalho: no engajamento com uma literatura especializada, na adoção de um vocabulário cunhado e/ou tomado de empréstimo, na remissão a referências canônicas – um comportamento iniciado e reforçado com a elaboração do “projeto”, talvez a única característica unânime entre diferentes autores, grupos e linhagens de história oral que professam práticas alegadamente distintas (embora essa unanimidade mesma seja questionável no nível individual). O “projeto de pesquisa” passa a definir uma pertença intelectual, como também uma pertença institucional, já que (por tudo aquilo que ele implica) serve como a credencial para o ingresso em uma comunidade acadêmica que pactua regras de conduta e que oferece oportunidades de diálogo, de maturação e de reconhecimento.

Creio que chaves de interpretação como essas – e como outras, espargidas ao longo da tese – ajudam a elucidar aspectos da trajetória da história no Brasil em conformidade com sua própria figura: multifacetada, pouco propensa a simplificações,

amalgamada às muitas frentes (pessoais, culturais, sociais, econômicas, institucionais, etc.) com que se relaciona. Naturalmente, a exigência de comunicação por meio de uma narrativa que seja, em maior ou menor grau, clara e coerente, implica reduções; mas ainda assim é possível exprimir os conflitos, as tensões e a multiplicidade dessa história. Tanto a forma de expressão quanto a simples menção a determinados temas impõem, em um estudo como este, incontáveis ponderações e desafios, menos aflitivos quando se trata de assuntos distantes, agasalhados em um passado remoto. Respeitar o trabalho intelectual de cada uma das pessoas que se dedicou tão ativamente a construir uma área de estudos e, simultaneamente, agir em observância a padrões que engrandecem a pesquisa – exigências não só por fundamentação, mas por exame, análise, crítica, questionamento – é uma aventura delicada.

A atenção a esses dilemas esteve presente em cada momento da pesquisa. Quando coletei, reuni e organizei materiais; quando fiz leituras e tomei notas, preenchendo as margens de livros, dois cadernos de campo e várias centenas de páginas no computador; quando conduzi, escutei, editei e interpretei longas entrevistas; quando expus meu trabalho à crítica dos pares por meio de publicações e participações em eventos; quando escrevi, li, reli, reescrevi, revisei, remeti, recebi, insisti, acedi, suprimi, abrandei, conservei, reforcei, finalizei. Para cada uma dessas atividades levei também minha posição intelectual bem definida: a de quem muito aprecia os debates técnicos, teóricos e metodológicos sobre história oral; a de quem valoriza a erudição dessa área de estudos (para a qual, afinal, busquei contribuir); a de quem entende que ela é plenamente compatível com o caráter democrático (no sentido de acessível) do método; a de quem reconhece o valor de diretrizes compartilhadas, de padrões estabelecidos, de processos de avaliação e julgamento; a de quem principalmente acredita no diálogo (na história oral e fora dela) como alternativa à estereotipagem, à coibição, ao ressentimento.

Levei para cada uma dessas tarefas os ecos de outros diálogos, os que me trouxeram até aqui. Não me esqueci de Alaíde Costa: “Não sei se minha carreira teria sido outra se eu tivesse seguido outro caminho, porque em nenhum momento pensei em fazer uma escolha que não fosse essa”. Não me esqueci de Adyel Silva: “Viver em um mundo que impõe limites é uma ousadia. Parece que tem alguém dizendo assim: ‘Olha, você pode fazer *isso* e *aqui*. Se você preferir fazer *aquilo* e *lá*, já não te dou nenhum respaldo,

porque não é o seu lugar”. Não me esqueci de Leila Maria: “Não vou cantar samba porque mandaram. Posso até cantar um samba e canto mesmo – mas quando eu quiser cantar, não porque querem que eu cante. Sei que isso vai representar mais dificuldades... Pois vamos a elas!”.² Não me esqueci, também, de diálogos relatados por outros escutadores, como por Daphne Patai, quando descreveu a entrevista que gravou no início dos anos 1980 com a esposa do governador de um estado do Nordeste brasileiro:

ela passou várias horas contando uma história de vida extremamente oficial, que a retratava como esposa e mãe dedicada e profissional em meio período, e seu marido como um político ilustre. Entretanto, enquanto mostrava o jardim antes que eu partisse, olhou-me nos olhos e disse: “Me perdoe por não poder contar tudo”.³

O ponto de chegada é o ponto de partida

Ao longo da pesquisa, como é natural, muitos flancos se abriram – e eles podem ser explorados no futuro. Tantas vezes me foi sugerido deslocar a proposta inicial na direção de uma história da historiografia, em um levantamento dos temas e dos objetos predominantes no campo da história oral, com base em seus tão variados trabalhos empíricos. Esse seria um trabalho interessante – mas sensivelmente distinto do que me propus a fazer, inclusive em termos de métodos e das fontes de pesquisa a privilegiar. Acredito, também, que ele careceria de uma primeira camada: do apontamento dos caminhos, das circunstâncias, das tendências intelectuais, das bases institucionais que favoreceram a expansão do campo e o uso do método em toda uma miríade de temas. Nesse sentido, me parece que esse empreendimento fica mais “formulável” a partir dos resultados a que cheguei. Ainda assim, ele precisaria superar dois entraves. O primeiro deles é que, assim como é difícil reduzir a voz e a experiência humana ao papel, assim como é difícil reduzir os sujeitos a categorias e tipos, é também arriscado estabelecer categorias e enquadramentos para trabalhos temáticos realizados no campo da história oral sem que isso corresponda a uma simplificação à qual esses mesmos trabalhos são

² Santhiago, R. **Solistas dissonantes: História (oral) de cantoras negras**. São Paulo: Letra e Voz, 2009.

³ Patai, D. **Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1988.

refratários. Várias tentativas de tipologia já foram feitas (a começar pela antiga divisão entre “história oral das elites” e “história oral do povo”, por exemplo), e nenhuma delas parece plenamente satisfatória. Embora a redução a modelos gerais seja característica do trabalho analítico, neste caso ela deve ser acompanhada por bastante prudência, a fim de respeitar o caráter de seus objetos.

Em segundo lugar, suspeito que essa não seja uma tarefa para um único pesquisador, a não ser que ele utilizasse um conjunto de fontes reduzido ou se limitasse a um levantamento quantitativo e meramente descritivo de predominâncias e ausências. Falo isso por experiência própria: mesmo que analisar os “assuntos” da história oral não fosse o objetivo desta tese, assumi o desafio em dois trabalhos paralelos. Junto a Valéria Barbosa de Magalhães, idealizei e trabalhei entre 2010 e 2012 no projeto “História oral e imigração: Abordagem histórico-crítica da produção brasileira”, apoiado pelo CNPq. A intenção era mapear apenas uma das principais áreas temáticas nas quais o método da história oral é empregado: a imigração de estrangeiros para o Brasil, e de brasileiros no exterior. Mesmo com esse recorte (isto é, apenas um dentre os vários temas passíveis de abordagem pelo método da história oral) e contando com uma equipe de trabalho, foi impossível tratar satisfatoriamente, no prazo de dois anos, uma totalidade de milhares de trabalhos, de modo que a análise qualitativa não resultou tão cuidadosa e rigorosa como desejávamos.⁴ Noutra ocasião, realizei um levantamento não exaustivo de trabalhos brasileiros sobre o mundo das artes que se valiam da história oral. Minha primeira observação era que as artes não constituem um dos assuntos mais presentes no *campo* da história oral – embora esse *método* seja amplamente utilizado para o estudo do tema. Mesmo lidando com um número de fontes bem mais restrito que o da imigração e produzindo um ensaio bastante longo, notei rapidamente que o tema poderia por si só fomentar um projeto de fôlego.⁵ Um levantamento como o que me foi proposto, creio eu, precisaria atentar para tendências gerais como para o nível do detalhe, das realizações concretas.

⁴ Os resultados da pesquisa estão disponíveis em relatório final acessível no Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória (GEPHOM) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP.

⁵ O trabalho foi preparado a pedido do Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais, para apresentação no seminário “História oral: Um lugar de interseções”, em setembro de 2012. Ele será publicado sob o título “História oral e as artes - Percursos, possibilidades e desafios”, na revista *História Oral*.

A linha de raciocínio que talvez seja possível perseguir em projetos de curto ou médio prazo seja: por que razão certos temas têm predominância na área de história oral, em que medida essa predominância reflete as características institucionais do campo, e em quais de nossas matrizes eles se apoiam principalmente. A própria abordagem temática abre espaço para perguntas mais polêmicas, por exemplo, sobre a relação numérica entre trabalhos “temáticos” e “teóricos” dentro do campo da história oral. No que diz respeito aos “temáticos”, seria viável avaliar de que maneira eles extraem, da empiria, perguntas e respostas passíveis de serem projetadas para a comunidade mais ampla, que se organizou em função do debate metodológico. Em outras palavras, a pergunta seria: o campo da história oral, hoje, se sustenta fundamentalmente sobre a *discussão* do método ou sobre o *uso* do método? E, em considerando-se a segunda hipótese, qual o sentido de sua existência mesma, na medida em que outros campos poderiam abrigar os trabalhos com diretrizes unicamente temáticas?

Em vários momentos nos quais busquei discutir ou simplesmente levantar questões controversas sobre meu tema de estudo, escutei frases como: “isso não é uma especificidade do campo da história oral”. Parece-me que esta seja uma reação imediata bastante comum e justificável; mas nunca concordei que servisse para nos eximir de pensar sobre tais questões. Elas podem não atingir *somente* a história oral – mas a atingem *também*. Por outro lado, creio que seria instigante partir do estudo de um campo em sua singularidade para abordagens comparativas, que conectem a trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil a planos mais amplos. Isso não se resumiria a confrontá-la com a história oral feita em outros países, ou com seu cenário global. Seria desafiador identificar suas similaridades e seus distanciamentos em relação a campos acadêmicos jovens, ramificados a partir de áreas tidas como tradicionais, formados em contextos universitários semelhantes, problematizar dilemas epistemológicos e políticos correlatos. Minhas próprias vivências e leituras em campos como o da “crítica genética” ou da “editoração científica” mostram que isso seria promissor, conforme aludi brevemente no capítulo 6. Igualmente fascinante seria entender o desenvolvimento da história oral em contraste com áreas de estudo altamente politizadas, ligadas a grupos identitários – como os estudos de gênero, os estudos *queer*, os estudos negros –, que reivindicam a instrumentalização de teorias e métodos com a finalidade de transformação social. Nesse

caso, seria necessário o engajamento com toda uma literatura que analisa a politização da pesquisa e do ensino superior, que destrincha as bases e as consequências de políticas de identidade, que discute o papel social e público da universidade e dos intelectuais.

Ao longo do presente estudo, aludi ainda a uma série de ocorrências que poderiam ser desdobradas em análises aprofundadas, com base no trabalho da terceira geração de praticantes de história oral. O amplo conjunto de textos que, ano após ano, repete mecanicamente discussões já bastante populares na área (aludi a alguns episódios na introdução da tese e haveria centenas de outros exemplos cabíveis) pode subsidiar considerações estimulantes, motivar perguntas provocativas. Por exemplo: esses trabalhos seriam evidência de que o leque de debates teóricos ensejado pelo método da história oral é limitado, e que a partir de certo patamar haveria pouco a se dizer, a não ser em termos de conteúdo? Quais são os “novos objetos” que podem suscitar “novos problemas”? Considerando-se, ainda, que o campo da história oral se legitima precisamente por ter o método como assunto central, ele estaria fadado a abrigar trabalhos reflexivos de menor originalidade a fim de assegurar sua existência mesma? Ou, pelo contrário, à medida que o campo amadurece e se torna menos vulnerável ele eleva padrões de qualidade, após ter-se afirmado pela quantidade? Em suma, quais são as dimensões atreladas ao fato de que, mesmo depois de debate exaustivo, velhas questões ressurgam (ou nunca desapareçam) sem ensejar novas respostas? Ao mesmo tempo, o que explica que tantos trabalhos – não apenas de estudantes, frise-se – que se valem do método da história oral percorram, antes de chegar a seus assuntos (cuja abordagem é o que eles efetivamente oferecem como contribuição), um caminho que não consiste apenas na importante descrição dos métodos empregados, mas em uma longa revisitação da história do método e do campo ou em uma enumeração de seus conceitos básicos? Thomas Kuhn falou de uma “tensão essencial” no interior de disciplinas, que se daria no conflito entre suas duas dimensões: uma dimensão pedagógica (que consistiria na tarefa dos mestres de transmitir para novas gerações um conhecimento estabilizado, ratificando o papel autoritativo desses mesmos mestres sobre seus discípulos) e uma dimensão científica (isto é, o clamor por inovação e originalidade, que no limite levaria à superação dos modelos transmitidos nessa dimensão pedagógica).

Um fenômeno correlato poderia, ainda, ser analisado: o escoamento da história oral como um “assunto novo” para outros campos de estudo; ou, de maneira ainda mais

profunda, a criação de subcampos a partir da articulação de seus assuntos com a história oral. Pelo menos nos últimos dez anos têm proliferado textos como: “a contribuição da história oral para a historiografia do turismo”; “a história oral na análise organizacional”; “a história oral na etnomusicologia”; “a contribuição da história oral para a pesquisa etnográfica”; “a história oral como recurso para a entrevista jornalística”; “contribuições da história oral para a pesquisa em terapia ocupacional”, e assim por diante. Esse cenário reflete o êxito e o alcance das iniciativas de divulgação e popularização do método. Ele demonstra também que, embora alguns pesquisadores ainda apontem a existência de preconceitos contra a história oral, ela se tornou uma rubrica de certo prestígio. Diante desse panorama, porém, há várias questões importantes a se levantar. A primeira delas diz respeito às reivindicações de especificidade feitas por pesquisadores de outras áreas temáticas. Lembro-me (para usar um exemplo estrangeiro) de um volume como *Bodies of Evidence: The Practice of Queer Oral History*, que advoga a particularidade da “história oral queer” em sua atenção aos silêncios, aos traumas, às memórias da violência – nada que, enfim, distinga esse empreendimento da paisagem da história oral como um todo.⁶ Uma segunda questão diz respeito a onde se pode chegar com essa superespecialização. Luisa Passerini, em 1978, aspirava que a história oral pudesse vir a “restaurar o caráter de totalidade contra a especialização crescente, que comporta a perda progressiva de sentido e de utilidade”.⁷ Isso não aconteceu: a história oral tornou-se mais uma especialidade, e não está imune a novas fragmentações.

“História oral e educação” é um excelente exemplo: o que antes era um importante assunto a ser abordado através das entrevistas deu forma a uma espécie de subcampo, com seus próprios costumes e regras. Trabalhos pioneiros como o de Zeila de Brito Fabri Demartini dividem lugar com uma massa de textos que contradizem a afirmação inicial de muitos deles: de que memórias de professores da educação básica estão sendo silenciadas. Partindo da avaliação da condição oprimida do professor – sua remuneração baixa, sua carga de trabalho pesada, sua desvalorização simbólica, sua perda

⁶ Boyd, N. A.; Ramírez, H. N. R. **Bodies of Evidence: The Practice of Queer Oral History**. Oxford / New York: Oxford University Press, 2012.

⁷ Passerini, L. “Conoscenza storica e storia orale: Sull'utilità e il danno delle fonti orali per la storia”. In: Passerini, L. (org.) **Storia orale: Vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne**. Torini: Rosenberg & Sellier, 1978.

de autonomia, sua desautorização diante dos alunos, suas condições de trabalho impróprias –, são realizadas numerosas entrevistas que tão somente confirmam esse diagnóstico, sendo raras as formulações feitas a partir delas. Da sub-área de “história oral da educação”, derivou ainda uma outra: a da “história oral e educação matemática”, que, na mesma linha, consiste essencialmente em “uma coleta de narrativas e ‘transcrições’ que obrigam o leitor a ‘ouvir’ os depoentes e os escritos de quem coletou os testemunhos sem ao menos ter a informação dos objetivos dessa escuta”, como Wagner Rodrigues Valente analisou.⁸ Por outro lado, a proliferação de estudos sobre “história oral e educação” não abrangeu a possibilidade fascinante de empregar esse método como recurso pedagógico no ensino básico e médio. A existência de algumas iniciativas localizadas dependeram da curiosidade e pro-atividade de professores, e não corresponderam até agora a um esforço do campo de colocar esse assunto em pauta.

Seria interessante, ainda, analisar vários dilemas colocados contemporaneamente para a história oral. Eles são muitos. Por exemplo, seria cabível mapear de que maneira a denúncia de um “boom da memória” ou de uma “banalização da memória” (bastante antiga em tradições intelectuais como a francesa e a estadunidense, mas fortificada a partir da tradução para o português do livro *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*, de Beatriz Sarlo, em 2007,⁹ e, no Brasil, com a proliferação de políticas públicas para a memória, como a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011) impactou quantitativa e qualitativamente os trabalhos empíricos contemporaneamente produzidos (em textos teóricos, essas ideias já vem sendo assimiladas). Da mesma maneira, levando em conta que temáticas ligadas à violência e ao trauma vêm sendo cada vez mais exploradas (especialmente em estudos acerca da repressão sob a ditadura militar), seria interessante analisar quais são os trabalhos de história oral que têm sido bem sucedidos em se distanciar de uma abordagem de tipo sensacionalista. Seria valioso identificar quais seus procedimentos ou posturas, e indagar o porquê de eles não serem adotados em outros trabalhos que se esgotam na reprodução realista e crua de relatos de experiências chocantes, cujo uso visa principalmente a impactar o leitor e afetá-lo emocionalmente,

⁸ Valente, W. R. “Oito temas sobre história da educação matemática”. **Rematec**, ano 8, n. 12, p. 22-50, 2013.

⁹ Sarlo, B. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras / Ed. UFMG, 2007.

sem questionar o grau de exposição ao qual os narradores estão sendo submetidos e sem atingir camadas mais profundas do que a exposição a dolorosas experiências narradas.

Em suma, como esta tese demonstrou, muito foi discutido, problematizado, transformado em realizações concretas. Considerando-se não é mais preciso justificar o emprego das fontes orais na construção de conhecimento, nem buscar argumentos para legitimar seu apelo à memória ou à subjetividade, nem refazer os percursos que as matrizes e misturas brasileiras nos legaram, podemos nos dedicar a identificar e explorar problemas novos, instigantes, desafiadores.

Memória e emoção

Outras veredas poderiam ser indicadas – mas uma enorme listagem soaria como reivindicação pela criação de um novo campo de estudos, que até teria um bonito nome: “Estudos de História, Linguagem e Cultura Intelectual da História Oral no Brasil”, por exemplo. Esse novo campo, de qualquer forma, já teria assunto suficiente.

Quero tratar rapidamente de mais duas ou três coisas. Primeiro, ressaltar o aspecto propriamente documental deste trabalho: o empreendimento narrativo que resulta da coleta, da organização e da apresentação crítica de fontes. Como já coloquei na introdução, localizei e tratei uma matéria prima bastante robusta. Esta é uma das funções do historiador; e é um cuidado especialmente importante para que os argumentos de um trabalho sejam recebidos não como mera retórica, mas como formulações defensáveis baseadas em evidências. Todo esse conjunto de fontes – parcialmente descrito aqui, mas cuja totalidade terá outras oportunidades de visibilização –, espera-se, poderá ser aproveitado em futuros estudos.

E há, é claro, as entrevistas... As vozes de intelectuais, criadores, pensadores, professores, escritores; suas narrativas polissêmicas. Neste estudo, só pude explorá-las parcialmente – naquilo que as lembranças tocaram a história intelectual e institucional da história oral no Brasil. Cada momento de escuta, logicamente, foi muito maior; e torço para que as centenas de páginas dali surgidas fomentem análises, abordagens, ilações.

Perguntei aos meus entrevistados, por exemplo, o que gostam de ensinar quanto ministram cursos de história oral – visando entender de que maneira convicções, conceitos e teorias complexas seriam traduzidas em narrativas conversacionais. Indaguei sobre os tempos de formação e de descoberta, sobre inserções institucionais – tencionando identificar, se é possível a alusão, as “matrizes” individuais de cada um dos meus entrevistados. Fiz outras perguntas; recebi outras valiosas respostas que poderiam facultar discussões sobre o significado de “qualidade em história oral”, ou sobre o entrelace profundo entre a vida pessoal e a vida profissional de meus entrevistados. Sem precisar estimulá-los, ouvi palavras como “afeto”, “amor”, “felicidade”, “amizade”, “tristeza”; expressões como “eu sinto”, “eu gosto”, “eu me emociono”. E, a cada escuta ou leitura, eu *sentia* o que vim a pensar, e o que li depois, nas palavras de Joanne Garde-Hansen:

A memória, assim como a emoção, é uma coisa com que vivemos, mas não simplesmente dentro de nossos corpos e mentes. (...) Nós expressamos, representamos e sentimos as nossas memórias; e nós projetamos tanto a emoção quanto à memória através de planuras [*plateaux*] pessoais, culturais, fisiológicas, neurológicas, políticas, religiosas, sociais e raciais que dão forma aos fios emaranhados de nossa presença no mundo. (Garde-Handsden, p. 14)¹⁰

Esta tese é reflexo do que pensei e inescapavelmente do que senti (e dos instrumentos de que lancei mão para que um desses âmbitos se sobrepusesse ao outro, e para que este fosse tolerado). É a história de uma busca intelectual – e é também uma história de emoção, dos mais distintos e contraditórios e múltiplos e conflituosos sentimentos. Como, com seres humanos que compartilham o mesmo ofício, seria diferente? “A pesquisa é um empreendimento intelectual, mas todo historiador saber, por experiência própria, que também contém muitos, e por vezes totalmente inesperados, sentimentos e emoções”, escreveram Leena Rossi e Tuija Aarnio em um ensaio recente.¹¹

Pensadores e escritores são comunidades profissionais, mas também “comunidades emocionais”, como Barbara H. Rosenwein poderia dizer.¹² Seus escritos e suas vozes

¹⁰ Garde-Hausen, J. **Media and Memory**. Edinburg: Edinburg University Press, 2011.

¹¹ Rossi, L.; Aarnio, R. “Feelings Matter: Historian’s Emotions”. **Historyka. Studia Metodologiczne**, número especial, p. 165-185, 2012.

¹² Rosenwein, B. H. **História das emoções: Problemas e métodos**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

compõem “arquivos de sentimentos”, como Ann Cvetkovich escreveu.¹³ Sendo assim, parece difícil pensar em uma história do intelecto, em uma história da criação, em uma história das instituições, que não seja também uma história de afetos. O desafio não consiste apenas em reconhecê-los; mas em integrá-los às outras instâncias da experiência (e do estudo) dos homens no tempo – instâncias que os semeiam e os colhem.

¹³ Cvetkovich, A. **An archive of feelings: Trauma, sexuality, and lesbian public cultures**. Durham, NC: Duke University Press, 2003.

*Olha as pessoas felizes, felizes, felizes
Felizes porque a chuva que caía agora pouco
Essa chuva que caía agora pouco
já passou*

Zecarlos Ribeiro

Referências

Entrevistas originais

“A entrevista em si não é a história. Ela é um meio, não o fim” – Entrevista com **Carlos Humberto Pederneiras Corrêa**. Gravada em agosto de 2010. Florianópolis, SC.

“O compromisso com o grupo que você entrevista é para a vida inteira” – Entrevista com **Olga Rodrigues de Moraes von Simson**. Gravada em julho de 2011. Campinas, SP.

“Sinto que minha carreira é muito solitária” – Entrevista com **Sonia Maria de Freitas**. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

“Fui percebendo que ouvir as pessoas tinha um impacto social enorme” – Entrevista com **Karen Worcman**. Gravada em setembro de 2011. São Paulo, SP.

“Com todas as fontes é preciso cautela” – Entrevista com **Verena Alberti**. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

“Sempre tive a História como um compromisso social e político, não só profissional” – Entrevista com **Yara Aun Khoury**. Gravada em outubro de 2011. São Paulo, SP.

“O campo da história oral ainda é muito ecumênico” – Entrevista com **Ana Maria Mauad**. Gravada em outubro de 2011. Rio de Janeiro, RJ.

“A história oral me transformou numa pessoa muito mais rigorosa para olhar as fontes, ver seus problemas” – Entrevista com **Marieta de Moraes Ferreira**. Gravada em outubro e novembro de 2011 e agosto de 2012. Rio de Janeiro, RJ.

“O que eu escrevo, o que eu pesquiso, penso como embate constante desnaturalizando as condições que o mundo apresenta” – Entrevista com **Antonio Torres Montenegro**. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

“A curiosidade nos leva a caminhos desconhecidos” – Entrevista com **Regina Beatriz Guimarães Neto**. Gravada em novembro de 2011. Recife, PE.

Entrevista com **Ronald J. Grele** realizada em 8 de março de 2012 no Oral History Research Office da Columbia University. Anotações usadas com autorização do entrevistado.

“A postura política e a postura intelectual estão imbricadas” – Entrevista com **Marcos Montysuma**. Gravada em abril de 2012. Belém, PA.

“A fala têm um ritmo. E eu tenho sensibilidade ao ritmo” – Entrevista com **Marília Friedenson**. Gravada em abril de 2012. São Paulo, SP.

“Eu não gosto de nada que não tenha uma dimensão pluralista” – Entrevista com **Lucilia de Almeida Neves**. Gravada em maio de 2012. Brasília, DF.

“Considero que a história que eu faço é uma história de boa qualidade” – Entrevista com **Leila Bussab**. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

“A história pública é a institucionalização de um espírito que muitos tiveram, por milhares de anos” – Entrevista com **David King Dunaway**. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

“Minha visão sobre a história oral é relativamente simples: é uma visão política. Política no sentido de poder” – Entrevista com **Michel Marie Le Ven**. Gravada em maio de 2012. Belo Horizonte, MG.

“A perspectiva fundamental para mim sempre foi a histórica; nunca foi a biográfica” – Entrevista com **Maria de Lourdes Mônaco Janotti**. Gravada em junho de 2012. São Paulo, SP.

“Eu descobri o campo da história oral quando as pessoas se interessaram pelo que eu estava fazendo. E pensei: 'Provavelmente este é um lugar interessante para trabalhar’” – Entrevista com **Michael Frisch**. Gravada em julho de 2012. São Paulo, SP.

“Quando você acha que já sabe tudo, ou acha que a história oral não vai te reservar mais surpresa alguma, você se reencanta” – Entrevista com **Daisy Perelmutter**. Gravada em agosto de 2012. São Paulo, SP.

“Eu acredito mais no pluralismo; que as pessoas escolham os seus modelos” – Entrevista com **Rodrigo Patto Sá Motta**. Gravada em setembro de 2012. Belo Horizonte, MG.

“A história oral me dá muita satisfação como profissional e como pessoa” – Entrevista com **Ligia Maria Leite Pereira**. Gravada em setembro de 2012. Belo Horizonte, MG.

“Continuo achando o método da história oral interessante e de muito valor” – Entrevista com **Daphne Patai**. Gravada em dezembro de 2012. Amherst, MA, USA.

Referências

- Abramo, H. W. “A história oral no Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 60-4.
- Abrams, L. **Oral History Theory**. London/New York: Routledge, 2010.
- Abrantes, V. L. C. “Carnaval, blocos e escolas: O samba nos bairros portuários do Rio de Janeiro”. In: Thiesen, I.; Barros, L. O. C.; Santana, M. A. (org.) **Vozes do porto: Memória e história oral**. Rio de Janeiro: DP&A Editora/Uni-Rio, 2005. p. 111-21
- Abreu, A. A. “Guerrilla: Fácil de entrar, difícil de sair”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 17, p. 73-82, 1997.
- Abreu, A. A. “Jornalista: Um duplo anonimato”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 195-6.
- Abreu, A. A. “Los periodistas brasileños hablan de su función y de su responsabilidad social”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 19, p. 61-72, 1998.
- Abreu, A. A. “Os anos de chumbo: Memórias da guerrilha”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 14-32.
- Abreu, A. A. **Intelectuais e guerreiros: O Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.
- Abreu, M. C.; Mattos, H. “Em torno do samba, do santo e do porto: Relatório histórico-antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal”. In: O’Dwyer, E. C. (org.) **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais. Os casos das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. v. 7. p. 23-67.
- Abreu, M. C.; Mattos, H. “Festas, Patrimônio Cultural e Identidade Negra, 1888-2011”. **Dossiê Fêtes et célébrations en Amérique Latine. Artelogie (Online)**, v. 4, 2013, p. 9.
- Abreu, M. C.; Mattos, H. “Jongo, recalling history”. In: Monteiro, P. M.; Stone, M. (org.) **Cangoma calling: Spirits and rhythms of freedom in Brazilian jongo slavery songs [Luso-asio-afro-brazilian studies & theory, v. 3]**. Dartmouth: University of Massachusetts, 2013. p. 77-88.
- Abreu, M. C.; Mattos, H. “Memorias de la esclavitud en Brasil”. In: Pineau, M. (org.) **Huellas y legados de la esclavitud en las Americas. Proyecto Unesco La Ruta del Esclavo**. 1 ed. Saens Peña, Argentina: Ed. Universidade Nacional de Tres de Febrero, 2012. p. 65-73.
- Ades, C. “A memória partilhada”. **Psicologia USP**, v. 15, n. 3, p. 233-44, 2004.
- Alambert Filho, F. “Resenha [à obra *Reminiscências*]”. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, p. 171-3, 1995.
- Alberti, V. (org.) **Entre a solidariedade e o risco: História do seguro privado no Brasil**. Rio de Janeiro: Funenseg/Ed. FGV, 1998.
- Alberti, V. “‘Narrativas pregnantes’ como ‘jogos de linguagem’: Possibilidades da história oral à luz da teoria da linguagem de Wittgenstein”. **História Oral**, v. 11, n. 1/2, p. 127-48, 2008.
- Alberti, V. “A existência na história: Revelações e riscos da hermenêutica”. **Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, p. 31-57, 1996.
- Alberti, V. “A vocação totalizante da história oral e o exemplo da formação do acervo de entrevistas do CPDOC”. **Oral history challenges for the 21st century: Proceedings [of the] International Oral History Conference**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/FIOCRUZ, 1998. v. 1. p. 509-15.
- Alberti, V. “De ‘versão’ a ‘narrativa’ no Manual de História Oral”. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 159-66, 2012.

- Alberti, V. “Ensaio bibliográfico: Obras coletivas de história oral”, **Tempo**, v. 2, n.3, 1997, p. 206-219.
- Alberti, V. “História oral e literatura: Questões de fronteira”. In: **Ouvir Contar: Textos em história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 61-75.
- Alberti, V. “Histórias dentro da História”. In: Pinsky, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.
- Alberti, V. “Literatura e autobiografia: A questão do sujeito na narrativa”. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.
- Alberti, V. “Obras coletivas de história oral”. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 206-219, 1997.
- Alberti, V. “Oral history interviews as historical sources in the classroom”. **Words & Silences**, v. 6, n. 1, p. 29-36, 2011.
- Alberti, V. **História oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.
- Alberti, V. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- Alberti, V. **O acervo de história oral do CPDOC: Trajetória de sua constituição**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6840/863.pdf. Acessado em: 2 nov. 2012.
- Alberti, V. **Ouvir contar: Textos em história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- Alberti, V.; Heymann, L. Q. (org.) **Trajetórias da universidade privada no Brasil: Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília/Rio de Janeiro: Capes/Ed. FGV, 2002.
- Alberti, V.; Pereira, A. A. (org.) **Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- Alberti, V.; Santana, M. A. “Entrevista com Marieta M. Ferreira”. **História Oral**, n. 4, p. 165-76, 2001.
- Albuquerque, G. R. “Experiencias de trabajo obligatorio en Acre”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 21, p. 17-28, 1999.
- Almada, I. **Teatro de Arena**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Almeida, P. C. **Paisagens musicais da Zona Sul carioca: memórias e identidades da Bossa Nova**. Dissertação de Mestrado em Memória Social. Unirio, 2007.
- Amado, J. “Conversando: O CPDOC no campo da história oral”. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 59-83.
- Amado, J. “Don Quijote Brasileiro: Teoria Y Metodologia En La Historia Oral”. **Espiral: Estudios sobre Estado y Sociedad**, v. 2, n. 5, p. 27-42, 1996.
- Amado, J. “O grande mentiroso: Tradição, veracidade e imaginação em história oral”. **História**, v. 14, p. 125-136, 1995.
- Amado, J. “The Brazilian Quijote: Truth And Fabrication In Oral History”. **Luso-Brazilian Review**, v. 35, n. 1, p. 1-9, 1998.
- Amado, J. “Yo quiero ser una persona: Revuelta campesina y política en el Brasil”. **Historia y Fuente Oral**, n. 12, p. 115-42, 1994.
- Amado, J.; Ferreira, M. M. “Apresentação”. In: Amado, J.; Ferreira, M. M. (org.) **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. vii-xxv.
- Amorim, M. A. B. V. “Ser vedete no Brasil: Uma vida em três tempos”. In: VV. AA. **Narrativas e experiências: Histórias orais de mulheres brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 99-115.
- Amoroso Lima, A.; Dantas Mota, L. **Diálogos: Tristão de Athayde e Lourenço Dantas Mota**. São Paulo: Ática, 1983.
- Ancona Lopez, T. P. **Entrevistas e depoimentos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- Anderegg, J. “Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories” [Book review]. **Wilson Library Bulletin**, v. 63, n. 8, p. 116, 1989.
- Angelucci, C. B. **O educador e o forasteiro: Depoimentos sobre encontros com pessoas significativamente diferentes**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

- Anjos, C. V.; Lima, J. D.; Almeida, J. R. “Um horizonte no lixo e nas letras: Entrevista com Eliuza Mara de Carvalho”. **Oralidades**, n. 3, jan-jun 2008.
- Anjos, J. A. “A história de vida em ‘Ordem & Progresso’”, **Ciência & Trópico**, n. 1, p. 29-37, jan/jun 1996.
- Apel, K. O. “La comunidad de comunicación como presupuesto trascendental de las ciencias sociales”. In: **La transformación de la filosofía – Tomo II**. Madri: Taurus Ediciones, 1985.
- Aragão e Frota, L. S. “A Irmã Leda que eu conheci”. **Revista Córdis**, v. 5, 2010.
- Aragão e Frota, L. S. **Documentação oral e a temática da seca: Estudos**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1985.
- Araújo e Oliveira, J. B. **Ilhas de competência: Carreiras científicas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1985.
- Araújo, A. C. C. **Sonhos em cena: Histórias e memórias do Teatro Leopoldo Fróes**. Com Unigranrio, v. 2, n. 2, 2010.
- Arendt, H. “A crise na cultura: Sua importância social e política”. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- Arfuch, L. “O espaço biográfico nas ciências sociais”. In: **O espaço biográfico: Dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010. p. 239-375.
- Arfuch, L. **O espaço biográfico: Dilemas da subjetividade contemporânea** [2002]. Trad. P. Vidal. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.
- Arns, D. P. E. **Perfil dos atingidos – Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Arquivo Histórico Judaico Brasileiro. “Nossa amiga Gaby Becker [In Memoriam]”. **História oral**, v. 8, n. 2, jul-dez 2005, p. 249-50.
- Assmann, A. “Canon and Archive”. In: Erll, A.; Nünning, A. (org.) **A Companion to Cultural Memory Studies**. New York/Berlin: De Gruyter, 2008. p. 97-107.
- Assunção, M. R. **A guerra dos Bem-te-vis: a Balaçada na memória oral**. São Luiz: Sioge, 1988.
- Ataíde, Y. D. B. “Da transgressão à conversão: História oral de vida de presidiários de Salvador”. In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. p. 71-7;
- Ataíde, Y. D. B. **Decifra-me ou devoro-te: História oral de vida dos meninos de rua de Salvador**. São Paulo: Loyola, 1993.
- Ataíde, Y. D. B. **Joca: Um menino de rua**. São Paulo: Loyola, 1996.
- Avelar, H. A.; Pinto, S. B. P. “Sobre o Projeto *Memória Política de Minas* da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 330-5.
- Avelino, Y. D. “A trajetória de um grupo e a criação de um núcleo”. **Projeto História**, v. 12, p. 193-8, 1995.
- Avelino, Y. D. “Aragão e Frota, L. S. ‘Documentação oral e a temática da seca: Estudos’”. Brasília: Senado Federal, 1985” [Resenha]. **Projeto História**, v. 6, p. 130-2, 1986.
- Avelino, Y. D. “Experiências e trajetórias de vida: As tramas da memória universitária a partir de depoimentos orais”. **Projeto História**, v. 22, p. 223-38, 2001.
- Avelino, Y. D.; Aragão e Frota, L. S. “Trilhas acadêmicas: Uma vida construída nos rastros da história oral”. **Oralidades**, v. 10, p. 207-16, jul./dez. 2011.
- Azevedo, A. F. Z.; Portugal, M. S. “Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações”. **Nova Economia**, v. 8, n. 1, p. 37-63, 1998.
- Badran, M. “Theorizing Oral History as Autobiography: A Look at the Narrative of a Woman Revolutionary in Egypt”. **Journal of Women’s History**, v. 25, n. 2, p. 161-70, 2013.
- Bagolin, L. A. (org.) **10/3=3/Cabral**. São Paulo: Edusp, 2012.
- Balán, J. (org.) **Las historias de vida en ciencias sociales: Teoría y técnica**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

- Balachevsky, E. "A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida". In: Brook, C.; Schwartzman, S. (org.) **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 275-304.
- Balachevsky, E.; Couto e Silva, E. "A diáspora científica brasileira: Perspectivas para sua articulação em favor da ciência brasileira". **Parcerias Estratégicas**, v. 16, p. 163-76, 2012.
- Barbosa, J. A. "Prefácio – Uma psicologia do oprimido". In: Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. XI-XV.
- Barbosa, L. M. "Sentimentos do blues fortalezense: Compreensão da cena blues em Fortaleza 1988-1998", Anais do 7º Encontro Internacional de Música e Mídia: Música, Memória - Tramas em trânsito. MusiMid, 2011
- Barbosa, M. A. **Estudantes de classes pobres na universidade pública: Um estudo de depoimentos em Psicologia Social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- Barros, M. **Retrato do artista quando coisa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 27.
- Bastide, R. "A propósito da poesia como método sociológico". In: Queiroz, M. I. P. (org.) **Roger Bastide**. São Paulo: Ática, 1983. p. 81-7.
- Bastide, R. "Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida". **Sociologia**, v. XV, n. 1, p. 3-7, 1953.
- Bastide, R. "Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida". **Sociologia**, v.
- Bastide, R. "Mémoire collective et sociologie du bricolage". **L'Année Sociologique**, v. 21, p. 85-108, 1970.
- Bastide, R. "Os armênios em Valence" [*Les Arméniens de Valence*, 1931]. In: Queiroz, M. I. P. (org.) **Roger Bastide: Ensaios e pesquisas [Textos CERU, série 2, n. 5]**. São Paulo: CERU, 1994. p. 69-93.
- Bastide, R. **Les problèmes de la vie mystique**. Paris: PUF, 1931; Bastide, R. **Éléments de sociologie religieuse**. Paris: A. Colin, 1935.
- Bastide, R.; Fernandes, F. **Branços e negros em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- Batista, E. L. A. O. "Literatura de viagem e tradução nas relações culturais entre Brasil e Estados Unidos: Do século XIX à Guerra Fria". **Literatura e Autoritarismo**, número especial, 2010.
- Batista, N. C. "Descortinando o Grupo Galpão: A construção de uma ideologia a partir da história oral". **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**, 2010
- Bauer, A. L. C. C. A.; César, M. C. S. F. "Semiótica dos rascunhos – Sintaxe das rasuras". **Manuscrita**, 2, p. 65-75, 1991.
- Bauer, M.; Gaskell, G. (org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Baum, W.; Fry, A. "The Voice of Past: Oral History" [Book review]. **The American Historical Review**, v. 84, n. 3, p. 711, 1979.
- Bauman, Z. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual** [2001]. Trad. P. Dentzien. Rio de Janeiro: Zorge Zahar, 2003.
- Beaumont, M. T. **Paisagens polifônicas da Música na escola:saberes e práticas docentes**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2003
- Becher, T. **Academic Tribes and Territories: Intellectual Enquiry and the Cultures of Disciplines**. Bristol, PA: The Society for Research into Higher Education/Open University Press, 1989.
- Becker, G. "Imigrantes judeus alemães na cidade de São Paulo". In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Universitária UFPE, 2001. p. 285-95.
- Becker, G. *et al.* "Projeto de História Oral: A imigração judaica em São Paulo". In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 306-18.
- Belo, E. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.
- Benjamin, I. **Ofício de mãe, a saga de uma mulher: Depoimento a Margarida Autran**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- Berliner, D. C. "The abuses of memory: Reflections on the memory boom in Anthropology". **Anthropological Quarterly**, v. 78, n. 1, p. 197-211, 2005.

- Berman, G. **"We're Going to See the Beatles!" An Oral History of Beatlemania as Told by the Fans Who Where There**. Santa Monica, CA Santa Monica Press, 2008
- Bermani, C. "Le origini e il presente: Fonti orali e ricerca storica in Italia". In: Bermani, C. (org.) **Introduzione alla storia orale – Vol. I: Storia, conservazione delle fonti e problemi di metodo**. Roma: Odradek, 1999. p. 1-126.
- Bertaux, D. **Narrativas de vida: A pesquisa e seus métodos**. Trad. Z. A. C. Cavalcante e D. M. G. Lavallée. Natal/São Paulo: EDUEFRN/Paulus, 2010.
- Bertaux, D.; Kohli, M. "The life story approach: A continental view". **Annual Review of Sociology**, v. 10, p. 215-37, 1984.
- Bertaux, D.; Thompson, P. (org.) **Between Generations: Family Models, Myths and Memories**. New York: Oxford University Press, 1993.
- Bessa, T. *et al.* "Entrevista com Alessandro Portelli". **Projeto História**, n. 41, p. 31-68, 2010.
- Beverly, J. **Testimonio: On the Politics of Truth**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2004.
- Bezerra, G. **Memórias** [2 volumes]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- Biasi, P. M. "O horizonte genético". In: Zular, R. (org.) **Criação em processo: Ensaios de crítica genética**. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 219-244.
- Blanckaert, C. "L'histoire des sciences de l'homme, une culture au présent". **La revue pour l'histoire du CNRS**, n. 15, p. 44-7, 2006.
- Blanckaert, C. "La discipline en perspective: Le système des sciences à l'heure du spécialisme (XIX-XX siècle)". In: Boutier, J.; Passeron, J. C.; Revel, J. (org.) **Qu'est-ce que'une discipline?** Paris: Éditions de l'EHESS, 2006. p. 117-148.
- Blatti, J. "Public history and oral history". **The Journal of American History**, v. 77, n. 2, p. 615-25, September 1990.
- Blatz, P. K. "Craftsmanship and Flexibility in oral history: A pluralistic approach to methodology and theory". **The Public Historian**, v. 12, n. 4, p. 7-22, 1990.
- Blay, E. A. "A repercussão: A cientista do ano". In: Antunias, M. H. R.; Lang, A. B. S. G. (org.) **Maria Isaura Pereira de Queiroz: A mestra**. São Paulo: Humanitas, 2000. p. 39-42.
- Blay, E. A. "CERU: 30 anos". **Cadernos CERU**, n. 6, série 2, 1995. p. 9-10.
- Blay, E. A.; Lang, A. B. S. G. **Mulheres na USP: Horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- Bloch, M. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. [1949] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- Bodnar, J. "Generational memory in an American town". **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 26, n. 4, p. 619-37, 1996.
- Bodnar, J. "Power and memory in oral history: Workers and managers at Studebaker". **The Journal of American History**, v. 75, n. 4, p. 1201-21, 1989.
- Bodnar, J. **Worker's World: Kinship, Community and Protest in an Industrial Society**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1982.
- Bonfil, A. O. "Treinta años de historia oral en México: Revisión, aportes y tendencias". In: Velasco, C. (org.) **Historia y Testimonios Orales**. Mexico, DF: INAH, 1996. p. 73-89.
- Bonfil, A. O. "Treinta años de historia oral en México: Revisión, aportes y tendencias". In: Ávila, C. V. (org.) **Historia y testimonios orales**. Córdoba: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1996. p. 57-72.
- Borges, M. E. L. (org.) **Inovações, coleções, museus**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- Borges, M. E. L. "A Reforma Universitária de 1968: Memórias da repressão e da resistência na UFMG". **História Oral**, v. 11, 2008, p. 149-68.
- Borges, M. E. L. "Cultura dos ofícios: Patrimônio cultural, história e memória". **Varia Historia**, v. 27, 2011, p. 481-508.
- Bornat, J. "How modernity forgets" [book review]. **Oral History**, v. 39, n. 1, p. 112-4, 2011.

- Bornat, J. “Reminiscencia e historia oral: ¿Universos paralelos o empeño común?”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 26, p. 53-76, 2001.
- Bosi, A. “Narrativa e resistência”. In: **Literatura e resistência**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 118-35.
- Bosi, E. “A atenção em Simone Weil”. **Psicologia USP**, v. 14, n. 1, p. 11-20, 2003.
- Bosi, E. “A pesquisa em memória social”. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1/2, p. 277-84, 1993.
- Bosi, E. “As outras testemunhas”. In: Silva Dias, M. O. L. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 3-6.
- Bosi, E. “Carta do Brasil”. **Grial**, t. 5, n. 15, p. 103-5, 1967.
- Bosi, E. “Cultura e desenraizamento” [1982-1983]. In: Bosi, A. (org.) **Cultura brasileira: Temas e situações**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 16-41.
- Bosi, E. “Culture et déracinement”. **Cahiers Simone Weil**, v. 15, n. 4, p. 291-301, 1992.
- Bosi, E. “Dante Moreira Leite: Mestre da Psicologia Social”. **Psicologia USP**, v. 11, n. 2, p. 15-23, 2000.
- Bosi, E. “Entre a opinião e o estereótipo”. **Novos Estudos Cebrap**, v. 32, p. 111-8, 1992.
- Bosi, E. “Ir, lembrar”. In: Brandão, C. R. **Memória-Sertão**. Uberaba, MG: Cone Sul, 1999.
- Bosi, E. “Memória da cidade: Lembranças paulistanas”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 145-9.
- Bosi, E. “Memória da Psicologia”. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, p. 379-88, 1994.
- Bosi, E. “Memoria sueño y memoria trabajo”. Trad. V. Valenzuela. **Estudios sobre las culturas contemporaneas**, v. III, n. 9, p. 41-68, 1990.
- Bosi, E. “Os contextos da memória”. **O Estado de S. Paulo**, *Suplemento Cultural*, p. 8, 9 de dezembro de 1979.
- Bosi, E. “Prefácio”. In: Buttoni, D. S. **Quintal mágico: Educação-arte na pré-escola**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9-13.
- Bosi, E. “Problemas ligados à cultura das classes pobres”. In: Valle, E.; Queiroz, J. J. (org.) **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez & Moraes/Educ, 1979. p. 25-34.
- Bosi, E. “Uma experiência humanizadora”, **Na ponta do lápis: Almanaque do Programa Escrevendo o Futuro**, ano 1, n. 2, p. 2-3, agosto/setembro de 2005.
- Bosi, E. **Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1972.
- Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- Bosi, E. **O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**. Cotia, SP: Ateliê, 2003.
- Bosi, E. **Velhos amigos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Bosi, V. “Velhos amigos”. **Psicologia USP**, v. 19, n. 1, p. 25-8, jan/mar 2008.
- Bourdieu, P. “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”. In: **O poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 59-73.
- Bourdieu, P. “Campo intelectual e projeto criador”. In: Pouillon, J. (org.) **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 105-45.
- Bourdieu, P. “Campo intelectual e projeto criador”. In: **Problemas do estruturalismo**. 1968.
- Bourdieu, P. “Champ intellectuel et projet créateur”. **Temps Modernes**, n. 246, p. 865-906, 1966.
- Bourdieu, P. “O campo intelectual: Um mundo à parte”. In: **Coisas ditas**. Trad. C. R. Silveira e D. M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 169-80.
- Bourdieu, P. **As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Bourdieu, P. **Coisas ditas**. Trad.: C. R. Silveira e D. M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Bourdieu, P. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- Bourdieu, P.; Chartier, R. **O sociólogo e o historiador**. Trad.: G. J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

- Bourguet, M. N.; Valensi, L.; Wachtel, N. (org.) **Between memory and history** [1986]. Chur/London/Paris/New York/Melbourne: Harwood Academic Publishers, 1990.
- Boyd, B. **On the Origin of Stories: Evolution, Cognition and Fiction**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.
- Boyd, N. A.; Ramírez, H. N. R. **Bodies of Evidence: The Practice of Queer Oral History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2012.
- Bragança, F. "Apresentação". In: Bragança, F. (org.) **Eduardo Coutinho**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. p. 8-11.
- Brandão, C. R. (org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- Brandão, C. R. "A memória no outono". **Psicologia USP**, v. 9, n. 2, p. 297-310, 1998.
- Brandão, T. "Ora, direis ouvir estrelas: historiografia e história do teatro brasileiro", **Latin American Theatre Review**, v. 36, n. 1, 2002, p. 67-91
- Brioschi, L. R.; Trigo, M. H. B. (org.) **Família: Representação e cotidiano, reflexão sobre um trabalho de campo** [Textos CERU, série 2, n. 1]. São Paulo: CERU, 1989.
- Brioschi, L. R.; Trigo, M. H. B. "Relatos de vida em ciências sociais: Considerações metodológicas". **Ciência e Cultura**, v. 39, n. 7, p. 631-7, 1987.
- Brito, F. B. "História oral escolar: Uma experiência no ensino médio". **NEHO-História**, v. 0, jun/1998, p. 43-52.
- Browne, G. P. "Oral History in Brazil Off to an Encouraging Start". **Oral History Review**, v. 4, p. 53-55, 1976.
- Browne, G. P.; Piazza, W. F. "Documentação em história oral". **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História** [Aracaju, setembro de 1975]. São Paulo, 1976. p. 927-34.
- Brugat, D. P. "Algo acerca de arquivos de historia oral". In: Velasco, C. (org.) **Historia y Testimonios Orales**. Mexico, DF: INAH, 1996. p. 91-102.
- Buckeridge, F. C. **Por entre as grades: Um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- Buitoni, D. H. S. **Texto-documentário: Espaço e sentidos**. Tese [Livre-docência]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- Bulhões, O. G. **Octavio Gouvêa de Bulhões: Depoimento**. Brasília: Banco Central, 1990; Nogueira, D. **Dênio Nogueira: Depoimento**. Brasília: Banco Central, 1994.
- Burgos, E. **Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- Burke, P. "Gilberto Freyre e a 'nova história'", **Tempo Social**, v. 9, n. 2, p. 1-12, 1997.
- Burke, P.; Pallares-Burke, M. L. **Repensando os trópicos: Um retrato intelectual de Gilberto Freyre**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- Calabre, L. **Políticas culturais no Brasil: Dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- Caldas, A. L. "Outra história oral". **Caderno de Criação**, ano IX, n. 30, 2003.
- Caldas, A. L. "Transcrição em História Oral". **NEHO-História**, v. 1. p. 71-79, 1999.
- Caldas, A. L. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: s.e., 1990.
- Caldas, A. L. **Nas águas do texto: Palavra, experiência e leitura em História Oral**. Porto Velho/RO: EDUFRO, 2001.
- Caldas, A. L. **Oralidade, texto e história: Para ler a história oral**. São Paulo: Loyola, 1999.
- Callari, C. R. **Identidade e cultura popular: Histórias de vida de famílias negras**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- Camacho, V. C. "Pesquisa em música: Possibilidades do uso da história oral". In: Machado, C. J. S. *et al.* (org.) **Do silêncio à voz: Pesquisas em história oral e memória**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 167-180.
- Camargo, A. (org.) **O intelectual e o político: Encontros com Afonso Arinos**. Brasília: Senado Federal/Dom Quixote, 1984.

- Camargo, A. “Apresentação – Quinze anos de história oral: Documentação e metodologia”. In: Alberti, V. **História oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990. p. VII-X.
- Camargo, A. “Apresentação”. In: Fundação Getúlio Vargas. **Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 9-15.
- Camargo, A. “Elaboración de la historia oral en Brasil: El proceso de transición visto a través de las historias de vida de los dirigentes políticos”. **Secuencia**, n. 4, p. 114-22, 1986.
- Camargo, A. “História oral e política”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 75-99.
- Camargo, A. “Introdução”. In: Fundação Getúlio Vargas. **Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 17-24.
- Camargo, A. “O ator, o pesquisador e a história: Impasses metodológicos na implantação do CPDOC”. In: Nunes, E. O. (org.) **A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 276-304.
- Camargo, A. A. “The actor and the system: Trajectory of the Brazilian political elites – Oral history, life story and the formulation of hypothesis”. In: Bertaux, D. **Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences**. London/Beverly Hills: Sage Publications, 1981. p. 191-201.
- Camargo, A. **Artes da política: Diálogo com Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- Camargo, A.; Góes, W. **Meio século de combate: Diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- Camargo, A.; Rocha Lima, V.; Hippolito, L. “The life history approach in latin America”. **Life Stories/Récits de Vie**, v. 1, p. 41-54, 1985.
- Campos, A. **Balanço da bossa: antologia crítica da moderna música popular brasileira**. São Paulo, Perspectiva, 1968.
- Campos, M. C. S. S. “A associação da fotografia aos relatos orais na reconstituição histórico-sociológica da memória familiar”. In: Lang, A. B. S. G. (org.) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica [Textos CERU, série 2, n. 3]**. 2ª ed. São Paulo: CERU, 1999. p. 73-86.
- Campos, M. C. S. S. “Brazilian and Immigrant Families in São Paulo City: Education and Work”. **Journal of Comparative Family Studies**, v. 37, n. 4, p. 539-61, 2006.
- Canêdo, L. B. “Camino de la memoria: Parentesco y poder”. **Historia y Fuente Oral**, n. 12, p. 91-113, 1994.
- Cardini, F. “História, história social, história oral, folclore”. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 319-28, 1993.
- Cardoso, H. H. P. “As pessoas passam, a empresa fica: Produção de memórias na comemoração dos 40 anos da ThyssenKrupp Bilstein Brasil”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, julho de 2011. p. 1-11.
- Cardoso, J. “O som e a imagem vivos multiplicados no MIS”. **SP Cultura**, ano 1, n. 4/5, p. 159-78, dez. 1982.
- Cardoso, R. C. L. (org.) **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- Cardoso, R. C. L. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In: Cardoso, R. C. L. (org.) **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.
- Carta, G. “A vez da história oral”. **CartaCapital**, 21 de setembro de 2011. p. 72-3.
- Carvalho da Silva, A. “O financiamento da pesquisa na universidade pública”. In: Velloso, J. (org.) **Universidade pública: Política, desempenho, perspectivas**. São Paulo: Papirus, 1991. p. 161-76.
- Carvalho, L. M. **Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro**. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac-SP, 2012.
- Carvalho, L. M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.
- Carvalho, L. M. **O Coronel rompe o silêncio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- Casanova, P. G. **As novas ciências e as humanidades: Da academia à política**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- Castro, A. C. V. “Dois autores em busca de um passado: Richard Morse e Sergio Buarque na construção da especificidade paulista”. **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 11, n. 3, 2010.

- Castro, H. M. M. “Memória do cativo: Etnicidade, classe e gênero nos acervos orais de descendentes de escravos”. In: Von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 329-44.
- Castro, R. “Vivos e mortos”. In: Worcman, K.; Pereira, J. V. (org.) **História falada: Memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC-SP/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial, 2006. p. 180-8.
- Cavalcanti, M. L. V. C. “Preconceito de marca: Etnografia e relações raciais”. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 97-110, maio de 1999.
- Cavalcanti, P. C. U.; Ramos, J. (org.) **Memórias do exílio: Brasil, 1964/19?? [Vol. 1: De muitos caminhos]**. São Paulo: Livramento, 1978.
- Cavalcanti, P. C. U.; Ramos, J. (org.) **Memórias do exílio: Brasil, 1964/19?? [Vol. 1: De muitos caminhos]**. Lisboa: Arcádia, 1976.
- Cavalcanti, P. C. U.; Ramos, J. (org.) **Memórias do exílio: Brasil, 1964/19?? [Vol. 1: De muitos caminhos]**. São Paulo: Livramento, 1978.
- Cerqueira, F. V. et al. “O Centro de Documentação Musical da UFPel no horizonte da multidisciplinaridade: Articulações entre musicologia histórica, gestão patrimonial e memória institucional”. **História**, v. 27, n. 2, 2008, p. 111-143.
- Chagas, V. “Grassroots Journalists, Citizen Historians: The Interview as a Journalistic Genre and History Methodology”. **Oral History**, v. 40, n. 2, p. 59-68, 2012.
- Charlton, T. L. “The Voice of Past: Oral History” [Book review]. **The History Teacher**, v. 14, n. 1, p. 148-9, 1980.
- Charlton, T. L.; Myers, L. E.; Sharpless, R. (org.) **Handbook of Oral History**. Landham, MD: AltaMira Press, 2006.
- Chartier, R. “A visão do historiador modernista”. In: Amado, J.; Ferreira, M. M. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 215-218.
- Chauí, M. “Apresentação – Os trabalhos da memória”. In: Bosi, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. XVII-XXXII.
- Chauí, M. “Homenagem a Ecléa Bosi”. **Psicologia USP**, v. 19, n. 1, p. 15-24, jan/mar 2008.
- Chauveau, A.; Tétard, P. (org.) **Questões para a história do presente [1992]**. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- Ciampi, H. **A história pensada e ensinada: Da geração das certezas à geração das incertezas**. São Paulo: Educ, 2000.
- Clark, M. M. “Esquecendo Louise Rouget: O problema do individualismo, da coletividade e das lembranças não-compartilhadas na História Oral e na cultura dos Estados Unidos”. **Projeto História**, n. 15, p. 85-97, 1997.
- Clark, M. M. “Esquecendo Louise Rouget: O problema do individualismo, da coletividade e das lembranças não-compartilhadas na História Oral e na cultura dos Estados Unidos”. **Projeto História**, n. 15, p. 85-97, 1997.
- Clark, T. **Prophets and Patrons: The French University and the Emergence of the Social Sciences**. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
- Clarke, M. A. “The Online Brazilian Museu da Pessoa”. In: Garde-Hansen, J.; Hoskins, A.; Reading, A. (org.) **Save as... Digital memories**. London: Palgrave Macmillan, 2009. p. 151-67.
- Clemente, P. “Índice del volume con las comunicaciones presentadas en la VII Conferencia Internacional de Historia Oral en Siena-Lucca”. **Historia y Fuente Oral**, n. 11, p. 17-21, 1994.
- Cohen, Y. “História Oral: Uma metodologia, um modo de pensar, um modo de transformar as Ciências Sociais?”. **Ciências Sociais Hoje**, 1993.
- Coli, J. “A pintura e o olhar sobre si: Victor Meirelles e a invenção de uma história visual no século XIX brasileiro”. In: Freitas, M. C. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- Coli, J. M. “As vozes profissionais do cantor: A carreira de Niza de Castro Tank na Rádio Gazeta de São Paulo”. In: Coli, J.; Valente, H. A. D. **Entre gritos e sussurros: Os sortilégios da voz cantada**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- Collingwood, R. G. “A história como re-presentação da experiência passada” [1946]. In: Gardiner, P. **Teorias da História**. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 305-319.

- Colombi, L. V. **Industrialização de Blumenau: o desenvolvimento da Gebrüder Hering, 1880-1915**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.
- Conniff, M. L. "Getúlio: Uma história oral" [Book review]. **The Hispanic American Historical Review**, v. 68, n. 3, p. 624-5, August 1988.
- Cooper, D; Schindler, P. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Bookman, 2003.
- Corrêa, A. M. M. "Curso de Pós-Graduação de História da América Latina". **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 5, p. 55-60, 1983.
- Corrêa, C. H. P. "História oral: Considerações sobre suas razões e objetivos". In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 63-70.
- Corrêa, C. H. P. "O Programa de Documentação em História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina". In: **Catálogo de História Oral 1977**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em História, Laboratório de História Oral, 1977. p. 19-33.
- Corrêa, C. H. P. **História oral: Teoria e técnica**. Florianópolis: Editora UFSC, 1978.
- Corrêa, C. H. P. **Santa Catarina: Um Estado entre duas repúblicas (A luta política num período de mudanças ideológicas, 1930-1935)**. Tese [Doutorado em História]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- Costa, A. O.; Moraes, M. T. P.; Marzola, N.; Lima, V. R. (org.) **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- Costa, H. **Fala crioulo**. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- Costa, R. X. "Pintura naïf: Diálogos entre imagem e oralidade". **Saeculum**, n. 19, jul/dez 2008, p. 103-25.
- Coutinho, E. "O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade". **Projeto História**, v. 15, p. 165-91, 1997.
- Coutinho, E. "O olhar no documentário". In: Bragança, F. (org.) **Eduardo Coutinho**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. p. 14-21.
- CPDOC. **Metodologia de organização de arquivos pessoais: A experiência do CPDOC**. 4ª ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- Cruz, H. F.; Tessitore, V. "O CEDIC faz 30 anos". **Projeto História**, n. 40, 2010, p. 423-45.
- Culler, J. **Teoria literária: Uma introdução**. Trad. S. Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.
- Custódio, T. A. S. **Construindo o (auto)exílio: Trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- Cvetkovich, A. **An archive of feelings: Trauma, sexuality, and lesbian public cultures**. Durham, NC: Duke University Press, 2003.
- D'Alessio, M. M. "A dimensão política da história". In: Oliveira, C. H. S.; Prado, M. L. C.; Janotti, M. L. M. (org.) **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 13-23.
- D'Araújo, M. C. "Como a história oral chegou ao Brasil: Entrevista com Aspásia Camargo". **História Oral**, v. 2, p. 167-79, jun. 1999.
- D'Araújo, M. C. "O CPDOC e a redescoberta do Brasil contemporâneo". In: **Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 227-67.
- D'Araújo, M. C. "Ouvindo os militares: Imagens de um poder que se foi". In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 147-72.
- D'Araújo, M. C. **Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945 a 1965**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- D'Araújo, M. C.; Castro, C. **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- D'Araújo, M. C.; Soares, G. A. D.; Castro, C. **A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D'Araújo, M. C.; Soares, G. A. D.; Castro, C. **Visões do golpe: A memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- Dagnino, E. "On Becoming a Citizen: The Story of D. Marlene". In: Benmayor, R.; Skotnes, A. (org.) **Migration and Identity: International Yearbook of Oral History and Life Stories – Vol. III**. New York: Oxford University Press, 1995. p. 69-84.
- Dantas Mota, L. (org.) **A História vivida: Entrevistas**. Vol. I. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981.
- Dantas Mota, L. **A Nova República: O nome e a coisa**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Dantas Mota, L. **Fernando Henrique Cardoso: Entrevistas**. Brasília: Senado Federal, 1985.
- Davies, S. "Falling on deaf ears? Oral history and strategy in museums". **Oral History Journal**, v. 22, n. 2, p. 74-84, 1994.
- De Marco, V. "A literatura de testemunho e a violência de estado". **Lua Nova**, n. 62, p. 45-68, 2004.
- del Priore, M. **Condessa de Barral: A paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- del Priore, M. **Histórias íntimas: Erotismo e sexualidade na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.
- del Priore, M. **O príncipe maldito**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- del Priore, M.; Venâncio, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.
- Delgado, L. A. N. "Ensaio introdutório: Memória, tempos vivos e história na narrativa de Clodesmidt Riani". In: Paula, H. R.; Campos, N. A. **Clodesmidt Riani: Trajetória**. Juiz de Fora: Ed. UFJF/Funalfa Edições, 2005. p. 5-12.
- Delgado, L. A. N. "Interdisciplinaridad y construcción del documento oral". **Palabras y Silencios/Words and Silences**, v. 1, n. 1, p. 35-9, 2002.
- Delgado, L. A. N. **História oral: Memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- Delgado, L. A. N. **Jardim do tempo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 67.
- Delgado, L. A. N. **PTB: Do getulismo ao reformismo**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- Demarchi, A. "O poder das letras: Legião Urbana, juventude e experiência". In: Giumbelli, E.; Diniz, J. C. V.; Naves, S. C. (org.) **Leituras sobre música popular: Reflexões sobre sonoridades e cultura**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 193-209.
- Demartini, Z. B. F. "Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais". In: von Simson, O. R. M. (org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 44-105.
- Demartini, Z. B. F. "Relatos orais, documentos escritos e imagens: Fontes complementares na pesquisa sobre imigração". In: Rocha-Trindade, M. B.; Campos, M. C. S. S. (org.) **História, memória e imagens nas migrações: Abordagens metodológicas**. Oeiras: Celta Editora, 2005. p. 99-133.
- Demartini, Z. B. F. "Velhos mestres das novas escolas: Um estudo das memórias de professores da Primeira República em São Paulo". **Cadernos CERU**, n. 19.
- Denis, P.; Ntsimane, R. (org.) **Oral history in a wounded country: Interactive interviewing in South Africa**. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.
- Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2005.
- Diaféria, L. "Cezindo a memória". **Folha de S. Paulo, Ilustrada**, p. 31, 6 de março de 1980.
- Diehl, A. A. **Cultura historiográfica: Memória, identidade e representação**. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- Dollard, J. **Criteria for the life history: With analyses of six notable documents [1935]**. New York: Peter Smith, 1949.
- Dosse, F. "Da história das ideias à história intelectual". In: **História e ciências sociais**. Trad.: F. Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 283-311.
- Drehmer, C. E. C. **Violão, violonistas e memória social nas décadas de 50 e 60 em Salvador**. Dissertação de Mestrado em História. PUC-SP, 1999.
- Duarte, G. R. "Entre modas, polcas e chamamés: Música, identidade e transgressão na trajetória e na obra de Helena Meirelles". In: Duarte, G. R.; Frotscher, M.; Laverdi, R. (org.) **Práticas socioculturais como fazer histórico: Abordagens e desafios teórico-metodológicos**. Cascavel: Edunioeste, 2009. p. 183-207.
- Duarte, G. R. "Rádio e cultura popular: Música caipira e música sertaneja". In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. p. 321-30.

- Duarte, G. R.; Frotscher, M.; Laverdi, R. (org.) **Desplazamientos en Argentina y Brasil: Aproximaciones en el presente desde la historia oral**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012.
- Duarte, G. R.; Frotscher, M.; Laverdi, R. (org.) **Práticas socioculturais como fazer histórico: Abordagens e desafios teórico-metodológicos**. Cascavel: Edunioeste, 2009
- Duarte, G. R.; González, E. “La construcción de si y del (en el) outro: Desplazamientos de músicos em la Triple Frontera (Brasil/Argentina/Paraguay)”. In: Duarte, G. R.; Frotscher, M.; Laverdi, R. (org.) **Desplazamientos en Argentina y Brasil: Aproximaciones en el presente desde la historia oral**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011. p. 113-34
- Dunaway, D. K. “La interdisciplinariedad de la historia oral en Estados Unidos”. Trad. M. B. Abelló. **Historia y Fuente Oral**, v. 2, n. 14, p. 27-38, 1995.
- Dunaway, D. K.; Baum, W. K. (org.) **Oral History: An Interdisciplinary Anthology**. 1st ed. Nashville, TN: American Association for State and Local History, 1984 [2nd ed. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 1996].
- Dunaway, D. K.; Beer, M. **Singing Out: An Oral History of America's Folk Revivals**. New York/Oxford: Oxford, 2010.
- Eco, U. **Tratado geral de semiótica**. 4^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- Emke, I. “Methodology and Methodolatry: Creativity and the Impoverishment of the Imagination in Sociology”. **The Canadian Journal of Sociology/Cahiers canadiens de sociologie**, v. 21, n. 1, p. 77-90, 1996.
- Erbolato, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. 5^a ed. 2^a reimpr. São Paulo: Ática, 2001.
- Eufrásio, M. **Estrutura urbana e ecologia humana: A Escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- Ewald, F. G. *et al.* (org.) **Cartografias da voz: Poesia oral e sonora, Tradição e vanguarda**. São Paulo/Curitiba: Letra e Voz/Fundação Araucária, 2011
- Farge, A. **Lugares para a história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- Faria, L.; Costa, M. C. “Cooperação científica internacional: Estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford”. **Dados**, v. 49, n. 1, p. 159-91, 2006.
- Farias, I. C. “Um *troupiér* na política: Entrevista com o general Antônio Carlos Muricy”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 124-46.
- Farina, R.; Portal, M. G. A. “O XV Congresso Internacional de Ciências Históricas (Bucareste, 10-17 agosto 1980)”. **Revista Brasileira de História**, v. 1, n. 1, p. 131-3, 1981.
- Faris, R. E. L. **Chicago Sociology: 1920-1932**. San Francisco: Chandler, 1967.
- Febvre, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- Feinberg, P. P. **Making the Invisible Visible: Documenting the Creative Process**. Tese de Mestrado em História da Arte, Concordia University, 2011. Disponível em: <http://spectrum.library.concordia.ca/7312/>
- Feldman-Bianco, B. “A saudade portuguesa na América: Artefatos visuais, histórias orais e a tradução de culturas”. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Coimbra, Portugal], v. 45, p. 113-26, 1996.
- Feldman-Bianco, B. “Reconstruindo a saudade portuguesa em vídeo: Histórias orais, artefatos visuais e a tradução de códigos culturais na pesquisa etnográfica”. In: Feldman-Bianco, B.; Moreira Leite, M. L. (org.) **Desafios da imagem: Iconografia, fotografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas: Papius, 1998. p. 289-304.
- Fenelon, D. R. “Políticas culturais e patrimônio histórico”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 29-33.
- Fenelon, D. R. *et al.* (org.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004
- Fenelon, D. R.; Khoury, Y. A. “Fontes para o estudo dos movimentos leigos da Igreja Católica no Brasil, 1920-1980”. **Projeto História**, v. 7, 1987, p. 127-67.
- Fernandes, A. B. (org.) **As vozes desassombradas do museu**. Rio de Janeiro: Museu da Imagem e do Som, 1970.

- Fernandes, F. “As relações raciais em São Paulo reexaminadas”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Revisitando a terra de contrastes: A atualidade da obra de Roger Bastide** [Seminário de Cultura Brasileira 4, São Paulo, 1984]. São Paulo: FFLCH/CERU, 1986. p. 13-9.
- Fernandes, F.; Gattás, R. “A história de vida na investigação sociológica: A seleção dos sujeitos e suas implicações”. **Sociologia**, v. XVIII, n. 2, p. 123-40, 1956.
- Fernandes, S. S. “Catálogo das narrativas de movimentos sociais: Construção de um instrumento de pesquisa”. In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Universitária UFPE, 2001. p. 19-29.
- Fernandes, S. S. “Fontes orais: Perspectivas para o tratamento em centros de documentação e arquivos”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 109-23.
- Fernandes, T. D.; Barbosa, V. L. “Trajetórias de vida, trajetórias de ofício” [Entrevista com Regina Beatriz Guimarães Neto], **Saeculum**, v. 23, p. 167-86, 2010.
- Fernandes, T. M. D. “A história oral na Casa de Oswaldo Cruz”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 46-8.
- Ferrarotti, F. **La storia e il quotidiano**. Roma: Laterza, 1986.
- Ferrarotti, F. **The end of conversation: The impact of mass media on modern society**. New York/Westport, CT/London: Greenwood Press, 1988.
- Ferreira, E. F. X. “Mujeres, memoria e identidade política”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 21, p. 53-66, 1999.
- Ferreira, E. F. X. “Oral History and the Social Identity of Brazilian Women under Military Rule”. **The Oral History Review**, v. 24, n. 2, p. 1-33, 1997.
- Ferreira, J. **João Goulart: Uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; Dias Junior, J. A. **Os contos e os vigários: Uma história da trapaça no Brasil**. São Paulo: Leya, 2010.
- Ferreira, J. P. “A viagem de Ulisses”. In: Valente, H.; Santhiago, R. (org.) **O Brasil dos Gilbertos: Notas sobre o pensamento (musical) brasileiro**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 23-31.
- Ferreira, J. P. “Cultura é memória”. In: **Armadilhas da memória e outros ensaios**. Cotia, SP: Ateliê, 2003, p. 69-87.
- Ferreira, J. P. “Entrevista com Edvaldo Santana”, **Projeto História**, v. 24, 2002, p. 381-413
- Ferreira, J. P. “Heterônimos e cultura das bordas: Rubens Lucchetti”. **Revista USP**, v. 4, p. 169-74, dez-jan-fev 1989-1990.
- Ferreira, J. P. “Matrizes impressas da oralidade”. In: **Fronteiras do literário: Literatura oral e popular (Brasil/França)**. 1995. p. 45-54.
- Ferreira, J. P. **Cavalaria em Cordel**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- Ferreira, J. P. **Cultura das bordas: Edição, comunicação, leitura**. Cotia, SP: Ateliê, 2010.
- Ferreira, J. P. **Rubens Francisco Lucchetti: O homem de 1000 Livros**. São Paulo: COM-ARTE, 2008.
- Ferreira, L. A. **Políticas públicas para a cultura na cidade de São Paulo: A Secretaria Municipal de Cultura – Teoria e Prática**. Tese [Doutorado em Comunicação e Cultura]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- Ferreira, M M. “Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: O caso do Brasil”. **História Oral**, junho de 1998, n. 1. p. 19-30.
- Ferreira, M. C. “A Psicologia Social contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais”. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 26, n. especial, p. 51-64, 2010.
- Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.
- Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Finep/Diadorim, 1994.
- Ferreira, M. M. “Brazil [News from Abroad]”. **Oral History**, v. 23, n. 1, p. 20-22, 1995.
- Ferreira, M. M. “Demandas sociais e história do tempo presente”. In: Varella, F. *et al.* (org.) **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 101-24.

- Ferreira, M. M. “Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: O caso do Brasil”. **História Oral**, v. 1, p. 19-30, 1998.
- Ferreira, M. M. “História do tempo presente: Desafios”. **Cultura Vozes**, v. 3, p. 111-24, 2000.
- Ferreira, M. M. “História oral e tempo presente”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21.
- Ferreira, M. M. “História oral, comemorações e ética”. **Projeto História**, n. 15, 1997, p. 157-64.
- Ferreira, M. M. “História Oral: Um inventário das diferenças”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 1-13.
- Ferreira, M. M. “História Oral: una brujula para los desafios de la historia”, **História, Antropologia e Fuentes Orales**, v. 28, 2003, p. 141-52.
- Ferreira, M. M. “História oral: Velhas questões, novos desafios”. In: Cardoso, C. F.; Vainfas, R. (org.) **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-86.
- Ferreira, M. M. “História, tempo presente e história oral”. **Topoi**, v. 1, n. 5, p. 314-22, 2002.
- Ferreira, M. M. “II Encuentro Nacional de Historia Oral (Rio de Janeiro, 27 a 29 de abril de 1994)”. **Historia y Fuente Oral**, n. 12, p. 175, 1994.
- Ferreira, M. M. “Introdução”. In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-17.
- Ferreira, M. M. “La historia oral en Brasil: Un estado de la cuestión”. **Historia y Fuente Oral**, n. 13, p. 103-12, 1995.
- Ferreira, M. M. “Una década de la Asociación Internacional de Historia Oral (IOHA)”. **Palabras y silencios**, nueva epoca, v. 4, n. 1/2, p. 6-21, 2007/2008.
- Ferreira, M. M. “X Conferencia Internacional de Historia Oral: ‘Retos para el siglo XXI’ (Rio de Janeiro, 14 a 18 de junio de 1998)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 2, n. 20, p. 163-166, 1998.
- Ferreira, M. M. **A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro (1870-1906)**. Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, 1977.
- Ferreira, M. M. **A História como ofício: A constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- Ferreira, M. M. **Em busca da Idade do Ouro: As elites políticas fluminenses**. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.
- Ferreira, M. M. **Em busca da Idade do Ouro: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.
- Ferreira, M. M. **Oral history in Brazil: an assessment**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6832. Acesso em 08 de dezembro de 2012.
- Ferreira, M. M.; Alberti, V. “X Conferencia Internacional de Historia Oral: ‘Retos para el siglo XXI’ (Rio de Janeiro, 14 a 18 de junio de 1998)”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 2, n. 20, 1998, p. 163-166.
- Ferreira, M. M.; Britto, A. (org.) **Segurança e cidadania: Memórias do Pronasci**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- Ferreira, M. M.; Fernandes, T. M.; Alberti, V. (org.) **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.
- Ferreira, M. M.; Fortes, A. (org.) **Muitos caminhos, uma estrela: Memórias de militantes do PT – Volume 1**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- Ferreira, M. M.; Moreira, R. L. (org.) **Capes, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília, DF: Capes, 2002.
- Ferreira, V. R. “História oral: Origem e expansão de um movimento que se firma no Brasil”. **Arquivo & Adminitração**, v. 8, n. 2, p. 3-7, 1980.
- Ferro, M. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Ibrasa, 1983.
- Ferro, M. **Cinema e história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

- Fico, C. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- Figueiredo, V. M. C. **Gente em cena: fragmentos e memórias da dança em Goiás**. Tese de Doutorado em Educação. Unicamp, 2007.
- Firkis, A. **Os carbonários: Memórias da guerrilha perdida**. São Paulo: Global, 1980.
- Fischman, F.; Hartmann, L. (org.) **Donos da palavra: Autoria, performance e experiência em narrativas orais na América do Sul**. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.
- Fish, S. **Is There a Text in this Class? The Authority of Interpretive Communities**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1980.
- Fonte, B. **O barquinho vai... Roberto Menescal e suas histórias**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2010.
- Ford Foundation. **Current interests of the Ford Foundation [1974-1975]**. New York: Ford Foundation, 1974.
- Ford Foundation. **Current interests of the Ford Foundation: 1976 and 1977**. New York: Ford Foundation, 1975.
- Fornarola, M. “A ThyssenKrupp nas dinâmicas do narrar: Humanismo etnográfico e história oral (Brasil e Itália). **História & Perspectivas**, v. 46, 2012, p. 215-44.
- Freidenson, M. “A integração dos judeus em São Paulo”. **Cadernos CERU**, série 2, n. 18, 2006, p. 179-95.
- Freidenson, M.; Becker, G. (org.) **Passagem para a América: Relatos da imigração judaica em São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.
- Freitas, S. M. “Falam os imigrantes: ...memória e diversidade cultural em São Paulo”. In: Lang, A. B. S. G. (org.) **Realidade brasileira: Várias questões, muitos olhares** [Cadernos Ceru, série 2, n. 9, 2002]. São Paulo: Humanitas/CERU, 2002. p. 108-32.
- Freitas, S. M. “Prefácio à edição brasileira”. In: Thompson, P. **A voz do passado: História oral**. Trad. L. L. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 14-9.
- Freitas, S. M. **E chegam os imigrantes: Café e a imigração em São Paulo**. São Paulo: 1999.
- Freitas, S. M. **História oral: Possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2002.
- Freitas, S. M. **O café e a imigração**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- Freitas, S. M. **Presença portuguesa em São Paulo**. São Paulo: Memorial do Imigrante/Imprensa Oficial, 2006.
- Freitas, S. M. **Reminiscências**. São Paulo: Maltese, 1993.
- Friedman, J. “Fractious Action: Oral History-Based Performance”. In: Charlton, T. L.; Myers, L. E.; Sharpless, R. (org.) **Handbook of Oral History**. Lanham/New York/Toronto/Oxford: Altamira Press, 2006.
- Fundação Getúlio Vargas. **Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- Gabeira, F. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- Galíndez-Jorge, V. “Crítica genética e crítica literária”. **Ciência e Cultura**, ano 59, n. 1, p. 29-9, 2007.
- Gallian, D. M. C. “O historiador como inquisidor ou como antropólogo? Um questionamento para os ‘historiadores orais’”. **Revista de História**, 1991/92, n. 125-126, p. 93-103.
- Gallo, M. F. “Memória da diversão: Lembranças do circuito cinema-baile-teatro na cidade de Pindorama nas décadas de 1950 e 60”. **Anais do XI Congresso Interno de Iniciação Científica da Unicamp**, 2003.
- Gandon, T. R. A. (org.) **O Rio Vermelho e suas tradições: Memórias de Licídio Lopes**. Salvador: FACEBa, 1984.
- Gandon, T. R. A. (org.) **Rio Vermelho**. Salvador: Projeto História dos Bairros de Salvador/FACEBa, 1986.
- Garay, G. (org.) **Cuéntame tu vida – Historia oral: Historias de vida**. San Juan: Instituto Mora, 1997. p. 9-15.
- Garde-Hausen, J. **Media and Memory**. Edinburg: Edinburg University Press, 2011.
- Garrido, J. A. “As fontes orais na pesquisa histórica: Uma contribuição ao debate”. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, 1992/1993.
- Gaspari, E. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- Gaspari, E. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Gaspari, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Gaspari, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Gattaz, A. **Braços da resistência: Uma história oral da imigração espanhola**. São Paulo: Xamã, 1996.
- Gattaz, A. C. “Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo, Xamã, 1996. p. 135-40.
- Gattaz, A. C. “Meio século de história oral”. **NEHO-História**, v. 0, p. 21-33, jun. 1998.
- Geertz, C. **Obras e Vidas: O antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- Genette, G. “O estado conceitual”. In: **A obra de arte – Volume 1: Imanência e Transcendência**. Trad. V. L. Siqueira. São Paulo: Littera Mundi, 2001. p. 127-50.
- Genette, G. **A obra de arte – Volume 1: Imanência e Transcendência**. Trad. V. L. Siqueira. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- Genette, G. **Paratextos editoriais**. Trad. A. Faleiros. Cotia, SP: Ateliê, 2009.
- Germano, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.
- Giacomini, S. M. “Samba é coisa nossa’: Rodas de samba e sociabilidade na Renascença Clube, Rio de Janeiro”. In: Dângelo, N. (org.) **História e cultura popular: Saberes e linguagens**. Uberlândia: Edufu, 2010. p. 227-51.
- Giglio, J. S. “Memória onírica”. In: Brandão, C. R. (org.) **As faces da memória**. Campinas: CMU, s/d. p. 85-94.
- Gillespie, T. “O caminho do entretenimento”. In: Vv. Aa. **História falada: Memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC-SP/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 73-81.
- Gillies, V.; Alldred, P. “Making the Right Connections: ‘Knowledge’ and Power in Academic Networking”. In: Gillies, V.; Lucey, H. (org.) **Power, Knowledge and the Academy: The Institutional is Political**. New York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 105-121.
- Ginzburg, J. “A ditadura militar e a literatura brasileira: Tragicidade, sinistro e impasse”. In: Olinto, H. K.; Schollhammer, K. E. (org.) **Literatura e crítica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 199-210.
- Ginzburg, J. **Crítica em tempo de violência**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2012.
- Gittlin, A. (org.) **Power and Method: Political Activism and Educational Research**. New York: Routledge, 1994.
- Godoi, J.; Guimarães, R. S. “Do original à cópia: a voz dos estilistas sobre a criação da moda”. **Emancipação**, v. 10, n. 1, 2010, p. 375-86.
- Góes, M. **Cidadania, bola e macarrão: Um estudo de psicologia a partir do relato de dois moradores do Jardim Ângela**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- Golandinski, E. “Preservação da memória judaica no Rio Grande do Sul através da história oral”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 53-6.
- Goldberg, D. T.; Davidson, C. N. “Interdisciplinarity”. In: Horowitz, M. C. (org.) **New dictionary of the history of ideas – Vol. 3**. Detroit: Charles Scribner’s Sons, 2005. p. 1126-31.
- Goldenberg, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 10a ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- Gomes, A. C. (org.) **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- Gomes, A. C. (org.) **Personagens e imagens de uma cidade**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.
- Gomes, A. C. “Política: História, ciência, cultura e etc.”. **Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.
- Gomes, A. M. C. “Apresentação”. **História oral**, v. 2, p. 7, 1999.
- Gomes, A. M. C. “História oral e histórias de vida: Temas e abordagens”. **Cadernos de História e Saúde**, v. 2, p. 167-9, 1992.

- Gomes, A. M. C. “Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: Arquivos privados e jornais”. **Revista Brasileira de História**, v. 1, n. 2, p. 259-83, 1981.
- Gomes, A. M. C. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980”. **Estudos Históricos**, v. 34, p. 157-86, 2004.
- Gomes, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.
- Gomes, A. M. C.; Flaksman, D.; Stotz, E. N. (org.) **Velhos militantes: Depoimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- Gonçalves Filho, J. M. “Olhar e memória”. In: **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 95-124.
- Gonçalves Filho, J. M. “Prefácio: A invisibilidade pública”. In: Costa, F. B. **Homens invisíveis: Relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004. p. 9-47.
- Gonçalves, J. “‘A singela e pitoresca história de nosso estremecido torrão’: Em torno da produção de caráter histórico no âmbito do IHGSC”. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005.
- Gonçalves, J. H. R. “Trabalhando com fontes orais. Reflexões a partir de uma pesquisa em andamento: ‘Caboclos’ e ‘pioneiros’ em Maringá, 1937-1953”. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, ano 4, n. 3, p. 1-33, 1991.
- Gonçalves, J. **Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- Gonçalves, L. N. “Educação musical e sociabilidade: Um estudo em espaços de ensinar/aprender música em Uberlândia (Minas Gerais) nas décadas de 1940 a 1960”. **Em Pauta**, v. 18, n. 31, 2007.
- Gracia, G. N. “¿Existe una historia oral latinoamericana?”. In: Gracia, G. N.; Montenegro, A. T. (org.) **Caminos de historia y memoria en América Latina**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011. p. 1-4.
- Gracia, G. N.; Leglise, P. P. (org.) **Voltear el mundo de cabeza: Historias de militancia de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011.
- Gracia, G. N.; Montenegro, A. T. (org.) **Caminos de historia y memoria en América Latina**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011.
- Green, J. “Exilados e acadêmicos: A luta pela anistia nos Estados Unidos”. **Cadernos AEL**, v. 17, n. 29, p. 295-311, 2010.
- Green, J. **We cannot remain silent: Opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States**. Durham: Duke University Press, 2010.
- Grele, R. “A movement without aim: Methodological and theoretical problems in oral history”. In: Perks, R.; Thomson, A. (org.) **The oral history reader**. London/New York: Routledge, 1998. p. 38-52.
- Grele, R. “Can anyone over thirty be trusted: A friendly critique of oral history”. In: Grele, R. (org.) **Envelopes of Sound: The Art of Oral History**. 2nd ed. New York/Westport, CT/London: Praeger, 1991.
- Grele, R. “La fluidez entre el pasado y el presente”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 36, 2006, p. 73-77.
- Grele, R. “Memorias de un movimiento”, **Palabras y Silencios**, v. 2, n. 6, p. 3-6, 1998.
- Grele, R. **Envelopes of Sound: The Art of Oral History**. 2nd ed. New York/Westport, CT/London: Praeger, 1991.
- Grele, R. **International Annual of Oral History, 1990 – Subjectivity and Multiculturalism in Oral History**. New York/Westport/London: Greenwood Press, 1990.
- Grenfell, M. (org.) **Pierre Bourdieu: Key Concepts**. Durham: Acumen, 2010.
- Gresillón, A. “Devagar: Obras”. In: Zular, R. (org.) **Criação em processo: Ensaios de crítica genética**. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 147-74.
- Groot, J. **Consuming history: Historians and heritage in contemporary popular culture**. London/New York: Oxford, 2009.
- Guarato, R. “O hip-hop como movimento cultural: As singularidades na cidade de Uberlândia/MG – 1970/2006”. In: Dângelo, N. (org.) **História e cultura popular: Saberes e linguagens**. Uberlândia: Edufu, 2010. p. 367-93.

- Gueiros Vieira, D. “A Crise de Julho na Revolução dos Cravos (Uma história oral da Revolução Portuguesa)”. **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História** [Aracaju, setembro de 1975]. São Paulo, 1976. p. 985-91.
- Guillen, I. C. M. “A formação de um mestre: Saberes em circulação na cultura popular”, **História Oral**, v. 9, n. 1, p. 107-123, 2006.
- Guimarães, R. “A diáspora: Um estudo exploratório sobre o deslocamento geográfico de pesquisadores brasileiros na década de 90”. **Dados**, v. 45, n. 4, p. 705-50, 2002.
- Guimarães, R. E. M. “Os estudos de comunidade e urbanos coordenados por Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo”. **Cadernos CERU**, v. 22, n. 1, p. 221-38, 2011.
- Haguette, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- Harres, M. M. “Pelos caminhos da memória: Uso de fontes orais na pesquisa histórica”. Harres, M. M.; Joaoni Neto, V. (org.) **História, terra e trabalho em Mato Grosso: Ensaio teórico e resultados de pesquisa**. São Leopoldo/Cuiabá: Oikos/Unisinos/EDUFMT, 2009. p. 13-25.
- Hartog, F. “La tentation de l'épistémologie?”. **Le Débat**, n. 112, p. 80-83, 2000.
- Hatton, E. “The future of Women's Studies: A Ford Foundation Workshop Report”. **Women's Studies Quarterly**, v. 22, n. 3/4, p. 256-64, 1994; Hill, L. I. “The Ford Foundation Program on Mainstreaming Minority Women's Studies”. **Women's Studies Quarterly**, v. 18, n. 1/2, p. 24-3, 1990.
- Hay, L. “Os trinta e três *incipit* de Christa Wolf”. In: **A literatura dos escritores: Questões de crítica genética**. Trad. C. P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- Hellman, J. A. “Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories” [Book review]. **Latin American Research Review**, v. 27, n. 1, p. 182, 1992.
- Henriques, R. M. N. **Memória, museologia e virtualidade: Um estudo sobre o Museu da Pessoa**. Dissertação de mestrado em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2004.
- Hermeto, M. “**Olha a Gota que falta**”, **Gota D'Água: um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975-1980)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- Hernández, M. M. S. **Uma vida em dança: Movimentos e percursos de Denise Stutz**. Tese de Doutorado em Educação. Unicamp, 2010.
- Herschmann, M. & Pereira, C. A. M. “O *boom* da biografia e do biográfico na cultura contemporânea”. In: Olinto, H. K. & Schollhammer, K. E. (org.). **Literatura & Mídia**. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2002. p. 141-50.
- Heymann, L. **O ‘devoir de mémoire’ na França contemporânea: Entre a memória, história, legislação e direitos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1685.pdf. Acessado em 10 abr. 2013.
- Hodges, D. J. “Museums, anthropology, and minorities: In search of a new relevance for old artifacts”. **Anthropology & Education Quarterly**, v. 9, n. 2, p. 148-57, 1978.
- Homem, W. **Histórias de canções: Chico Buarque**. São Paulo: Leya, 2009.
- Hoopes, J. **Oral history: An introduction for students**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1979.
- Hostins, R. C. L. “Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-Graduação brasileira”. **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 133-60, 2006.
- Hutchinson, C. G. **Body, voice, memory: Modern latin American women's testimonios**. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). University of Illinois, Urbana-Champaign, 2010.
- Hydén, L. C.; Örvulv, L. “Interaction and narrative structure in dementia”. In: Schiffman, D.; De Fina, A.; Nylund, A. (org.) **Telling stories: Language, narrative and social life**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2010. p. 149-60.
- Iglesias, E. “Reflexões sobre o *quefazer* da história oral no mundo rural”. **Dados**, v. 27, n. 1, p. 59-70, 1984.
- Instituto Cultural Marc Chagall. **Imigração judaica no Rio Grande do Sul: História de vida**. Porto Alegre: Instituto Cultural Marc Chagall, 1989.
- Ionta, M. “A escritura de si nas cartas de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga e Henriqueta Lisboa”. **História Oral**, v. 8, n. 2, p. 145-168, 2005.

- Jaksic, I. "Oral history in the Americas". **The Journal of American History**, v. 79, n. 2, p. 590-600, September 1992.
- Janotti, M. L. M. "Barbárie, ensino e historiografia". **Saeculum**, v. 2, n. 6/7, 2001.
- Janotti, M. L. M. "História, acontecimento e narrativa: Confrontações teóricas". **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 24, p. 83-101, 2006.
- Janotti, M. L. M. "Imprensa e ensino na Ditadura". In: Ferreira, A. C.; Bezerra, H. G.; Luca, T. R. (org.) **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Unesp, 2008. p. 95-116.
- Janotti, M. L. M. "O livro *Fontes Históricas* como fonte". In: Pinsky, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-22.
- Janotti, M. L. M. "Pensando as implicações do testemunho na história oral". In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 161-71.
- Janotti, M. L. M. "Problemas metodológicos: Depoimentos e repressão". **Cadernos CERU**, v. 12, p. 31-51, 2001.
- Janotti, M. L. M. "Questionando a narrativa memorialística". In: Malatian, T.; Leme, M. S.; Manoel, I. V. (org.) **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 91-102.
- Janotti, M. L. M. "Refletindo sobre história oral: Procedimentos e possibilidades". In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 56-62.
- Janotti, M. L. M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986; Janotti, M. L. M. **A Balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Janotti, M. L. M.; Queiroz, S. R. "Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo". **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 28, p. 77-89, 1988.
- Janotti, M. L. M.; Rosa, Z. P. "História oral: Uma utopia?". **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, p. 7-12, 1992/1993.
- Janotti, M. L. M.; Rosa, Z. P. "Memory of Slavery in Black Families of São Paulo". **International Yearbook of Oral History and Life Stories – Vol. II**. Oxford: Oxford University Press, 1993. P. 155-169.
- Janotti, M. L. M.; Rosa, Z. P. "Memory of slavery in black families of São Paulo, Brazil". In: Bertaux, D.; Thompson, P. (org.) **Between generations: Family models, myths, and memories**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- Janotti, M. L. M.; Rosa, Z. P. "Transmissão da memória sobre a escravidão". **História**, v. 14, p. 111-25, 1995.
- Janotti, M. L. M.; Souza, M. C. C. "O Colégio de Aplicação da USP: Anos 50 e 60". In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU, 1997. p. 267-290.
- Joutard, P. *Ces voix qui nous viennent du passé*. Paris: Hachette, 1983.
- Jucá, G. N. M. (org.) **Memórias entrecruzadas: Experiências de pesquisa**. Fortaleza: EdUECE, 2009.
- Junqueira, I. A. A. "Tempo de lazer: Cinema e cultura popular no cotidiano pratense na segunda metade do século XX". In: Dângelo, N. (org.) **História e cultura popular: Saberes e linguagens**. Uberlândia: Edufu, 2010. p. 117-51.
- Kaufman, T. N. "Reanimação histórica da comunidade judaica de Recife". In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 173-84.
- Kauppi, N. **French Intellectual Nobility: Institutional and Symbolic Transformations in the Post-Sartrian Era**. Albany, NY: State University of New York Press, 1996.
- Kawall, L. E. **Artes-reportagem**. São Paulo: Centro de Artes Novo Mundo, 1972.
- Kessel, Z. A construção da memória na escola: Um estudo sobre as relações entre memória, história e informação na contemporaneidade. Dissertação de Mestrado, ECA-USP.
- Khoury, Y. A. "A problemática da memória como linguagem social e prática política: A experiência de trabalhadores da empresa ThyssenKrupp do Brasil". **História & Perspectivas**, v. 46, 2012, p. 31-64.
- Khoury, Y. A. "Documentos orais e visuais: Organização e usos coletivos". **Revista do Arquivo Municipal**, n. 200, 1992.
- Khoury, Y. A. "Narrativas orais na investigação da história social". **Projeto História**, n. 22, p. 79-103, 2001.

- Khoury, Y. A. “No rastro de memórias silenciadas”. **Projeto História**, v. 30, p. 407-14, 2005.
- Khoury, Y. A. “O historiador, as fontes orais e a escrita da história”. In: Maciel, L. A.; Almeida, P. R.; Khoury, Y. A. (org.) **Outras histórias: Memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 22-
- Khoury, Y. A. “O Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Pontifícia Universidade de São Paulo”. **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 5, p. 51-4, 1983.
- Knauss, P. “Aproximações disciplinares: História, arte e imagem”. **Anos 90**, v. 15, n. 28, 2008, p. 151-68.
- Knauss, P. “O desafio de fazer história com imagens: Arte e cultura visual”. **ArtCultura**, v. 8, n. 12, 2006, p. 97-115.
- Kossoy, B. “Introdução”. In: Museu da Imagem e do Som. **Catálogo de Depoimentos – 1970/1982 [Cadernos do MIS n. 3]**. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 1982.
- Lacouture, J. “A história imediata” [1978]. In: Le Goff, J. (org.) **A história nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 287-321.
- Lajolo, M. “Do intertexto ao hipertexto: As paisagens da travessia”. In: Nunes, B. (org.) **Memória, literatura e tecnologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.
- Lajolo, M. “Regionalismo e História da Literatura: Quem é o vilão da história?”. In: Freitas, M. C. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- Lance, D. “Oral history in Britain”. **Oral History Review**, v. 2, n. 1, p. 64-76, 1974.
- Lang, A. B. S. G. (org.) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica [Textos CERU, série 2, n. 3]**. São Paulo: CERU, 1992.
- Lang, A. B. S. G. “História oral: Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta”. In: Meihy, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 33-47.
- Lang, A. B. S. G. “História oral: Propostas e perspectivas”. In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 125-136.
- Lang, A. B. S. G.; Campos, M. C. S. S.; Demartini, Z. B. F. (org.) **História oral, sociologia e pesquisa: A abordagem do CERU**. São Paulo: Humanitas, 2010.
- Lang, A. B. S. G.; Janotti, M. L. M. **Espiritismo progressista: Pensamento e ação de Rino Curti**. São Paulo: Conex, 2005.
- Lang, A. B. S. G.; Meihy, J. C. S. B. “Revista História Oral: Um auto-olhar”. **História Oral**, v. 7, p. 11-9, 2004.
- Langness, L. L. **The life history in anthropological science**. New York/Chicago/San Francisco/Toronto/London: Holt, Rinehart and Winston, 1965.
- Lannan, B. A.; Wndling, L. M. (org.) **Preparing the Next Generation of Oral Historians: An Anthology of Oral History Education**. Landham, MD: AltaMira Press, 2006.
- Lapa, J. R. A. **História e historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Lara, S. H. “Imagens históricas: Vassouras, por Stanley J. Stein”. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 347-61, 2009.
- Larson, M. A. “Potential, potential, potential: The marriage of oral history and the World Wide Web”. **The Journal of American History**, v. 88, n. 2, p. 596-603, 2011.
- Lavabre, M. C. “Historiography and memory”. In: Tucker, A. (org) **A companion to the philosophy of history and historiography**. Chichester: Blackwell Publishing, 2009. p. 362-70.
- Laverdi, R. “Raymond Williams and Oral History: Constitutive Social Relations”. **Words & Silences**, v. 5, n. 2, p. 20-9, 2010.
- Laverdi, R.; Mastrángelo, M. (org.) **Desde las profundidades de la historia oral**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.
- Le Goff, J. “História”. In: **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 1-171.
- Le Goff, J. “Memória”. In: **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 419-76.
- Le Goff, J.; Nora, P. (org.) **História: Novos objetos**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1979.
- Le Ven, M. M. **Afeto e política – Metodologia qualitativa: História oral de vida e sociologia clínica**. Colaboração: I. A. C. Teixeira e D. F. Vieira. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/Linha Ed. Tela e Texto, 2008.

- Le Ven, M. M. **Dazinho: Um cristão nas Minas – Minas do ouro, minas d'água, minas de gente...** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2005.
- Le Ven, M. M. **Dazinho: Um cristão nas Minas.** 1ª ed. Belo Horizonte: CDI, 1998.
- Le Ven, M. M. **Trabalho e democracia: A experiência dos metalúrgicos mineiros (1973-1986).** Tese de Doutorado em Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, 1988.
- Le Ven, M. M.; Faria, E.; Motta, M. H. S. “História oral de vida: O instante da entrevista”. In: Von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996.** Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 213-22.
- Lebrave J.-L. “La critique génétique: Une discipline nouvelle ou un avatar moderne de la philologie?”. **Genesis, manuscrits, recherche, invention**, n. 1, p. 33-72, 1992.
- Leite, D. M. “Apresentação”. In: Bosi, E. **Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias.** 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 13-4.
- Leite, D. M. **O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia.** 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983.
- Leite, T. A. “O dilema da interferência na história oral: Novos problemas e novas respostas”. **Oralidades**, n. 2, p. 65-82, 2008.
- Lejeune, P. “A autobiografia dos que não escrevem” [1980]. In: **O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 113-91.
- Leonzo, N. “A colônia brasilianista: História oral de vida acadêmica” [Resenha]. **Revista de História**, v. 123/124, p. 143-219, 1990/1991.
- Lewis, O. **Los hijos de Sánchez.** México: Moritz, 1967.
- Liddington, J. “O que é história pública? Os públicos e seus passados”. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.
- Lima, A. V.; Cruz, A. R.; Silva, J. L.; Ventura, I.; Montenegro, A. T. (org.) **Casa Amarela: Memórias, lutas, sonhos.** Recife: Departamento de Memória de Casa Amarela/FEACA, 1988.
- Lima, E. P. **O que é livro-reportagem.** São Paulo: Brasiliense, 1998.
- Lima, E. P. **Páginas ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** 3ª ed. rev. atual. Barueri, SP: Manole, 2004.
- Lima, L. C. (org.) **A literatura e o leitor: Textos de estética da recepção.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- Lima, M. “O legado de Oracy Nogueira ao estudo das relações raciais”. **Tempo Social**, v. 19, n. 1, p. 283-5, junho de 2007.
- Lima, S. R. **Memórias que cantam e encantam: Coral Universitário da FAFI (2001-2011).** União da Vitória: Coral Universitário da FAFI, 2011.
- Lima, V. R. “Getúlio: Oral History, Political Biography and National Myth”. **Oral History**, v. 16, n. 1, p. 34-9, 1988.
- Lima, V. R. “Las mujeres en el exilio: Volverse feminista”. In: Aceves, J. (org.) **Historia oral.** San Juan: Instituto Mora/Universidad Autónoma Metropolitana, 1993. p. 219-242.
- Lima, V. R. “Women in Exile: Becoming Feminist”. **International Journal of Oral History**, v. 5, n. 2, p. 81-99, 1984.
- Lira, L. R.; Mendoza, M. R. “História oral e psicologia: Experiências de pesquisa e diálogos disciplinares”. Trad. R. Santhiago e V. P. R. Fernandez. **Oralidades**, v. 3, p. 83-98, 2008.
- Lobo, E. M. L. **Portugueses en Brasil en el siglo XX.** Madrid: MAPFRE, 1994.
- London, S. H. D. (org.) **Guia Histórias da Nossa Terra.** São Paulo: Museu da Pessoa/Instituto Avisa Lá, 2007.
- Loner, B. A.; Gill, L. A. “Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas”. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.
- Lopes, J. S. L.; Alvim, R. “A Brazilian Worker’s Autobiography in an Unexpected Form: Interweaving the Interview and the Novel”. In: Chamberlain, M.; Thompson, P. (org.) **Narrative and Genre.** New York: Routledge, 1998. p. 63-80.

- Lopes, L. C. “O outro ângulo”. **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 18-20.
- Lopez, I. **Memória social: Uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local**. São Paulo: Museu da Pessoa/Senac São Paulo, 2008.
- Lotman, I. “Sobre o problema da tipologia da cultura”. Trad. L. Seki. In: Schnaiderman, B. (org.) **Semiótica russa**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 31-41.
- Lotman, I. **La semiosfera II: Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.
- Lotman, I. **Universe of the Mind: A Semiothic Theory of Culture**. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 2000.
- Lourenço, M. L. **Cultura, arte e política: O movimento Hip-Hop e a constituição dos narradores urbanos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- Lozano, J. E. A. “Camino y geometría de la historia oral reciente en México”. In: Velasco, C. (org.) **Historia y Testimonios Orales**. Mexico, DF: INAH, 1996. p. 23-55.
- Lozano, J. E. A. “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea” [1994]. In: Amado, J.; Ferreira, M. M. (org.) **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 15-25.
- Luca, T. R. “Relatos autobiográficos: Perspectivas e possibilidades”. In: Malatian, T.; Leme, M. S.; Manoel, A. (org.) **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. São Paulo: Olho d’Água, 2003. p. 133-53.
- Lucena, C. T.; Campos, M. C. S. (org.) **Práticas e representações**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008. p. 13-27.
- Lucena, C. T.; Campos, M. C. S. S.; Demartini, Z. B. F. (org.) **Pesquisa em Ciências Sociais: Olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz [Textos CERU, série 2, n. 10]**. São Paulo: CERU, 2008.
- Lummis, T. **Listening to History**. New Jersey: Barnes & Nobel Books, 1987.
- Macedo, V. “O silêncio depois de uma fala é a coisa mais linda que há”. In: Bragança, F. (org.) **Eduardo Coutinho**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. p. 64-79.
- Machado, A. **Pré-cinemas & pós-cinemas**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- Machado, C. J. S. *et al.* (org.) **Do silêncio à voz: Pesquisas em história oral e memória**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- Machado, I. (org.) **Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: Annablume, 2007.
- Machado, I. **Escola de semiótica: A experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura**. Cotia, SP: Ateliê, 2003.
- Maciel, L. C.; Chaves, A. **Eles e eu: Memórias de Ronaldo Bôscoli**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- Maestri Filho, M. J. **Depoimentos de escravos brasileiros**. São Paulo: Ícone, 1988.
- Magaldi, Monique Batista. **Navegando no Museu Virtual: Um olhar sobre formas criativas de manifestação do fenômeno museu**. Dissertação de mestrado em Museologia e Patrimônio. Unirio, 2010.
- Magalhães, E. F. **Rappers: Artistas de um mundo que não existe - um estudo psicossocial de identidade a partir de depoimentos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- Magalhães, J. **Minhas memórias provisórias: Depoimentos prestados ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- Magalhães, V. B. “Imigração e memória: A música italiana e os italianos em São Paulo”. Trabalho apresentado no 8º **Encontro de Música e Mídia: Tão longe, tão perto... A música migrante** (2012).
- Maio, M. C. “Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, and the Unesco Project on race relations in São Paulo”. **Latin American Perspectives**, v. 38, n. 3, p. 136-49, May 2011.
- Maio, M. C. “O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-58, 1999.

- Maio, M. C. "O Projeto Unesco: Ciências Sociais e o 'credo racial brasileiro'". **Revista USP**, n. 46, p. 115-28, junho/agosto 2000.
- Malatian, T. "A biografia e a História". **Cadernos Cedem**, v. 1, 2008, p. 16-32.
- Malatian, T. "Diplomacia e letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima". **Estudos Históricos**, v. 13, n. 24, 1999, p. 377-392.
- Malatian, T. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: Edusc/Fapesp, 2001.
- Manfredi, S. M. "Enseñanza de la historia a través de la fotografía". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 20, p. 121-30, 1998.
- Margolis, M. "Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories" [Book review]. **The Americas**, v. 46, n. 3, p. 412-3, 1990.
- Marighella, C. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979.
- Marre, J. L. "História de vida e método biográfico". **Cadernos de Sociologia: Metodologias de pesquisa** [Porto Alegre], v. 3, n. 1, p. 89-141, 1991.
- Martins Filho, J. R. "The War of Memory: The Brazilian Military Dictatorship according to Militants and Military Man". **Latin American Perspectives**, v. 36, n. 5, p. 89-107, 2009.
- Martins, I. L.; Knauss, P. (org.) **Cidade múltipla: Temas de história de Niterói**. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 1997.
- Martins, I. L.; Sousa, F.; Pereira, C. M. (org.) **A emigração portuguesa para o Brasil**. Porto: Edições Afrontamento, 2007. p. 69-88.
- Maslen, J. "Autobiographies of a generation? Carolyn Steedman, Luisa Passerini and the memory of 1968". **Memory Studies**, v. 6, n. 1, p. 23-36, 2013.
- Massi, F. "Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras". In: Miceli, S. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil (vol. 1)**. São Paulo: Vértice/Idesp/Finep, 1989. p. 410-59.
- Mate, A. L. **A produção teatral paulistana dos anos 1980: R(ab)iscando com faca o chão da história: Tempo de contar os (pré)juízos em percursos de andança**. Tese de Doutorado em História Social. USP, 2008.
- Matos, O. "A Narrativa: Metáfora e Liberdade". In: Costa, C. B.; Magalhães, N. A. (org.) **Contar história, fazer História: História, Cultura e Memória**. Brasília: Paralelo 15, 2001.
- Mattos, H. "Memórias do Cativo: Narrativas e etnotexto". **História Oral**, v. 8, n. 1, 2005, p. 43-60.
- Mattos, H. "Os Combates da Memória: Escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros". **Tempo**, v. 3, n. 6, 1998, p. 119-38.
- Mattos, H. "Terras de Quilombo. Citoyenneté, mémoire de la captivité et identité noire dans le Brésil contemporain". In: Hebrard, J. (org.) **Brésil. Quatre siècles d'esclavage**. 2 ed. Paris: Karthala, 2012. p. 331-58.
- Mattos, H. "Terras de Quilombo: Campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro". In: Libby, D. C.; Furtado, J. F. (org.) **Trabalho livre, trabalho escravo**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2006, p. 415-36.
- Mattos, H. M. "Os combates da memória: Escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros". **Tempo**, v. 3, n. 6, p. 119-38, 1998.
- Mattos, H.; Abreu, M. (org.) **Pelos caminhos do jongo e do caxambu: História, memória e patrimônio**. Niterói: UFF/Neami, 2009.
- Mattos, H.; Abreu, M. "Jongo, registro de uma história". In: Lara, S. H.; Pacheco, G. (org.) **Memória do Jongo. As gravações históricas de Stanley Stein**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008. p. 69-108.
- Mattos, H.; Abreu, M. "O mapa do jongo no século XXI e a presença do passado: patrimônio imaterial e a memória da África no antigo sudeste cafeeiro". In: Reis, D. A. Reis; Mattos, H.; Oliveira, J. P.; Moraes, L. E. S.; Ridenti, M. (org.) **Tradições e Modernidades**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p. 95-113.
- Mattos, H.; Abreu, M. "Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação". **Iberoamericana (Madrid)**, v. 42, 2011, p. 147-60.

- Mattos, H.; Abreu, M. "Stories of Jongs: Cultural heritage, hidden memories and public history in Brazil". In: Diptee, A. A.; Trotman D. V. (org.) **Memory, public history & representation of the past**. 1st ed. London: Africa World Press, 2012. p. 119-36.
- Mattos, H.; Rios, A. M. L. "O pós-abolição como problema histórico: Balanços e perspectivas". **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 5, 2004, p. 170-98.
- Mattos, H.; Rios, A. M. L. "Para além das senzalas: Campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição". In: Cunha, O. M. G.; Gomes, F. S. (org.) **Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 55-79.
- Mauad, A. M. "Composite Past: Photography and Family Memories in Brazil (1850-1950)". In: Smith, R. C. (org.) **Art and the Performance of Memory: Sounds and Gestures of Recollection**. London/New York: Routledge, 2001. p. 215-233.
- Mauad, A. M. "Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa", **História**, v. 24, n. 2, 2005, p. 41-78.
- Mauad, A. M. "Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico Milton Guran em três tempos (LABHOI, 2010)". **História Oral**, v. 14, n. 1, 2010, p. 141-51.
- Mauad, A. M. "Fragmentos de memória, oralidade e visualidade". **Projeto História**, n. 22, 2001, p. 157-69.
- Mauad, A. M. "História, iconografia e memória". In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 309-20.
- Mauad, A. M. "Memórias do contemporâneo: A trajetória de Erno Schneider", **Studium**, v. 27, 2008a.
- Mauad, A. M. "Milton Guran, a fotografia em três tempos", **Studium**, v. 28, 2009.
- Mauad, A. M. "O olhar engajado: Fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual", **ArtCultura**, v. 10, p. 31-48, 2008b.
- Mauad, A. M. "Palavras e imagens de um acontecimento: O incêndio do *Gran Circus Norte-Americano*, Niterói, 1961". **Primeiros Escritos**, n. 13, 2008.
- Mauad, A. M. "Passado composto: Palavras e imagens, a intertextualidade em história oral". In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. p. 59-69.
- Mauad, A. M. "Toward the Visualization of History: The Past as Image [Book review]". **The Oral History Review**, v. 38, n. 1, p. 240-2, 2011.
- Mauad, A. M.; Dumas, F. "Fontes orais e visuais na pesquisa histórica". In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 81-95.
- Mauad, A. M.; Dumas, F. "Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: Novos métodos e possibilidades narrativas". In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 81-95.
- Mauad, A. M.; Gomes, A. C. **Memória: Imigração espanhola em Niterói**. Niterói, RJ: Niterói Livros, 2006.
- Maués, F. "'Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio': Livros de oposição no regime militar, um estudo de caso". **Em Questão**, v. 11, n. 2, p. 259-79, 2010.
- Maués, F. "Editoras de oposição no Brasil no período de abertura política (1974-1985)". In: Coggiola, O. (org.) **América Latina: Encruzilhadas da história contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2003. p. 129-40.
- Maués, F. "Os livros de denúncia da tortura após o golpe de 1964". **Cadernos Cedem**, v. 2, n. 1, 2011.
- Maués, F. "Um livro de oposição: Poemas do povo da noite, de Pedro Tierra". **Espaço Acadêmico**, n. 48, maio de 2005.
- Mazon, B. **Aux origines de l' E.H.E.S.S. École des Hautes Études en Sciences Sociales: Le rôle du mécénat américain**. Paris: Les Editions du Cerf, 1988.
- McCleary, L. "História oral: Questões de língua e tecnologia". In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 93-123.
- McComb, D. "Oral history comes of age: The Tenth Annual Colloquium of the Oral History Association". **The Oral History Review**, v. 4, p. 65-9, 1976.
- Mead, L. M. "Scholasticism: Causes and cures". **Academic Questions**, v. 24, p. 300-18, 2011.

- Mead, L. M. "The other danger... Scholasticism in academic research". **Academic Questions**, v. 23, n. 4, p. 404-19, 2010.
- Medina, C. **Entrevista: O diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.
- Megill, A. **Historical Knowledge, Historical Error: A Contemporary Guide to Practice**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2007.
- Meihs, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- Meihs, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21; Ferreira, M. M. "História, tempo presente e história oral". **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 1, n. 5, p. 314-32, 2002.
- Meihs, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- Meihs, J. C. S. B. "(Re)introduzindo a história oral no Brasil". In: Meihs, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 1-9.
- Meihs, J. C. S. B. "A formulação de um grupo de trabalho". In: **Canto de morte Kaiowá: História oral de vida**. São Paulo: Loyola, 1991. p. 13-26.
- Meihs, J. C. S. B. "A radicalização da história oral". In: **Manual de história oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 263-83.
- Meihs, J. C. S. B. "Analfabetismo e reserva mítica: Pensando a tradição oral". **NEHO-História**, v. 0, p. 7-20, 1998.
- Meihs, J. C. S. B. "Apresentação". In: Meihs, J. C. S. B. (org.) **História oral de família**. São Paulo: CEDHAL, 1997. p. 2-6.
- Meihs, J. C. S. B. "Decifra-me ou devoro-te: Nacionalismo acadêmico X brasilianismo". **Estudos Históricos**, v. 4, n. 7, p. 126-43, 1991.
- Meihs, J. C. S. B. "Desafios da história oral latino-americana: O caso do Brasil". In: Ferreira, M. M.; Fernandes, T. M.; Alberti, V. (org.) **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000. p. 85-97.
- Meihs, J. C. S. B. "História e memória ou simplesmente história oral?". **Anais do Encontro de História e Documentação Oral** [1993]. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994. p. 5-11.
- Meihs, J. C. S. B. "História oral: A interlocução necessária com Daphne Patai". **Oralidades**, v. 10, p. 161-72, 2011.
- Meihs, J. C. S. B. "História oral: Caminhos e perspectivas". In: Miranda, D. S. **Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC-SP, 2007. p. 85-91.
- Meihs, J. C. S. B. "História Oral: Desafios para o século XXI". In: Ferreira, M. M. (org.) **História Oral: Desafios para o século XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 85-97.
- Meihs, J. C. S. B. "Notas sobre a moderna 'Tradição Oral' na MPB: O fabulário árabe no imaginário brasileiro". **História Oral**, v. 10, n. 1, p. 113-130, 2007.
- Meihs, J. C. S. B. "O samba é *Morena de Angola*: Oralidade e música". **História Oral**, v. 7, 2004, p. 121-143.
- Meihs, J. C. S. B. "Oral History in Brazil: Development and Challenges". **The Oral History Review**, v. 26, n. 2, p. 127-136, 1999.
- Meihs, J. C. S. B. "Os novos rumos da História Oral: O caso brasileiro". Texto inédito, lido no Instituto Nacional de Antropología y Historia. Cidade do México, 2005.
- Meihs, J. C. S. B. "Os novos rumos da história oral: O caso brasileiro". **Revista de História**, v. 155, p. 191-203, 2006.
- Meihs, J. C. S. B. "Os novos rumos da história oral: O caso brasileiro". **Revista de História**, v. 155, 2006, p. 191-203.
- Meihs, J. C. S. B. "Palavras do editor". **História Oral**, v. 1, p. 7-9, 1998.

- Meihs, J. C. S. B. "Prefácio: Eu preso às palavras, atrás das grades das histórias". In: Ataíde, Y. D. B. **Armas e armadilhas: Vida e morte atrás das grades**. Salvador: Eduneb, 2008. p. 7.
- Meihs, J. C. S. B. "Sonhos como discurso da história de mulheres analfabetas". In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 321-8.
- Meihs, J. C. S. B. "The Radicalization of Oral History". **Words & Silences**, v. 2, n. 2, p. 31-41, 2003.
- Meihs, J. C. S. B. "Visita ao velho senhor: Entrevista com Charles Wagley". **Revista da Universidade São Paulo**, v. 5, p. 119-30, 1987.
- Meihs, J. C. S. B. **A colônia brasilianista: História oral de vida acadêmica**. São Paulo: Nova Stella, 1990.
- Meihs, J. C. S. B. **A revolução possível: História oral de soldados brasileiros na Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Xamã, 2011.
- Meihs, J. C. S. B. **Augusto & Lea: Um caso de (des)amor em tempos modernos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- Meihs, J. C. S. B. **Brasil fora de si: Experiências de brasileiros em Nova York**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- Meihs, J. C. S. B. **Canto de morte Kaiowá: História oral de vida**. São Paulo: Loyola, 1991.
- Meihs, J. C. S. B. **Introdução ao nacionalismo acadêmicos: Os brasilianistas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Meihs, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- Meihs, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 2005.
- Meihs, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- Meihs, J. C. S. B.; Biazio, G. C. F. **O retorno de Luis Carlos Prestes a Santo Ângelo**. s/l: EDIURI, 2002.
- Meihs, J. C. S. B.; Holanda, F. **História oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- Meihs, J. C. S. B.; Levine, R. M. **Cinderela negra: A saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- Meihs, J. C. S. B.; Ribeiro, S. L. S. **Guia prático de história oral: Para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.
- Memória da assistência médica da previdência social: Catálogo de depoimentos**. Rio de Janeiro: PEC/ENSP, 1989; Fundação Oswaldo Cruz; Casa de Oswaldo Cruz.
- Memória da tuberculose: Acervo de depoimentos**. Coord.: Fernandes, T. M. D. Rio de Janeiro: COC, 1993.
- Memória de Manguinhos: Acervo de depoimentos**. Coord.: Nara Britto. Rio de Janeiro: COC, 1991.
- Mendoza, E. S. G. "Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: Os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950)". **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 440-70, jun/dez 2005.
- Menezes, P. R. A. "A questão do herói-sujeito em *Cabra marcado para morrer*, filme de Eduardo Coutinho". **Tempo Social**, v. 6, n. 1-2, p. 107-26, 1994.
- Menezes, Ulpiano T. Bezerra de. "A história, cativa da memória? Por um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais". **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-24, 1992.
- Meringolo, D. D. **Museums, monuments, and national parks: Toward a new genealogy of public history**. Amherst/Boston: University of Massachusetts Press, 2012.
- Merton, R. K. "Motive Forces of the New Science". In: **Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England**. Bruges: St. Catherine Press, 1938.
- Meyer, E. "'De cara a la historia popular': Primer Encuentro de Historiadores Orales de América Latina y España". **Historia y Fuente Oral**, n. 1, 1989, p. 188-190.
- Meyer, E. "Elitelore" [Book review]. **The Hispanic American Historical Review**, v. 55, n. 1, p. 97-8, 1975.
- Meyer, E. "Los nuevos caminos de la historia oral en America Latina". **Historia y Fuente Oral**, n. 13, 1995, p. 97-102.
- Meyer, E. "Oral History in the Mexico and the Caribbean" [1990]. In: Dunaway, D. K.; Baum, W. K. (org.) **Oral History: An Interdisciplinary Anthology**. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996. p. 343-50.

- Meyer, E. “Recuperando, recordando, denunciando, custodiando la memoria del pasado puesto al día. *Historia Oral em Latinoamérica y el Caribe*”. **Historia y Fuente Oral**, v. 5, p. 139-44, 1991.
- Meyer, E. “Recuperando, recordando, denunciando, custodiando la memoria del pasado puesto al día. *Historia oral em Latinoamérica y el Caribe*”. **Historia y Fuente Oral**, n. 5, 1991, p. 139-144
- Meyer, E.; Bonfil, A. O. “La historia oral: Origen, metodología, desarrollo y perspectivas”. **Historia Mexicana**, v. 21, n. 2, p. 372-87, 1971.
- Meyer, E.; Sepúlveda, X. **Catálogos de proyectos de Historia Oral en América Latina y el Caribe**. México, DF: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 1988.
- Miceli, P. “Sobre História, Braudel e os vaga-lumes: A Escola dos *Annales* e o Brasil (ou vice-versa)”. In: Freitas, M. C. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 259-70.
- Miceli, S. (org.) **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1993.
- Miceli, S. “Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura”. **Tempo Social**, v. 15, n. 1, p. 63-79, 2003.
- Miller, R. L. (org.) **Biographical Research Methods**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2005.
- Minayo, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- Mindin, B. “Leituras de operárias”. **Psicologia USP**, v. 19, n. 1, p. 29-33, jan/mar 2008.
- Mink, G. “Between reconciliation and the reactivation of past conflicts in Europe: Rethinking social memory paradigms”. **Czech Sociological Review**, n. 69, v. 3, p. 469-91, 2008.
- Mintz, S. “Encontrando Taso, me descobrindo”. **Dados**, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.
- Monteiro, N. G. “Centro de Estudos Mineiros – Pesquisas em andamento”. **Revista Brasileira de História**, v. 1, n. 1, 1981, p. 99-108.
- Monteiro, R. C. **Memória e experiência: Um estudo de relatos de educadoras (1940-1950)**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- Montenegro, A. T. “Movimento da memória”. In: Montenegro, A. T.; Sales, I. C.; Coimbra, S. R. (org.) **Bairro do Recife: Porto de muitas histórias**. Recife: Memória em Movimento/Gráfica Recife, 1989. p. 7-9.
- Montenegro, A. T. “Na transversal da história”. **História Oral**, v. 1, p. 11-8, 1998.
- Montenegro, A. T. “Padres e artesãos: Narradores itinerantes”. **História Oral**, v. 4, p. 39-54, 2001.
- Montenegro, A. T. “Palavras do presidente”. **História Oral** [Boletim], n. 6, 1998, p. 3-4.
- Montenegro, A. T. “Studebaker, Delco, Guide, General Motors na fala dos operários”. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 15, p. 19-37, 1994.
- Montenegro, A. T. et al. (org.) **História, cultura e sentimento: Outras histórias do Brasil**. Recife/Cuiabá: Ed. Universitária da UFPE/Ed. da UFMT, 2008
- Montenegro, A. T. **História em campo minado**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- Montenegro, A. T. **História oral e memória: A cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.
- Montenegro, A. T. **Reinventando a liberdade: Abolição da escravidão no Brasil**. São Paulo: Atual, 1989; Montenegro, A. T. **Abolição**. São Paulo: Ática, 1988.
- Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001
- Montenegro, A. T.; Guimarães Neto, R. B.; Acioli, V. L. C. (org.) **História, cultura, trabalho: Questões da contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011
- Montenegro, A. T.; Sales, I. C.; Coimbra, S. R. (org.) **Bairro do Recife: Porto de muitas histórias**. Recife: Memória em Movimento/Gráfica Recife, 1989.
- Montysuma, M. F. F. **Senhores das matas: Experiências extrativistas na RESEX Chico Mendes (1983-2002)**. Tese de Doutorado em História, 2003.
- Montysuma, M. F. F. **Seringal, terra e conflito: Trilogia da ocupação do Ace (1900-1910)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História Social, 1990.

- Moraes, E. J. “O idêntico e o diferente: Leitura de Roger Bastide”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Revisitando a terra de contrastes: A atualidade de Roger Bastide** [Seminário de Cultura Brasileira 4, São Paulo, 1984]. São Paulo: FFLCH/CERU, 1986. p. 97-105.
- Moraes, M. A. “Ligações perigosas”. In: Pino, C. A. (org.) **Criação em debate**. São Paulo: Humanitas, 2007. p. 65-76.
- Morales, F. L. P. **De la historia oral al periodismo literario: Una vía de aproximación a la enseñanza del oficio**. Ciudad de México: Pomares, 2003.
- Moreira, R. J. “A história de vida na pesquisa sociológica”. **Sociologia**, v. XV, n. 1, p. 25-30, 1953.
- Moreira, R. L. “Brazilianistas, historiografia e centros de documentação”. **Estudos Históricos**, v. 3, n. 5, p. 66-74, 1990.
- Morrissey, C. T. “Rhetoric and role in philanthropy”, **Oral History Review**, v. 6, p. 4-19, 1978.
- Morrissey, C. T.; K’Meyer, T. E. “An interview with Charles T. Morrissey: Part I: ‘Getting started: Beginning an oral history career’”. **Oral History Review**, v. 24, n. 2, p. 73-94, 1997.
- Morrissey, C. T.; K’Meyer, T. E. “An interview with Charles T. Morrissey: Part II: ‘Living independently: The oral history career of Charles T. Morrissey’”. **Oral History Review**, v. 26, n. 1, p. 85-104, 1999.
- Mortada, S. P. **Tempos da política: Memórias de militantes estudantis do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- Moss, W. W. “The Voice of Past: Oral History” [Book review]. **The American Archivist**, v. 43, n. 1, p. 84-5, 1980.
- Mota, C. G. “Prefácio”. In: Freitas, S. M. **Presença portuguesa em São Paulo**. São Paulo: Memorial do Imigrante/Imprensa Oficial, 2006.
- Mota, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 8ª. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- Motta, M. S. (org.) **A OAB na voz de seus presidentes**. Brasília: Editora da OAB, 200.
- Motta, M. S. “As bases mitológicas do lacerdismo”. In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 109-20.
- Motta, M. S. “Em nome da independência, da neutralidade e da competência: Os depoimentos de Octavio Gouvêa de Bulhões e Dênio Nogueira”. In: Ferreira, M. M. (org.) **Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 66-97.
- Motta, M. S. “O programa de história oral do CPDOC: O acervo e suas coleções”. In: Miranda, D. S. (org.) **Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC-SP, 2007. p. 195-8.
- Motta, M. S.; Alberti, V. (org.) **O salão dos passos perdidos: Depoimento de Evandro Lins e Silva ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. FGV, 1997.
- Motta, M. S.; Rocha, D. (org.) **Memórias do IBRE – Instituto Brasileiro de Economia: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- Moysés, S. M. A. “Imágenes de la lectura y de los lectores en el Brasil del siglo XIX”. **Historia y Fuente Oral**, n. 12, p. 77-89, 1994.
- Mühlhaus, C. **Marília Carneiro no camarim das oito**. Rio de Janeiro: Aeroplano/Senac Rio, 2003.
- Museu da Imagem e do Som. **Catálogo de Depoimentos – 1970/1982 [Cadernos do MIS n. 3]**. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 1982.
- Museu da Imagem e Som de São Paulo. **História Oral: Depoimentos em vídeo**. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 1994.
- Nas palavras de Celina Vargas. In: D’Araújo, M. C. “O CPDOC e a redescoberta do Brasil contemporâneo”. In: **Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 227-67.
- Nascimento, F. G. C. “As veias culturais do manguebit”. In: Jucá, G. N. M. (org.) **Memórias entrecruzadas: Experiências de pesquisa**. Fortaleza: EdUECE, 2009. p. 135-46
- Nasser, A. C. A. “‘Salir al mundo: Estudio de las representaciones de los excluidos em torno a sus relaciones con el trabajo, la familia y el tiempo libre’”. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 21, p. 7-15, 1999.

- Naves, S. C.; Coelho, F. O.; Bacal, T. (org.) **A MPB em discussão: Entrevistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- Neves, G. "A entrevista como estratégia metodológica para a crítica de processo". **Anais do Congresso Internacional da Associação de Pesquisadores em Crítica Genética**, X Edição, 2012. p. 544-52.
- Neves, J. "Síntese das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – Universidade Federal da Paraíba". **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 5, p. 7-9, 1983.
- Nevins, A. **The Gateway to History**. Garden City, NY: Anchor Books, 1962.
- Nogueira, A. M. M. "No ritmo da banda: Histórias da comunidade lusa da Ponta d'Areia". In: Gomes, A. C. (org.) **Histórias de imigrantes e imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 183-206
- Nogueira, O. "A história de vida como técnica de pesquisa". **Sociologia**, v. XIV, n. 1, p. 3-16, 1952.
- Nora, P. (org.) **Essais d'égo-histoire**. Paris: Gallimard, 1987.
- Nora, P. "Entre memória e história: A problemática dos lugares". Trad. Y. A. Khoury. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.
- NUDOC. **Catálogo Memória de história oral: Catálogo de depoimentos**. Fortaleza: NUDOC/UFC, 1987.
- Nunes, B. "Elogio humanista da velhice". **Folha de S. Paulo, Mais!**, 12 de março de 1995.
- Ocorrida em 1956, na Universidade de Paris, com a tese *La Guerre Sainte au Brésil: Le mouvement messianique du Contestado* [*A Guerra Santa no Brasil: O movimento messiânico do Contestado*].
- Olick, J. F. "Between chaos and diversity: Is social memory studies a field?". **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 22, n. 2, p. 249-52, 2009.
- Olick, J. K.; Vinitzky-Seroussi, V.; Levy, D. (org.) **The collective memory reader**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2011.
- Oliveira, A. A.; Almeida, J. G.; Mahfoud, M.; Cavichioli, S. (org.) **Os nordestinos em São Paulo: Depoimentos**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- Oliveira, A. M. **A Jovem Guarda e a indústria cultural: Análise da relação entre o movimento Jovem Guarda, a indústria cultural e a recepção de seu público**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 2011.
- Oliveira, J. L. **Uma estratégia de controle: A relação do poder do estado com as escolas de samba do Rio de Janeiro no período de 1930 a 1985**. Dissertação de Mestrado em História. UFRJ, 1989.
- Oliveira, L. M. L. **Cultura é patrimônio: Um guia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- Oliveira, P. S. "Ecléa emérita". **Kairós**, v. 11, n. 2, p. 249-55, dez. 2008.
- Oppenheimer, A. **Basta de histórias! A obsessão latino-americana com o passado e as 12 chaves do futuro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- Orsitrevisan, R. "A criação do Núcleo de Memória Oral da PUC/SP e seu projeto inaugural". **X Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) – Elenco**. São Paulo, jul. 1979. p. 134-5.
- Ortiz, G. "Cultura popular e indústria cultural". **O Estado de S. Paulo, Suplemento Literário**, p. 2, 3 de dezembro de 1972.
- Ortiz, R. "Do sincretismo à síntese". In: **A consciência fragmentada: Ensaio de cultura popular e religião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 91-108.
- Ostrower, F. **Criatividade e processos de criação**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- Pacheco, D. **Um estudo sobre a Junta da Real Fazenda de Santa Catarina, período 1817-1831**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.
- Paiva, T. **Herdeiros do exílio: Memórias de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- Pallares-Burke, M. L. **Gilberto Freyre, um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- Pallares-Burke, M. L. **O triunfo do fracasso**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- Palumbo, P. **Vozes do Brasil 2**. São Paulo: DBA, 2007.

- Palumbo, P. **Vozes do Brasil**. São Paulo: DBA, 2002.
- Parati, G. "Luisa Passerini's *Autoritratto di gruppo*: Personalizing theory". In: **Public history, private stories: Italian women's autobiography**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1996. p. 124-51.
- Park, M. B. "Lugares e funções da memória". In: Miranda, D. S. (org.) **Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC-SP, 2007. p. 215-34.
- Paschoal Guimarães, L. M. "A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior". **Revista de História** (USP), v. 141, 2001, p. 91-100.
- Paschoal Guimarães, L. M. "Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX". **Tempo**, v. 9, n. 18, 2005, p. 147-70.
- Paschoal Guimarães, L. M. "Sobre a história da historiografia como campo de estudos e reflexões". In: Neves, L. M. B. P. et al. (org.) **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 19-35.
- Passerini, L. "A Juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950". In: Levi, G.; Schmitt, J. -C. **História dos jovens 2: A época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Passerini, L. "A lacuna do presente". In: Ferreira, M. M.; Amado, J. (org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- Passerini, L. "Conoscenza storica e storia orale: Sull'utilità e il danno delle fonti orali per la storia". In: Passerini, L. (org.) **Storia orale: Vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne**. Torino: Rosenberg & Sellier, 1978.
- Passerini, L. "Genealogia della Storia Orale". In: Passerini, L. (org.) **Storia Orale, Vita Quotidiana e Cultura Materiale delle Classi Subalterne**. Torino: Rosenberg & Sellier, 1978.
- Passerini, L. "Memória e utopia em um mundo global". In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Depois da utopia: A história oral em seu tempo**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2013. (no prelo)
- Passerini, L. "Memory: Resume of the Final Session of the International Conference on Oral History in Aix-en-Provence". **History Workshop**, v. 15, p. 195-6, 1983.
- Passerini, L. "Mitobiografia em história oral". Trad. M. T. Janine Ribeiro. **Projeto História**, v. 10, p. 29-40 1993.
- Passerini, L. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Passerini, L. **Autoritratto di gruppo**. Firenze: Giunti, 1988.
- Passos, M. "Nas fronteiras do bem e do mal: Oralidade e narrativa em Guimarães Rosa", **História Oral**, v. 11, n. 1-2, 2008, p. 105-126, 2008.
- Patai, D. "A face evanescente do humanismo". In: **História oral, feminismo e política**. Trad. F. L. Cássio e R. Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 143-56.
- Patai, D. "Ethical Problems of Personal Narratives, Or, Who Should Eat the Last Piece of Cake?". **International Journal of Oral History**, v. 8, n. 1, p. 5-27, 1987.
- Patai, D. "Existe vida fora da história oral?". In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 173-82.
- Patai, D. "Feminist Pedagogy Reconsidered". In: Hesse-Biber, S. N. (org.) **Handbook of Feminist Research: Theory and Praxis**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2006. p. 689-704.
- Patai, D. "Oral History: Theory and Practice". In: Smith, B. G. (org.) **Encyclopedia of Women in World History**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- Patai, D. "Rigoberta Menchú and the Politics of Lying". **Human Rights Review**, v. 1, n. 1, p. 70-8, 1999; Patai, D. "Whose Truth? Iconicity and Accuracy in the World of Testimonial Literature". In: Arias, A. (org.) **The Rigoberta Menchú Controversy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001. p. 270-87.
- Patai, D. "Sick and Tired of Scholar's Nouveau Solipsism". **Chronicle of Higher Education**, 23 de fevereiro de 1994. p. A52.
- Patai, D. "The Fading Face of Humanism". In: Cummings, D. (org.) **Debating Humanism**. Exeter, UK: Societas Imprint Academic, 2006. p. 65-74.

- Patai, D. "U. S. Academics and Third World Women: Is Ethical Research Possible?". In: Patai, D.; Gluck, S. B. (org.) **Women's Words: The Feminist Practice of Oral History**. New York: Routledge, 1991. p. 137-53.
- Patai, D. **"What Price Utopia?" Essays on Ideological Policing, Feminism, and Academic Affairs**. Lanham, MD.: Rowman & Littlefield, 2008.
- Patai, D. "When Method Becomes Power". In: Gitlin, A. (org.) **Power and Method: Political Activism and Educational Research**. New York: Routledge, 1994. p. 61-73.
- Patai, D. "Who's Calling Whom Subaltern". **Women and Language**, v. 11, n. 1, p. 23-6, 1988.
- Patai, D. **Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1988.
- Patai, D. **Heterophobia: Sexual Harassment and the Future of Feminism**. Lanham, MD.: Rowman & Littlefield, 1998.
- Patai, D. **História oral, feminismo e política**. Trad. F. L. Cássio e R. Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- Patai, D.; Corral, W. **Theory's Empire: An Anthology of Dissent**. New York: Columbia University Press, 2005.
- Patai, D.; Gluck, S. B. (org.) **Women's Words: The Feminist Practice of Oral History**. New York: Routledge, 1991.
- Patai, D.; Koertdige, N. **Professing Feminism: Education and Indoctrination in Women's Studies**. Lanham, MD.: Lexington Books, 2003.
- Patriota, R. "Pela palavra e pela imagem: *Camaradas* [Strindberg] na cena brasileira contemporânea pela encenação do grupo *Tapa*". In: Ramos, A. F.; Capel, H. S. F.; Patriota, R. (org.) **Criações artísticas, representações da história**. São Paulo/Goiânia: Ed. Hucitec/Editora da PUC Goiás, 2010. p. 132-55.
- Patrocínio, S. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Org. e apr. Viviane Mosé. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.
- Paula, H. R.; Campos, N. A. **Clodesmidt Riani: Trajetória**. Juiz de Fora: Ed. UFJF/Funalfa Edições, 2005.
- Paulino, A. Y. "Construindo um projeto coletivo em história oral". **NEHO-História**, n. 1, p. 81-90, 1999.
- Pederiva, A. B. A. **Jovens tardes de guitarras, sonhos e emoções: Fragmentos do movimento musical Jovem Guarda**. Dissertação de Mestrado em História. PUC-SP, 1998.
- Peixoto, F. A. **Diálogos brasileiros: Uma análise da obra de Roger Bastide**. São Paulo: Edusp, 2000.
- Peixoto, F. A. **Freyre e Bastide: Os dois lados da luneta**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2000.
- Pena, P. C. A. **A mão que segura o spray: A resistência, a identificação e a pedagogia dos grafiteiros de Salvador**. Dissertação de mestrado em Educação e Contemporaneidade. UNEB, 2007.
- Pena, F. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.
- Peregrino, M. C. "SPAN/Pró-Memória: Abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio cultural". **Confluências Culturais**, v. 1, n. 1, p. 85-100, 2012.
- Pereira, L. M. L. "Considerações sobre vida cotidiana e política na perspectiva da elite mineira". In: Montenegro, A. T.; Fernandes, T. M. (org.) **História oral: Um espaço plural**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. p. 137-49.
- Pereira, L. M. L. "Embarassing Memories: Reflections on the Case of the Elite of Minas Gerais, Brazil". **Words & Silences**, v. 5, n. 2, p. 3-5, 2010.
- Pereira, L. M. L. "Esfera privada e esfera pública na trajetória da elite mineira". In: von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas: CMU Publicações, 1997. p. 89-108.
- Pereira, L. M. L. "Relatos orais em ciências sociais: Limites e potencial". **Análise & Conjuntura**, v. 6, n. 3, p. 109-27, set./dez. 1991.
- Pereira, M. B. "O direito à cultura como cidadania cultural (São Paulo, 1989/1992)". **Projeto História**, n. 33, p. 205-27, 2006.

- Pereira, S. L. “Escutando memórias: Uma abordagem antropológica para o estudo da canção das mídias”. In: Valente, H. A. D. (org.) **Música e mídia: Novas abordagens sobre a canção**. São Paulo: Via Lettera/Fapesp, 2007. p. 147-73
- Pereira, S. L. “O nome, o olhar e a escuta da cidade”. In: Ullhôa, M.; Ochoa, A. M. (org.) **Música popular na América Latina: Pontos de escuta**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- Perelmutter, D. “Apresentação”. **Projeto História**, n. 15, p. 9-11, 1997.
- Perelmutter, D. **A História Oral e a Trama Sensível da Subjetividade**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- Perelmutter, D. **Intérpretes do Desassossego - memórias e marcas sensíveis de artistas brasileiros de ascendência judaica**. Tese de Doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- Perks, R.; Thomson, A. (org.) **The Oral History Reader**. New York: Routledge, 1998 [2nd ed. New York: Routledge, 2006].
- Petry, S. M. V. **Os clubes da caça e tiro em Blumenau**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.
- Pimentel Filho, E. “Olhares sobre Gilberto Freyre”. **Saeculum**, v. 1, n. 1, p. 45-9, 1995.
- Pino, C. A. “Gênese da gênese”. **Ciência e Cultura**, ano 59, n. 1, jan-mar 2007. p. 24-27.
- Piscitelli, A. “Love and Ambition: Gender, Memory and Stories from Brazilian Plantation Families”. In: Leydesdorff, S.; Passerini, L.; Thompson, P. (org.) **Gender and Memory: International Yearbook of Oral History and Life Stories – Vol. IV**. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 89-105.
- Piza, D. **Jornalismo Cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.
- Pollak, M. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.
- Pollak, M. “Memória, esquecimento e silêncio”. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989; Pollak, M. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.
- Pollock, D. (org.) **Remembering: Oral History Performance**. New York/Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005
- Popkin, J. D. “Égo-Histoire and beyond: Contemporary French historian-autobiographers”. **French Historical Studies**, v. 19, n. 4, p. 1139-67, 1996.
- Popkin, J. D. **History, historians and autobiography**. Chicago: Chicago University Press, 2005.
- Popolin, C. M. “From Áustria to Paraná: the images of Hans Kopp trajectory, the first photographer from Rolândia (PR)”. **Discursos Fotográficos**, v. 7, n. 10, 2011, p. 273-4
- Portelli, A. (org.) **República dos Sciúscia: A Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco**. São Paulo: Salesiana, 2004.
- Portelli, A. “‘O momento da minha vida’: Funções do tempo na história oral”. In: Khoury, Y. A.; Fenelon, D. R.; Almeida, P. R.; Maciel, L. A. (org.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. p. 296-313.
- Portelli, A. “A bomba de Turim: A formação da memória no pós-guerra”. **História Oral**, v. 9, n. 1, p. 69-90, 2006.
- Portelli, A. “A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. **Tempo**, v. 1, n. 2, dez. 1996.
- Portelli, A. “A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo”. In: Whitaker, D. C. A.; Veloso, T. M. G. (org.) **Oralidade e subjetividade: Os meandros infinitos da memória**. Campina Grande: EDUEP, 2005. p. 43-54.
- Portelli, A. “Apresentação”. In: Freitas, S. M. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2002. p. 9-14.
- Portelli, A. “As fronteiras da memória: O massacre das Fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos”. **História & Perspectivas**, v. 25, p. 27-54, 2001.
- Portelli, A. “Diferentes gerações: Gênova, julho de 2001”. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 32, n. 1, p. 7-35, 2006.

- Portelli, A. "Dividindo o mundo: O som e o espaço na transição cultural". **Projeto História**, v. 26, p. 47-64, 2003.
- Portelli, A. "Forma e significação na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade". **Projeto História**, v. 14, p. 7-24, 1997.
- Portelli, A. "Forma e significado da representação histórica. A batalha de Evarts e a batalha de Crummies (Kentucky: 1931, 1941)". **História & Perspectivas**, v. 1, n. 39, 2008.
- Portelli, A. "História oral como gênero". **Projeto História**, v. 22, 2001.
- Portelli, A. "História Oral e poder". **Mnemosine**, v. 6, n. 2, 2010.
- Portelli, A. "História oral italiana: raízes de um paradoxo." **Tempos Históricos**, v. 12, p. 13-37, 2008.
- Portelli, A. "História oral italiana: raízes de um paradoxo". **Tempos Históricos**, v. 12, p. 13-37, 2008.
- Portelli, A. "História, Memória e Significado de um massacre nazista em Roma". **Oralidades**, v. 3, p. 153-75, 2008.
- Portelli, A. "Memória e globalização: A luta contra o fechamento da ThyssenKrupp em Terni, 2004-2005". In: Bosi, A. P.; Varussa, R. (org.) **Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: Diálogos historiográficos**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2011. p. 17-36.
- Portelli, A. "O 'sublime' do operário". In: Whitaker, D. C. A.; Fiamengue, E. C.; Veloso, T. M. G. (org.) **Ideologia & esquecimento: Aspectos negados da memória social brasileira**. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010. p. 69-81.
- Portelli, A. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, política, luto e senso comum". In: Ferreira, M. M.; Amado, J. (org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 103-30.
- Portelli, A. "O que faz a história oral diferente". **Projeto História**, v. 14, p. 25-39, 1997.
- Portelli, A. "Oral history in Italy". In: Dunaway, D. K.; Baum, W. K. (org.) **Oral History: An Interdisciplinary Anthology**. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996. p. 391-416.
- Portelli, A. "Sempre existe uma barreira: A arte multivocal da história oral". In: **Ensaio de história oral**. Trad. F. L. Cássio e R. Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 19-35.
- Portelli, A. "Sonhos ucrônicos: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores". Trad. M. T. Janine Ribeiro. **Projeto História**, v. 10, p. 41-58, 1993.
- Portelli, A. "Sulla diversità della storia orale". In: **Storie orali: Racconto immaginazione, dialogo**. Roma: Donzelli, 2007. p. 5-24.
- Portelli, A. "Sulla diversità della storia orale". **Primo Maggio**, v. 13, p. 54-60, 1979.
- Portelli, A. "Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética em história oral". **Projeto História**, v. 15, p. 13-49, 1997.
- Portelli, A. "Terni em greve: 2004". In: Varussa, R. J. (org.) **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: Temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009. p. 13-26.
- Portelli, A. **Acciai speciali: Terni, la ThyssenKrupp, la globalizzazione**. Roma: Donzelli, 2008.
- Portelli, A. **Ensaio de história oral**. Trad. F. L. Cássio e R. Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- Portelli, A. **Storie orali: Racconto immaginazione, dialogo**. Roma: Donzelli, 2007.
- Portelli, A. **The battle of Valle Giulia: Oral history and the art of dialogue**. Madison/London: The University of Wisconsin Press, 1997.
- Porter, G. "Oral history in museums". **History Workshop**, n. 1, p. 271-3, 1976.
- Pozzi, P. A.; Pérez, D. (org.) **Por el camino del Che: Las guerrillas latino-americanas (1959-1990)**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012.
- Pozzi, P. **Historias de perros: Entrevistas a militantes del PRT-ERP**. Imago Mundi, 2012.
- Prada, C. "Um veterano das artes". **Problemas Brasileiros**, n. 403, jan/fev 2011.
- Prins, G. "História oral". In: Burke, P. **A escrita da história: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

- Proctor, S. "Oral history in the United States". **Phonographic Bulletin**, v. 13, p. 6-10, 1975.
- Quadrat, S. V. (org.) **Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.
- Queiroz, M. I. P. "Histórias de vida e depoimentos pessoais" [1953]. In: **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. p. 154-166.
- Queiroz, M. I. P. "1920-1937: Depoimentos de trabalhadores de baixos recursos". **Cadernos CERU**, v. 15, p. 207-28, 1981.
- Queiroz, M. I. P. "Desenvolvimento das ciências sociais na América Latina e contribuição europeia: O caso brasileiro". **Ciência e Cultura**, v. 41, n. 4, p. 378-88, 1989.
- Queiroz, M. I. P. "História, história oral e arquivos na visão de uma socióloga". In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 101-16.
- Queiroz, M. I. P. "Histórias de vida e depoimentos pessoais". **Sociologia**, v. XV, n. 1, p. 8-24, 1953.
- Queiroz, M. I. P. "O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros: Ensaio metodológico". **Cadernos CERU**, série 2, n. 18, p. 12-33, 2006.
- Queiroz, M. I. P. "O CERU faz trinta anos: Primeiros tempos". **Cadernos CERU**, série 2, n. 6, p. 11-31, 1995.
- Queiroz, M. I. P. "Relatos orais: Do 'indizível' ao 'dizível'". In: von Simson, O. R. M. (org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.
- Queiroz, M. I. P. "Roger Bastide, professor na Universidade de São Paulo". **Cadernos CERU**, série 2, n. 12, p. 11-22, 2001.
- Queiroz, M. I. P. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- Queiroz, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador do registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- Queiroz, S. R. "Espaço público e privado em depoimentos orais". In: Malatian, T.; Leme, M. S.; Manoel, I. V. (org.) **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 103-118.
- Rabben, L. "Other Selves, Other Lives". **The Women's Review of Books**, v. 6, n. 4, p. 15-6, 1989.
- Radstone, S. "Working with memory: An introduction". In: Radstone, S. (org.) **Memory and Methodology**. Oxford/New York: Berg, 2000.
- Radstone, S.; Schwarz, B. (org.) **Memory: Histories, theories, debates**. New York: Fordham University Press, 2010.
- Radstone, S.; Schwarz, B. "Mapping memory". In: Radstone, S.; Schwarz, B. (org.) **Memory: Histories, theories, debates**. New York: Fordham University Press, 2010. p. 1-9.
- Rapport, L. "How valid are the Federal Writers' Project life stories: An iconoclast among the true believers". **Oral History Review**, v. 7, n. 1, p. 6-17, 1979.
- Reis, J. C. "Por um pensamento brasileiro". In: **Teoria & História: Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 261-9.
- Ribeiro, K. **Os padres operários nas lembranças de uma comunidade: Um estudo de memória e prática política**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- Ribeiro, M. A. "História da Arte e História Oral na leitura da obra de Iole de Freitas". **Anais do XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte**, 2004, p. 371-379.
- Ribeiro, R. A. C. "Errância e exílio na soul music: Do movimento Black-Rio nos anos 70 ao Quarteirão do Soul em Belo Horizonte, 2010", **Tempo e Argumento**, v. 2, n. 2, jul/dez 2010, p. 154-80.
- Rios, A. L. *My mother was a slave, not me: Black peasantry and local politics in Southeast Brazil*. University of Minnesota, 2001.
- Rios, A. L.; Mattos, H. **Memórias do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- Rios, A. M. L. "Não se esquece um elefante: Notas sobre os últimos africanos e a memória d'África no Vale do Paraíba". In: Fragoso, J.; Florentino, M.; Sampaio, A. C. J.; Campos, A. P. (org.) **Nas rotas do império**. Vitória: Edufes, 2006. p. 645-70.

- Ritchie, D. (org.) **The Oxford Handbook of Oral History**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- Ritchie, D. "The oral history/public history connection". In: Howe, B.; Kemp, E. L. (org.) **Public history: An introduction**. Malabar, FL: Krieger Publishing, 1988. p. 57-69.
- Ritchie, D. A. "Oral history: From sound to print and back again". **Magazine of History**, v. 11, n. 3, 1997.
- Rocha Lima, V. "Getúlio: Oral history, political biography and national myth". **Oral History Journal**, v. 16, n. 1, p. 34-9, 1988.
- Rocha Lima, V. "Las mujeres en el exilio: Volverse feminista". In: Aceves, J. (org.) **Historia oral**. San Juan: Instituto Mora/Universidad Autónoma Metropolitana, 1993. p. 219-242.
- Rocha Lima, V. "Women in exile: Becoming feminist". **International Journal of Oral History**, v. 5, n. 2, p. 81-99, 1984.
- Rocha Lima, V. **Getúlio: Uma história oral**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- Rocha Lima, V.; Ramos, P. A. (org.) **Tancredo fala de Getúlio**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- Rocha, R. M. **A trajetória de Gianni Ratto na indumentária**. Dissertação de Mestrado em Teoria e Prática de Teatro. USP, 2008.
- Rodrigues, H. B. C. "Alucinando Portelli: Celebração do amor entre um historiador (oral) e seu leitor". **Mnemosine**, v. 1, n. 1, p. 152-95, 2005.
- Rodrigues, H. B. C.; Andrade, V. M.; Barboza, D. M.; Gonçalves, A. S.; Alcântara, F. "O que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem? Reflexões sobre a emergência da história oral contemporânea". **Psico**, v. 41, n. 2, p. 222-30, 2010.
- Roediger III, H. L.; Wertsch, J. V. "Creating a new discipline of memory studies". **Memory Studies**, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2008.
- Rogé, C. F. **Literatura e jornalismo, práticas políticas: Discursos e contra-discursos, o Novo Jornalismo, o romance-reportagem e os livros-reportagem**. São Paulo: Edusp, 2006.
- Rollemberg, D. (org.) **Histórias de vida: Experiências com história oral**. Niterói: Editora da UFF, 2012.
- Rollemberg, D. **Exílio: Entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- Rosa, Z. P. "Fontes orais de famílias negras". **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, p. 251-65, 1988.
- Rosati, I. "Alessandro Portelli: 'Ho imparato come gli artigiani, rubando com gli occhi'". In: Casellato, A. (org.) **Il microfono rovesciato: 10 variazioni sulla storia orale**. Treviso: Istresco, 2007. p. 55-68.
- Rosenwein, B. H. **História das emoções: Problemas e métodos**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Rossi, L.; Aarnio, R. "Feelings Matter: Historian's Emotions". **Historyka. Studia Metodologiczne**, número especial, p. 165-185, 2012.
- Rovai, M. G. O.; Maranhão Filho, E. M. A. "História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos. Entrevista com o professor José Carlos Sebe Bom Meihy". **História agora**, v. 9, 2010.
- Roy, T. M. Malatian. "História oral". **Estudos Históricos**, v. 15, p. 123-30, 1976.
- Rozário, D. **Palavra de poeta: Coletânea de entrevistas e antologia poética**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.
- Sá, C. P. "A memória histórica numa perspectiva psicossocial". **Morpheus**, ano 9, n. 14, p. 94-103, 2012.
- Sá, C. P. "Sobre a Psicologia Social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais". **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 7-13, 2007.
- Sá, C. P. "Sobre o campo de estudo da memória social: Uma perspectiva psicossocial". **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 20, n. 2, p. 290-5, 2007.
- Sader, E. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1978-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Salles, C. A. "Poder de descoberta". **Manuscrita**, n. 7, 1998, p. 83-90.
- Salles, C. A.; Cardoso, D. R. "Crítica genética em expansão". **Ciência e Cultura**, ano 59, n. 1, jan-mar 2007, p. 44-47.
- Salmon, P. "How do we recognise good research?", **The Psychologist**, v. 16, n. 1, p. 24-7, 2003.
- Samoyault, T. **A intertextualidade**. Trad. S. Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

- Samuel, R. "História local e história oral". **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-43, 1989/1990.
- Sanches, L. "Os velhos contam a história da cidade". **Folha de S. Paulo**, *Ilustrada*, p. 34, 28 de dezembro de 1980.
- Santaella, L. "Representações da alteridade nas mídias". **Líbero**, v. 12, n. 24, p. 33-40, 2009; Santaella, L. **A ecologia pluralista da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.
- Santana, M. A.; Alberti, V. "Entrevista com Mercedes Vilanova". **História Oral**, n. 4, p. 149-64, 2001.
- Santana, M. A.; Pimenta, R. M. "Public History and Militant Identities: Brazilian Unions and the Quest for Memory". **International Labor and Working-Class History**, n. 76, p. 65-81, 2009.
- Santhiago, R. "*If you know Portuguese you know that this is*": O papel da tradução na história oral do Brasil". In: Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 137-52.
- Santhiago, R. "Eu sonhava e via tudo": Entrevista com Tetê Espíndola". **Oralidades**, n. 1, jan-jun 2007, p. 151-61.
- Santhiago, R. "A discreta essencialidade de Tata Fernandes". In: VV. AA. **Narrativas e experiências: Histórias orais de mulheres brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 71-98.
- Santhiago, R. "*Al tango lo canto así*: Música, trabalho e utopia". In: Valente, H. A. D. **Dónde estás corazón? O tango no Brasil, o tango do Brasil**. São Paulo: Via Lettera, 2012. p. 173-89.
- Santhiago, R. "Città di parole: Storia orale di una periferia romana [Book review]". **The Oral History Review**, v. 38, n. 1, p. 267-9, 2011.
- Santhiago, R. "Introdução". In: Patai, D. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 9-15.
- Santhiago, R. "O Brasil no Sul da Flórida: Subjetividade, identidade e memória [Book review]". **The Oral History Review**, v. 40, n. 2, 2013.
- Santhiago, R. "O ofício do historiador oral: A visão italiana". **Esboços**, n. 16, v. 21, p. 219-22, 2009.
- Santhiago, R. "Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral". In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.) **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 97-108.
- Santhiago, R. "The Dissonant Lives of Brazilian Black Women Non-Samba Singers". **Oral History**, v. 39, n. 2, p. 49-62, 2011.
- Santhiago, R. "We cannot remain silent: Opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States" [Book review]. **Oral History Review**, v. 39, n. 1, p. 165-7, 2012.
- Santhiago, R. **Solistas dissonantes: História (oral) de cantoras negras**. São Paulo: Letra e Voz, 2009.
- Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Depois da utopia: A história oral em seu tempo**. São Paulo: Letra e Voz, 2013. (no prelo)
- Santhiago, R.; Magalhães, V. B. (org.) **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, Visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011.
- Santilli, M. **Madeira-Mamoré: Imagem & Memória**. São Paulo: Memória Discos e Edições, 1988; Dourado, A. **Brasília Teimosa**. Recife: FDNE, 1986; REFERÊNCIA MONTENEGRO.
- Santos, A. P. **Ponto de vida: Cidadania de mulheres faveladas**. São Paulo: Loyola, 1996.
- Santos, A. P.; Ribeiro, S. L. S.; Meihy, J. C. S. B. **Vozes da marcha pela terra**. São Paulo: Loyola, 1998.
- Santos, C. M. "Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil". **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 83, p. 627-41, 2003.
- Santos, F. S. D. "Historias orales en filme y CD-Rom". **Palabras y Silencios**, v. 4, n. 5, 2000, p. 17-8.
- Santos, F. S. D.; Mauad, A. M.; Serrano, A. P. R. "Vídeo-história e história oral: Experiências e reflexões". In: Viscardi, C. M. R.; Delgado, L. A. N. (org.) **História oral: Teoria, educação, sociedade**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 33-56.
- Santos, J. (org.) **Memórias de brasileiros: Uma história em todo canto**. São Paulo: Peirópolis/Museu da Pessoa, 2008.
- Santos, J. (org.) **Todo mundo tem uma história pra contar**. São Paulo: Editora Olhares/Museu da Pessoa, 2012.
- Santos, J. F. **Teatro mineiro: Entrevistas e críticas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1984.

- Santos, N. (org.) **História da UNE – Volume 1: Depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Livramento, 1980.
- Sardenberg, C. A.; Bresser Pereira, L. C. **Jogo aberto: Entrevistas com Bresser Pereira**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- Sarlo, B. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Ed. UFMG, 2007.
- Scheiner, T. C. M. **Imagens do ‘não-lugar’: Comunicação e os novos patrimônios**. Tese de doutorado em Comunicação e Cultural. UFRJ/ECO, 2004.
- Schiffrin, A. **O negócio dos livros: Como as grandes corporações decidem o que você lê**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
- Schmidt, B. B. “O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: Trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação”. **Anos 90**, v. 6, p. 165-92, 1996.
- Schrader, A. “Comunicação e pesquisa social empírica: Consequências das mudanças sociais e tecnológicas recentes”. In: Kosminksky, E. V. (org.) **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: Ensaio sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Marília/São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999. p. 89-110.
- Schütz, K. S. W. **As entrevistas de Simão Willemann: História oral, memória e ofício de professor no interior de Santa Catarina (1977-1978)**. Trabalho de conclusão de curso [Graduação em História]. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- Schwartz, J. **O momento criativo**. São Paulo: Editora Best-Seller, 1992.
- Schwartzman, S. (org.) **História da ciência no Brasil: Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: CPDOC/Finep, 1984.
- Schwarz, B. “Patrimônio histórico e cidadania: A experiência inglesa”. In: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 67-79.
- Schwarz, R. **Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Ed. 34, 2000.
- Schwarzstein, D. **Una introducción al uso de la Historia Oral en el aula**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- Schweitzer, P. **Reminiscence Theatre: Making Theatre from Memories**. London/Philadelphia: Jessica Kingsley Publications, 2006.
- Seligmann-Silva, M. “O local do testemunho”. **Tempo e Argumento**, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010.
- Seligmann-Silva, M. **O local da diferença: Ensaio sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- Setti, R. A. **Conversas com Vargas Llosa**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Sevela, M. “De l’histoire orale ‘Communiquer l’expérience’?”. **Vingtième Siècle Revue d’histoire**, n. 54, p. 124, 1997.
- Severiano, J. **Uma história da música popular brasileira: Das origens à modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- Severiano, J.; Homem de Mello, Z. **A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras – Vol. 2: 1958-1985**. São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 72.
- Severino, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.
- Shikida, A. M. S. **Informação, história e memória: A constituição social da informação em relatos orais**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Belo Horizonte, UFMG, 2005.
- Shopes, L.; Hamilton, P. (org.) **Oral history and public memories**. Philadelphia: Temple University Press, 2008.
- Silva, G. A. “Breve histórico do Centro de Memória Social Brasileira”, **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 5, p. 23-30, 1983.
- Silva, H. R. “Novas tendências na historiografia francesa nos anos 80”. **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12, p. 231-8, 1986.

- Silva, M. C. "LABHORAL: Trajetória, contribuição e projetos". **Santa Catarina em História**, v. 5, n. 2, p. 85-90, 2011.
- Silva, R. D. C. **Cotidiano, memória e tensões: A trajetória artística das cantoras do rádio de Salvador de 1950 a 1964**. Mestrado em História. Dissertação. PUC-SP, 1999
- Silva, R. H. A. (org.) **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1994.
- Silva, R. H. A. "Para não morrer... é só amarrar o tempo no poste: Memória e patrimônio". **História & Perspectivas**, 2009, p. 11-27.
- Silva, R. H. A.; Arruda, R. P.; Casanova, V. L. (org.) **Album de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- Silva, T. B. "Ora, direis ouvir estrelas: Historiografia e história do teatro brasileiro", **Latin American Theatre Review**, fall 2002.
- Sirinelli, J. F. "A geração" [1991]. In: Ferreira, M. M.; Amado, J. (org.) **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 131-7.
- Smith, R. C. "Popular memory and oral narratives: Luisa Passerini's reading of oral history interviews". **Oral History Review**, v. 16, n. 2, p. 95-107, 1988.
- Smith, R. C. **Circuitos de subjetividade: História oral, o acervo e as artes**. Trad. F. L. Cássio e R. Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- Smith, R. C. **Circuitos de subjetividade: História oral, o acervo e as artes**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- Soares Neto, C. J. A. "Reflexões sobre o uso de um instrumento tecnológico, o gravador sonoro". **Educação e Filosofia**, v. 1, n. 1, p. 83-5, 1986.
- Sousa, F. F.; Klobucka, A. "Portuguese Studies at the University of Massachusetts Dartmouth". **e-Journal of Portuguese History**, v. 2, n. 2, 2004.
- Sousa, J. J. V. "Memórias de uma ex-presença política: Insílios latino-americanos", **História Oral**, v. 9, n. 2, p. 65-82, 2006.
- Souza, E. C.; von Simson, O. R. M. "Roda de samba: Espaço da memória, educação e sociabilidade". In: Viscardi, C. M. R.; Neves Delgado, L. A. (org.) **História oral: Teoria, educação e sociedade**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 137-46.
- Spataro, C. "Sexualidades, Cuerpos e Historias de Amor en la Música Romántica: configuración de identidades de género en un club de fans de Ricardo Arjona". **Cadernos do tempo presente**, n. 1, s/d.
- Stam, D. C. "The informed muse: The implications of 'the new museology' for museum practice". In: Corsane, G. (org.) **Heritage, museums and galleries: An introductory reader**. New York: Routledge, 2005. p. 58-76.
- Starr, L. M. "The Voice of Past: Oral History" [Book review]. **Oral History Review**, v. 6, p. 67-8, 1978.
- Stephenson, S. E. "Selected Bibliography, 1989-1990". **Oral History Review**, v. 20, n. 1/2, p. 153-65, April 1992.
- Stille, A. "Le deformazioni della storia orale conducono alla verità". In: Bermani, C. (org.) **Introduzione alla storia orale – Vol. II: Esperienze di ricerca**. Roma: Odradek, 2001. p. 177-82.
- Stoetzel, J. **Psicologia Social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- Straub, J. "Psychology, narrative, and cultural memory: Past and present". In: Erll, A.; Nünning, A. (org.) **A Companion to Cultural Memory Studies**. Berlin/New York: De Gruyter, 2010. p. 215-28.
- Stuttaford, G. "Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories" [Resenha]. **Publishers Weekly**, v. 234, n. 10, p. 96, 1988.
- Sueli Damergian, por exemplo, orientou a tese: Nascimento, N. F. **A cidade lembrada: Um estudo sobre a memória subjetiva e social**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- Swartz, D. L.; Zolberg, V. L. (org.) **After Bourdieu: Influence, Critique, Elaboration**. The Netherlands: Springer, 2005.
- Tamez, E. *et al.* **Teólogos da libertação falam sobre a mulher**. São Paulo: Loyola, 1989.

- Targa, L. R. P. "O Rio Grande do Sul: Fronteira entre duas formações históricas". **Ensaio FEE**, v. 11, n. 2, p. 308-44, 1991.
- Tavares, M. R. "História Oral" [Bibliografia]. **Acervo**, n. 2, v. 2, p. 97-112, jul./dez. 1987.
- Tedlock, D. "From Voice and Ear to Hand and Eye", **The Journal of American Folklore**, v. 103, n. 408, 1990, p. 133-56.
- Tedlock, D. "Learning to Listen: Oral History as Poetry", **Boundary 2**, v. 3, n. 3, Spring 1975, p. 707-28
- Tedlock, D. **The Spoken Word and the Work of Interpretation**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1983
- Teixeira, F. W. **O Movimento e a Linha: Presença do Teatro de Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- Teo, T. **The Critique of Psychology: From Kant to Postcolonial Theory**. New York: Springer, 2005.
- Terkel, S. **Race: What blacks and whites think and feel about the american obsession**. New York: The New Press, 1992.
- Terkel, S. **Hard Times: An Oral History of the Great Depression**. New York: Pantheon Books, 1970.
- Terkel, S. **The good war: An oral history of World War Two**. New York: Pantheon Books, 1984.
- Terkel, S. **Working: People talk about what they do all day and how they feel about what they do**. New York: Pantheon Books, 1974.
- Tettamanzy, A. L. L.; Zalla, J.; D'Ajello, L. F. T. (org.) **Sobre as poéticas do dizer: Pesquisas e reflexões em oralidade**. São Paulo: Letra e Voz, 2010
- Theodor, E. "Depoimentos que ensinam". **O Estado de S. Paulo**, *Suplemento Cultural*, p. 12, 25 de maio de 1980.
- Thiesen, I.; Barros, L. O. C.; Santana, M. A. (org.) **Vozes do porto: Memória e história oral**. Rio de Janeiro: DP&A Editora/Uni-Rio, 2005
- Thiollent, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.
- Thompson, P. "A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: Uma abordagem centrada em histórias de vida". **Ciências Sociais Hoje**, 1993.
- Thompson, P. "Community and creativity: A life stories perspective". **Oral History Journal**, v. 37, n. 2, p. 34-44, 2009.
- Thompson, P. "História oral e contemporaneidade". **História Oral**, junho de 2002, n. 5. p. 9-28.
- Thompson, P. "História oral e contemporaneidade". **História Oral**, v. 5, p. 9-28, 2002.
- Thompson, P. "News from Abroad". **Oral History**, v. 11, n. 1, 1983, p. 16-26.
- Thompson, P. "The Politics of Memory in Brazil". **Oral History**, v. 19, n. 2, p. 68-70, 1991.
- Thompson, P. **A voz do passado: História oral [1978, 1988]**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Thompson, P.; Bundy, C. "News". **Oral History**, v. 5, n. 1, p. 1-43, 1977.
- Thompson, P.; Samuel, R. (org.) **The Myths We Live By**. London/New York: Routledge, 1990.
- Thompson, P. "Brazil and Argentina [News from Abroad]". **Oral History**, v. 24, n. 1, p. 16-8, 1996.
- Thomson, A. "Four paradigm transformations in oral history". **Oral History Review**, January, 2007.
- Thomson, A. "Memory and remembering in oral history". In: Ritchie, D. A. **The Oxford Handbook of Oral History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2011. p. 77-95.
- Thomson, A. "Oral history and community history in Britain: Personal and critical reflections on twenty-five years of continuity and change". **Oral History Journal**, v. 36, n. 1, p. 95-104, 2008.
- Thomson, A. "Oral history and ethics: A Brazilian experience". **Oral History**, v. 24, n. 1, p. 23-6, 1996.
- Thomson, A.; Frisch, M.; Hamilton, P. "Os debates sobre memória e história: Alguns aspectos internacionais". In: Ferreira, M. M.; Amado, J. (org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 65-91.
- Triulzi, A. "Hace treinta años". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 2, n. 36, p. 79-85, 2006.
- Tuchman, B. "Distinguishing the significant from the insignificant". **Radcliffe Quarterly**, October 1972.

- Tucker, S. "Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories" [Book review]. **Oral History Review**, v. 18, n. 1, p. 127-9, 1990.
- Ubeda, L. "Crónica del XV Congreso Internacional de Historia Oral 'Los diálogos de la Historia Oral con el tiempo presente' (Cuadalajara, Jalisco, México, 23 a 26 de septiembre de 2008)". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 40, p. 179-80, 2008.
- Valente, W. R. "Oito temas sobre história da educação matemática". **Rematec**, ano 8, n. 12, p. 22-50, 2013.
- Valladares, L. P. "Apresentação". In: **A Escola de Chicago: Impacto de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2005. p. 11-22.
- Vangelista, C. "Da fala à história: Notas em torno da legitimidade da fonte oral". In: Lopes, A. H.; Pesavento, S. J.; Velloso, M. P. **História e Linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 185-193.
- Vargas, H.; Perazzo, P. F. "A jovem guarda no ABC Paulista: Música popular, mídia e memória", **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez 2008, p. 225-32
- Velloso, M. P. **Mário Lago: Boemia e política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997; Freire, A. V. **Angel Vianna: Uma biografia da dança contemporânea**. Rio de Janeiro: Dublin, 2005
- Venuti, L. **The Translator's Invisibility**. London/New York: Routledge, 1995.
- Vergo, P. "Introduction". In: Vergo, P. (org.) **The new museology**. London: Reaktion Books, 1989. p. 1-5.
- Viana, C. P.; Rodrigues, D. S. (org.) **Eu, ex-menor abandonado**. São Paulo: Loyola, 1989.
- Vidal, D. G. "De Heródoto ao gravador: Histórias da história oral". **Resgate**, v. 1, p. 77-82, 1990.
- Vieira, A. P. "Dançando nos espaços das rupturas: Olhares sobre influências das danças moderna e expressionista no Brasil", **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, n. 3, 2009
- Vieira, M. P. A.; Khoury, Y. A. "Movimentos sociais, documentação e história oral". **Projeto História**, n. 8/9, 1992, p. 103-9.
- Viezzer, M. **Se me deixam falar...** 2ª ed. São Paulo: Símbolo, 1978.
- Vilanova, M. "À la recherche des majorités invisibles: Un parcours espagnol du second 20e siècle". **Vingtième Siècle: Revue d'histoire**, n. 55, p. 124-139, 1997.
- Vilanova, M. "Anarchism, Political Participation, and Illiteracy in Barcelona Between 1934 and 1936". **The American Historical Review**, v. 97, n. 1, p. 96-120, 1992.
- Vilanova, M. "Cómo surgió la IOHA: De Goteborg a Estambul". **Palabras y Silencios/Words and Silences**, v. 1, n. 1, p. 23-29, 2002.
- Vilanova, M. "La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente". **História Oral**, v. 1, p. 31-42, 1998.
- Vilanova, M. "Las fuentes orales entre Bolonia (1976) y México (2008)". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 36, 2006. p. 49-50.
- Vilanova, M. "Oral history and democracy: Lessons from illiterates". In: Ritchie, D. A. (org.) **The Oxford Handbook of Oral History**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 65-74.
- Vilanova, M. "Palabras de clausura: Conferencia Internacional de Historia Oral". **Historia y Fuente Oral**, n. 13, p. 131-135, 1995.
- Vilanova, M. "Palabras inaugurales de la X Conferencia Internacional de Historia Oral (Rio de Janeiro, 14 de Junio de 1998)". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 2, v. 20, 1998, p. 161-163.
- Vilanova, M. "Palabras inaugurales". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 24, p. 125-8, 2000.
- Vilanova, M. "Pensar a subjetividade: Estatísticas e fontes orais". In: Ferreira, M. M. (org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 45-73.
- Vilanova, M. "The Struggle for a History Without Adjectives: A Note on Using Oral Sources in Spain". **The Oral History Review**, v. 24, n. 1, p. 81-90, 1997.
- Vilanova, M. "XII Conferencia Internacional de Historia Oral: Conclusiones". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, v. 28, p. 165-8, 2002.

- Vilanova, M.; Borderias, C. "Memories of Hope and Defeat: Catalan Miners and Fishermen under the Second Spanish Republic, 1931-39". In: Thompson, P.; Burchardt, N. (org.) **Our Common History**. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1982.
- Vilanova, M.; Chordá, F. (org.) **A Mind at Work: We Are Our Questions**. Heidelberg: Synchron, 2003.
- Vilas-Boas, S. **Biografias & biógrafos: Jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Summus, 2002.
- Vilas-Boas, S. **Perfis e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.
- Villas Bôas, G. "Desenvolvimento das Ciências Sociais na América Latina e a contribuição europeia: O caso brasileiro". **Ciência e Cultura**, v. 41, n. 4, 1989.
- Villas Bôas, G. "Entre a tradição e a contemporaneidade". In: Kosminksky, E. V. (org.) **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: Ensaio sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Marília/São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999. p. 13-21.
- Villas Bôas, G. **A vocação das Ciências Sociais no Brasil: Um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional (1945-1966)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.
- Viscardi, C. M. R.; Neves Delgado, L. A. (org.) **História oral: Teoria, educação e sociedade**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- Voldman, D. "La historia oral en Francia a finales de los ochenta". **Historia y Fuente Oral**, v. 5, p. 145-56, 1989.
- von Plato, A. "La historia oral en acción". **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, n. 36, p. 67-71, 2006.
- von Simson, O. R. M. (org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.
- von Simson, O. R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: CMU-Unicamp, 1997.
- von Simson, O. R. M. "Carnaval, pesquisa e a criação de um espaço de reflexão e discussão sobre esse tema no CERU". In: Kosminksky, E. V. (org.) **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: Ensaio sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Marília/ São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999. p. 253-65.
- von Simson, O. R. M. **A burguesia se diverte no reinado de Momo: O carnaval paulistano do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- von Simson, O. R. M. **Brancos e negros no carnaval popular paulistano (1914-1989)**. Tese de Doutorado em Sociologia. USP, 1989.
- von Simson, O. R. M. **Carnaval em branco e negro: Carnaval popular paulistano (1914-1988)**. São Paulo/Campinas: Edusp/Imprensa Oficial/Editora da Unicamp, 2007.
- VV. AA. **Entrevistas/Processos**. São Paulo: Sesc São Paulo/Lazuli Editora, 2003.
- VV.AA. **Narrativas e experiências: Histórias orais de mulheres brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Wartenberg, H. "Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories by Daphne Patai; Gender and Work in the Third World: Sexual Divisions in Brazilian Industry by John Humphrey; The Women's Movement in Latin America: Feminism and the Transition to Democracy by Jane S. Jaquette" [Book review]. **Gender and Society**, v. 6, n. 1, p. 146-50, 1992.
- Watanabe, A. F. **A experiência das raízes e o Dekassegui: Um estudo de Psicologia Social a partir de reconstrução autobiográfica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- Weinrich, H. "Estruturas narrativas na escrita da história". In: Lima, L. C. (org.) **A Literatura e o Leitor: Textos de estética da Recepção**. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 197-201.
- Weinschelbaum, V. **Estação Brasil: Conversas com músicos brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- Whisnant, D. W. "Elitelore" [Book review]. **The Journal of American Folklore**, v. 87, n. 346, p. 378-80, 1975.
- Whitaker, D. C. A.; Fiamengue, E. C.; Veloso, T. M. G. (org.) **Ideologia e esquecimento: Aspectos negados da memória social brasileira**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2010.
- Whitaker, D. C. A.; Veloso, T. M. G. (org.) **Oralidade e subjetividade: Os meandros infinitos da memória**. Campina Grande: EDUEP, 2005.

- Wilkie, J. "Postulates of the Oral History Center for latin America", **The Journal of Library History**, v. 2, n. 1, p. 45-55, 1967.
- Wilkie, J. **Eliteloire**. Los Angeles: Latin American Center/University of California, 1973.
- Willemart, P. "A crítica genética na crítica literária". In: **Os processos de criação na escritura, na arte e na psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 55-70.
- Willemart, P. **Crítica genética e psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- Williams, B. "The Voice of Past: Oral History" [Book review]. **Oral History**, v. 7, n. 1, p. 63-5, 1979.
- Wisnik, J. M. "Considerações sobre os quatro Gilbertos: Uma proposta aparentemente despropositada". In: Valente, H.; Santhiago, R. (org.) **O Brasil dos Gilbertos: Notas sobre o pensamento (musical) brasileiro**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 33-42.
- Wolff, C. S. "Historiografia catarinense: Uma introdução ao debate". **Santa Catarina em História**, v. 1, n. 1, p. 52-61, 2009.
- Worcman, K. (org.) **Almanak da idade de pensar**. São Paulo: Departamento de Formação Cultural, 1993.
- Worcman, K. "A história oral e a experiência do Museu da Pessoa". In: Miranda, D. S. (org.) **Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC-SP, 2007. p. 205-12.
- Worcman, K. "From Domestic Pot to Ceramic Doll: The Story of Dona Izabel Mendes, Doll Maker of the Jequitinhonha Valley in Brazil". **Oral History**, v. 37, n. 2, p. 95-106, 2009.
- Worcman, K. "Museu da Pessoa: O que fazer com as dúvidas?". **Oralidades**, n. 10, p. 75-88, 2011.
- Worcman, K. **Modelos de narrativa: Avaliação, análise e aplicação em histórias de imigrantes**. Dissertação [Mestrado em Linguística]. UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- Worcman, K.; Pereira, J. V. (org.) **História falada: Memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC-SP/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial, 2006.
- Worcman, K.; Santos, J. (org.) **Todo mundo tem uma história pra contar**. São Paulo: Olhares, 2012.
- Worcman, S. (org.) **Heranças e lembranças: Imigrantes judeus no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ARi/CIEC/MIS, 1991.
- Wright Mills, C. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- Zarur, G. C. L. "Família e mérito: O processo de formação de grupos na cultura e na ciência brasileira". In: **A arena científica**. Campinas/ Brasília: Autores associados/Flacso, 1994. p. 53-76.
- Zhou, A. "Pathways to the Amazon: British Campaigners in the Brazilian Rainforest". In: Hussey, S.; Thompson, P. (org.) **The Roots of Environmental Consciousness: Popular tradition and Personal Experience**. London/New York: Routledge, 2012. p. 174-199.
- Zumthor, P. **Performance, recepção, leitura**. Trad. J. P. Ferreira e S. Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.